



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1376

Quarta-feira - 27 de Novembro de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2
Água Doce	2
Antônio Carlos	5
Arroio Trinta	6
Biguaçu	17
Bom Jesus do Oeste	56
Bom Retiro	57
Braço do Trombudo	58
Caçador	82
Camboriú	82
Campo Alegre	88
Canoinhas	91
Capinzal	120
Chapadão do Lageado	121
Cocal do Sul	123
Concórdia	123
Cordilheira Alta	129
Coronel Martins	132
Correia Pinto	134
Corupá	135
Curitibanos	167
Ermo	195
Forquilha	195
Fraiburgo	202
Garuva	207
Gaspar	208
Grão Pará	211
Guaramirim	211
Herval d'Oeste	211
Ibiam	213
Ilhota	215
Imbituba	222
Ipumirim	223
Itapiranga	225
Itapoá	229
Jacinto Machado	229
Joaçaba	232
Lages	240
Lebon Regis	243
Leoberto Leal	243
Luzerna	247
Mafrá	250
Maracajá	251
Meleiro	251
Modelo	251
Navegantes	252
Nova Trento	253
Novo Horizonte	253
Orleans	254

Palhoça	260
Papanduva	288
Paulo Lopes	289
Peritiba	290
Pinheiro Preto	293
Porto Belo	298
Porto União	299
Rio do Sul	299
Salto Veloso	305
Santa Terezinha do Progresso	305
São Bento do Sul	306
São Domingos	328
São João do Sul	331
São José	332
São Lourenço do Oeste	361
São Pedro de Alcântara	365
Schroeder	376
Serra Alta	387
Siderópolis	388
Sombrio	401
Timbó	405
Tunápolis	420
Vargem Bonita	420
Vidal Ramos	427
Videira	427
Vitor Meireles	428
Xavantina	432

Consórcios

ARIS	433
CIGA	434
CIMVI	435
CINCO	435
CIRSURES	439

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista

PREFEITURA

25/2013

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 25/2013
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 17/2013

Objeto: FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE USO CONTINUO E CONTROLADO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, DE ACORDO COM PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE SAUDE.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 10/12/2013. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 21 de outubro de 2013.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA NILTON JOSÉ MOCELIN
Prefeito Municipal Pregoeiro

25/2013

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 25/2013
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 17/2013

Objeto: FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE USO CONTINUO E CONTROLADO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, DE ACORDO COM PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE SAUDE.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 11/12/2013. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 21 de outubro de 2013.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA NILTON JOSÉ MOCELIN
Prefeito Municipal Pregoeiro

Edital 9/2013

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 12/2013
MODALIDADE: Pregão Presencial 09/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE CAIXAS DE CHOCOLATE PARA A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AS CRIANÇAS CARENTES DO MUNICIPIO DE ABDON BATISTA ATRAVES DO PROGRAMA NATAL SOLIDÁRIO.

TIPO : Menor preço por item.

Abertura da Sessão: 10:30hs. do dia 09/12/2013. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição

dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 01 de novembro de 2013.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA NILTON JOSÉ MOCELIN
Prefeito Municipal Pregoeiro

Edital 93/2013

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 92/2013
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 93/2013

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DO CAMINHAO MLF 9947 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

TIPO : Menor preço por item.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 09/12/2013. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 05 de novembro de 2013.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA NILTON JOSÉ MOCELIN
Prefeito Municipal Pregoeiro

Água Doce

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução N.º 070/2013 de 25 de Novembro de 2013

Resolução n.º 070/2013 de 25 de novembro de 2013
ALTERA OS DIAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Helioberto Marcel Ramos _ Fino Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce, consoante ao disposto na Lei Orgânica e na Resolução nº 017/2005 de 13-12-2005, denominada de Regimento Interno, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolvem:

Artigo 1.º Fica determinado que a sessão ordinária marcada para o dia 2 de dezembro de 2013, (segunda-feira), será realizada no dia 3 de dezembro de 2013 (terça-feira), para que os vereadores possam participar da sessão ordinária na Câmara de Vereadores do Município de Salto Veloso, Santa Catarina.

Artigo 2.º Fica determinado que a sessão ordinária marcada para o dia 9 de dezembro de 2013, (segunda-feira), será realizada no dia 10 de dezembro de 2013 (terça-feira), para que os vereadores possam participar da sessão ordinária na Câmara de Vereadores do Município de Catanduvas, Santa Catarina.

Artigo 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo .

Artigo 4.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 25 de novembro de 2013
HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO
Presidente do Poder Legislativo

Registrada e Publicada na Secretaria do Poder Legislativo do Município de Água Doce em 25-11-2013

JOANA VIÊRA
Secretária da Presidência



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



Balancete Financeiro - Outubro**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	40.728,96
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	40.728,96
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.833,40
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.895,56
Receita Extra - Orçamentária	88.990,43	Despesa Extra - Orçamentária	53.297,30
CREDITOS EM CIRCULACAO	200,00	CREDITOS EM CIRCULACAO	200,00
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	200,00	DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	200,00
RECURSOS VINCULADOS	200,00	RECURSOS VINCULADOS	200,00
DEPOSITOS	3.194,47	DEPOSITOS	6.015,54
CONSIGNACOES	3.194,47	CONSIGNACOES	6.015,54
PREVIDENCIA SOCIAL	2.821,07	PREVIDENCIA SOCIAL	5.642,14
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	373,40	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	373,40
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	40.728,96	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	47.081,76
OBRIGACOES A PAGAR	40.728,96	OBRIGACOES A PAGAR	47.081,76
FORNECEDORES	5.895,56	FORNECEDORES	6.025,56
PESSOAL A PAGAR	28.610,60	PESSOAL A PAGAR	28.610,60
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.222,80	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	12.445,60
INTERFERENCIAS ATIVAS	44.867,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	44.867,00		
REPASSE RECEBIDO	44.867,00		
Saldos anteriores	22.869,51	Saldos atuais	17.833,68
BANCO C/ MOVIMENTO	22.869,51	BANCO C/ MOVIMENTO	17.833,68
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	111.859,94	Total	111.859,94

AGUA DOCE, 31/10/2013

 HELIOBERTO MARCEL RAMOS
 PRESIDENTE CPF Nº 560.163.879-91

 NILZA APARECIDA MENDES
 CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto Nº 000123/2013

DECRETO Nº 000123/13 de 26 de Novembro de 2013
Outros no Orçamento programa de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.211,08 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0005.2.020-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 6.211,08

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total

da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0005.2.020-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 6.211,08

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 26 de Novembro de 2013

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Decreto Nº 000124/13 de 26 de Novembro de 2013

DECRETO Nº 000124/13 de 26 de Novembro de 2013
Outros no Orçamento programa de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

D E C R E T A :

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 89.760,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) Art. 1º - orçamentária(s):

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.27.812.0004.2.019-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 89.760,00

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total

da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Art. 2º -

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.27.812.0004.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 89.760,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Prefeito Municipal

ANTÔNIO PAULO REMOR

Gabinete do Prefeito Municipal, 26 de Novembro de 2013

Portaria Nº 462/2013

PORTARIA Nº 462/2013

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o chamamento Público nº 012/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, ALIRIO FRANCISCO SCHMITZ, para o Cargo de MOTORISTA, a partir de 27 de novembro de 2013 a 30 de novembro de 2014, em substituição ao titular VANDERLEI MIGUEL, de Licença sem Vencimento.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 26 de novembro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 27 de Novembro de 2013.

Portaria Nº 463/2013

PORTARIA Nº 463/2013

Concede Insalubridade a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor ACT, ALIRIO FRANCISCO SCHMITZ, ocupante do Cargo de MOTORISTA, a partir de 27 de novembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 26 de novembro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 27 de Novembro de 2013.

Aviso de Licitação Nº 101/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 101/2013; Modalidade: Pregão Presencial nº. 071/2013; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: aquisição de 02 (dois) caminhões novos de carga, 0 km, ano/modelo 2013/2014 e 01 (um) equipamento de transporte agrícola (E.T.A), com recurso de convênio do governo federal, para uso da secretaria de obras e serviços públicos e secretaria de agricultura e meio ambiente, do municipal de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: 10 de dezembro 2013 às 9:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:00 às 13:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 25 de novembro de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 102/2013 **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 102/2013; Modalidade: Tomada de Preço nº. 03/2013; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material, para obras de conclusão do Núcleo Escolar Municipal Professora Verônica Guesser Pauli, com área de 1.301,00 m², na localidade do Rachadel no Município de Antônio Carlos - SC, conforme projetos, memorial descritivo, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos, parte integrante deste edital. Entrega dos envelopes e abertura: 11 de dezembro 2013 às 9:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:00 às 13:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 25 de novembro de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Lei Nº 1653, de 20/11/2013.

LEI Nº 1653, DE 20/11/2013.

Autoriza Desapropriação Amigável e Recebe em Doação, a Área de Terras que Discrimina, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal em exercício de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições comunica que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona seguinte LEI.
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desapropriar amigavelmente e receber em doação área de terras de propriedade do senhor Hercules Chenchi, inscrito no CPF nº 220.840.299-53, conforme abaixo:

“Área de 1.375,24m² (um mil, trezentos e setenta e cinco virgula vinte e quatro metros quadrados) e possui as seguintes confrontações: Norte: em linha reta com a área “A” com distância de 85,81m; Sul: em linha reta com a área “B” com distância de 76,09m e em linha reta com Estofama Industria de Estofados Ltda com distância de 10,18m; Leste: em linha reta com Hercules Chenchi com distância de 43,30m; e Oeste: em linha reta com a Ponte de acesso a Rua Orlando Zardo com distância de 11,24m e em linha reta com a área “B” com distância de 32,77m.”

Art. 2º Na área de terras referida no artigo anterior é para regularizar uma situação já consolidada irreversível, onde já existe Rua aberta a mais de 15 anos, com toda a infra-estrutura necessária, denominada Rua Florianópolis, conforme Mapa e Memorial Descritivo.

Art. 3º O Município será representado nos atos expropriatórios pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 20 de novembro de 2013.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 20 de novembro de 2013.

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Lei Nº 1649, de 12/11/2013.

LEI Nº 1649, DE 12/11/2013.

INSTITUI PROGRAMAS DE APOIO E INCENTIVO AO PRODUTOR RURAL, ESTABELECE CRITÉRIOS E VALORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir PROGRAMAS DE APOIO E INCENTIVO AO PRODUTOR RURAL DE ARROIO TRINTA, com o objetivo de estimular e facilitar a agricultura local, bem como suprir a carência de mecanização na propriedade rural, proporcionando, aos que a ela se dediquem, rentabilidade compatível com a de outros setores da economia, assim como o desenvolvimento econômico municipal rural, mantendo o agricultor no campo.

§1º. Esta Lei fixa os fundamentos, definindo os objetivos e competências institucionais, prevendo os recursos e estabelecendo as ações e instrumentos da funcionabilidade e aplicabilidade desta lei, relativamente às atividades agrícolas e agropecuárias, bem como da infraestrutura e dos implementos necessários à produção, processamento, escoamento e comercialização do produto agrícola e agropecuário.

§2º. As diretrizes gerais e incentivos de apoio serão de competência do Poder Executivo através da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo por estes definidos e organizados.

§3º. O Poder Executivo poderá, através de decreto administrativo, estabelecer outras espécies do incentivo e apoio, de acordo com a necessidade dos produtores rurais, bem como em face das intempéries climáticas e de iminentes riscos à propriedade rural do Município, tudo com observância ao que estabelece a presente LEI.

Art. 2º. Para o incentivo e apoio, o Poder Público fica autorizado a disponibilizar serviços de infraestrutura, com utilização de máquinas, equipamentos, implementos, veículos, distribuição de sementes, sêmen para melhoramento do gado leiteiro e de corte e outros, todos pertencente ao patrimônio público, bem como poderá dispor de recursos pecuniários destinados exclusivamente para o desiderato desta LEI.

Art. 3º. Os trabalhos de infraestrutura serão prestados, impreterivelmente, na propriedade do produtor rural de acordo com o programa de apoio e incentivo estabelecido nesta LEI.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, entende-se por trabalhos de infraestrutura todos aqueles que compreendem desde a preparação do solo, abertura de acessos, estradas, terraplanagens, processos físicos, químicos e biológicos, onde os recursos naturais envolvidos devem ser utilizados e gerenciados, subordinando-se às normas e princípios de interesse público, de forma que seja cumprida a função social e econômica da propriedade.

Art. 4º. No caso de utilização do subsídio pecuniário previsto pelo

art. 2º. desta Lei, o Poder Público Municipal poderá contratar com empresas particulares a prestação do serviço de apoio e incentivo, nos moldes licitatórios legais, estabelecido por Decreto.

DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS

I - HORAS MÁQUINAS DE TRATOR E RETRO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE TERRENOS

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar até 800 (oitocentas) horas (anuais) de trator de esteira com escarificador, lâmina desenraizadeira e de retro escavadeira hidráulica para prestação de serviços de limpeza de terrenos, para os agricultores do Município de Arroio Trinta - SC.

Parágrafo único. Na execução do objeto deste artigo, no que for pertinente, respeitarão as regras referentes à proteção ambiental.

Art. 6º A contratação das horas máquinas de que dispõe o artigo anterior será feita mediante processo licitatório de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

Art. 7º Cada agricultor beneficiado terá direito à prestação de serviços de até 15 (quinze) horas subvencionadas pelo Município.

Art. 8º O Município subsidiará em 40% (Quarenta por cento), por hora máquina do valor total da hora, sendo que o agricultor arcará com o restante.

Art. 9º A Secretaria da Agricultura do Município, manterá cadastro atualizado dos agricultores atendidos pela prestação dos serviços de que trata a presente LEI.

II- SERVIÇOS DE SILAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO

Art. 10 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar até 3.500 (três mil e quinhentas) horas por ano de Serviços de silagem e distribuição de adubo orgânico com trator agrícola e até 2.300 (duas mil e trezentas) horas por ano de Prestação de Serviços de Caminhão Tanque para Distribuição de Adubo Orgânico, para os agricultores do Município de Arroio Trinta - SC.

Parágrafo único. Na execução do objeto deste artigo, no que for pertinente, respeitarão as regras referentes à proteção ambiental.

Art. 11 A contratação das horas de que dispõe o artigo anterior será feita mediante processo licitatório de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

Art. 12 O Município subvencionará em 55%(cinquenta e cinco por cento) por hora dos serviços de silagem ou de distribuição de adubo orgânico com trator agrícola e em 45% (quarenta e cinco por cento) dos serviços de distribuição de adubo orgânico com caminhão tanque, sendo o restante pago pelo beneficiado.

Parágrafo único. Cada produtor agrícola do Município terá direito a no máximo 50 horas produtor/ano.

Art. 13 A Secretaria da Agricultura do Município manterá cadastro atualizado dos agricultores atendidos pela prestação dos serviços de que trata a presente Lei, bem como pelo controle da quantidade de horas que cada agricultor usufruirá.

III - DISTRIBUIÇÃO DE SÊMEN

Art. 14 Fica o poder Executivo municipal autorizado CRIAR

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE SÊMEN, que tem por objetivo o incremento da inseminação artificial de bovinos, com vistas ao melhoramento do gado leiteiro e de corte e o aproveitamento de seus padrões zootécnicos.

Parágrafo único. Os semens referidos no Caput do Artigo 14 serão repassados aos produtores rurais interessados, ao custo zero.

Art. 15 O Município de Arroio Trinta promoverá a contratação de empresa especializada para efetuar a inseminação nos animais, que, deverá fornecer técnico habilitado, veículo, peças e combustíveis para o deslocamento até a propriedade, sempre que for solicitado pelos bovinocultores.

§1º. A empresa contratada deverá ficar à disposição dos Bovinocultores em tempo integral.

§2º. A empresa contratada deverá providenciar técnico substituto, quando o responsável direto estiver ausente.

§3º. A empresa contratada poderá cobrar do produtor pelo Serviço prestado o valor correspondente a 3% (três) por cento do salário mínimo nacional.

Art. 16 Serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal, o fornecimento do sêmen, botijão, nitrogênio, luvas, aplicador e bainhas.

Art. 17 A contratação da empresa especializada, de que dispõe o artigo 15, será feita mediante processo licitatório de acordo com o disposto na lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores, se necessário.

Art. 18 A Secretaria da agricultura do município de Arroio Trinta terá o controle de distribuição dos semens, que trata a presente lei, fazendo relatório mensal dos agricultores atendidos.

IV - SEMENTES DE AVEIA

Art. 19 Fica o poder Executivo Municipal autorizado a Adquirir Sementes de Aveia Preta e branca e criar programa de distribuição para agricultores do Município de Arroio Trinta, com o objetivo de melhorar e incrementar o plantel de bovinos de leite, corte e cobertura de solo, no Município de Arroio Trinta.

Art. 20 A aquisição das sementes de aveia, de que dispõe o artigo anterior será feita mediante processo licitatório de acordo com o disposto na lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

Art. 21 Cada agricultor terá direito de até 03 (três) sacas de aveia.

Art. 22 A Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente do município de Arroio Trinta terá o controle de distribuição das sementes de Aveia, que trata a presente lei.

V - SERVIÇOS DE RETROESCAVADEIRA AOS PRODUTORES

Art. 23 Fica criado o Programa de Incentivo à Agricultura, que consiste na prestação de serviços de horas-máquina de retroescavadeira aos produtores rurais do Município de Arroio Trinta.

Parágrafo único. Através do presente Programa o Poder Executivo fica autorizado a disponibilizar a RETROESCAVADEIRA e servidor para a realização dos serviços do tipo melhorias a propriedades rurais, como, reservatório para armazenamento de água, abertura para esterqueiras e silos, pequenas terraplanagens para obras de infraestrutura, e outros congêneres, desde que tenham por objetivo melhoria da atividade agropecuária e preservação do meio ambiente.

Art. 24 O atendimento ao produtor rural poderá ser feito mediante solicitação à Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 25 O produtor rural para ser beneficiado através do programa criado por esta Lei deverá estar quite com a Fazenda Municipal, apresentar Talão de Notas Fiscais de Produtor com inscrição municipal.

Art. 26 Do valor normal da hora máquina cobrado pela Prefeitura, será concedido um desconto de 100% (cem por cento) a título de subsídio, desde que previamente aprovado pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 27 O número máximo de hora-máquina trabalhada a ser utilizado por propriedade rural será de 10 horas/máquina trabalhadas por ano, para cada produtor, as demais horas excedentes será cobrado o valor integral.

VI - VALORES SUBSIDIADOS PARA SERVIÇOS DE MÁQUINAS PRESTADOS A PARTICULARES

Art. 28 Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta, autorizado a fixar valores para serviços de máquinas, equipamentos e outros, prestados a particulares no Município de Arroio Trinta, não incluídos nos Programas de incentivos criados por esta Lei, conforme o quadro abaixo:

SERVIÇOS	VALOR R\$	UND
TRATOR DE ESTEIRA FD 110	R\$ 70,00	HORA
RETROESCAVADEIRA	R\$ 40,00	HORA
PÁ CARREGADEIRA	R\$ 45,00	HORA
MOTONIVELADORA	R\$ 50,00	HORA
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (DRAGA)	R\$ 90,00	HORA
CAMINHÃO BASCULANTE	R\$ 40,00	HORA
ROLO COMPACTADOR	R\$ 50,00	HORA

Art. 29 Será isentado o serviço de distribuição de terra para jardinagem, com o objetivo de embelezar a cidade e propriedades rurais, desde que o proprietário informe o local para retirada do material.

Art. 30 Prestado o serviço, será emitido o documento para cobrança do serviço prestado, e o mesmo, deverá ser retirado junto a Prefeitura Municipal para efetuar o pagamento em Agência Bancária.

§1º. Fica estabelecido o critério de pagamento dos Serviços Prestados, conforme segue:

- Parcela Única em até 30 (trinta) dias após a emissão do documento;
- Em até 03 (três) Parcelas iguais e mensais não inferior a R\$ 100,00 (cem reais), vencendo a primeira no prazo de 30 (trinta) dias após a emissão do documento.

§2º. Após o vencimento, será acrescido multa de 5% (cinco por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 31 Não serão prestados serviços aos que estiverem inadimplentes com o erário municipal.

Art. 32 Fica o Executivo Municipal autorizado a atualizar, por decreto, os valores estabelecidos no art. 1º desta lei.

VII - ESTÍMULOS ECONÔMICOS A AGRICULTORES NA CONSTRUÇÃO DE SECADORES E SILOS DE ARMAZENAMENTO

Art. 33 Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, a requerimento dos interessados, incentivos econômicos

a Agricultores do Município de Arroio Trinta que instalarem em suas propriedades secadores de grãos e silos de Armazenamento.

Art. 34 Os estímulos e incentivos referidos no artigo anterior poderão constituir-se de:

I - Repasse de recursos diretamente aos agricultores no valor máximo de 5% (cinco por cento) do valor total do empreendimento a ser construído; ou

II - execução total ou parcial de serviços de terraplanagem e infraestrutura do terreno para implantação ou ampliação do empreendimento.

Art. 35 A concessão dos incentivos de que trata o artigo anterior dependerá de aprovação do respectivo projeto por parte da Prefeitura, através da Secretaria da Agricultura.

§1º Os projetos deverão conter:

I - tamanho e localização do empreendimento;

II - planta de engenharia da edificação;

III - indicação estimada do investimento;

IV - previsão de início da construção e de seu término, bem como do início das atividades.

§2º Ao analisar os projetos, o Executivo considerará especialmente:

I - o valor do investimento e sua provável influência do desenvolvimento econômico do Município.

II - utilização de matéria prima local;

III - a necessidade ou conveniência de estimular a construção do estabelecimento na localidade especificada;

IV - número de agricultores que o empreendimento abrangerá.

Art. 36 Aos agricultores beneficiados com os incentivos econômicos, é vedado:

I - alienar os imóveis recebidos do poder público Municipal sem prévia autorização escrita deste, antes de decorridos 10 (dez) anos do início das atividades dos empreendimentos;

II - dar utilização diversa da prevista no projeto ao empreendimento enquadrado nos benefícios desta Lei, sem prévia autorização da Prefeitura, antes do decurso do prazo de 10 (dez) anos do início ou ampliação das atividades.

Art. 37 Cessarão os benefícios concedidos pela presente Lei aos Agricultores que deixarem de cumprir os propósitos constantes dos projetos, ficando obrigados ao recolhimento aos cofres Públicos Municipais do valor correspondente aos benefícios obtidos, acrescidos de juros legais e correção monetária, em parcelas mensais e sucessivas, não superiores a 10 (dez) prestações.

Parágrafo único. Comprovada a má fé na utilização dos benefícios previstos nesta Lei, o poder público Municipal exigirá a reposição dos valores correspondentes aos benefícios concedidos, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 38 O Poder Executivo incluirá no Plano Plurianual Projetos e Metas para a concessão de estímulos econômicos e, incluindo previsões na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias os recursos pertinentes.

VIII - ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ACESSO ÀS PROPRIEDADES

Art. 39 Fica o poder Executivo municipal autorizado a executar, serviços de conservação e abertura de acesso às propriedades rurais localizados no território do Município.

Art. 40 O Acesso às lavouras será realizado, através de abertura e manutenção das estradas.

Art. 41 A conservação poderá ser através de cascalhamento ou britagem dos acessos, através de equipamentos da Prefeitura Municipal.

Art. 42 O atendimento ao produtor rural poderá ser feito mediante solicitação à Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 43 O produtor rural para ser beneficiado através do programa criado por esta Lei deverá estar quite com a Fazenda Municipal, apresentar Talão de Notas Fiscais de Produtor com inscrição municipal.

Art. 44 Do valor normal da hora máquina cobrado pela Prefeitura, será concedido um desconto de 100% (cem por cento) a título de subsídio, desde que previamente aprovado pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 45 O número máximo de hora-máquina trabalhada a ser utilizado por propriedade rural será de 10 horas/máquina trabalhadas por ano, para cada produtor, as demais horas excedentes será cobrado o valor integral.

IX - SERVIÇOS DE TERRAPLANAGENS

Art. 46 Fica Criado o Programa de Incentivo para serviços de terraplanagens em Propriedades rurais para os serviços realizados com trator de esteira, retroescavadeira, retroescavadeira hidráulica e caminhões desde que tenham por finalidade de:

- Abrigar instalações de granjas para criação de suínos, aves, gado leiteiro.
- Micro-indústrias nas propriedades agrícolas localizadas no território do Município até o limite de 50 (cinquenta) horas/máquina.

Parágrafo único. Os serviços somente serão prestados se o produto apresentar todas as licenças ambientais que permitam a realização dos serviços.

Art. 47 Do valor normal da hora máquina cobrado pela Prefeitura, será concedido um desconto de 100% (cem por cento) a título de subsídio, desde que previamente aprovado pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

X - AUXÍLIO COMBUSTÍVEL

Art. 48 Fica Criado o Programa de auxílio financeiro de ressarcimento de óleo diesel, aos produtores, que possuem equipamentos agrícolas e não se beneficiam com os oferecidos pelo Município na realização dos programas referidos nesta Lei.

Parágrafo único. O auxílio referido no caput deste artigo, será calculado na proporção de 20 (vinte) litros de óleo diesel por hectare de lavoura própria e limitado em 15 (quinze) hectares ou 300 (trezentos) litros de óleo diesel por ano.

Art. 49 Só terá direito ao auxílio combustível o agricultor que:

- a) Em sua atividade agropecuária produza dejetos de animais;
- b) Que possua manejo adequado dos dejetos com a devida licença ambiental;
- c) Que desenvolva atividade agrícola, pecuária ou reflorestamento, com geração de movimento econômico compatível;
- d) Que não utilize serviços subsidiados pela Prefeitura, de distribuição de dejetos de animais, com trator ou caminhão.

Parágrafo único. Aqueles agricultores que possuem equipamentos, mas não conseguem atender a demanda na propriedade terão direito a 30 (trinta) horas de serviços com máquinas da Prefeitura Municipal, ou terceirizadas.

Art. 50 Afora o programa de incentivo e apoio estabelecido nesta

Lei, fica autorizado ao Poder Público prestar serviços de maquinários, equipamentos, implementos, veículos, e congêneres pertencentes à Municipalidade, para o produtor rural que se enquadre nas exigências desta Lei, mediante o pagamento de horas máquina para o Poder Público, conforme especificado nesta LEI.

§1º. A prestação de serviços dos bens descritos nesta Lei depende da disponibilidade do Município, principalmente sem lhes retirar de eventual trabalho de interesse público;

§2º. A quantidade de horas e os valores dos incentivos estão fixados em cada programa descritos nesta LEI.

§3º. O trabalho de mecanização na propriedade rural será realizado impreterivelmente por condutor habilitado da municipalidade, não podendo a máquina ser cedida ao produtor rural;

Art. 51 Os produtores rurais interessados deverão solicitar seu cadastro através de formulário próprio, junto à Secretaria de Agricultura, para posterior análise e deferimento da prestação dos serviços de incentivo e apoio.

§1º. Objetivando-se preservar o patrimônio público, evitar prejuízos desnecessários com o deslocamento aleatório das máquinas, equipamentos, implementos, veículos, e congêneres pertencentes à Municipalidade, em cada propriedade rural, em diferentes localidades, ficará a critério da municipalidade, definir o plano de trabalho, podendo encaminhar a máquina quando tiver reunido mais de um interessado para a mesma localidade a ser atendida para a finalidade desta lei;

§2º. O critério de atendimento ao produtor rural interessado será com base na ordem de inscrição, observando-se, contudo, o disposto no parágrafo anterior;

§3º. A disponibilidade do trabalho/serviço solicitado pelo produtor rural deverá ser atendida na maior brevidade possível, sem, entretanto desvirtuar eventual trabalho de interesse coletivo público, situação esta que permite ao Município prorrogar o atendimento solicitado.

Art. 52 Como condição preliminar de acessibilidade aos programas de incentivo e apoio, os interessados/beneficiários deverão atender aos requisitos abaixo:

- I - Ser produtor rural pecuarista com propriedade localizada no Município;
- II - Comprovar a atividade mediante apresentação de nota fiscal ou de produtor rural;
- III - O beneficiário interessado não poderá estar em débito com a municipalidade.

Art. 53 Os trabalhos de incentivo e apoio previstos por esta Lei deverão observar as regras de Proteção ao Meio Ambiente e da Conservação dos Recursos Naturais, ficando o proprietário rural responsável por eventual autuação de natureza administrativa, civil, penal, ambiental e fiscal, isentando a municipalidade de quaisquer ônus decorrente de sua solicitação.

Art. 54 Fica autorizado ao Poder Público Municipal e à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Infraestrutura a firmar convênios ou ajustes com entidades, consórcios e órgãos públicos e privados, cooperativas, sindicatos, universidades, fundações e associações, visando ao desenvolvimento das atividades rurais dentro de todas as ações, instrumentos, objetivos e atividades previstas nesta lei.

Art. 55 O produtor interessado no presente Programa deverá sempre, obrigatoriamente proceder à solicitação do serviço, através de formulário próprio, denominado "Solicitação de Prestação de Serviços de Horas-Máquina", vinculada ao Programa de Incentivo

à Agricultura.

Art. 56 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 57 Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1084/2005, Lei nº 1094/2005, Lei nº 1097/2005, Lei nº 1137/2005, Lei nº 1171/2006, Lei nº 1239/2007, Lei nº 1249/2007, Lei nº 1279/2007, Lei nº 1317/2008, Lei nº 1329/2008, Lei nº 1353/2008, Lei nº 1359/2008, Lei nº 1372/2009, Lei nº 1374/2009, Lei nº 1375/2009, Lei nº 1393/2009, Lei nº 1428/2009, Lei nº 1448/2010, Lei nº 1456/2010 e Lei nº 1522/2011.

Arroio Trinta - SC, 12 de novembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 12 de NOVEMBRO DE 2013.

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Lei Nº 1650, de 12/11/2013.

LEI Nº 1650, DE 12/11/2013.

Autoriza o Executivo Municipal a Celebrar Termo de Doação de Máquina, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE DOAÇÃO entre o Município de Arroio Trinta (DONATÁRIO) e o Governo Federal, através do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário (DOADOR), a título gratuito, e autoriza o Município de Arroio Trinta, fazer uso da MÁQUINA RETROESCAVADEIRA COM ENCARGOS PAC2, tudo em conformidade com o Termo de Doação (anexo).

Art. 2º Com a celebração do TERMO DE DOAÇÃO de que trata o artigo 1º, implicará por parte do Município e por parte do Governo Federal, as responsabilidades descritas no referido TERMO DE DOAÇÃO.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 12 de novembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 12 de novembro de 2013.

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Lei Nº 1651, de 12/11/2013.

LEI Nº 1651, DE 12/11/2013.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal no Município de Arroio Trinta (REFIS – Arroio Trinta).

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal no

Município de ARROIO TRINTA (REFIS – ARROIO TRINTA), com o fito de regularização de créditos tributários e não tributários do Município, sejam os decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária, inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, em razão de fatos geradores ocorridos em 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

§1º. Poderão ser incluídos no REFIS - ARROIO TRINTA eventuais saldos de parcelamentos com parcelas vencidas ou vincendas e os débitos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa até a data da formalização do pedido de ingresso.

§2º. O programa será administrado pela Secretaria Municipal da Administração e Finanças, ouvido o Setor Jurídico do Município, sempre que necessário, observados os termos, limites e condições desta Lei, aplicando-se, no que couber, a Lei nº 1077/2004 (Código Tributário Municipal) e suas alterações posteriores, bem como as demais normas previstas na legislação pertinente.

Art. 2º. O ingresso no REFIS - ARROIO TRINTA dar-se-á pela adesão mediante Contrato por Instrumento Particular de Confissão de Dívida firmado entre sujeito passivo, denominado devedor e sujeito ativo, Município de ARROIO TRINTA, denominado credor.

§1º. Os débitos tributários e não tributários incluídos no REFIS - ARROIO TRINTA serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso.

§2º. A formalização do pedido de ingresso no REFIS - ARROIO TRINTA poderá ser efetuada até 31 de dezembro de 2013.

§3º. A Secretaria Municipal da Administração utilizar-se-á de todas as informações disponíveis, exceto as sigilosas, na divulgação do REFIS - ARROIO TRINTA para efeito de cobrança dos débitos consolidados, com as opções de regularização previstas nesta Lei.

Art. 3º A formalização do pedido de ingresso no REFIS - ARROIO TRINTA implica no reconhecimento dos débitos tributários e não tributários nele incluídos e fica condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam os atos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo.

Art. 4º O sujeito passivo ao aderir ao REFIS - ARROIO TRINTA deverá se manifestar pelo pagamento do débito tributário e não tributário consolidado, optando expressamente por uma das seguintes condições:

REGULARIZAÇÃO	DESCONTO DE MULTAS	DESCONTO DE JUROS
Até 05 Parcelas	100%	100%
Até 10 Parcelas	60%	60%
Até 20 Parcelas	40%	40%

§1º. Nenhuma parcela poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§2º. Uma vez formalizada a opção por uma das hipóteses de parcelamento previstas no caput deste artigo, o sujeito passivo somente poderá alterar as condições de sua opção com a expressa concordância do Município de ARROIO TRINTA em instrumento escrito.

§3º. Na hipótese do parágrafo anterior a Secretaria Municipal da Administração e Finanças deverá proceder ao cálculo das diferenças resultantes de alteração do parcelamento, adequando o débito tributário e não tributário consolidado aos limites e percentuais da nova opção atentando, ainda, para a não cumulação das condições de pagamento previstas neste artigo, em especial, os percentuais de descontos.

§4º. Durante o período do parcelamento ficará suspensa a exigibilidade dos créditos tributários e não tributários.

§5º. Verificando-se a hipótese de desistência dos embargos à execução fiscal o devedor concordará com a suspensão do processo de execução pelo prazo do parcelamento a que se obrigou,

obedecendo-se o estabelecido no artigo 792, do Código de Processo Civil.

§6º. No caso do parágrafo anterior se liquidado o parcelamento nos termos desta Lei, o Município informará o fato ao juízo da execução fiscal e requererá a sua extinção, com fundamento no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, e artigo 39, da Lei de Execuções Fiscais.

§7º. Os depósitos judiciais efetivados em garantia do juízo serão imediatamente liberados ao Município para pagamento parcial do débito.

Art. 5º O vencimento da primeira parcela ou da parcela única dar-se-á na data de formalização do pedido de ingresso no REFIS - ARROIO TRINTA, e as demais parcelas no mesmo dia dos meses subsequentes, para qualquer opção de pagamento tratada no artigo anterior.

§1º. Caso a data do vencimento, referida no caput deste artigo, ocorra em dia que não haja expediente normal, o vencimento da parcela prorrogar-se-á para o primeiro dia útil subsequente sem qualquer prejuízo ou interferência na data de vencimento das demais parcelas.

§2º. Verificado o inadimplemento de duas parcelas, consecutivas ou não, ou o atraso por três vezes consecutivas ou não, ao saldo remanescente serão acrescidos os encargos previstos no Código Tributário Municipal, seguindo-se ou prosseguindo-se com a cobrança judicial do débito.

Art. 6º. O ingresso no REFIS - ARROIO TRINTA impõe ao sujeito passivo a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida relativa aos débitos tributários e não tributários nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no artigo 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e no artigo 202, inciso VI, do Código Civil.

Parágrafo único. O ingresso no REFIS - ARROIO TRINTA impõe, ainda, ao sujeito passivo o pagamento regular dos tributos municipais, com vencimento posterior à data do ingresso no programa.

Art. 7º. O sujeito passivo será excluído do REFIS - ARROIO TRINTA, sem notificação prévia, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei, em especial, o disposto no §2º, do artigo 5º;

II - estar em atraso com o pagamento de qualquer parcela há mais de 60 (sessenta) dias;

III - decretação de falência ou extinção pela liquidação da pessoa jurídica;

IV - cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova, oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio assumir solidariamente com a cindida as obrigações do REFIS - ARROIO TRINTA.

Parágrafo único. A exclusão do sujeito passivo do REFIS - ARROIO TRINTA implica a perda de todos os benefícios desta Lei, acarretando as consequências previstas no §2º, do artigo 5º.

Art. 8º. Os benefícios previstos nesta Lei não serão cumulativos com qualquer outro.

Art. 9º. Os débitos não tributários, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, poderão ser incluídos no REFIS - ARROIO TRINTA.

Art. 10. A vigência da presente Lei não configura restrição ao direito/dever do Poder Executivo Municipal de propor as medidas judiciais pertinentes para a cobrança dos créditos tributários e não tributários ameaçados pelo alcance do instituto da prescrição.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua sanção.

Art. 12. Revogam-se as disposições contrárias.

Arroio Trinta – SC, 12 de novembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 12 de novembro de 2013.

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Lei Nº 1652, de 12/11/2013.

LEI Nº 1652, DE 12/11/2013.

Concede-se a Isenção do Pagamento da Taxa Devida ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) Aos Eventos e Pessoas que Específica, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Ficam isentos de pagamento da taxa devida ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), todos os eventos realizados gratuitamente ou sem fins lucrativos no Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, por sociedades, fundações, associações religiosas, culturais, instrutivas, científicas, artísticas, literárias, recreativas, esportivas e educacionais que tenham por objeto promover lazer, assistência ou conagração de seus associados e terceiros.

§1.º Consideram-se eventos sem fins lucrativos para efeitos desta lei aqueles realizados por entidades com as finalidades filantrópicas, por pessoas idosas (eventos da terceira idade), comunidades do interior do Município, associações de moradores de bairros, casamentos, festas de aniversários, escolas, creches, templos de qualquer culto e pelo Poder Público Municipal de Arroio Trinta, SC.

§2.º A isenção prevista nesse artigo prevalece ainda que o evento seja realizado em salão de eventos locados.

Art. 2.º A isenção prevista no Artigo 1.º é extensiva, também, aos bares, restaurantes e hotéis e demais estabelecimentos comerciais relativamente a aparelhos de som, televisores ou similares permanentemente instalados em suas dependências e desde que a atividade do estabelecimento não seja a realização de eventos shows, entretenimento ou similares.

Art. 3.º A isenção prevista nessa lei anterior não constitui ofensa aos direitos autorais.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 12 de novembro de 2013

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 12 de novembro de 2013.

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Lei Nº 1654, de 20/11/2013.

LEI Nº 1654, DE 20/11/2013.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do ano 2013, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais).**Artigo 2º** - O crédito adicional suplementar definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

02.01.28.846.2800.0.000000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL		
31910000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	10.000,00

02.01.04.122.0401.2.000003	MANUT. DA SECRETARIA DE ADMIN. E FINANÇAS		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	87.000,00
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	23.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	110.000,00

02.03.20.606.2001.2.000049	MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	32.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	32.000,00

02.05.13.392.1301.2.000039	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	46.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	46.000,00

02.05.27.812.2701.2.000057	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	13.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	13.000,00

02.06.15.452.1503.2.000043	MANUT. DOS SERVIÇOS DE UTIL. PÚBLICA		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	7.000,00

02.09.10.306.1002.2.000027	PROG. SUPL. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	1.000,00

02.09.08.244.0801.2.000008	MANUT. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	21.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	21.000,00

02.10.26.782.2601.2.000053	MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E OBRAS		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	4.500,00
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	15.500,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	20.000,00

Artigo 3º - Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no Artigo 2º será feita anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02.01.04.122.0401.2.000002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	22.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	22.000,00

02.01.28.846.2800.0.000000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL		
32900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	8.000,00



02.02.04.122.0402.1.000004	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	40.000,00
02.01.04.122.0401.2.000003	MANUT.DA SECRETARIA DE ADMIN. E FINANÇAS		
33500000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
44900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	30.000,00
02.03.10.605.1003.1.000028	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	40.000,00
02.03.18.541.1801.2.000046	MANUT. DAS ATIV. DE PROTEÇÃO AMBIENTAL		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	15.000,00
02.03.18.541.1801.2.000046	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00
02.05.13.392.1301.2.000039	MANUT. DAS ATIV. CULTURAIS		
33500000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
44900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	7.000,00
02.05.27.812.2701.1.000062	AMPLIAÇÃO DA ÁREA ESPORTIVA		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00
02.05.27.812.2701.2.000057	MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS		
33500000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	6.500,00
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	18.000,00
44900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	31.500,00
02.06.15.452.1503.2.000043	MANUTENÇÃO DOS SERV. DE UTILIDADE PÚBLICA		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	7.000,00
02.06.16.482.1601.1.000044	APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00
02.07.22.661.2201.1.000051	PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
33500000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00
02.07.23.695.2301.1.000061	PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	8.500,00
	TOTAL ANULADO	R\$	13.500,00
02.08.17.512.1701.1.000045	SANEAMENTO GERAL		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	10.000,00
02.09.08.244.0801.1.000063	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MÚLTIPLO USO		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00

	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00
02.09.08.244.0801.2.000008	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
33500000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	3.000,00
02.12.08.242.0801.2.000011	APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA		
33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	8.000,00

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Arroio Trinta - SC, 20 de novembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 20 de novembro de 2013.

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Decreto Nº 1571, de 20 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº 1571, de 20 de novembro de 2013.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1654 de 20/11/2013,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do ano 2013, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais).

Artigo 2º - O crédito adicional suplementar definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

02.01.28.846.2800.0.000000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL		
31910000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	10.000,00
02.01.04.122.0401.2.000003	MANUT. DA SECRETARIA DE ADMIN. E FINANÇAS		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	87.000,00
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	23.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	110.000,00
02.03.20.606.2001.2.000049	MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	32.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	32.000,00
02.05.13.392.1301.2.000039	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	46.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	46.000,00
02.05.27.812.2701.2.000057	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	13.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	13.000,00
02.06.15.452.1503.2.000043	MANUT. DOS SERVIÇOS DE UTIL. PÚBLICA		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	7.000,00

02.09.10.306.1002.2.000027	PROG. SUPL. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	1.000,00
02.09.08.244.0801.2.000008	MANUT. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	21.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	21.000,00
02.10.26.782.2601.2.000053	MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E OBRAS		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	4.500,00
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	15.500,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	20.000,00

Artigo 3º - Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no Artigo 2º será feita anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02.01.04.122.0401.2.000002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	22.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	22.000,00
02.01.28.846.2800.0.000000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL		
32900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	8.000,00
02.02.04.122.0402.1.000004	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	40.000,00
02.01.04.122.0401.2.000003	MANUT.DA SECRETARIA DE ADMIN. E FINANÇAS		
33500000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
44900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	30.000,00
02.03.10.605.1003.1.000028	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	40.000,00
02.03.18.541.1801.2.000046	MANUT. DAS ATIV. DE PROTEÇÃO AMBIENTAL		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	15.000,00
02.03.18.541.1801.2.000046	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00
02.05.13.392.1301.2.000039	MANUT. DAS ATIV. CULTURAIS		
33500000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
44900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	7.000,00
02.05.27.812.2701.1.000062	AMPLIAÇÃO DA ÁREA ESPORTIVA		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00
02.05.27.812.2701.2.000057	MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS		
33500000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	6.500,00
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	18.000,00
44900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	31.500,00

02.06.15.452.1503.2.000043	MANUTENÇÃO DOS SERV. DE UTILIDADE PÚBLICA		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	7.000,00
02.06.16.482.1601.1.000044	APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00
02.07.22.661.2201.1.000051	PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
33500000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00
02.07.23.695.2301.1.000061	PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	8.500,00
	TOTAL ANULADO	R\$	13.500,00
02.08.17.512.1701.1.000045	SANEAMENTO GERAL		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	10.000,00
02.09.08.244.0801.1.000063	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MÚLTIPLO USO		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00
02.09.08.244.0801.2.000008	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
33500000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	3.000,00
02.12.08.242.0801.2.000011	APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA		
33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	8.000,00

Artigo 4º - Este decreto entra em vigência na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Arroio Trinta - SC, 20 de novembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 20 de novembro de 2013.

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
Responsável Secretaria de Administração e Finanças



PEGAS 
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Decreto Nº 1572, de 22 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº 1572, de 22 de novembro de 2013.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art.53, § 1º da Lei 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação, com fim específico de avaliar os seguintes Bens:

1. UM VEÍCULO KIA BESTA GS, 82 CV, CAP. 12 PESSOAS, ANO/MODELO 2000, CHASSI Nº KNHTR7312Y7012562.

2. UM VEÍCULO MICROONIBUS, AGRALE/MPOLO SENIOR GVM, 145 CV, CAP. 20 PESSOAS, ANO/MODELO 2003, CHASSI Nº 9BYC22P1S3C002576.

3. UMA RETRO ESCAVADEIRA CASE, MODELO 580 SUPER M.

Parágrafo único. Os bens móveis de que trata o "caput" deste Artigo serão avaliados pela comissão composta com os seguintes membros:

1. ALDO GEMELI
2. ITACIR CAMILO BIAVA
3. AFONSO CONSONI
4. CLAUDIR CREPALDI
5. JULIAR LUIZ MANENTI

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 22 de novembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1573, de 22 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº 1573, de 22 de novembro de 2013.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.603 de 24/10/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0201.04.122.0402.200003 MANUT. DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
33900000-0100-000 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 20.000,00

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES
0205.13.392.1301.2040 MANUT. DAS FESTIVIDADES MUNICIPAIS
33000000-0300-000 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 20.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo único. R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), por conta do excesso de arrecadação, na Fonte 00100 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 22 de novembro de 2013.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 22 de novembro de 2013.

Michel Junior Serighelli

Secretário Municipal de Administração

Pregão Presencial Nº 0020/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0020/2013

Tipo: Menor preço global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA PLANEJAMENTO, PRODUÇÃO, MONTAGEM E EXECUÇÃO DE SHOW PIROTÉCNICO, PARA A FESTA DO REVEILLON 2013/2014, QUE SERÁ REALIZADO AO LADO DO ESPAÇO CULTURAL GUSTAVO FALCHETTI, NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA. Regimento: Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Consolidadas.

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09:00h do dia 10/12/2013

Abertura dos Envelopes: Às 10:00h do dia 10/12/2013.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 25 de novembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Biguaçu**PREFEITURA****Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 131/2013 - FMS**

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A SECRETARIA

MUNICIPAL DA SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 15h00min do dia 28/11/2013, às 14h59min do dia 10/12/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 15h00min do dia 10/12/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº, anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 28/11/2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: compras@saudebigua.sc.gov.br

Biguaçu, SC, 25 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

POR DELEGAÇÃO - LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário de Saúde

Errata Nº. 02 ao Pregão Presencial com Registro de Preços Nº. 113/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 02 AO EDITAL Nº. 113/2013 – PREGÃO PRESENCIAL, COM REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL, COM REGISTRO DE PREÇOS SOB O Nº 113/2013

Devido a falta de apontamento quanto ao miligrama do item 223. Assim, considera-se:

Onde se lê no item 223 – Anexo II (Pregão Presencial nº. 113/2013 – FMS)

(...)

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
223	50,00	AMPO	8,54	PROPOFOL 1%

(...)

LEIA-SE no item 223 – Anexo II (Pregão Presencial nº. 113/2013 – FMS)

(...)

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
223	50,00	AMPO	8,54	PROPOFOL AMPOLA DE 20 ML (10 MG/ML) , SEDATIVO POTENTE HIPNÓTICO, VENOSO PARA PROCEDIMENTOS DE CURTA DURAÇÃO E QUE NÃO DEIXA AÇÃO RESIDUAL, POSSUI AÇÃO ANTIEMÉTICA.

(...)

.As demais informações constantes no aviso de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 25 de novembro de 2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde

Lei Nº 3422/2013

LEI Nº 3422/2013 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013

ALTERA A LEI Nº 2419/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Altera o caput do artigo 1º da Lei nº 2419/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Poderão ser regularizados uma ou mais edificações no mesmo lote, ainda que não observem a legislação em vigor, concluídos até 31 de Dezembro de 2012, desde que tenham condições mínimas de higiene, segurança de uso, estabilidade e habilidade, atendidas as condições estabelecidas nesta lei.

Art. 2º - Fica revogado o inciso II do art. 3º da Lei nº 2419/2007.

Art. 3º. Os incisos V e suas alíneas, bem como o inciso VII do art. 7º da Lei nº 2419/2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

V - Os seguintes projetos e documentos:

a) projeto arquitetônico e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

b) projeto hidrossanitário para as edificações multifamiliares acima de 04 unidades;

()

VII - Cópia do cadastro municipal, declaração/certidão do Setor de Tributos Municipal, ou declaração de confrontantes e/ou vizinhos atestando que a obra em 31 de dezembro de 2012 estava com as condições exigidas.

Art. 4º. O caput do artigo 8º da Lei nº 2419/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º - Desde que devidamente requerida e feito o recolhimento da competente taxa, serão consideradas regulares as edificações residenciais, comerciais, ou com uso misto, desde que permitido na zona de uso, localizadas em terrenos com lançamento fiscal para o exercício de 2012 já desdobrado e no qual conste essa área construída.

Parágrafo Único - Quando a área construída objeto de regularização for diferente da área construída lançada no Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, o interessado deverá proceder nos termos do disposto nesta lei."

Art. 5º. A alínea "b" do artigo no 9º, e a alínea "b" do § 1º também do artigo no 9º da Lei nº 2419/2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º ()

b) destinada ao uso comercial ou uso misto, excetuadas aquelas com uso industrial ou para depósito ou comércio de produtos perigosos;

()

§ 1º ()

b) cópia da notificação do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU do exercício de 2012, relativa ao imóvel onde se localiza a edificação ou gleba na qual estiver incluído;

Art. 6º. O art. 18º da Lei nº 2419/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18 - As edificações em lotes pertencentes a loteamentos implantados irregularmente, até 31 de dezembro de 2012, no Município de Biguaçu poderão ser regularizadas se obedecidos os critérios e os prazos estabelecidos nesta lei, desde que através de outro documento comprove indubitavelmente a posse da área.

Art. 7º. O art. 21º da Lei nº 2419/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21 - O prazo para protocolamento acompanhado dos documentos exigidos e recolhimentos correspondentes, necessários à regularização de que cuida esta lei, será até 31 de dezembro de 2015.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 25 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei nº 3422/2013, de 25/11/2013

Sancionada em 25/11/2013

Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS

Escriturária

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 115/2013 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DOS BENS IMÓVEIS, BEM COMO PARA O SUPORTE DE INFORMÁTICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:
Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 02/12/2013, às 13h59min do dia 12/12/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 12/12/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 02/12/2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: compras@saudebigua.sc.gov.br

Biguaçu, SC, 25 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

POR DELEGAÇÃO - LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário de Saúde

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 130/2013 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 13h00min do dia 29/11/2013, às 12h59min do dia 11/12/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13h00min do dia 11/12/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 29/11/2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: compras@saudebigua.sc.gov.br

Biguaçu, SC, 25 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

POR DELEGAÇÃO - LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário de Saúde

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 132/2013 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA O PROGRAMA DST/HIV/AIDS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 13h00min do dia 27/11/2013, às 12h59min do dia 09/12/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13h00min do dia 09/12/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 27/11/2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: compras@saudebigua.sc.gov.br

Biguaçu, SC, 25 de novembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

POR DELEGAÇÃO - LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário de Saúde

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 133/2013 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando AQUISIÇÃO DE ALIMENTO ANIMAL, MATERIAIS E MEDICAMENTOS DESTINADOS AO CASTRAMÓVEL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto

5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 13h00min do dia 28/11/2013, às 12h59min do dia 10/12/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13h00min do dia 10/12/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 28/11/2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: compras@saudebigua.sc.gov.br

Biguaçu, SC, 25 de novembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

POR DELEGAÇÃO - LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário de Saúde

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 134/213 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando AQUISIÇÃO DE ROUPARIA PARA USO DA POLICLÍNICA E UPA 24HRS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 15h00min do dia 29/11/2013, às 14h59min do dia 11/12/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 15h00min do dia 11/12/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a

partir do dia 29/11/2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: compras@saudebigua.sc.gov.br

Biguaçu, SC, 25 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

POR DELEGAÇÃO - LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário de Saúde

Errata Nº. 03 - Pregão Presencial com Registro de Preços Nº. 113/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 03 AO EDITAL Nº. 113/2013 – PREGÃO PRESENCIAL, COM REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL, COM REGISTRO DE PREÇOS SOB O Nº 113/2013

Devido a falta de apontamento quanto ao miligrama do item 22. Assim, considera-se:

Onde se lê no item 223 – Anexo II (Pregão Presencial nº. 113/2013 – FMS)

(...)

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
22	50.000,00	COMP	1,09	AMOXICILINA, ASSOCIADA C/ CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG+25 MG

(...)

LEIA-SE no item 223 – Anexo II (Pregão Presencial nº. 113/2013 – FMS)

(...)

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
22	50.000,00	COMP	1,09	AMOXICILINA, ASSOCIADA C/ CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG+125 MG

(...)

.As demais informações constantes no aviso de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 26 de novembro de 2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde

Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 19/2013 FMA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DE NOTA DE PRODUTOR RURAL.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 16:45 horas, do dia 6 dezembro, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 17:00 horas, do dia 6 dezembro, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 154/2013 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO , MÃO DE OBRA CÓPIAS DE CHAVES E FECHADURAS, PARA ADMINISTRAÇÃO , SECRETARIA DA FAZENDA ,PROCURADORIA ,SOL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 6 dezembro, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 6 dezembro, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 27/2013 FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA USO DA CASA LAR MUNICIPAL.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 11 dezembro, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 11 dezembro, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 11/2013 FUNREBOM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ESTA UNIDADE DE BOMBEIROS MILITAR.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 11 dezembro, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 11 dezembro, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 25 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Gastos com Educação

RREO – Anexo 8 (LDB, art. 72)

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO - MDEB.
REFERÊNCIA ATÉ OUTUBRO DE 2013

Receita produto de Impostos.	66.417.405,81
1.1. Receita de Impostos	14.509.470,63
1.1.1. Receita de IPTU	2.017.772,41
1.2. Receita de ITBI	2.311.484,73
1.3. Receita de ISS	7.548.354,27
1.4. Receita de IRRF	1.751.695,39
1.5. Receita de Multas e Juros de Mora sobre os Impostos	37.527,83
1.6. Receita de Dívida Ativa de Impostos Multas e Juros de Mora sobre os Impostos	810.298,88
1.7. Receita de Multas e Juros de Mora sobre a Dívida Ativa de Impostos	38.631,88
1.8. (-) Descontos e Renúncia de Receita	-6.294,76
1.2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais	51.907.935,18
2.1. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea “b”.	15.686.921,53
2.2. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea “d”.	0,00
2.3. Cota-Parte do ITR	53.269,69
2.4. Cota-Parte do ICMS	31.802.246,07
2.5. ICMS – Desoneração – LC nº 87/1996	187.002,70
2.6. Cota-Parte do IPI Exportação	463.578,10
2.7. Cota-Parte do IPVA	3.714.917,09
2.8. Cota-Parte IOF - Ouro	0,00
2. Origem dos Recursos Vinculados à MDEB	
CÓDIGO D.R.	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS VALOR
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB (26,09% do item 1, conforme LOA) 17.328.301,17
0.3.01.000000	Superávit Financeiro de Recursos de Impostos para MDEB 3.479,81
0.1.06.000000	Transferências do Salário Educação 1.073.441,52
0.3.06.000000	Superávit Financeiro das Transferências do salário Educação 78.759,07
0.1.07.000000	Programa Dinheiro Direto nas Escolas - PDDE 0,00
0.3.07.000000	Superávit Financeiro do PDDE 1.223,28
0.1.09.000000	Programa Nacional de Transportes Escolar – PNATE 15.774,02
0.3.09.000000	Superávit Financeiro do PNATE 666,40
0.1.12.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB – 89,93% 10.102.573,23
0.3.12.000000	Superávit Financeiro das Transferências de Recursos do FUNDEB 79.031,33
0.1.13.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB – 10,07% 1.260.166,17
0.3.13.000000	Superávit Financeiro de Transferências de Recursos do FUNDEB 0,00
0.1.70.000127	Convênio com o MEC/FNDE – Aquisição de Ônibus 0,00
0.1.70.000140	Convênio MEC – Ampliação de Rede Física de Ensino Infantil 282.660,10
0.3.70.000140	Superávit Financeiro Convênio MEC - Ampl. Rede Fis. Ensino Infantil 470.352,70
0.1.70.000201	Convênio MEC - Construção de Cobertura de Quadra em Escola 0,00
0.3.70.000201	Superávit Financeiro Construção Cobertura de Quadra em Escola 35.752,99
0.1.71.000012	Convênio SDR – Transporte Escolar 615.883,00
0.1.71.000177	Convênio SDR – Aquisição de Ônibus 0,00
0.1.81.000001	Remuneração de Depósito Bancário - FUNDEB 18.226,15
0.3.81.000001	Superávit Financeiro RDB – FUNDEB 12.788,60
0.1.81.000002	RDB – Salário Educação 14.565,13

0.3.81.000002	Superávit Financeiro RDB – Salário Educação	12.749,06
0.1.81.000006	RDB – PNATE	735,46
0.3.81.000006	Superávit Financeiros RDB – PNATE	1.854,49
0.1.81.000011	RDB – Convênio SDR – Transporte Escolar.	607,85
0.3.81.000011	Superávit Financeiro RDB Convênio SDR – Transporte Escolar	3.348,65
0.3.81.000183	Superávit Financeiro RDB Profissionalização de Jovens e Adultos	8.226,23
0.3.85.000099	Superávit Financeiro Alienação de Bens da Educação	15.076,38
	TOTAL	31.436.242,79

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MDEB

CÓDIGO DA F.R.	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR DA EXIGÊNCIA LEGAL	DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O MÊS	DIFERENÇA		
3.1. Receita de Impostos			17.331.780,98	17.321.058,39	-10.722,59		
0.1.01.000000	361	Ensino Fundamental	6.945.210,70	3.716.988,13	-3.228.222,57		
0.1.01.000000	365	Educação Infantil	0,00	3.071.552,52	3.071.552,52		
0.1.01.000000	366	Educação Jovens e Adultos	0,00	159.561,43	159.561,43		
0.1.01.000000	843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00		
0.1.01.000000		Retenção FUNDEB	10.383.090,47	10.383.090,47	0,00		
0.3.01.000000	361	Ensino Fundamental	3.479,81	0,00	-3.479,81		
0.3.01.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00		
(-) Cancelamento de Restos a Pagar			0,00	-10.134,16	-10.134,16	-10.134,16	-10.134,16
(-) RP não Processado e Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Pagamento de RP Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2. Receita do Fundeb e de RDB			11.380.965,55	12.372.693,14	991.727,59		
0.1.12.000000	361	Ensino Fundamental	10.102.573,23	4.393.409,74	-5.709.163,49		
0.1.12.000000	365	Educação Infantil	0,00	7.769.754,73	7.769.754,73		
0.1.13.000000	361	Ensino Fundamental	1.260.166,17	209.528,67	-1.050.637,50		
0.1.13.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00		
0.1.81.000001	361	Ensino Fundamental	18.226,15	0,00	-18.226,15		
3.3. Recursos do SF do FUNDEB a ser Aplicado até março 2013			91.819,93	91.819,93	0,00		
0.3.12.000000	361	Ensino Fundamental	79.031,33	79.031,33	0,00		
0.3.81.000001	361	Ensino Fundamental	12.788,60	12.788,60	0,00		
3.4. Receita de Outras Fontes			2.631.676,33	1.757.345,14	-874.331,19		
0.1.06.000000	361	Ensino Fundamental	1.073.441,52	352.085,38	-721.356,14		
0.1.06.000000	365	Educação Infantil	0,00	337.670,71	337.670,71		
0.3.06.000000	361	Ensino Fundamental	78.759,07	67.970,08	-10.788,99		
0.1.07.000000	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00		
0.3.07.000000	361	Ensino Fundamental	1.223,28	0,00	-1.223,28		
0.1.09.000000	361	Ensino Fundamental	15.774,02	4.339,00	-11.435,02		
0.3.09.000000	361	Ensino Fundamental	666,40	666,40	0,00		

0.1.70.000127	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00		
0.1.70.000140	365	Educação Infantil	282.660,10	128.233,32	-154.426,78		
0.3.70.000140	365	Educação Infantil	470.352,70	222.479,52	-247.873,18		
0.1.70.000201	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00		
0.3.70.000201	361	Ensino Fundamental	35.752,99	0,00	-35.752,99		
0.1.71.000012	361	Ensino Fundamental	615.883,00	637.507,04	21.624,04		
0.1.71.000177	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00		
0.1.81.000002	361	Ensino Fundamental	14.565,13	0,00	-14.565,13		
0.3.81.000002	361	Ensino Fundamental	12.749,06	0,00	-12.749,06		
0.1.81.000006	361	Ensino Fundamental	735,46	675,62	-59,84		
0.3.81.000006	361	Ensino Fundamental	1.854,49	1.854,49	0,00		
0.1.81.000011	361	Ensino Fundamental	607,85	514,93	-92,92		
0.3.81.000011	361	Ensino Fundamental	3.348,65	3.348,65	0,00		
0.3.81.000183	361	Ensino Fundamental	8.226,23	0,00	-8.226,23		
0.3.85.000099	361	Ensino Fundamental	15.076,38	0,00	-15.076,38		
TOTAL			31.436.242,79	31.542.916,60	106.673,81		
4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS			MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA		
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			25% do item 1	26,08%	1,08%		
4.2. Remuneração dos Profissionais do Magistério			60% do Fundeb	106,87%	46,87%		
4.3. Aplicação dos recursos do FUNDEB no Exercício			95%	108,71%	13,71%		

5. MEMÓRIA DE CALCULO DOS % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS

4.1 = $17.321.058,39 \times 100 / 66.417.405,81 = 26,08\%$ 4.2 = $4.393.409,74 + 7.769.754,73 \times 100 / 11.380.965,55 = 106,87\%$ 4.3 = $12.372.693,14 \times 100 / 11.380.965,55 = 108,71\%$

Biguaçu, 11 de novembro de 2013.

JOSE CASTELO DESCHAMPS	KÁTIA ROUSSENQ BICHELS	
Prefeito Municipal	Secretária Municipal da Educação	

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO	JOHN KENNEDY LARA DA COSTA
Contadora – CRC/SC 028726/O-6	Secretário Municipal da Fazenda

Gastos com Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

RREO – Anexo 12 (LC nº 141/2012, art. 35)

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS.
REFERÊNCIA ATÉ OUTUBRO DE 2013

Receita produto de Impostos.	66.417.405,81
1.1. Receita de Impostos	14.509.470,63
1.1. Receita de IPTU	2.017.772,41



1.2. Receita de ITBI	2.311.484,73	
1.3. Receita de ISS	7.548.354,27	
1.4. Receita de IRRF	1.751.695,39	
1.5. Receita de Multas e Juros de Mora sobre os Impostos	37.527,83	
1.6. Receita de Dívida Ativa de Impostos Multas e Juros de Mora sobre os Impostos	810.298,88	
1.7. Receita de Multas e Juros de Mora sobre a Dívida Ativa de Impostos	38.631,88	
1.8. (-) Descontos e Renúncia de Receita	-6.294,76	
1.2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais	51.907.935,18	
2.1. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea “b”.	15.686.921,53	
2.2. Cota-Parte do ITR	53.269,69	
2.3. Cota-Parte do ICMS	31.802.246,07	
2.4. ICMS – Desoneração – LC nº 87/1996	187.002,70	
2.5. Cota-Parte do IPI Exportação	463.578,10	
2.6. Cota-Parte do IPVA	3.714.917,09	
2.7. Cota-Parte IOF - Ouro	0,00	
2. Origem dos Recursos Vinculados a ASPS		
CÓDIGO D.R.	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS (24,0% do item 1, conforme LOA)	15.940.177,39
0.3.02.000000	Superávit Financeiro dos Recursos de impostos p/ ASPS	29.421,83
0.1.14.000000	Transferência da Concessionária de Água e Esgoto	0,00
0.3.14.000000	Superávit Financeiro Construção do Hospital de Biguaçu	100,00
0.2.20.000000	Outras Receitas Correntes	57.124,27
0.6.20.000000	Superávit Financeiro de Outras Receitas Correntes	53.174,58
0.2.27.000000	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	171.603,87
0.6.27.000000	Superávit Financeiro Taxa de Vigilância Sanitária	4.957,99
0.2.28.000042	Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	1.212.403,35
0.6.28.000042	Superávit Financeiro Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	77.563,09
0.2.28.000043	Vigilância Sanitária	11.167,64
0.6.28.000043	Superávit Financeiro Vigilância Sanitária	2.336,49
0.2.28.000044	Assistência Farmacêutica Básica	-3.337,74
0.2.28.000044	Assistência Farmacêutica Básica	224.510,12
0.2.28.000045	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	162.509,61
0.6.28.000045	Superávit Financeiro Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	34.465,28
0.2.28.000046	Agentes Comunitários de Saúde	1.297.489,00
0.6.28.000046	Superávit Financeiro Agentes Comunitários de Saúde	240.547,57
0.2.28.000047	Saúde da Família	1.197.490,00
0.6.28.000047	Superávit Financeiro Saúde da Família	21.223,83
0.2.28.000120	Vigilância Epidemiológica DST/HIV/AIDS	85.712,08
0.6.28.000120	Superávit Financeiro Vigilância Epidemiológica DST/HIV/AIDS	6.669,13
0.2.28.000048	SAMU	126.875,00
0.6.28.000048	Superávit Financeiro SAMU	25.006,01
0.2.28.000049	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	69.300,00
0.6.28.000049	Superávit Financeiro Centro de Espec. Odontológicas – MAC/CEO	3.602,10
0.2.28.000050	Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF	160.000,00
0.6.28.000050	Superávit Financeiro Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF	44.427,15
0.2.28.000119	Produção Hospitalar e Ambulatorial	1.568.118,49

0.6.28.000119	Superávit Financeiro Produção Hospitalar e Ambulatorial	289.438,65
0.2.28.000179	Programa Melhoria Acesso da Qualidade – PAB Variável	1.044.400,00
0.6.28.000179	Superávit Financeiro Programa Melhoria Acesso da Qualidade	50.284,08
0.2.28.000180	Programa de Requalificação de UBS	454.674,81
0.6.28.000180	Superávit Financeiro Programa de Requalificação de UBS	67.676,54
0.2.28.000184	Saúde Bucal	133.800,00
0.6.28.000184	Superávit Financeiro Saúde Bucal	16.692,48
0.2.28.000185	Polos de Academia de Saúde	0,00
0.6.28.000185	Superávit Financeiro Polos de Academia de Saúde	16.000,00
0.2.28.000186	Produção Ambulatorial e Hospitalar	1.550.000,00
0.6.28.000186	Superávit Financeiro Produção Ambulatorial e Hospitalar	44.309,86
0.2.28.000187	Centro Psico-Social	130.422,00
0.2.28.000203	Compensação de Especificidades Regionais	1.850,00
0.6.28.000203	Superávit Financeiro Compensação de Especificidades Regionais	2.775,00
0.2.28.000205	MAC por Demandas Judiciais	20.803,20
0.2.28.000206	Rede viver sem Limites	4.950,00
0.6.28.000206	Superávit Financeiro Rede viver sem Limites	9.900,00
0.6.29.000051	Superávit Financeiro Vigilância Sanitária	39,04
0.2.29.000052	Assistência Farmacêutica Básica	196.553,25
0.6.29.000052	Superávit Financeiro Assistência Farmacêutica Básica	157.200,02
0.2.29.000053	Centro de Especialidades Odontológicas	34.170,00
0.6.29.000053	Superávit Financeiro Centro de Especialidades Odontológicas	19.226,98
0.2.29.000188	Produção Ambulatorial e Hospitalar	0,00
0.6.29.000188	Superávit Financeiro Produção Ambulatorial e Hospitalar	18.233,59
0.2.29.000171	Produção Hospitalar e Ambulatorial	0,00
0.6.29.000171	Superávit Financeiro Produção Hospitalar e Ambulatorial	18.377,13
0.2.29.000125	Co-Financiamento	246.480,00
0.6.29.000125	Superávit Financeiro Co-Financiamento	279.688,42
0.6.29.000231	Superávit Financeiro Farmácia Básica	4.872,25
0.6.29.000232	Superávit Financeiro Emergências de Enchentes	6.960,00
0.2.29.000155	Incentivo p/ Operacionalização da Port. GM 2588/2008	0,00
0.2.29.000188	Produção Hospitalar e Ambulatorial/CAPS	0,00
0.6.29.000188	Superávit Financeiro Produção Hospitalar e Ambulatorial	137.144,50
0.2.30.000000	Transf. Municípios de Governador Celso Ramos e Antônio Carlos	8.946,00
0.2.70.000102	Convênio Ministério da Saúde – UPA	0,00
0.6.70.000102	Superávit Financeiro Convênio Ministério da Saúde – UPA	7.316,98
0.2.70.000126	Convênio Ministério da Saúde – UBS Centro	50.000,00
0.2.70.000126	Superávit Financeiro Convênio Ministério da Saúde – UBS Centro	-20.833,71
0.2.70.000172	Convênio Ministério da Saúde – UBS Fundos	100.000,00
0.2.70.000172	Superávit Financeiro Convênio Ministério da Saúde – UBS Fundos	-86.701,15
0.2.70.000191	Convênio Ministério da Saúde Ampliação de Unidade Básica de Saúde	0,00
0.6.70.000191	Superávit Financeiro Convênio MS Ampliação Unidade Básica de Saúde	124.336,23

0.2.70.000192	Convênio MS Programa de Requalificação UBS	558.000,00
0.2.71.000055	Convênio SDR – Construção Hospital Regional	0,00
0.2.71.000178	Convênio SDR – Aquisição de Veículo	0,00
0.3.80.000000	Superávit Financeiro RDB de Recursos Ordinários	1.919,21
0.2.81.000041	Receita de RDB de Recursos Vinculados à Saúde	70.355,44
0.6.81.000041	Superávit Financeiro de Receita de RDB Vinculados à Saúde	30.258,56
0.2.81.000204	Receita de RDB Convênio SDR - Aquisição de Veículo	0,00
0.6.81.000204	Superávit Financeiro de Receita de RDB Convênio SDR	163,04
0.2.85.000101	Alienação de Veículos da Saúde	0,00
0.6.85.000101	Superávit Financeiro Alienação de Veículos da Saúde	8.700,00
	TOTAL	28.634.020,53

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

CÓDIGO DA F.R.	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O MÊS	DIFERENÇA
3.1. Receita de Impostos			15.969.599,22	13.625.337,09	-2.344.262,13
0.1.02.000000	301	Atenção Básica	15.940.177,39	11.697.946,78	-4.242.230,61
0.1.02.000000	302	Assistência Hospitalar e Ambul.	0,00	1.759.127,55	1.759.127,55
0.1.02.000000	304	Vigilância Sanitária	0,00	125.960,66	125.960,66
0.1.02.000000	305	Vigilância Epidemiológica	0,00	65.416,37	65.416,37
0.3.02.000000	301	Atenção Básica	29.421,83	0,00	-29.421,83
(-) Cancelamento de Restos a Pagar			0,00	23.114,27	-23.114,27
(-) RP não Processado e Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00
(+) Pagamento de RP Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00
3.2. Receita de Outras Fontes			12.664.421,31	10.795.013,89	-1.869.407,42
0.1.14.000000	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.3.14.000000	301	Atenção Básica	100,00	0,00	-100,00
0.2.20.000000	301	Atenção Básica	57.124,27	34.511,30	-22.612,97
0.6.20.000000	301	Atenção Básica	53.174,58	53.174,58	0,00
0.2.27.000000	304	Vigilância Sanitária	171.603,87	135.767,40	-35.836,47
0.6.27.000000	304	Vigilância Sanitária	4.957,99	1.186,58	-3.771,41
0.2.28.000042	301	Atenção Básica	1.212.403,35	723.016,02	-489.387,33
0.6.28.000042	301	Atenção Básica	77.563,09	7.307,60	-70.255,49
0.2.28.000043	304	Vigilância Sanitária	11.167,64	9.044,34	-2.123,30
0.6.28.000043	304	Vigilância Sanitária	2.336,49	1.592,21	-744,28
0.2.28.000044	301	Atenção Básica	-3.337,74	0,00	3.337,74
0.2.28.000044	301	Atenção Básica	224.510,12	301.721,80	77.211,68
0.2.28.000045	305	Vigilância Epidemiológica	162.509,61	201.948,88	39.439,27
0.6.28.000045	305	Vigilância Epidemiológica	34.465,28	21.978,27	-12.487,01
0.2.28.000046	301	Atenção Básica	1.297.489,00	1.282.483,21	-15.005,79
0.6.28.000046	301	Atenção Básica	240.547,57	240.547,57	0,00
0.2.28.000047	301	Atenção Básica	1.197.490,00	1.388.967,96	191.477,96
0.6.28.000047	301	Atenção Básica	21.223,83	21.223,83	0,00
0.2.28.000120	305	Vigilância Epidemiológica	85.712,08	12.843,93	-72.868,15
0.6.28.000120	305	Vigilância Epidemiológica	6.669,13	83,70	-6.585,43
0.2.28.000048	302	Assistência Hospitalar e Ambul.	126.875,00	107.265,27	-19.609,73
0.6.28.000048	302	Assistência Hospitalar e Ambul.	25.006,01	25.006,01	0,00
0.2.28.000049	301	Atenção Básica	69.300,00	68.254,63	-1.045,37
0.6.28.000049	301	Atenção Básica	3.602,10	3.602,10	0,00

0.2.28.000050	301	Atenção Básica	160.000,00	175.455,68	15.455,68
0.6.28.000050	301	Atenção Básica	44.427,15	25.948,30	-18.478,85
0.2.28.000119	301	Atenção Básica	1.568.118,49	1.184.759,97	-383.358,52
0.6.28.000119	301	Atenção Básica	289.438,65	30.779,99	-258.658,66
0.2.28.000179	301	Atenção Básica	1.044.400,00	879.238,57	-165.161,43
0.6.28.000179	301	Atenção Básica	50.284,08	25.974,88	-24.309,20
0.2.28.000180	301	Atenção Básica	454.674,81	530.043,76	75.368,95
0.6.28.000180	301	Atenção Básica	67.676,54	67.676,54	0,00
0.2.28.000184	301	Atenção Básica	133.800,00	176.771,44	42.971,44
0.6.28.000184	301	Atenção Básica	16.692,48	16.692,48	0,00
0.2.28.000185	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.28.000185	301	Atenção Básica	16.000,00	0,00	-16.000,00
0.2.28.000186	301	Atenção Básica	1.550.000,00	1.488.333,99	-61.666,01
0.6.28.000186	301	Atenção Básica	44.309,86	43.626,16	-683,70
0.2.28.000187	301	Atenção Básica	130.422,00	59.244,07	-71.177,93
0.2.28.000203	301	Atenção Básica	1.850,00	0,00	-1.850,00
0.6.28.000203	301	Atenção Básica	2.775,00	0,00	-2.775,00
0.2.28.000205	301	Atenção Básica	20.803,20	20.803,20	0,00
0.2.28.000206	301	Atenção Básica	4.950,00	0,00	-4.950,00
0.6.28.000206	301	Atenção Básica	9.900,00	240,00	-9.660,00
0.6.29.000051	301	Atenção Básica	39,04	0,00	-39,04
0.2.29.000052	301	Atenção Básica	196.553,25	204.559,76	8.006,51
0.6.29.000052	301	Atenção Básica	157.200,02	157.566,22	366,20
0.2.29.000053	301	Atenção Básica	34.170,00	11.133,20	-23.036,80
0.6.29.000053	301	Atenção Básica	19.226,98	17.984,41	-1.242,57
0.2.29.000119	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.29.000119	301	Atenção Básica	18.233,59	18.233,59	0,00
0.2.29.000171	301	Atenção Básica	0,00	69.752,20	69.752,20
0.6.29.000171	301	Atenção Básica	18.377,13	13.680,14	-4.696,99
0.2.29.000125	301	Atenção Básica	246.480,00	220.984,29	-25.495,71
0.6.29.000125	301	Atenção Básica	279.688,42	137.668,83	-142.019,59
0.6.29.000231	301	Atenção Básica	4.872,25	0,00	-4.872,25
0.6.29.000232	301	Atenção Básica	6.960,00	0,00	-6.960,00
0.2.29.000155	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.2.29.000188	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.29.000188	301	Atenção Básica	137.144,50	97.985,96	-39.158,54
0.2.30.000000	301	Atenção Básica	8.946,00	2.501,68	-6.444,32
0.2.70.000102	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.70.000102	301	Atenção Básica	7.316,98	0,00	-7.316,98
0.2.70.000126	301	Atenção Básica	50.000,00	50.000,00	0,00
0.2.70.000126	301	Atenção Básica	-20.833,71	0,00	20.833,71
0.2.70.000172	301	Atenção Básica	100.000,00	100.000,00	0,00
0.2.70.000172	301	Atenção Básica	-86.701,15	0,00	86.701,15
0.2.70.000191	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.70.000191	301	Atenção Básica	124.336,23	0,00	-124.336,23
0.2.70.000192	301	Atenção Básica	558.000,00	309.206,80	-248.793,20
0.2.71.000055	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.2.71.000178	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.3.80.000000	301	Atenção Básica	1.919,21	0,00	-1.919,21
0.2.81.000041	301	Atenção Básica	70.355,44	16.640,59	-53.714,85
0.6.81.000041	301	Atenção Básica	30.258,56	0,00	-30.258,56
0.2.81.000204	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.81.000204	301	Atenção Básica	163,04	0,00	-163,04
0.2.85.000101	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00

0.6.85.000101	301	Atenção Básica	8.700,00	0,00	-8.700,00
TOTAL			28.634.020,53	24.420.350,98	-4.213.669,55

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção das ASPS	15% do item 1	20,51%	5,51%

5. MEMÓRIA DE CALCULO DO % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS

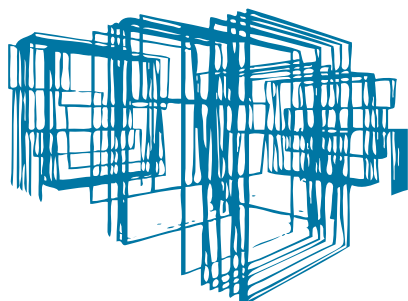
4.1 = $13.625.337,09 \times 100 / 66.417.405,81 = 20,51$

Biguaçu, 11 de novembro de 2013.

JOSE CASTELO DESCHAMPS	LEANDRO ADRIANO DE BARROS	
Prefeito Municipal	Secretario Municipal de Saúde	

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO	JOHN KENNEDY LARA DA COSTA		
Contadora – CRC/SC 028726/O-6	Secretário Municipal da Fazenda		

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Relatório da Execução Orçamentária

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	182.552.528,00	182.552.528,00	23.572.912,19	12,91	105.851.287,62	57,98	76.701.240,38
2	RECEITAS CORRENTES	125.514.528,00	125.514.528,00	18.201.097,98	14,50	89.845.273,70	71,58	35.669.254,30
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	21.136.600,00	21.136.600,00	2.121.668,05	10,04	14.154.110,23	66,96	6.982.489,77
4	Impostos	19.506.600,00	19.506.600,00	2.205.855,97	11,31	13.623.012,04	69,84	5.883.587,96
5	Taxas	1.630.000,00	1.630.000,00	-84.187,92	-5,16	531.098,19	32,58	1.098.901,81
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.888.000,00	4.888.000,00	1.023.119,95	20,93	4.565.594,51	93,40	322.405,49
8	Contribuições Sociais	2.220.000,00	2.220.000,00	358.577,49	16,15	1.828.922,59	82,38	391.077,41
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Contribuição de Iluminação Pública	2.668.000,00	2.668.000,00	664.542,46	24,91	2.736.671,92	102,57	-68.671,92
11	RECEITA PATRIMONIAL	8.965.000,00	8.965.000,00	859.180,76	9,58	2.593.138,69	28,93	6.371.861,31
12	Receitas Imobiliárias	15.000,00	15.000,00	1.440,90	9,61	7.505,33	50,04	7.494,67
13	Receitas de Valores Mobiliários	8.940.000,00	8.940.000,00	767.469,54	8,58	2.471.149,14	27,64	6.468.850,86
14	Receitas de Concessões e Permissões	10.000,00	10.000,00	270,32	2,70	24.484,22	244,84	-14.484,22
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	90.000,00	0,00	90.000,00	0,00	-90.000,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	435.000,00	435.000,00	54.941,66	12,63	305.167,19	70,15	129.832,81
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	87.932.400,00	87.932.400,00	13.845.837,65	15,75	66.446.498,52	75,57	21.485.901,48
30	Transferências Intergovernamentais	84.916.400,00	84.916.400,00	13.684.089,65	16,11	65.744.224,32	77,42	19.172.175,68
31	Transferências de Instituições Privadas	2.232.000,00	2.232.000,00	0,00	0,00	84.491,20	3,79	2.147.508,80
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	4.000,00	4.000,00	320,00	8,00	1.900,00	47,50	2.100,00
34	Transferências de Convênios	780.000,00	780.000,00	161.428,00	20,70	615.883,00	78,96	164.117,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.157.528,00	2.157.528,00	296.349,91	13,74	1.780.764,56	82,54	376.763,44
37	Multas e Juros de Mora	570.000,00	570.000,00	108.993,33	19,12	527.044,80	92,46	42.955,20
38	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	2.508,86	0,00	18.576,56	0,00	-18.576,56
39	Receita da Dívida Ativa	1.265.000,00	1.265.000,00	126.607,65	10,01	920.614,53	72,78	344.385,47
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	322.528,00	322.528,00	58.240,07	18,06	314.528,67	97,52	7.999,33
42	RECEITAS DE CAPITAL	57.038.000,00	57.038.000,00	5.371.814,21	9,42	16.006.013,92	28,06	41.031.986,08
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	23.150.000,00	23.150.000,00	652.616,77	2,82	3.386.743,11	14,63	19.763.256,89
44	Operações de Crédito Internas	23.150.000,00	23.150.000,00	652.616,77	2,82	3.386.743,11	14,63	19.763.256,89
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	33.888.000,00	33.888.000,00	4.719.197,44	13,93	12.619.270,81	37,24	21.268.729,19
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	33.888.000,00	33.888.000,00	4.719.197,44	13,93	12.619.270,81	37,24	21.268.729,19
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.335.472,00	4.335.472,00	779.111,32	16,45	3.983.103,62	83,86	352.368,35
63	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.335.472,00	4.335.472,00	713.285,10	16,45	3.635.877,61	83,86	699.594,36
64	OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	65.826,22	0,00	347.226,01	0,00	-347.226,01
65	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	186.888.000,00	186.888.000,00	24.352.023,51	13,03	109.834.391,24	58,77	77.053.608,76
66	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

68	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	186.888.000,00	186.888.000,00	24.352.023,51	13,03	109.834.391,24	58,77	77.053.608,76
74	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
75	TOTAL (VII) = (V+VI)	186.888.000,00	186.888.000,00	24.352.023,51	13,03	109.834.391,24	-	-
76	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	7.102.818,42	-	-	3.857.742,35	-	-
77	Superávit Financeiro	-	7.102.818,42	-	-	3.857.742,35	-	-
78	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
79	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	182.245.528,00	15.516.390,87	197.761.918,87	14.417.404,40	116.561.720,33	19.234.362,06	101.294.188,54	51,22	96.467.730,33
80	DESPESAS CORRENTES	100.110.728,00	5.742.359,08	105.853.087,08	11.771.777,77	84.252.736,60	15.032.317,12	77.555.158,86	73,27	28.297.928,22
81	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	55.565.528,00	3.782.457,92	59.347.985,92	9.208.306,78	48.849.888,27	9.209.707,81	48.847.031,74	82,31	10.500.954,18
82	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	910.000,00	407.000,00	1.317.000,00	132.100,00	1.276.499,29	205.948,79	1.032.663,89	78,41	284.336,11
83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.635.200,00	1.552.901,16	45.188.101,16	2.431.370,99	34.126.349,04	5.616.660,52	27.675.463,23	61,25	17.512.637,93
84	DESPESAS DE CAPITAL	68.473.328,00	10.557.031,79	79.030.359,79	2.645.626,63	32.308.983,73	4.202.044,94	23.739.029,68	30,04	55.291.330,11
85	INVESTIMENTOS	66.488.328,00	8.197.303,79	74.685.631,79	1.371.126,63	28.436.255,73	3.488.438,97	20.658.588,37	27,66	54.027.043,42
86	INVERSÕES FINANCEIRAS	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
87	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.975.000,00	2.359.728,00	4.334.728,00	1.274.500,00	3.872.728,00	713.605,97	3.080.441,31	71,06	1.254.286,69
88	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	0,00	500.000,00	-	-	-	-	-	-
89	RESERVA DO RPPS	13.161.472,00	-783.000,00	12.378.472,00	-	-	-	-	-	-
90	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	4.642.472,00	55.381,69	4.697.853,69	997.185,99	3.976.146,52	997.346,26	3.976.146,52	84,64	721.707,17
91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.262.472,00	55.254,00	4.317.726,00	931.359,77	3.628.920,51	931.520,04	3.628.920,51	84,05	688.805,49
92	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	380.000,00	127,69	380.127,69	65.826,22	347.226,01	65.826,22	347.226,01	91,34	32.901,68
93	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	186.888.000,00	15.571.772,56	202.459.772,56	15.414.590,39	120.537.866,85	20.231.708,32	105.270.335,06	52,00	97.189.437,50
94	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

100	Outras Dívidas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	186.888.000,00	15.571.772,56	202.459.772,56	15.414.590,39	120.537.866,85	20.231.708,32	105.270.335,06	52,00	97.189.437,50
102	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	4.564.056,18	-	-
103	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	186.888.000,00	15.571.772,56	202.459.772,56	15.414.590,39	120.537.866,85	20.231.708,32	109.834.391,24	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
104	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	14/11/2013	MURAL PÚBLICO

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: SETOR CONTÁBIL

Nota:

BIGUACU, 13/11/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 290.378.839-15

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	182.245.528,00	197.761.918,87	14.417.404,40	116.561.720,33	19.234.362,06	101.294.188,54	96,22	51,22	96.467.730,33
2	00001	Legislativa	5.237.000,00	5.590.000,00	831.924,32	4.563.350,70	897.863,70	4.436.948,07	4,21	79,37	1.153.051,93
3	01031	Ação Legislativa	5.237.000,00	5.590.000,00	831.924,32	4.563.350,70	897.863,70	4.436.948,07	4,21	79,37	1.153.051,93
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	17.053.000,00	16.998.858,54	1.138.954,50	9.689.915,96	1.552.857,73	8.832.581,22	8,39	51,96	8.166.277,32
12	04121	Planejamento e Orçamento	1.602.000,00	1.543.603,96	161.402,18	1.324.192,64	207.624,32	1.282.320,58	1,22	83,07	261.283,38
13	04122	Administração Geral	10.312.000,00	9.957.117,00	463.224,70	4.065.673,56	696.960,11	3.712.003,12	3,53	37,28	6.245.113,88
14	04123	Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	04124	Controle Interno	3.011.000,00	3.140.540,00	288.661,17	2.829.575,00	467.271,67	2.568.778,68	2,44	81,79	571.761,32
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	810.000,00	810.000,00	29.100,00	316.812,48	2.221,13	277.049,97	0,26	34,20	532.950,03
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	200.000,00	200.000,00	0,00	55.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
20	04129	Administração de Receitas	399.000,00	629.599,58	8.287,00	482.934,50	30.000,00	420.572,50	0,40	66,80	209.027,08
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	719.000,00	717.998,00	188.279,45	615.227,78	148.780,50	571.856,37	0,54	79,65	146.141,63
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	9.772.000,00	9.719.605,84	20.751,62	174.763,95	27.916,54	137.021,17	0,13	1,41	9.582.584,67
28	06181	Policimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	06182	Defesa Civil	9.772.000,00	9.719.605,84	20.751,62	174.763,95	27.916,54	137.021,17	0,13	1,41	9.582.584,67
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	4.866.000,00	5.238.552,64	501.745,83	3.352.006,32	568.136,69	3.021.142,01	2,87	57,67	2.217.410,63
35	08241	Assistência ao Idoso	210.000,00	210.000,00	3.310,38	124.473,44	11.805,46	106.255,13	0,10	50,60	103.744,87
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	50.000,00	51.033,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.033,60
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.805.000,00	1.819.556,14	218.737,15	1.277.035,69	226.066,52	1.175.699,10	1,12	64,61	643.857,04
38	08244	Assistência Comunitária	2.801.000,00	3.157.962,90	279.698,30	1.950.497,19	330.264,71	1.739.187,78	1,65	55,07	1.418.775,12

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

39	00009	Previdência Social	2.425.000,00	3.025.000,00	478.961,38	2.373.903,40	478.961,38	2.373.903,40	2,26	78,48	651.096,60
40	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	09272	Previdência do Regime Estatutário	2.425.000,00	3.025.000,00	478.961,38	2.373.903,40	478.961,38	2.373.903,40	2,26	78,48	651.096,60
42	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	00010	Saúde	33.040.200,00	37.398.023,93	4.237.088,14	26.022.375,11	4.625.347,02	23.496.897,70	22,32	62,83	13.901.126,23
45	10301	Atenção Básica	23.347.200,00	27.961.452,53	2.862.257,28	20.002.017,19	3.373.793,70	18.585.448,32	17,65	66,47	9.376.004,21
46	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.906.000,00	8.535.857,30	1.259.368,16	5.401.833,61	1.114.564,26	4.369.066,31	4,15	51,18	4.166.790,99
47	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	10304	Vigilância Sanitária	485.000,00	425.806,69	34.623,82	297.941,37	45.122,85	259.128,20	0,25	60,86	166.678,49
49	10305	Vigilância Epidemiológica	302.000,00	474.907,41	80.838,88	320.582,94	91.866,21	283.254,87	0,27	59,64	191.652,54
50	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	00012	Educação	29.511.328,00	31.176.427,42	3.817.892,12	23.421.701,70	4.473.027,37	21.618.811,55	20,54	69,34	9.557.615,87
57	12361	Ensino Fundamental	12.995.528,00	13.738.138,06	1.519.577,82	10.005.514,70	1.806.514,20	8.923.384,38	8,48	64,95	4.814.753,68
58	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	12363	Ensino Profissional	164.000,00	182.824,23	27.589,29	166.485,06	40.187,30	149.361,03	0,14	81,70	33.463,20
60	12364	Ensino Superior	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	12365	Educação Infantil	15.210.800,00	15.963.906,32	2.042.637,50	12.134.535,95	2.392.287,14	11.504.331,58	10,93	72,06	4.459.574,74
62	12366	Educação de Jovens e Adultos	129.000,00	203.457,00	34.906,21	156.988,85	35.270,83	156.278,70	0,15	76,81	47.178,30
63	12367	Educação Especial	372.000,00	341.000,00	79.200,00	288.200,00	79.200,00	288.200,00	0,27	84,52	52.800,00
64	12306	Alimentação e Nutrição	620.000,00	747.101,81	113.981,30	669.977,14	119.567,90	597.255,86	0,57	79,94	149.845,95
65	00013	Cultura	418.000,00	367.000,00	1.354,73	26.153,78	1.738,04	18.301,40	0,02	4,99	348.698,60
66	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	370.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
67	13392	Difusão Cultural	48.000,00	27.000,00	1.354,73	26.153,78	1.738,04	18.301,40	0,02	67,78	8.698,60
68	00014	Direitos da Cidadania	258.000,00	260.712,55	8.729,43	45.467,68	9.732,04	43.263,37	0,04	16,59	217.449,18
69	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	58.000,00	60.000,00	8.729,43	45.467,68	9.732,04	43.263,37	0,04	72,11	16.736,63
71	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	14453	Transportes Coletivos Urbanos	200.000,00	200.712,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.712,55
73	00015	Urbanismo	47.263.528,00	52.202.478,86	1.353.382,65	32.061.171,67	4.538.546,96	25.050.392,21	23,80	47,99	27.152.086,65
74	15451	Infra-Estrutura Urbana	36.201.528,00	40.650.828,90	640.290,02	23.310.208,81	3.020.253,54	17.948.937,06	17,05	44,15	22.701.891,84
75	15452	Serviços Urbanos	11.062.000,00	11.551.649,96	713.092,63	8.750.962,86	1.518.293,42	7.101.455,15	6,75	61,48	4.450.194,81
76	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	00016	Habitação	511.000,00	1.924.919,85	38.458,21	1.214.297,38	0,00	242.932,53	0,23	12,62	1.681.987,32
78	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	16482	Habitação Urbana	511.000,00	1.924.919,85	38.458,21	1.214.297,38	0,00	242.932,53	0,23	12,62	1.681.987,32
80	00017	Saneamento	38.000,00	363.117,53	6.114,70	362.567,19	3.668,82	302.837,55	0,29	83,40	60.279,98

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	17512	Saneamento Básico Urbano	38.000,00	363.117,53	6.114,70	362.567,19	3.668,82	302.837,55	0,29	83,40	60.279,98
83	00018	Gestão Ambiental	752.000,00	753.410,81	105.551,24	563.966,61	108.982,77	533.816,27	0,51	70,85	219.594,54
84	18541	Preservação e Conservação Ambiental	752.000,00	753.410,81	105.551,24	563.966,61	108.982,77	533.816,27	0,51	70,85	219.594,54
85	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	00019	Ciência e Tecnologia	2.050.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
90	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	2.050.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
92	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	00020	Agricultura	2.914.000,00	3.067.897,39	301.623,74	2.124.228,34	364.620,36	2.003.136,14	1,90	65,29	1.064.761,25
94	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	20602	Promoção da Produção Animal	698.000,00	904.660,00	18.385,88	343.186,48	27.344,71	322.227,06	0,31	35,62	582.432,94
96	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	20606	Extensão Rural	2.216.000,00	2.163.237,39	283.237,86	1.781.041,86	337.275,65	1.680.909,08	1,60	77,70	482.328,31
100	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	00022	Indústria	631.000,00	634.489,00	49.763,87	537.600,86	56.244,36	527.108,01	0,50	83,08	107.380,99
105	22661	Promoção Industrial	631.000,00	634.489,00	49.763,87	537.600,86	56.244,36	527.108,01	0,50	83,08	107.380,99
106	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	00023	Comércio e Serviços	421.000,00	181.442,00	7.490,00	108.454,00	0,00	100.964,00	0,10	55,65	80.478,00
111	23691	Promoção Comercial	112.000,00	12.000,00	7.490,00	7.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
112	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	23695	Turismo	309.000,00	169.442,00	0,00	100.964,00	0,00	100.964,00	0,10	59,59	68.478,00
116	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	25752	Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

123	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	00026	Transporte	4.424.000,00	4.105.973,57	60.052,16	1.838.663,04	108.671,48	1.712.601,58	1,63	41,71	2.393.371,99
125	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	26782	Transporte Rodoviário	4.424.000,00	4.105.973,57	60.052,16	1.838.663,04	108.671,48	1.712.601,58	1,63	41,71	2.393.371,99
127	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	00027	Desporto e Lazer	2.752.000,00	2.711.960,00	116.374,95	1.513.056,41	288.641,61	1.428.790,59	1,36	52,68	1.283.169,41
131	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	27812	Desporto Comunitário	1.375.000,00	1.376.500,00	33.898,40	360.982,56	67.632,94	332.839,28	0,32	24,18	1.043.660,72
133	27813	Lazer	320.000,00	183.500,00	-9.756,73	156.394,18	20.029,50	153.562,08	0,15	83,69	29.937,92
134	27122	Administração Geral	1.057.000,00	1.151.960,00	92.233,28	995.679,67	200.979,17	942.389,23	0,90	81,81	209.570,77
135	00028	Encargos Especiais	4.247.000,00	7.163.576,94	1.341.190,81	6.568.076,23	1.129.405,19	5.412.739,77	5,14	75,56	1.750.837,17
136	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28843	Serviço da Dívida Interna	2.855.000,00	5.515.000,00	1.408.600,00	5.019.499,29	903.336,59	4.014.060,73	3,81	72,78	1.500.939,27
139	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	28845	Outras Transferências	1.392.000,00	1.648.576,94	-67.409,19	1.548.576,94	226.068,60	1.398.679,04	1,33	84,84	249.897,90
141	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
144		RESERVA DO RPPS	13.161.472,00	12.378.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.378.472,00
145		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	4.642.472,00	4.697.853,69	997.185,99	3.976.146,52	997.346,26	3.976.146,52	3,78	84,64	721.707,17
146	00001	Legislativa	263.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	01031	Ação Legislativa	263.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	00004	Administração	918.000,00	966.153,00	208.646,74	848.307,64	208.807,01	848.307,64	0,80	339,89	117.845,36
151	04121	Planejamento e Orçamento	108.000,00	124.090,00	26.758,82	96.465,24	26.758,82	96.465,24	0,09	77,74	27.624,76
152	04122	Administração Geral	589.000,00	618.011,00	114.641,61	530.118,95	114.801,88	530.118,95	0,50	85,78	87.892,05
153	04124	Controle Interno	217.000,00	219.050,00	66.092,12	217.876,27	66.092,12	217.876,27	0,21	99,46	1.173,73
154	04131	Comunicação Social	4.000,00	5.002,00	1.154,19	3.847,18	1.154,19	3.847,18	0,00	76,91	1.154,82
155	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00008	Assistência Social	182.000,00	190.453,00	30.072,78	139.159,14	30.072,78	139.159,14	0,12	200,17	51.293,86
159	08241	Assistência ao Idoso	8.000,00	8.000,00	391,72	4.143,67	391,72	4.143,67	0,00	51,80	3.856,33
160	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	69.000,00	76.750,00	11.972,05	57.829,81	11.972,05	57.829,81	0,05	75,35	18.920,19
161	08244	Assistência Comunitária	105.000,00	105.703,00	17.709,01	77.185,66	17.709,01	77.185,66	0,07	73,02	28.517,34
162	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00010	Saúde	1.024.000,00	1.244.927,00	188.475,22	946.567,55	188.475,22	946.567,55	0,90	284,89	298.359,45
164	10301	Atenção Básica	987.000,00	992.000,00	131.925,03	799.705,16	131.925,03	799.705,16	0,76	80,62	192.294,84

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

165	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	30.000,00	202.000,00	45.504,77	113.423,12	45.504,77	113.423,12	0,11	56,15	88.576,88
166	10304	Vigilância Sanitária	5.000,00	15.200,00	6.288,03	14.422,99	6.288,03	14.422,99	0,01	94,89	777,01
167	10305	Vigilância Epidemiológica	2.000,00	35.727,00	4.757,39	19.016,28	4.757,39	19.016,28	0,02	53,23	16.710,72
168	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00012	Educação	1.852.472,00	1.793.377,00	492.918,08	1.681.589,77	492.918,08	1.681.589,77	1,60	458,00	111.787,23
170	12306	Alimentação e Nutrição	16.000,00	22.180,00	3.284,87	17.759,25	3.284,87	17.759,25	0,02	80,07	4.420,75
171	12361	Ensino Fundamental	597.000,00	602.110,00	166.173,84	556.323,68	166.173,84	556.323,68	0,53	92,40	45.786,32
172	12363	Ensino Profissional	6.000,00	6.402,00	587,58	5.813,19	587,58	5.813,19	0,01	90,80	588,81
173	12365	Educação Infantil	1.228.472,00	1.159.402,00	322.871,79	1.098.410,92	322.871,79	1.098.410,92	1,04	94,74	60.991,08
174	12366	Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	3.283,00	0,00	3.282,73	0,00	3.282,73	0,00	99,99	0,27
175	00013	Cultura	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	13392	Difusão Cultural	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
177	00014	Direitos da Cidadania	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
178	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difuso	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
179	00015	Urbanismo	161.000,00	176.175,00	40.686,36	135.245,08	40.686,36	135.245,08	0,13	76,77	40.929,92
180	15452	Serviços Urbanos	161.000,00	176.175,00	40.686,36	135.245,08	40.686,36	135.245,08	0,13	76,77	40.929,92
181	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
182	00017	Saneamento	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
183	17512	Saneamento Básico Urbano	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
184	00018	Gestão Ambiental	41.000,00	61.000,00	-7.370,61	40.848,66	-7.370,61	40.848,66	0,04	66,97	20.151,34
185	18541	Preservação e Conservação Ambiental	41.000,00	61.000,00	-7.370,61	40.848,66	-7.370,61	40.848,66	0,04	66,97	20.151,34
186	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
187	00020	Agricultura	84.000,00	137.000,00	18.098,07	87.565,78	18.098,07	87.565,78	0,08	64,86	49.434,22
188	20602	Promoção da Produção Animal	4.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
189	20606	Extensão Rural	80.000,00	135.000,00	18.098,07	87.565,78	18.098,07	87.565,78	0,08	64,86	47.434,22
190	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
191	00022	Indústria	5.000,00	4.811,00	587,58	4.210,89	587,58	4.210,89	0,00	87,53	600,11
192	22661	Promoção Industrial	5.000,00	4.811,00	587,58	4.210,89	587,58	4.210,89	0,00	87,53	600,11
193	00023	Comércio e Serviços	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
194	23691	Promoção Comercial	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
195	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
196	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
197	00026	Transporte	62.000,00	59.322,69	11.098,92	43.228,78	11.098,92	43.228,78	0,04	72,87	16.093,91
198	26782	Transporte Rodoviário	62.000,00	59.322,69	11.098,92	43.228,78	11.098,92	43.228,78	0,04	72,87	16.093,91
199	00027	Desporto e Lazer	43.000,00	64.635,00	13.972,85	49.423,23	13.972,85	49.423,23	0,05	76,47	15.211,77
200	27122	Administração Geral	43.000,00	64.635,00	13.972,85	49.423,23	13.972,85	49.423,23	0,05	76,47	15.211,77

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

201	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
202		TOTAL (III) = (I + II)	186.888.000,00	202.459.772,56	15.414.590,39	120.537.866,85	20.231.708,32	105.270.335,06	100,00	135,86	97.189.437,50

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: SETOR CONTÁBIL

Nota:

BIGUACU, 13/11/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 290.378.839-15

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: NOV/2012 a OUT/ 2013

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Novembro 2012	Dezembro 2012	Janeiro 2013	Fevereiro 2013	Março 2013	Abril 2013	Maio 2013
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	9.985.729,74	13.958.764,70	9.671.248,87	10.828.760,38	8.149.696,37	10.446.308,83	9.257.701,45
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	1.266.273,30	1.415.115,08	1.393.543,08	956.022,86	2.992.121,19	1.333.709,18	1.220.579,76
3	IPTU	34.224,28	51.361,57	14.965,60	146.429,26	1.479.926,88	118.126,83	45.529,61
4	ISS	612.030,34	1.108.897,17	871.045,91	534.613,64	924.923,79	577.792,33	827.513,08
5	ITBI	126.266,35	303.538,60	333.852,53	180.447,66	203.676,87	368.881,16	224.121,68
6	IRRF	430.990,52	134.783,93	140.142,22	180.472,21	224.105,66	133.547,55	171.280,38
7	Outras Receitas Tributárias	62.761,81	-183.466,19	33.536,82	-85.939,91	159.487,99	135.361,31	-47.864,99
8	Receita de Contribuições	483.340,21	558.467,34	374.364,66	309.350,11	398.724,74	411.747,15	505.125,75
9	Receita Patrimonial	234.021,61	2.661.565,75	202.648,24	1.994.109,18	-2.281.138,66	633.510,73	-1.136.461,59
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	21.129,85	13.093,32	28.763,94	46.292,13	40.730,54	30.601,99	37.581,31
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	7.841.028,59	9.143.463,92	7.477.706,30	7.367.717,85	6.802.144,33	7.831.890,61	8.443.682,58
14	Cota-Parte do FPM	1.615.631,86	2.626.397,76	1.683.754,45	2.265.311,53	1.304.651,19	1.399.861,32	2.011.410,45
15	Cota-Parte do ICMS	3.305.062,09	3.341.127,40	3.135.541,06	2.844.511,64	2.685.428,21	3.238.031,81	3.217.882,49
16	Cota-Parte do IPVA	242.806,55	156.936,45	243.804,57	295.984,96	393.189,97	401.230,17	399.343,68
17	Cota-Parte do ITR	1.259,46	4.706,13	395,18	99,10	821,25	14.668,17	419,14
18	Transferências da LC 87/1996	50.947,35	58.500,18	56.021,20	43.014,79	36.517,40	36.274,38	46.820,81
19	Transferências da LC 61/1989	59.685,33	60.011,07	39.708,50	0,00	0,00	58.917,68	14.729,42
20	Transferências do FUNDEB	1.068.100,94	1.516.010,81	1.217.457,30	900.451,99	1.113.954,98	1.158.296,07	1.329.378,19
21	Outras Transferências Correntes	1.497.535,01	1.379.774,12	1.101.024,04	1.018.343,84	1.267.581,33	1.524.611,01	1.423.698,40
22	Outras Receitas Correntes	139.936,18	167.059,29	194.222,65	155.268,25	197.114,23	204.849,17	187.193,64
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	1.229.471,12	1.419.987,94	1.205.717,58	1.281.726,70	1.074.419,41	1.217.369,30	1.321.392,15
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	174.392,79	330.499,46	173.872,76	191.942,46	188.578,41	187.863,91	183.271,13
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.055.078,33	1.089.488,48	1.031.844,82	1.089.784,24	885.841,00	1.029.505,39	1.138.121,02
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	8.756.258,62	12.538.776,76	8.465.531,29	9.547.033,68	7.075.276,96	9.228.939,53	7.936.309,30

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Junho 2013	Julho 2013	Agosto 2013	Setembro 2013	Outubro 2013	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2013
-------	---------------	---------------	---------------	----------------	------------------	-----------------	----------------------	--------------------------------

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: NOV/2012 a OUT/ 2013

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	9.523.060,08	10.655.412,92	11.484.663,12	10.120.867,53	10.090.644,62	124.172.858,61	139.631.128,00
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	1.358.283,51	1.187.059,19	1.591.123,41	1.004.417,65	1.117.250,40	16.835.498,61	21.136.600,00
30	IPTU	37.556,07	34.721,29	27.505,72	30.841,34	81.247,21	2.102.435,66	2.496.000,00
31	ISS	781.196,20	709.896,71	853.138,24	532.333,39	930.528,82	9.263.909,62	13.465.600,00
32	ITBI	147.186,55	93.570,94	488.186,76	157.089,60	114.470,98	2.741.289,68	1.580.000,00
33	IRRF	168.231,89	197.494,54	177.076,31	176.141,29	183.203,34	2.317.469,84	1.965.000,00
34	Outras Receitas Tributárias	224.112,80	151.375,71	45.216,38	108.012,03	-192.199,95	410.393,81	1.630.000,00
35	Receita de Contribuições	402.488,39	542.826,78	597.846,98	477.631,25	545.488,70	5.607.402,06	4.888.000,00
36	Receita Patrimonial	139.794,66	455.773,61	1.725.721,76	334.430,40	524.750,36	5.488.726,05	8.965.000,00
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços	16.771,93	28.193,01	21.290,68	24.162,73	30.778,93	339.390,36	435.000,00
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	7.439.279,91	8.257.822,49	7.353.093,10	8.136.905,78	7.719.346,04	93.814.081,50	102.049.000,00
41	Cota-Parte do FPM	1.678.104,76	1.195.024,74	1.562.475,79	1.293.153,71	1.293.173,59	19.928.951,15	23.900.000,00
42	Cota-Parte do ICMS	3.014.137,80	3.956.064,70	3.137.046,23	3.333.066,23	3.240.535,90	38.448.435,56	41.000.000,00
43	Cota-Parte do IPVA	391.558,96	436.531,64	417.991,85	398.916,98	336.364,31	4.114.660,09	4.953.000,00
44	Cota-Parte do ITR	236,44	496,41	5.531,01	4.213,60	26.389,39	59.235,28	13.000,00
45	Transferências da LC 87/1996	48.765,15	48.034,87	51.397,63	46.752,79	49.979,08	573.025,63	562.000,00
46	Transferências da LC 61/1989	14.729,42	14.729,42	14.729,42	14.729,42	14.729,42	306.699,10	155.000,00
47	Transferências do FUNDEB	1.119.853,54	1.070.765,06	1.155.652,36	1.164.936,84	1.131.993,07	13.946.851,15	14.480.000,00
48	Outras Transferências Correntes	1.171.893,84	1.536.175,65	1.008.268,81	1.881.136,21	1.626.181,28	16.436.223,54	16.986.000,00
49	Outras Receitas Correntes	166.441,68	183.737,84	195.587,19	143.319,72	153.030,19	2.087.760,03	2.157.528,00
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	1.211.997,78	1.311.706,15	1.218.692,33	1.197.657,53	1.171.334,13	14.861.472,12	16.336.000,00
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	182.462,00	181.529,97	180.824,46	179.477,48	179.100,01	2.333.814,84	2.220.000,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: NOV/2012 a OUT/ 2013

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.029.535,78	1.130.176,18	1.037.867,87	1.018.180,05	992.234,12	12.527.657,28	14.116.000,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	8.311.062,30	9.343.706,77	10.265.970,79	8.923.210,00	8.919.310,49	109.311.386,49	123.295.128,00

Fonte: SETOR CONTÁBIL

Nota:

BIGUACU, 13/11/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 290.378.839-15

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO PREVIDENCIÁRIO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	10.363.000,00	10.363.000,00	1.018.870,45	3.791.232,12	7.299.326,10
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	10.363.000,00	10.363.000,00	1.023.707,75	5.471.669,76	7.444.307,23
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	2.220.000,00	2.220.000,00	358.577,49	1.828.922,59	1.749.466,39
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	2.220.000,00	2.220.000,00	358.577,49	1.828.922,59	1.749.466,39
5	Ativo	2.200.000,00	2.200.000,00	356.645,55	1.817.954,01	1.735.886,07
6	Inativo	20.000,00	20.000,00	1.931,94	10.968,58	13.580,32
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	8.143.000,00	8.143.000,00	665.130,26	3.642.747,17	5.694.840,84
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	8.143.000,00	8.143.000,00	665.130,26	3.642.747,17	5.694.840,84
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	4.837,30	1.680.437,64	144.981,13
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.335.472,00	4.335.472,00	779.111,32	3.983.103,62	3.724.449,45
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	14.698.472,00	14.698.472,00	1.797.981,77	7.774.335,74	11.023.775,55

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	2.639.500,00	3.423.000,00	533.569,26	2.585.557,46	2.114.821,05
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	215.000,00	398.000,00	54.607,88	211.654,06	211.378,85
30	Despesas Correntes	195.000,00	378.000,00	54.607,88	211.654,06	211.378,85
31	Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	2.424.500,00	3.025.000,00	478.961,38	2.373.903,40	1.903.442,20
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	0,00	0,00	478.961,38	2.373.903,40	1.903.442,20
34	Aposentadorias	0,00	0,00	445.619,17	2.225.888,57	1.803.468,15
35	Pensões	0,00	0,00	33.342,21	148.014,83	99.974,05
36	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	2.424.500,00	3.025.000,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	2.424.500,00	3.025.000,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	2.641.500,00	3.425.000,00	533.569,26	2.585.557,46	2.114.821,05
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	12.056.972,00	11.273.472,00	1.264.412,51	5.188.778,28	8.908.954,50

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	161.419,46	1.166.923,72	773.500,90
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	161.419,46	1.166.923,72	773.500,90
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	161.419,46	1.166.923,72	773.500,90

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	12.378.472,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Set/2013	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Out/2013	Em 31 /Dez/2012
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	2.542,67	2.155,98	41.527,49
59	INVESTIMENTOS	42.241.827,34	43.997.490,20	39.290.334,91
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	4.335.472,00	4.335.472,00	779.111,32	3.983.103,62	3.727.116,17
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	4.335.472,00	4.335.472,00	713.285,10	3.635.877,61	3.473.298,28
63	Patronal = (64+68)	4.062.472,00	4.062.472,00	713.285,10	3.635.877,61	3.473.298,28
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	4.062.472,00	4.062.472,00	713.285,10	3.635.877,61	3.473.298,28
65	Ativo	4.062.472,00	4.062.472,00	713.285,10	3.635.877,61	3.473.298,28
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	273.000,00	273.000,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	65.826,22	347.226,01	253.817,89
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	2.666,72
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	4.335.472,00	4.335.472,00	779.111,32	3.983.103,62	3.724.449,45

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO FINANCEIRO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Set/2013	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Out/2013	Em 31 /Dez/2012
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SETOR CONTÁBIL

Nota:

BIGUACU, 13/11/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 290.378.839-15

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
CONTADORA
CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2012 (a)	Em 31/Ago/2013 (b)	Em. 31/Out/2013 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	16.509.487,72	16.944.378,44	17.060.519,00
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	9.110.075,97	4.422.673,93	6.870.662,85
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	12.231.735,35	11.597.288,29	12.467.954,77
4	Demais Haveres Financeiros	27.029,63	134.205,20	124.111,30
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.148.689,01	7.308.819,56	5.721.403,22
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	7.399.411,75	12.521.704,51	10.189.856,15
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	2.890.244,12	2.870.997,40	2.866.235,72
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	4.509.167,63	9.650.707,11	7.323.620,43

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	-2.327.086,68	2.814.452,80

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	17.325.500,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2012	Em 31/Ago/2013	Em. 31/Out/2013
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	29.172.329,66	29.172.329,66	29.172.329,66
13	Passivo Atuarial	29.172.329,66	29.172.329,66	29.172.329,66
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	40.799.107,51	42.573.462,36	43.999.646,18
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	9.361,17	5.183,83	2.155,98
17	Investimentos	40.789.746,34	42.568.278,53	43.997.490,20
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-11.626.777,85	-13.401.132,70	-14.827.316,52
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-11.626.777,85	-13.401.132,70	-14.827.316,52

Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.

Fonte: SETOR CONTÁBIL

Nota:

BIGUACU, 13/11/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 290.378.839-15

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre. 2012
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	120.912.000,00	18.212.739,76	91.357.244,62	83.234.400,50
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	21.136.600,00	2.121.668,05	14.154.110,23	12.019.468,94
3	IPTU	2.496.000,00	112.088,55	2.016.849,81	1.872.600,35
4	ISS	13.465.600,00	1.462.862,21	7.542.982,11	7.789.718,38
5	ITBI	1.580.000,00	271.560,58	2.311.484,73	1.378.572,83
6	IRRF	1.965.000,00	359.344,63	1.751.695,39	1.324.584,70
7	Outras Receitas Tributárias	1.630.000,00	-84.187,92	531.098,19	-346.007,32
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	9.223.472,00	1.736.405,05	8.201.472,12	7.088.617,39
9	Receitas Previdenciárias	6.555.472,00	1.071.862,59	5.464.800,20	5.218.127,61
10	Outras Receitas de Contribuições	2.668.000,00	664.542,46	2.736.671,92	1.870.489,78
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	27.000,00	91.711,22	122.005,99	24.930,45
12	Receita Patrimonial	8.965.000,00	859.180,76	2.593.138,69	6.044.371,27
13	(-) Aplicações Financeiras	8.938.000,00	767.469,54	2.471.132,70	6.019.440,82
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	87.932.400,00	13.845.837,65	66.446.498,52	60.731.938,54
15	FPM	19.120.000,00	2.069.061,89	12.549.537,43	11.673.944,63
16	ICMS	32.800.000,00	5.258.881,89	25.441.797,72	23.913.184,81
17	Convênios	780.000,00	161.428,00	615.883,00	566.162,64
18	Outras Transferências Correntes	35.232.400,00	6.356.465,87	27.839.280,37	24.578.646,46
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	2.592.528,00	417.117,79	2.433.157,76	3.369.445,18
20	Dívida Ativa	1.265.000,00	126.607,65	920.614,53	862.540,28
21	Diversas Receitas Correntes	1.327.528,00	290.510,14	1.512.543,23	2.506.904,90
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	57.038.000,00	5.371.814,21	16.006.013,92	23.457.567,36
23	Operações de Crédito (III)	23.150.000,00	652.616,77	3.386.743,11	6.708.589,74
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	33.888.000,00	4.719.197,44	12.619.270,81	16.748.977,62
27	Convênios.	33.888.000,00	4.719.197,44	12.395.899,69	16.262.176,51
28	Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	223.371,12	486.801,11
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	33.888.000,00	4.719.197,44	12.619.270,81	16.748.977,62
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	154.800.000,00	22.931.937,20	103.976.515,43	99.983.378,12

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre. 2012
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	110.550.940,77	16.029.663,38	81.531.305,38	76.813.024,04
33	Pessoal e Encargos Sociais	63.665.711,92	10.141.227,85	52.475.952,25	44.697.628,62
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.317.000,00	205.948,79	1.032.663,89	486.972,42
35	Outras Despesas Correntes	45.568.228,85	5.682.486,74	28.022.689,24	31.628.423,00
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	109.233.940,77	15.823.714,59	80.498.641,49	76.326.051,62
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	79.030.359,79	4.202.044,94	23.739.029,68	28.283.523,49
38	Investimentos	74.685.631,79	3.488.438,97	20.658.588,37	27.587.971,47
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	10.000,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	10.000,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	4.334.728,00	713.605,97	3.080.441,31	695.552,02
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	74.695.631,79	3.488.438,97	20.658.588,37	27.587.971,47
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	500.000,00	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	12.378.472,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	196.808.044,56	19.312.153,56	101.157.229,86	103.914.023,09
----	---	----------------	---------------	----------------	----------------

48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-42.008.044,56	3.619.783,64	2.819.285,57	-3.930.644,97
----	--	----------------	--------------	--------------	---------------

49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	3.857.742,35
----	--------------------------------	---	---	------	--------------

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE			
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-33.540.500,00			

Fonte: SETOR CONTÁBIL

Nota:

BIGUACU, 13/11/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 290.378.839-15

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)

R\$ 1,00

CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2012	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores.	Inscritos em 31 de dezembro de 2012	Liquidados	Pagos.	Cancelados.	Saldo.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	16.380,82	2.784.899,90	3.018.118,20	64.516,22	63.618,71	191.048,79	1.412.481,88	815.089,62	813.367,32	119.703,79	670.459,56
2	EXECUTIVO	16.380,82	2.737.644,70	2.970.863,00	64.516,22	63.618,71	186.718,73	1.401.812,88	805.400,62	803.678,32	115.373,73	669.479,56
3	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	16.380,82	2.737.644,70	2.970.863,00	64.516,22	63.618,71	186.718,73	1.401.812,88	805.400,62	803.678,32	115.373,73	669.479,56
4	LEGISLATIVO	0,00	47.255,20	47.255,20	0,00	0,00	4.330,06	10.669,00	9.689,00	9.689,00	4.330,06	980,00
5	CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU	0,00	47.255,20	47.255,20	0,00	0,00	4.330,06	10.669,00	9.689,00	9.689,00	4.330,06	980,00
6	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	347.408,29	344.972,41	2.435,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	EXECUTIVO.	0,00	347.408,29	344.972,41	2.435,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	347.408,29	344.972,41	2.435,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	LEGISLATIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	TOTAL (III) = (I + II)	16.380,82	3.132.308,19	3.363.090,61	66.952,10	63.618,71	191.048,79	1.412.481,88	815.089,62	813.367,32	119.703,79	670.459,56

Fonte: SETOR CONTÁBIL

Nota:

BIGUACU, 13/11/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPA
CPF.: 290.378.839-15

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
CONTADORA
CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisonados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2012	2013	2014	2015	2016	2017
18	Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	105.074.960,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2018	2019	2020	2021	2022
23	Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SETOR CONTÁBIL

Nota:

BIGUACU, 13/11/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 290.378.839-15

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
CONTADORA
CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	186.888.000,00
3	Previsão Atualizada	-	186.888.000,00
4	Receitas Realizadas	24.352.023,51	109.834.391,24
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	3.857.742,35
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	186.888.000,00
9	Créditos Adicionais	-	15.571.772,56
10	Dotação Atualizada	-	202.459.772,56
11	Despesas Empenhadas	15.414.590,39	120.537.866,85
12	Despesas Liquidadas	20.231.708,32	105.270.335,06
13	Superávit Orçamentário	-	4.564.056,18

CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	15.414.590,39	120.537.866,85
15	Despesas Liquidadas	20.231.708,32	105.270.335,06

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida	109.311.386,49

CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	1.797.981,77	7.774.335,74
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	533.569,26	2.585.557,46
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	1.264.412,51	5.188.778,28
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	17.325.500,00	2.814.452,80	16,24
31	Resultado Primário	-33.540.500,00	2.819.285,57	-8,41

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.148.689,01	66.952,10	3.363.090,61	63.618,71
33	Poder Executivo	3.101.433,81	66.952,10	3.315.835,41	63.618,71
34	Poder Legislativo	47.255,20	0,00	47.255,20	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.603.530,67	119.703,79	813.367,32	670.459,56
36	Poder Executivo.	1.588.531,61	115.373,73	803.678,32	669.479,56
37	Poder Legislativo.	14.999,06	4.330,06	9.689,00	980,00
38	TOTAL	4.752.219,68	186.655,89	4.176.457,93	734.078,27

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	17.321.058,39	25%	26,08
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	12.372.693,14	60%	106,87
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício 1	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	13.625.337,09	15,00	20,51

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
-------	---	-------------------------------------

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111311424000505643

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00
----	----------------------------	------

¹Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte: SETOR CONTÁBIL

Nota:

BIGUACU, 13/11/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPA

CPF.: 290.378.839-15

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4467/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4467/2013 de 21 de Novembro de 2013.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02323/2013, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4347/13 de 02 de janeiro de 2.013, sob o Processo de Licitação nº 02323/2013, que tem por objeto Aquisição de Óleo Lubrificante e Pneus para Manutenção das Atividades dos Diversos Departamentos da Municipalidade.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Posto de Comb. Bom Jesus do Oeste Ltda.	Pneu Novo 185/65 R 14 T	2,00	346,00
2	Posto de Comb. Bom Jesus do Oeste Ltda.	Pneu Novo 175/70 R 13 H	2,00	285,00
3	Posto de Comb. Bom Jesus do Oeste Ltda.	Pneu Novo 205/70 R 15 T	4,00	1.403,00
5	Posto de Comb. Bom Jesus do Oeste Ltda.	Oleo API CF 4 25W60	120,00	834,00
6	Posto de Comb. Bom Jesus do Oeste Ltda.	Oleo SH 68	260,00	1.170,00
8	Posto de Comb. Bom Jesus do Oeste Ltda.	Oleo CG 4 5J 15W40	160,00	939,20
9	Posto de Comb. Bom Jesus do Oeste Ltda.	Oleo API GL 4 10W30	60,00	399,60

10	Posto de Comb. Bom Jesus do Oeste Ltda.	Oleo 30TR 30	20,00	190,00
4	Renovadora de Pneus Maravilha Ltda.	Pneu Novo 185/70 R 14 T	4,00	747,00
7	BRUXEL E BUDKE MECANICA LTDA	Oleo API GL 5 90	40,00	160,00

cinco mil quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos	5.566,80
setecentos e quarenta e sete reais	747,00
cento e sessenta reais	160,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 21/11/13.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4468/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4468/2013 de 21 de Novembro de 2013.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 01856/2013, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4347/13 de 02 de janeiro de 2.013, sob o Processo de Licitação nº 01856/2013, que tem por objeto Construção de centro de eventos com área de 745,86 m² sendo:.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	CONSTRUTORA SENHORE LTDA	Construção de centro de eventos localizado na avenida Nossa Senhora de Fatima, perímetro urbano de Bom Jesus do Oeste, estado de Santa Catarina com área total de 745,86 m² em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexa ao presente processo licitatório.	1,00	402.478,07

quatrocentos e dois mil quatrocentos e setenta e oito reais e sete centavos

402.478,07

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 21/11/13.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo Nº 77/2013
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 77/2013

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSTRUTORA SENHORE LTDA.
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 1856/2013

Objeto: Execução de Centro de Eventos com 745,86 m2.

Valor: R\$ 402.478,07

Vigência: 23 de maio de 2014.

Assinatura: 21 de novembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

1030.11.13 - P. Lic. Trat. Saude Terezinha Ap. P. Goedert

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 908/13 de 25.11.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 21 de novembro de 2013, a funcionária Terezinha Aparecida Pereira Goedert, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 25 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1031.11.13 - P. Lic. Trat. Saude Vanderlei Cardoso

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1031/13 de 25.11.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 22 de novembro de 2013, ao funcionário Vanderlei Cardoso, Ocupante do cargo de Calceteiro - Padrão I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 25 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1032.11.13 - P. Lic. Trat. Saude Maria I. S. Brida

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1032/13 de 25.11.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2013, a funcionária Maria Inês da Silva de Brida, Ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Posto de Saúde Bairro São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 25 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1033.11.13 - P. Lic. Trat. Saude Ana P. Cabral

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1033/13 de 25.11.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 22 de novembro de 2013, a funcionária Ana Paula Cabral, Ocupante do cargo de Telefonista - Padrão I - Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 25 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1034.11.13 - P. Lic. Trat. Saude Verlani Possenti

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1034/13 de 25.11.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 21 de novembro de 2013, a funcionária Verlani Possenti, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 25 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1035.11.13 - P. Lic. Trat. Saude Gleber M. Althoff

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1035/13 de 26.11.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 25 de novembro de 2013, ao funcionário Gleber Manoel Althoff, Ocupante do cargo de Professor de Informática - Nível 06, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 26 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1036.11.13 - P. Lic. Trat. Saude Vera L. P. Farias

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1036/13 de 26.11.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 24 de novembro de 2013, a funcionária Vera Lucia Peixer Farias, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 26 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 092/2013

DECRETO Nº 092/2013.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, parte do imóvel de propriedade de Silvia Teresinha Machado Nascimento e Amilton Pereira do Nascimento, matrícula nº 14.755, situado no Município de Braço do Trombudo, em favor de imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, com objetivo de construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS).

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956. D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável em favor da Prefeitura Municipal de Braço do

Trombudo, com objetivo de construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), o imóvel abaixo descrito:

"A área de 800,50 m² (oitocentos metros e cinquenta décimos quadrados), imóvel registrado no cartório de registro de imóveis de Trombudo Central, sob a matrícula nº 14.755, situado na Avenida Erica Hansen Joenck, no Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, de propriedade de Teresinha Machado Nascimento e Amilton Pereira do Nascimento, tudo de acordo com o levantamento planimétrico e memorial descritivo, partes integrantes do presente decreto."

Art. 2º - O valor pago pela área a ser desmembrada e desapropriada amigavelmente será de R\$ 136.085,00 (cento e trinta e seis mil e oitenta e cinco reais), conforme ata da comissão especial de avaliação de bens imóveis do Município de Braço do Trombudo.

Parágrafo único: O pagamento será efetuado logo após a assinatura da escritura.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 25 de novembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 76/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 84/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 76/2013 -SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 08h00 horas do dia 10.12.2013, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de Implementos agrícolas para efetuar melhorias no Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo e melhor atender seus agricultores, pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 25 de Novembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal.

Pregão Presencial 77/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 85/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 77/2013

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 11h00min horas do dia 10.12.2013, estará selecionando a melhor proposta para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de aulas de dança estilos - Jazz, Ballet Clássico, Dança de Rua, Dança do Ventre entre outras para o ano de 2014, Município de Braço do Trombudo, pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 26 de Novembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal.

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT - Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN - Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL - Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI - Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Ata de Registro de Preços 01/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Página: 1/17

Número do Registro de Preços: 1/2013 **Data do Registro:** 27/02/2013 **Válido até:** 27/02/2014
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Água sanitária, composição química hidróxido de sódio e carbonato de sódio, princípio ativo hipoclorito de sódio; teor de cloro ativo de 2,0% à 2,5% p/p, aplicação lavagem e alvejante de roupas, banheiros, pias, tipo comum, frasco de 1000 ml, acondicionadas em embalagens de papelão identificadas, caixa com 12 unidades cada. (9672)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	2,1400	1
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	QBOA	0	2,0000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	2,0700	3
			Emx Atacadista (9051)	ZAVASKI	0	2,4400	4
2	Álcool etílico hidratado, aplicação limpeza em geral, teor alcoólico 92,8 INPM, acondicionadas em embalagens de papelão identificadas, com 12 unidades de 1 litro cada. (9673)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	araucarea	0	3,7000	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	araucaria	0	3,8500	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	DA ILHA	0	4,0000	3
			Emx Atacadista (9051)	ABSOLUTO	0	4,0000	4
3	Papel higiênico, cor branca, não reciclado, folha dupla, picotado, neutro, rolos com 60 m de comprimento e 10 cm de largura, pacote com 8 rolos. (9674)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dueto	0	8,0200	1
			Emx Atacadista (9051)	IDEALI	0	7,5000	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	FOFINHO	0	7,5000	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	fofinho	0	8,0200	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 27/02/2013

Válido até: 27/02/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Papel toalha para cozinha, branco, macio, absorvente, folha dupla, picotado - Pacote com 2 rolos de 60 toalhas de 22 x 20 cm cada uma. (9675)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dalmata	0	2,4600	1
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	SORELA	0	2,3000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	dalmata	0	2,3800	3
			Emx Atacadista (9051)	DAMASPEL	0	2,8000	4
5	Cera líquida auto brilho, frasco com 750ml. (9676)	LT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	girando sol	0	4,4900	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	girando sol	0	4,8400	2
			Emx Atacadista (9051)	ZAVASK	0	5,0000	3
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	ZUPP	0	5,2000	4
6	Saponáceo em líquido cremoso concentrado 300 ml. - especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para a limpeza de superfícies esmaltadas, cromados, aço inox, porcelanas e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos, conservantes, perfumes e água. Embalagem: frascos com 300 ml, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (9677)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	2,5500	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	2,4600	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	BOM BRIL	0	2,5000	3
			Emx Atacadista (9051)	PRATIK	0	2,9000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 27/02/2013

Válido até: 27/02/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Escova dental infantil com cerdas de nylon macia com cabo reto de polipropileno. (9678)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dentil	0	1,9500	1
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	JOHNSONS	0	1,7000	2
			Emx Atacadista (9051)	DENTIL	0	2,1000	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	tek junior	0	2,1000	4
8	Escova dental adulta com cerdas de nylon macia com cabo reto de polipropileno. (9679)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dentil	0	2,4700	1
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	SORRISO	0	2,0000	2
			Emx Atacadista (9051)	ORAL B	0	2,5500	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	condor	0	2,5500	4
9	Creme dental adulta, com flúor, 90 gramas, tubo de plástico. (9680)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dentil	0	2,0000	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	close up	0	1,7000	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	SORRISO	0	1,7500	3
			Emx Atacadista (9051)	FRE DENTE	0	2,0300	4
10	Creme dental infantil. (9681)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dentil	0	2,2400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 27/02/2013

Válido até: 27/02/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	BITUFO	0	2,3000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	action kids	0	2,5500	3
			Emx Atacadista (9051)	DENTIL	0	2,5500	4
11	Embalagem para alimentos, contendo 50 sacos de 08 Kg. (9682)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	mega mil	0	3,0200	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	bompack	0	2,9200	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	ROYALPACK	0	3,1000	3
			Emx Atacadista (9051)	GIOPAK	0	3,4400	4
12	Lustra móveis em frasco de 200ml, com fragrância agradável. Composição química mínima: cera de carnaúba, ceras naturais, silicone, solvente e perfume, aplicação móveis e superfícies. (9683)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	3,1000	1
			Emx Atacadista (9051)	PRATIK	0	3,0000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	3,0000	3
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	POLIFLOR	0	3,1500	4
13	Pano multi-uso, pacote com 05 unidades. (9684)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	3,3700	1
			Emx Atacadista (9051)	MARTINS	0	3,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 1/2013****Data do Registro: 27/02/2013****Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	sany bril	0	3,2500	3
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	LIMPPANO	0	3,5000	4
14	Esponja de limpeza, dupla face, uma face macia e outra áspera, espuma/fibra sintética, formato retangular, abrasividade alta/mínima, aplicação limpeza em geral. (9685)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	betanin	0	0,8600	1
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	ESFREBOM	0	0,7500	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	bettanin	0	0,8000	3
			Emx Atacadista (9051)	DESORAL	0	0,9800	4
15	Esponja de limpeza, material lâ aço fina, abrasividade mínima, aplicação utensílio de alumínio, pacote com 8 unidades. (9686)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	inove	0	1,6800	1
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	ESFREBOM	0	1,6000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	inove	0	1,6200	3
			Emx Atacadista (9051)	ASSOLAN	0	1,9100	4
16	Limpa vidros, tubos de 500 ml, acondicionados em caixas de papelão devidamente identificadas. (9687)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	2,3600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	2,2800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 1/2013****Data do Registro: 27/02/2013****Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	UAU	0	2,4000	3
			Emx Atacadista (9051)	ZAVASK	0	2,6900	4
17	Saco plástico para lixo, não reciclado, preto, capacidade 100 litros, pacote com 10 un., micra 10. (9688)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pega lixo	0	3,4900	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pega lixo	0	3,5000	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	FORTA	0	3,5000	3
			Emx Atacadista (9051)	INOV	0	3,9700	4
18	Saco plástico para lixo, não reciclado, preto capacidade 50 litros, pacote com 10 un., micra 10. (9689)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pega lixo	0	3,1200	1
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	FORTA	0	3,2000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pega lixo	0	3,5000	3
			Emx Atacadista (9051)	INOV	0	3,5500	4
19	Saco plástico para lixo não reciclado, preto, capacidade 30 litros, pacote com 10 un., micra 10. (9690)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pega lixo	0	2,7400	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pega lixo	0	3,0000	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	FORTA	0	3,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 27/02/2013

Válido até: 27/02/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Emx Atacadista (9051)	INOV	0	3,1200	4
20	Sabão em pó, caixa de 1 kg com tensoativos, coadjuvante, cinergista, branqueador ópticos, enzimas, tampamentos, corantes, alevandor de espuma, carga, perfume e água, produto acondicionado em caixas de papelão de 1 kg, devidamente identificada. (9691)	KG	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	girando sol	0	5,2900	1
			Emx Atacadista (9051)	CLASS	0	5,0000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ultra class	0	5,1000	3
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	YPE	0	5,8000	4
21	Desodorante Sanitário tipo pedra sanitária, perfumado - odores variados, embalados em celofane à prova de vazamento, com no mínimo 30g. , com ação bacteriostática e aromatizante e suporte plástico. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data da entrega do produto. (9692)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sany bril	0	1,1800	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	sany mix	0	1,1400	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	SANI SOL	0	1,2000	3
			Emx Atacadista (9051)	SANIBRIL	0	1,3500	4
22	Detergente líquido, composto de tensoativos aniônicos, coadjuvantes, preservantes componente ativo linear alquibenzeno sulfonato de sódio. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e painéis, aromas variados, com tensoativos biodegradável. Frasco de 500 ml. (9693)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	1,0800	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	1,0400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 27/02/2013

Válido até: 27/02/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	YPÉ	0	1,1000	3
			Emx Atacadista (9051)	FLEX CLEAN	0	1,2300	4
23	Rodo borracha com 60cm de comprimento (9694)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	8,7600	1
			Emx Atacadista (9051)	MACRO	0	5,0000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	8,8400	3
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	CONDOR	0	9,5000	4
24	Rodo com espuma (9695)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	4,2700	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	4,1300	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	CONDOR	0	4,5000	3
			Emx Atacadista (9051)	MACRO	0	4,8600	4
25	Fósforo maço com 10 unidades (9696)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	fiat lux	0	2,7500	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	fiat lux	0	2,7500	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	FIAT LUX	0	3,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 27/02/2013

Válido até: 27/02/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Emx Atacadista (9051)	GABOARDE	0	3,1300	4
26	Vassoura de palha, material das cerdas palha, material do cabo madeira, comprimento das cerdas 60 cm, com cabo comprido para limpeza em geral. (9697)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dezafo	0	13,5600	1
			Emx Atacadista (9051)	UNIAO	0	5,0000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	13,0000	3
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	DALCIN	0	15,0000	4
27	Limpador desengordurante concentrado spray 500ml. (9698)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	5,7600	1
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	PRATICE	0	6,1500	2
			Emx Atacadista (9051)	ZAVASK	0	6,5500	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	6,5500	4
28	Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação bactericida, aroma lavanda, frasco de 2lt. (9699)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	3,7000	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	gota limpa	0	3,5000	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	ZUPP	0	4,0000	3
			Emx Atacadista (9051)	ZAVASK	0	4,2100	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 27/02/2013

Válido até: 27/02/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso, fragrância lavanda, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em água, de tubo com 2 litros. (9700)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	3,7900	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	zavaski	0	3,6600	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	GIRRANSO S	0	4,0000	3
			Emx Atacadista (9051)	FLEX CLEAN	0	4,3100	4
30	Sabão em barra glicerinado, neutro - Pacote de 1kg com 5 unidades de 200 g cada. (9701)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	girando sol	0	4,8200	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	zavaski	0	4,6500	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	YPÉ	0	5,1000	3
			Emx Atacadista (9051)	ZAVASK	0	5,4800	4
31	Filtro Coador De Papel, Para Café, De 1ª Qualidade, Tamanho Nº 103, Em Caixas Com 30 Unidades. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data da entrega do produto. (9702)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	brigitta	0	3,2500	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	brigitta	0	3,1400	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	BRIGITTA	0	3,2000	3
			Emx Atacadista (9051)	OURO	0	3,7000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 1/2013****Data do Registro: 27/02/2013****Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	Toalhas de papel interfolhadas, pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5 x 20,5 cm com 02 dobras, branco, extra luxo. (9703)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tubarão	0	8,3700	1
			Emx Atacadista (9051)	IDEALI	0	7,6000	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	MASCOT	0	8,5000	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	tubarão	0	8,6000	4
33	Sabonete líquido, aspecto líquido físico perolado, aromas suaves, acidez neutro-PH, aplicação toucador. Embalagem de 5 litros. (9704)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	15,0800	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	14,5000	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	BELLO	0	16,8000	3
			Emx Atacadista (9051)	FLEX CLEAN	0	17,1400	4
34	Desodorizador ambiental em aerosol, sem CFC, essências suaves, efeito neutralizante, frasco de 400ml. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data da entrega do produto. (9705)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	glade	0	7,4000	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	glade	0	7,1000	2
			Emx Atacadista (9051)	ZAVASK	0	8,0000	3
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	GLADE	0	8,1000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 1/2013****Data do Registro: 27/02/2013****Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	Copos descartáveis de 180 ml, contendo 100 unidades cada pacote, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. Caixa com 2.500 copos. (9706)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	mastercopo	0	39,9800	1
			Emx Atacadista (9051)	COPOBRAS	0	40,0000	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	COPOBRAS	0	44,8000	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	liplast	0	45,4400	4
36	Esfregão de aço. (9707)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sany bril	0	1,5000	1
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	BOM BRIL	0	1,5000	2
			Emx Atacadista (9051)	UNIX	0	1,7100	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	zavaski	0	1,7100	4
37	Lenço umedecido, refil, testado dermatologicamente, pacote com 400 unidades. (9708)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	babypiss	0	11,9900	1
			Emx Atacadista (9051)	BABY PISS	0	8,0000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	mundo magico	0	11,2000	3
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	PIQUITUCHO	0	13,4000	4
38	Pano para limpeza tipo saco, duplo, lavado e alvejado, forte, grosso, com alta absorção, 100% algodão, de 1ª qualidade. No mínimo 85 cm de comprimento e 55 cm de largura. (9709)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	2,8700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013

Data do Registro: 27/02/2013

Válido até: 27/02/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	LIMPPANO	0	3,0000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	martins	0	3,2700	3
			Emx Atacadista (9051)	MARTINS	0	3,2700	4
39	Sabonete sólido, branco, infantil, 90 gramas. (9710)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	1 2 3 baby	0	1,7200	1
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	PALMOLIVE	0	1,2000	2
			Emx Atacadista (9051)	NENEN	0	1,5400	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	anjinho	0	1,5400	4
40	Vassoura de nylon com cerdas macias, cepo plástico de 22 cm, cerdas de 11,5 cm com plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica. (9711)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	5,3000	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	5,1200	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	BRILHUS	0	5,8000	3
			Emx Atacadista (9051)	VARE BEM	0	6,0300	4
41	Prendedor de roupa de plástico, pacote com 12 unidades. (9712)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	1,1400	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	2,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 1/2013****Data do Registro: 27/02/2013****Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	FORTA	0	2,1000	3
			Emx Atacadista (9051)	ZAVASK	0	2,3600	4
42	Luva de borracha tamanha MÉDIA para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada anatomicamente, com forração antialérgica. (9713)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	3,5900	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	3,4000	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	LIMPPANO	0	4,0000	3
			Emx Atacadista (9051)	LATEX	0	4,0900	4
43	Pá para lixo uso doméstico em plástico não reciclado com cabo de plástico medindo 80cm contendo a marca do fabricante no corpo do produto. (9714)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	2,7500	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	2,6600	2
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	CONDOR	0	3,0000	3
			Emx Atacadista (9051)	JUNTA	0	3,1300	4
44	Limpa-forno – Frasco c/ aproximadamente 225 ml. (9715)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	4,4200	1
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	EASY-OFF	0	4,8000	2
			Emx Atacadista (9051)	ZAVASK	0	5,0300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 1/2013****Data do Registro: 27/02/2013****Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	5,0300	4
45	Lixa ferro, material óxido de alumínio, tipo lixa papel ferro, apresentação folha, tipo grão n.º 100, comprimento 280 mm, largura 215 mm, para fogão. (9716)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	fiat lux	0	1,6600	1
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	ALCAR	0	1,7000	2
			Emx Atacadista (9051)		0	1,8900	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	sany bril	0	1,8900	4
46	Pano De Prato (100% Algodão) Med. Min. 45x70cm. Com Bainha, Embalagens com 10 pacotes. (9717)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	5,7200	1
			Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME (9052)	LIMPPANO	0	5,9900	2
			Emx Atacadista (9051)	MARTINS	0	6,5100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 1/2013****Data do Registro: 27/02/2013****Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	martins	0	6,5100	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 1/2013****Data do Registro: 27/02/2013****Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2013****PROCESSO Nº 2/2013**

(8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME

(8903) - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

(9051) - Emx Atacadista

(9052) - Yama Oliveira Brenneisen Rodrigues - ME

Braço do Trombudo, 27 de Fevereiro de 2013.

Ata de Registro de Preços 02/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 27/02/2013****Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abacaxi, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (8633)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	PÉROLA	0	4,2701	1
2	Alpim descascado congelado, pedaços de tamanho médio, limpos e bem conservados (8166)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MANDIOCA	0	3,0799	1
3	Abacate tamanho médio, sem machucados, bom grau de amadurecimento. (8634)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	3,3998	1
4	Alho grão, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murchos. (8161)	CB	NELSON KNAUL ME (6852)	NACIONAL	0	7,4996	1
5	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CATURRA	0	1,3399	1
6	Banana Branca. Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8635)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRATA	0	1,8099	1
7	BATATA INGLESA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MONALIZA	0	1,7199	1
8	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ROXA	0	2,2199	1
9	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa. (8159)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	2,2799	1
10	Brócoles, unidades frescas e limpas, com cor característica. (9623)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	CHINES	0	2,2799	1
11	CEBOLA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CATARINA	0	1,9899	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 27/02/2013****Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Cenoura. Tamanho médio, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8636)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MINEIRA	0	2,4499	1
13	Couve flor. Unidades limpas e frescas, sem manchas, com característica. (8721)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	2,3399	1
14	Chuchu. unidades limpas e frescas, sem brotamento e não devem ser murchos. (8637)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,6799	1
15	Feijão preto. embalagens limpas, de bom cozimento. (8638)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRETO	0	3,3298	1
16	Feijão vermelho. Embalagem limpa, de bom cozimento. (8639)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHO	0	5,0498	1
17	Laranja pêra. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8640)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PERA	0	1,9699	1
18	Laranja lima. Tamanho médio, frutas firmes, maduras e limpas, sem machucados. (8641)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	LIMA	0	4,0498	1
19	Maça gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (8642)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	GALLA	0	3,3898	1
20	Mamão formosa. Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (8723)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	FORMOSA	0	2,7799	1
21	Manga. Unidades integras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (8643)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	TOMY	0	2,5799	1
22	Melância. unidadesa integras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (8644)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,1299	1
23	Maracujá. Unidades frescas e limpas, cor característica, não podem ser murchas. (8645)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	12,2394	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 27/02/2013****Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	PEPINO SALADA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8165)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CAIPIRA	0	1,6899	1
25	Pimentão Verde, tamanho médio, fresco e limpo, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (9624)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	3,9298	1
26	Vagem. unidades frescas e limpas, característica, não podem ser murchas. (8646)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	4,0398	1
27	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8155)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	LONGA VIDA	0	2,8899	1
28	Salsa, maço de 200 gramas, fresca, não podem estar murchas. (9625)	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	1,1499	1
29	Cebolinha. maço de 200 gramas, fresca, não podem ser murchas. (8648)	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	1,1599	1
30	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	1,0899	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 27/02/2013****Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8187)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	0,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 27/02/2013****Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2013****PROCESSO Nº 3/2013**

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.

(6852) - NELSON KNAUL ME

Braço do Trombudo, 27 de Fevereiro de 2013.

Caçador**PREFEITURA****Aviso de Licitação PR 74/2013 Prefeitura**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
15º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR
AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 74/2013
TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (HARDWARE E SOFTWARE) SERVIDOR DE DADOS E INTERNET PARA O 15º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14:00 Horas do Dia 11/12/2013.
ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:05 Horas do Dia 11/12/2013.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Caçador, Site Avenida Santa Catarina, 195, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 25 de novembro de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal de Caçador

Contrato Administrativo Nº 21/2013 - FMAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2013 - FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2013, INEXIGIBILIDADE Nº 07/2013, CONTRATAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO AOS SERVIDORES DO SUAS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC, COM CARGA HORÁRIA DE 428 HORAS DISTRIBUÍDAS EM 12 MESES DE EXECUÇÃO, CONTRATADA: QUELI FLACH ANSCHAU- ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.038.574/0001-38, com sede na Rua 406 A, nº 623, Casa 01, Bairro. Morretes, na cidade de Itapema, SC, O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 61.299,96 (sessenta e um mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), O presente Contrato tem o prazo de vigência para a execução dos serviços o período de (12) doze meses, iniciando dia 02 de dezembro de 2013 findando dia 02 de dezembro de 2014,

Camboriú**PREFEITURA****PR 84/13 - PMC**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 084/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DEPARTAMENTOS, ESCOLAS, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 09 (Nove) de Dezembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 26 de Novembro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Termo de Errata Aditivo ao Contrato Mês 11/2013

TERMO DE ERRATA
ADITIVO DE CONTRATO

O Município de Camboriú, através da Secretaria de Educação vem comunicar que na publicação do segundo termo aditivo ao contrato 002/2013 da Prefeitura Municipal de Camboriú, publicado no dia 07 de novembro de 2013:

- Onde lê-se: contrato nº 013/2013

- Leia-se: contrato nº 002/2013

Camboriú SC, 25 de novembro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal



Programa de Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1103/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1103/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACW4787	54622010E	5010/0	11/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
AFX1670	54622182E	6599/2	14/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
AMC5114	54622701E	5010/0	07/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
AMC5114	54622702E	6599/2	07/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
ANG7284	54622707E	6920/0	11/07/2013	R\$ 127,69	233
BVY7274	54622708E	6920/0	11/07/2013	R\$ 127,69	233
CIL9189	54455039E	6599/2	20/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
DDE6903	54622660E	6920/0	11/07/2013	R\$ 127,69	233
DOP7888	55653691D	6920/0	03/07/2013	R\$ 127,69	233
GOK3049	55958108B	6556/1	18/09/2013	R\$ 191,53	230 * I
HAK7651	55654496D	6610/2	21/01/2013	R\$ 127,69	230 * VII
IDX5371	54457282E	6599/2	07/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
IMS9829	54622011E	5045/0	12/06/2013	R\$ 191,53	162 * V
JMB1508	55654714D	5169/1	28/06/2013	R\$ 1.915,38	165
JMB1508	55654729D	5010/0	28/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
JMB1508	55654730D	6912/0	28/06/2013	R\$ 53,20	232
JMB1508	55654731D	6580/0	28/06/2013	R\$ 191,53	230 * IV
JMB1508	55654732D	6637/1	28/06/2013	R\$ 127,69	230 * IX
KSW0473	55004129D	6920/0	29/11/2012	R\$ 127,69	233
LWV1333	54455206E	6653/1	15/02/2013	R\$ 127,69	230 * XI
LWV1333	54455207E	6599/2	15/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
LWV1333	54455208E	6408/0	15/02/2013	R\$ 85,12	221
LYD1163	55652915D	5274/1	07/10/2012	R\$ 191,53	175
LYH8101	54455065E	6408/0	15/02/2013	R\$ 85,12	221
LYH8101	54455067E	5118/0	15/02/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYH8101	54455132E	5010/0	15/02/2013	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYJ7808	55951742C	6599/2	02/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYJ7808	55951743C	5010/0	02/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYU3910	55653420D	6920/0	29/11/2012	R\$ 127,69	233
LYX7618	55655081D	6599/2	28/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZY8284	55651916D	6599/2	09/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZZ1723	54457194E	6599/2	23/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAA2623	54622706E	6920/0	11/07/2013	R\$ 127,69	233
MAA2896	55653441D	6920/0	29/11/2012	R\$ 127,69	233
MAJ4717	55653226D	6599/2	22/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAJ4717	55653226D	6912/0	22/11/2012	R\$ 53,20	232
MAR8058	55652656D	5010/0	15/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBH7166	55652940D	5010/0	25/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBI7078	54622751E	6912/0	10/07/2013	R\$ 53,20	232
MBI7078	54622752E	5169/2	10/07/2013	R\$ 1.915,38	165
MBI7078	54622754E	5045/0	10/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
MBI7078	54622756E	6599/2	10/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBK0348	55005380D	7218/0	28/10/2012	R\$ 127,69	248
MBK4453	54457305E	5010/0	29/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBK4453	55653517D	5061/0	29/06/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBS0513	55653203D	6599/2	27/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBS0513	55653204D	5045/0	27/10/2012	R\$ 191,53	162 * V
MCK2685	54457188E	5010/0	12/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCK2685	54457189E	6599/2	12/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCK2685	54457190E	6610/2	12/06/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MCN3148	54622722E	6920/0	11/07/2013	R\$ 127,69	233
MCQ5463	55654094D	5169/1	13/01/2013	R\$ 1.915,38	165
MCV3988	55655068D	6653/1	26/01/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MCV7831	55653689D	6920/0	03/07/2013	R\$ 127,69	233
MDL5316	55654624D	6653/2	27/02/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MDR3708	54622081E	6912/0	01/07/2013	R\$ 53,20	232
MDT7797	54622191E	6912/0	15/08/2013	R\$ 53,20	232
MDT7797	54622192E	6637/2	15/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MDT7797	54622193E	6610/2	15/08/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MDT7797	54622194E	5037/1	15/08/2013	R\$ 574,61	162 * III
MDU9115	55654193D	7340/0	13/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MEE3608	54455360E	6599/2	19/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEG1559	55652284D	6602/0	19/10/2012	R\$ 191,53	230 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEG1559	55652285D	6769/3	19/10/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
MEJ9678	54622166E	6653/1	29/06/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MEJ9678	54622167E	5010/0	29/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEJ9678	54622168E	5061/0	29/06/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MEJ9678	54622169E	6408/0	29/06/2013	R\$ 85,12	221
MEJ9678	54622171E	7340/0	29/06/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MEK7763	54622298E	6599/2	05/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEZ0351	55653685D	6920/0	03/07/2013	R\$ 127,69	233
MEZ1232	55654594D	5010/0	25/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEZ2338	54455379E	6920/0	19/02/2013	R\$ 127,69	233
MEZ2721	54622457E	6599/2	10/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFC5203	54455068E	6599/2	15/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFE1932	54622657E	6920/0	11/07/2013	R\$ 127,69	233
MFF5018	54622769E	6637/2	28/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MFJ9182	54622222E	6556/1	18/06/2013	R\$ 191,53	230 * I
MFL2648	55653257D	6599/2	03/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFV9198	55005381D	6599/2	27/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGF6791	54457195E	5010/0	28/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGF6791	54457196E	6599/2	28/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGF6791	54457197E	6610/2	28/06/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MGN1642	54622417E	6556/1	11/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
MGS3721	55654324D	7340/0	14/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MGS3721	55654325D	7358/0	14/01/2013	R\$ 85,12	252 * V
MGV3216	54622515E	7340/0	04/07/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MGW2668	55651595D	6599/2	20/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHN5790	54622511E	5010/0	04/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHN5790	54622512E	6602/0	04/07/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MHN5790	54622513E	6769/1	04/07/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MHN5790	54622514E	7340/0	04/07/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MHN7688	55655496D	6610/2	09/02/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MHX4201	54455127E	6700/0	14/02/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MHX4201	54455128E	6599/2	14/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIF6679	54457355E	6599/2	02/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIH7441	54455352E	7340/0	19/02/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MIH8887	54622453E	6912/0	02/07/2013	R\$ 53,20	232
MIQ2045	55652681D	5010/0	05/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIX2269	54457311E	5169/1	30/06/2013	R\$ 1.915,38	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIX2269	54457312E	5045/0	30/06/2013	R\$ 191,53	162 * V
MJF9668	55655232D	5010/0	06/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MJF9668	55655233D	6599/2	06/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJM3411	54457364E	6653/1	07/07/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MKC2753	54622279E	6599/2	14/06/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1104/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1104/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAD5010	55004653D	5185/1	21/12/2011	R\$ 127,69	167
LXU8755	54457354E	5452/1	02/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MAH3170	54456222E	7366/2	14/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGU1370	54622295E	5185/1	04/07/2013	R\$ 127,69	167
MGW0117	54456225E	7366/2	25/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHW8406	54622280E	5185/1	14/06/2013	R\$ 127,69	167
MHX8136	54623420E	6050/1	19/09/2013	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 8.048 de 25 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.048 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO IPRECAL - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução nº 001 do IPRECAL - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre de 17 de outubro de 2012 anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de outubro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE -SC.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 17 DE OUTUBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - C.I., NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL.

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 2.537 de 17 de julho de 2001;

CONSIDERANDO a necessidade da manutenção da transparência na administração das aplicações financeiras do IPRECAL;

CONSIDERANDO a necessidade de buscar o cumprimento do que determina a avaliação atuarial no que se refere aos resultados das aplicações financeiras, como a forma de garantir o pagamento dos benefícios de responsabilidade do IPRECAL;

CONSIDERANDO que o patrimônio do IPRECAL pertence aos servidores públicos municipais e que, por isso, deve ser garantida a participação efetiva dos servidores na gestão desse patrimônio;

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado o Comitê de Investimentos - C.I. no âmbito do

Instituto de Previdência Social do Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC., conforme disposto na Portaria MPS nº 170, de 25 de abril de 2012.

§1º A definição da aplicação dos recursos financeiros terá como fundamentos:

I - política de investimentos aprovada pelo Conselho Administrativo do IPRECAL;

II - normas do Conselho Monetário Nacional constantes da Resolução nº 3.922/10 expedida pelo Banco Central do Brasil, ou qualquer que vier a alterá-la ou substituí-la;

III - conjuntura econômica de curto, médio e longo prazo; e

IV - indicadores econômicos.

§2º Compete ao C.I.:

I - Elaborar a Política de Investimentos do IPRECAL, submetendo ao Conselho Administrativo para aprovação e, após, acompanhar o cumprimento;

II - Acompanhar o andamento dos investimentos e desinvestimentos financeiros do IPRECAL;

III - Fiscalizar o cumprimento das Resoluções emanadas pelo Banco Central do Brasil e MPAS, relativas aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência;

IV - Propor aos Conselhos do IPRECAL medidas que julgar convenientes.

Art. 2º O C.I. será composto por 5(cinco) membros, a seguir descritos:

I - O Diretor Executivo do IPRECAL que acumulará o cargo de Presidente do C.I.;

II - 2 (dois) membros nomeados pelo Conselho Administrativo do IPRECAL;

III - 1 (um) membro nomeado pelo Conselho Fiscal do IPRECAL;

IV - 1 (um) membro indicado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º. Os membros do C.I. necessariamente deverão ser servidores vinculados ao Ente Federativo ou à unidade gestora do regime como servidor titular de cargo efetivo ou inativo.

§ 2º. Ao menos 1 (um) dos membros do C.I. deverá possuir Certificação vigente do mercado financeiro, com os requisitos mínimos exigidos pelo MPAS aos gestores de RPPS.

Art. 3º Dos prazos de permanência:

I - Os membros do C.I. terão mandato por prazo de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido uma vez por igual período;

II - O Conselho Administrativo avaliará os trabalhos dos membros e constatada a falta de participação, poderá exigir ao Presidente substituição dos mesmos.

Art. 4º O C.I. se reunirá ordinariamente, uma vez por mês, em horário de expediente, ou extraordinariamente, quando convocado pelo presidente do C.I., sendo suas resoluções tomadas por maioria dos votos.

Parágrafo Único. As reuniões serão registradas em atas, que serão lavradas e redigidas pelo secretário, livremente escolhido dentre os membros do C.I., e disponibilizadas para consulta.

Art. 5º O membro do C.I. será excluído do mesmo, se faltar por duas reuniões seguidas ou três reuniões alternadas, considerado um período de 12 (doze) meses.

Art. 6º O C.I. poderá utilizar-se de consultoria especializada contratada pelo IPRECAL e credenciada nos termos da legislação pertinente, para melhor embasar sua gestão de análise de investimentos, auxiliando no atendimento do Art. 3º da Portaria nº. 519/2011, alterado pela Portaria nº. 170/ 2012 do MPAS.

Parágrafo único: Os membros do C.I. poderão participar de cursos de capacitação custeado pelo IPRECAL, cabendo a este também o pagamento das despesas com alimentação e hospedagem, quando necessário e nos termos da legislação vigente.

Art. 7º O C.I. encaminhará, até o dia 30 de novembro de cada exercício, a proposta de Política Anual de Investimentos - P.A.I. para o ano civil subsequente, que através de seu Presidente será submetida à aprovação do Conselho Administrativo do IPRECAL, até o dia 15 de dezembro do respectivo exercício.

§ 1º a documentação que subsidiar a definição da P.A.I. será encaminhada, juntamente com a respectiva proposta, ao Conselho Administrativo do IPRECAL.

§ 2º Os documentos para a execução da P.A.I. referidos permanecerão sob a guarda do Conselho Administrativo, ficando à disposição dos órgãos e entes fiscalizadores.

Art. 8º Justificadamente, o C.I. poderá propor ao Conselho Administrativo a revisão da P.A.I. no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado, ou nova legislação.

Art. 9º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de outubro de 2012.
MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE
Diretora Executiva - IPRECAL

Decreto Nº 8.049 de 25 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 8.049 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2012; Decreta:
Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.
08.02 - Serviço de Transporte e Frota
26.782.0047.2.112 - Manutenção da Frota Municipal.

300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
339000.00.136 - Aplicações Diretas
339030.00.136 - Material de Consumo R\$20.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.
08.02 - Serviço de Transporte e Frota

26.782.0047.2.112 - Manutenção da Frota Municipal.

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339039.00.136 - Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$20.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Resolução Nº 01 de 17 de Outubro de 2012

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE -SC.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 17 DE OUTUBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - C.I., NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL.

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 2.537 de 17 de julho de 2001;

CONSIDERANDO a necessidade da manutenção da transparência na administração das aplicações financeiras do IPRECAL;

CONSIDERANDO a necessidade de buscar o cumprimento do que determina a avaliação atuarial no que se refere aos resultados das aplicações financeiras, como a forma de garantir o pagamento dos benefícios de responsabilidade do IPRECAL;

CONSIDERANDO que o patrimônio do IPRECAL pertence aos servidores públicos municipais e que, por isso, deve ser garantida a participação efetiva dos servidores na gestão desse patrimônio;

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado o Comitê de Investimentos - C.I. no âmbito do Instituto de Previdência Social do Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC., conforme disposto na Portaria MPS nº 170, de 25 de abril de 2012.

§1º A definição da aplicação dos recursos financeiros terá como fundamentos:

I - política de investimentos aprovada pelo Conselho Administrativo do IPRECAL;

II - normas do Conselho Monetário Nacional constantes da Resolução nº 3.922/10 expedida pelo Banco Central do Brasil, ou qualquer que vier a alterá-la ou substituí-la;

III - conjuntura econômica de curto, médio e longo prazo; e

IV - indicadores econômicos.

§2º Compete ao C.I.:

I - Elaborar a Política de Investimentos do IPRECAL, submetendo ao Conselho Administrativo para aprovação e, após, acompanhar o cumprimento;

II - Acompanhar o andamento dos investimentos e desinvestimentos financeiros do IPRECAL;

III - Fiscalizar o cumprimento das Resoluções emanadas pelo Banco Central do Brasil e MPAS, relativas aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência;

IV - Propor aos Conselhos do IPRECAL medidas que julgar convenientes.

Art. 2º O C.I. será composto por 5(cinco) membros, a seguir descritos:

I - O Diretor Executivo do IPRECAL que acumulará o cargo de Presidente do C.I.;

II - 2 (dois) membros nomeados pelo Conselho Administrativo do IPRECAL;

III - 1 (um) membro nomeado pelo Conselho Fiscal do IPRECAL;

IV - 1 (um) membro indicado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º. Os membros do C.I. necessariamente deverão ser servidores vinculados ao Ente Federativo ou à unidade gestora do regime como servidor titular de cargo efetivo ou inativo.

§ 2º. Ao menos 1 (um) dos membros do C.I. deverá possuir Certificação vigente do mercado financeiro, com os requisitos mínimos exigidos pelo MPAS aos gestores de RPPS.

Art. 3º Dos prazos de permanência:

I - Os membros do C.I. terão mandato por prazo de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido uma vez por igual período;

II - O Conselho Administrativo avaliará os trabalhos dos membros e constatada a falta de participação, poderá exigir ao Presidente substituição dos mesmos.

Art. 4º O C.I. se reunirá ordinariamente, uma vez por mês, em horário de expediente, ou extraordinariamente, quando convocado pelo presidente do C.I., sendo suas resoluções tomadas por maioria dos votos.

Parágrafo Único. As reuniões serão registradas em atas, que serão lavradas e redigidas pelo secretário, livremente escolhido dentre os membros do C.I., e disponibilizadas para consulta.

Art. 5º O membro do C.I. será excluído do mesmo, se faltar por duas reuniões seguidas ou três reuniões alternadas, considerado um período de 12 (doze) meses.

Art. 6º O C.I. poderá utilizar-se de consultoria especializada contratada pelo IPRECAL e credenciada nos termos da legislação pertinente, para melhor embasar sua gestão de análise de investimentos, auxiliando no atendimento do Art. 3º da Portaria nº. 519/2011, alterado pela Portaria nº. 170/ 2012 do MPAS.

Parágrafo único: Os membros do C.I. poderão participar de cursos de capacitação custeado pelo IPRECAL, cabendo a este também o pagamento das despesas com alimentação e hospedagem, quando necessário e nos termos da legislação vigente.

Art. 7º O C.I. encaminhará, até o dia 30 de novembro de cada exercício, a proposta de Política Anual de Investimentos - P.A.I. para o ano civil subsequente, que através de seu Presidente será submetida à aprovação do Conselho Administrativo do IPRECAL, até o dia 15 de dezembro do respectivo exercício.

§ 1º a documentação que subsidiar a definição da P.A.I. será encaminhada, juntamente com a respectiva proposta, ao Conselho Administrativo do IPRECAL.

§ 2º Os documentos para a execução da P.A.I. referidos permanecerão sob a guarda do Conselho Administrativo, ficando à disposição dos órgãos e entes fiscalizadores.

Art. 8º Justificadamente, o C.I. poderá propor ao Conselho Administrativo a revisão da P.A.I. no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado, ou nova legislação.

Art. 9º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de outubro de 2012.
MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE
Diretora Executiva - IPRECAL

Portaria Nº 10.391 de 25 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.391 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional ao Servidor Público ocupante do cargo público Técnico em Nível Médio, na Função Técnico em Processamento de Dados, ANDRÉ LUIZ NIEMEYER, Matrícula Funcional nº 000438, Registro no Sistema Sob nº 954330, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 5 Sub-Nível 51, Referência E para Nível 5 Sub-Nível 51 Referência F no valor de R\$ 1.604,08 (um mil, seiscentos e quatro reais e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 10 de junho de 2013.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de junho de 2013.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de novembro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.392 de 25 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.392 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal obtida pela avaliação de desempenho, ao Servidor Público Municipal, Técnico em Nível Médio, na função de Técnico em Processamento de Dados - ANDRÉ LUIZ NIEMEYER, Matrícula Funcional nº 000438, Registro no Sistema sob nº 954330, lotado na Secretaria Municipal de Administração, com efeitos retroativos previsto no Parágrafo único deste Artigo.

Parágrafo único: A Progressão que trata o caput deste Artigo dá-se em razão da Progressão Horizontal obtida pela avaliação de Desempenho, por contar com 2064 (dois mil e sessenta e quatro) horas de cursos de capacitação aperfeiçoamento e treinamento, passando do Nível 5 Subnível 51 Referência F para o Nível 5 Subnível 52 Referência A no valor de R\$ 1.652,21 (um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais, vinte e um centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, com efeitos a 10 de junho de 2013.

Art.2º) Na folha de pagamento do mês de novembro de 2013, será pago o valor de R\$ 422,22 (quatrocentos e vinte e dois reais, e vinte e dois centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de junho de 2013, já descontado o valor de R\$ 52,18 (cincoenta e dois reais, dezoito centavos), referente a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 104,36 (cento e quatro reais, e trinta e seis centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de junho de 2013.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.393 de 25 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.393 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública, ocupante do cargo de público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, SOLANGE DE FÁTIMA TELMA SOUZA, Matrícula

Funcional nº 000536, Registro no Sistema sob nº 954639, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 10 de março de 2008 a 10 de março de 2013.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 20 de novembro de 2013 a 19 de dezembro de 2013.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC, 25 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação do Edital de Tomada de Preços Nº PMC 32/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 162/2013

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 32/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/12/2013, às 09h15min, Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE 02 (DUAS) ACADEMIAS AO AR LIVRE, SENDO UMA NA LOCALIDADE DE FARTURA E OUTRA NA LOCALIDADE DE RIO DO PINHO. Recebimento de propostas até as 09h15min do dia 17/12/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação do Edital de Tomada de Preços ° FMS 04/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 44/2013

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 04/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/12/2013, às 11h00min, a abertura das propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR NA POLICLÍNICA MUNICIPAL LOCALIZADA NA RUA EMILIO SCHOLTZ, CENTRO NESTE MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. Recebimento das propostas até às 10h45min do dia 17/12/2013. Edital

disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito/Presidente do fundo.

Edital Nº. 054/2013

EDITAL Nº. 054/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 85 de 18 de maio 2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento

convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 25 de novembro de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 054/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: BIOQUIMICO

ANGELA PESSOA ALBINI DALLO

Edital Nº. 055/2013

EDITAL Nº. 055/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 08 de novembro 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013,



para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao

Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 25 de novembro de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 055/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: CONTADOR

LUIZ AUGUSTO FONTANA JUNIOR

CARGO: AUDITOR FISCAL

BRUNA GRISANG



O Poder Legislativo
Municipal Acessível ao Cidadão

www.ciga.sc.gov.br

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 5º Bimestre de 2013

Município de CANOINHAS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	110.620.515,00	110.620.515,00	16.228.168,73	14,67	76.670.660,16	69,31	33.949.854,84
RECEITAS CORRENTES	96.610.515,00	96.610.515,00	14.865.533,86	15,39	73.455.231,50	76,03	23.155.283,50
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.982.605,00	11.982.605,00	1.671.965,62	13,95	10.147.348,29	84,68	1.835.256,71
IMPOSTOS	9.733.900,00	9.733.900,00	1.430.431,04	14,70	8.283.373,79	85,10	1.450.526,21
TAXAS	2.123.705,00	2.123.705,00	219.139,61	10,32	1.831.765,61	86,25	291.939,39
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	125.000,00	125.000,00	22.394,97	17,92	32.208,89	25,77	92.791,11
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.411.000,00	3.411.000,00	134.997,29	3,96	661.621,37	19,40	2.749.378,63
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	851.000,00	851.000,00	13.148,49	1,55	83.948,29	9,86	767.051,71
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	2.560.000,00	2.560.000,00	121.848,80	4,76	577.673,08	22,57	1.982.326,92
RECEITA PATRIMONIAL	822.460,00	822.460,00	106.610,66	12,96	441.812,37	53,72	380.647,63
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	809.660,00	809.660,00	106.610,66	13,17	441.812,37	54,57	367.847,63
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	12.800,00	12.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.800,00
RECEITA DE SERVIÇOS	7.000.000,00	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	71.351.345,00	71.351.345,00	12.520.064,09	17,55	60.661.793,02	85,02	10.689.551,98
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	70.729.345,00	70.729.345,00	12.485.127,74	17,65	60.225.483,20	85,15	10.503.861,80
Transf. de Conv.	622.000,00	622.000,00	34.936,35	5,62	436.309,82	70,15	185.690,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.043.105,00	2.043.105,00	431.896,20	21,14	1.542.656,45	75,51	500.448,55
Multas e Juros de Mora	294.150,00	294.150,00	92.548,26	31,46	378.363,20	128,63	-84.213,20
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.050,00	15.050,00	-178,50	0,00	93.405,51	620,63	-78.355,51
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.084.950,00	1.084.950,00	166.168,09	15,32	762.590,73	70,29	322.359,27
RECEITAS DIVERSAS	648.955,00	648.955,00	173.358,35	26,71	308.297,01	47,51	340.657,99
RECEITAS DE CAPITAL	14.010.000,00	14.010.000,00	1.362.634,87	9,73	3.215.428,66	22,95	10.794.571,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	606.216,64	12,12	4.393.783,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	606.216,64	12,12	4.393.783,36
ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.940.000,00	8.940.000,00	1.362.634,87	15,24	2.609.212,02	29,19	6.330.787,98
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	400.000,00	400.000,00	576.350,00	144,09	847.683,33	211,92	-447.683,33
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.540.000,00	8.540.000,00	786.284,87	9,21	1.761.528,69	20,63	6.778.471,31
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	110.620.515,00	110.620.515,00	16.228.168,73	14,67	76.670.660,16	69,31	33.949.854,84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	110.620.515,00	110.620.515,00	16.228.168,73	14,67	76.670.660,16	69,31	33.949.854,84
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	110.620.515,00	110.620.515,00	16.228.168,73	14,67	76.670.660,16	69,31	33.949.854,84
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.872.237,31	—	—	869.946,57	—	—
Superávit Financeiro	—	4.872.237,31	—	—	869.946,57	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	110.620.515,00	18.365.276,91	128.985.791,91	11.583.498,08	87.936.457,48	16.439.644,82	70.966.426,85	55,02	58.019.365,06
DESPESAS CORRENTES	87.288.622,00	11.472.212,16	98.760.834,16	10.238.442,51	73.866.882,14	14.597.608,39	63.708.189,72	64,51	35.052.644,44
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.770.245,00	5.777.152,54	48.547.397,54	7.641.931,00	38.198.329,47	7.571.799,38	37.000.983,80	76,22	11.546.413,74
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.400.000,00	-380.000,00	1.020.000,00	49.934,39	916.829,54	82.240,22	883.913,07	86,66	136.086,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.118.377,00	6.075.059,62	49.193.436,62	2.546.577,12	34.751.723,13	6.943.568,79	25.823.292,85	52,49	23.370.143,77
DESPESAS DE CAPITAL	23.276.893,00	6.893.064,75	30.169.957,75	1.345.055,57	14.069.575,34	1.842.036,43	7.258.237,13	24,06	22.911.720,62
INVESTIMENTOS	20.656.893,00	6.363.064,75	27.019.957,75	1.112.617,41	11.237.278,02	1.561.570,39	4.460.825,96	16,51	22.559.131,79
INVERSOES FINANCEIRAS	220.000,00	-220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.400.000,00	750.000,00	3.150.000,00	232.438,16	2.832.297,32	280.466,04	2.797.411,17	88,81	352.588,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	110.620.515,00	18.365.276,91	128.985.791,91	11.583.498,08	87.936.457,48	16.439.644,82	70.966.426,85	55,02	58.019.365,06

Continua 2/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	110.620.515,00	18.365.276,91	128.985.791,91	11.583.498,08	87.936.457,48	16.439.644,82	70.966.426,85	55,02	58.019.365,06
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	5.704.233,31	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	110.620.515,00	18.365.276,91	128.985.791,91	11.583.498,08	87.936.457,48	16.439.644,82	76.670.660,16	55,02	58.019.365,06

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	110.620.515,00	128.985.791,91	11.583.498,08	87.936.457,48	16.439.644,82	70.966.426,85	100,00	55,02	58.019.365,06
Legislativa	3.220.000,00	3.220.000,00	386.314,80	1.948.920,10	419.559,65	1.942.527,14	2,74	60,33	1.277.472,86
Ação Legislativa	3.220.000,00	3.220.000,00	386.314,80	1.948.920,10	419.559,65	1.942.527,14	2,74	60,33	1.277.472,86
Administração	6.811.238,00	7.304.239,36	938.574,90	6.153.711,48	1.170.619,36	5.510.721,29	7,77	75,45	1.793.518,07
Planejamento e Orçamento	950.000,00	1.000.000,00	115.052,71	856.582,30	168.446,72	768.890,08	1,08	76,89	231.109,92
Administração Geral	5.861.238,00	6.304.239,36	823.522,19	5.297.129,18	1.002.172,64	4.741.831,21	6,68	75,22	1.562.408,15
Segurança Pública	462.025,00	592.122,46	73.102,54	337.270,07	109.745,09	258.310,70	0,36	43,62	333.811,76
Administração Geral	412.025,00	572.122,46	70.402,94	334.426,82	109.145,49	257.567,45	0,36	45,02	314.555,01
Defesa Civil	50.000,00	20.000,00	2.699,60	2.843,25	599,60	743,25	0,00	3,72	19.256,75
Assistência Social	4.704.230,00	6.136.025,79	521.303,91	3.185.325,16	615.688,72	2.532.625,93	3,57	41,27	3.603.399,86
Assistência à Criança e ao Adolescente	160.655,00	355.489,34	16.927,68	209.043,25	36.635,28	119.387,51	0,17	33,58	236.101,83
Assistência Comunitária	4.343.575,00	5.680.536,45	504.376,23	2.951.281,91	574.297,28	2.393.331,30	3,37	42,13	3.287.205,15
Custódia e Reintegração Social	200.000,00	100.000,00	0,00	25.000,00	4.756,16	19.907,12	0,03	19,91	80.092,88
Saúde	19.672.781,00	27.746.955,80	3.318.485,99	23.287.242,69	5.276.978,44	20.329.207,69	28,65	73,27	7.417.748,11
Atenção Básica	6.262.495,00	8.758.315,29	1.315.042,67	6.513.730,34	1.197.804,92	5.448.970,79	7,68	62,21	3.309.344,50
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.598.726,00	15.936.670,61	1.530.360,01	14.458.658,10	3.593.713,91	13.000.677,16	18,32	81,58	2.935.993,45
Suporte Profilático e Terapêutico	2.021.395,00	2.017.039,08	296.576,70	1.530.257,80	347.249,18	1.210.586,15	1,71	60,02	806.452,93
Vigilância Sanitária	254.865,00	396.312,65	52.494,91	292.463,32	44.921,44	261.016,93	0,37	65,86	135.295,72
Vigilância Epidemiológica	535.300,00	638.618,17	124.011,70	492.133,13	93.288,99	407.956,66	0,57	63,88	230.661,51
Trabalho	1.402.000,00	802.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	802.000,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.402.000,00	802.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	802.000,00
Educação	34.072.091,00	38.110.926,05	4.103.540,30	28.040.904,70	5.719.779,79	24.660.451,42	34,75	64,71	13.450.474,63
Ensino Fundamental	25.869.067,00	27.947.742,37	2.780.254,41	20.469.131,21	4.153.408,10	17.988.758,02	25,35	64,37	9.958.984,35
Ensino Profissional	634.000,00	701.692,95	0,00	563.333,62	123.806,72	215.561,77	0,30	30,72	486.131,18
Ensino Superior	160.000,00	162.000,00	20.546,10	127.839,88	24.523,41	121.630,49	0,17	75,08	40.369,51
Educação Infantil	7.289.024,00	9.142.589,03	1.298.333,93	6.876.194,13	1.418.041,56	6.334.501,14	8,93	69,29	2.808.087,89
Educação de Jovens e Adultos	120.000,00	156.901,70	4.405,86	4.405,86	0,00	0,00	0,00	0,00	156.901,70
Cultura	439.405,00	454.695,64	44.985,57	384.909,81	79.370,95	298.924,05	0,42	65,74	155.771,59
Difusão Cultural	439.405,00	454.695,64	44.985,57	384.909,81	79.370,95	298.924,05	0,42	65,74	155.771,59
Urbanismo	17.033.208,00	19.695.412,08	1.033.884,88	12.702.773,69	1.321.554,05	6.222.175,98	8,77	31,59	13.473.236,10
Administração Geral	3.100.000,00	3.041.000,00	569.898,28	3.012.513,55	544.518,63	2.677.771,68	3,77	88,06	363.228,32

Continua 1/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	110.620.515,00	128.985.791,91	11.583.498,08	87.936.457,48	16.439.644,82	70.966.426,85	100,00	55,02	58.019.365,06
Urbanismo	17.033.208,00	19.695.412,08	1.033.884,88	12.702.773,69	1.321.554,05	6.222.175,98	8,77	31,59	13.473.236,10
Infra-estrutura Urbana	11.533.208,00	14.254.412,08	470.762,27	7.297.060,18	368.904,04	1.707.813,09	2,41	11,98	12.546.598,99
Serviços Urbanos	2.400.000,00	2.400.000,00	-6.775,67	2.393.199,96	408.131,38	1.836.591,21	2,59	76,52	563.408,79
Habitação	596.000,00	794.386,71	23.311,96	228.620,24	57.635,10	162.601,34	0,23	20,47	631.785,37
Habitação Urbana	596.000,00	794.386,71	23.311,96	228.620,24	57.635,10	162.601,34	0,23	20,47	631.785,37
Saneamento	7.060.000,00	7.502.206,43	39.000,00	197.481,32	54.784,84	62.840,99	0,09	0,84	7.439.365,44
Saneamento Básico Urbano	7.060.000,00	7.502.206,43	39.000,00	197.481,32	54.784,84	62.840,99	0,09	0,84	7.439.365,44
Gestão Ambiental	350.500,00	474.291,38	101.515,28	425.690,09	64.884,66	315.334,02	0,44	66,49	158.957,36
Preservação e Conservação Ambiental	350.500,00	474.291,38	101.515,28	425.690,09	64.884,66	315.334,02	0,44	66,49	158.957,36
Agricultura	2.227.105,00	2.321.916,09	80.367,85	904.582,23	160.887,03	732.944,06	1,03	31,57	1.588.972,03
Extensão Rural	2.227.105,00	2.321.916,09	80.367,85	904.582,23	160.887,03	732.944,06	1,03	31,57	1.588.972,03
Indústria	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	976.000,00	1.310.860,47	327.426,14	982.314,17	408.834,70	868.816,05	1,22	66,28	442.044,42
Difusão Cultural	50.000,00	20.000,00	516,04	516,04	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Promoção Comercial	611.000,00	731.000,00	100.504,63	658.755,44	122.762,64	554.005,83	0,78	75,79	176.994,17
Turismo	315.000,00	559.860,47	226.405,47	323.042,69	286.072,06	314.810,22	0,44	56,23	245.050,25
Energia	2.562.550,00	3.318.634,09	245.743,08	1.853.538,22	77.825,09	590.730,45	0,83	17,80	2.727.903,64
Energia Elétrica	2.562.550,00	3.318.634,09	245.743,08	1.853.538,22	77.825,09	590.730,45	0,83	17,80	2.727.903,64
Transportes	3.531.227,00	3.329.679,84	-41.827,44	2.209.108,09	311.313,16	1.744.331,58	2,46	52,39	1.585.348,26
Policimento	462.300,00	412.300,00	45.534,97	314.409,61	37.061,21	222.718,43	0,31	54,02	189.581,57
Transporte Rodoviário	3.068.927,00	2.917.379,84	-87.362,41	1.894.698,48	274.251,95	1.521.613,15	2,14	52,16	1.395.766,69
Desporto e Lazer	415.155,00	546.141,29	85.981,88	452.676,43	100.425,34	400.408,58	0,56	73,32	145.732,71
Desporto Comunitário	415.155,00	546.141,29	85.981,88	452.676,43	100.425,34	400.408,58	0,56	73,32	145.732,71
Encargos Especiais	4.810.000,00	5.270.298,43	301.786,44	4.641.388,99	489.758,85	4.333.475,58	6,11	82,22	936.822,85
Serviço da Dívida Interna	3.800.000,00	4.170.000,00	282.372,55	3.749.126,86	362.706,26	3.681.324,24	5,19	88,28	488.675,76
Outras Transferências	790.000,00	790.000,00	0,00	790.000,00	112.879,50	560.601,67	0,79	70,96	229.398,33
Outros Encargos Especiais	220.000,00	310.298,43	19.413,89	102.262,13	14.173,09	91.549,67	0,13	29,50	218.748,76

Continua 2/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	110.620.515,00	128.985.791,91	11.583.498,08	87.936.457,48	16.439.644,82	70.966.426,85	100,00	55,02	58.019.365,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	110.620.515,00	128.985.791,91	11.583.498,08	87.936.457,48	16.439.644,82	70.966.426,85	100,00	55,02	58.019.365,06

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2012 A OUTUBRO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013		
RECEITAS CORRENTES (I)	9.303.658,67	9.249.156,99	7.453.661,88	7.952.859,22	8.712.446,64	8.033.829,72	8.543.566,09	7.739.854,05	7.419.236,08	8.588.233,80	8.408.677,00	7.867.899,57	99.313.079,71	105.295.315,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	817.410,16	1.216.038,93	581.542,30	738.758,98	2.573.636,34	1.156.729,86	958.640,95	828.643,84	862.873,11	777.593,24	785.443,88	886.521,74	12.183.833,33	11.790.605,00
I.R.T.U.	119.763,07	128.959,48	10.210,67	125.064,93	1.453.755,32	331.075,43	165.137,94	140.625,69	136.136,53	127.468,99	129.656,26	145.711,38	3.013.565,69	3.500.000,00
I.R.R.F.	83.317,73	412.420,56	119.198,42	71.616,33	110.540,40	78.945,10	127.108,76	92.709,61	92.601,37	91.317,43	94.130,77	93.877,34	1.467.788,82	933.900,00
I.S.S.	410.554,17	423.635,83	340.423,64	377.222,84	350.175,03	346.642,49	392.228,36	385.620,16	420.013,48	369.631,23	379.789,51	411.932,21	4.607.868,95	4.100.000,00
I.T.B.I.	114.562,94	104.926,72	61.203,99	33.469,31	66.094,47	67.527,39	101.023,22	90.802,49	96.526,44	83.861,24	67.749,45	107.584,12	995.331,78	1.200.000,00
Outras Receitas Tributárias	89.212,25	146.096,34	50.505,58	131.385,57	593.071,12	332.539,45	173.142,67	118.885,89	117.595,29	105.314,35	114.117,89	127.416,69	2.099.283,09	2.056.705,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	886.809,75	161.016,44	99.953,63	57.418,82	59.426,07	64.572,01	73.884,14	62.602,92	49.726,27	59.040,22	64.794,14	70.203,15	1.709.447,56	3.411.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	41.951,65	52.485,91	32.304,90	42.655,63	32.916,96	45.535,44	44.477,25	42.875,68	47.809,88	46.625,97	50.541,00	56.069,66	536.249,93	820.460,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.448.400,79	7.630.649,74	6.626.788,68	6.965.571,74	5.933.248,15	6.659.333,99	7.326.361,13	6.671.184,26	6.307.084,98	7.543.109,89	7.236.627,44	6.694.479,36	83.042.840,15	80.230.145,00
Cota-Parte do F.P.M.	1.615.631,86	2.626.397,76	1.683.754,45	2.265.311,53	1.304.651,19	1.399.861,32	2.011.410,45	1.678.104,76	1.195.024,74	1.582.475,79	1.293.153,71	1.293.173,59	19.928.951,15	21.500.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.693.499,61	1.711.850,64	1.717.498,63	1.533.844,90	1.594.220,01	1.746.042,59	1.735.177,48	1.625.312,29	1.613.381,50	1.691.588,18	1.797.287,97	1.747.392,86	20.207.096,66	18.600.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	259.923,20	168.432,54	225.665,30	263.587,50	337.832,53	376.042,89	375.264,53	375.643,88	451.434,48	423.628,09	403.737,84	406.130,71	4.067.323,49	3.700.000,00
Cota-Parte do ITR	3.689,77	4.490,48	3.426,36	363,31	531,90	190,35	1.219,24	356,06	361,52	215,74	12.518,45	39.950,18	67.313,36	86.000,00
Outras Transferências Correntes	2.225.607,17	1.481.238,41	1.331.720,80	1.299.688,92	1.285.507,52	1.465.430,89	1.453.141,93	1.302.575,21	1.499.363,56	2.195.869,60	2.050.133,98	1.573.788,28	19.164.066,27	14.336.145,00
Transferências da LC 61/1989	25.618,83	254.16,80	30.208,29	23.194,85	20.476,09	18.775,39	25.247,16	26.295,60	25.901,83	27.715,12	25.053,41	25.872,20	303.775,57	400.000,00
Transferências da LC 87/1996	7.884,57	7.884,57	0,00	0,00	0,00	31.770,16	7.942,54	7.942,54	7.942,54	7.942,54	7.942,54	7.942,54	95.194,54	108.000,00
Transferências do FUNDEB	1.616.545,78	1.600.938,54	1.634.514,85	1.579.590,73	1.390.028,91	1.621.220,40	1.716.957,80	1.654.953,92	1.513.674,81	1.633.674,83	1.646.799,54	1.600.229,00	19.209.119,11	21.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	109.086,32	188.965,97	113.072,37	188.454,05	113.219,12	107.658,42	140.202,62	134.547,35	151.741,84	161.864,48	271.270,54	160.625,66	1.840.708,74	2.043.105,00
DEDUÇÕES (II)	7.21.249,37	749.647,25	732.110,36	817.260,24	651.542,15	714.536,29	831.252,05	742.730,83	658.809,12	742.712,85	707.812,89	703.229,82	8.772.893,22	8.878.800,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	721.249,37	749.647,25	732.110,36	817.260,24	651.542,15	714.536,29	831.252,05	742.730,83	658.809,12	742.712,85	707.812,89	703.229,82	8.772.893,22	8.878.800,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	8.582.409,30	8.499.509,74	6.721.551,52	7.135.598,98	8.060.904,49	7.319.293,43	7.712.314,04	6.997.123,22	6.760.426,96	7.845.520,95	7.700.864,11	7.164.669,75	90.540.186,49	96.416.515,00

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	9.021.754,50	6.769.192,39	6.488.726,35
DEDUÇÕES (II)	9.518.780,23	13.082.079,81	12.584.160,83
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.248.002,92	13.290.473,82	13.100.041,31
Demais Haveres Financeiros	32.887,49	32.887,49	32.887,49
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	762.110,18	241.281,50	548.767,97
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-497.025,73	-6.312.887,42	-6.095.434,48
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-497.025,73	-6.312.887,42	-6.095.434,48

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2013 (C - A)
VALOR	217.452,94	-5.598.408,75

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.400.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	95.800.855,00	14.758.923,20	73.013.419,13	67.121.543,69
Receita Tributária	11.982.605,00	1.671.965,62	10.147.348,29	9.346.341,71
I.P.T.U.	3.500.000,00	275.367,64	2.764.843,14	2.493.652,60
I.S.S.	4.100.000,00	791.721,72	3.770.643,00	3.593.541,92
I.T.B.I.	1.200.000,00	175.333,57	775.842,12	810.735,69
I.R.R.F.	933.900,00	188.008,11	972.045,53	799.186,52
Outras Receitas Tributárias	2.248.705,00	241.534,58	1.863.974,50	1.649.224,98
Receita de Contribuição	3.411.000,00	134.997,29	661.621,37	623.990,16
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	3.411.000,00	134.997,29	661.621,37	623.990,16
Receita Patrimonial Líquida	12.800,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	822.460,00	106.610,66	441.812,37	575.382,72
(-) Aplicações Financeiras	809.660,00	106.610,66	441.812,37	575.382,72
Transferências Correntes	71.351.345,00	12.520.064,09	60.661.793,02	55.426.256,12
F.P.M.	17.200.000,00	2.069.061,89	12.549.537,43	11.673.944,63
I.C.M.S.	14.880.000,00	2.835.744,83	13.441.398,08	12.090.528,54
Convênios	622.000,00	34.936,35	436.309,82	494.080,06
Outras Transferências Correntes	38.649.345,00	7.580.321,02	34.234.547,69	31.167.702,89
Demais Receitas Correntes	9.043.105,00	431.896,20	1.542.656,45	1.724.955,70
Dívida Ativa	1.084.950,00	166.168,09	762.590,73	1.029.850,18
Diversas Receitas Correntes	7.958.155,00	265.728,11	780.065,72	695.105,52
RECEITAS DE CAPITAL (II)	14.010.000,00	1.362.634,87	3.215.428,66	8.199.876,31
Operações de Crédito (III)	5.000.000,00	0,00	606.216,64	4.783.194,96
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	70.000,00	0,00	0,00	86.835,00
Transferências de Capital	8.940.000,00	1.362.634,87	2.609.212,02	3.329.846,35
Convênios	8.540.000,00	786.284,87	1.761.528,69	2.222.625,86
Outras Transferências de Capital	400.000,00	576.350,00	847.683,33	1.107.220,49
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	8.940.000,00	1.362.634,87	2.609.212,02	3.329.846,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
				0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	104.740.855,00	16.121.558,07	75.622.631,15	70.451.390,04
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	98.760.834,16	14.597.608,39	63.708.189,72	57.498.944,33
Pessoal e Encargos Sociais	48.547.397,54	7.571.799,38	37.000.983,80	33.411.171,58
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.020.000,00	82.240,22	883.913,07	538.187,13
Outras Despesas Correntes	49.193.436,62	6.943.568,79	25.823.292,85	23.549.585,62
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	97.740.834,16	14.515.368,17	62.824.276,65	56.960.757,20
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	30.169.957,75	1.842.036,43	7.258.237,13	16.241.422,13
Investimentos	27.019.957,75	1.561.570,39	4.460.825,96	12.967.308,10
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	590.000,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	590.000,00
Amortização da Dívida (XIV)	3.150.000,00	280.466,04	2.797.411,17	2.684.114,03
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	27.019.957,75	1.561.570,39	4.460.825,96	13.557.308,10

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	55.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	124.815.791,91	16.076.938,56	67.285.102,61	70.518.065,30
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-20.074.936,91	44.619,51	8.337.528,54	-66.675,26
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	869.946,57	0,00
Superávit Financeiro	-	-	869.946,57	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-2.079.660,00

FONTE:

CANOINHAS, 26/11/2013

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	16.584,40	745.525,78	563.065,32	-	199.044,86	392.675,70	3.811.700,18	2.900.847,62	2.585.859,64	16.683,36	1.601.832,88
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	11.744,97	508.679,90	445.854,30	0,00	74.570,57	272.479,80	1.800.706,99	1.285.739,26	1.252.042,96	1.941,58	819.202,35
FUNDO DE ASSIST. À SAÚDE DO SERVIDOR PUB. I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.467,47	423,78	423,78	0,00	9.043,69
SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	25.442,39	20.091,14	20.091,14	569,00	14.782,25
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBA	2.218,00	96.329,17	49.893,79	0,00	48.648,38	30.120,62	746.804,05	406.642,03	406.642,03	1.372,58	368.910,06
SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO	4.715,25	25.069,00	25.069,00	0,00	4.715,25	91.535,43	29.547,21	96.375,89	96.375,89	0,00	24.706,75
SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.108,90	1.822,29	1.822,29	0,00	20.286,61
SECRETARIA MUNIC. DESENV.ECONOMICO	0,00	3.864,39	3.864,39	0,00	0,00	148,36	17.904,98	4.577,79	4.577,79	0,00	13.475,55
SECRETARIA MUNIC.DES.SOCIAL E DA FAMILIA	0,03	24.402,91	24.402,91	0,00	0,03	47.826,67	195.084,74	166.844,13	140.321,33	0,00	102.590,08
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FI	80,00	22.130,04	22.082,17	0,00	127,87	9.669,77	82.788,09	55.278,12	55.278,12	0,00	37.179,74
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	4.613,99	336.884,39	320.537,04	0,00	20.961,34	47.844,76	671.159,16	533.684,09	526.510,49	0,00	192.493,43
SECRETARIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO	117,70	0,00	0,00	0,00	117,70	35.334,19	0,00	0,00	0,00	0,00	35.334,19
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	966,22	11.983,67	7.506,67	7.506,67	0,00	5.443,22
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	966,22	11.983,67	7.506,67	7.506,67	0,00	5.443,22
FUNDACAO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,49	10.838,81	5.155,57	5.155,57	0,00	5.763,73
FUNDACAO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,49	10.838,81	5.155,57	5.155,57	0,00	5.763,73
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	2.250,00	2.250,00	0,00	0,00	1.317,69	4.623,27	1.328,27	1.328,27	0,00	4.612,69
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	2.250,00	2.250,00	0,00	0,00	1.317,69	4.623,27	1.328,27	1.328,27	0,00	4.612,69
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS	1.524,60	912,85	900,51	0,00	1.536,94	32.199,19	116.574,48	59.806,74	59.806,74	861,78	88.105,15
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.524,60	912,85	900,51	0,00	1.536,94	32.199,19	116.574,48	59.806,74	59.806,74	861,78	88.105,15
FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.058,28	78,00	78,00	0,00	2.990,28
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.058,28	78,00	78,00	0,00	2.990,28
FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. DE CANOINHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	595,08	527,00	527,00	0,00	68,08
FUNDO MUN.INFANCIA E ADOLESC.DE CANOINHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	595,08	527,00	527,00	0,00	68,08
FUNDO MUN.DE SANEAMENTO BASICO FUNSAE-C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.072,53	47.734,15	39.900,00	39.900,00	0,00	11.906,68
FUNDO MUN SANEAMENTO BÁSICO - FUNSAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.072,53	47.734,15	39.900,00	39.900,00	0,00	11.906,68
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS	3.314,83	233.683,03	114.060,51	0,00	122.937,35	81.559,78	1.815.575,45	1.500.806,11	1.219.514,53	13.880,00	663.740,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.314,83	233.683,03	114.060,51	0,00	122.937,35	81.559,78	1.815.575,45	1.500.806,11	1.219.514,53	13.880,00	663.740,70
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	16.584,40	745.525,78	563.065,32	0,00	199.044,86	392.675,70	3.811.700,18	2.900.847,62	2.585.859,64	16.683,36	1.601.832,88

FONTE:

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	11.071.700,00	11.071.700,00	1.671.033,54	9.357.866,28	84,52
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.591.000,00	4.591.000,00	493.967,61	3.702.735,27	80,65
1.1.1- IPTU	3.500.000,00	3.500.000,00	275.367,64	2.765.604,96	79,02
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	11.000,00	11.000,00	4.039,76	9.594,38	87,22
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	900.000,00	900.000,00	148.614,96	666.010,83	74,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	180.000,00	180.000,00	65.945,25	262.266,92	145,71
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	(781,82)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.201.100,00	1.201.100,00	175.333,57	775.842,12	64,59
1.2.1- ITBI	1.200.000,00	1.200.000,00	175.333,57	779.102,12	64,93
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	(3.260,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.345.700,00	4.345.700,00	813.724,25	3.907.243,36	89,91
1.3.1- ISS	4.100.000,00	4.100.000,00	791.721,72	3.773.678,95	92,04
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	32.500,00	32.500,00	5.804,06	44.213,34	136,04
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	170.000,00	170.000,00	11.885,08	65.652,20	38,62
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	43.200,00	43.200,00	4.313,39	26.734,82	61,89
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	(3.035,95)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	933.900,00	933.900,00	188.008,11	972.045,53	104,08
1.4.1- IRRF	933.900,00	933.900,00	188.008,11	972.045,53	104,08
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	44.394.000,00	44.394.000,00	7.060.156,00	36.514.934,14	82,25
2.1- Cota-Parte FPM	21.500.000,00	21.500.000,00	2.586.327,30	15.686.921,53	72,96
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	21.500.000,00	21.500.000,00	2.586.327,30	15.686.921,53	72,96
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	18.600.000,00	18.600.000,00	3.544.680,83	16.801.746,41	90,33
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	108.000,00	108.000,00	15.885,08	79.425,40	73,54
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	400.000,00	50.925,61	248.739,94	62,18
2.5- Cota-Parte ITR	86.000,00	86.000,00	52.468,63	59.133,11	68,76
2.6- Cota-Parte IPVA	3.700.000,00	3.700.000,00	809.868,55	3.638.967,75	98,35
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	55.465.700,00	55.465.700,00	8.731.189,54	45.872.800,42	82,70

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.683.800,00	1.683.800,00	315.675,75	1.606.737,75	95,42
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	1.600.000,00	1.600.000,00	309.602,00	1.587.479,81	99,22
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	83.800,00	83.800,00	6.073,75	19.257,94	22,98
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.370.155,00	1.370.155,00	294.480,42	1.152.702,07	84,13
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.653.955,00	3.653.955,00	610.156,17	2.759.439,82	75,52

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	8.878.800,00	8.878.800,00	1.411.042,71	7.301.996,60	82,24
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.300.000,00	4.300.000,00	517.265,41	3.137.384,10	72,96
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	3.720.000,00	3.720.000,00	708.936,00	3.360.348,33	90,33
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	21.600,00	21.600,00	3.177,00	15.885,08	73,54
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	80.000,00	80.000,00	9.197,06	48.759,94	60,95
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	17.200,00	17.200,00	10.493,71	11.826,52	68,76
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	740.000,00	740.000,00	161.973,53	727.792,68	98,35
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	21.586.000,00	21.586.000,00	3.255.131,30	16.021.285,89	74,22
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	21.500.000,00	21.500.000,00	3.247.028,54	15.991.634,79	74,38
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	86.000,00	86.000,00	8.102,76	29.651,10	34,48
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	12.621.200,00	12.621.200,00	1.835.985,83	8.689.638,19	68,85

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	18.060.000,00	18.073.574,89	2.758.457,14	14.224.732,81	78,70
13.1- Com Educação Infantil	3.924.000,00	3.924.000,00	450.571,98	2.978.808,42	75,91
13.2- Com Ensino Fundamental	14.136.000,00	14.149.574,89	2.307.885,16	11.245.924,39	79,48
14- OUTRAS DESPESAS	3.526.000,00	3.526.000,00	121.551,89	1.036.390,67	29,39
14.1- Com Educação Infantil	436.000,00	936.000,00	736,00	35.064,71	3,75
14.2- Com Ensino Fundamental	3.090.000,00	2.590.000,00	120.815,89	1.001.325,96	38,66
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	21.586.000,00	21.599.574,89	2.880.009,03	15.261.123,48	70,65
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					13.574,89
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					13.574,89
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					88,70
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					13.574,89
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013*					13.574,89

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	13.866.425,00	13.866.425,00	2.182.797,38	11.468.200,11	82,70
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.637.924,00	8.119.384,00	1.245.089,58	5.740.360,70	70,70
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.360.000,00	4.880.000,00	451.307,98	3.013.873,13	62,01
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.277.924,00	3.239.384,00	793.781,60	2.726.487,57	83,65
24- ENSINO FUNDAMENTAL	21.746.212,00	22.624.737,82	3.425.835,11	16.001.727,46	70,73
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	17.226.000,00	16.739.574,89	2.428.701,05	12.247.250,35	73,16
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.520.212,00	5.885.162,93	997.134,06	3.754.477,11	63,80
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	36.901,70	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	28.384.136,00	30.781.023,52	4.670.924,69	21.742.088,16	70,63
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					8.689.638,19
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					29.651,10
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					13.574,89
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					8.732.964,18
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					13.009.223,98
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					28,36

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.600.000,00	1.931.547,50	585.985,95	1.099.772,00	56,94
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	923.000,00	1.680.459,22	180.863,14	876.841,49	52,18
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.523.000,00	3.612.006,72	766.849,09	1.976.613,49	54,72
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	30.907.136,00	34.393.030,24	5.437.773,78	23.718.701,65	68,96
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (R)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	403.642,88	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	15.991.634,79	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	16.018.826,26	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	29.651,10	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	405.102,51	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 13.574,88, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	5.000.000,00	606.216,64		4.393.783,36
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	30.169.957,75	7.258.237,13	0,00	22.911.720,62
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	30.169.957,75	7.258.237,13	0,00	22.911.720,62
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-25.169.957,75	-6.652.020,49		-18.517.937,26

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	70.000,00	0,00	70.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	0,00	70.000,00
TOTAL	70.000,00	0,00	70.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	94.820,02	0,00	0,00	94.820,02
Investimentos	94.820,02	0,00	0,00	94.820,02
TOTAL	94.820,02	0,00	0,00	94.820,02

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	24.229,42	0,00	24.229,42

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	11.071.700,00	11.071.700,00	9.357.866,28	84,52
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.500.000,00	3.500.000,00	2.764.843,14	79,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.200.000,00	1.200.000,00	775.842,12	64,65
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.100.000,00	4.100.000,00	3.770.643,00	91,97
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	933.900,00	933.900,00	972.045,53	104,08
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	44.600,00	44.600,00	53.807,72	120,65
Dívida Ativa dos Impostos	1.070.000,00	1.070.000,00	731.663,03	68,38
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	223.200,00	223.200,00	289.021,74	129,49
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	44.394.000,00	44.394.000,00	36.514.934,14	82,25
Cota-Parte FPM	21.500.000,00	21.500.000,00	15.686.921,53	72,96
Cota-Parte ITR	86.000,00	86.000,00	59.133,11	68,76
Cota-Parte IPVA	3.700.000,00	3.700.000,00	3.638.967,75	98,35
Cota-Parte ICMS	18.600.000,00	18.600.000,00	16.801.746,41	90,33
Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	400.000,00	248.739,94	62,18
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	108.000,00	108.000,00	79.425,40	73,54
Desoneração ICMS (LC 87/96)	108.000,00	108.000,00	79.425,40	73,54
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	55.465.700,00	55.465.700,00	45.872.800,42	82,70

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	9.038.405,00	9.038.405,00	10.848.950,93	120,03
Provenientes da União	9.038.405,00	9.038.405,00	10.848.950,93	120,03
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	584.550,00	584.550,00	1.014.563,74	173,56
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	9.622.955,00	9.622.955,00	11.863.514,67	123,28

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	18.724.781,00	24.918.118,22	21.722.108,53	87,17	19.254.966,90	77,27
Pessoal e Encargos Sociais	8.883.565,00	9.718.477,30	7.458.543,59	76,75	7.278.376,53	74,89
Outras Despesas Correntes	9.841.216,00	15.199.640,92	14.263.564,94	93,84	11.976.590,37	78,80
DESPESAS DE CAPITAL	948.000,00	2.828.837,58	1.565.134,16	55,33	1.074.240,79	37,97
Investimentos	948.000,00	2.828.837,58	1.565.134,16	55,33	1.074.240,79	37,97

Continua 1/4

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	948.000,00	2.828.837,58	1.565.134,16	55,33	1.074.240,79	37,97
Investimentos	948.000,00	2.828.837,58	1.565.134,16	55,33	1.074.240,79	37,97
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	19.672.781,00	27.746.955,80	23.287.242,69	83,93	20.329.207,69	73,27
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	9.355.675,00	15.388.504,43	12.986.565,05	55,77	11.300.032,22	55,59
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	8.955.675,00	14.146.289,16	12.164.929,12	52,24	10.726.646,32	52,76
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	400.000,00	1.242.215,27	821.635,93	3,53	573.385,90	2,82
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	9.355.675,00	15.388.504,43	12.986.565,05	55,77	11.300.032,22	55,59
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	10.317.106,00	12.358.451,37	10.300.677,64	28,16	9.029.175,47	17,68
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						19,68
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						2.148.255,41

Continua 2/4

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	607.618,64	-607.618,64	0,00
TOTAL	0,00	0,00	607.618,64	-607.618,64	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	6.262.495,00	8.758.315,29	6.513.730,34	27,97	5.448.970,79	26,80
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.598.726,00	15.936.670,61	14.458.658,10	62,09	13.000.677,16	63,95
Suporte Profilático e Terapêutico	2.021.395,00	2.017.039,08	1.530.257,80	6,57	1.210.586,15	5,95
Vigilância Sanitária	254.865,00	396.312,65	292.463,32	1,26	261.016,93	1,28
Vigilância Epidemiológica	535.300,00	638.618,17	492.133,13	2,11	407.956,66	2,01
TOTAL	19.672.781,00	27.746.955,80	23.287.242,69	100,00	20.329.207,69	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

Continua 3/4

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

- Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 20 da LC 141/2012.

⁶No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Município de CANOINHAS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	110.620.515,00	
Previsão Atualizada		—	110.620.515,00	
Receitas Realizadas		16.228.168,73	76.670.660,16	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	869.946,57	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	110.620.515,00	
Créditos Adicionais		—	18.365.276,91	
Dotação Atualizada		—	128.985.791,91	
Despesas Empenhadas		11.583.498,08	87.936.457,48	
Despesas Liquidadas		16.439.644,82	70.966.426,85	
Superavit Orçamentário		—	5.704.233,31	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		11.583.498,08	87.936.457,48	
Despesas Liquidadas		16.439.644,82	70.966.426,85	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			90.540.186,49	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.400.000,00	-5.598.408,75	-399,89
Resultado Primário		-2.079.660,00	8.337.528,54	-400,91
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	762.110,18	0,00	563.065,32	199.044,86
EXECUTIVO	762.110,18	0,00	563.065,32	199.044,86
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.204.375,88	16.683,36	2.585.859,64	1.601.832,88
EXECUTIVO	4.204.375,88	16.683,36	2.585.859,64	1.601.832,88
TOTAL:	4.966.486,06	16.683,36	3.148.924,96	1.800.877,74
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		13.009.223,98	25%	28,36
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		14.211.157,92	60%	88,70
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		606.216,64	4.393.783,36	
Despesa de Capital Líquida		7.258.237,13	22.911.720,62	

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CANOINHAS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	70.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	94.820,02

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	9.029.175,47	15,00	19,68

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Editais de Notificação Nº01/2013 - Contribuição de Melhoria - Rua Almeida Cardoso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 01/2013

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA e o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento ARGOS JOSÉ BURGARDT, no exercício de suas atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966); LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan

LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);

LEI MUNICIPAL nº 5.209/2013 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 5.209, de 12/11/2013, localizados na Rua Almeida Cardoso, no trecho entre a Rua Arthur Burgardt e a Rua Kurt Mendes, localizada no Centro, com extensão de 166,67 metros lineares, neste município de Canoinhas que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 5.209, de 12/11/2013, corresponde ao quantum de R\$203.923,26 (duzentos e três mil, novecentos e vinte e três reais e vinte e seis centavos) conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com a aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.209/2013.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da Rua Almeida Cardoso, no trecho entre a Rua Arthur Burgardt e a Rua Kurt Mendes, localizada no Centro, com extensão de 166,67 metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.209/2013):

1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel

beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 5.209/2013, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada e área;

III - finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 5.209/2013, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:**2.1. DO OBJETO:**

2.1.1. Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua Almeida Cardoso, no trecho entre a Rua Arthur Burgardt e a Rua Kurt Mendes, localizada no Centro, com extensão de 166,67 metros lineares.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos previamente aprovados e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 5.209/2013:**a) Terraplenagem**

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

b) Pavimentação Asfáltica

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação

com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.209/2013).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração, Finanças e Orçamento o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será realizada por um dos seguintes meios:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001

(Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 5.209/2013, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 5.209/2013 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 20 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PREFEITURA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - SC CONTRATO: OBJETO: PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM ORÇAMENTO: RUA ALMEIDA CARDOSO				PROGRAMA: DATA BASE ORÇAMENTO: JUNHO 2013 REFERÊNCIA: SINAPI - JUNHO 2013 / SICRO - Setembro 2012 / DEINFRA- Agosto 2010 / ORSE-Abril 2012 ART- DE ORÇAMENTO:							
REFERÊNCIA	Código	ITEM	SERVIÇO	UNID.	QTD	UNIT. SEM BDI (R\$)	REAJUSTE %	BDI (%)	UNIT. COM BDI (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
		1	OBRAS PRELIMINARES								R\$ 698,43
SINAPI	74209/001	1.1	Placa De Obra Em Chapa De Aco Galvanizado	m2	2,50	R\$ 228,99		22,00%	R\$ 279,37	R\$ 698,43	
		2	TERRAPLENAGEM								R\$ 48.074,02
SINAPI	72829	2.1	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao B Caminho Deasculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	1.474,30	R\$ 4,45		22,00%	R\$ 5,43	R\$ 8.005,45	
SINAPI	74203/001	2.2	Remocao De Material 1A. Categoria, Em Caminhao Basculante, D.M.T.=6 Km (Inclusive Carga Mecanica E Descarga).	m3	1.097,38	R\$ 8,59		22,00%	R\$ 10,48	R\$ 11.500,54	
SICRO	2 S 01 100 20	2.3	Esc. Carga Tr. Mat 1ª C. Dmt 3000 A 5000M C/Carreg	m3	1.426,59	R\$ 12,27	5,60 %	22,00%	R\$ 15,81	R\$ 22.554,39	
SINAPI	41722	2.4	Compactacao Mecanica A 100% Do Proctor Normal - Pavimentacao Urbana	m3	1.097,38	R\$ 4,49		22,00%	R\$ 5,48	R\$ 6.013,64	
		3	PAVIMENTAÇÃO								R\$ 114.311,52
SINAPI	72961	3.1	Regularização E Compactação De Subleito Ate 20 Cm De Espessura	m2	1.995,29	R\$ 1,32		22,00%	R\$ 1,61	R\$ 3.212,42	
SICRO	2 S 02 231 50	3.2	Base De Macadame Hidráulico Bc	m3	333,55	R\$ 68,20	5,26 %	22,00%	R\$ 87,58	R\$ 29.212,31	
SICRO	2 S 02 230 50	3.3	Base De Brita Graduada Bc	m3	280,59	R\$ 83,95	5,26 %	22,00%	R\$ 107,81	R\$ 30.250,41	
SINAPI	72945	3.4	Imprimacao De Base De Pavimentacao Com Emulsao Cm-30	m2	1.829,01	R\$ 2,96		22,00%	R\$ 3,61	R\$ 6.602,73	
SINAPI	72943	3.5	Pintura De Ligacao Com Emulsao Rr-2C	m2	1.829,01	R\$ 1,12		22,00%	R\$ 1,37	R\$ 2.505,74	
SINAPI	72965	3.6	Fabricação E Aplicação De Concreto Betuminoso Usinado A Quente(Cbuq),Cap 50/70, Exclusive Transporte	t	182,90	R\$ 190,59		22,00%	R\$ 232,52	R\$ 42.527,91	

Anexo 1

PREFEITURA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - SC CONTRATO: OBJETO: PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM ORÇAMENTO: RUA ALMEIDA CARDOSO				PROGRAMA: DATA BASE ORÇAMENTO: JUNHO 2013 REFERÊNCIA: SINAPI - JUNHO 2013 / SICRO - Setembro 2012 / DEINFRA- Agosto 2010 / ORSE-Abril 2012 ART- DE ORÇAMENTO:							
REFERÊNCIA	Código	ITEM	SERVIÇO	UNID.	QTD	UNIT. SEM BDI (R\$)	REAJUSTE %	BDI (%)	UNIT. COM BDI (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
		4	DRENAGEM								R\$ 39.216,41
SINAPI	3061	4.1	Escavacao Mec Vala N Escor Mat 1A Cat C/Retroescav Ate 1,50M Excl Esgotamento	m3	329,40	R\$ 5,58		22,00%	R\$ 6,81	R\$ 2.243,21	
SINAPI	74204/001	4.2	Transporte De Material - Bota-Fora, D.M.T.= 6,0 Km	m3	329,40	R\$ 6,58		22,00%	R\$ 8,03	R\$ 2.645,08	
SINAPI	73964/005	4.3	Reaterro De Vala/Cava Sem Controle De Compactação , Utilizando Retro-Escavadeira E Compactador Vibratorio Com Material Reaproveitado	m3	273,52	R\$ 7,81		22,00%	R\$ 9,53	R\$ 2.606,65	
SINAPI	72829	4.4	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao B Caminho Deasculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	273,52	R\$ 4,45		22,00%	R\$ 5,43	R\$ 1.485,21	
SINAPI	74206/001	4.5	Caixa Coletora, 1,04X1,04X1,50M, Com Fundo E Tampa De Concreto E Paredes Em Alvenaria	un	5,00	R\$ 940,09		22,00%	R\$ 1.146,91	R\$ 5.734,55	
SINAPI	83450	4.6	Caixa De Passagem 80X80X62 Fundo Brita Com Tampa	un	2,00	R\$ 327,17		22,00%	R\$ 399,15	R\$ 798,30	
SINAPI	73724	4.7	Assentamento De Tubos De Concreto Diametro = 400Mm, Simples Ou Armado, Junta Em Argamassa 1:3 Cimento:Areia	m	244,00	R\$ 15,73		22,00%	R\$ 19,19	R\$ 4.682,36	
SINAPI INSUMOS	7781	4.8	Tubo Concreto Simples Classe -Ps1 Pb Nbr-8890 Dn 400 Mm P/Aguas Pluviais	m	244,00	R\$ 26,86		22,00%	R\$ 32,77	R\$ 7.995,88	
SINAPI	72967	4.9	Meio-Fio De Concreto Pre-Moldado 12 X 30 Cm, Sobre Base De Concreto Simples E Rejuntado Com Argamassa Traco 1:3 (Cimento E Areia)	m	344,49	R\$ 22,15		22,00%	R\$ 27,02	R\$ 9.308,12	
SINAPI	79488	4.10	Reaterro Manual Com Apiloamento Mecanico	m3	137,79	R\$ 4,96		22,00%	R\$ 6,05	R\$ 833,63	
-	-	4.11	Camada de Pó de Pedra de 1,50 cm de espessura e Larg. 2,00 m	m3	10,33	R\$ 70,10		22,00%	R\$ 85,52	R\$ 883,42	
		5	SINALIZAÇÃO								R\$ 1.622,88
SINAPI	72947	5.1	Sinalização Horizontal Com Tinta Retrorefletiva A Base De Resina Acrilica Com Microesferas De Vidro (Cor Branca)	m2	26,44	R\$ 16,11		22,00%	R\$ 19,65	R\$ 519,55	
SINAPI	72947	5.2	Sinalização Horizontal Com Tinta Retrorefletiva A Base De	Un	26,26	R\$ 16,11		22,00%	R\$ 19,65	R\$ 516,01	
SICRO	4 S 06 202 11	5.3	Confecção Placa Sinalização Tot.Refletiva	Un	1,00	R\$ 237,39	4,95 %	22,00%	R\$ 303,95	R\$ 303,95	
	CUSTO EM ANEXO	5.4	Placa Esmaltada Para Identificação De Rua 30X60 Cm,	Un	1,00	R\$ 232,27		22,00%	R\$ 283,37	R\$ 283,37	
			TOTAL DO ORÇAMENTO								R\$ 203.923,26
2- BDI UTILIZADO: 22,00%											
DATA:			RESPONSÁVEL TÉCNICO:			ASSINATURA:					
JUNHO 2013			CREA-SC:								

Elaborado por: KTOP-Consultoria e Engenharia Ltda.

Anexo 1

Capinzal

PREFEITURA

PMC Contrato 0227/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0227/2013

Tomada de Preço para Compras e Serviços Nº 002/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BAN

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de processo seletivo de provas para contratação de servidores nos cargos constantes do anexo único, mediante obrigações envolvendo todos os procedimentos administrativos pertinentes, recursos próprios.

VALOR R\$: 21.900,00

VIGÊNCIA: 22/11/2013 até 30/03/2014

SIMAE

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº Cao/37/2013

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/37/2013

Processo Licitatório Nº CAO/0423/2013

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de serviço de locação mensal, manutenção, atualizações legais e corretivas e suporte técnico de sistema/software de Contabilidade Pública, Folha de Pagamento e Transparência.

TIPO: Menor Preço Por Item (Locação Mensal).

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:30 horas, do dia 11 de dezembro de 2013.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.com.br, francieli@simaecao.com.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 27 de novembro de 2013.

FRANCIELI A. DA ROSA

Pregoeira

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº Cao/38/2013

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/38/2013

Processo Licitatório Nº CAO/0437/2013

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de serviços técnicos aplicados na coleta e realização de análises mensais, trimestrais e semestrais da água bruta e tratada, e do esgoto, em cumprimento à Portaria 2914/11, do Ministério da Saúde e Resolução nº 357/2005 do CONAMA, durante o exercício de 2014.

TIPO: Menor Preço Global

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:30 horas, do dia 13 de dezembro de 2013.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.com.br, francieli@simaecao.com.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 27 de novembro de 2013.

FRANCIELI A. DA ROSA

Pregoeira

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº Cao/39/2013

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/39/2013

Processo Licitatório Nº CAO/0436/2013

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de produtos químicos para atendimento das estações de tratamento de água e esgoto (ETA e ETE), durante o exercício de 2014.

TIPO: Menor Preço Unitário por KG/Unidade

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:30 horas, do dia 16 de dezembro de 2013.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.com.br, francieli@simaecao.com.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 27 de novembro de 2013.

FRANCIELI A. DA ROSA

Pregoeira

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Lei Nº 0594 de 25.11.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0594 DE 25.11.2013

"DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, INCLUSÃO NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2013 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º As anulações, inclusões e aberturas de créditos adicionais obedecerão ao disposto na Constituição Federal, Lei Ordinária nº 4.320 de 17/03/1964 e Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

Parágrafo único. As disposições desta Lei obedecerão ainda os Decretos, Resoluções, Portarias e Instruções Normativas da Secretaria do Tesouro Nacional.

CAPÍTULO II

Das Anulações na Lei Orçamentária Anual

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a anular a importância de R\$ 82.854,00 (oitenta e dois mil oitocentos e cinquenta e quatro reais), das seguintes dotações do orçamento vigente:

05 - Secretarias da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
115 - Transferência de Convênios - Educação
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1018 - Aquisição e Manutenção de Veículo Educação R\$ 8.750,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
115 - Transferência de Convênios - Educação
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2010 - Distribuição de Material Didático R\$ 4.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
03 - Divisão de Esportes
27 - Desporto e Lazer
15 - Esporte é Vida
812 - Desporto Comunitário
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
3.3.50.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2022 - Manutenção da Divisão de Esportes R\$ 12.644,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
03 - Divisão de Esportes
27 - Desporto e Lazer
15 - Esporte é Vida

812 - Desporto Comunitário
116 - Transferência de Convênios - Outros
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1022 - Construção Reforma e Ampliação de Ginásios, Quadras Esportivas e Estádio Municipal R\$ 16.660,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
115 - Transferência de Convênios - Educação
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1013 - Construção, Reforma e Ampliação Rede de Ensino Fundamental R\$ 13.300,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos
01 - Divisão de Serviços Urbanos
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
451 - Infra-Estrutura Urbana
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1054 - Construção Calçadas Avenida 29 Novembro R\$ 2.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos
01 - Divisão de Serviços Urbanos
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
451 - Infra-Estrutura Urbana
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1054 - Construção Calçadas Avenida 29 Novembro R\$ 7.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos
01 - Divisão de Serviços Urbanos
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
451 - Infra-Estrutura Urbana
116 - Transferência de Convênios - Outros
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1054 - Construção Calçadas Avenida 29 Novembro R\$ 7.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos
01 - Divisão de Serviços Urbanos
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
451 - Infra-Estrutura Urbana
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1044 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis R\$ 10.000,00

CAPÍTULO III

Das Inclusões na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Art. 3º De acordo com os dispositivos previstos na Lei nº 0452 de 30.11.2009, Plano Plurianual - PPA, no programa 11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS, Unidade 05.01 DIVISÃO DE ENSINO, Função 12 - EDUCAÇÃO, Sub-função 361 - ENSINO FUNDAMENTAL, Ação - 1017 Aquisição/Desapropriação de Imóveis, ficam incluído na Lei Municipal nº 0559 de 04.12.2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, na Unidade 05 - SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 05.01 - DIVISÃO DE ENSINO, no Programa 11 - EDUCAÇÃO PARA TODOS, Função 12 - EDUCAÇÃO, Sub-Função 361 - ENSINO FUNDAMENTAL, Recurso 118 - SALARIO EDUCAÇÃO, MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas, AÇÃO: 1017 - Aquisição/Desapropriação de Imóveis, VALOR: R\$ 82.854,00 (oitenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais).

CAPÍTULO IV

Da Abertura de Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária para o Exercício de 2013

Art. 4º Por conta da anulação dos recursos de que trata o art.2º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar Abertura de Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária para o exercício de 2013, com a seguinte classificação e valor:

05 - Secretarias da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
118 - Salário Educação
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1017 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis R\$ 82.854,00

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 25 de novembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 084/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 084/2013

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC ."

- CONSIDERANDO o Dia da Emancipação Política do Município de Chapadão do Lageado, comemorado em 29 de novembro, próximo vindouro;

- CONSIDERANDO a contenção de despesas da Prefeitura Municipal;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal e de acordo com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Será facultativo o "ponto" nas repartições Públicas Municipais, no dia 29 de novembro de 2013.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no "caput" deste artigo, os serviços emergenciais e inadiáveis, em todos os órgãos da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado - SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 25 de novembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 100/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 100/2013 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 100/2013.

Vigência: 18/11/2013 à 06/12/2013

Processo Licitatório: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23034.005848/2012-85, EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2012 - REGISTRO DE PREÇOS - FNDE

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: MAN LATIN AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

Valor: R\$ 227.780,00 (duzentos e vinte e sete mil setecentos e oitenta reais);

Objeto: aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e demais entidades autorizadas a aderir ao programa de acordo com a legislação específica vigente, para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação.

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
4	Ônibus Rural Escolar – ORE	1	R\$ 227.780,00	R\$ 227.780,00

DATA DA ASSINATURA: 18 de novembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato Nº 26/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 26/2013 - PM

Nº. do Contrato: 26/2013.

Processo Licitatório nº 15/2013 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Arnova de Francisco C. Sebold Me

Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal/88 c/c o art. 65, inciso II, alínea d da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão do valor do contrato, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

Valor: Os acréscimos decorrentes do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 6.413,14 (seis mil quatrocentos e treze reais e quatorze centavos).

DATA DA ASSINATURA: 18 de novembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

Decreto SAF/Nº. 544/13

DECRETO SAF/Nº. 544/13, de 22 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA UFRM - UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO ser indispensável a atualização dos valores em reais, estabelecidos no Código Tributário Municipal em quantidade de UFRM;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 2º da Lei Complementar nº Lei Complementar nº 13, de 20 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO que a atualização dessa Unidade Fiscal será efetuada mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado dos últimos 12 (doze) meses, através de ato próprio do Executivo;

DECRETA

Art. 1º Fica reajustada em 5,84% (cinco inteiros e oitenta e quatro centésimos) por cento, a UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL (UFRM), que passa de R\$ 2,3793 (dois reais, trinta e sete centavos e noventa e três milésimos de centavos) para R\$ 2,5182 (dois reais, cinquenta e um centavos e oitenta e dois milésimos de centavos) a partir de 1º de Janeiro de 2014, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 13, de 20 de dezembro de 2007.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de novembro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Termo Aditivo 08/2013

TERMO ADITIVO Nº 08/2013, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2013, DE 03 DE JULHO DE 2013, DE CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOLUÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA INFORMATIZADA.

Fundamento Legal: do art. 12, da Lei 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Pelo Primeiro Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº. 08/2013 de contratação de licença de uso de solução para gestão pública informatizada, nós abaixo assinados, de um lado como ORGÃO GERENCIADOR, o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 - C.P. 01, inscrito no CNPJ sob o número 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal ADEMIR MAGAGNIN, e de outro lado, como DETENTORA DA ATA, a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida Rua João Pessoa, nº. 134, Centro, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, temos justo e contratado o que a seguir se descreve.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Fica prorrogado para até dia 03 de julho de 2014, o prazo de vigência do Registro de Preços nº. 08/13, de 03 de julho de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do Registro de Preços 08/2013, de 03 de julho de 2013, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Termo Aditivo para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de outubro de 2013.

ORGÃO GERENCIADOR

DETENTORA DA ATA

Testemunhas: _____;

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 8/2013- Fmc

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2013- FMC

Objeto: Contratação de serviço de masterização de CDs com músicas do Festival da Canção Municipal e Intermunicipal "Canto Livre 2013" em atendimento ao capítulo X de seu regulamento, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 13/12/2013 até as 16:00h.

Abertura: dia 16/12/2013, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 22 de Novembro de 2013

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Edital de Chamamento Público Nº 3/2013 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 3/2013 - PMC

Objeto: estão abertas as inscrições de profissionais formados em Comunicação Social, Publicidade/propagando ou Marketing, para integrar a Subcomissão Técnica, para análise e julgamento das propostas técnicas, conforme determina a Lei nº 12.232/2010, em vista da promoção futura de licitação para contratação de Agência de Propaganda para prestação de serviços de publicidade.

Data da realização: 02 a 20 dezembro de 2013.

Horário: das 08:00 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (049) 3441-2160.

Concórdia, SC, 25 de novembro de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 15/2013 - FMS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 15/2013 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato da senhora Marlô Cristina Ribeiro, Diretora Administrativa, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 25 de novembro de 2013, Aquisição de medicamento para cumprimento de ordem judicial, a favor da empresa Comércio de Medicamentos Brair Ltda, no valor total estimado de R\$ 9.313,90 (nove mil, trezentos e treze reais e noventa centavos).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 5/2011

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5/2011

Contrato nº 5/2011, de 1º de dezembro de 2011

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON

Contratados: Jairo Goss Filho, José Alberto Olmi e Loiva Terezinha Barison Poy.

Objeto do Contrato: Locação de sala comercial.

Alteração: Prorrogação no prazo de vigência e reajuste contratual.

Data da assinatura: 25 de novembro de 2013

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Edital de Notificação - Convênio - FMAS Pbfi/CRAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS PBFI/CRAS, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Concórdia SC, 26 de novembro de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Edital de Notificação Fiscal Nº 006/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Rua Leonel Mosele, 62, Centro - CEP 89700-000 Concórdia - SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 006/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal nº 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal - CTM), depois de esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA aos contribuintes abaixo citados, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o Art. 155 da Lei Municipal nº 1766/81.

ADELMO IVONEI JUNZ - ME - CNPJ 04.618.057/0001-00 - Rua Romano A. Fontana, 397 - Centro - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador:1) Notificação de Dívida Ativa nº 6/2013-A, referente ao ISSQN do Simples Nacional dos exercícios 2009, 2010 e 2011 - Valor R\$ 2.082,28; 2)Notificação de Dívida Ativa nº 2252/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 7488041 - inscrição imobiliária 01.05.187.0444.001 - Exercícios: 2011 e 2012, valor total R\$ 723,66.

AIRTON ÂNGELO DE MARCO - CPF 525.924.729-91 - Rua Severino Andognini, 72 - Bairro Imigrante - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador:1) Notificação de Dívida Ativa nº 64/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 1922106 - inscrição imobiliária 01.03.050.0140.001 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012, valor total R\$ 1.421,30; 2) Notificação de Dívida Ativa nº 65/2013, referente à Contribuição de Melhoria relativa ao imóvel cadastrado sob o nº 1922106 - inscrição imobiliária 01.03.050.0140.001, relativo ao exercício de 2012 - Valor: R\$ 599,40.

AJF SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA. - CNPJ 04.311.227/0001-09 - Rua Anita Garibaldi, 370 - Centro - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 6/2013, referente ao ISSQN do Simples Nacional dos exercícios 2008, 2009, 2010 e 2011 - Valor R\$ 1.605,77.

ANGELONY COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA. ME - CNPJ 08.087.401/0002-13 - Rua Dr. Maruri, 1233, Sala 01 - Centro - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 156/2013, referente a TLLF - Taxa de Licença e Localização do exercício 2009 - Valor R\$ 1.294,16.

ANGELONY COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA. ME - CNPJ 08.087.401/0001-32 - Rua 29 de Julho, 307 - Centro - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 155/2013, referente a TLLF - Taxa de Licença e Localização do exercício 2009 - Valor R\$ 1.294,16.

ANTONIO COMBOSKI - ME - CNPJ 04.251.848/0001-44 - Travessa das Azaléias, 107 - Bairro Jardim - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 180/2013, referente ao ISSQN do Simples Nacional dos exercícios 2009 e 2010 - Valor R\$ 7.764,60.

BACCA CARROCERIAS LTDA - ME - CNPJ 01.375.943/0001-61 - Rod. BR 153, s/nº - Loc. São José - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 246/2013, referente: 1) a TLLF - Taxa de Licença e Localização dos exercícios 2009, 2010 e 2011 - Valor R\$ 749,46; 2) Notificação de Dívida Ativa nº 247/2013, referente ao ISSQN do exercício 2009 - Valor R\$ 4.676,67; 3) Notificação de Dívida Ativa nº 248/2013, referente ao ISSQN Simples Nacional do exercício 2008 - Valor R\$ 1.382,67.

BOM PREÇO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA. - CNPJ 10.197.098/0001-72 - Rua Mal. Deodoro, 1440 - Centro - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 272/2013, referente a TLLF - Taxa de Licença e Localização do exercício 2009 - Valor R\$ 678,08.

COMERCIAL DE ELETRODOMÉSTICOS PEDRO OBINO JR. S.A. - CNPJ 87.396.172/0139-40 - Rua Anita Garibaldi, 44 - Centro - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 397/2013, referente a TLLF - Taxa de Licença e Localização do exercício 2009 - Valor R\$ 2.148,07.

COMERCIAL DE MÁQUINAS E IMPL. AGRÍCOLAS BALDISSARELLI - CNPJ 80.071.384/0001-72 - Rua Dr. Maruri, 14 - Centro - Concórdia

- SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 409/2013, referente a TLLF - Taxa de Licença e Localização dos exercícios 2009, 2010 e 2011 - Valor R\$ 752,38.
COMERCIAL SANLOR LTDA. ME - CNPJ 02.556.164/0001-25 - Rua Mal. Deodoro, 521 - Centro - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 400/2013, referente a TLLF - Taxa de Licença e Localização do exercício 2009 - Valor R\$ 742,94.
COMÉRCIO DE MÁQUINAS E IMPL. AGRÍCOLAS BALDISSARELLI - CNPJ 80.071.384/0001-72 - Rua Dr. Maruri, 14 - Centro - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 409/2013, referente a TLLF - Taxa de Licença e Localização dos exercícios 2009, 2010 e 2011 - Valor R\$ 752,38.
DARLAN PERES MENDES - CPF 029.487.749-50 - Rua Adílio Hilario Mutzemberg, 423, Ap. 201 - Bairro Guilherme Reich - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 468/2013, referente ao I SSQN dos exercício 2009 - Valor R\$ 2.162,13.
JOÃO DA COSTA - CPF 477.046.329-49 - Rua Araucanos, 557 - Bairro Itaíba - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1008/2013, referente a: 1) TLLF - Taxa de Licença e Localização dos exercícios 2009, 2010 e 2011 - Valor R\$ 359,89; 2) Notificação de Dívida Ativa nº 1009/2013, referente ao ISSQN dos exercícios 2009, 2010 e 2011 - Valor R\$ 2.110,54.
JUVINO ROGELIN - CPF 749.830.249-72, Rua Andrea Adelino Bie-zus, 275 - Bairro Santa Cruz - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1089/2013, referente a IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 125482 - inscrição imobiliária 01.01.037.0461.001 - Exercícios: 2009 e 2012, valor total R\$ 681,84.
MARTLIMP LIMPEZA LTDA - CNPJ 10.637.245/0001-88 - Linha Alto Suruvi - Interior - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1317/2013, referente ao ISSQN do Simples Nacional dos exercícios 2009, 2010 e 2011 - Valor R\$ 2.273,33.
PEDRO GONÇALVES - CPF 627.085.549-72, Rua São João, 106 - Bairro Santa Rita - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1518/2013, referente a IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 1358952 - inscrição imobiliária 01.06.135.0436.001 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012, valor total R\$ 932,83.
ROGERIO VANZO - CPF 597.544.359-87, Rua Maria Mafessoni Rosa, 75 - Bairro dos Industriários - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1598/2013, referente: 1) a IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 1964950 - inscrição imobiliária 01.06.108.0139.001 - Exercícios: 2009, 2010 e 2011, valor total R\$ 1.065,07; 2) Multa por Auto de Infração - Vcto.: 17/09/2009 - Valor: R\$ 2.314,74.
ROSELEI ALVES DE ALBUQUERQUE - CPF 758.448.509-04, Rua Ferreira, 245 - Bairro Nova Brasília - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1624/2013, referente a IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 7477066 - inscrição imobiliária 02.01.005.0063.001 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012, valor total R\$ 1.014,34.
SALETE RAMOS - CPF 043.809.289-93, Rua de Agostini, 8 - Bairro Nova Brasília - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1655/2013, referente a IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 7485760 - inscrição imobiliária 02.01.014.0026.001 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012, valor total R\$ 800,52.
TRANSPORTE PROVIN LTDA - ME - CNPJ 07.143.791/0001-58 - Rua Nelson Arendt, 317 - Bairro da Gruta - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1784/2013, referente a lançamentos de ISSQN do Simples Nacional, relativos aos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011. Valor total: R\$ 6.129,85.
VALDIR NEREU SIEVERT - CPF 460.211.169-68, Rua José Albiero, 710 - Bairro Santa Rita - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO:

Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1834/2013, referente a IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 1361074 - inscrição imobiliária 01.06.137.0122.001 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012, valor total R\$ 1035,24.
VILMA GODIN - CPF 057.355.699-70 - Rua Zainer Godim, 121 - Bairro Nova Brasília - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1884/2013, referente a IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 7485549 - inscrição imobiliária 02.01.007.0308.001 - Exercícios: 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, valor total R\$ 788,06.
WERNER HOLL - CPF 304.629.089-68 - Rua João Menegat Filho, 72 - Bairro São Cristóvão - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: : Notificação de Dívida Ativa nº 1918/2013, referente a IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 1403419 - inscrição imobiliária 01.07.019.0100.001 - Exercícios: 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, valor total R\$ 3.665,96.

Concórdia, 25 de novembro de 2013
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA N. SEGUNDO
 Secretário Municipal de Finanças

GREICE KELLEN MORCHE
 Fiscal de Tributos

Edital de Notificação Fiscal Nº 007/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Rua Leonel Mosele, 62, Centro - CEP 89700-000 Concórdia - SC
 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 007/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal nº 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal - CTM), depois de esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA aos contribuintes abaixo citados, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o Art. 155 da Lei Municipal nº 1766/81.

1. **ADELMO IVONEI KUNZ** - ME - CNPJ 04.618.057/0001-00 End. Rua Romano Anselmo Fontana, 397 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 573/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 274,36
2. **AIRTON FELISBERTO ME** - CNPJ 06.085.079/0002-68 End. Rua Marechal Deodoro, 1636 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 596/2013, de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 274,56 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32
3. **AJF SERVIÇOS EM INFORMATICA LTDA** - CNPJ 04.311.227/0001-09 End. Rua Anita Garibaldi, 270 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 568/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 299,72 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 274,36
4. **ALINE LABA DE SOUZA PINTO** - ME - CNPJ 13.198.905/0001-60 End. Rua Jose Venâncio Finger, 75 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 639/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32.
5. **AMERICAR VEICULOS LTDA** - CNPJ 01.799.968/0001-92 End. Rua da Independência, 260 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 564/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 297,38
6. **ATUAL COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA**

LTDA - ME - CNPJ 07.762.328/0001-94 End. Rua do Comercio,141 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 614/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2010 - Vcto.: 25/02/2010 - Valor: R\$ 352,36 TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 324,89 exercício de 2012 - Vcto.: 25/02/2012 - Valor: R\$ 274,36

7. AUREA ALIZANDRA DE OLIVEIRA - CNPJ 10.825.831/0001-56 End. Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 400 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 621/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 366,49

8. AUTO CAR CONCORDIA LTDA - ME - CNPJ 78.323.383/0001-26 End. Rua Marechal Deodoro, 55 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 550/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2008 - Vcto.: 25/02/2008 - Valor: R\$ 974,98 exercício de 2009 - Vcto.: 25/02/2009 - Valor: R\$ 909,25

9. BALSAN COMERCIO DE ROUPAS LTDA ME - CNPJ 86.757.382/0001-18 End. Rua Romano Anselmo Fontana, 397 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 560/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32

10. BAVARESCO & ROGOWSKI LTDA - CNPJ 76.866.144/0001-97 End. Rua Do Comercio, 542 Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 553/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 919,28

11. BISKUI MOTOCENTER MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MOTOS LTDA - CNPJ 08.634.761/0001-07 End. Rua do Comercio, 708 -- Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 589/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 527,72

12. BRUSCO & BRUSCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - CNPJ 09.095.648/0001-63 End. Rua Guilherme Helmuth Arendt, 162 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 597/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32

13. CARLOS PIEREZAN ME - CNPJ 13.263.636/0001-78 End. Rua 29 de julho, 605 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 640/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 274,36.

14. CELIO REMOCRI ME - CNPJ 05.582.629/0001-00 End. Rua 29 de Julho, 100 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 546/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 274,36

15. CLAUDIO REPRESENTAÇÃO LTDA - CNPJ 06.975.439/0001-16 End. Rua Ângelo Ary Biazus, 62 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 693/2013 de 24/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2010 - Vcto.: 25/02/2010 - Valor: R\$ 297,78 exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 274,56 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 274,36 ISS - QN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - Referente ao exercício 2012 - parcela 3 - Valor R\$ 179,97

16. CLAUDIOMIRO DA COSTA ME - CNPJ 05.816.821/0001-14 End. Travessa Antonio Brunetto, 8 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 574/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 299,72

17. CLINICA MEDICA ROSSI E ARGERICH LTDA - CNPJ 08.663.375/0001-43 End. Rua Getulio Vargas, 500 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 591/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2010 - Vcto.: 25/02/2010 - Valor: R\$ 434,23 exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 400,40 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 401,03

18. COMATEL LTDA ME - CNPJ 12.102.702/0001-56 End. Rua Marechal Deodoro, 535 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 541/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 769,56

19. COMERCIO DE COSMETICOS E PERFUMARIAS PATRICIA LTDA - CNPJ 02.080.782/0001-41 End. Rua Guilherme Helmut Arendt, 150 Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 565/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 576,49 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 481,66

20. COMERCIO DE MAQUINAS E IMP. AGRICOLAS BALDISSARELI - CNPJ 80.071.384/0001-72 End. Rua Dr. Maruri, 1140 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 454/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 189,91

21. CONCRETA CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ 07.537.922/0001-81 End. Rua Oswaldo Valentim Zandavalli, 815 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 583/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 438,14

22. CONTRADICTION - INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÃO LTDA EPP - CNPJ 03.697.852/0005-00 End. Rua do Comercio, 373 Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 582/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 576,49 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 527,72

23. CREDI FÁCIL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - CNPJ 04.890.578/0001-11 End. Rua Getulio Vargas, 340 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 570/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 400,40

24. DANIELA SANTOS DE SOUZA - ME - CNPJ 01.215.970/0002-58 End. Rua Albino Rotta, 99 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 634/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32.

25. EMPORIO NATURAL MAIS VIDA LTDA - ME - CNPJ 07.928.477/0001-80 End. Rua do Comercio,141 Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 601/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 274,56 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32

26. FABIANO DE OLIVEIRA & CIA LTDA - ME - CNPJ 06.188.758/0001-81 End. Rua Romano Anselmo Fontana,141 Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 578/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 481,66

27. FABIO AGEMIR ORLANDINI - ME - CNPJ 12.239.576/0001-95 End. Rua Anita Garibaldi, 270 Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 543/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 299,72 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 274,36

28. FERNANDO AUGUSTO RODRIGUES & CIA LTDA - CNPJ 09.178.022/0001-10 End. Rua Lauro Muller, 225 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 660/2013 de 24/10/2013: ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - Referente ao exercício 2012 - parcelas 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 - Valor: R\$ 907,00

29. FERNANDO KOLB REPRESENTAÇÃO - CNPJ 08.706.718/0001-00 End. Rua Getulio Vargas, 347 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 592/2013 de 23/10/2012: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 366,49

30. FINEX CONSULTORIA E NEGOCIOS EMPRESARIAIS LTDA - CNPJ 07.943.421/0001-03 End. Rua 29 de Julho, 141 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 683/2013 de 24/10/2013: ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - Referente ao exercício 2011 - parcela 12 - Valor: R\$ 700,21; Referente ao exercício 2012 - parcelas 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 - Valor: R\$ 992,41; TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 608,33

31. FLÁVIA DIAS - CNPJ 12.451.112/0001-48 End. Rua Guilherme Helmut Arendt, 346 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 636/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 174,55

32. FRANCIELI SCHIAVINI BOFF - CPF 039.890.109-05 End. Rua Adolfo Konder, 258 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 694/2013 de 24/10/2013: ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - Referente ao exercício 2009 - parcelas 1, 2, 3, 4 - Valor: R\$ 292,51; TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2009 - Vcto.: 25/02/2009 - Valor: R\$ 615,06

33. FRANCISCON & CIA LTDA ME - CNPJ 09.470.588/0001-11 End. Travessa Antonio Brunetto, 16 Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 613/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 299,72 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 274,36

34. GEO MAP LTDA ME - CNPJ 15.147.987/0001-49 End. Rua Romano Anselmo Fontana, 268 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 666/2013 de 24/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 54,00

35. GEORGE LUIS PELONIO DA SILVA - CPF 024.930.709-09 End. Rua Getulio Vargas, 1191 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 641/2013 de 23/10/2012: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 90,11

36. GILBERTO DOS SANTOS - CPF 052.468.249-69 End. Rua Marechal Deodoro, 1242 Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 635/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 90,11

37. GILMAR DAL VESCO ME - CNPJ 09.425.177/0001-04 End. Rua Getulio Vargas, 292 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 607/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2010 - Vcto.: 25/02/2010 - Valor: R\$ 297,78 exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 274,56 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32

38. GIOVANI LOCATELLI - CPF 897.480.260-00 End. Rua 29 de Julho, 384 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 658/2013 de 24/10/2013: ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - Referente ao exercício 2012 - parcelas 11 e 12 - Valor: R\$ 309,16

39. GLOBEX UTILIDADES S.A (PONTO FRIO) - CNPJ

33.041.260/0513-11 End. Rua do Comércio, 207- Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 584/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 4.627,54

40. GRACIELA FATIMA RODRIGUES JACINTO (GRACI JACINTO FOTOGRAFIAS) - CNPJ 11.116.542/0001-40 End. Rua Marechal Deodoro, 224 Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 632/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 654,40

41. HEMO RENAL CONCORDIA LTDA - ME - CNPJ 00.845.432/0001-01 End. Rua Marechal Deodoro, 855 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 672/2013 de 23/10/2013: ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - Referente ao exercício 2011 - parcelas 10 - Valor: R\$ 45,23

42. HS ESPECIALIDADE COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (CASA DO LAR) - CNPJ 08.794.138/0001-11 End. Rua Anita Garibaldi, 147 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 594/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 1.057,47

43. IAGO DE ALMEIDA FREITAS - ME (SMALLTECH CRIAÇÃO VISUAL) - CNPJ 17.177.553/0001-17 End. Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 706 -- Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 647/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 58,38

44. IRENE ALMEIDA MULLER - CPF 000.174.819-02 End. Travessa Jose Reali, 49 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 685/2013 de 24/10/2013: ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - Referente ao exercício 2012 - parcelas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 - Valor: R\$ 684,44; TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 90,11.

45. IVONEI ROSSI (ROSSI REPRESENTAÇÕES) - CNPJ 11.419.726/0001-80 End. Rua Marechal Deodoro, 352 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 433/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 366,49

46. LUCIANE VIEIRA LU - ME - CNPJ 11.115.164/0001-80 End. Rua Dr. Maruri, 145 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 626/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 174,55

47. LUCRATIVA PROPAGANDA E EVENTOS LTDA - ME - CNPJ 02.639.878/0001-05 End. Rua Dr. Maruri, 1365 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 486/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32

48. LUIS ANTONIO CALVI - CNPJ 12.568.647/0001-01 End. Rua Travessa Antonio Brunetto, 17 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 637/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 274,56 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32

49. LUIS HENRIQUE HUBNER ME - CNPJ 05.574.159/0001-33 End. Rua Travessa Antonio Brunetto, 105 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 602/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2010 - Vcto.: 25/02/2010 - Valor: R\$ 297,78 exercício de 2011 - Vcto.: 27/02/2011 - Valor: R\$ 274,56 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32

50. LUIS SPERANDIO ME - CNPJ 10.737.404/0001-16 End. Rua 29 de Julho, 112 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO:

Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 629/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 665,92

51. LUIZ ANTONIO PALUDO - CNPJ 05.787.083/0001-24 End. Rua 29 de Julho, 141 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 652/2013 de 24/10/2013: ISS-QN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - Referente ao exercício 2012 - parcela 3 - Valor: R\$ 119,59

52. MAGAÇÃO AGENCIAMENTO E INVESTIMENTOS DE SERVIÇOS E NEGÓCIOS - CNPJ 12.234.083/0001-62 End. Rua Marechal Deodoro, 1124 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 542/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 714,90 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 711,97

53. MALTAURO REPRESENTAÇÃO COMERCIAIS LTDA - CNPJ 08.505.402/0001-50 End. Rua do Comercio, 601 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 588/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 435,59

54. MARCELO PRETTO (MMP COMERCIAL) - CNPJ 10.245.683/0001-09 End. Rua Marechal Deodoro, 1429 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 609/2013 de 23/10/2012: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2012 - Valor: R\$ 777,78.

55. MARCOS LUIS SAGAI ME - CNPJ 10.257.620/0001-64 End. Rua Adolfo Schiavini, 20 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 610/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2010 - Vcto.: 25/02/2010 - Valor: R\$ 434,23 exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 400,40 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 366,49

56. MAXXI POLIMENTO AUTOMOTIVO LTDA ME - CNPJ 10.976.000/0001-85 End. Rua Marechal Deodoro, 1415 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 535/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2009 - Vcto.: 31/12/2009 - Valor: R\$ 272,73

57. MESTRA-CLINICA GERAL E MED. NO TRABALHO SOCIEDADE SIMPLES - CNPJ 07.450.951/0001-01 End. Rua Marechal Deodoro, 1076 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 580/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 654,40

58. MIDIA MAIS COMUNICAÇÕES LTDA ME - CNPJ 04.316.484/0001-33 End. Rua Anita Garibaldi, 365 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 593/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 651,99 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 596,81

59. MILLENIUM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA ME - CNPJ 12.125.295/0001-01 End. Rua Oswaldo Valentim Zandavalli, 540 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 540/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 343,47

60. MIX COMERCIO DE EPIS LTDA - CNPJ 10.561.993/0001-24 End. Rua Getulio Vargas, 73 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 617/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 274,56 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32

61. MK MOTO ENTREGA LTDA - CNPJ 11.006.132/0001-47 End. Rua Romano Anselmo Fontana, 224 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 624/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e

Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 435,59

62. MUDANÇA NOVO LAR LTDA - ME - CNPJ 05.924.660/0001-82 End. Rua Da Paz, 8 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 575/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2010 - Vcto.: 25/02/2010 - Valor: R\$ 297,78 exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 274,56 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32

63. NOVA ERA COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA - ME - CNPJ 02.624.056/0001-42 End. Rua Abramo Eberle, 97 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 566/2013 de 05/11/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 529,90 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 485,36

64. NUNES INFORMATICA LTDA ME - CNPJ 12.076.795/0001-09 End. Rua Anita Garibaldi, 270 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 575/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 438,14 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 401,03

65. NUTRISUI CARGA E DESCARGA LTDA - CNPJ 85.350.684/0001-04 End. Rua Oswaldo Valentim Zandavalli, 805 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 557/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 596,81

66. PAPARICO COMERCIO DE CONFECÇÃO LTDA EPP - CNPJ 02.183.370/0002-18 End. Rua Dr. Maruri, 990 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 618/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 1.057,47

67. PAPEL & ARTES LTDA ME - CNPJ 09.123.560/0001-08 End. Rua 29 de Julho, 561 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 598/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 665,92

68. PECH & CIA LTDA - CNPJ 95.856.555/0001-46 End. Rua 29 de Julho, 370 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 558/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 425,50

69. PRÓ-OBRA ENGENHARIA LTDA - CNPJ 73.711.046/0001-92 End. Rua Oswaldo Valentim Zandavalli, 407 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 559/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 884,73

70. R.R. DA CRUZ & CIA LTDA - CNPJ 84.969.708/0002-26 End. Rua Marechal Deodoro, 773 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 620/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 366,49

71. RENASCER IMÓVEIS LTDA - CNPJ 10.289.299/0001-08 End. Rua João Mosele, 101 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 611/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2010 - Vcto.: 25/02/2010 - Valor: R\$ 434,23 exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 400,40 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 435,59

72. RODRIGO COSTA PINHO (MICROLINS CONCORDIA) - CNPJ 11.586.841/0001-49 End. Rua do Comercio, 107 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 538/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 1.057,47

73. ROSEMERI SOUZA - ME - CNPJ 16.577.063/0001-45 End. Rua Lauro Miller, 184 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 646/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 111,58

74. ROTALYN MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA (SONHARTE MOVEIS SOB MEDIDA) - CNPJ 09.454.955/0001-93 End. Rua Marechal Deodoro, 1400 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 605/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 781,09

75. SOLANACONSULTORIAE SERVICOSSC - CNPJ 04.705.501/0001-24 End. Rua Getúlio Vargas, 371 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 505/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2010 - Vcto.: 25/02/2010 - Valor: R\$ 297,78 exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 274,56 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32

76. SOLUÇÃO COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME - CNPJ 09.477.610/0001-55 End. Rua Romano Anselmo Fontana, 224 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 606/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 297,38

77. SOSTER CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA - CNPJ 06.931.405/0001-20 End. Rua Getúlio Vargas, 235 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 691/2013 de 24/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2010 - Vcto.: 25/02/2010 - Valor: R\$ 434,23 exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 400,40 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 401,03; ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - Referente ao exercício 2009 - parcela 2 - Valor: R\$ 140,30 exercício 2010 - parcela 2 - Valor: R\$ 53,30

78. SWM COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - CNPJ 05.204.622/0001-55 End. Rua Dr. Maruri, 1447 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 572/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32

79. TIAGO SPRICIGO - CPF 035.136.509-57 End. Interior, s/n - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 684/2013 de 24/10/2013: ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - Referente ao exercício 2011 - parcela 12 - Valor: R\$ 141,47 exercício 2012 - parcelas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 - Valor: R\$ 1.526,44; TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32

80. TOQUE DE CLASSE LTDA - CNPJ 05.162.688/0001-20 End. Rua Dr. Maruri, 330 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 571/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 1.333,86

81. TORMEN & TORMEN LTDA - CNPJ 08.600.122/0001-20 End. Rua Dr. Maruri, 420 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 552/2013, de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2010 - Vcto.: 25/02/2010 - Valor: R\$ 925,38.

82. TRANSPORTES ADAL LTDA - ME - CNPJ 10.978.157/0001-40 End. Rua Abramo Eberle, 288 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 623/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32.

83. TRANSPORTES ALVADI BALDISSERA LTDA - CNPJ 01.602.352/0001-80 End. Rua Tancredo de Almeida Neves, 802 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 563/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012

- Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32

84. TRANSPORTES BALSAN LTDA - ME - CNPJ 78.327.533/0001-70 End. Rua Romano Anselmo Fontana, 1098 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 545/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32

85. TRANSPORTES RIZZO & STEDILE LTDA - ME - CNPJ 10.520.852/0001-63 End. Rua Abramo Eberle, 176 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 616/2013, de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32

86. TTALES ASSESSORIA LTDA - CNPJ 11.495.159/0001-40 End. Rua Antonio Michelin, 320 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 670/2013 de 24/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 273,65

87. UWE KRAUSE - CPF 458.347.331-15 End. Rua da Independência, 125 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 682/2013: ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - Referente ao exercício 2012 - parcelas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 - Valor: R\$ 811,75; TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 251,32

88. VERA LUCIA DE CAMARGO - CNPJ 11.560.799/0001-97 End. Rua Santa Catarina, 09 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 431/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 654,40

89. W.P. COMERCIO DE UTILIDADES LTDA ME - CNPJ 10.341.984/0001-28 End. Rua do Comercio, 147 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 612/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 297,38

90. YESHUA INFORMATICA LTDA - ME - CNPJ 07.806.988/0001-20 End. Rua Dr. Maruri, 843 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 585/2013 de 23/10/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2010 - Vcto.: 25/02/2010 - Valor: R\$ 638,89 exercício de 2011 - Vcto.: 25/02/2011 - Valor: R\$ 589,10 exercício de 2012 - Vcto.: 27/02/2012 - Valor: R\$ 677,44

Concórdia, 25 de novembro de 2013
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA N. SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

GREICE KELLEN MORCHE
Fiscal de Tributos

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 748/2013

DECRETO Nº 748/2013, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. MARGA ANGELA MOCELLIN GIACOMIN, ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento , de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 25 de Novembro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Lei 1077/2013 - Dispõe Sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar

LEI Nº 1077/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 302.700,00 (trezentos e dois mil e setecentos reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 - Manutenção das Ações e projetos da Secretaria de Adm., Faz. E Planejamento
Modalidade de Aplicação: 319000 - 04
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 66.000,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.039 - Manutenção da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 319000 - 20
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 182.000,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio
Modalidade de Aplicação: 319000 - 45
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 46.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.040 - Manutenção do Conselho Tutelar
Modalidade de Aplicação: 319000 - 68
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 8.700,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 04.122.2502.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
Modalidade de Aplicação: 319000 - 01
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.005 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Cultura e Esportes
Modalidade de Aplicação: 319000 - 38
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 16.000,00

Projeto/Atividade: 15.451.2511.2.011 - Manutenção Das Ações e Projetos da Secretaria de Infraestrutura

Modalidade de Aplicação: 319000 - 48
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 37.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.006 - Manutenção da Gerencia e Fundo de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: 319000 - 57
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 1.700,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 - Manutenção do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS
Modalidade de Aplicação: 319000 - 60
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 7.000,00

Projeto/Atividade: 28.846.0000.0.003 - Pagamento de Inativos e Pensionistas
Modalidade de Aplicação: 319000 - 78
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 7.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município
Modalidade de Aplicação: 319000 - 02
Fonte de Recursos: 03.00 - Ordinários - R\$ 204.000,00

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 30.330,00 (trinta mil e trezentos e trinta reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 319000 - 28
Fonte de Recursos: 02.19 - R\$ 23.000,00

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.043 - Parcerias com Entidades Municipalistas
Modalidade de Aplicação: 335000 - 08
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 3.330,00

Projeto/Atividade: 27.812.2508.2.021. - Manutenção das Ações Do Esporte do Município
Modalidade de Aplicação: 339000 - 43
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 4.000,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, será anulada as seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.042 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 339000 - 29
Fonte de Recursos: 02.18 - R\$ 23.000,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município
Modalidade de Aplicação: 329000 - 75
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 7.330,00

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 25 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Decreto N. 744/2013

DECRETO Nº 744/2013, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o Art.78 - Inciso III - do Estatuto do Servidor Público Municipal - Lei Complementar Nº 018/2001

DECRETA

Art. 1º Concede 05 (cinco) dias consecutivos de licença por falecimento da irmã, à Sra .JULIANA BREANCINI , ocupante do cargo de professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação de 21/11/2013 à 25/11/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de novembro de 2013

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 745/2013

DECRETO Nº 745/2013, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013
"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 20 da Lei Complementar Nº 018/2001

DECRETA

Art. 1º Declara estável, a partir de 21 de novembro de 2013, o servidor Municipal Sr. EDER PIZZATTO , ocupante do cargo de Motorista, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Educação , por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Atribui Gratificação proporcional por Tempo de Serviço na ordem de 3% sobre o vencimento do cargo efetivo conforme disposto no Art. 19, da Lei Complementar 93/2013, ao servidor mencionado no Art. 1º.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de novembro de 2013

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 746/2013

DECRETO Nº 746/2013, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1077/2013,
DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 302.700,00 (trezentos e dois mil e setecentos reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 - Manutenção das Ações e projetos da Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento
Modalidade de Aplicação: 319000 - 04
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 66.000,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.039 - Manutenção da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 319000 - 20
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 182.000,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio
Modalidade de Aplicação: 319000 - 45
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 46.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.040 - Manutenção do Conselho Tutelar
Modalidade de Aplicação: 319000 - 68
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 8.700,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 04.122.2502.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
Modalidade de Aplicação: 319000 - 01
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.005 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Cultura e Esportes
Modalidade de Aplicação: 319000 - 38
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 16.000,00

Projeto/Atividade: 15.451.2511.2.011 - Manutenção Das Ações e Projetos da Secretaria de Infraestrutura
Modalidade de Aplicação: 319000 - 48
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 37.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.006 - Manutenção da Gerencia e Fundo de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: 319000 - 57
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 1.700,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 - Manutenção do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS
Modalidade de Aplicação: 319000 - 60
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 7.000,00

Projeto/Atividade: 28.846.0000.0.003 - Pagamento de Inativos e Pensionistas
Modalidade de Aplicação: 319000 - 78
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 7.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município
Modalidade de Aplicação: 319000 - 02
Fonte de Recursos: 03.00 - Ordinários - R\$ 204.000,00

Art. 3º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional

Suplementar no valor de até R\$ 30.330,00 (trinta mil e trezentos e trinta reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 319000 - 28

Fonte de Recursos: 02.19 - R\$ 23.000,00

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.043 - Parcerias com Entidades Municipalistas

Modalidade de Aplicação: 335000 - 08

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 3.330,00

Projeto/Atividade: 27.812.2508.2.021. - Manutenção das Ações Do Esporte do Município

Modalidade de Aplicação: 339000 - 43

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 4.000,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, será anulada as seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.042 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 339000 - 29

Fonte de Recursos: 02.18 - R\$ 23.000,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município

Modalidade de Aplicação: 329000 - 75

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 7.330,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º . Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 25 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 747/2013

DECRETO Nº747/2013, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. Madian Gleicon Romanini, ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 15 (quinze) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2012 à 28/02/2013, que serão gozadas no período de 23/12/2013 à 06/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 25 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MADIAN GLEICON ROMANINI

Ciente em: ____/ ____/2013

Coronel Martins

PREFEITURA

Portaria Nº. 204 de 21 de Novembro de 2013.

PORTARIA Nº. 204 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 20/12/2013 à 18/01/2014.

Nome Cargo Referência

Neimar Cassol PCE Assistente Administrativo 01/07/2011 à 30/06/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 21 de novembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº. 205 de 21 de Novembro de 2013.

PORTARIA Nº. 205 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e

referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 01/12/2013 à 30/12/2013.

Nome	Cargo	Referência
Marcos Vinicius Craco	Vigia	01/01/2012 à 31/12/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 21 de novembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Portaria Nº. 206 de 21 de Novembro de 2013.

PORTARIA Nº. 206 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 08/12/2013 à 07/01/2014.

Nome	Cargo	Referência
Vanderlei José Brum	Vigia	01/01/2013 à 31/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 21 de novembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Portaria Nº. 207 de 22 de Novembro de 2013.

PORTARIA Nº. 207 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/12/2013 à 31/12/2013

Nome Cargo Referência

Roseli Brandalise Técnica em enfermagem 02/03/2011 à 01/03/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de novembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Portaria Nº. 208 de 22 de Novembro de 2013

PORTARIA Nº. 208 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 16/12/2013 à 14/01/2014

Nome Cargo Referência

Elenir R. Pretto Servente 12/03/2012 à 11/03/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de novembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Portaria Nº. 209, de 25 de Novembro de 2013.

PORTARIA Nº. 209, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 82 da Lei Complementar Municipal Nº 005/2003 de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora Genecir de Souza dos Santos Anacleto, ocupante do Cargo de Servente Geral por um período de 15(quinze) dias, a partir do dia 22 de novembro a 06 de dezembro de 2013, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 25 de novembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças.

Correia Pinto

PREFEITURA

Errata de Edital de Licitação - Processo 84/2013 Pmcp

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2013
PREFEITURA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto-SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital do Pregão Presencial n.º 84/2013 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS PRESIDENTE KENNEDY E JOÃO NUNES DO AMARAL, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 2013TR003355, FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LAGES, E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, alteração na data de abertura da licitação, onde se lê: "11/12/2013", passa a ser lido: "12/12/2013", mantendo-se o mesmo horário, 09:00 horas.

Correia Pinto, 27 de novembro de 2013.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

Tomada de Preços - Processo 85/2013 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO 84/2013 - PREFEITURA
TOMADA DE PREÇOS

Objeto: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL OLINTHO D'ÁVILA MESQUITA, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS DO EDITAL. Menor Preço global. Abertura dos envelopes: 12.12.2013 às 14:00 horas. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:30 às 12:00hs e 13:30 às 18:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 27 de novembro de 2013.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Corupá

PREFEITURA

Relatório da Gestão Fiscal Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro/2013 a Dezembro/2013



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.261.482,00	43.046.819,21	5.440.176,73	26.663.344,78	5.353.888,69	24.837.530,87	100,00	57,70	18.209.288,34
Legislativa	1.100.000,00	1.080.000,00	168.342,02	861.238,11	168.342,02	861.238,11	3,47	79,74	218.761,89
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.080.000,00	168.342,02	861.238,11	168.342,02	861.238,11	3,47	79,74	218.761,89
Administração	5.461.600,00	5.800.640,00	762.246,22	3.102.873,34	766.416,97	2.871.765,89	11,56	49,51	2.928.874,11
Administração Geral	5.411.600,00	5.750.640,00	762.246,22	3.095.774,94	765.216,97	2.865.867,49	11,54	49,84	2.884.772,51
Comunicação Social	50.000,00	50.000,00	0,00	7.098,40	1.200,00	5.898,40	0,02	11,80	44.101,60
Segurança Pública	886.000,00	860.969,84	7.152,18	42.216,09	9.142,59	39.390,05	0,16	4,58	821.579,79
Policiamento	35.000,00	49.969,84	7.034,68	37.944,16	8.579,80	35.118,12	0,14	70,28	14.851,72
Defesa Civil	851.000,00	811.000,00	117,50	4.271,93	562,79	4.271,93	0,02	0,53	806.728,07
Assistência Social	795.000,00	918.571,48	171.716,01	633.054,88	169.473,46	602.692,87	2,43	65,61	315.878,61
Assistência ao Idoso	25.000,00	25.000,00	0,00	9.190,00	1.017,00	9.190,00	0,04	36,76	15.810,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	280.000,00	280.000,00	15.655,41	46.134,07	17.722,17	42.086,74	0,17	15,03	237.913,26
Assistência Comunitária	490.000,00	613.571,48	156.060,60	577.730,81	150.734,29	551.416,13	2,22	89,87	62.155,35
Saúde	6.133.432,00	7.114.648,40	1.236.167,10	5.925.622,76	1.141.662,64	5.516.488,07	22,21	77,54	1.598.160,33
Atenção Básica	6.059.432,00	7.040.648,40	1.233.059,37	5.892.666,99	1.138.832,63	5.485.333,32	22,08	77,91	1.555.315,08
Vigilância Epidemiológica	74.000,00	74.000,00	3.107,73	32.955,77	2.830,01	31.154,75	0,13	42,10	42.845,25
Trabalho	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Empregabilidade	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Educação	13.048.500,00	12.457.532,09	1.658.862,01	8.071.284,34	1.644.083,01	7.737.363,50	31,15	62,11	4.720.168,59
Alimentação e Nutrição	293.000,00	293.000,00	45.867,13	248.403,49	17.601,51	174.692,00	0,70	59,62	118.308,00
Ensino Fundamental	9.830.500,00	9.275.976,59	1.280.361,91	6.111.021,47	1.331.072,47	5.906.485,55	23,78	63,68	3.369.491,04
Ensino Superior	25.000,00	25.000,00	3.743,18	22.237,78	3.952,51	20.455,93	0,08	81,82	4.544,07
Educação Infantil	2.800.000,00	2.818.595,50	328.407,25	1.686.149,03	290.123,98	1.632.257,45	6,57	57,91	1.186.338,05
Educação de Jovens e Adultos	50.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Educação Especial	50.000,00	24.960,00	482,54	3.472,57	1.332,54	3.472,57	0,01	13,91	21.487,43
Cultura	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	9.804.100,00	9.468.686,71	774.220,24	4.707.331,71	750.166,62	3.961.206,48	15,95	41,83	5.507.480,23
Infra-Estrutura Urbana	3.858.800,00	3.923.364,22	242.316,34	1.165.776,47	80.781,48	668.241,61	2,69	17,03	3.255.122,61
Serviços Urbanos	5.945.300,00	5.545.322,49	531.903,90	3.541.555,24	669.385,14	3.292.964,87	13,26	59,38	2.252.357,62

Continua 1/3



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.261.482,00	43.046.819,21	5.440.176,73	26.663.344,78	5.353.888,69	24.837.530,87	100,00	57,70	18.209.288,34
Habitação	140.000,00	140.000,00	0,00	10.576,28	0,00	10.576,28	0,04	7,55	129.423,72
Habitação Urbana	140.000,00	140.000,00	0,00	10.576,28	0,00	10.576,28	0,04	7,55	129.423,72
Saneamento	1.839.650,00	1.839.650,00	299.392,70	1.455.824,61	326.241,70	1.446.465,82	5,82	78,63	393.184,18
Saneamento Básico Urbano	1.839.650,00	1.839.650,00	299.392,70	1.455.824,61	326.241,70	1.446.465,82	5,82	78,63	393.184,18
Gestão Ambiental	71.200,00	71.200,00	2.530,97	47.076,47	10.616,57	38.966,47	0,16	54,73	32.233,53
Preservação e Conservação Ambiental	71.200,00	71.200,00	2.530,97	47.076,47	10.616,57	38.966,47	0,16	54,73	32.233,53
Agricultura	922.000,00	927.000,00	71.329,62	403.438,20	79.525,45	395.555,46	1,59	42,67	531.444,54
Extensão Rural	922.000,00	927.000,00	71.329,62	403.438,20	79.525,45	395.555,46	1,59	42,67	531.444,54
Comércio e Serviços	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	250.000,00	250.000,00	32.006,41	125.941,77	32.006,41	125.941,77	0,51	50,38	124.058,23
Energia Elétrica	250.000,00	250.000,00	32.006,41	125.941,77	32.006,41	125.941,77	0,51	50,38	124.058,23
Desporto e Lazer	420.000,00	91.920,69	0,00	91.920,69	0,00	44.934,57	0,18	48,88	46.986,12
Desporto Comunitário	420.000,00	91.920,69	0,00	91.920,69	0,00	44.934,57	0,18	48,88	46.986,12
Encargos Especiais	700.000,00	1.516.000,00	256.211,25	1.184.945,53	256.211,25	1.184.945,53	4,77	78,16	331.054,47
Serviço da Dívida Interna	650.000,00	1.466.000,00	256.211,25	1.184.945,53	256.211,25	1.184.945,53	4,77	80,83	281.054,47
Outras Transferências	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

Continua 2/3



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.261.482,00	43.046.819,21	5.440.176,73	26.663.344,78	5.353.888,69	24.837.530,87	100,00	57,70	18.209.288,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	42.261.482,00	43.046.819,21	5.440.176,73	26.663.344,78	5.353.888,69	24.837.530,87	100,00	57,70	18.209.288,34

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUEN DILVANE KUHLM KLABUNDE
DIRETORA DE ADMIN. E FAZEND. CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.261.482,00	42.261.482,00	5.215.432,51	12,34	25.849.629,17	61,17	16.411.852,83
RECEITAS CORRENTES	33.000.682,00	33.000.682,00	4.995.593,29	15,14	24.378.254,21	73,87	8.622.427,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.876.050,00	4.876.050,00	444.622,31	9,12	2.941.215,94	60,32	1.934.834,06
IMPOSTOS	3.056.400,00	3.056.400,00	291.506,98	9,54	2.180.936,64	71,36	875.463,36
TAXAS	1.204.650,00	1.204.650,00	147.683,97	12,26	712.713,93	59,16	491.936,07
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	615.000,00	615.000,00	5.431,36	0,88	47.565,37	7,73	567.434,63
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	220.000,00	220.000,00	28.457,71	12,94	164.438,43	74,74	55.561,57
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	220.000,00	220.000,00	28.457,71	12,94	164.438,43	74,74	55.561,57
RECEITA PATRIMONIAL	209.500,00	209.500,00	22.053,97	10,53	132.588,38	63,29	76.911,62
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	209.500,00	209.500,00	22.053,97	10,53	132.588,38	63,29	76.911,62
RECEITA AGROPECUÁRIA	27.500,00	27.500,00	3.423,53	12,45	14.994,06	54,52	12.505,94
Outras Receitas Agropecuárias	27.500,00	27.500,00	3.423,53	12,45	14.994,06	54,52	12.505,94
RECEITA DE SERVIÇOS	1.770.000,00	1.770.000,00	239.078,62	13,51	1.517.117,76	85,71	252.882,24
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.101.132,00	25.101.132,00	3.683.458,94	14,67	18.640.797,36	74,26	6.460.334,64
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	24.213.132,00	24.213.132,00	3.622.392,12	14,96	18.351.387,01	75,79	5.861.744,99
Transf. de Conv.	888.000,00	888.000,00	61.066,82	6,88	289.410,35	32,59	598.589,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	796.500,00	796.500,00	574.498,21	72,13	967.102,28	121,42	-170.602,28
Multas e Juros de Mora	381.600,00	381.600,00	23.983,12	6,28	173.564,60	45,48	208.035,40
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.000,00	16.000,00	315.347,02	970,92	336.471,37	102,95	-320.471,37
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	326.400,00	326.400,00	43.810,24	13,42	247.325,26	75,77	79.074,74
RECEITAS DIVERSAS	72.500,00	72.500,00	191.357,83	263,94	209.741,05	289,30	-137.241,05
RECEITAS DE CAPITAL	9.260.800,00	9.260.800,00	219.839,22	2,37	1.471.374,96	15,89	7.789.425,04
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.110.000,00	4.110.000,00	135.000,00	3,28	491.379,68	11,96	3.618.620,32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	4.110.000,00	4.110.000,00	135.000,00	3,28	491.379,68	11,96	3.618.620,32
ALIENAÇÃO DE BENS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.900.800,00	4.900.800,00	81.600,00	1,67	961.900,82	19,63	3.938.899,18
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	81.600,00	0,00	81.600,00	0,00	-81.600,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.900.800,00	4.900.800,00	0,00	0,00	880.300,82	17,96	4.020.499,18
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	3.239,22	6,48	18.094,46	36,19	31.905,54
Outras Receitas	50.000,00	50.000,00	3.239,22	6,48	18.094,46	36,19	31.905,54
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	42.261.482,00	42.261.482,00	5.215.432,51	12,34	25.849.629,17	61,17	16.411.852,83

Continua 1/3



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	42.261.482,00	42.261.482,00	5.215.432,51	12,34	25.849.629,17	61,17	16.411.852,83
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	42.261.482,00	42.261.482,00	5.215.432,51	12,34	25.849.629,17	61,17	16.411.852,83
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	305.137,72	—	—	200.548,98	—	—
Superávit Financeiro	—	305.137,72	—	—	200.548,98	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	42.261.482,00	785.337,21	43.046.819,21	5.440.176,73	26.663.344,78	5.353.888,69	24.837.530,87	57,70	18.209.288,34
DESPESAS CORRENTES	29.040.084,00	1.024.870,97	30.064.954,97	4.582.517,21	23.567.802,55	4.868.438,91	22.555.317,58	75,02	7.509.637,39
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.850.056,00	350.930,52	14.200.986,52	2.294.330,21	11.547.524,52	2.296.433,22	11.543.409,88	81,29	2.657.576,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	-32.000,00	118.000,00	12.074,81	97.905,71	12.074,81	97.905,71	82,97	20.094,29
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.040.028,00	705.940,45	15.745.968,45	2.276.112,19	11.922.372,32	2.559.930,88	10.914.001,99	69,31	4.831.966,46
DESPESAS DE CAPITAL	12.721.398,00	-239.533,76	12.481.864,24	857.659,52	3.095.542,23	485.449,78	2.282.213,29	18,28	10.199.650,95
INVESTIMENTOS	12.221.398,00	-1.087.533,76	11.133.864,24	613.523,08	2.008.502,41	241.313,34	1.195.173,47	10,73	9.938.690,77
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.000,00	848.000,00	1.348.000,00	244.136,44	1.087.039,82	244.136,44	1.087.039,82	80,64	260.960,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	42.261.482,00	785.337,21	43.046.819,21	5.440.176,73	26.663.344,78	5.353.888,69	24.837.530,87	57,70	18.209.288,34

Continua 2/3



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	42.261.482,00	785.337,21	43.046.819,21	5.440.176,73	26.663.344,78	5.353.888,69	24.837.530,87	57,70	18.209.288,34
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.012.098,30	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	42.261.482,00	785.337,21	43.046.819,21	5.440.176,73	26.663.344,78	5.353.888,69	25.849.629,17	57,70	18.209.288,34

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

DILVANE KUHL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2012 A OUTUBRO/2013

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	2.543.273,13	3.027.313,24	2.444.057,75	2.683.309,52	3.225.749,37	2.573.692,30	2.875.933,45	2.690.705,02	2.497.605,21	2.773.903,55	2.865.734,32	2.689.374,80	32.890.651,66	36.988.822,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	149.406,60	230.130,53	86.099,77	138.380,87	1.083.874,68	216.315,84	234.670,43	237.211,51	234.973,95	265.066,58	220.708,65	223.913,66	3.320.753,07	4.876.050,00
I.P.T.U.	8.552,28	21.952,30	3.305,64	18.897,62	734.544,86	47.030,13	40.014,09	43.728,76	37.713,84	39.697,10	35.338,73	14.206,84	1.044.982,19	1.277.800,00
I.R.R.F	29.394,27	91.110,24	19.186,12	32.196,19	22.614,17	29.211,84	26.827,95	28.917,82	30.496,34	25.271,98	27.748,94	45.639,82	408.615,68	361.700,00
I.S.S.	59.891,17	75.095,70	52.322,39	54.683,01	78.803,92	68.147,02	69.880,64	69.094,07	65.178,65	74.906,74	58.206,69	62.735,96	788.945,96	1.122.600,00
I.T.B.I.	29.513,26	15.718,00	4.582,90	17.883,96	23.573,75	15.135,00	33.052,00	27.575,56	36.319,60	18.636,00	24.040,00	23.590,00	269.620,03	294.300,00
Outras Receitas Tributárias	22.055,62	26.254,29	6.702,72	14.720,09	224.337,98	56.791,85	64.895,75	67.895,30	65.265,52	106.554,76	75.374,29	77.741,04	808.589,21	1.819.650,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.998,23	15.116,36	17.709,27	17.051,70	17.798,01	15.894,79	22.451,18	18.430,18	10.885,78	15.759,81	13.488,49	14.969,22	194.553,02	220.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	7.804,80	7.744,89	14.290,05	8.699,26	17.639,49	15.126,39	11.423,50	20.558,67	11.870,80	10.926,25	10.302,10	11.751,87	148.138,07	209.500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.532,64	3.056,02	0,00	735,42	2.116,84	2.076,10	1.971,97	1.363,51	1.228,31	2.078,38	1.525,91	1.897,62	19.582,72	27.500,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	151.595,18	151.617,84	167.414,83	135.054,95	170.620,09	147.445,22	149.598,05	152.551,71	153.837,60	201.516,69	133.578,13	105.500,49	1.820.330,78	1.770.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.179.536,11	2.551.216,67	2.127.043,18	2.335.832,90	1.885.232,88	2.114.304,84	2.407.438,38	2.221.110,37	2.039.118,71	2.209.552,41	2.109.379,63	2.133.595,14	26.313.361,22	29.089.272,00
Cota-Parte do F.P.M.	734.378,11	1.193.817,15	765.342,92	1.029.687,06	593.023,27	636.300,60	914.277,48	762.774,91	543.193,07	710.216,26	587.797,15	587.806,17	9.058.614,15	9.782.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	659.081,53	666.243,11	664.590,31	596.715,38	563.343,22	679.267,29	675.040,40	632.299,27	627.657,81	658.082,77	699.203,40	679.792,61	7.801.317,10	8.639.900,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	56.693,26	38.536,60	52.005,39	64.831,80	86.069,87	103.863,59	103.965,73	105.504,87	126.510,82	114.337,57	106.023,83	87.389,18	1.045.732,51	1.304.000,00
Cota-Parte do ITR.	1.718,77	57,87	12,72	0,00	6,64	6,67	522,40	282,24	61,85	15,00	2.146,34	20.950,85	25.781,35	32.700,00
Outras Transferências Correntes	293.210,47	242.798,93	197.109,86	213.528,77	263.423,83	242.030,83	241.349,42	256.209,73	322.644,96	274.967,83	259.731,01	314.989,26	3.121.994,90	3.756.572,00
Transferências da LC 61/1989	10.026,23	11.512,59	11.752,01	9.023,54	7.965,85	7.304,24	9.821,97	10.229,86	10.076,64	10.782,07	9.807,69	10.484,49	118.787,18	139.500,00
Transferências da LC 87/1996	3.085,72	3.085,72	0,00	0,00	0,00	12.359,62	3.089,91	3.089,91	3.089,91	3.089,91	3.089,91	3.089,91	37.070,52	42.600,00
Transferências do FUNDEB	421.342,02	395.164,70	436.229,97	422.046,35	371.400,20	433.172,00	459.371,07	450.719,58	405.883,65	438.061,00	441.580,30	429.092,67	5.104.063,51	5.392.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	38.399,57	68.430,93	31.500,65	47.554,42	48.467,38	62.529,12	48.379,94	39.479,07	45.690,06	69.003,43	376.751,41	197.746,80	1.073.932,78	796.500,00
DEDUÇÕES (II)	292.996,51	309.901,73	145.671,90	134.113,96	131.476,94	160.560,11	158.487,90	150.281,06	153.479,20	157.261,26	164.054,03	160.341,18	2.118.625,78	2.031.740,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	292.996,51	309.901,73	145.671,90	134.113,96	131.476,94	160.560,11	158.487,90	150.281,06	153.479,20	157.261,26	164.054,03	160.341,18	2.118.625,78	2.031.740,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	2.250.276,62	2.717.411,51	2.298.385,85	2.549.195,56	3.094.272,43	2.413.132,19	2.717.445,55	2.540.423,96	2.344.126,01	2.616.642,29	2.701.680,29	2.529.033,62	30.772.025,88	34.957.082,00

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPALMARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDADILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADORAVALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.275.522,57	788.998,87	679.862,43
DEDUÇÕES (II)	1.226.861,98	2.577.433,89	2.536.804,55
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.946.342,82	2.642.493,07	2.601.863,73
Demais Haveres Financeiros	24.872,30	25.862,37	25.862,37
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	744.353,14	90.921,55	90.921,55
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	48.660,59	-1.788.435,02	-1.856.942,12
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	48.660,59	-1.788.435,02	-1.856.942,12

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2013 (C - A)
VALOR	-68.507,10	-1.905.602,71

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-33.404,05

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

DILVANE KUHLMAN
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	32.791.182,00	4.973.539,32	24.245.665,83	21.937.883,25
Receita Tributária	4.876.050,00	444.622,31	2.941.215,94	2.845.432,85
I.P.T.U.	1.277.800,00	49.545,57	1.014.477,61	852.560,23
I.S.S.	1.122.600,00	120.942,65	653.959,09	771.997,91
I.T.B.I.	294.300,00	47.630,00	224.388,77	201.400,55
I.R.R.F.	361.700,00	73.388,76	288.111,17	254.726,20
Outras Receitas Tributárias	1.819.650,00	153.115,33	760.279,30	764.747,96
Receita de Contribuição	220.000,00	28.457,71	164.438,43	151.958,22
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	220.000,00	28.457,71	164.438,43	151.958,22
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	209.500,00	22.053,97	132.588,38	133.198,52
(-) Aplicações Financeiras	209.500,00	22.053,97	132.588,38	133.198,52
Transferências Correntes	25.101.132,00	3.683.458,94	18.640.797,36	17.068.044,58
F.P.M.	7.825.600,00	940.482,70	5.704.335,35	5.306.338,62
I.C.M.S.	6.911.920,00	1.103.196,99	5.180.794,84	4.704.074,58
Convênios	888.000,00	61.066,82	289.410,35	295.731,97
Outras Transferências Correntes	9.475.612,00	1.578.712,43	7.466.256,82	6.761.899,41
Demais Receitas Correntes	2.594.000,00	817.000,36	2.499.214,10	1.872.447,60
Dívida Ativa	326.400,00	43.810,24	247.325,26	217.247,66
Diversas Receitas Correntes	2.267.600,00	773.190,12	2.251.888,84	1.655.199,94
RECEITAS DE CAPITAL (II)	9.260.800,00	219.839,22	1.471.374,96	2.986.084,88
Operações de Crédito (III)	4.110.000,00	135.000,00	491.379,68	957.360,47
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	200.000,00	0,00	0,00	4.510,00
Transferências de Capital	4.900.800,00	81.600,00	961.900,82	2.022.710,39
Convênios	4.900.800,00	0,00	880.300,82	2.022.710,39
Outras Transferências de Capital	0,00	81.600,00	81.600,00	0,00
Outras Receitas de Capital	50.000,00	3.239,22	18.094,46	1.504,02
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.950.800,00	84.839,22	979.995,28	2.024.214,41
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	37.741.982,00	5.058.378,54	25.225.661,11	23.962.097,66

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	30.064.954,97	4.868.438,91	22.555.317,58	20.805.752,07
Pessoal e Encargos Sociais	14.200.986,52	2.296.433,22	11.543.409,88	10.792.130,81
Juros e Encargos da Dívida (IX)	118.000,00	12.074,81	97.905,71	104.644,21
Outras Despesas Correntes	15.745.968,45	2.559.930,88	10.914.001,99	9.908.977,05
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	29.946.954,97	4.856.364,10	22.457.411,87	20.701.107,86
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	12.481.864,24	485.449,78	2.282.213,29	5.719.964,78
Investimentos	11.133.864,24	241.313,34	1.195.173,47	5.238.385,05
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.348.000,00	244.136,44	1.087.039,82	481.579,73
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	11.133.864,24	241.313,34	1.195.173,47	5.238.385,05



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	500.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	41.580.819,21	5.097.677,44	23.652.585,34	25.939.492,91
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.838.837,21	-39.298,90	1.573.075,77	-1.977.395,25
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	200.548,98	0,00
Superávit Financeiro	-	-	200.548,98	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-3.048.214,44

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

DILVANE KUHL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	939,39	743.413,75	653.431,59	-	90.921,55	-	519.251,22	442.656,02	442.656,02	-	76.595,20
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	939,39	743.413,75	653.431,59	0,00	90.921,55	0,00	503.142,83	428.363,18	428.363,18	0,00	74.779,65
GABINETE DO PREFEITO	0,00	6.756,30	6.756,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	0,00	62.183,13	62.183,13	0,00	0,00	0,00	130.425,56	87.425,56	87.425,56	0,00	43.000,00
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E H	0,00	5.805,43	5.805,43	0,00	0,00	0,00	6.755,00	6.755,00	6.755,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENV. RURAL E MEIO AMBIEN	0,00	5.352,89	5.352,89	0,00	0,00	0,00	18.550,80	9.738,27	9.738,27	0,00	8.812,53
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	0,00	452.896,00	361.974,45	0,00	90.921,55	0,00	315.882,78	292.915,66	292.915,66	0,00	22.967,12
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	60.118,87	60.118,87	0,00	0,00	0,00	9.775,29	9.775,29	9.775,29	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO	939,39	150.301,13	151.240,52	0,00	0,00	0,00	21.753,40	21.753,40	21.753,40	0,00	0,00
AGUAS DE CORUPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.545,60	8.545,60	8.545,60	0,00	0,00
AGUAS DE CORUPÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.545,60	8.545,60	8.545,60	0,00	0,00
FUNDACAO MUN.ESPORTES,TURISMO,CULTURA L	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.562,79	5.747,24	5.747,24	0,00	1.815,55
FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES, TURISMO, CUL I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.562,79	5.747,24	5.747,24	0,00	1.815,55
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	939,39	743.413,75	653.431,59	0,00	90.921,55	0,00	519.251,22	442.656,02	442.656,02	0,00	76.595,20

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

DILVANE KUHLL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	4.110.000,00	491.379,68		3.618.620,32
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	12.481.864,24	2.282.213,29	0,00	10.199.650,95
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	12.481.864,24	2.282.213,29	0,00	10.199.650,95
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-8.371.864,24	-1.790.833,61		-6.581.030,63

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

DILVANE KUHLM KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	200.000,00	0,00	200.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	0,00	100.000,00
TOTAL	200.000,00	0,00	200.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Investimentos	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

DILVANE KUHLL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	23.231.100,00	23.231.100,00	17.080.610,62	73,52
Impostos	3.050.000,00	3.050.000,00	2.163.841,07	70,95
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.277.800,00	1.277.800,00	1.014.477,61	79,39
ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	294.300,00	294.300,00	224.388,77	76,24
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.122.600,00	1.122.600,00	653.959,09	58,25
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	355.300,00	355.300,00	271.015,60	76,28
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	240.400,00	240.400,00	207.703,40	86,40
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	10.100,00	10.100,00	9.238,19	91,47
Dívida Ativa dos Impostos	148.600,00	148.600,00	140.921,55	94,83
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	81.700,00	81.700,00	57.543,66	70,43
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	19.940.700,00	19.940.700,00	14.709.066,15	73,76
Da União	9.857.300,00	9.857.300,00	7.185.322,68	72,89
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	9.782.000,00	9.782.000,00	7.130.418,89	72,89
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	32.700,00	32.700,00	24.004,71	73,41
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	42.600,00	42.600,00	30.899,08	72,53
Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Do Estado	10.083.400,00	10.083.400,00	7.523.743,47	74,62
Cota-Parte do ICMS	8.639.900,00	8.639.900,00	6.475.992,46	74,95
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	139.500,00	139.500,00	97.248,36	69,71
Cota-Parte do IPVA	1.304.000,00	1.304.000,00	950.502,65	72,89
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	1.243.272,00	1.243.272,00	1.104.921,85	88,87
Da União para o Município	1.243.272,00	1.243.272,00	1.104.921,85	88,87
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	19.818.850,00	19.818.850,00	9.179.824,24	46,32
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.031.740,00	-2.031.740,00	-1.515.727,54	74,60
TOTAL	42.261.482,00	42.261.482,00	25.849.629,17	61,17

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	4.865.468,00	5.789.916,46	5.149.383,63	88,94
Pessoal e Encargos Sociais	1.831.920,00	2.177.254,00	2.164.727,29	99,42
Outras Despesas Correntes	3.033.548,00	3.612.662,46	2.984.656,34	82,62
DESPESAS DE CAPITAL	1.286.000,00	1.342.767,94	367.104,44	27,34
Investimentos	1.286.000,00	1.342.767,94	367.104,44	27,34

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Município de Corupá - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	1.286.000,00	1.342.767,94	367.104,44	27,34
Investimentos	1.286.000,00	1.342.767,94	367.104,44	27,34
TOTAL (IV)	6.151.468,00	7.132.684,40	5.516.488,07	77,34

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	6.151.468,00	7.132.684,40	5.516.488,07	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.271.572,00	1.379.961,94	1.238.023,12	22,44
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.271.572,00	1.379.961,94	1.238.023,12	22,44
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	4.879.896,00	5.752.722,46	4.278.464,95	77,56

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2013 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=² [(V - VI) / I]	25,05
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	6.059.432,00	7.040.648,40	5.485.333,32	99,44
Vigilância Epidemiológica	74.000,00	74.000,00	31.154,75	0,56
Outras Subfunções	18.036,00	18.036,00	0,00	0,00
TOTAL	6.151.468,00	7.132.684,40	5.516.488,07	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

DILVANE KUHLL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

DILVANE KUHL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.261.482,00	43.046.819,21	5.440.176,73	26.663.344,78	5.353.888,69	24.837.530,87	100,00	57,70	18.209.288,34
Legislativa	1.100.000,00	1.080.000,00	168.342,02	861.238,11	168.342,02	861.238,11	3,47	79,74	218.761,89
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.080.000,00	168.342,02	861.238,11	168.342,02	861.238,11	3,47	79,74	218.761,89
Administração	5.461.600,00	5.800.640,00	762.246,22	3.102.873,34	766.416,97	2.871.765,89	11,56	49,51	2.928.874,11
Administração Geral	5.411.600,00	5.750.640,00	762.246,22	3.095.774,94	765.216,97	2.865.867,49	11,54	49,84	2.884.772,51
Comunicação Social	50.000,00	50.000,00	0,00	7.098,40	1.200,00	5.898,40	0,02	11,80	44.101,60
Segurança Pública	886.000,00	860.969,84	7.152,18	42.216,09	9.142,59	39.390,05	0,16	4,58	821.579,79
Policimento	35.000,00	49.969,84	7.034,68	37.944,16	8.579,80	35.118,12	0,14	70,28	14.851,72
Defesa Civil	851.000,00	811.000,00	117,50	4.271,93	562,79	4.271,93	0,02	0,53	806.728,07
Assistência Social	795.000,00	918.571,48	171.716,01	633.054,88	169.473,46	602.692,87	2,43	65,61	315.878,61
Assistência ao Idoso	25.000,00	25.000,00	0,00	9.190,00	1.017,00	9.190,00	0,04	36,76	15.810,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	280.000,00	280.000,00	15.655,41	46.134,07	17.722,17	42.086,74	0,17	15,03	237.913,26
Assistência Comunitária	490.000,00	613.571,48	156.060,60	577.730,81	150.734,29	551.416,13	2,22	89,87	62.155,35
Saúde	6.133.432,00	7.114.648,40	1.236.167,10	5.925.622,76	1.141.662,64	5.516.488,07	22,21	77,54	1.598.160,33
Atenção Básica	6.059.432,00	7.040.648,40	1.233.059,37	5.892.666,99	1.138.832,63	5.485.333,32	22,08	77,91	1.555.315,08
Vigilância Epidemiológica	74.000,00	74.000,00	3.107,73	32.955,77	2.830,01	31.154,75	0,13	42,10	42.845,25
Trabalho	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Empregabilidade	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Educação	13.048.500,00	12.457.532,09	1.658.862,01	8.071.284,34	1.644.083,01	7.737.363,50	31,15	62,11	4.720.168,59
Alimentação e Nutrição	293.000,00	293.000,00	45.867,13	248.403,49	17.601,51	174.692,00	0,70	59,62	118.308,00
Ensino Fundamental	9.830.500,00	9.275.976,59	1.280.361,91	6.111.021,47	1.331.072,47	5.906.485,55	23,78	63,68	3.369.491,04
Ensino Superior	25.000,00	25.000,00	3.743,18	22.237,78	3.952,51	20.455,93	0,08	81,82	4.544,07
Educação Infantil	2.800.000,00	2.818.595,50	328.407,25	1.686.149,03	290.123,98	1.632.257,45	6,57	57,91	1.186.338,05
Educação de Jovens e Adultos	50.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Educação Especial	50.000,00	24.960,00	482,54	3.472,57	1.332,54	3.472,57	0,01	13,91	21.487,43
Cultura	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	9.804.100,00	9.468.686,71	774.220,24	4.707.331,71	750.166,62	3.961.206,48	15,95	41,83	5.507.480,23
Infra-Estrutura Urbana	3.858.800,00	3.923.364,22	242.316,34	1.165.776,47	80.781,48	668.241,61	2,69	17,03	3.255.122,61
Serviços Urbanos	5.945.300,00	5.545.322,49	531.903,90	3.541.555,24	669.385,14	3.292.964,87	13,26	59,38	2.252.357,62

Continua 1/3



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.261.482,00	43.046.819,21	5.440.176,73	26.663.344,78	5.353.888,69	24.837.530,87	100,00	57,70	18.209.288,34
Habitação	140.000,00	140.000,00	0,00	10.576,28	0,00	10.576,28	0,04	7,55	129.423,72
Habitação Urbana	140.000,00	140.000,00	0,00	10.576,28	0,00	10.576,28	0,04	7,55	129.423,72
Saneamento	1.839.650,00	1.839.650,00	299.392,70	1.455.824,61	326.241,70	1.446.465,82	5,82	78,63	393.184,18
Saneamento Básico Urbano	1.839.650,00	1.839.650,00	299.392,70	1.455.824,61	326.241,70	1.446.465,82	5,82	78,63	393.184,18
Gestão Ambiental	71.200,00	71.200,00	2.530,97	47.076,47	10.616,57	38.966,47	0,16	54,73	32.233,53
Preservação e Conservação Ambiental	71.200,00	71.200,00	2.530,97	47.076,47	10.616,57	38.966,47	0,16	54,73	32.233,53
Agricultura	922.000,00	927.000,00	71.329,62	403.438,20	79.525,45	395.555,46	1,59	42,67	531.444,54
Extensão Rural	922.000,00	927.000,00	71.329,62	403.438,20	79.525,45	395.555,46	1,59	42,67	531.444,54
Comércio e Serviços	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	250.000,00	250.000,00	32.006,41	125.941,77	32.006,41	125.941,77	0,51	50,38	124.058,23
Energia Elétrica	250.000,00	250.000,00	32.006,41	125.941,77	32.006,41	125.941,77	0,51	50,38	124.058,23
Desporto e Lazer	420.000,00	91.920,69	0,00	91.920,69	0,00	44.934,57	0,18	48,88	46.986,12
Desporto Comunitário	420.000,00	91.920,69	0,00	91.920,69	0,00	44.934,57	0,18	48,88	46.986,12
Encargos Especiais	700.000,00	1.516.000,00	256.211,25	1.184.945,53	256.211,25	1.184.945,53	4,77	78,16	331.054,47
Serviço da Dívida Interna	650.000,00	1.466.000,00	256.211,25	1.184.945,53	256.211,25	1.184.945,53	4,77	80,83	281.054,47
Outras Transferências	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

Continua 2/3



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.261.482,00	43.046.819,21	5.440.176,73	26.663.344,78	5.353.888,69	24.837.530,87	100,00	57,70	18.209.288,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	42.261.482,00	43.046.819,21	5.440.176,73	26.663.344,78	5.353.888,69	24.837.530,87	100,00	57,70	18.209.288,34

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUEN DILVANE KUHL KLABUNDE
DIRETORA DE ADMIN. E FAZEN. CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.261.482,00	42.261.482,00	5.215.432,51	12,34	25.849.629,17	61,17	16.411.852,83
RECEITAS CORRENTES	33.000.682,00	33.000.682,00	4.995.593,29	15,14	24.378.254,21	73,87	8.622.427,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.876.050,00	4.876.050,00	444.622,31	9,12	2.941.215,94	60,32	1.934.834,06
IMPOSTOS	3.056.400,00	3.056.400,00	291.506,98	9,54	2.180.936,64	71,36	875.463,36
TAXAS	1.204.650,00	1.204.650,00	147.683,97	12,26	712.713,93	59,16	491.936,07
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	615.000,00	615.000,00	5.431,36	0,88	47.565,37	7,73	567.434,63
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	220.000,00	220.000,00	28.457,71	12,94	164.438,43	74,74	55.561,57
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	220.000,00	220.000,00	28.457,71	12,94	164.438,43	74,74	55.561,57
RECEITA PATRIMONIAL	209.500,00	209.500,00	22.053,97	10,53	132.588,38	63,29	76.911,62
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	209.500,00	209.500,00	22.053,97	10,53	132.588,38	63,29	76.911,62
RECEITA AGROPECUÁRIA	27.500,00	27.500,00	3.423,53	12,45	14.994,06	54,52	12.505,94
Outras Receitas Agropecuárias	27.500,00	27.500,00	3.423,53	12,45	14.994,06	54,52	12.505,94
RECEITA DE SERVIÇOS	1.770.000,00	1.770.000,00	239.078,62	13,51	1.517.117,76	85,71	252.882,24
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.101.132,00	25.101.132,00	3.683.458,94	14,67	18.640.797,36	74,26	6.460.334,64
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	24.213.132,00	24.213.132,00	3.622.392,12	14,96	18.351.387,01	75,79	5.861.744,99
Transf. de Conv.	888.000,00	888.000,00	61.066,82	6,88	289.410,35	32,59	598.589,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	796.500,00	796.500,00	574.498,21	72,13	967.102,28	121,42	-170.602,28
Multas e Juros de Mora	381.600,00	381.600,00	23.983,12	6,28	173.564,60	45,48	208.035,40
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.000,00	16.000,00	315.347,02	970,92	336.471,37	102,95	-320.471,37
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	326.400,00	326.400,00	43.810,24	13,42	247.325,26	75,77	79.074,74
RECEITAS DIVERSAS	72.500,00	72.500,00	191.357,83	263,94	209.741,05	289,30	-137.241,05
RECEITAS DE CAPITAL	9.260.800,00	9.260.800,00	219.839,22	2,37	1.471.374,96	15,89	7.789.425,04
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.110.000,00	4.110.000,00	135.000,00	3,28	491.379,68	11,96	3.618.620,32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	4.110.000,00	4.110.000,00	135.000,00	3,28	491.379,68	11,96	3.618.620,32
ALIENAÇÃO DE BENS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.900.800,00	4.900.800,00	81.600,00	1,67	961.900,82	19,63	3.938.899,18
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	81.600,00	0,00	81.600,00	0,00	-81.600,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.900.800,00	4.900.800,00	0,00	0,00	880.300,82	17,96	4.020.499,18
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	3.239,22	6,48	18.094,46	36,19	31.905,54
Outras Receitas	50.000,00	50.000,00	3.239,22	6,48	18.094,46	36,19	31.905,54
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	42.261.482,00	42.261.482,00	5.215.432,51	12,34	25.849.629,17	61,17	16.411.852,83

Continua 1/3



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	42.261.482,00	42.261.482,00	5.215.432,51	12,34	25.849.629,17	61,17	16.411.852,83
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	42.261.482,00	42.261.482,00	5.215.432,51	12,34	25.849.629,17	61,17	16.411.852,83
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	305.137,72	—	—	200.548,98	—	—
Superávit Financeiro	—	305.137,72	—	—	200.548,98	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	42.261.482,00	785.337,21	43.046.819,21	5.440.176,73	26.663.344,78	5.353.888,69	24.837.530,87	57,70	18.209.288,34
DESPESAS CORRENTES	29.040.084,00	1.024.870,97	30.064.954,97	4.582.517,21	23.567.802,55	4.868.438,91	22.555.317,58	75,02	7.509.637,39
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.850.056,00	350.930,52	14.200.986,52	2.294.330,21	11.547.524,52	2.296.433,22	11.543.409,88	81,29	2.657.576,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	-32.000,00	118.000,00	12.074,81	97.905,71	12.074,81	97.905,71	82,97	20.094,29
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.040.028,00	705.940,45	15.745.968,45	2.276.112,19	11.922.372,32	2.559.930,88	10.914.001,99	69,31	4.831.966,46
DESPESAS DE CAPITAL	12.721.398,00	-239.533,76	12.481.864,24	857.659,52	3.095.542,23	485.449,78	2.282.213,29	18,28	10.199.650,95
INVESTIMENTOS	12.221.398,00	-1.087.533,76	11.133.864,24	613.523,08	2.008.502,41	241.313,34	1.195.173,47	10,73	9.938.690,77
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.000,00	848.000,00	1.348.000,00	244.136,44	1.087.039,82	244.136,44	1.087.039,82	80,64	260.960,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	42.261.482,00	785.337,21	43.046.819,21	5.440.176,73	26.663.344,78	5.353.888,69	24.837.530,87	57,70	18.209.288,34

Continua 2/3



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	42.261.482,00	785.337,21	43.046.819,21	5.440.176,73	26.663.344,78	5.353.888,69	24.837.530,87	57,70	18.209.288,34
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.012.098,30	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	42.261.482,00	785.337,21	43.046.819,21	5.440.176,73	26.663.344,78	5.353.888,69	25.849.629,17	57,70	18.209.288,34

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

DILVANE KUHLE KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2012 A OUTUBRO/2013

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.543.273,13	3.027.313,24	2.444.057,75	2.683.309,52	3.225.749,37	2.573.692,30	2.875.933,45	2.690.705,02	2.497.605,21	2.773.903,55	2.865.734,32	2.689.374,80	32.890.651,66	36.988.822,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	149.406,60	230.130,53	86.099,77	138.380,87	1.083.874,68	216.315,84	234.670,43	237.211,51	234.973,95	265.066,58	220.708,65	223.913,66	3.320.753,07	4.876.050,00	
I.P.T.U.	8.552,28	21.952,30	3.305,64	18.897,62	734.544,86	47.030,13	43.728,76	40.014,09	37.713,84	39.697,10	35.338,73	14.206,84	1.044.982,19	1.277.800,00	
I.R.R.F	29.394,27	91.110,24	19.186,12	32.196,19	22.614,17	29.211,84	26.827,95	28.917,82	30.496,34	25.271,98	27.748,94	45.639,82	408.615,68	361.700,00	
I.S.S.	59.891,17	75.095,70	52.322,39	54.683,01	78.803,92	68.147,02	69.880,64	69.094,07	65.178,65	74.906,74	58.206,69	62.735,96	788.945,96	1.122.600,00	
I.T.B.I.	29.513,26	15.718,00	4.582,90	17.883,96	23.573,75	15.135,00	33.052,00	27.575,56	36.319,60	18.636,00	24.040,00	23.590,00	269.620,03	294.300,00	
Outras Receitas Tributárias	22.055,62	26.254,29	6.702,72	14.720,09	224.337,98	56.791,85	64.895,75	67.895,30	65.265,52	106.554,76	75.374,29	77.741,04	808.589,21	1.819.650,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.998,23	15.116,36	17.709,27	17.051,70	17.798,01	15.894,79	22.451,18	18.430,18	10.885,78	15.759,81	13.488,49	14.969,22	194.553,02	220.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	7.804,80	7.744,89	14.290,05	8.699,26	17.639,49	15.126,39	11.423,50	20.558,67	11.870,80	10.926,25	10.302,10	11.751,87	148.138,07	209.500,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.532,64	3.056,02	0,00	735,42	2.116,84	2.076,10	1.971,97	1.363,51	1.228,31	2.078,38	1.525,91	1.897,62	19.582,72	27.500,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	151.595,18	151.617,84	167.414,83	135.054,95	170.620,09	147.445,22	149.598,05	152.551,71	153.837,60	201.516,69	133.578,13	105.500,49	1.820.330,78	1.770.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.179.536,11	2.551.216,67	2.127.043,18	2.335.832,90	1.885.232,88	2.114.304,84	2.407.438,38	2.221.110,37	2.039.118,71	2.209.552,41	2.109.379,63	2.133.595,14	26.313.361,22	29.089.272,00	
Cota-Parte do F.P.M.	734.378,11	1.193.817,15	765.342,92	1.029.687,06	593.023,27	636.300,60	914.277,48	762.774,91	543.193,07	710.216,26	587.797,15	587.806,17	9.058.614,15	9.782.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	659.081,53	666.243,11	664.590,31	596.715,38	563.343,22	679.267,29	675.040,40	632.299,27	627.657,81	658.082,77	699.203,40	679.792,61	7.801.317,10	8.639.900,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	56.693,26	38.536,60	52.005,39	64.831,80	86.069,87	103.863,59	103.965,73	105.504,87	126.510,82	114.337,57	106.023,83	87.389,18	1.045.732,51	1.304.000,00	
Cota-Parte do ITR.	1.718,77	57,87	12,72	0,00	6,64	6,67	522,40	282,24	61,85	15,00	2.146,34	20.950,85	25.781,35	32.700,00	
Outras Transferências Correntes	293.210,47	242.798,93	197.109,86	213.528,77	263.423,83	242.030,83	241.349,42	256.209,73	322.644,96	274.967,83	259.731,01	314.989,26	3.121.994,90	3.756.572,00	
Transferências da LC 61/1989	10.026,23	11.512,59	11.752,01	9.023,54	7.965,85	7.304,24	9.821,97	10.229,86	10.076,64	10.782,07	9.807,69	10.484,49	118.787,18	139.500,00	
Transferências da LC 87/1996	3.085,72	3.085,72	0,00	0,00	0,00	12.359,62	3.089,91	3.089,91	3.089,91	3.089,91	3.089,91	3.089,91	37.070,52	42.600,00	
Transferências do FUNDEB	421.342,02	395.164,70	436.229,97	422.046,35	371.400,20	433.172,00	459.371,07	450.719,58	405.883,65	438.061,00	441.580,30	429.092,67	5.104.063,51	5.392.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	38.399,57	68.430,93	31.500,65	47.554,42	48.467,38	62.529,12	48.379,94	39.479,07	45.690,06	69.003,43	376.751,41	197.746,80	1.073.932,78	796.500,00	
DEDUÇÕES (II)	292.996,51	309.901,73	145.671,90	134.113,96	131.476,94	160.560,11	158.487,90	150.281,06	153.479,20	157.261,26	164.054,03	160.341,18	2.118.625,78	2.031.740,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	292.996,51	309.901,73	145.671,90	134.113,96	131.476,94	160.560,11	158.487,90	150.281,06	153.479,20	157.261,26	164.054,03	160.341,18	2.118.625,78	2.031.740,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	2.250.276,62	2.717.411,51	2.298.385,85	2.549.195,56	3.094.272,43	2.413.132,19	2.717.445,55	2.540.423,96	2.344.126,01	2.616.642,29	2.701.680,29	2.529.033,62	30.772.025,88	34.957.082,00	

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPALMARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDADILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADORAVALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.275.522,57	788.998,87	679.862,43
DEDUÇÕES (II)	1.226.861,98	2.577.433,89	2.536.804,55
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.946.342,82	2.642.493,07	2.601.863,73
Demais Haveres Financeiros	24.872,30	25.862,37	25.862,37
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	744.353,14	90.921,55	90.921,55
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	48.660,59	-1.788.435,02	-1.856.942,12
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	48.660,59	-1.788.435,02	-1.856.942,12

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2013 (C - A)
VALOR	-68.507,10	-1.905.602,71

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-33.404,05

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

DILVANE KUHLMAN
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	32.791.182,00	4.973.539,32	24.245.665,83	21.937.883,25
Receita Tributária	4.876.050,00	444.622,31	2.941.215,94	2.845.432,85
I.P.T.U.	1.277.800,00	49.545,57	1.014.477,61	852.560,23
I.S.S.	1.122.600,00	120.942,65	653.959,09	771.997,91
I.T.B.I.	294.300,00	47.630,00	224.388,77	201.400,55
I.R.R.F.	361.700,00	73.388,76	288.111,17	254.726,20
Outras Receitas Tributárias	1.819.650,00	153.115,33	760.279,30	764.747,96
Receita de Contribuição	220.000,00	28.457,71	164.438,43	151.958,22
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	220.000,00	28.457,71	164.438,43	151.958,22
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	209.500,00	22.053,97	132.588,38	133.198,52
(-) Aplicações Financeiras	209.500,00	22.053,97	132.588,38	133.198,52
Transferências Correntes	25.101.132,00	3.683.458,94	18.640.797,36	17.068.044,58
F.P.M.	7.825.600,00	940.482,70	5.704.335,35	5.306.338,62
I.C.M.S.	6.911.920,00	1.103.196,99	5.180.794,84	4.704.074,58
Convênios	888.000,00	61.066,82	289.410,35	295.731,97
Outras Transferências Correntes	9.475.612,00	1.578.712,43	7.466.256,82	6.761.899,41
Demais Receitas Correntes	2.594.000,00	817.000,36	2.499.214,10	1.872.447,60
Dívida Ativa	326.400,00	43.810,24	247.325,26	217.247,66
Diversas Receitas Correntes	2.267.600,00	773.190,12	2.251.888,84	1.655.199,94
RECEITAS DE CAPITAL (II)	9.260.800,00	219.839,22	1.471.374,96	2.986.084,88
Operações de Crédito (III)	4.110.000,00	135.000,00	491.379,68	957.360,47
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	200.000,00	0,00	0,00	4.510,00
Transferências de Capital	4.900.800,00	81.600,00	961.900,82	2.022.710,39
Convênios	4.900.800,00	0,00	880.300,82	2.022.710,39
Outras Transferências de Capital	0,00	81.600,00	81.600,00	0,00
Outras Receitas de Capital	50.000,00	3.239,22	18.094,46	1.504,02
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.950.800,00	84.839,22	979.995,28	2.024.214,41
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	37.741.982,00	5.058.378,54	25.225.661,11	23.962.097,66
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	30.064.954,97	4.868.438,91	22.555.317,58	20.805.752,07
Pessoal e Encargos Sociais	14.200.986,52	2.296.433,22	11.543.409,88	10.792.130,81
Juros e Encargos da Dívida (IX)	118.000,00	12.074,81	97.905,71	104.644,21
Outras Despesas Correntes	15.745.968,45	2.559.930,88	10.914.001,99	9.908.977,05
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	29.946.954,97	4.856.364,10	22.457.411,87	20.701.107,86
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	12.481.864,24	485.449,78	2.282.213,29	5.719.964,78
Investimentos	11.133.864,24	241.313,34	1.195.173,47	5.238.385,05
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.348.000,00	244.136,44	1.087.039,82	481.579,73
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	11.133.864,24	241.313,34	1.195.173,47	5.238.385,05



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	500.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	41.580.819,21	5.097.677,44	23.652.585,34	25.939.492,91
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.838.837,21	-39.298,90	1.573.075,77	-1.977.395,25
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	200.548,98	0,00
Superávit Financeiro	-	-	200.548,98	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-3.048.214,44

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

DILVANE KUHL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	939,39	743.413,75	653.431,59	-	90.921,55	-	519.251,22	442.656,02	442.656,02	-	76.595,20
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	939,39	743.413,75	653.431,59	0,00	90.921,55	0,00	503.142,83	428.363,18	428.363,18	0,00	74.779,65
GABINETE DO PREFEITO	0,00	6.756,30	6.756,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	0,00	62.183,13	62.183,13	0,00	0,00	0,00	130.425,56	87.425,56	87.425,56	0,00	43.000,00
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E H	0,00	5.805,43	5.805,43	0,00	0,00	0,00	6.755,00	6.755,00	6.755,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENV. RURAL E MEIO AMBIEN	0,00	5.352,89	5.352,89	0,00	0,00	0,00	18.550,80	9.738,27	9.738,27	0,00	8.812,53
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	0,00	452.896,00	361.974,45	0,00	90.921,55	0,00	315.882,78	292.915,66	292.915,66	0,00	22.967,12
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	60.118,87	60.118,87	0,00	0,00	0,00	9.775,29	9.775,29	9.775,29	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO	939,39	150.301,13	151.240,52	0,00	0,00	0,00	21.753,40	21.753,40	21.753,40	0,00	0,00
AGUAS DE CORUPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.545,60	8.545,60	8.545,60	0,00	0,00
AGUAS DE CORUPÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.545,60	8.545,60	8.545,60	0,00	0,00
FUNDACAO MUN.ESPORTES,TURISMO,CULTURA L	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.562,79	5.747,24	5.747,24	0,00	1.815,55
FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES, TURISMO, CUL I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.562,79	5.747,24	5.747,24	0,00	1.815,55
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	939,39	743.413,75	653.431,59	0,00	90.921,55	0,00	519.251,22	442.656,02	442.656,02	0,00	76.595,20

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

DILVANE KUHLL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	4.110.000,00	491.379,68		3.618.620,32
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	12.481.864,24	2.282.213,29	0,00	10.199.650,95
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	12.481.864,24	2.282.213,29	0,00	10.199.650,95
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-8.371.864,24	-1.790.833,61		-6.581.030,63

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

DILVANE KUHLM KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	200.000,00	0,00	200.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	0,00	100.000,00
TOTAL	200.000,00	0,00	200.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Investimentos	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

DILVANE KUHLL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	23.231.100,00	23.231.100,00	17.080.610,62	73,52
Impostos	3.050.000,00	3.050.000,00	2.163.841,07	70,95
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.277.800,00	1.277.800,00	1.014.477,61	79,39
ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	294.300,00	294.300,00	224.388,77	76,24
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.122.600,00	1.122.600,00	653.959,09	58,25
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	355.300,00	355.300,00	271.015,60	76,28
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	240.400,00	240.400,00	207.703,40	86,40
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	10.100,00	10.100,00	9.238,19	91,47
Dívida Ativa dos Impostos	148.600,00	148.600,00	140.921,55	94,83
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	81.700,00	81.700,00	57.543,66	70,43
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	19.940.700,00	19.940.700,00	14.709.066,15	73,76
Da União	9.857.300,00	9.857.300,00	7.185.322,68	72,89
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	9.782.000,00	9.782.000,00	7.130.418,89	72,89
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	32.700,00	32.700,00	24.004,71	73,41
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	42.600,00	42.600,00	30.899,08	72,53
Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Do Estado	10.083.400,00	10.083.400,00	7.523.743,47	74,62
Cota-Parte do ICMS	8.639.900,00	8.639.900,00	6.475.992,46	74,95
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	139.500,00	139.500,00	97.248,36	69,71
Cota-Parte do IPVA	1.304.000,00	1.304.000,00	950.502,65	72,89
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	1.243.272,00	1.243.272,00	1.104.921,85	88,87
Da União para o Município	1.243.272,00	1.243.272,00	1.104.921,85	88,87
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	19.818.850,00	19.818.850,00	9.179.824,24	46,32
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.031.740,00	-2.031.740,00	-1.515.727,54	74,60
TOTAL	42.261.482,00	42.261.482,00	25.849.629,17	61,17

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	4.865.468,00	5.789.916,46	5.149.383,63	88,94
Pessoal e Encargos Sociais	1.831.920,00	2.177.254,00	2.164.727,29	99,42
Outras Despesas Correntes	3.033.548,00	3.612.662,46	2.984.656,34	82,62
DESPESAS DE CAPITAL	1.286.000,00	1.342.767,94	367.104,44	27,34
Investimentos	1.286.000,00	1.342.767,94	367.104,44	27,34

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Município de Corupá - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	1.286.000,00	1.342.767,94	367.104,44	27,34
Investimentos	1.286.000,00	1.342.767,94	367.104,44	27,34
TOTAL (IV)	6.151.468,00	7.132.684,40	5.516.488,07	77,34

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	6.151.468,00	7.132.684,40	5.516.488,07	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.271.572,00	1.379.961,94	1.238.023,12	22,44
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.271.572,00	1.379.961,94	1.238.023,12	22,44
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	4.879.896,00	5.752.722,46	4.278.464,95	77,56

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2013 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=² [(V - VI) / I]	25,05
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	6.059.432,00	7.040.648,40	5.485.333,32	99,44
Vigilância Epidemiológica	74.000,00	74.000,00	31.154,75	0,56
Outras Subfunções	18.036,00	18.036,00	0,00	0,00
TOTAL	6.151.468,00	7.132.684,40	5.516.488,07	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

DILVANE KUHLL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Corupá, 25/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

DILVANE KUHL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 54/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NA CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL E ABRIGO TEMPORÁRIO MUNICIPAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 12/12/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 12/12/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 25 de Novembro de 2013.

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Presidente do Fundo

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 289/2013

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 289/2013

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o município de Curitibanos e a empresa Geramaq Equipamento Ltda com o valor total de R\$ 1.671,80 (Um mil seiscentos e setenta e um reais e oitenta centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PEÇAS E SERVIÇO DE REVISÃO DE 250 HORAS DO VEÍCULO MAQUINA MUSTANG 2044, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO, NA FORMA DO ART. 24 INCISO XVII DA LEI Nº 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:
- XVII - "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários á manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos

do Art. 24 inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 22 de novembro de 2013.

DIEGO SEBEM WORDELL

Presidente da Comissão

CRISTINA MELO MENEGOTTO PEREIRA

Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 22 de novembro de 2013.

CLAUDIO VIEIRA FRANÇA

Procurador Geral do Município

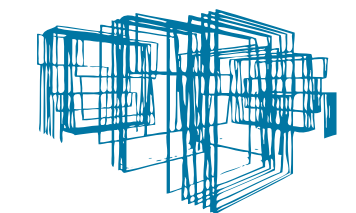
AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 22 de novembro de 2013.

JOSE ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal



Programa de
Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Anexos da RREO do Município de Curitiba

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	64.893.788,00	64.893.788,00	10.807.173,05	16,65	55.742.701,02	85,90	9.151.086,98
RECEITAS CORRENTES	64.615.618,00	64.615.618,00	10.268.323,51	15,89	52.442.361,27	81,16	12.173.256,73
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.442.579,00	9.442.579,00	1.141.859,48	12,09	7.609.840,84	80,59	1.832.738,16
IMPOSTOS	7.369.822,00	7.369.822,00	983.784,69	13,35	6.194.605,17	84,05	1.175.216,83
TAXAS	1.730.158,00	1.730.158,00	157.989,23	9,13	1.415.021,77	81,79	315.136,23
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	342.599,00	342.599,00	85,56	0,02	213,90	0,06	342.385,10
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.330.763,00	3.330.763,00	481.014,96	14,44	2.450.779,91	73,58	879.983,09
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.573.843,00	1.573.843,00	261.797,16	16,63	1.235.905,84	78,53	337.937,16
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	1.756.920,00	1.756.920,00	219.217,80	12,48	1.214.874,07	69,15	542.045,93
RECEITA PATRIMONIAL	1.009.829,00	1.009.829,00	143.971,76	14,26	604.053,07	59,82	405.775,93
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.009.829,00	1.009.829,00	143.971,76	14,26	604.053,07	59,82	405.775,93
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46.818.056,00	46.818.056,00	8.187.680,50	17,49	38.733.276,96	82,73	8.084.779,04
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	46.634.046,00	46.634.046,00	7.926.382,14	17,00	38.341.892,60	82,22	8.292.153,40
Transf. de Instituições Privadas	5.058,00	5.058,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.058,00
Transf. de Pessoas	5.058,00	5.058,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.058,00
Transf. de Conv.	173.894,00	173.894,00	261.298,36	150,26	391.384,36	225,07	-217.490,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.014.391,00	4.014.391,00	313.796,81	7,82	3.044.410,49	75,84	969.980,51
Multas e Juros de Mora	2.170.557,00	2.170.557,00	139.148,50	6,41	881.755,36	40,62	1.288.801,64
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	63.755,00	63.755,00	2.269,65	3,56	449.538,96	705,10	-385.783,96
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.121.101,00	1.121.101,00	143.769,12	12,82	817.881,75	72,95	303.219,25
RECEITAS DIVERSAS	658.978,00	658.978,00	28.609,54	4,34	895.234,42	135,85	-236.256,42
RECEITAS DE CAPITAL	278.170,00	278.170,00	538.849,54	193,71	3.300.339,75	186,45	-3.022.169,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	53.275,00	53.275,00	65.716,00	123,35	315.816,00	592,80	-262.541,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	39.965,00	39.965,00	31.841,00	79,67	281.941,00	705,47	-241.976,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	13.310,00	13.310,00	33.875,00	254,51	33.875,00	254,51	-20.565,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	199.895,00	199.895,00	473.133,54	236,69	2.984.523,75	493,05	-2.784.628,75
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	43.128,00	0,00	43.128,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	199.895,00	199.895,00	473.133,54	236,69	2.941.395,75	471,47	-2.741.500,75
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.611.405,00	4.611.405,00	728.216,97	15,79	3.690.961,63	80,04	920.443,37
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.611.405,00	4.611.405,00	728.216,97	15,79	3.690.961,63	80,04	920.443,37
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.111.405,00	3.111.405,00	478.216,97	15,37	2.440.961,63	78,45	670.443,37
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.111.405,00	3.111.405,00	478.216,97	15,37	2.440.961,63	78,45	670.443,37
OUTRAS RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	16,67	1.250.000,00	83,33	250.000,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.611.405,00	4.611.405,00	728.216,97	15,79	3.690.961,63	80,04	920.443,37
Transferência para Cobertura de Déficit Atuarial -	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	16,67	1.250.000,00	83,33	250.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	69.505.193,00	69.505.193,00	11.535.390,02	16,60	59.433.662,65	85,51	10.071.530,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	69.505.193,00	69.505.193,00	11.535.390,02	16,60	59.433.662,65	85,51	10.071.530,35
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	69.505.193,00	69.505.193,00	11.535.390,02	16,60	59.433.662,65	85,51	10.071.530,35
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.381.360,51	—	—	1.080.391,54	—	—
Superávit Financeiro	—	2.381.360,51	—	—	1.080.391,54	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	64.893.788,00	14.034.070,62	78.927.858,62	8.894.914,75	50.765.138,68	9.566.907,85	44.874.797,17	56,86	34.053.061,45
DESPESAS CORRENTES	57.209.976,00	995.438,61	58.205.414,61	7.175.356,94	43.759.086,69	8.717.781,31	39.933.593,57	68,61	18.271.821,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.764.240,90	-936.781,61	33.827.459,29	5.312.802,00	25.379.129,94	5.346.978,00	25.343.467,55	74,92	8.483.991,74
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	600.000,00	0,00	600.000,00	13.089,68	379.428,53	13.089,68	379.428,53	63,24	220.571,47
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.845.735,10	1.932.220,22	23.777.955,32	1.849.465,26	18.000.528,22	3.357.713,63	14.210.697,49	59,76	9.567.257,83
DESPESAS DE CAPITAL	5.856.065,00	13.038.632,01	18.894.697,01	1.719.557,81	7.006.051,99	849.126,54	4.941.203,60	26,15	13.953.493,41
INVESTIMENTOS	5.257.115,00	13.038.632,01	18.295.747,01	1.657.716,80	6.450.247,06	787.285,53	4.385.399,27	23,97	13.910.347,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	598.950,00	0,00	598.950,00	61.841,01	555.804,33	61.841,01	555.804,33	92,80	43.145,67

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	64.893.788,00	14.034.070,62	78.927.858,62	8.894.914,75	50.765.138,68	9.566.907,85	44.874.797,17	56,86	34.053.061,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.827.747,00	0,00	1.827.747,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.827.747,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.611.405,00	304.000,00	4.915.405,00	477.053,35	3.946.417,31	727.053,35	3.696.417,31	75,20	1.218.987,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.111.405,00	304.000,00	3.415.405,00	477.053,35	2.446.417,31	477.053,35	2.446.417,31	71,63	968.987,69
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	250.000,00	1.250.000,00	83,33	250.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	69.505.193,00	14.338.070,62	83.843.263,62	9.371.968,10	54.711.555,99	10.293.961,20	48.571.214,48	57,93	35.272.049,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	69.505.193,00	14.338.070,62	83.843.263,62	9.371.968,10	54.711.555,99	10.293.961,20	48.571.214,48	57,93	35.272.049,14
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	10.862.448,17	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	69.505.193,00	14.338.070,62	83.843.263,62	9.371.968,10	54.711.555,99	10.293.961,20	59.433.662,65	57,93	35.272.049,14

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.246.458,58

FONTE:

CURITIBANOS, 23/11/2013

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2012 a 2086

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2012	4.202.589,95	4.917.472,48	-714.882,53	12.670.887,15
2013	4.289.141,50	4.441.216,56	-152.075,06	12.518.812,09
2014	4.076.670,06	4.291.088,15	-214.418,09	12.304.394,00
2015	3.869.202,57	4.163.019,05	-293.816,48	12.010.577,52
2016	3.644.285,08	4.116.745,60	-472.460,52	11.538.117,00
2017	3.390.442,42	4.184.539,49	-794.097,07	10.744.019,93
2018	3.187.171,63	4.138.379,75	-951.208,12	9.792.811,81
2019	3.004.257,34	4.063.624,06	-1.059.366,72	8.733.445,09
2020	2.794.172,80	4.091.533,85	-1.297.361,05	7.436.084,04
2021	2.568.386,02	4.186.799,07	-1.618.413,05	5.817.670,99
2022	2.371.370,59	4.224.265,38	-1.852.894,79	3.964.776,20
2023	2.221.759,77	4.147.206,88	-1.925.447,11	2.039.329,09
2024	2.069.673,70	4.100.904,51	-2.031.230,81	8.098,28
2025	1.955.349,97	3.966.876,64	-2.011.526,67	-2.003.428,39
2026	1.793.814,80	3.985.115,29	-2.191.300,49	-4.194.728,88
2027	1.654.977,85	3.954.416,16	-2.299.438,31	-6.494.167,19
2028	1.521.870,81	3.920.732,48	-2.398.861,67	-8.893.028,86
2029	1.401.639,82	3.865.384,00	-2.463.744,18	-11.356.773,04
2030	1.303.979,86	3.762.490,08	-2.458.510,22	-13.815.283,26
2031	1.182.215,65	3.747.414,84	-2.565.199,19	-16.380.482,45
2032	1.107.902,05	3.609.053,56	-2.501.151,51	-18.881.633,96
2033	1.014.735,18	3.542.064,70	-2.527.329,52	-21.408.963,48
2034	938.138,65	3.441.662,30	-2.503.523,65	-23.912.487,13
2035	868.285,48	3.337.100,25	-2.468.814,77	-26.381.301,90
2036	819.405,15	3.186.551,89	-2.367.146,74	-28.748.448,64
2037	783.878,34	3.015.944,69	-2.232.066,35	-30.980.514,99
2038	746.762,31	2.864.708,75	-2.117.946,44	-33.098.461,43
2039	718.309,55	2.702.608,44	-1.984.298,89	-35.082.760,32
2040	697.682,28	2.531.681,19	-1.833.998,91	-36.916.759,23
2041	684.094,99	2.357.463,26	-1.673.368,27	-38.590.127,50
2042	678.838,69	2.171.503,54	-1.492.664,85	-40.082.792,35
2043	674.790,76	1.996.668,39	-1.321.877,63	-41.404.669,98
2044	668.223,18	1.840.884,64	-1.172.661,46	-42.577.331,44
2045	660.681,40	1.699.764,04	-1.039.082,64	-43.616.414,08
2046	656.709,93	1.558.526,80	-901.816,87	-44.518.230,95
2047	3.579,46	1.423.203,86	-1.419.624,40	-45.937.855,35
2048	2.925,96	1.294.384,25	-1.291.458,29	-47.229.313,64
2049	2.282,62	1.174.478,41	-1.172.195,79	-48.401.509,43
2050	886,55	1.065.747,28	-1.064.860,73	-49.466.370,16
2051	0,00	964.583,20	-964.583,20	-50.430.953,36
2052	0,00	869.089,59	-869.089,59	-51.300.042,95
2053	0,00	781.569,76	-781.569,76	-52.081.612,71
2054	0,00	701.565,80	-701.565,80	-52.783.178,51
2055	0,00	628.821,04	-628.821,04	-53.411.999,55
2056	0,00	560.407,20	-560.407,20	-53.972.406,75
2057	0,00	499.663,66	-499.663,66	-54.472.070,41
2058	0,00	444.445,69	-444.445,69	-54.916.516,10
2059	0,00	393.308,39	-393.308,39	-55.309.824,49
2060	0,00	347.395,09	-347.395,09	-55.657.219,58
2061	0,00	306.451,88	-306.451,88	-55.963.671,46
2062	0,00	268.865,49	-268.865,49	-56.232.536,95
2063	0,00	235.705,78	-235.705,78	-56.468.242,73
2064	0,00	206.383,43	-206.383,43	-56.674.626,16
2065	0,00	178.392,76	-178.392,76	-56.853.018,92
2066	0,00	154.428,63	-154.428,63	-57.007.447,55
2067	0,00	132.998,09	-132.998,09	-57.140.445,64
2068	0,00	114.282,92	-114.282,92	-57.254.728,56
2069	0,00	97.731,92	-97.731,92	-57.352.460,48
2070	0,00	83.472,85	-83.472,85	-57.435.933,33
2071	0,00	70.623,95	-70.623,95	-57.506.557,28

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2012 a 2086

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2072	0,00	59.379,74	-59.379,74	-57.565.937,02
2073	0,00	50.335,10	-50.335,10	-57.616.272,12
2074	0,00	42.389,15	-42.389,15	-57.658.661,27
2075	0,00	34.896,99	-34.896,99	-57.693.558,26
2076	0,00	28.954,39	-28.954,39	-57.722.512,65
2077	0,00	23.977,90	-23.977,90	-57.746.490,55
2078	0,00	19.681,58	-19.681,58	-57.766.172,13
2079	0,00	16.062,02	-16.062,02	-57.782.234,15
2080	0,00	13.157,93	-13.157,93	-57.795.392,08
2081	0,00	10.414,19	-10.414,19	-57.805.806,27
2082	0,00	8.442,27	-8.442,27	-57.814.248,54
2083	0,00	6.746,27	-6.746,27	-57.820.994,81
2084	0,00	5.339,31	-5.339,31	-57.826.334,12
2085	0,00	4.192,12	-4.192,12	-57.830.526,24
2086	0,00	3.410,74	-3.410,74	-57.833.936,98

Projeção atuarial elaborada em 31/03/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

CURITIBANOS, 25/11/2013

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAUURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	53.275,00	315.816,00	-262.541,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	13.310,00	33.875,00	-20.565,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	39.965,00	281.941,00	-241.976,00
TOTAL	53.275,00	315.816,00	-262.541,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	236.608,84	52.063,84	0,00	184.545,00
Investimentos	236.608,84	52.063,84	0,00	184.545,00
TOTAL	236.608,84	52.063,84	0,00	184.545,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	52.063,84	263.752,16	315.816,00

FONTE:

CURITIBANOS, 25/11/2013

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	8.747.639,00	8.747.639,00	6.839.974,89	78,19
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.016.046,00	3.016.046,00	2.103.045,88	69,73
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.050.000,00	1.050.000,00	1.062.492,76	101,19
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.600.000,00	2.600.000,00	2.246.994,15	86,42
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	703.776,00	703.776,00	791.991,95	112,53
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	42.093,00	42.093,00	22.738,78	54,02
Dívida Ativa dos Impostos	842.523,00	842.523,00	379.434,27	45,04
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	493.201,00	493.201,00	233.277,10	47,30
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	33.635.501,00	33.635.501,00	25.259.834,96	75,10
Cota-Parte FPM	16.500.000,00	16.500.000,00	12.834.753,93	77,79
Cota-Parte ITR	87.846,00	87.846,00	205.314,19	233,72
Cota-Parte IPVA	2.400.000,00	2.400.000,00	2.487.914,78	103,66
Cota-Parte ICMS	13.975.500,00	13.975.500,00	9.545.629,48	68,30
Cota-Parte IPI-Exportação	362.032,00	362.032,00	141.320,37	39,04
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	310.123,00	310.123,00	44.902,21	14,48
Desoneração ICMS (LC 87/96)	310.123,00	310.123,00	44.902,21	14,48
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	42.383.140,00	42.383.140,00	32.099.809,85	75,74

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAÚDE-SUS	4.807.711,00	4.807.711,00	4.053.808,24	84,32
Provenientes da União	4.757.133,00	4.757.133,00	4.041.390,89	84,95
Provenientes de Outros Municípios	50.578,00	50.578,00	12.417,35	24,55
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	6.655,00	6.655,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.814.366,00	4.814.366,00	4.053.808,24	84,20

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	12.518.148,00	13.510.306,53	10.772.633,30	79,74	9.680.891,05	71,66
Pessoal e Encargos Sociais	8.275.554,00	8.275.554,00	6.236.348,73	75,36	6.236.348,73	75,36
Outras Despesas Correntes	4.242.594,00	5.234.752,53	4.536.284,57	86,66	3.444.542,32	65,80
DESPESAS DE CAPITAL	501.125,00	709.013,01	323.728,02	45,66	272.565,75	38,44
Investimentos	501.125,00	709.013,01	323.728,02	45,66	272.565,75	38,44

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	501.125,00	709.013,01	323.728,02	45,66	272.565,75	38,44
Investimentos	501.125,00	709.013,01	323.728,02	45,66	272.565,75	38,44
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	13.019.273,00	14.219.319,54	11.096.361,32	78,04	9.953.456,80	70,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.668.622,00	5.468.668,54	4.170.960,10	37,59	3.424.136,05	34,40
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.668.622,00	5.468.668,54	4.170.960,10	37,59	3.424.136,05	34,40
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.668.622,00	5.468.668,54	4.170.960,10	37,59	3.424.136,05	34,40
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	8.350.651,00	8.750.651,00	6.925.401,22	40,45	6.529.320,75	35,60
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIP%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						20,34
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100] 6						1.714.349,27

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	68.223,59	3.776,39	12.569,49	55.654,10	0,00
TOTAL	68.223,59	3.776,39	12.569,49	55.654,10	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	12.921.445,00	13.953.471,24	10.938.085,85	98,57	9.848.090,67	98,94
Vigilância Sanitária	28.616,00	45.316,00	5.900,50	0,05	5.900,50	0,06
Vigilância Epidemiológica	69.212,00	220.532,30	152.374,97	1,37	99.465,63	1,00
TOTAL	13.019.273,00	14.219.319,54	11.096.361,32	100,00	9.953.456,80	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[M(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

CURITIBANOS, 25/11/2013

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

CURITIBANOS, 25/11/2013

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	69.505.193,00	
Previsão Atualizada		—	69.505.193,00	
Receitas Realizadas		11.535.390,02	59.433.662,65	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.080.391,54	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	69.505.193,00	
Créditos Adicionais		—	14.338.070,62	
Dotação Atualizada		—	83.843.263,62	
Despesas Empenhadas		9.371.968,10	54.711.555,99	
Despesas Liquidadas		10.293.961,20	48.571.214,48	
Superavit Orçamentário		—	10.862.448,17	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		9.371.968,10	54.711.555,99	
Despesas Liquidadas		10.293.961,20	48.571.214,48	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			61.106.556,63	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.020.069,96	5.576.661,49	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		921.468,37	4.330.202,91	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		98.601,59	1.246.458,58	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-200.000,00	-8.876.883,16	4.438,44
Resultado Primário		110.846,00	10.877.811,96	9.813,45
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	75.477,98	17.263,43	58.214,55	-0,00
EXECUTIVO	75.477,98	17.263,43	58.214,55	-0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.846.513,16	367.641,52	1.096.863,09	382.008,55
EXECUTIVO	1.846.513,16	367.641,52	1.096.863,09	382.008,55
TOTAL:	1.921.991,14	384.904,95	1.155.077,64	382.008,55
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		5.267.081,76	25%	16,41
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		7.432.032,44	60%	65,51
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	25.000,00	
Despesa de Capital Líquida		4.941.203,60	13.953.493,41	

Continua 1/2

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	4.289.141,50	2.568.386,02	1.182.215,65	656.709,93
Despesas Previdenciárias (V)	4.441.216,56	4.186.799,07	3.747.414,84	1.558.526,80
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-152.075,06	-1.618.413,05	-2.565.199,19	-901.816,87
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			315.816,00	-262.541,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			52.063,84	184.545,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	6.529.320,75	15,00	20,34	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

CURITIBANOS, 25/11/2013

 JOSE ANTONIO GUIDI
 Prefeito Municipal

 AMAURY SILVA
 Secretário de Administração

 FLAVIO LUIZ ZILIO
 Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	64.893.788,00	78.927.858,62	8.894.914,75	50.765.138,68	9.566.907,85	44.874.797,17	92,39	56,86	34.053.061,45
Legislativa	2.042.930,00	2.049.930,00	241.338,86	1.336.039,42	259.502,95	1.310.215,19	2,70	63,92	739.714,81
Ação Legislativa	2.042.930,00	2.049.930,00	241.338,86	1.336.039,42	259.502,95	1.310.215,19	2,70	63,92	739.714,81
Administração	6.206.986,00	6.247.336,00	842.690,57	4.480.960,24	888.821,06	4.056.493,97	8,35	64,93	2.190.842,03
Planejamento e Orçamento	490.421,00	492.421,00	104.710,29	419.801,59	105.418,41	377.403,29	0,78	76,64	115.017,71
Administração Geral	5.476.985,00	5.446.335,00	652.984,56	3.832.357,87	739.862,18	3.493.413,66	7,19	64,14	1.952.921,34
Administração Financeira	146.410,00	215.410,00	75.228,00	177.964,00	33.228,00	135.964,00	0,28	63,12	79.446,00
Normatização e Fiscalização	93.170,00	93.170,00	9.767,72	50.836,78	10.312,47	49.713,02	0,10	53,36	43.456,98
Segurança Pública	1.797.603,00	1.918.468,51	64.596,53	495.165,11	130.766,11	410.324,72	0,84	21,39	1.508.143,79
Policimento	1.797.603,00	1.918.468,51	64.596,53	495.165,11	130.766,11	410.324,72	0,84	21,39	1.508.143,79
Assistência Social	2.150.111,00	2.473.203,17	287.325,55	1.392.518,34	295.037,59	1.143.608,36	2,35	46,24	1.329.594,81
Assistência à Criança e ao Adolescente	308.242,00	348.242,00	39.201,13	207.116,64	57.813,54	180.386,35	0,37	51,80	167.855,65
Assistência Comunitária	1.841.869,00	2.124.961,17	248.124,42	1.185.401,70	237.224,05	963.222,01	1,98	45,33	1.161.739,16
Previdência Social	4.698.237,00	4.698.237,00	890.349,28	4.182.970,23	890.349,28	4.182.970,23	8,61	89,03	515.266,77
Previdência do Regime Estatutário	4.698.237,00	4.698.237,00	890.349,28	4.182.970,23	890.349,28	4.182.970,23	8,61	89,03	515.266,77
Saúde	13.676.033,00	15.066.134,67	1.427.132,86	11.864.558,51	2.278.806,01	10.411.471,07	21,44	69,11	4.654.663,60
Atenção Básica	12.189.395,00	13.221.421,24	1.314.890,07	10.393.029,53	2.028.193,57	9.303.034,35	19,15	70,36	3.918.386,89
Vigilância Sanitária	28.616,00	45.316,00	2.630,50	5.900,50	2.630,50	5.900,50	0,01	13,02	39.415,50
Vigilância Epidemiológica	69.212,00	220.532,30	68.581,17	152.374,97	35.220,42	99.465,63	0,20	45,10	121.066,67
Alimentação e Nutrição	1.388.810,00	1.578.865,13	41.031,12	1.313.253,51	212.761,52	1.003.070,59	2,07	63,53	575.794,54
Educação	17.921.173,00	20.023.332,52	3.423.523,90	13.957.765,73	2.728.687,58	11.692.226,72	24,07	58,39	8.331.105,80
Ensino Fundamental	10.173.848,00	11.997.883,26	1.924.962,01	8.123.579,80	1.478.586,51	6.483.819,49	13,35	54,04	5.514.063,77
Ensino Médio	232.925,00	130.525,00	9.411,68	70.192,26	14.068,88	63.029,76	0,13	48,29	67.495,24
Ensino Superior	85.850,00	68.250,00	15.000,00	15.000,00	5.000,00	5.000,00	0,01	7,33	63.250,00
Educação Infantil	7.339.500,00	7.784.624,26	1.474.150,21	5.706.993,67	1.226.832,19	5.102.577,47	10,51	65,55	2.682.046,79
Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	69.050,00	42.050,00	0,00	42.000,00	4.200,00	37.800,00	0,08	89,89	4.250,00
Cultura	608.880,00	549.170,00	33.503,60	297.880,46	40.054,47	297.688,70	0,61	54,21	251.481,30
Difusão Cultural	608.880,00	549.170,00	33.503,60	297.880,46	40.054,47	297.688,70	0,61	54,21	251.481,30
Urbanismo	5.385.339,00	15.173.166,00	831.467,56	6.577.687,31	1.116.486,96	5.460.330,79	11,24	35,99	9.712.835,21
Serviços Urbanos	5.365.339,00	15.168.166,00	831.467,56	6.577.687,31	1.116.486,96	5.460.330,79	11,24	36,00	9.707.835,21
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	64.893.788,00	78.927.858,62	8.894.914,75	50.765.138,68	9.566.907,85	44.874.797,17	92,39	56,86	34.053.061,45
Habitação	57.500,00	57.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.500,00
Habitação Urbana	57.500,00	57.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.500,00
Saneamento	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Saneamento Básico Urbano	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Gestão Ambiental	706.805,00	609.305,00	89.908,23	438.120,58	92.092,23	437.131,30	0,90	71,74	172.173,70
Preservação e Conservação Ambiental	706.805,00	609.305,00	89.908,23	438.120,58	92.092,23	437.131,30	0,90	71,74	172.173,70
Agricultura	1.890.112,00	1.884.061,50	118.586,55	1.750.835,37	135.593,94	1.686.871,22	3,47	89,53	197.190,28
Promoção da Produção Animal	948.250,00	1.168.169,50	0,00	1.166.122,08	0,00	1.166.122,08	2,40	99,82	2.047,42
Extensão Rural	941.862,00	715.892,00	118.586,55	584.713,29	135.593,94	520.749,14	1,07	72,74	195.142,86
Indústria	575.027,00	385.167,00	9.980,02	271.519,65	9.866,22	271.215,15	0,56	70,41	113.951,85
Promoção Industrial	575.027,00	385.167,00	9.980,02	271.519,65	9.866,22	271.215,15	0,56	70,41	113.951,85
Comércio e Serviços	45.000,00	30.000,00	0,00	14.969,30	1.579,08	6.664,88	0,01	22,22	23.335,12
Turismo	45.000,00	30.000,00	0,00	14.969,30	1.579,08	6.664,88	0,01	22,22	23.335,12
Energia	1.756.920,00	2.476.920,00	335.457,19	1.008.463,95	317.963,39	989.190,15	2,04	39,94	1.487.729,85
Energia Elétrica	1.756.920,00	2.476.920,00	335.457,19	1.008.463,95	317.963,39	989.190,15	2,04	39,94	1.487.729,85
Transporte	563.100,00	531.900,00	29.074,85	438.681,47	57.452,32	364.714,92	0,75	68,57	167.185,08
Transporte Aéreo	133.100,00	81.900,00	15.586,58	37.578,75	8.528,47	26.621,08	0,05	32,50	55.278,92
Transporte Rodoviário	430.000,00	450.000,00	13.488,27	401.102,72	48.923,85	338.093,84	0,70	75,13	111.906,16
Desporto e Lazer	1.106.385,00	1.028.547,25	89.662,96	762.526,68	143.532,42	659.203,47	1,36	64,09	369.343,78
Desporto Comunitário	1.053.145,00	975.307,25	89.662,96	709.566,68	127.332,42	620.283,47	1,28	63,60	355.023,78
Lazer	53.240,00	53.240,00	0,00	52.960,00	16.200,00	38.920,00	0,08	73,10	14.320,00
Encargos Especiais	1.832.900,00	1.852.733,00	180.316,24	1.494.476,33	180.316,24	1.494.476,33	3,08	80,66	358.256,67
Serviço da Dívida Interna	1.198.950,00	1.198.950,00	74.930,69	935.232,86	74.930,69	935.232,86	1,93	78,00	263.717,14
Outros Encargos Especiais	633.950,00	653.783,00	105.385,55	559.243,47	105.385,55	559.243,47	1,15	85,54	94.539,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.827.747,00	1.827.747,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.827.747,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.611.405,00	4.915.405,00	477.053,35	3.946.417,31	727.053,35	3.696.417,31	7,61	75,20	1.218.987,69
Legislativa	89.177,00	82.177,00	11.325,28	55.540,18	11.325,28	55.540,18	0,11	67,59	26.636,82
Ação Legislativa	89.177,00	82.177,00	11.325,28	55.540,18	11.325,28	55.540,18	0,11	67,59	26.636,82
Administração	2.631.350,00	2.631.350,00	112.246,18	2.239.160,74	362.246,18	1.989.160,74	4,10	75,59	642.189,26
Administração Geral	2.631.350,00	2.631.350,00	112.246,18	2.239.160,74	362.246,18	1.989.160,74	4,10	75,59	642.189,26
Saúde	732.050,00	732.050,00	116.374,11	545.056,32	116.374,11	545.056,32	1,12	74,46	186.993,68
Atenção Básica	732.050,00	732.050,00	116.374,11	545.056,32	116.374,11	545.056,32	1,12	74,46	186.993,68

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.611.405,00	4.915.405,00	477.053,35	3.946.417,31	727.053,35	3.696.417,31	7,61	75,20	1.218.987,69
Educação	1.121.560,00	1.432.560,00	230.730,36	1.084.637,44	230.730,36	1.084.637,44	2,23	75,71	347.922,56
Ensino Fundamental	505.780,00	731.780,00	117.102,73	554.601,90	117.102,73	554.601,90	1,14	75,79	177.178,10
Educação Infantil	615.780,00	700.780,00	113.627,63	530.035,54	113.627,63	530.035,54	1,09	75,64	170.744,46
Desporto e Lazer	37.268,00	37.268,00	6.377,42	22.022,63	6.377,42	22.022,63	0,05	59,09	15.245,37
Desporto Comunitário	37.268,00	37.268,00	6.377,42	22.022,63	6.377,42	22.022,63	0,05	59,09	15.245,37
TOTAL (III) = (I + II)	69.505.193,00	83.843.263,62	9.371.968,10	54.711.555,99	10.293.961,20	48.571.214,48	100,00	57,93	35.272.049,14

FONTE:

CURITIBANOS, 25/11/2013

JOSE ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

AMAURY SILVA

Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO

Contador

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2012 A OUTUBRO/2013

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	5.235.230,11	6.484.166,10	4.983.370,84	5.987.248,89	6.750.519,35	5.388.928,16	6.301.152,55	5.584.018,53	5.699.811,90	5.545.718,91	5.590.489,35	5.862.072,05	69.212.726,74	71.342.718,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	456.653,20	587.099,92	341.509,89	872.517,51	2.240.398,93	691.723,06	624.964,79	570.554,60	601.412,99	524.899,59	616.187,01	525.672,47	8.653.593,96	9.442.579,00
I.R.T.U.	8.020,19	12.354,22	203,05	153.572,54	1.413.802,08	173.755,99	79.174,82	67.113,40	74.977,06	67.193,73	62.864,02	8.105,35	2.121.136,45	3.016.046,00
I.R.R.F.	68.608,31	187.853,80	55.351,36	60.545,94	73.730,12	91.205,19	85.742,00	77.862,11	80.647,32	99.014,10	84.693,27	83.200,54	1.048.454,06	694.862,00
I.S.S.	231.909,32	294.216,56	157.562,94	228.378,13	204.410,61	222.992,67	272.947,06	274.483,73	243.415,88	216.552,13	214.608,11	211.642,89	2.773.120,03	2.600.000,00
I.T.B.I.	125.952,84	65.849,50	96.062,85	41.640,38	70.646,79	87.572,44	123.811,53	95.546,66	132.351,45	88.554,42	163.894,43	154.776,08	1.050.000,00	
Outras Receitas Tributárias	22.162,54	26.825,84	32.329,69	388.380,52	477.809,33	116.196,77	63.289,38	55.548,70	70.021,28	53.585,21	90.127,18	67.947,61	1.464.224,05	2.081.671,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	217.666,09	315.959,85	211.938,90	232.556,15	219.755,52	342.625,73	208.313,39	272.980,47	234.688,69	246.906,10	241.167,64	239.847,32	2.984.405,85	3.330.763,00
RECEITA PATRIMONIAL	91.567,20	166.094,00	149.526,36	22.080,06	30.166,51	63.727,25	38.879,12	44.322,27	56.617,60	54.762,14	61.709,38	82.262,38	861.714,27	1.009.829,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.121.346,30	5.185.865,18	4.128.573,41	4.680.309,37	3.928.459,05	4.132.742,23	4.759.371,29	4.518.819,12	4.072.168,78	4.391.884,58	4.510.041,62	4.661.876,77	53.091.457,70	53.545.156,00
Cota-Parte do F.P.M.	1.321.880,60	1.494.132,69	1.377.617,26	1.853.436,69	1.067.441,88	1.145.341,08	1.645.699,44	1.372.994,81	977.747,51	1.278.389,28	1.058.034,86	1.058.051,12	15.650.767,22	16.500.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.002.295,75	1.013.153,37	973.386,42	867.141,24	945.813,05	987.104,84	980.962,39	918.851,38	912.106,44	956.319,68	1.016.075,83	987.868,21	11.551.078,60	13.975.500,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	200.177,20	133.423,20	133.690,10	185.628,26	243.686,12	251.142,52	251.036,24	259.151,26	296.252,79	286.635,37	291.945,59	288.746,53	2.821.515,18	2.400.000,00
Cota-Parte do ITR	3.944,62	2.416,65	1.334,86	229,42	1.343,11	2.073,65	388,53	775,53	448,07	325,98	24.089,20	174.305,84	211.675,46	87.846,00
Outras Transferências Correntes	597.690,51	1.488.531,98	480.614,81	647.415,78	678.859,86	575.810,88	651.957,04	775.179,24	798.674,87	697.597,43	939.436,45	1.004.314,54	9.336.080,19	7.409.655,00
Transferências da LC 61/1989	15.152,79	17.399,16	17.077,90	13.112,94	11.575,90	10.614,43	14.273,17	14.865,92	14.643,30	15.668,39	14.252,45	15.235,97	173.872,32	362.032,00
Transferências da LC 87/1996	4.663,50	4.663,50	0,00	0,00	0,00	17.960,89	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	54.229,21	310.123,00
Transferências do FUNDEB	975.541,33	1.032.144,63	1.144.852,06	1.113.345,04	979.742,13	1.142.694,14	1.210.564,26	1.172.510,76	1.067.805,58	1.152.458,23	1.161.717,02	1.128.864,34	13.282.239,52	12.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	347.997,32	229.147,15	151.822,28	179.785,80	331.739,34	158.109,89	669.623,96	177.342,07	734.923,84	327.266,50	161.383,70	152.413,11	3.621.554,96	4.014.391,00
DEDUÇÕES (II)	626.088,74	763.284,02	617.290,97	706.430,20	760.805,34	606.136,63	671.037,28	676.960,24	790.831,16	639.370,48	609.797,11	636.237,94	8.104.270,11	8.320.908,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	11.206,75	21.576,43	10.518,36	11.170,35	185.777,58	0,00	0,00	0,00	220.555,96	0,00	0,00	0,00	460.805,43	25.289,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	105.259,29	208.670,10	104.786,74	111.350,34	120.556,19	123.289,42	91.667,50	162.655,83	129.137,75	130.664,91	131.350,18	130.446,98	1.549.835,23	1.568.519,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	509.622,70	533.037,49	501.985,87	583.909,51	454.471,57	482.847,21	579.369,78	514.304,41	441.137,45	508.705,57	478.446,93	505.790,96	6.093.629,45	6.727.100,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.609.141,37	5.720.882,08	4.366.079,87	5.280.818,69	5.989.714,01	4.782.791,53	5.630.115,27	4.907.058,29	4.908.980,74	4.906.348,43	4.980.692,24	5.025.834,11	61.108.456,63	63.021.810,00

FONTE:

CURITIBANOS, 25/11/2013

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito MunicipalAMAUHY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.798.782,00	1.798.782,00	291.852,99	1.885.699,86	3.121.120,05
RECEITAS CORRENTES	1.798.782,00	1.798.782,00	291.852,99	1.885.699,86	3.121.120,05
Receita de Contribuições dos Segurados	1.568.519,00	1.568.519,00	261.797,16	1.235.905,84	1.043.499,78
Pessoal Civil	1.568.519,00	1.568.519,00	261.797,16	1.235.905,84	1.043.499,78
Ativo	1.539.903,00	1.539.903,00	258.465,84	1.220.468,46	1.030.621,11
Inativo	18.634,00	18.634,00	1.965,36	8.688,74	6.009,12
Pensionista	9.982,00	9.982,00	1.365,96	6.748,64	6.869,55
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	5.324,00	5.324,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	199.650,00	199.650,00	30.055,83	221.771,77	1.947.472,78
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	199.650,00	199.650,00	30.055,83	221.771,77	1.947.472,78
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	25.289,00	25.289,00	0,00	428.022,25	130.147,49
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	25.289,00	25.289,00	0,00	428.022,25	130.147,49
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.611.405,00	4.611.405,00	728.216,97	3.690.961,63	2.895.079,18
RECEITAS CORRENTES	4.611.405,00	4.611.405,00	728.216,97	3.690.961,63	2.895.079,18
Receita de Contribuições Patronais	3.111.405,00	3.111.405,00	478.216,97	2.440.961,63	2.061.779,18
Pessoal Civil	3.111.405,00	3.111.405,00	478.216,97	2.440.961,63	2.061.779,18
Ativo	3.111.405,00	3.111.405,00	478.216,97	2.440.961,63	2.061.779,18
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	1.250.000,00	833.300,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	6.410.187,00	6.410.187,00	1.020.069,96	5.576.661,49	6.016.199,23
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	4.981.740,00	4.981.740,00	921.468,37	4.330.202,91	3.749.787,08
ADMINISTRAÇÃO	283.503,00	283.503,00	31.119,09	147.232,68	138.091,46
Despesas Correntes	266.200,00	266.200,00	31.119,09	147.232,68	134.672,56
Despesas de Capital	17.303,00	17.303,00	0,00	0,00	3.418,90
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.698.237,00	4.698.237,00	890.349,28	4.182.970,23	3.611.695,62
Pessoal Civil	0,00	0,00	890.115,68	4.182.549,75	3.611.695,62
Aposentadorias	0,00	0,00	707.978,24	3.267.855,70	2.819.861,32
Pensões	0,00	0,00	182.137,44	914.694,05	791.834,30
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	4.698.237,00	4.698.237,00	233,60	420,48	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	4.698.237,00	4.698.237,00	233,60	420,48	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	4.981.740,00	4.981.740,00	921.468,37	4.330.202,91	3.749.787,08
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.428.447,00	1.428.447,00	98.601,59	1.246.458,58	2.266.412,15
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	93.194,12	460.545,02	424.129,62
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	93.194,12	460.545,02	424.129,62
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	93.194,12	460.545,02	424.129,62
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			1.428.447,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	SETEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2013	2012
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	395.082,18	391.069,38	316.484,36
Investimentos	13.797.775,37	13.918.633,89	11.981.152,39

FONTE:

CURITIBANOS, 25/11/2013

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.304.570,53	1.810.607,21	1.748.766,20
DEDUÇÕES (II)	5.038.841,73	12.476.133,97	13.437.686,48
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.113.298,48	13.737.899,54	14.234.029,94
Demais Haveres Financeiros	401,41	0,00	-99,42
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	74.858,16	1.261.765,57	796.244,04
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.734.271,20	-10.665.526,76	-11.688.920,28
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	479.568,15	401.802,23	401.802,23
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.213.839,35	-11.067.328,99	-12.090.722,51

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2013 (C - A)
VALOR	-1.023.393,52	-8.876.883,16

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-200.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	29.645.606,79	29.645.606,79	29.645.606,79
Passivo Atuarial	29.645.606,79	29.645.606,79	29.645.606,79
DEDUÇÕES (VIII)	12.602.412,77	14.117.170,66	14.309.072,03
Disponibilidade de Caixa Bruta	321.170,47	545.033,02	391.069,38
Investimentos	12.281.862,12	13.573.578,06	13.918.633,89
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	619,82	1.440,42	631,24
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	17.043.194,02	15.528.436,13	15.336.534,76
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	17.043.194,02	15.528.436,13	15.336.534,76

FONTE:

CURITIBANOS, 25/11/2013

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	68.217.194,00	10.852.568,72	55.529.269,83	49.798.845,54
Receita Tributária	9.442.579,00	1.141.859,48	7.609.840,84	7.039.709,94
I.P.T.U.	3.016.046,00	70.969,37	2.100.762,04	1.883.574,09
I.S.S.	2.600.000,00	426.251,00	2.246.994,15	2.258.179,80
I.T.B.I.	1.050.000,00	318.670,51	1.054.857,03	897.585,29
I.R.R.F.	703.776,00	167.893,81	791.991,95	703.292,71
Outras Receitas Tributárias	2.072.757,00	158.074,79	1.415.235,67	1.297.078,05
Receita de Contribuição	6.442.168,00	959.231,93	4.891.741,54	4.280.324,89
Receitas Previdenciárias	4.685.248,00	740.014,13	3.676.867,47	3.105.278,96
Outras Contribuições	1.756.920,00	219.217,80	1.214.874,07	1.175.045,93
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	1.520.000,00
Receita Patrimonial	1.009.829,00	143.971,76	604.053,07	3.909.003,65
(-) Aplicações Financeiras	1.009.829,00	143.971,76	604.053,07	2.389.003,65
Transferências Correntes	46.818.056,00	8.187.680,50	38.733.276,96	34.058.829,57
F.P.M.	13.200.000,00	1.692.868,83	10.267.803,37	9.551.409,28
I.C.M.S.	11.180.400,00	1.603.155,42	7.636.504,50	7.158.383,94
Convênios	173.894,00	261.298,36	391.384,36	0,00
Outras Transferências Correntes	22.263.762,00	4.630.357,89	20.437.584,73	17.349.036,35
Demais Receitas Correntes	5.514.391,00	563.796,81	4.294.410,49	2.899.981,14
Dívida Ativa	1.121.101,00	143.769,12	817.881,75	772.667,52
Diversas Receitas Correntes	4.393.290,00	420.027,69	3.476.528,74	2.127.313,62
RECEITAS DE CAPITAL (II)	278.170,00	538.849,54	3.300.339,75	5.106.149,07
Operações de Crédito (III)	25.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	53.275,00	65.716,00	315.816,00	73.475,00
Transferências de Capital	199.895,00	473.133,54	2.984.523,75	5.032.674,07
Convênios	199.895,00	473.133,54	2.941.395,75	5.027.130,07
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	43.128,00	5.544,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	199.895,00	473.133,54	2.984.523,75	5.032.674,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
				0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	68.417.089,00	11.325.702,26	58.513.793,58	54.831.519,61
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	63.120.819,61	9.444.834,66	43.630.010,88	43.833.707,75
Pessoal e Encargos Sociais	37.242.864,29	5.824.031,35	27.789.884,86	27.167.833,58
Juros e Encargos da Dívida (IX)	600.000,00	13.089,68	379.428,53	508.518,70
Outras Despesas Correntes	25.277.955,32	3.607.713,63	15.460.697,49	16.157.355,47
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	62.520.819,61	9.431.744,98	43.250.582,35	43.325.189,05
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	18.894.697,01	849.126,54	4.941.203,60	5.797.550,69
Investimentos	18.295.747,01	787.285,53	4.385.399,27	5.291.124,94
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	598.950,00	61.841,01	555.804,33	506.425,75
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.295.747,01	787.285,53	4.385.399,27	5.291.124,94

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	399.300,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.428.447,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	82.644.313,62	10.219.030,51	47.635.981,62	48.616.313,99
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-14.227.224,62	1.106.671,75	10.877.811,96	6.215.205,62
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.080.391,54	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.080.391,54	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	110.846,00

FONTE:

CURITIBANOS, 25/11/2013

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	774,27	74.703,71	58.214,55	17.263,43	0,00	872.535,93	973.977,23	1.096.863,09	1.096.863,09	367.641,52	382.008,55
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	774,27	74.083,89	57.594,73	17.263,43	0,00	872.535,93	973.527,23	1.096.413,09	1.096.413,09	367.641,52	382.008,55
CHEFIA DO EXECUTIVO	774,27	44.290,39	27.801,23	17.263,43	-0,00	467.727,28	518.767,92	308.960,75	308.960,75	332.205,41	345.329,04
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.116,90	910,00	910,00	7.206,90	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	5.013,90	5.013,90	0,00	0,00	404.808,65	403.198,42	761.702,83	761.702,83	9.624,73	36.679,51
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	24.779,60	24.779,60	0,00	0,00	0,00	43.443,99	24.839,51	24.839,51	18.604,48	0,00
IPESMUC	0,00	619,82	619,82	0,00	0,00	0,00	450,00	450,00	450,00	0,00	0,00
INST. PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS	0,00	619,82	619,82	0,00	0,00	0,00	450,00	450,00	450,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	774,27	74.703,71	58.214,55	17.263,43	0,00	872.535,93	973.977,23	1.096.863,09	1.096.863,09	367.641,52	382.008,55

FONTE:

CURITIBANOS, 25/11/2013

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	8.747.639,00	8.747.639,00	1.108.171,98	6.839.974,89	78,19
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.191.971,00	4.191.971,00	172.425,68	2.634.694,69	62,85
1.1.1- IPTU	3.016.046,00	3.016.046,00	72.698,00	2.103.045,88	69,73
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	18.301,00	18.301,00	1.845,89	7.599,97	41,53
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	709.423,00	709.423,00	59.865,72	319.630,38	45,05
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	448.201,00	448.201,00	38.016,07	204.418,46	45,61
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.051.830,00	1.051.830,00	318.922,37	1.063.133,94	101,07
1.2.1- ITBI	1.050.000,00	1.050.000,00	318.806,24	1.062.492,76	101,19
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.830,00	1.830,00	116,13	641,18	35,04
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.800.062,00	2.800.062,00	448.930,12	2.350.154,31	83,93
1.3.1- ISS	2.600.000,00	2.600.000,00	426.251,00	2.246.994,15	86,42
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	21.962,00	21.962,00	2.749,44	14.497,63	66,01
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	133.100,00	133.100,00	13.359,21	59.803,89	44,93
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	45.000,00	45.000,00	6.570,47	28.858,64	64,13
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	703.776,00	703.776,00	167.893,81	791.991,95	112,53
1.4.1- IRRF	703.776,00	703.776,00	167.893,81	791.991,95	112,53
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	33.635.501,00	33.635.501,00	4.937.586,04	25.259.834,96	75,10
2.1- Cota-Parte FPM	16.500.000,00	16.500.000,00	2.116.085,98	12.834.753,93	77,79
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.500.000,00	16.500.000,00	2.116.085,98	12.834.753,93	77,79
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	13.975.500,00	13.975.500,00	2.003.944,04	9.545.629,48	68,30
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	310.123,00	310.123,00	8.980,44	44.902,21	14,48
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	362.032,00	362.032,00	29.488,42	141.320,37	39,04
2.5- Cota-Parte ITR	87.846,00	87.846,00	198.395,04	205.314,19	233,72
2.6- Cota-Parte IPVA	2.400.000,00	2.400.000,00	580.692,12	2.487.914,78	103,66
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	42.383.140,00	42.383.140,00	6.045.758,02	32.099.809,85	75,74

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.569.598,00	1.569.598,00	332.328,54	1.568.833,68	99,95
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.042.680,00	1.042.680,00	213.886,52	1.083.163,01	103,88
5.2- Outras Transferências do FNDE	526.918,00	526.918,00	118.442,02	485.670,67	92,17
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18.301,00	18.301,00	179.384,43	309.470,43	1.691,00
6.1- Transferências de Convênios	18.301,00	18.301,00	179.384,43	309.470,43	1.691,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	106.480,00	106.480,00	49.396,00	196.715,21	184,74
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.694.379,00	1.694.379,00	561.108,97	2.075.019,32	122,46

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.727.100,00	6.727.100,00	984.237,89	5.050.969,26	75,08
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.300.000,00	3.300.000,00	423.217,15	2.566.950,56	77,79
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.795.100,00	2.795.100,00	400.788,62	1.909.124,98	68,30
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	62.025,00	62.025,00	1.796,08	8.980,41	14,48
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	72.406,00	72.406,00	5.897,68	28.264,00	39,04
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	17.569,00	17.569,00	36.400,10	37.783,82	215,06
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	480.000,00	480.000,00	116.138,26	499.865,49	104,14
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	12.545.254,00	12.545.254,00	2.314.462,40	11.345.573,19	90,44
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.500.000,00	12.500.000,00	2.290.581,36	11.274.553,56	90,20
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	45.254,00	45.254,00	23.881,04	71.019,63	156,94
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	5.772.900,00	5.772.900,00	1.306.343,47	6.223.584,30	107,81

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.788.465,90	10.388.676,29	1.661.546,29	7.800.242,83	75,08
13.1- Com Educação Infantil	4.995.260,00	5.630.470,39	880.148,22	4.264.260,16	75,74
13.2- Com Ensino Fundamental	3.793.205,90	4.758.205,90	781.398,07	3.535.982,67	74,31
14- OUTRAS DESPESAS	3.756.788,10	3.254.588,10	251.019,29	1.102.777,69	33,78
14.1- Com Educação Infantil	1.066.375,00	530.175,00	18.484,00	19.674,00	3,71
14.2- Com Ensino Fundamental	2.690.413,10	2.734.413,10	232.535,29	1.083.103,69	39,61
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.545.254,00	13.653.264,39	1.912.565,58	8.903.020,52	65,21
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					368.210,39
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					368.210,39
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					65,51
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				368.210,39	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013*				368.210,39	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	10.595.785,00	10.595.785,00	1.511.439,51	8.024.952,46	75,74
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.625.590,00	7.508.570,39	1.165.719,61	5.197.244,91	69,22
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.061.635,00	6.160.645,39	898.632,22	4.283.934,16	69,54
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.563.925,00	1.347.925,00	267.087,39	913.310,75	67,76
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.647.194,00	11.039.194,00	1.479.931,78	6.735.974,50	61,02
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.483.619,00	7.492.619,00	1.013.933,36	4.619.086,36	61,65
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.163.575,00	3.546.575,00	465.998,42	2.116.888,14	59,69
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	17.272.784,00	18.547.764,39	2.645.651,39	11.933.219,41	64,34
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					6.223.584,30
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					71.019,63
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					368.210,39
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					3.323,33
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					6.666.137,65
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					5.267.081,76
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					16,41

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.042.680,00	1.282.680,00	33.004,43	71.806,13	5,60
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	704.974,00	1.590.833,70	337.663,42	1.033.705,87	64,98
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.747.654,00	2.873.513,70	370.667,85	1.105.512,00	38,47
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	19.020.408,00	21.421.278,09	3.016.319,24	13.038.731,41	60,87
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	179,51		3.323,33		

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (R\$)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	607.453,67	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	11.274.553,56	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	9.059.037,93	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	71.019,63	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.893.988,93	0,00

CURITIBANOS, 25/11/2013

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMALURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 368.210,39, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	25.000,00	0,00		25.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	18.894.697,01	4.941.203,60	0,00	13.953.493,41
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	18.894.697,01	4.941.203,60	0,00	13.953.493,41
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-18.869.697,01	-4.941.203,60		-13.928.493,41

FONTE:

CURITIBANOS, 25/11/2013

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Ermo

PREFEITURA

Lei Nº 332, de 26 de Novembro de 2013.

LEI Nº 332, de 26 de novembro de 2013.

Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Vigente da Câmara Municipal de Vereadores de Ermo no valor de R\$ 6.495,80 (seis mil quatrocentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos), a saber:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

2.001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores
3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 6.495,80

Art. 2º A suplementação de que trata o Art.1º, correrá à conta da anulação do seguinte item orçamentário:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

1.050 - Construção e Reforma da Sede da Câmara Municipal de Vereadores
4.4.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 6.495,80

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 26 de novembro de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Forquilha

PREFEITURA

Lei Nº 1.918, de 19 de Novembro de 2013.

LEI Nº 1.918, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO DISPOSITIVO DA LEI Nº 1.623, DE 03 DE JANEIRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei nº 1.623, de 03 de janeiro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É o Executivo Municipal autorizado a desafetar e doar área de terra à POLITEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 75.493.577/0001-81, um terreno urbano, situado no bairro Santa Libera, Município e Comarca de Forquilha/

SC, localizado no lado ímpar da Rua 386, esquina com a rua 387, corresponde ao lote 01-B, do loteamento Núcleo Industrial VIII, matriculado sob o nº 7.128, do Ofício de Registro de Imóveis de Forquilha, com área de 15.545,28m² (quinze mil e quinhentos e quarenta e cinco metros e vinte e oito centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: - norte: 177,80m com terras de Ademir Magagnin e Altair Magagnin; - sul: 207,33m com a rua 386; - leste: 80,56m com a rua 387; - oeste: 86,14m com a Área Verde 01." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 19 de novembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 19 de novembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.919, de 19 de Novembro de 2013.

LEI Nº 1.919, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO DISPOSITIVO DA LEI Nº 214, DE 18 DE MAIO DE 1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei nº 214, de 18 de maio de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Passa a denominar-se Rua Evelásio Rabelo, a atual Avenida 61, no Bairro Santa Ana, com seu início na Rodovia Antônio Valmor Canela passando em frente à residência da sua esposa, Sra. Agnes Miranda Rabelo, e segue até o seu final." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 19 de novembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 19 de novembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.920, de 19 de Novembro de 2013.

LEI Nº 1.920, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

cria os componentes do município de Forquilha do Sistema Nacional de Segurança Alimentar, define os parâmetros para elaboração e implementação do plano municipal de segurança alimentar e nutricional e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei cria os componentes municipais do SISAN, bem como define parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com o Decreto nº 6.272, de 2007, o Decreto nº 6.273, de 2007, e o Decreto nº 7.272, de 2010, com o propósito de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Art. 2º A alimentação adequada é direito básico do ser humano, indispensável à realização dos seus direitos consagrados na Constituição Federal e Estadual, cabendo ao poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional de toda a população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações, deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais do Município, com prioridade para as regiões e populações mais vulneráveis.

§ 2º É dever do poder público, além das previstas no caput do artigo, avaliar, fiscalizar e monitorar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, bem como criar e fortalecer os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 3º A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Parágrafo único. A Segurança Alimentar e Nutricional inclui a realização do direito de todas as pessoas terem acesso à orientação que contribua para o enfrentamento ao sobrepeso, a obesidade, contaminação de alimentos e mais doenças consequentes da alimentação inadequada.

Art. 4º A Segurança Alimentar e Nutricional abrange:

I - a ampliação das condições de oferta acessível de alimentos, por meio do incremento de produção, em especial na agricultura tradicional e familiar, no processamento, na industrialização, na comercialização, no abastecimento e na distribuição, nos recursos de água, alcançando também a geração de emprego e a redistribuição da renda, como fatores de ascensão social;

II - a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais;

III - a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV - a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos consumidos pela população, bem como seu aproveitamento, promovendo a sintonia entre instituições com responsabilidades afins para que estimulem práticas e ações alimentares e estilos de vida saudáveis;

V - a produção de conhecimentos e informações úteis à saúde alimentar, promovendo seu amplo acesso e eficaz disseminação para toda a população;

VI - a implementação de políticas públicas, de estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características territoriais e etno-culturais do Estado;

VII - a adoção de urgentes correções quanto aos controles públicos sobre qualidade nutricional dos alimentos, quanto a tolerância com maus hábitos alimentares, quanto a desinformação sobre saúde alimentar vigente na sociedade em geral e nos ambientes sob gestão direta e indireta do Estado, quanto a falta de sintonia entre as ações das diversas áreas com responsabilidades afins,

como educação, saúde, publicidade, pesquisa estimulada e ou apoiada por entes públicos, produção estimulada de alimentos mediante critérios fundamentados, dentre outros;

Art. 5º A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional, requer o respeito à soberania do Estado sobre a produção e o consumo de alimentos.

Art. 6º O Município de Forquilha deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com o Governo Estadual e com os demais municípios do estado, contribuindo assim, para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

CAPÍTULO II DOS COMPONENTES MUNICIPAIS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 7º A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado, no Município de Forquilha Estado de Santa Catarina por um conjunto de órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único. A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN Municipal e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA-Municipal, serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo, respeitada a legislação aplicável.

Art. 8º O SISAN reger-se pelos seguintes princípios e diretrizes dispostos na Lei 11.346 de setembro de 2006.

Art. 9º São componentes municipais do SISAN:

I - a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável

pela indicação ao CONSEA Municipal das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela avaliação do SISAN no âmbito do município;

II - o CONSEA Municipal, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social;

III - a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN Municipal - integrada por Secretários Municipais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras:

a) elaborar, considerando as especificidades locais, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, observando os requisitos, as dimensões, as diretrizes e os conteúdos expostos no Decreto nº 7272/2010, bem como os demais dispositivos do marco legal vigente, as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e do CONSEA Municipal, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e os instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

b) monitorar e avaliar a execução da Política e do Plano;

Parágrafo único. A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, CAISAN Municipal, será presidida pelo titular da Secretaria de Ação Social, e seus procedimentos operacionais serão coordenados no âmbito da Secretaria-Executiva da CAISAN Municipal.

IV - os órgãos e entidades de Segurança Alimentar e Nutricional, instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN, nos termos regulamentado pela Câmara Intermunicipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN;

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10. O Prefeito Municipal editará norma regulamentando a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 19 de novembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 19 de novembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.921, de 19 de Novembro de 2013.

LEI Nº 1.921, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O FORQUILHINHA FUTEBOL CLUBE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública o Forquilha Futebol Clube, associação civil de direito privado, fundada em 23 de janeiro de 2011 e localizada na Rua Antônio Machado, nº 165, Bairro Ouro Negro, Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, entidade sem fins lucrativos, políticos e religiosos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 97.533.830/0001-16.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 19 de novembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural em 19 de novembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.922, de 19 de Novembro de 2013.

LEI Nº 1.922, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

DENOMINA RUA MARIA DE LOURDES MARTINS A VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º. Passa a denominar-se RUA MARIA DE LOURDES MARTINS, a atual Rua nº 32 que tem o seu início na Rua Evilásio Rabelo, ligando-a com a Rua Bento da Silva Martins e segue até o seu final, no Bairro Santa Ana.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 19 de novembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural em 19 de novembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 108 de 17 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº. 108 DE 17 DE OUTUBRO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I, IV da Lei Municipal nº 1.815 de 20 de novembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2013, no valor de R\$ 123.301,08 (cento e vinte e três mil, trezentos e um reais, oito centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde - Forquilha

2.050 - Manutenção Fundo Municipal de Saúde - Forquilha

047 - 3390.00.0106 - Aplicações Diretas R\$ 107.662,86

2.059 - Programa Núcleo Prevenção a Violência

047 - 3390.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

2.064 - Manutenção Pacto Gestão Plena MAC

067 - 3390.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 14.638,22

TOTAL R\$ 123.301,08

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, no projeto/atividade 2.050 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício 2012, dos valores recebidos vinculados ao PAB/PMAQ no valor 107.662,86 (cento e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais, oitenta e seis centavos); no projeto/atividade 2.064 será utilizado como fonte de recursos o excesso de arrecadação lançado na rubrica 1.7.2.1.33.12.00 no valor de 14.638,22 (quatorze mil, seiscentos e trinta e oito reais, vinte e dois centavos) e no projeto/atividade 2.059 será deduzida da despesa abaixo relacionada:

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde - Forquilha

2.059 - Programa Núcleo Prevenção a Violência

045 - 3190.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 123.301,08

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 17 de outubro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de outubro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 111 de 31 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº. 111 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o

artigo 13, inciso IV da Lei Municipal nº 1.815 de 20 de novembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2013, no valor de R\$ 29.710,00 (vinte e nove mil, setecentos e dez reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
2.041 - Manutenção Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
113 - 3350.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde - Forquilha
2.050 - Manutenção Fundo Municipal de Saúde - Forquilha
009 - 3171.00.0696 - Aplicações Diretas R\$ 2.200,00
014 - 3371.00.0696 - Aplicações Diretas R\$ 7.510,00

TOTAL R\$ 29.710,00

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o seu art. 1º, serão utilizadas como fonte de recursos as anulações de valores de dotações orçamentárias das seguintes contas:

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
2.041 - Manutenção Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
114 - 3390.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde - Forquilha
2.050 - Manutenção Fundo Municipal de Saúde - Forquilha
011 - 3190.00.0696 - Aplicações Diretas R\$ 2.510,00
013 - 3350.00.0696 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
020 - 4471.00.0696 - Aplicações Diretas R\$ 2.200,00

TOTAL R\$ 29.710,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 31 de outubro de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 31 de outubro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 117, de 22 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº. 117, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL ÁREAS DE TERRA QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 10, § único e 51, incisos I e VII da Lei Orgânica Municipal, combinado com artigos 5º, letras "i" e "n" e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública e de interesse social, para oportuna aquisição pelo Município por compra, doação, permuta, cessão, compensação ou desapropriação amigável ou judicial, uma área de terra com 175,40m² (cento e setenta e cinco metros e quarenta centímetros quadrados), dentro de uma área maior, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº. 2.976, de propriedade da Rejani Savi Cechinel, com as seguintes confrontações: Norte - 23,30 metros com a Rua Theodoro Horr; Sul - 23,30 metros com área

remanescente de Rejani Savi Cechinel; Leste - 7,30 metros com a Rua Theodoro Horr; Oeste - 7,80 metros com Vanda da Silva Trombim e irmãos, conforme anexo único deste decreto.

Art. 2º A área referida no artigo 1º deste Decreto destinar-se-á ao alargamento da Rua Theodoro Horr, localizado no centro deste Município.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de novembro de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de novembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 94, de 10 de Setembro de 2013.

DECRETO Nº. 94, DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I, IV e V da Lei Municipal nº 1.815 de 20 de novembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2013, no valor de R\$ 38.485,67 (trinta e oito mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais, sessenta e sete centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação

2.014 - Manutenção do Ensino Fundamental/Depto Educação

049 - 4490.00.0695 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

2.041 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

113 - 3350.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Órgão 12 - Fundo Municipal de Habitação

2.035 - Manutenção Fundo Municipal de Habitação

158 - 4490.00.01.94 - Aplicações Diretas R\$ 6.485,67

TOTAL R\$ 38.485,67

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, no órgão 12, projeto/atividade 2.035, será utilizado como fonte de recursos os valores recebidos vinculados ao convênio PAC 2, junto ao Ministério das Cidades, no valor de R\$ 6.485,67 (seis mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais, sessenta e sete centavos) e os projetos/atividades 2.014 e 2.041 serão deduzidas as despesas abaixo relacionadas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação

2.014 - Manutenção do Ensino Fundamental/Depto Educação

045 - 3290.00.0695 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

2.041 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

114 - 3390.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 38.485,67

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de setembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de setembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 95, de 16 de Setembro de 2013.

DECRETO Nº. 95, DE 16 DE SETEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no

uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.899 de 10 de setembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2013, no valor de R\$ (cento e vinte e seis mil, setecentos e sessenta reais, cinquenta e oito centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação

1.011 - Construção, Ampliação, Reforma e Reeq. Centro Educação Infantil

064 - 4490.00.0695 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

1.013 - Construção, Ampliação, Reforma e Reeq. Unidades Escolares

035 - 4490.00.0695 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Órgão 09 - Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico

2.039 - Manutenção da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico

134 - 3190.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde de Forquilha

1.050 - Aquisição de Área, Constr., Ampliação, Adap., e Reeq. Unidades Saúde/CAPS

004 - 4490.00.0696 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

2.055 - Programa Farmácia Básica

001 - 3390.00.0696 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

TOTAL R\$ 730.000,00

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, serão utilizadas como fonte de recursos as anulações de valores de dotações do orçamento geral nas seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

2.033 - Manutenção Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

086 - 3390.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 730.000,00

TOTAL R\$ 730.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de setembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de setembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 96, de 17 de Setembro de 2013.

DECRETO Nº. 96, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I e IV da Lei Municipal nº 1.815 de 20 de novembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2013,

no valor de R\$ 214.658,88 (duzentos e quatorze mil, seiscentos e cinquenta e oito reais, oitenta e oito centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
1.027 - Aquisição Veículos, Máquinas Equipamentos p/ Frota Municipal
110 - 4490.00.0116 - Aplicações Diretas R\$ 127.800,00

TOTAL R\$ 127.800,00

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º será utilizado como fonte de recursos o excesso de arrecadação vinculada ao recurso de alienação de bens móveis, creditados e lançados na rubrica 4.2.2.1.9.00.00

TOTAL R\$ 127.800,00

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, do exercício de 2013, no valor de R\$ 86.858,88 (oitenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e oito reais, oitenta e oito centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde
2.050 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
070 - 3190.00.0106 - Aplicações Diretas R\$ 46.858,88
2.051 - Manutenção do Programa de Saúde Mental - CAPS
023 - 3190.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
2.064 - Manutenção Pacto Gestão Plena - MAC
067 - 3390.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 86.858,88

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º no projeto/atividade 2.050 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2012 vinculados aos recursos recebidos Fundo a Fundo/FNS - Atenção Básica, conta bancária nº 624.001-5, agência 3415, C.E.F, no valor de R\$ 46.858,88 (quarenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e oito reais, oitenta e oito centavos) e nos projetos/atividades 2.051 e 2.064 serão deduzidos das despesas abaixo:

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde
2.051 - Manutenção do Programa de Saúde Mental - CAPS
027 - 3390.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
2.064 - Manutenção Pacto Gestão Plena - MAC
066 - 3190.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
068 - 4490.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 86.858,88

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 17 de setembro de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de setembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 98, de 24 de Setembro de 2013.

DECRETO Nº. 98, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.857 de 08 de maio de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2013, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 09 - Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico
2.040 - Apoio a Cursos Profissionalizantes
211 - 3350.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o seu art. 1º, será utilizada como fonte de recursos as anulações de valores de dotações orçamentárias das seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação
2.014 - Manutenção do Ensino Fundamental/Depto Educação
047 - 3390.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 24 de setembro de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 24 de setembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 66/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 66/2013
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 96/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - BRITAGEM BOSA LTDA

DO VALOR - Fica acrescido no objeto do contrato 96/PMF/2013 do CV 52/PMF/2013 o valor de R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais) correspondendo ao acréscimo de 220 m³ de base de seixo conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 07 de novembro de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Lei Nº 2208/2013

LEI Nº 2208, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.
INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA FAMÍLIA.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º. Fica instituída a "SEMANA MUNICIPAL DA FAMÍLIA" no Município de Fraiburgo, a ser comemorada anualmente, na segunda semana do mês de agosto.

Art. 2º. A Semana Municipal da Família tem a finalidade de buscar a efetiva valorização e participação da sociedade civil.

Art. 3º. Durante essa semana serão realizadas atividades, incluindo palestras de conscientização nas escolas e outras atividades educativas com o objetivo de resgatar os valores morais e éticos da família.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei deverão ser incluídas nas leis orçamentárias.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0353/2013

DECRETO Nº 0353, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
07.01 - Educação Geral
12.362.0008.2.017 - Transporte Escolar do Ensino Médio
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (78) R\$ 31.000,00

Total R\$ 31.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4133999 - Outras Receitas de Concessões RS 31.000,00

TOTAL R\$ 31.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 25 DE NOVEMBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2386/2013

PORTARIA Nº 2.386, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora LUANA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 006.272.379-08, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 25 de novembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2387/2013

PORTARIA Nº 2.387, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora MÁRCIA TORRI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 552.076.699-15, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 25 de novembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2388/2013

PORTARIA Nº 2.388, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato do servidor ANTONIO EVALDIR GONÇALVES DE ARAUJO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 687.208.319-00, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2389/2013

PORTARIA N.º 2.389, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037, de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANTONIO EVALDIR GONÇALVES DE ARAUJO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 687.208.319-00, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de dezembro de 2013 até 28 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2390/2013

PORTARIA Nº 2390, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DISCIPLINAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n. 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas no Processo Administrativo nº 4925/2013;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos a servidora pública SOLANGE BUSSATO, fixando o prazo de 60(sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

I - JOÃO RUDINEI BELOTTO - Presidente;

II - HELENA TEREZINHA LANZARINI BRAZ OLIVEIRA - Secretária;

III - FREDERICO IDALCIR COLOMBELLI - Membro.

Parágrafo único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2391/2013

PORTARIA Nº 2391, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DISCIPLINAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n. 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas no Processo Administrativo nº 4488/2013;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos ao servidor público OSMAR GONÇALVES DA SILVA, fixando o prazo de 60(sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

I - JOÃO RUDINEI BELOTTO - Presidente;

II - NUBIA VALÉRIA MAFIOLETTI - Secretária;

III - ALEXANDRE BELON VALTER - Membro.

Parágrafo único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2392/2013

PORTARIA Nº 2392, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DISCIPLINAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n. 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas no Processo Administrativo nº 4414/2013;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos ao servidor público ROSERVAL DE

CORDUVA RIBEIRO, fixando o prazo de 60(sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

I - SILVANO PELISSARO - Presidente;

II - LEONICE FRARÃO - Secretária;

III - ENABIEL GUEDES BERTAIOLLI - Membro.

Parágrafo único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0151/2013-PMF

Aviso do Pregão Presencial nº 0151/2013 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de pirulitos e balas mastigáveis, para distribuição às crianças no dia 14 de dezembro de 2013 na chegada do Papai Noel na cidade, dentro das festividades "Natal no Lago". Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 09.12.2013. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 26 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº Ct13pmf181-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT13PMF181

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: MYCONST ESQUADRIAS LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO PARA INSTALAÇÃO (COLOCADAS E MONTADAS) JUNTO AO GINÁSIO DE ESPORTES SÃO MIGUEL, SITUADO NO BAIRRO SÃO MIGUEL, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO-SC. VALOR TOTAL: R\$ 4.399,74 (QUATRO MIL, TREZENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS) DATA: 13.11.2013. VIGÊNCIA: 13.11.2013 A 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 193/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0136A/2013.

FRAIBURGO (SC), 26.11.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº Ct13pmf182-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT13PMF182

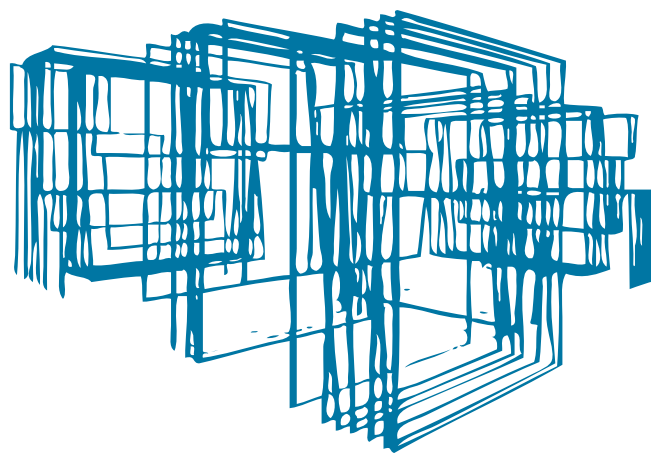
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA:

FUNILARIA E SERRALHERIA ZANCANARO LTDA - ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRAVES E POSTES PARA INSTALAÇÃO (COLOCADAS E MONTADAS) JUNTO AO GINÁSIO DE ESPORTES SÃO MIGUEL, SITUADO NO BAIRRO SÃO MIGUEL, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO-SC. VALOR TOTAL: R\$ 1.900,00 (UM MIL E NOVECIENTOS REAIS) DATA: 13.11.2013. VIGÊNCIA: 13.11.2013 A 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 193/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0136A/2013.

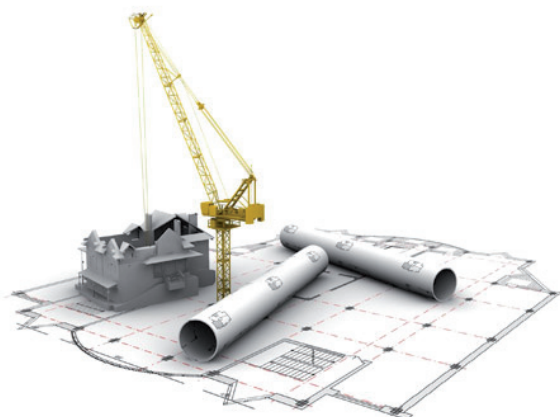
FRAIBURGO (SC), 26.11.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL



Programa de Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

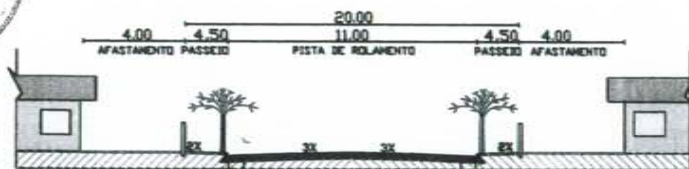
Edital e Planta do Projeto de Loteamento

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE FRAIBURGO-SC
RUA NEREU RAMOS, 811 - SALA 3 - CENTRO
89.580-000 - FRAIBURGO-SC

EDITAL

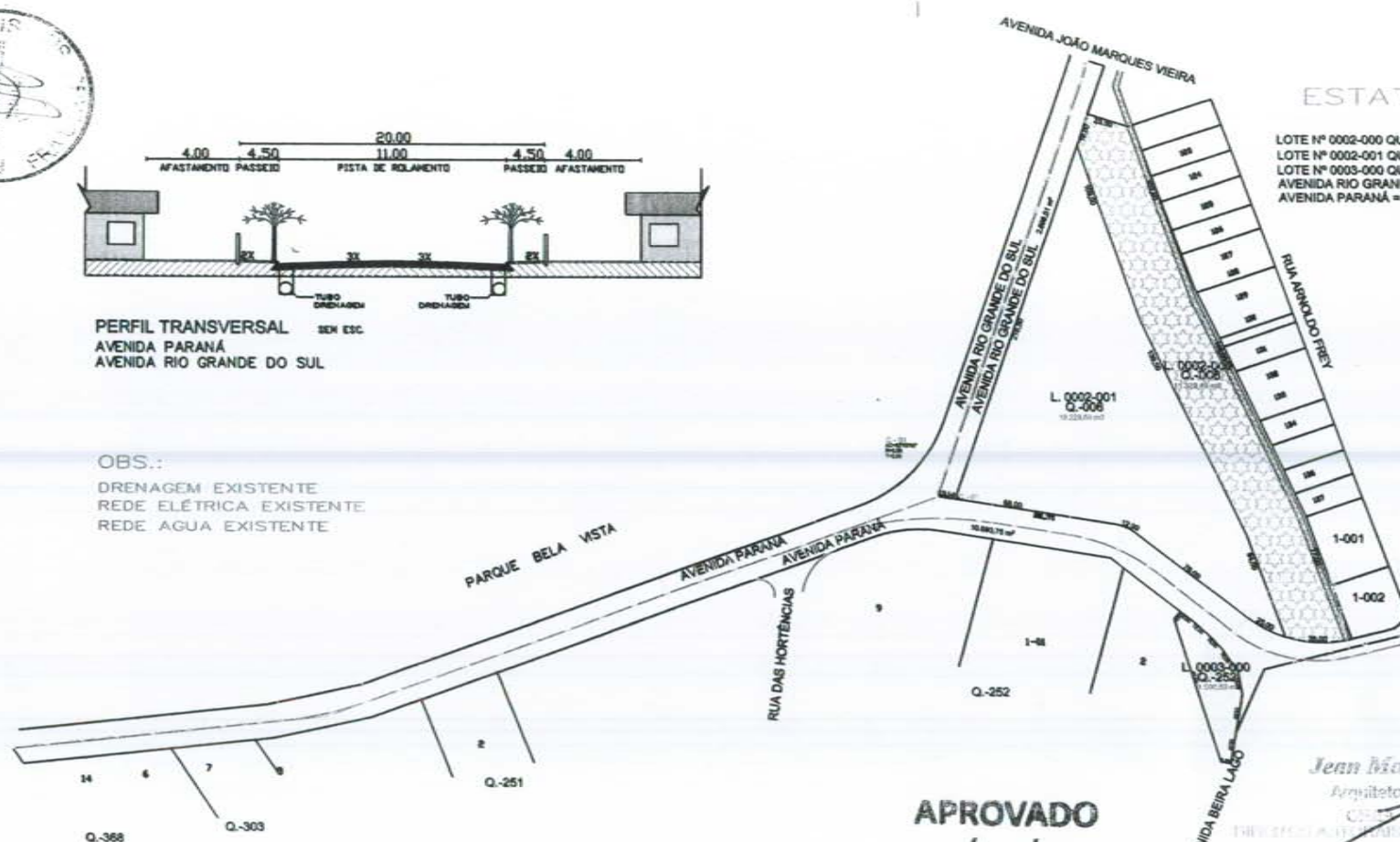
VITÓRIA KROETZ FERNANDES, registradora de imóveis da Comarca de Fraiburgo-SC. FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, a quem interessar possa, para o efeito e impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, que de acordo com a Lei nº 6.766 de 19/12/1979 e alterações posteriores, foram depositados neste ofício os documentos necessários com a finalidade de se promover o registro do **LOTEAMENTO CENTRO DE EVENTOS**, de propriedade de Município de Fraiburgo, sobre imóvel situado na Avenida Paraná, Fraiburgo-SC, aprovado pela Prefeitura Municipal de Fraiburgo através do Decreto nº 0215/12, executado em uma área total de 45.436,02m², constituído por 3 (três) lotes, distribuídos em 1 (uma) quadra, sendo: Área com 19.223,80m², Zona de Preservação Ambiental e Lazer com 11.322,46m² e Uso Institucional com 1.500,50m²; e, áreas das Vias Públicas com 13.389,26m², conforme planta anexa; autorizado pela FATMA através da Certidão nº 249932/2012; que dito imóvel encontra-se matriculado sob nº 8827, deste ofício. Dado e passado nesta cidade de Fraiburgo, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze (18/11/2013).


VITÓRIA KROETZ FERNANDES
REGISTRADORA TITULAR



PERFIL TRANSVERSAL
AVENIDA PARANÁ
AVENIDA RIO GRANDE DO SUL

OBS.:
DRENAGEM EXISTENTE
REDE ELÉTRICA EXISTENTE
REDE AGUA EXISTENTE



ESTATISTICA

LOTE Nº 0002-000 QUADRA 006 = 11.322,46M²
LOTE Nº 0002-001 QUADRA 006 = 19.223,80M²
LOTE Nº 0003-000 QUADRA 252 = 1.500,50M²
AVENIDA RIO GRANDE DO SUL = 2.698,51M²
AVENIDA PARANÁ = 10.690,75M²

APROVADO

PREF. MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Assessoria Técnica - Engº Dolani Rosa Getineli
CREA/SC 011246-7

Jean Marcelo Ziero
Arquiteto e Urbanista
CREA/SC 085783-6

PROJETO ARQUITETÔNICO

INTERVENÇÃO: OBRAS DE REFORMA
E RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO

PROJETO DE ARQUITETURA

JEAN MARCELO ZIERO

Garuva

PREFEITURA

Decreto Nº 268/2013

DECRETO Nº. 268 de 25 de Novembro de 2013

"Dispõe sobre Férias aos servidores e empregados públicos municipais, e dá outras providências."

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

Considerando, os costumes locais e inclusive nacionais no sentido da diminuição das atividades econômicas posterior ao Natal, com a coincidência das férias escolares, o que possibilita a redução da intensidade da prestação de serviços públicos, sem maiores prejuízos à comunidade;

DECRETA:

Art. 10. - Férias do dia 26 de dezembro de 2013 à 24 de janeiro de 2014, para os servidores e empregados públicos cujo período aquisitivo esteja completo.

§ 1º - Para aqueles servidores que tiverem período aquisitivo completo, será facultado converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, desde que requeira com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início.

§ 2º - Não serão contemplados com as férias previstas neste Decreto os servidores admitidos há menos de 6 (seis) meses.

§ 3º - Os servidores com período aquisitivo igual ou superior a 06 (seis) meses gozarão de férias conforme a proporcionalidade, com início em 26 de dezembro de 2013.

Art. 2º - As férias mencionadas não se aplicam aos profissionais do magistério, que terão direito ao recesso escolar nos termos do art. 79, § 1º da Lei Complementar nº 001/98.

Art. 3º - Ficam resguardados no artigo 1º os serviços essenciais, de modo que as atividades não sejam paralisadas, com escalas definidas pelo Secretário da Pasta.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor a contar da data de 25 de novembro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - Setor de Recursos Humanos

CNPJ 83.102.848/0001-59 - Fone/Fax 3445-8200/3445-8225-email:pmgaruva@garuva.sc.gov.br

Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro - Garuva/SC - CEP 89248-000

Decreto Nº 270/2013

DECRETO Nº. 270, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar 026/2005, art. 149.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecida para o exercício de 2014 a atualização monetária dos débitos de origem tributária, incluindo o principal, os juros e multas moratórias, a UFM - Unidade Fiscal Municipal e as demais penalidades em 5,84 %, correspondente a variação do IPCA-E apurado pelo IBGE, no período de novembro de 2012 a outubro de 2013.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 271/2013

DECRETO Nº 271, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013

"CONCEDE INCENTIVOS ECONÔMICOS E FISCAIS À EMPRESA GRUPO SBA LTDA".

O Prefeito Municipal de GARUVA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e, principalmente, com base na Lei 554 de 07 de dezembro de 1989 e no parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico 006/2013 de 06 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos à empresa GRUPO SBA Ltda. - Sistema Brasileiro de Agronegócio, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.134.074/0003-41, os incentivos fiscais e econômicos de redução de alíquota de ISS - Imposto Sobre Serviço pelo período de dez anos, previstos em lei, passando a ser de:

I. 0,30% nos cinco primeiros anos; e

II. 0,50% nos cinco anos restantes.

Parágrafo Único: As referidas alíquotas são exclusivamente para os serviços de publicidade da empresa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JOSE CHAVES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 272/2013

DECRETO Nº 272, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013

CONCEDE INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA LS MTRON LTDA.

O Prefeito Municipal de GARUVA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e, principalmente, com base na Lei 554 de 07 de dezembro de 1989 e no parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico 007/2013 de 06 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos à empresa LS MTRON LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 13.677.964/0002-00, o incentivo econômico, previstos em lei, sendo: a complementação do aterro ajustado no Termo de Compromisso de 11 de setembro de 2012 e Parecer do CMDE n.º 001/2012, totalizando 26.774m³ (vinte e seis mil, setecentos e setenta e quatro metros cúbicos) no terreno da empresa, denominada bloco "B".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JOSE CHAVES

Prefeito Municipal

Portaria Nº 592/2013

PORTARIA Nº 592, de 22 de novembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO POR PERMUTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 001/1998;

CONSIDERANDO, requerimento nº 274/2013;
CONSIDERANDO, Art. 38, parágrafo 3º da LC 001/98.**RESOLVE:**

ART. 10. – Fica aprovada a remoção por permuta das servidoras, conforme tabela abaixo.

Servidora	Lotação
CELONI PIZATTO	Creche Municipal Frei José Bertoldi
ANA TELMA GOMES GUIMARÃES DA SILVA	Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves

PARAGRAFO ÚNICO – Fica mantida a carga horária de 40 horas semanais.

ART. 20. – Esta portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal**Portaria Nº 594/2013**

PORTARIA Nº. 594, de 25 de novembro de 2013

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora SIRLENE APARECIDA DE OLIVEIRA.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir da competência do mês de dezembro.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 25 de novembro de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal**Aviso de Licitação FMAS Nº002/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃOProcesso Licitatório FMAS nº 002/2013
Modalidade : Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia

Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia, para adequações do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, para a instalação de gradil de proteção, calçadas externas, drenagem pluvial, colocação de vidro, instalações elétricas de adequações e serviços complementares, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com a planilha orçamentária, memorial descritivo e projeto em anexo.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 12/12/2013 as 08:30 horas.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 26 de novembro de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal**Gaspar****PREFEITURA****Portaria Nº 3.225, de 22 de Novembro de 2013.**

PORTARIA Nº 3.225, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 10/2013, INSTAURADO PARA APU-
RAR A RESPONSABILIDADE DE RICARDO SGANZERLA

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 25 de novembro de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 10/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de RICARDO SGANZERLA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal**Decreto Nº 5.683, de 19 de Novembro de 2013.**

DECRETO Nº 5.683, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

PRORROGA O DECRETO Nº 4.389, DE 22 DE JUNHO DE 2011, QUE NOMEIA MEMBROS REPRESENTANTES DA ÁREA GOVERNAMENTAL E NÃO GOVERNAMENTAL DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e conforme o que determina a Lei Municipal nº 3.311 de 28 de abril de 2011,
DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, até o mês de março de 2014, o Decreto nº 4.389, de 22 de junho de 2011, que nomeou os representantes do Conselho Municipal da Juventude para o biênio 2011-2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.223, de 20 de Novembro de 2013.

PORTARIA Nº 3.223, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 02/2012, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE JULIANA WACHS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 27 de novembro de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2012, instaurado para apurar a responsabilidade de Juliana Wachs.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3.224, de 22 de Novembro de 2013.

PORTARIA Nº 3.224, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

COLOCA À DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS, O SERVIDOR LUIZ CARLOS PEREIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor LUIZ CARLOS PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Zelador, nomeado pelo Decreto nº 5.671/2013, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição para atuar na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.226, de 22 de Novembro de 2013.

PORTARIA Nº 3.226, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA

MARA LUCIA DE LIMA MINOZZO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e considerando o teor do Ofício nº 188/2013, remetido pela Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade da servidora municipal M. L. de L. M., matrícula nº 3864, ocupante do cargo efetivo de Professora de Língua Portuguesa, pelo fato de que, em tese, estaria negligenciando suas obrigações em sala de aula, além de não tratar com urbanidade os alunos, utilizando palavras de baixo calão e violando a integridade psíquica e moral dos alunos.

Art. 2º O processo administrativo disciplinar deve ser conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Michel Marcelo Longo, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Elke Cristine Schramm Moser, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora - IV-8 e Dulcinéia dos Santos, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º Caso comprovada a ocorrência do fato denunciado, estará a servidora sujeita à penalização, com fundamento nos artigos 146, I, IX, XI, 147, XIV, e 162, XIII, da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 70/2013

RESOLUÇÃO Nº 70/2013.

ESTABELECE PROCEDIMENTOS QUANTO AO TÉRMINO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, com fundamento no art. 39, incisos I e VIII da Lei Orgânica do Município, e art. 31, incisos I e IX do Regimento Interno,

CONSIDERANDO que o recesso legislativo significa ausência de sessões ordinárias e ocorre de 23 de dezembro a 1º de fevereiro, conforme art. 29, § 1º da Lei Orgânica do Município de Gaspar; e

CONSIDERANDO que a segurança do edifício, a abertura e fechamento diários de suas portas de acesso, sua limpeza e conservação, é feita pela administradora do edifício, e não pela Câmara Municipal que apenas locou espaços no edifício do GASCIC para desempenhar suas atividades fins,

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado o expediente nesta Casa Legislativa para

final deste ano da seguinte forma:

I - último dia de expediente sendo o dia 20 de dezembro; e
II - sem expediente de 23 de dezembro de 2013 a 3 de janeiro de 2014.

Art. 2º Os membros da atual Mesa Diretora manterão plantão durante o recesso parlamentar até dia 31/12/2013, haja vista que a nova composição da Mesa Diretora eleita para a sessão legislativa de 2014 assumirá automaticamente a direção da Casa em 1º de janeiro de 2014.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data, quando da sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 25 de novembro de 2013.
Mesa Diretora

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente

MARCELO DE SOUZA BRICK
Vice-Presidente

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO
1º Secretário

MARLI IRACEMA SONTAG
2º Secretária

Resolução Nº 71/2013

RESOLUÇÃO Nº 71/2013

Autoriza a contratação de empresa jornalística para divulgação dos atos e ações do Legislativo local.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, incisos I e VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 31, incisos I e IX do Regimento Interno, CONSIDERANDO a necessidade de contratação de empresa jornalística para divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Gaspar na imprensa escrita;
CONSIDERANDO o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2013, Edital de Credenciamento nº 001/2013, e a habilitação e qualificação da empresa Gráfica e Editora Metas Ltda. ME, CNPJ nº 04.598.394/0001-82, proprietária do Jornal Metas;
RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o Presidente da Câmara Municipal de Gaspar a firmar contrato com a empresa Gráfica e Editora Metas Ltda. ME, CNPJ nº 04.598.394/0001-82, proprietária do Jornal Metas, tendo por objeto a divulgação dos atos e ações do Legislativo local na imprensa escrita.

Art. 2º O preço a ser pago à contratada será de R\$ 9,50 (nove reais e cinquenta centavos) por centímetro por coluna publicado.

Art. 3º O valor estimado do contrato será de R\$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais), enquanto houver apenas a empresa identificada no artigo 1º desta Resolução como contratada.

Art. 4º O contrato terá vigência a partir de 2/12/2013 e término ao final do prazo do credenciamento a que se refere o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2013, Edital de Credenciamento nº 001/2013, em 14/10/2014.

Art. 5º Os recursos para pagamento da despesa autorizada por esta Resolução correrão por conta da seguinte dotação: Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo; Atividade: 2.200012 - Divulgação Institucional e Legal.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor nesta data, quando da sua publicação.

Câmara Municipal de Gaspar (SC), em 26 de novembro de 2013.
Mesa Diretora

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Vereador - Presidente

MARCELO DE SOUZA BRICK
Vereador - Vice Presidente

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO
Vereador - Primeiro Secretário

MARLI IRACEMA SONTAG
Vereadora - Segunda Secretária

SAMAE

Aviso do Credenciamento Nº 38/2013 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Credenciamento nº 38/2013

OBJETO: Credenciamento de instituições financeiras, sediadas, ou que venham a ser sediadas em Gaspar (SC), que se habilitarem visando prestação de serviços de recebimentos de contas de água, esgoto, coleta de resíduos sólidos e outros serviços devidos ao SAMAE

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação deverá ocorrer no período de 28/11/2013 à 13/12/2013, para início da prestação dos serviços em 01 de janeiro de 2014. Após esta data o credenciamento permanecerá aberto para futuros interessados, com vigência após a assinatura do contrato.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 22 de novembro de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Aditivo do Pregão Presencial Nº 36/2013 - SAMAE

AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2013.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Gaspar, torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto: Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para tratamento de água, que foram efetivadas alterações. Em face disto fica redesignado o dia 10/12/2013 às 08:45 horas para o recebimento dos envelopes e às 09:00 horas do mesmo dia para abertura do certame. O local para entrega e abertura, bem como a retirada do Aditivo é o Departamento de Compras do SAMAE, sito a Rua Barão do Rio Branco nº 500 - centro, Gaspar - SC ou através do site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), 25 de novembro de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Grão Pará

PREFEITURA

Portaria 140/2013

PORTARIA N. 140/2013, DE 02/05/2013

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,
RESOLVE

Designar MERI TEREZINHA KUELKAMP SCHLICKMANN, ocupante do cargo de Professor, Nível II, exercendo o Cargo Comissionado de Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, como Gestora do Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS, a partir desta data.

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato Terceiro Termo Aditivo 103/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 103/2011-PMG

Processo de Licitação: 100/2011.

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução da obra de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização da Rua Benjamim Girardi com extensão de 454,40 metros, conforme termo de convênio firmado entre este Município e a União, por intermédio do ministério das cidades - contrato de repasse n.º 329.548-65.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: Pavilan Pavimentação Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida na estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, n.º 1720, Bairro Figueirinha, no município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até 30/05/2014, devido as intempéries ocorridas no período para conclusão dos serviços bem como pagamentos e encerramento da obra.

Data da Assinatura: 29/05/2013 Vigência 30/05/2013.

GUARAMIRIM (SC), 29/05/2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 827/2013

PORTARIA Nº 827/2013

PRORROGA POR 120 DIAS O PRAZO INICIAL PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS PREVISTOS NA PORTARIA NR. 590/2013.

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VIII do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nr. 075/2008 e na Lei Complementar nr. 110/2000;

CONSIDERANDO a instauração pelo Ministério Público do Inquérito Civil Público nr. 06.2012.00000245-5 visando à apuração dos fatos;

CONSIDERANDO que a Portaria nr. 590/2013 previa o prazo de 60 (sessenta dias) para a conclusão do Competente Processo Administrativo, período em que não foi possível a finalização do mesmo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 120 (cento e vinte) dias o prazo inicial previsto na Portaria nr. 590/2013 para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante relativos ao objeto da referida Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval D'Oeste, SC, 22 de novembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Portaria Nº 828/2013

PORTARIA Nº 828/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ADEMIR RAFAEL ZABOTT (Matr. 2866), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de dezembro de 2011 e 16 de dezembro de 2012, para serem gozadas a partir de 25 de novembro de 2013 a 24 de dezembro de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Novembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 829/2013
PORTARIA Nº 829/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 321/2013, ao Servidor IGOR FONTANA DARONCO (Matr. 2786), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível - 13/1, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de junho de 2011 e 22 de junho de 2012, para serem gozadas a contar de 25 de novembro de 2013 a 14 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Novembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 830/2013
PORTARIA Nº 830/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 25 de novembro de 2013, do servidor CARLOS ANDRÉ LEMOS (Matr. 2988), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Psicólogo, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Novembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Declaração Aprovação Plhis

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

DECLARAÇÃO

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação do Município de Herval d' Oeste SC, declaramos para os devidos fins que aprovamos o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS apresentado.

Nomes dos Conselheiros
Assinaturas

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL	Assinado no documento Original
PODER EXECUTIVO	
Titular: ERNESTO EDILO RAMBO	
Suplente: ROZE MARI BESBATI	
PROCURADORIA MUNICIPAL	
Titular: ADEMIR RAFAEL ZABOTT	
Suplente: MICHELLE BENEDETTI	
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Titular: ADRIANA CHIAMOLERA	
Suplente: FABIANE CHIAMOLERA LORASCH	
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	
Titular: MELISSA DEMO	
Suplente: ODAIR TREVISOL	
SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Titular: MARIANA COLUSSO	
Suplente: DÉBORA RIBEIRO DA SILVEIRA	
REPRESENTAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL	
ASSOCIAÇÕES DE MORADORES	
Titular: ILDOMIR JOSÉ PARISE	
Suplente: VILMAR DE GREGORIO RIBEIRO	
Titular: SERGIO MARTINS	
Suplente: ROSANGELA APARECIDA BENTO MORAES	
Titular: ANGELO JUNIOR RADAVELLI	
Suplente: JONER MIGUELÃO	
Estado de Santa Catarina	
Município de Herval d'Oeste	
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	
Titular: ODETE CÂMARA	
Suplente: EDSON PAULO DA SILVA	
ENTIDADES PATRONAIS	
Titular: SÉRGIO DE GIACOMETI	
Suplente: NELCINDO SEBASTIÃO TREVISAN	

Herval d' Oeste SC, 25 de outubro de 2013

Ibiam

PREFEITURA

Lei Nº 537/2013

LEI Nº537, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE IBIAM-PARA O EXERCÍCIO DE 2014".

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de IBIAM- Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de IBIAM SC, para exercício de 2014, estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 12.336.580,00(Doze milhões,trezentos e trinta e seis mil e quinhentos e oitenta reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 9.500.013,00 (Nove milhões, quinhentos mil e treze reais) e a Despesas Orçamentária em R\$ 7.093.548,00 (Sete milhões, noventa e três mil e quinhentos e quarenta e oito reais), e Despesa Financeira de R\$ 2.406.465,00 (Dois milhões, quatrocentos e seis mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais).

§1º-A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	9.500.000,00
1.1- Receita Tributária	303.500,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	64.600,00
1.4- Receita Agropecuária	2.000,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	123.000,00
17-Transferências Correntes	10.908.500,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	1.959.200,00
1.9- Outras Receitas Correntes	57.600,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	13,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	13,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	9.500.013,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	6.557.735,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	4.005.600,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	44.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	2.508.135,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	525.813,00
4.4- Investimentos	290.313,00

4.5- Inversões Financeiras	10.500,00
4.6- Amortização da Dívida	225.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
9.9- Reserva de Contingência	10.000,00
- TRANSF. FINANCEIRAS AS FUN-DOS MUNICIPAIS	2.406.465,00
- Fundo Municipal da Saúde	1.806.465,00
- Fundo Municipal de Assistência Social	60.000,00
- Câmara Municipal de Vereadores	540.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	9.500.013,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais e Poder Legislativo para o exercício de 2014 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	398.600,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	4.600,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	393.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	1.806.465,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	1.806.465,00
TOTAL	2.205.067,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	2.146.065,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.141.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.005.065,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	59.002,00
4.4- Investimentos	59.002,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	2.205.067,00

II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	31.500,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	1.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	30.000,00

(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	500,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	60.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	60.000,00
TOTAL	91.500,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	88.500,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	100,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	88.400,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	3.000,00
4.4- Investimentos	3.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	91.500,00

III – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	540.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	540.000,00
TOTAL	540.000,00
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	535.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	449.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	86.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4- Investimentos	5.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	540.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza conforme anexo IX da LDO.

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUN. DE IBIAM

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	10.000,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	10.000,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste

artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º – Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º – Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante o envio de cópia autêntica à Câmara Municipal, logo após a celebração de tais atos.

Art. 10 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 21 DE NOVEMBRO DE 2013
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADM. E FINANÇAS

Decreto Nº 2561/2013

DECRETO Nº 2561, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CO-DEMI"

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e de conformidade o capítulo VI art. 14, da Lei Complementar nº 025, de 24 de Novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros, para integrarem o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Ibiã

- CODEMI:**I - Representantes do poder Executivo:**

Titulares: Sérgio Antonio Ramos, Rosinei Ceron, Irley Luiz Lampert
Suplentes: Célio Lucas Ramos, Laércio Antonio Gasaniga, Edson Gomes de Oliveira

II - Representantes das Micro e Pequenas Empresas de Ibiam - AMPE

Titulares - Junior Cezar Ramos Moreira e Luiz Miguens

III - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular - Romeu Piroli

IV - Representante da Câmara Municipal de Vereadores

Titular - Nédio Romanatto

Art. 2º : Compete ao Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Ibiam - CODEMI:

I - analisar as solicitações de interessados nos benefícios desta Lei complementar;

II - emitir parecer opinativo sobre as solicitações de interessados nos benefícios da Lei Complementar 025/2011;

III - responder consultas sobre assuntos referentes ao desenvolvimento Socioeconômico do benefício;

IV - solicitar informações necessárias às suas deliberações;

V - acompanhar, avaliar e emitir parecer sobre o cumprimento da execução do objeto contratado, nas condições do Edital da respectiva licitação;

VI - articular-se com os órgãos, do sistema meio ou fim, para orientar ações comuns;

VII - denunciar quaisquer irregularidades decorrentes da não aplicação das regras estabelecidas na Legislação Municipal, a respeito do desenvolvimento do Município.

VIII - redigir seu regimento interno, a ser homologado pelo Prefeito.

Art. 3º - As deliberações do Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Ibiam - CODEMI, serão materializadas por Resoluções para que possam produzir efeitos legais e serem homologadas pelo Prefeito através de Decreto.

Art. 4º- Os membros do Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Ibiam - CODEMI, prestarão serviços de caráter relevante, não se lhes atribuindo qualquer remuneração e nem caracterizando vínculo de emprego.

Art. 5º - Os membros do Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Ibiam - CODEMI, terão mandato de dois anos.

Art. 6º - A prestação de contas dos serviços executados será organizada individualmente, em ordem sequencial e numeradas, por beneficiado, devendo conter no mínimo os seguintes documentos:

I - ofício ao Prefeito solicitando o benefício/incentivo;

II - documentos comprobatórios solicitados na Lei 025/2011;

III - ata, resolução, decreto aprovando o incentivo/benefício, indicando com clareza o objeto e quantidades e/ou valores que foram autorizados;

IV - documento comprobatório da execução dos serviços, com data, tipo da máquina, quantidade de horas, quando for executado com maquinários presente o controle por hora máquina e liquidação pelo Secretário responsável;

V - documentos comprobatórios de acordo com o benefício/incentivo recebido: documentos fiscais, comprovantes de empenhamento, autorização de pagamento;

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Ilhota

PREFEITURA

Lei Nº 1754/2013

Lei nº 1754/2013.

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SOM AUTOMOTIVOS EM CARROS PARTICULARES NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota (SC), no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Art. 1º Fica condicionado o uso de som ou ruídos produzidos por veículos particulares, equipados com som automotivo, estacionados ou não em via pública, às determinações desta LEI:

Parágrafo Único: Para efeitos da presente Lei, consideram-se equipamentos de som automotivos, conjunta ou isoladamente, acoplados ou não diretamente ao veículo.

I - Unidade principal, responsável pela fonte de áudio;

II - Alto falantes;

III - Amplificadores.

Art. 2º Os níveis máximos de pressão sonora são os estabelecidos pela ABNT NBR 10.151 e pela ABNT NBR 10.152.

§ 1º Os níveis de pressão sonora deverão permanecer dentro dos limites de 70 (setenta) decibéis no período diurno, 60 (sessenta) decibéis no período intermediário e 40 (quarenta) decibéis no período noturno.

§ 2º Quando a fonte emissora estiver em zona de uso e ocupação diversa daquela de onde proceder a reclamação de incômodo por suposta poluição sonora, serão considerados os limites de emissão estabelecidos nesta Lei para zona de onde proceder a reclamação.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá autorizar locais destinados para encontros, competições e ou outras atividades de som automotivo, podendo os níveis de pressão sonora interior ser de até 120 (cento e vinte) decibéis.

§ 1º A organização de competições e ou encontros deverá ser efetuada por entidade legalmente constituída e regulamentada pelo Poder Executivo Municipal.

§ 2º O Poder Público Municipal estabelecerá a data, horário e local dos eventos, podendo suspender qualquer atividade em caso de descumprimento do estabelecido nesta Lei, sem prejuízo das sanções de natureza civil, penal e das definidas em legislação específica.

§ 3º O Poder Executivo poderá aplicar a pena de multa, mediante procedimento administrativo a ser estabelecido em regulamento, observado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O valor da multa será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e em caso de reincidência haverá apreensão do veículo e multa em dobro.

Art.4º Fica autorizada a Polícia Militar a proceder à fiscalização e realizar todos os atos necessários à implantação do objeto desta LEI.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 25 de novembro de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 054/2013

DECRETO Nº 54, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ILHOTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Ilhota, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

Art. 2º Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei no 12.527, de 2011.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - informação - dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - dados processados - dados submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;

III - documento - unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

IV - informação sigilosa - informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

V - informação pessoal - informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;

VI - tratamento da informação - conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VII - disponibilidade - qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas

autorizados;

VIII - autenticidade - qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

IX - integridade - qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

X - primariedade - qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;

XI - informação atualizada - informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam; e

XII - documento preparatório - documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas.

Art. 4º A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

Parágrafo único. Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

CAPÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

Art. 5º Sujeitam-se ao disposto neste Decreto os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Prefeitura Municipal de Ilhota.

Parágrafo único A divulgação de informações de empresas públicas, sociedade de economia mista e demais entidades controladas pela Prefeitura Municipal de Ilhota que atuem em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no art. 173 da Constituição, estará submetida às normas pertinentes da Comissão de Valores Mobiliários, a fim de assegurar sua competitividade, governança corporativa e, quando houver, os interesses de acionistas minoritários.

Art. 6º O acesso à informação disciplinado neste Decreto não se aplica:

I - às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça; e

II - às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma do §1º do art. 7º da Lei no 12.527, de 2011.

CAPÍTULO III

DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 7º É dever dos órgãos e entidades vinculados direta ou indiretamente à Prefeitura Municipal de Ilhota, promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, observado o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei no 12.527, de 2011.

§ 1º A Prefeitura Municipal de Ilhota e os órgãos e entidades acima mencionados, deverão implementar em seus sítios na Internet seção específica para a divulgação das informações de que trata o caput.

§ 2º Será disponibilizado nos sítios na Internet da Prefeitura Municipal de Ilhota e dos órgãos e entidades, banner na página inicial, que dará acesso à seção específica de que trata o § 1º, e

§ 3º Deverão ser divulgadas, na seção específica de que trata o § 1º, informações sobre:

I - estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;

II - programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando

existentes, indicadores de resultado e impacto;
III - repasses ou transferências de recursos financeiros;
IV - execução orçamentária e financeira detalhada;
V - licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;
VI - remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada, conforme ato do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
VII - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; e
VIII - contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 40 da Lei no 12.527, de 2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.
§ 4º As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.
§ 5º No caso das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pela União que atuem em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no art. 173 da Constituição, aplica-se o disposto no § 1º do art. 5º.
§ 6º A divulgação das informações previstas no § 3º não exclui outras hipóteses de publicação e divulgação de informações previstas na legislação.
Art. 8º Os sítios na Internet dos órgãos e entidades deverão, em cumprimento às normas estabelecidas pela Assessoria de Comunicação, vinculada ao Gabinete do Prefeito, atender aos seguintes requisitos, entre outros:

- I - conter formulário para pedido de acesso à informação;
- II - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- III - possibilitar gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- IV - possibilitar acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- V - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
- VI - garantir autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso;
- VII - indicar instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade; e
- VIII - garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

CAPÍTULO IV

DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Seção I

Do Serviço de Informação ao Cidadão

Art. 9º Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, coordenado pela Assessoria de Comunicação, vinculada ao Gabinete do Prefeito, e que funcionará no seguinte endereço: Rua Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC - CEP: 88.320-000, 1º andar, obedecendo o mesmo horário de expediente da Prefeitura Municipal de Ilhota, sendo: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, e das 7:00 às 13:00 ou o horário que vier a ser estabelecido, quando o Município aderir ao horário de verão, o que será divulgado no site específico.

§ 1º O objetivo específico da criação do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, compreende:

- I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
- III - receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Parágrafo único. Compete ao SIC:

- I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;
- II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico

e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; e

III - o encaminhamento do pedido para o responsável indicado na respectiva Secretaria da área requerida, a fim de que seja providenciado o atendimento, justificativas e tratamento de informações pessoais e sigilosas contidas nas informações e documentos disponibilizados; e

IV - receber a resposta de cada Secretaria, providenciar a devida revisão quanto a seu conteúdo e tratamento de informações pessoais ou sigilosas, e encaminhar resposta ao requerente.

Art. 10. Caso seja formalizado pedido de acesso em qualquer unidade descentralizada em que não houver SIC, o pedido será encaminhado ao SIC da Prefeitura, que comunicará ao requerente o número do protocolo e a data do recebimento do pedido, a partir da qual inicia o prazo de resposta.

Seção II

Do Pedido de Acesso à Informação

Art. 11. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e no SIC dos órgãos e entidades.

§ 2º O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao SIC.

§ 3º É facultado aos órgãos e entidades o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como contato telefônico, correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 12.

§ 4º Na hipótese do § 3º, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 12. O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I - nome do requerente;
- II - número de documento de identificação válido;
- III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I - genéricos;
- II - desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 14. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Seção III

Do Procedimento de Acesso à Informação

Art. 15. Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º Caso não seja possível o acesso imediato, o órgão ou entidade deverá, no prazo de até vinte dias:

- I - enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;
- II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
- III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
- IV - indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha; ou
- V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 1º.

§ 3º Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o órgão ou entidade deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 16. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 17. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o órgão ou entidade deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese do caput o órgão ou entidade desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 18. Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o órgão ou entidade, observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente Guia de Recolhimento ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 1º O custo de reprodução de documentos será estabelecido com base na média dos valores obtidos mediante pesquisa em pelo menos 3 (três) fornecedores do ramo localizados no Município ou região, pesquisa esta que será realizada em periodicidade mínima anual e cujos comprovantes devem ser arquivados pelo SIC, ou com base em valor da cópia constante de contrato de serviços de impressão e reprodução, quando houver, em vigência no âmbito da Prefeitura Municipal de Ilhota.

§ 2º A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente ou da entrega de declaração de pobreza por ele firmada, nos termos da Lei no 7.115, de 1983, ressalvadas hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado dos documentos, a reprodução demande prazo superior.

Art. 19. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará; e

III - possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação, quando for o caso, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará.

§ 1º As razões de negativa de acesso a informação classificada indicarão o fundamento legal da classificação, a autoridade que a classificou e o código de indexação do documento classificado.

§ 2º Os órgãos e entidades disponibilizarão formulário padrão para apresentação de recurso e de pedido de desclassificação.

Art. 20. O acesso a documento preparatório ou informação nele contida, utilizados como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, será assegurado a partir da edição do ato ou decisão.

Seção IV

Dos Recursos

Art. 21. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

§ 1º Desprovido o recurso de que trata o caput, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade máxima do órgão ou entidade, que deverá se manifestar em cinco dias contados do recebimento do recurso.

§ 2º A Comissão poderá determinar que o setor, órgão ou entidade

preste os esclarecimentos necessários para a avaliação do recurso. § 3º Provido o recurso, a Comissão fixará prazo para o cumprimento da decisão pelo setor, órgão ou entidade.

CAPÍTULO V

DAS INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS EM GRAU DE SIGILO

Seção I

Da Classificação de Informações quanto ao Grau e Prazos de Sigilo

Art. 22. São passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

II - pôr em risco a segurança de instituições ou de autoridades nacionais ou estrangeiras; ou

III - comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações de ordem administrativa ou tributária;

Art. 23. A informação em poder dos setores, órgãos e entidades, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada no grau ultrassecreto, secreto ou reservado.

Art. 24. Para a classificação da informação em grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e

II - o prazo máximo de classificação em grau de sigilo ou o evento que defina seu termo final.

Art. 25. Os prazos máximos de classificação são os seguintes:

I - grau ultrassecreto: até vinte e cinco anos;

II - grau secreto: até quinze anos; e

III - grau reservado: até cinco anos.

Parágrafo único. Poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, observados os prazos máximos de classificação.

Art. 26. As informações que puderem colocar em risco a segurança do Prefeito Municipal e Vice-Prefeito em exercício poderão ser classificadas no grau reservado e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

Art. 27. A classificação de informação é de competência:

I - no grau ultrassecreto, do Prefeito e do Vice-Prefeito;

II - no grau secreto e reservado, o Prefeito, o Vice-Prefeito em exercício e os Secretários Municipais, os titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;

§ 1º É vedada a delegação de competência de classificação das informações.

Seção II

Dos Procedimentos para Classificação de Informação

Art. 28. A decisão que classificar a informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada no Termo de Classificação de Informação - TCI, contendo o seguinte:

I - número ou código de classificação de documento;

II - grau de sigilo;

III - categoria na qual se enquadra a informação;

IV - tipo de documento;

V - data da produção do documento;

VI - indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação;

VII - razões da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 24;

VIII - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, observados os limites previstos no art. 25;

IX - data da classificação; e

X - identificação da autoridade que classificou a informação.

§ 1º O TCI seguirá anexo à informação.

§ 2º As informações previstas no inciso VII do caput deverão ser mantidas no mesmo grau de sigilo que a informação classificada.

Art. 29. Na hipótese de documento que contenha informações

classificadas em diferentes graus de sigilo, será atribuído ao documento tratamento do grau de sigilo mais elevado, ficando assegurado o acesso às partes não classificadas por meio de certidão, extrato ou cópia, com ocultação da(s) parte(s) sob sigilo.

Art. 30. Fica instituída Comissão de Avaliação de Informações - CAI, com as seguintes atribuições:

I - opinar sobre a informação produzida para fins de classificação em qualquer grau de sigilo;

II - assessorar a autoridade classificadora quanto à desclassificação, reclassificação ou reavaliação de informação classificada em qualquer grau de sigilo;

III - propor o destino final das informações desclassificadas, indicando os documentos para guarda permanente, observado o disposto na Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e

IV - subsidiar a elaboração do rol anual de informações desclassificadas e documentos classificados em cada grau de sigilo, a ser disponibilizado na Internet.

Seção III

Da Desclassificação e Reavaliação da Informação Classificada em Grau de Sigilo

Art. 31. A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, para desclassificação ou redução do prazo de sigilo.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput, além do disposto no art. 27, deverá ser observado:

I - o prazo máximo de restrição de acesso à informação, previsto no art. 28;

II - a permanência das razões da classificação;

III - a possibilidade de danos ou riscos decorrentes da divulgação ou acesso irrestrito da informação.

Art. 32. O pedido de desclassificação ou de reavaliação da classificação poderá ser apresentado aos órgãos e entidades independente de existir prévio pedido de acesso à informação.

Art. 33. Negado o pedido de desclassificação ou de reavaliação, o requerente poderá apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da negativa, nos termos e instâncias previstas no art. 21, que decidirá no prazo de trinta dias.

Art. 34. A decisão da desclassificação, reclassificação ou redução do prazo de sigilo de informações classificadas deverá constar das capas dos processos, se houver, e de campo apropriado no TCI.

Seção IV

Disposições Gerais

Art. 35. As informações classificadas no grau ultrassecreto ou secreto serão definitivamente preservadas, nos termos da Lei no 8.159, de 1991, observados os procedimentos de restrição de acesso enquanto vigorar o prazo da classificação.

Art. 36. As informações classificadas como documentos de guarda permanente que forem objeto de desclassificação serão encaminhadas ao arquivo permanente, para fins de organização, preservação e acesso.

Art. 37. As informações sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de classificação em qualquer grau de sigilo nem ter seu acesso negado.

Art. 38. Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexo entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

Art. 39. O Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito, os Secretários e dirigentes de autarquias e fundações, adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado, conheça as normas e observe as medidas e procedimentos para disponibilização de informações requeridas, bem como para segurança e tratamento de informações pessoais ou classificadas em grau de sigilo.

Art. 40. O SIC publicará anualmente, até o dia 1º de março, em sítio na internet:

I - rol das informações desclassificadas nos últimos doze meses;
II - rol das informações classificadas em cada grau de sigilo, que deverá conter:

a) código de indexação de documento;

b) categoria na qual se enquadra a informação;

c) indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação; e

d) data da produção, data da classificação e prazo da classificação;

III - relatório estatístico com a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos; e

IV - informações estatísticas agregadas dos requerentes.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades deverão manter em meio físico as informações previstas no caput, para consulta pública em suas sedes.

CAPÍTULO VI

DAS COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES - CAI

Art. 41. A Comissão de avaliação de Informações, será composta de 3 (três) servidores, titulares dos seguintes entes, e como suplente seus substitutos conforme indicados:

I - Assessor de Gabinete, que a presidirá, tendo como suplente o Gabinete do Vice-Prefeito;

II - Controlador Geral do Município, tendo como suplente o Secretário Municipal de Administração;

III - Procurador Geral do Município, tendo como suplente o Assessor Jurídico.

Parágrafo único. A indicação visando a alteração de suplente dar-se-á mediante ato de designação do Presidente da Comissão.

Art. 42. Compete à Comissão de Avaliação de Informações:

I - rever, de ofício ou mediante provocação, a classificação de informação no grau ultrassecreto ou secreto ou sua reavaliação, no máximo a cada quatro anos;

II - requisitar da autoridade que classificar informação no grau ultrassecreto ou secreto esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral, da informação, quando as informações constantes do TCI não forem suficientes para a revisão da classificação;

III - decidir recursos apresentados contra decisão proferida em instância recursal hierarquicamente superior, nos termos do artigo 21.

Parágrafo único. A não deliberação sobre a revisão, de ofício ou mediante provocação, no prazo previsto no inciso I do caput implicará a desclassificação automática das informações.

Art. 43. A Comissão de Avaliação de Informações se reunirá, ordinariamente, uma vez por bimestre, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu Presidente ou para avaliação de recurso impetrado.

Art. 44. As deliberações da Comissão de Avaliação de Informações serão tomadas por maioria simples dos votos.

CAPÍTULO VII

DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS

Art. 45. As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem detidas pelos órgãos e entidades:

I - terão acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e a pessoa a que se referirem, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de cem anos a contar da data de sua produção; e

II - poderão ter sua divulgação ou acesso por terceiros autorizados por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem.

Parágrafo único. Caso o titular das informações pessoais esteja morto ou ausente, os direitos de que trata este artigo assistem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes, conforme o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e na Lei no 9.278, de 10 de maio de 1996.

Art. 46. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Art. 47. O consentimento referido no inciso II do caput do art. 55 não será exigido quando o acesso à informação pessoal for

necessário:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, vedada a identificação da pessoa a que a informação se referir;

III - ao cumprimento de decisão judicial;

IV - à defesa de direitos humanos de terceiros; ou

V - à proteção do interesse público geral e preponderante.

Art. 48. A restrição de acesso a informações pessoais de que trata o art. 45 não poderá ser invocada:

I - com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades, conduzido pelo Poder Público, em que o titular das informações for parte ou interessado; ou

II - quando as informações pessoais não classificadas estiverem contidas em conjuntos de documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância.

Art. 49. O pedido de acesso a informações pessoais observará os procedimentos previstos no Capítulo IV e estará condicionado à comprovação da identidade do requerente.

Parágrafo único. O pedido de acesso a informações pessoais por terceiros deverá ainda estar acompanhado de:

I - comprovação do consentimento expresso de que trata o inciso II do caput do art. 45, por meio de procuração;

II - comprovação das hipóteses previstas no art. 48;

III - demonstração da necessidade do acesso à informação requerida para a defesa dos direitos humanos ou para a proteção do interesse público e geral preponderante.

Art. 50. O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização, sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

§ 1º A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e à destinação que fundamentaram a autorização do acesso, vedada sua utilização de maneira diversa.

§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações pessoais de terceiros será responsabilizado por seu uso indevido, na forma da lei.

Art. 51. Aplica-se, no que couber, a Lei no 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, natural ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de órgãos ou entidades governamentais ou de caráter público.

CAPÍTULO VIII

DAS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

Art. 52. As entidades privadas sem fins lucrativos que receberem recursos públicos para realização de ações de interesse público deverão dar publicidade às seguintes informações:

I - cópia do estatuto social atualizado da entidade;

II - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade; e

III - cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com o Poder Executivo Municipal, respectivos aditivos, e relatórios finais de prestação de contas, na forma da legislação aplicável.

§ 1º As informações de que trata o caput serão divulgadas em sítio na Internet da entidade privada e em quadro de avisos de amplo acesso público em sua sede ou na sede da Prefeitura Municipal.

§ 2º A divulgação em sítio na Internet referida no §1º poderá ser dispensada, por decisão do órgão ou entidade pública, e mediante expressa justificação da entidade, nos casos de entidades privadas sem fins lucrativos que não disponham de meios para realizá-la.

§ 3º As informações de que trata o caput deverão ser publicadas a partir da celebração do convênio, contrato, termo de parceria, acordo, ajuste ou instrumento congênere, serão atualizadas periodicamente e ficarão disponíveis até cento e oitenta dias após a entrega da prestação de contas final.

Art. 53. Os pedidos de informação referentes aos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres previstos no art. 52 cuja resposta seja de competência da Prefeitura Municipal, deverão ser apresentados diretamente aos

órgãos e entidades responsáveis pelo repasse de recursos.

CAPÍTULO IX

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 54. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos deste Decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas como infrações administrativas nos termos do Estatuto do Servidor, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios estabelecidos na referida norma legal.

§ 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis no 1.079, de 10 de abril de 1950, e no 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 55. A pessoa natural ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e praticar conduta prevista no art. 54, estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o Poder Público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a dois anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º A sanção de multa poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput.

§ 2º A multa prevista no inciso II do caput será aplicada sem prejuízo da reparação pelos danos e não poderá ser:

I - inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais) nem superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no caso de pessoa natural; ou

II - inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) nem superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), no caso de entidade privada.

§ 3º A reabilitação referida no inciso V do caput será autorizada somente quando a pessoa natural ou entidade privada efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV do caput.

§ 4º A aplicação da sanção prevista no inciso V do caput é de competência exclusiva da autoridade máxima do Poder Executivo Municipal.

§ 5º O prazo para apresentação de defesa nas hipóteses previstas neste artigo é de dez dias, contado da ciência do ato.

CAPÍTULO X

DO MONITORAMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI



Seção I**Da Autoridade de Monitoramento**

Art. 56. O dirigente máximo de cada Secretaria, órgão ou entidade designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para exercer as seguintes atribuições:

- I - providenciar o atendimento dos pedidos de acesso encaminhados pelo SIC, no que compete aos assuntos da Secretaria;
- II - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei no 12.527, de 2011;
- III - recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implementação deste Decreto;
- IV - orientar as unidades no que se refere ao cumprimento deste Decreto; e

Seção II**Das Competências Relativas ao Monitoramento**

Art. 57. Compete à Assessoria de Gabinete, observadas as competências dos demais órgãos e entidades e as previsões específicas neste Decreto:

- I - definir o formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, que estará à disposição no sítio na Internet e no SIC dos órgãos e entidades, de acordo com o § 1º do art. 11;
- II - promover campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização sobre o direito fundamental de acesso à informação;
- III - promover o treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;
- IV - monitorar a implementação da Lei no 12.527, de 2011, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas no art. 40;
- V - preparar relatório anual com informações referentes à implementação da Lei no 12.527, de 2011, a ser encaminhado à Câmara Municipal;
- VI - avaliar e monitorar a aplicação deste Decreto, especialmente o cumprimento dos prazos e procedimentos; e
- VII - estabelecer orientações normativas de caráter geral a fim de suprir eventuais lacunas na aplicação da Lei no 12.527, de 2011;
- VIII - estabelecer procedimentos, regras e padrões de divulgação de informações ao público, fixando prazo máximo para atualização; e
- IX - detalhar os procedimentos necessários à busca, estruturação e prestação de informações ao público, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO XI**DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

Art. 58. Os setores, órgãos e entidades adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de documentos e informações.

Art. 59. As autoridades indicadas no art. 27 deverão reavaliar as informações classificadas no grau ultrassecreto e secreto no prazo máximo de dois anos, contado do termo inicial de vigência da Lei no 12.527, de 2011.

§ 1º A restrição de acesso a informações, em razão da reavaliação prevista no caput, deverá observar os prazos e condições previstos neste Decreto.

§ 2º Enquanto não transcorrido o prazo de reavaliação previsto no caput, será mantida a classificação da informação, observados os prazos e disposições da legislação precedente.

§ 3º As informações classificadas no grau ultrassecreto e secreto não reavaliadas no prazo previsto no caput serão consideradas, automaticamente, desclassificadas.

Art. 60. Aplica-se subsidiariamente o Estatuto do Servidor aos procedimentos previstos neste Decreto, relativamente à regulação do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 61. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- **ADESÃO AO PGT** – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- **REGIN** – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- **SIMPLES NACIONAL** – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- **ITBI** – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Imbituba

PREFEITURA

Portaria PMI/DGP Nº 683/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 683, de 25 de novembro de 2013.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor LUIZ ROBERTO PACHECO, Técnico em Edificações, inscrito no CPF sob o n.º 520.802.509-49, admitido em 06 de agosto de 1996, contrato n.º 293, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2006 a 2011	02.12.2013 a 01.03.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 25 de novembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 684/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 684, de 25 de novembro de 2013.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARIA APARECIDA CARDOSO, Auxiliar de Enfermagem, inscrita no CPF sob o n.º 888.451.259-04, admitida em 15 de maio de 1998, contrato n.º 313, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	02.01.2014 a 01.04.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 25 de novembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 04/2013 (Seash)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEASH

PROCESSO Nº 17/2013

DISPENSA Nº 04/2013

Objeto: aquisição de máquinas fotográficas digitais, cartão de memória e bolsa para condicionamento das mesmas da SEASH do município de Imbituba.

Empresa: Padilha Produtos Eletrônicos Ltda.

Valor Total: R\$ 1.600,00

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 27 de novembro de 2013.

SELMA ELIAS WESTPHAL

Secretaria Municipal

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 15/2013 (Seash)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEASH

PROCESSO Nº 23/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 09 de dezembro de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de equipamentos para ornamentação do natal 2013 do município de Imbituba.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 27 de novembro de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 16/2013 (Seash)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEASH

PROCESSO Nº 24/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 09 de dezembro de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de brinquedos para o Natal solidário 2013 do município de Imbituba.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 27 de novembro de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Extrato: FMS 2013/26 - A00
ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/26 - A00
Contratada: SANTO ANJO DA GUARDA LTDA
C.N.P.J: 86.431.749/0001-09

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIARIAS URBANAS PARA USO DOS PACIENTES DOS PROGRAMAS DO CAPS I E DAS AGENTES DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (REUNIÃO MENSAIS) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Valor: R\$29.260,00 Prazo: 31/12/2013

Imbituba, 02 de maio de 2013.

ONDE SE LÊ:
Valor: R\$29.260,00

DEVE-SE LER:
Valor: R\$ 73.150,00

Extrato: FMS 2013/58 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/58 A00
Contratada: UNIFORMAXEL INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA
C.N.P.J: 09.553.023/0001-06

Objeto: CAMISETAS PERSONALIZADAS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Valor: R\$ 14.100,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 52/2013 Pregão 35/2013

Imbituba, 18 de novembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

UNIFORMAXEL INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2013/110 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2013/110 A02
Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 30/12/2013.
Fundamento: Processo nº. 86/2013 Carta Convite 07/2013

Imbituba, 01 de novembro de 2013
JOSÉ AFONSO DE CARVALHO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Contratante

ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Representante Legal
Contratada

Ipumirim

PREFEITURA

Retificação dos Extratos das Atas de Reg. de Preços do PL 53, PP 27-Material Escolar.

RETIFICAÇÃO DOS EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 53, PP 27-MATERIAL ESCOLAR.

Diante do equívoco verificado na publicação do referido EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 53, PP 27 - MATERIAL ESCOLAR, do dia 25 de novembro de 2013, página 152, onde lê-se CONTRATO ADMINISTRATIVO PUBLICO Nº 70/2013, lê-se EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 53, PP 27-MATERIAL ESCOLAR, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2013, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 53/2013, segue abaixo a respectiva correção:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO 53/2013

O Município de Ipumirim faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2013, do PROCESSO Nº 53/2013, homologado aos 21 de novembro de 2013, cujo objeto é: aquisição de material escolar e expediente destinado aos alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil para o ano letivo de 2014, de acordo com as descrições anexadas ao Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.53.8803 de 21 de novembro de 2013

FORNECEDOR: EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME, situada na RUA DO COMÉRCIO, Nº 238, município de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 07.894.379/0001-70 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 255.150.431, representado por JANAINA SCHMIDT KRAECKER, CPF: 915.058.109-06.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Caixa com 12 lápis de cor 2 lápis preto 1 borracha	CX	1.000,00	FaberCastel	12,15	12.154,40
2	Régua flexível de 30 cm.	UN	1.000,00	Wallem	2,47	2.470,40
3	Cola escolar, lavável não tóxica de 40g.	UN	1.000,00	Frama	1,09	1.087,00
4	Caneta esferog. azul	UN	1.000,00	Faber Castel	0,99	988,20
10	ALFINETE NIQUELADO CAIXA COM 50G	UN	20,00	Bachi	3,18	63,62
11	PERCEVEJO LATONADOS (CX COM 100 UNIDADES)	CX	50,00	Bachi	2,19	109,38

15	Grampos para grampeador 26/6 acobreados caixas 5000 unidades	CX	50,00	Bachi	5,77	288,35
16	GRAMPOS 9/10 caixa com 5000 unidades	CX	20,00	Bachi	17,40	348,01
17	CD RW 700MB de armazenamento cx com 50 unidades	CX	5,00	Multilaser	94,46	472,30
18	DVD RW 4.7 GB 16x de velocidade cx com 50 unidades	UN	5,00	Multilaser	144,18	720,88
19	Fita adesiva plastica transparente - 25mm X 50 m	RI	50,00	Adellbras	1,69	84,52
20	Fita adesiva plastica transparente - 12mm X 50 m	UN	70,00	AdellBras	1,19	83,52
21	Fita de empacotamento marron Papel crepado 36 mm x 50m	UN	80,00	adelbras	23,96	1.917,03
22	Tesoura de uso geral 213mm, lâmina de aço inoxidável	UN	40,00	CIS	12,83	513,06
23	Estilete reforçado reajustável 18mm	UN	30,00	CIS	5,07	152,13
24	Estilete lâmina Estreita 9mm	UN	50,00	CIS	3,88	193,89
25	Plastico adesivo transparente rolo com 25m x 45cm	RI	6,00	POLIFIX	62,14	372,87
26	FOLHA EVA 40 X 60 CM X 2MM	UN	1.500,00	vmp	1,88	2.823,35
27	Fita de empacotamento marron Papel crepado 45 mm x 50m	UN	80,00	ADELBRAS	24,76	1.980,67
28	PAPEL DUPLEX	UN	400,00	vmp	0,71	285,32
29	PAPEL CARTOLINA DIVERSAS CORES	UN	800,00	aloform	0,43	340,80
30	Papel adesivo 279,4 x 215,9mm formato carta cx/com 25 folhas	CX	6,00	polifix	7,93	47,55
31	Papel A4 vergê 180g caixa com 50 folhas	CX	5,00	filipaper	11,89	59,44
32	Papel A4 diplomata 180g caixa com 50 folhas	CX	5,00	filipaper	13,87	69,35
33	PAPEL CARTÃO DUPLEX 66 x 96cm VÁRIAS CORES	UN	800,00	vmp	1,49	1.188,80
34	Papel Graft natural 80g bobina de 60cm x 165m	UN	5,00	nipel	81,23	406,17
35	Papel Graft natural 80g bobina de 90cm x 50m	UN	5,00	nipel	81,23	406,17
36	PAPEL CREPOM - 0,48 X 2,00 (várias cores)	UN	300,00	vmp	0,06	17,82
37	Papel fotográfico fosco 105g cx c/ 100UN	UN	2,00	rg	29,72	59,44

41	Clips galvanizado caixas com 500g ref. 2/0	CX	40,00	BACHI	15,91	636,36
42	Clips galvanizado caixas com 500g ref. 6/0	CX	40,00	BACHI	14,91	596,59
43	Clips galvanizado caixa com 500 g - ref.8/0	CX	40,00	BACHI	13,92	556,82
44	Papel presente - rolo- largura 60cmx100m	RI	5,00	vmp	46,56	232,80
Valor Total Registrado					31.727,00	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.53.8924 de 21 de novembro de 2013

FORNECEDOR: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, situada na RUA SILVINO CIARINI Nº 530 A, município de CON-CÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 11.499.653/0001-83 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n.256.024.600, representado por KLEBER LUIZ LIBANO, CPF: 848.629.399-53.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
5	Caderno Brochura Caligrafia Horizontal,	UN	400,00	JANDAIA	1,49	594,41
6	Caderno de desenho cartografia grande espiral,	UN	1.000,00	FORONI	3,86	3.864,40
7	Caderno de linha espiral,	UN	2.100,00	FRAMA	4,76	9.987,81
8	Caderno de linha espiral, formato 140X202mm com 48 folhas em	UN	2.600,00	FRAMA	3,77	9.789,78
9	Caderno de linha espiral, formato 200 x 275mm	UN	2.800,00	FRAMA	6,84	19.143,60
12	Pincel atômico 1100P com opções de espessura da escrita de	UN	432,00	PILOT	3,25	1.403,03
13	Marcador quadro Branco VBMA-VBM-M	UN	540,00	PILOT	7,48	4.039,15
14	Cartucho reposição para marcador de quadro Branco	UN	2.640,00	PILOT	2,85	7.535,09
38	Cola escolar branca 01 kg	UN	100,00	FRAMA	9,84	984,20
39	cola bastão 40 gramas	UN	50,00	FRAMA	5,86	292,80
40	Giz de Cera caixa com 12 unidades	CX	50,00	DELTA	1,87	93,50
45	Pincel escolar cabo curto amarelo tradicional, fabricado com	UN	100,00	CONDOR	3,15	314,94
46	Tinta guache 250ml	UN	30,00	ACRILEX	4,04	121,06
47	Pistola de adesivo Hot Melt 40w, bivolt (110 x220 volts)	UN	10,00	GRAMPLI-NE	20,18	201,76
48	Refil de cola quente - grosso- 1,12 cm diametro	UN	200,00	RENDI-COLA	0,79	157,48

49	Estojo de massa para modelar cera 12 cores 180g	UN	10,00	ACRILEX	2,90	29,03
50	Marcador para retro projetor colorido ponta fina 1.00mm	UN	30,00	PILOT	4,23	126,96
Valor Total Registrado					58.679,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.



O Poder Legislativo

Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Itapiranga

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2.878, de 26 de Novembro de 2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.878, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre o não ajuizamento de execução fiscal e a instituição de novas formas de cobrança dos créditos do Município de Itapiranga.

O Prefeito Municipal em exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º Esta Lei regulamenta as atribuições da Procuradoria do Município de Itapiranga que deverá utilizar meios alternativos de cobrança de créditos fiscais, observados os critérios de eficiência administrativa e de custos de administração e cobrança, bem como, o disposto no art. 39º da Lei Complementar nº 25, de 29 de Setembro de 2009 e a legislação federal pertinente, especialmente a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.

Art. 2º Na cobrança de créditos do Município, o Procurador não ajuizará ações quando o valor consolidado de todos os créditos inscritos em dívida ativa de um mesmo contribuinte for considerado inexpressivo ou de cobrança judicial antieconômica às ações de execução fiscal, cuja expressão monetária seja inferior a 1(um) salário mínimo (Lei 14.266/07 SC.).

§ 1º O valor consolidado a que se refere o "caput" deste artigo é o resultante da atualização do respectivo débito originário, mais os encargos e os acréscimos legais ou contratuais vencidos até a data da apuração.

§ 2º Na hipótese de existência de vários débitos de um mesmo devedor, inferiores ao limite fixado no "caput" deste artigo que, consolidados por identificação de inscrição cadastral na Dívida Ativa superarem o referido limite, deverá ser ajuizada uma única execução fiscal.

Art. 3º Fica autorizado o Município a utilizar meios alternativos de cobrança dos créditos, através do protesto extrajudicial da Certidão da Dívida Ativa - CDA - e inscrever o nome do devedor em cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.

Art. 4º As Certidões de Dívida Ativa cuja cobrança já tenha sido ajuizada poderão igualmente ser levadas a protesto.

Art. 5º Ficam canceladas as dívidas abrangidas por esta Lei quando consumada a prescrição, em especial, as constantes no anexo único da presente Lei.

Art. 6º Não serão restituídas, no todo ou em parte, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente à vigência desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor a partir da publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

ITAPIRANGA - SC, 26 de novembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

ANEXO ÚNICO da
LEI MUNICIPAL Nº 2.878, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013

COD.	NOME	ANO	DATA _VCTO	VALOR PARC	VALOR CORR	VALOR _JURO	VALOR _MULTA	VALOR _TOTAL	DIVIDA	RECEITA
91	ARLINDO BECKER	1998	30/03/1998	46,88	79,29	235,93	2,52	364,62	11	IPTU
318	ROQUE PREIS	1998	30/03/1998	48,77	82,49	245,45	2,62	379,33	30	IPTU
473	JOAO ALCINDO BLASS	1999	26/02/1999	42,25	70,58	198,58	2,25	313,66	514	IPTU
473	JOAO ALCINDO BLASS	2000	15/02/2000	51,31	80,4	217,32	2,63	351,66	826	IPTU
1162	TEREJO J. MAVSZAK	2000	23/10/2000	71,86	112,6	287,75	3,68	475,89	1439	FUNDA
1225	GUIDO SCHMITZ	2002	08/03/2002	33,34	46,84	112,25	1,6	194,03	2021	IPTU
1225	GUIDO SCHMITZ	2003	15/01/2003	38,87	43,86	107,54	1,64	191,91	2338	IPTU
3192	NAIRA LAVISCH GIACOMINI	2007	10/03/2007	9,5	4,55	11,24	0,28	25,57	4233	ISS
3192	NAIRA LAVISCH GIACOMINI	2008	10/03/2008	10,24	3,81	9,55	0,28	23,88	4618	ISS
3259	LAUDIR LUIS DALELASTRE ME	1998	10/03/1998	56,72	95,94	287	3,05	442,71	3259	TLL
3336	CASA DE CARNES BOM GOSTO LTDA	1998	10/03/1998	56,72	95,94	287	3,05	442,71	147	TLL
3388	MARCIA G. EYNG ME	1999	30/04/1999	60,77	101,52	282,38	3,24	447,91	355	TLL
3443	PAULO M. GIEHL ME.	1998	10/03/1998	56,72	95,94	287	3,05	442,71	167	TLL
3507	NG PRODUCOES ART. LTDA.ME	1999	30/04/1999	60,77	101,52	282,38	3,24	447,91	368	TLL
3565	MARCOLINO DINIZ ME.	1998	10/03/1998	56,72	95,94	287	3,05	442,71	191	TLL
3576	L.R.J. PROJETOS E CONSTRUÇO-ES LTDA.	1998	10/03/1998	56,72	95,94	287	3,05	442,71	195	TLL
3582	REINILDE SCHWERTNER ME.	1998	10/03/1998	56,72	95,94	287	3,05	442,71	197	TLL
3612	ELEMAR ROHR - ME	1998	10/03/1998	56,72	95,94	287	3,05	442,71	206	TLL
3648	LAVA□ÇO TJ LTDA - ME	1998	10/03/1998	51,99	87,94	263,06	2,79	405,78	217	TLL
10224	SERGIO LUIZ GRIEBELER	2002	10/05/2002	16,01	22,49	53,13	0,77	92,4	1966	IPTU
10224	SERGIO LUIZ GRIEBELER	2003	15/06/2003	5,29	5,96	14,04	0,21	25,5	2387	IPTU
10224	SERGIO LUIZ GRIEBELER	2005	15/03/2005	43,5	24,07	70,26	1,34	139,17	3443	IPTU
10224	SERGIO LUIZ GRIEBELER	2007	15/03/2007	79,99	38,28	94,61	2,35	215,23	4048	IPTU
11231	ZELI BUSS SOETHE	2000	10/03/2000	66,2	103,73	278,68	3,39	452	1153	ISS
11516	CLAUDIOMIRO CHAVES DOS SANTOS	2007	11/06/2007	65,88	31,53	75	1,94	174,35	4323	ISS
11516	CLAUDIOMIRO CHAVES DOS SANTOS	2008	10/03/2008	110,57	41,15	103,16	3,03	257,91	4665	ISS
12158	ARLINDO COSTA FAGUNDES	2000	27/11/2000	56,98	89,28	226,7	2,92	375,88	1494	FUNDA
12345	JOAO CARLOS DA SILVA	2007	15/03/2007	156,3	74,8	184,86	4,61	420,57	4144	IPTU
13290	ROSIMAR DE SOUZA MOREIRA BAIERLE	2008	15/07/2008	32	11,91	28,09	0,87	72,87	4516	IPTU
13350	MARINES APARECIDA CORREA HENN	2006	10/04/2006	136,04	72,8	190,03	4,17	403,04	3649	IPTU
13806	REINALDO EIDT	2000	10/10/2000	77,19	120,95	311,07	3,96	513,17	1401	FUNDA
13851	ADAO ROQUE THOME	2000	01/11/2000	54,21	84,94	217,07	2,78	359	1464	FUNDA
14015	ANDRE KUHN	2008	15/03/2008	69,83	25,98	65,14	1,91	162,86	4486	IPTU
14124	EDITORA JORNALISTICA FAC LTDA ME	2006	10/05/2006	156,66	83,84	216,45	4,81	461,76	3950	TLL
14213	REGIS WELTER ME	2006	10/05/2006	22,44	12,01	31	0,68	66,13	3955	TLL
14213	REGIS WELTER ME	2008	10/04/2008	175,27	65,23	161,13	4,81	406,44	4724	TLL
14323	CARLITO S. MACHADO***	1994	06/12/1994	20	45,46	148,59	1,3	215,35	3084	FUNDA
14354	GUIDO FURTADO***	1999	10/05/1999	55,85	93,3	259,52	2,98	411,65	3112	FUNDA
14363	IVO KONZEN ***	1994	06/12/1994	50	113,66	371,5	3,27	538,43	3220	FUNDA
14377	JERONIMO SKRYPCZAK***	1997	13/12/1997	24,83	43,76	131	1,37	200,96	3134	FUNDA
14467	EMPRESA JORNALÍSTICA C & ZILLES LTDA	2007	10/08/2007	67,77	32,43	75,15	2	177,35	4325	TLL
14467	EMPRESA JORNALÍSTICA C & ZILLES LTDA	2008	10/04/2008	175,27	65,23	161,13	4,81	406,44	4727	TLL
14512	ALEXANDRE ILHA MOREIRA	2006	28/04/2006	220,35	117,93	304,45	6,76	649,49	3848	ISS
14639	BRASIL SUL SERVIÇOS SEGU-RANÇA LTDA	2008	10/04/2008	155,8	57,98	143,23	4,27	361,28	4715	TLL
16968	OSMAR ALVES DA SILVA	2000	15/02/2000	49,28	77,22	208,72	2,53	337,75	978	IPTU
TOTAL	3067,1	3042,9	8386,14	121,96	14618,1					

Decreto Nº 223, de 22 de Novembro de 2013

DECRETO Nº 223, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga, exercício de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.803, de 4 de dezembro de 2012:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga, exercício de 2013, na seguinte dotação orçamentária:

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0042.2018 - Manut. das Atividades da Assistência Social Geral
33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
R\$ 11.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação objeto do artigo 1º a anulação total ou parcial das seguintes dotações:

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0042.2018 - Manut. das Atividades da Assistência Social Geral
31.90.00.00.00.00.00.0114 - Aplicações Diretas
R\$ 11.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 22 de novembro de 2013.
INÁCIO OSWALD
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER
Secretario Municipal de Administração.

Decreto Nº 224, de 26 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº 224, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

Cancela prova do Teste Seletivo nº 02/2013, conforme especifica.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e

considerando a não conformidade das provas relativas ao Processo Seletivo anteriormente mencionado com o Edital nº 02/2013;

considerando que a manutenção das provas poderia acarretar prejuízos aos candidatos do Processo Seletivo;

considerando que o erro detectado foi exclusivamente da Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense - AMEOSC e esta responsabilizou-se em aplicar novo certame, sem qualquer ônus ao Município;

DECRETA:

Art. 1º Ficam canceladas as provas relativas ao Processo Seletivo nº 02/2013, de 9 de outubro de 2013.

Art. 2º Fica instituída nova data para a realização das provas objetivas relativas ao Processo Seletivo 02/2013, para o dia 7 de dezembro de 2013, das 8h30min às 11h00min, na Escola Municipal Funei, sita à Rua da Matriz, na cidade de Itapiranga SC.

Art. 3º Os candidatos que queiram desligar-se do Processo Seletivo, poderão protocolar o pedido de restituição da taxa de inscrição diretamente na Prefeitura Municipal de Itapiranga, no mesmo local em que efetuou a inscrição, até a data de 4 de dezembro de 2013, no horário de expediente.

Art. 4º Fica instituído novo cronograma em substituição ao do Edital de Processo Seletivo 02/2013, conforme a seguir:

CRONOGRAMA	DATA	HORÁRIO
Recebimento de pedidos de devolução de taxas de inscrição	26/11/2013 a 04/12/2013	Durante o horário de expediente da Prefeitura Municipal
Resultado da homologação das inscrições	05/12/2013	A partir das 16 hrs.
Prova Escrita/Objetiva	07/12/2013	08:30 as 11:00 hrs.
Divulgação do Gabarito Preliminar	09/12/2013	A partir das 14 hrs.
Identificação dos Candidatos em Ato Público	11/12/2013	A partir das 10 hrs.
Divulgação do Resultado de Classificação (antes dos recursos)	12/12/2013	A partir das 16 hrs.
Resultado dos Recursos*	17/12/2013	A partir das 16 hrs.
Divulgação do Gabarito Oficial	18/12/2013	A partir das 14 hrs.
Divulgação do Resultado Final	20/12/2013	A partir das 16 hrs.

Parágrafo único. As respostas dos recursos estarão disponíveis para retirada na prefeitura ou na sede da Ameosc.

Art. 5º - As demais disposições previstas no Edital de Processo Seletivo n. 02/2013 permanecem inalteradas.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 26 de novembro de 2013.
INÁCIO OSWALD
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER
Secretario Municipal de Administração.

Extrato Contratos Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 130/2013

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 82/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Serv. de Apoio as Micro e Pequenas Empresas SEBRAE/SC.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 106/2013

OBJETO: Conforme comum acordo entre as partes, supressão de valores e readequação de horas de trabalho.

VALOR: R\$ 12.180,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 11 de novembro de 2013.
INÁCIO OSWALD
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho - ASTRA Ltda.

OBJETO: Contratação dos serviços p/ elaboração de PPRA, PCMSO,

LTCAT, com levantamento Ambiental no local de trabalho p/ enquadramento nas normas de Segurança.

VALOR: R\$ 5.700,00

VIGÊNCIA: 30 de abril de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de novembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 132/2013

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 55/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Ampla Assessoria e Planejamento Ltda

ORIGEM: Tomada de Preços nº 55/2013

OBJETO: Conforme solicitação com justificativa por escrito pela empresa, foi aditado o prazo de vigência do contrato.

VIGÊNCIA: 30 de junho de 2014.

Itapiranga - SC., 18 de novembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 133/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Jian Carlos Kepler

ORIGEM: Concorrência Pública nº 155/2013

OBJETO: Concessão de uso de espaço para exploração de atividade de Lanchonete na área de Lazer da Barra do Macaco.

VALOR: R\$ 170,00 mensais

VIGÊNCIA: 25 de novembro de 2018.

Itapiranga - SC., 25 de novembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato Atas de Registro de Preços - Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS - SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2013.

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Dimaster - Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 38/2012.

OBJETO: Conforme o item 3.2 da Ata, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93, foi convocado o acréscimo de 25% nos itens de nº 187, 284, 290 e 291, medicamentos p/ farmácia Básica.

VALOR: R\$ 3.686,25

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 06 de novembro de 2013.

LUIS CARLOS STEFFENON

Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2013.

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Casa Cirúrgica Chapecó Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 39/2013.

OBJETO: Aquisição de materiais destinados para os ambulatórios das unidades básicas de saúde do município.

VALOR: R\$ 1.920,00

VIGÊNCIA: 24 de outubro de 2014.

Itapiranga - SC., 14 de novembro de 2013.

LUIS CARLOS STEFFENON

Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2013.

4º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Cooper A1 - Posto de Combustíveis

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 37/2012.

OBJETO: Conforme o item 3.2 da Ata, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93, foi convocado o acréscimo de 25% no item de nº 01 Gasolina Comum.

VALOR: R\$ 9.150,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 18 de novembro de 2013.

LUIS CARLOS STEFFENON

Administrador do FMS

Extratos Atas de Registro de Preços - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2013.

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2013.

PARTES: Município de Itapiranga e Auto Mecânica Sirimar Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 184/2012.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e de acordo com a cláusula 3ª da Ata original, e ainda em conformidade com o item 14.5. do edital, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços fica ajustado o preço do item 26, Oleio Lubrificante.

VALOR: R\$ 1.205,35

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 06 de novembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 258/2013.

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2013.

PARTES: Município de Itapiranga e Rogério Luis Delavy - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 05/2013.

OBJETO: Conforme o item 3.2 da Ata e cláusula 17.2 do Edital, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93, foi convocado o acréscimo de 25% nos itens de nº 07 e 10, serviços de caminhão caçamba e escavadeira hidráulica.

VALOR: R\$ 8.775,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 06 de novembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 259/2013.

3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2012.

PARTES: Município de Itapiranga e Abastecedora Líder Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 155/2012.

OBJETO: Conforme o item 3.2 da Ata e cláusula 17.2 do Edital , o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93, foi convocado o acréscimo de 25% nos itens de nº 03, Óleo Diesel S50.

VALOR: R\$ 6.080,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 18 de novembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 260/2013.

3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2013.

PARTES: Município de Itapiranga e Herta A. Vogt - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 76/2013.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e de acordo com a cláusula 3ª da Ata original, e ainda em conformidade com o item 14.5. do edital, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços fica ajustado o preço do item 07, Erva Mate.

VALOR: R\$ 888,00

VIGÊNCIA: 14 de abril de 2014.

Itapiranga - SC., 21 de novembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/2013.

PARTES: Município de Itapiranga e Potencia Som e Informática Ltda ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 161/2013.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos, Móveis e outros materiais, destinados para as corporações da Polícia Militar, Civil e Corpo de Bombeiros do Município.

VALOR: R\$ 5.611,00

VIGÊNCIA: 25 de novembro de 2014.

Itapiranga - SC., 25 de novembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2013.

PARTES: Município de Itapiranga e Telecopy Equipamentos Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 161/2013.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos, Móveis e outros materiais, destinados para as corporações da Polícia Militar, Civil e Corpo de Bombeiros do Município.

VALOR: R\$ 1.366,00

VIGÊNCIA: 25 de novembro de 2014.

Itapiranga - SC., 25 de novembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 263/2013.

PARTES: Município de Itapiranga e JP Equipamentos Ltda ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 161/2013.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos, Móveis e outros materiais, destinados para as corporações da Polícia Militar, Civil e Corpo de Bombeiros do Município.

VALOR: R\$ 5.703,00

VIGÊNCIA: 25 de novembro de 2014.

Itapiranga - SC., 25 de novembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício.

Itapoá

PREFEITURA

Errata ao Convite Nº 20/2013

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA AO CONVITE Nº 20/2013

PROCESSO Nº 128/2013

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS

DATA: 09 de dezembro de 2013. HORÁRIO: 09h30min (abertura)

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para aquisição e instalação de sistema semafórico, no entroncamento da Av. André Rodrigues de Freitas com a Rua do Príncipe, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se fará realizar na data e horário, faz as seguintes considerações ao edital:

AONDE LÊ-SE

Recebimento no setor de protocolo da tributação impreterivelmente até: 09h:00min - Abertura 09h30min.

PASSA A VIGORAR:

Recebimento no setor de protocolo da tributação impreterivelmente até: 10h:00min - Abertura 10h30min (sessão pública).

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 26 de novembro de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

Decreto Nº. 107 de 13 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº. 107 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 661 de 19 de dezembro de 2012.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social vigente, com o valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), a saber:

ORGÃO: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATIVIDADE: 2.026 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: (03) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
TOTAL R\$ 2.000,00

Art. 2º- Para suplementar a dotação acima anula-se a dotação abaixo especificada no mesmo valor.

ORGÃO: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATIVIDADE: 2.026 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: (02) - 3.3.50.00.00.00.0080 - Transf. a Inst. Priv. sem fins
R\$ 2.000,00
TOTAL R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 13 de novembro de 2013.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Decreto Nº. 108 de 13 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº. 108 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 661 de 19 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado abaixo especificada do orçamento vigente, com o valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), a saber:

ORGÃO: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE: 2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação: (10) - 3.3.90.00.00.00.0696 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
TOTAL R\$ 35.000,00

Art. 2º- Para suplementar a dotação acima anula-se a dotação abaixo especificada no mesmo valor.

ORGÃO: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE: 2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: (05) - 3.1.90.00.00.00.0696 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
TOTAL R\$ 35.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 13 de novembro de 2013.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Decreto Nº. 109 de 13 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº. 109 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº. 661 de 19 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo especificadas do orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, com o valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), a saber:

ORGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito
UNIDADE: 01 - Gabinete do Prefeito
ATIVIDADE: 2.003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias
Modalidade de Aplicação: (04) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

ORGÃO: 03 - SECRETARIA DA ADM., PLANEJ. E FINANÇAS
UNIDADE: 01 - DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO
ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento
Modalidade de Aplicação: (12) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00
TOTAL GERAL R\$ 40.000,00

Art. 2º- Para suplementar as dotações acima anulam-se as dotações abaixo especificadas nos mesmos valores.

ORGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito
UNIDADE: 01 - Gabinete do Prefeito
ATIVIDADE: 2.003 - Manutenção do Gabinete, Vice e Assessorias
Modalidade de Aplicação: (02) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

ORGÃO: 03 - SECRETARIA DA ADM., PLANEJ. E FINANÇAS
UNIDADE: 01 - DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO
ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento
Modalidade de Aplicação: (9) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

TOTAL GERAL R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 13 de novembro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Decreto Nº. 110 de 13 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº. 110 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº. 661 de 19 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento vigente, com o valor de R\$ 900,00 (Novecentos reais), a saber:

ORGÃO: 08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

UNIDADE: 01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

ATIVIDADE: 2.063 - Manutenção dos Encargos Gerais

Modalidade de Aplicação: (107) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 900,00

TOTAL R\$ 900,00

Art. 2º- Para suplementar a dotação acima anula-se as dotação abaixo especificada no mesmo valor.

ORGÃO: 08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

UNIDADE: 01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

ATIVIDADE: 2.063 - Manutenção dos Encargos Gerais

Modalidade de Aplicação: (108) - 3.2.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 900,00

TOTAL R\$ 900,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 13 de novembro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Decreto Nº. 111 de 13 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº. 111 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº. 661 de 19 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado abaixo especificada do orçamento vigente, com o valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), a saber:

ORGÃO: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

ATIVIDADE: 2.021 - Manutenção do PSF/PACS

Modalidade de Aplicação: (12) - 3.1.70.00.00.00.0102 - Transf. a Cons. Públicos R\$ 55.000,00

TOTAL R\$ 55.000,00

Art. 2º- Para suplementar a dotação acima anula-se a dotação abaixo especificada no mesmo valor.

ORGÃO: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

ATIVIDADE: 2.021 - Manutenção do PSF/PACS

Modalidade de Aplicação: (13) - 3.1.70.00.00.00.0102 - Transf. a Cons. Públicos R\$ 55.000,00

TOTAL R\$ 55.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 13 de novembro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Decreto Nº. 112 de 13 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº. 112 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, inciso Iº, da Lei nº. 661 de 19 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminado, por conta do provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), como segue:

ORGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

ATIVIDADE: 2.010 - Manutenção do Transporte Escolar

Modalidade de Aplicação: (42) - 3.3.90.00.00.00.0103 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Araranguá - Transporte Escolar Estadual (vinculação 1.0103 - Convênio Transporte Escolar) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 53.073-5, Agência 2.192-X do Banco do Brasil.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 13 de novembro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba

PREFEITURA

Aviso de Homologação PL 111/2013/PMJ - TP 20/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 111/2013/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 111/2013/PMJ, Modalidade: TP 20/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de um barracão metálico para reciclagem, com área de 195,77 m², às margens da BR 282, Bairro Clara Adélia, neste Município.

EMPRESA VENCEDORA: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 119.744,06 (cento e dezenove mil, setecentos e quarenta e quatro reais e seis centavos), sendo:

- R\$ 82.145,89 (oitenta e dois mil, cento e quarenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), correspondente ao material e meio mecânico e

- R\$ 37.598,17 (trinta e sete mil, quinhentos e noventa e oito reais e dezessete centavos), correspondente aos serviços.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 22 de outubro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Aviso de Sessão CC 7/2013/PMJ - PL 106/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE SESSÃO PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 106/2013/PMJ - CC 7/2013/PMJ

O município de Joaçaba torna público que, referente ao Processo Licitatório 106/2013/PMJ - CC 7/2013/PMJ, cujo objeto é a "permissão para o exercício do comércio ambulante contínuo de alimentos, em logradouros públicos no Município de Joaçaba", considerando que todos os proponentes participantes renunciaram ao direito de interpor recurso quanto à fase de análise e julgamento da habilitação, FICA MARCADA PARA QUINTA-FEIRA - 27/11/2013, ÀS 17 HORAS, NA SALA DO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE JOAÇABA, A SESSÃO PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DOS PROPONENTES. Informações poderão ser obtidas no site do Município (www.joacaba.sc.gov.br), link "Licitações", no Mural Público do Município, no Setor de Compras e Licitações, sito à Avenida XV de Novembro, 378 - Centro - Joaçaba e pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Aditivo 106/2013/PMJ TA 01

CONTRATO Nº 106/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o número 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa GRUBER IND. DE ESQUADRIAS E COM. DE VIDROS LTDA, com sede administrativa na Av Barão Rio Branco, 29 subsolo, centro, na cidade de Joaçaba SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.753/0001-98, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. EDUARDO GRUBER portador da Carteira de Identidade nº 11/R 3.157.988 e CPF nº 004.527.979-93, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 106/2013/PMJ, firmado em 21/08/2013, proveniente do PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2013/PMJ - EDITAL TP Nº 15/2013/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma da cobertura do prédio sede da Prefeitura do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

Diante da prorrogação da vigência constante na cláusula segunda deste Termo, o subitem 1.2.2 do contrato original passa a ter a seguinte redação:

1.2.2. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço Inicial (21/08/2013) e executar completamente o objeto no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias contados da mesma data.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 19 de janeiro de 2014, em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 20 de novembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - CONTRATANTE

GRUBER IND. DE ESQUADRIAS E COM. DE VIDROS LTDA - CONTRATADA
EDUARDO GRUBER

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Aditivo 74/2013/PMJ TA 01
CONTRATO Nº 74/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO e os Senhores ADEMAR SEBASTIÃO JACOMEL, brasileiro, viúvo, corretor de imóveis, inscrito no CPF sob nº 220.460.469-00 e RG nº 382512/SSPSC, residente e domiciliado na Rua Joinville, nº 1, centro, Herval d'Oeste (SC), e JAKO JOÃO JACOMEL, brasileiro, solteiro, corretor de imóveis, inscrito no CPF sob nº 004.685.489-47 e RG nº 3.157.627/SSPSC, residente e domiciliado na Rua Joinville, nº 330, Vila Rica, Herval d'Oeste, SC, a seguir denominados simplesmente LOCADORES, por este instrumento particular, celebram de comum acordo, TERMO ADITIVO ao contrato nº 74/2013/PMJ, firmado em 01/07/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 72/2013/PMJ - Dispensa de Licitação nº 5/2013/PMJ, cujo objeto é a locação de imóvel para fins não residenciais, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO e a CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Tendo em vista a adequação da finalidade de utilização do imóvel locado, objetivando oferecer melhores condições de estrutura física e ampliar o número de vagas de atendimento à pré-escola na rede municipal de ensino, o objeto do contrato passa a ter a seguinte redação:

1.1. Este contrato tem por objeto a locação de um imóvel, localizado na Rua Tiradentes, nº 239, centro, da cidade de Joaçaba (SC), destinado à instalação e desenvolvimento das atividades da pré-escola do Centro Educacional Roberto Trompowski - CERTINHO.

CLÁUSULA SEGUNDA
CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO

4.1. Considerando a adequação do objeto contratual constante na cláusula primeira deste Termo, as despesas provenientes da execução do contrato passarão a correr por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

2.048 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), em 25 de novembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
LOCATÁRIO

ADEMAR SEBASTIÃO JACOMEL JAKO JOÃO JACOMEL
LOCADOR LOCADOR

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Extrato Contrato 126/2013/PMJ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2013/PMJ
PL 104/2013/PMJ - TP 18/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATADA: SOTEPA SOCIEDADE TECNICA DE ESTUDOS, PROJETOS E ASSESSORIA LTDA.

OBJETO: a elaboração pela CONTRATADA, de Projeto de Engenharia Rodoviária de vias laterais à BR - 282, entre o km 386,60 e o km 390,6, com extensão aproximada de 8,0km de vias laterais.
VALOR CONTRATADO: 356.153,26 (trezentos e cinquenta e seis mil, cento e cinquenta e tres reais e vinte e seis centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS
123 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas
VIGÊNCIA: vigência de 120 (cento e vinte) dias, com início contado a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial.

DATA DE ASSINATURA: 22/11/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Contrato 127/2013/PMJ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2013/PMJ
PL 103/2013/PMJ - TP 17/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATADA: SOTEPA SOCIEDADE TECNICA DE ESTUDOS, PROJETOS E ASSESSORIA LTDA.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de um prédio institucional em alvenaria, com 01 (um) pavimento, medindo 165,30 m², destinado ao Centro de Referência de Assistência Social, na Rua Antonio Gonzaga, Bairro Cruzeiro do Sul, neste Município.

VALOR CONTRATADO: R\$ 289.099,51 (duzentos e oitenta e nove mil, noventa e nove reais e cinquenta e um centavos), sendo:

1.069 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

255 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0053.000054 - Aplicações Diretas

256 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000 - Aplicações Diretas.

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contados da data de recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, na forma da lei.

DATA DE ASSINATURA: 25/11/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Conselho Municipal de Contribuintes, Pauta da Sessão Nº 69/2013

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PAUTA DA SESSÃO Nº 69/2013

O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, nomeado pelo Decreto nº 4.043 de 16 de abril de 2012, alterado pelos Decretos nº 4.099 de 03 de julho de 2012, nº 4.276 de 21 de março de 2013, e nº 4.396 de 13 de setembro de 2013, torna público que de acordo com o artigo 10 de seu Regimento Interno, realizará Sessão Ordinária no dia 02 de dezembro de 2013, segunda-feira, com início às 08h30min, nas dependências da Sala de Reuniões da Prefeitura de Joaçaba (SC), a fim de deliberar dos seguintes assuntos:

1. Leitura, discussão e aprovação da Ata de nº 85 de 11 de novembro de 2013;
2. Leitura, discussão e votação do Processo nº 131.072/2013 em nome de APPROVATOLEDOS CURSOS PREPARATÓRIOS LTDA ME, conforme relatório do Conselheiro RICARDO ALTENBURGER;
3. Leitura, discussão e votação do Processo nº 131.703/2013 em nome de APPROVATOLEDOS CURSOS PREPARATÓRIOS LTDA ME, conforme relatório do Conselheiro TIAGO DUPONT GIUMBELLI;
4. Leitura, discussão e votação do Processo nº 131.704/2013 em nome de APPROVATOLEDOS CURSOS PREPARATÓRIOS LTDA ME, conforme relatório da Conselheira ROSÂNGELA PELICIELLI;
5. Encerramento da Sessão e convocação da seguinte.

Joaçaba (SC), em 21 de novembro de 2013.

GRACIELA GLASENAPP

Secretária do CMC

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Termo de Homologação TP 17/2013/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA	TOMADA DE PREÇO Nr.: 17/2013 - TP
CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 103/2013 Processo de Licitação: 103/2013 Data do Processo: 24/09/2013
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 103/2013
b) Licitação Nr.: 17/2013-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 25/11/2013
e) Data da Adjudicação: 25/11/2013 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PRÉDIO INSTITUCIONAL EM ALVENARIA, COM 01 (UM) PAVIMENTO, MEDINDO 165,30 M², DESTINADO AO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA RUA ANTONIO GONZAGA, BAIRRO CRUZEIRO DO SUL, NESTE MUNICÍPIO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Desccto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	-------------	----------------	---------------

CONSTRUCOES HERVAL LTDA (10680)

1 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PRÉDIO INSTITUCIONAL EM ALVENARIA, COM 01 (UM) PAVIMENTO, MEDINDO 165,30 M², DESTINADO AO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA RUA ANTONIO GONZAGA, BAIRRO CRUZEIRO DO SUL, NESTE MUNICÍPIO - CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO ESTIMATIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	VB	1	-	289.099,51	289.099,51
--	----	---	---	------------	------------

Total do Fornecedor: 289.099,51

Total Geral: 289.099,51

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.069.4.4.90.00.00.00.00.00 (255), 1.069.4.4.90.00.00.00.00.00 (256)

Joaçaba, 25 de Novembro de 2013.

RAFAEL LASKE - PREFEITO

SIMAE**Ordem de Serviço 016/2013 - SIMAE**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 016/2013

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA a iniciar os serviços referentes a Execução de serviços de implantação de Rede Coletora de Esgoto, ligações domiciliares, Estação elevatória e Emissário de recalque na Rua Ernesto Schunning em Joaçaba, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0039/2013, Tomada de Preços JHL 0005/2013, Protocolo JHL 2057/2013, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0083/2013 de 06 de setembro de 2013.

O valor Global dos serviços e materiais contratados é de R\$ 86.608,46 (Oitenta e seis mil, seiscentos e oito reais e quarenta e seis centavos), com prazo de execução de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 26 de Novembro de 2013.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA
Engº Responsável: Jucenei Silva de Andrade - Engenheiro Civil
CPF- 461.629.179-91
CREA- 22041-6

RECEBI EM ____/____/____

Pregão Presencial JHL 0050/2013 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0068/2013
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0050/2013
PROTOCOLO JHL 3306/2013

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0050/2013 - Licitação 0068/2013, TIPO MENOR PREÇO, que trata de:

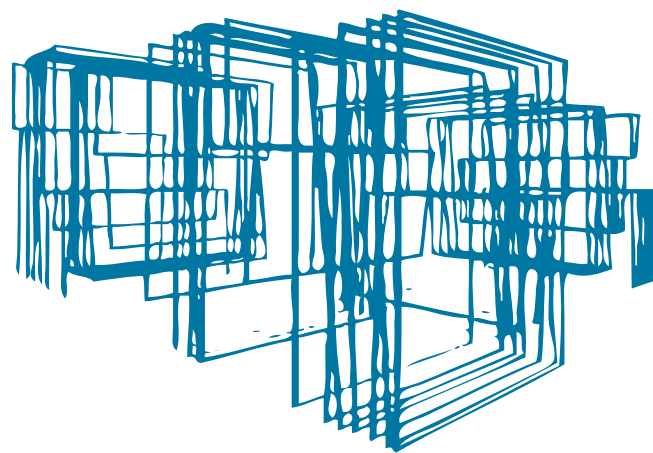
Objeto: Aquisição de Quadro de Comando de Motores QCM para acionar e proteger motores 15CV 22 Amperes da Elevatória de Água Tratada denominada EAT-005 em Joaçaba/SC de propriedade do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 09/12/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 09/12/2013 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 27/11/2013 a 09/12/2013.

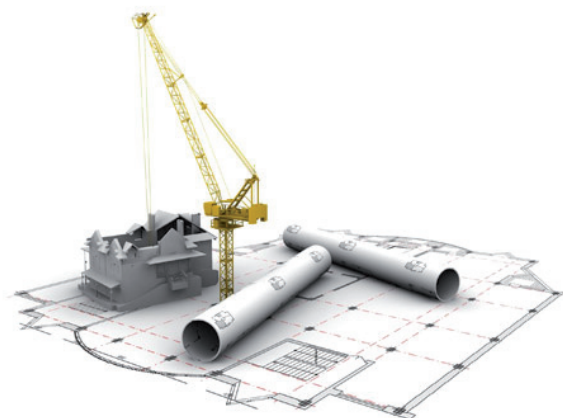
Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 27 DE NOVEMBRO DE 2013
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Editais de Homologação das Inscrições**SIMAE**
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
 AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC
CONCURSO PÚBLICO SIMAE/JHL/001/2013**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna, SC, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Item IV. 4.1, do Edital do Concurso Público SIMAE/JHL/001/2013, torna público que os candidatos abaixo relacionados, por ordem de inscrição, tiveram suas inscrições homologadas e, portanto, **estão aptos a participar da Prova Escrita a ser realizada dia 30/11/2013 (sábado), às 14 horas (quatorze horas), no CERT – Centro Educacional Roberto Trompowsky**, localizada na **Avenida Santa Terezinha nº 49, em Joaçaba-SC**, para preenchimento de vagas aos cargos de Operador de ETA, Operador de sistemas de Abastecimento de Água, Operador de Máquinas e de Auxiliar Administrativo (CR).

- Os candidatos deverão estar no local com antecedência mínima de trinta (30) minutos em relação ao início das provas, portando caneta preta ou azul transparente, conforme Edital.
- Para entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar documentos de identificação válidos e com foto, conforme Edital.

OPERADOR DE ETA (06 INSCRIÇÕES)

Inscrição	Nome do Candidato
006	Washington Luiz Rui Provenssi Papini
020	Darci Corrêa de Quadros
067	Maurício Prates dos Santos
075	Osmar de Souza Cezar
079	Claudia Michele Trevisol
089	André Furtado

OPERADOR DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (01 INSCRIÇÃO)

Inscrição	Nome do Candidato
059	Daniel Tombini da Silveira

OPERADOR DE MÁQUINA (10 INSCRIÇÕES)

Inscrição	Nome do Candidato
001	Acasir Dutra
008	Jairo Camilo Alberti
012	Fernando da Silva
037	Ivan Pastori
044	Leandro Sartori
054	Diego Zampieri
078	Edson Luciano Machado
088	Nilson Araújo
092	Marcelo Luiz Bott
106	Emiliano Lopes

AUXILIAR ADMINISTRATIVO (103 INSCRIÇÕES)

Inscrição	Nome do Candidato
002	Simone Fattori
003	Cristina Meneghini
004	Francieli Grisa
005	Michele da Silva

Rua Tiradentes 123 - Cx. Postal 433 - CEP 89600-000 - Joaçaba SC. - Fone/Fax: (49) 35518200 - Fax: (49) 35518213 - www.simae.sc.gov.br
 CNPJ 84.591.890/0001-43



SIMAE



SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

007	Gilseia Cirino dos Santos Bortolini
009	Ticiane Soria Dias
010	Fernanda Dutra
011	Helio Pereira de Moraes
013	Viviane Andressa Chagas
014	Elaine Aparecida Mallmann
015	Vinícius Martins da Silva
016	Rosane Bonatto Dembinski Schumann
017	Webert dos Reis Dias
018	Angela Aparecida Gatelli
019	Danuza Ramos
021	Camila Antunes de Lima
022	Flávia Mara Sbisigo
023	Daniela Fattori
024	Elizângella de Castro Mota
025	Nayara Thaiz Luvison
026	Leideli Xavier Bragherolli
027	Daiane Sartori
028	Carina Daiana Recalcatti
029	Heidi Mara Dalposso
030	Ricardo Luis Zorzi
031	Cristiane Caroline Haro
032	Francieli Triques
033	Lineu Luiz Schlindwein
034	Marli Malgarin Bittencourt
035	Diego Comunello
036	Adriano Feltrim
038	Claudete Buchali
039	Marizete Marcon
040	Sandra Mantovani
041	Maiara Zambiazzi
042	Daniel Schmidt
043	Hellen Cristina de Mattos
045	Aline Basotti
046	Giseli Teixeira
047	Fabio Pellizzaro
048	Joice da Rosa Peretto
049	Fabiana Augustin
050	Daniella Patrícia Aparecida Antunes
051	Maira Jaciara Rodrigues de Moraes Doré
052	Berenice Conceição dos Santos Zanchetta
053	Leandro de Paula
055	Scheila Bulla Girardi
056	Salette Aparecida Zagonel
057	Dionete Ferrari Fabrin
058	Alef Matheus da Silva
060	Diego Andrioli
061	Lurdes Rodrigues Dos Santos
062	Omar Aduan Funk
063	Elizabet Chiamulera
064	Luciane da Silva
065	Gabriela Ponsoni
066	Luana Mena Barreto Lenzi

Rua Tiradentes 123 - Cx. Postal 433 - CEP 89600-000 - Joaçaba SC. - Fone/Fax: (49) 35518200 - Fax: (49) 35518213 - www.simae.sc.gov.br
CNPJ 84.591.890/0001-43



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



SIMAE



SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

068	Nilto Squersato
069	Cleonice Araújo
070	Valmir Antonio Lourenço de Almeida
071	Luana Priscila Lupato Sutil
072	Sandra Andréia Stefanés
073	Juliana Rabaoli
074	Patrícia Juliana Dutra
076	Gabriela Cristiane Batista dos Santos
077	Aline Alves Padilha Bernardini
080	Elizete Aparecida Bisatto
081	Keity Mara Gazzola
082	Rodrigo de Deus e Silva
083	Simone Gonçalves de Souza
084	Gisele da Luz
085	Marilena Aparecida de Matos da Luz
086	Vanessa Morandini Padilha
087	Paulo Guilherme Krause
090	Pábolo Cristian Frigo
091	Vinicius Viecei Melo
093	Maira Galdino
094	Murilo Marquez
095	Lucilene Aparecida Fernandes
096	Tatiane Turra
097	Louise Zago Puchale
098	Michele Lucila Leodoro
099	Juliana Carla Gotardo Amaral
100	Joél Feltrin
101	Gesandra Regina Pergher
102	Luana Ratti da Silva
103	Rodolfo Frizon
104	Fernanda Lopes de Barbas Kwieczinski
105	Diógenes Bulgarelli
107	Luiz Henrique Ferreira Spier
108	Tatiana Lunardelli
109	Felipe Calegari
110	Rosangela Giongo
111	Maiara Slaviero
112	Lucas Wanderlei Pratto
113	Bruna Branco de Camargo
114	Oyler Taylor Caetano
115	Eduardo Zarpelon
116	Luciana Salete Da Cas
117	Marli Peron
118	Arthur Kich
119	Tayná Andolfatto
120	Carla Cristina Triques Denti

Publique-se.

Joaçaba, 26 de novembro de 2013.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

TP 01-2013 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Diretoria de Licitações e Contratos
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TP 01-2013 SMS

Objeto: Construção de Academias da Saúde nas unidades Básicas dos Bairros Santa Mônica e Bairro Guarujá.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 13/12/2013 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 244.000,00

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 26 de novembro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Extrato de Contrato 246/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 246/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 09.008.570/0001-00, estabelecida à Rua Dr. Paulo Aldinger n.º 71 - Blumenau/SC - CEP: 89.037-690.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais e Equipamentos, para Programa DST-AIDS e HIV, da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital, e autorização de fornecimento n.º 339/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 07/11/2013 à 25/10/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais).

Lages, 11 de novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 253/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 253/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: BALKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.103.122/0001-90, com sede à Rua Marechal Deodoro n.º 979 - Concórdia/SC - CEP: 89.700-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de equipamentos para uso no Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde, em conformidade com as solicitações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 11/11/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 981,28 (novecentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos).

Lages, 11 de novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 145/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 145/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ n.º 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: SUR-LOC DO BRASIL COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA - EPP. Inscrita no CNPJ sob n.º 13.897.811/0001-89, com sede à Rua Marina de Lima Santangelo, 195 - Arujá/SP.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, de serviços de Montagem, Comercio e Locação dos Estandes, dos Boxes e dos Espaços Fisicos reservado a Estrutura da Festa Nacional do Pinhão 2013, no Parque Conta Dinheiro dia 02 de Junho de 2013, às 21h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Lages, 22 de novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 232/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 232/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC AR/SC, inscrita no CNPJ sob n.º 03.603.595/0001-68, com sede à Rod. SC 425, KM 4,5, Zona Rural, Distrito de Índios, Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Realização de Evento nos dias 21 e 22 de outubro, com fornecimento de equipamentos e refeições para um público alvo aproximado de 600 pessoas, da Atenção Básica, Núcleo de Apoio a Saúde da Família e Estratégia e Saúde da Família, programas da Secretaria Municipal da Saúde,

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 21/10/2013 à 25/10/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 32.650,00 (trinta e dois mil e seiscentos e cinquenta reais).

Lages, 16 de outubro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 244/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 244/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: LIVRARIAS MOHR LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 07.261.562/0001-38, estabelecida à Av. Nereu Ramos n.º 3335 - sala 04 - Itapema/SC - CEP: 88.220-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais e Equipamentos, para Programa DST-AIDS

e HIV, da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital, e autorização de fornecimento nº 341/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 07/11/2013 à 25/10/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais).

Lages, 11 de novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 245/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 245/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: ONCOLINE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 07.909.536/0001-73, estabelecida à Rua Frei Gaspar da Madre de Deus n.º 830 - Curitiba/PR - CEP: 81.050-590.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais e Equipamentos, para Programa DST-AIDS e HIV, da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital, e autorização de fornecimento nº 340/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 07/11/2013 à 25/10/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Lages, 11 de novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 247/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 247/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: PARTNER COMERCIAL LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 08.234.845/0001-53, estabelecida à Rua Amazonas n.º 540 - sala 301 - Lages, SC - CEP: 88.509-210.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais e Equipamentos, para Programa DST-AIDS e HIV, da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital, e autorização de fornecimento nº 338/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 07/11/2013 à 25/10/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 7.497,00 (sete mil e quatrocentos e noventa e sete reais).

Lages, 11 de novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 248/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 248/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.021.932/0001-34, com sede à Rua Sebastião Furtado n.º 101 - Lages/SC - cep: 88.501-140 - fone: 32232066.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais e Equipamentos, para Programa DST-AIDS e HIV, da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital, e autorização de fornecimento nº 337/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 07/11/2013 à 25/10/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.158,90 (um mil e cento e cinquenta e oito reais e noventa centavos).

Lages, 11 de novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 249/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 249/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 03.505.263/0001-40, com sede à Rua Colibri n.º 425 - Blumenau/SC - CEP: 89.032-235.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais e Equipamentos, para Programa DST-AIDS e HIV, da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital, e autorização de fornecimento nº 336/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 07/11/2013 à 25/10/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 11.190,00 (onze mil e cento e noventa reais).

Lages, 11 de novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 250/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 250/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: LAGESEG UNIFORME PROFISSIONAL LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 01.250.453/0001-39, com sede à Rua Humberto de Campos n.º 693 - Lages/SC - CEP: 88.508-190.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Jalecos para Uso na Secretaria Municipal da Saúde, em conformidade com as solicitações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 08/11/2013 à 25/10/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 5.554,10 (cinco mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos).

Lages, 11 de novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 251/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 251/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: FLORMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.181.368/0001-66, com sede à Rua Martinho Nerbass n.º 46 - Lages/SC - CEP: 88.502-180.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de equipamentos para uso no Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde, em conformidade com as solicitações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 11/11/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 3.172,00 (três mil e cento e setenta e dois reais).

Lages, 11 de novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 252/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 252/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.157.032/0001-22, com sede à Est. Boa Esperança n.º 1.918 - Rio do Sul/SC - CEP: 89.160-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de equipamentos para uso no Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde, em conformidade com as solicitações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 11/11/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 2.009,42 (dois mil e nove reais e quarenta e dois centavos).

Lages, 11 de novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 254/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 254/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: PAULO AMARAL TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.034.976/0001-90, com sede à Rua Amador Duarte Avila n.º 79 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para transportar pacientes do SUS que necessitam tratamento fora do domicílio para cidades no Estado de Santa Catarina, num total de 10.000 km, com itinerários definidos pelo setor de tratamento fora do domicílio, conforme necessidades, em conformidade com as especificações prescritas

no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato. CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 11/11/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos) por km rodado, perfazendo um valor estimado total de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

Lages, 11 de novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 54/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 54/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: OSNILDO AMORIM JÚNIOR & CIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.259.176/0001-98, com sede à Rua São José Operário n.º 308 - São José/SC - cep: 88.113-165 - fone: 48-32460255.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: A presente contratação destina-se a selecionar proposta(s) para a Contratação de empresa especializada em organização de eventos para planejamento, elaboração de projeto, organização, montagem e desmontagem de estruturas móveis, montagem e desmontagem de sonorização e iluminação e produção da XXV FESTA NACIONAL DO PINHÃO, EDIÇÃO 2013 - 24 DE Maio a 02 de junho, conforme especificações e condições estabelecidas no edital.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

R\$ 1.438.632,90 (hum milhão, quatrocentos e trinta e oito mil e seiscentos e trinta e dois reais e noventa centavos) ref. Locação de equipamentos.

R\$ 159.896,10 (cento e cinquenta e nove mil e oitocentos e noventa e seis reais e dez centavos) pela mão de obra.

Lages, 20 de novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 96/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 96/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: ORSEGUPS VISAL SEGURANÇA E VIGILANCIA ARMADA LTDA. Inscrita no CNPJ sob nº 00.624.637/0001-59, com sede à Rua Frei Gabriel, 480 - Lages, SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, de serviços de vigilância na Festa Nacional do Pinhão 2013, no Parque Conta Dinheiro dia 02 de Junho de 2013, às 21h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão. R\$ 193.614,00 (cento e noventa e três mil e seiscentos e quatorze reais).

Lages, 22 de novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Lebon Régis

PREFEITURA

Decreto Nº 100/2013

DECRETO Nº 100/2013 - 26 de novembro de 2013.

"Fixa horário especial de funcionamento do comércio de Lebon Régis"

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, em especial o §3º do Art. 162. da Lei Complementar nº 067/2010 de 25 de novembro de 2010;

Considerando que com as festas de fim de ano se faz necessário possibilitar que o comércio em geral fomenta as vendas e atenda a demanda e gere empregos e renda;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado horário especial para o comércio de Lebon Régis para o período compreendido entre os dias 09 de dezembro de 2013 e 12 de janeiro de 2014, da seguinte forma:

I - De segunda a sexta-feira: das 8h30min às 20h;

II - Nos sábados: das 8h30min às 19h;

III - Nos domingos: das 9h às 13h, a critério do estabelecimento;

IV - Nos feriados, inclusive o Municipal do dia 19 de dezembro, fixado pela Lei Municipal nº 398/1985: fechado.

§1º. O fechamento ou não ao meio dia no período de horário especial fica a critério de cada estabelecimento comercial;

§2º O estabelecimento infrator estará sujeito às penalidades previstas na Lei Complementar Municipal 0026/2001.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 20 de novembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Extrato Inexigibilidade de Licitação

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS/SC

PROCESSO 64/2013 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2013

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto 016/2013, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei n. 8.666/1993, visando à contratação de show musical para o dia 19/12/2013 em comemoração ao aniversário de emancipação do Município, no valor de R\$ R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais). Lebon Régis, 26 de Novembro de 2013. Adair da Silva Mattos - Presidente.

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS/SC

PROCESSO 64/2013 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2013

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto 016/2013, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei n. 8.666/1993, visando à contratação de show musical para o dia 19/12/2013 em

comemoração ao aniversário de emancipação do Município, no valor de R\$ R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Lebon Régis, 26 de Novembro de 2013.

ADAIR DA SILVA MATTOS

Presidente.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Lei 1005/2013 - Loa

LEI Nº 1005, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Leoberto Leal para o Exercício de 2014.

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O orçamento geral do Município de Leoberto Leal para o exercício de 2014 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 21.373.700,00 (vinte e um milhões trezentos e setenta e três mil e setecentos reais), sendo R\$ 16.912.700,00 (dezesseis milhões novecentos e doze mil e setecentos reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 4.461.000,00 (quatro milhões quatrocentos e sessenta e um mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º. O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 21.373.700,00 (vinte e um milhões trezentos e setenta e três mil e setecentos reais), fixa as Despesas do Poder Legislativo em R\$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais) e do Poder Executivo, abrangendo os órgãos da administração direta e indireta, em R\$ 20.698.700,00 (vinte milhões seiscentos e noventa e oito mil e setecentos reais).

§ 1º. A Receita da Unidade Gestora, Prefeitura, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	10.276.700,00
1.1 Receita Tributária	363.000,00
1.2 Receita de Contribuições	52.000,00
1.3 Receita Patrimonial	21.900,00
1.4 Receita Agropecuária	0,00
1.5 Receita de Serviços	4.000,00
1.6 Transferências Correntes	11.750.000,00
(-) Dedução da Receita para formação do FUNDEB	(1.943.200,00)
1.7 Outras Receitas Correntes	29.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	8.425.000,00
2.1 Operações de Crédito	150.000,00
2.2 Alienação de Bens	50.000,00
2.3 Transferências de Capital	8.225.000,00
TOTAL	18.701.700,00

§ 2º. As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Gabinete do Prefeito	582.000,00
03. Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças	1.313.080,00
04. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	5.118.000,00
05. Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social	959.100,00
05.02 Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA	60.000,00
05.03 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	899.100,00
06. Secretaria Municipal Transportes, Obras e Serviços Urbanos	6.748.620,00
07. Secretaria Municipal Agropecuária e Meio Ambiente	1.098.500,00
99. Reserva de Contingência	4.000,00
TOTAL	15.823.300,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	1.617.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	947.600,00
12. EDUCAÇÃO	3.497.000,00
13. CULTURA	77.000,00
15. URBANISMO	752.000,00
17. SANEAMENTO	4.567.500,00
20. AGRICULTURA	1.043.500,00
26. TRANSPORTE	1.484.120,00
27. DESPORTO E LAZER	1.548.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	278.080,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00
TOTAL	15.823.300,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0000. ENCARGOS ESPECIAIS	278.080,00
0002. GESTÃO COM EXCELÊNCIA	582.000,00
0003. GESTÃO GERAL E ADMINISTRATIVA	915.000,00
0004. EDUCAÇÃO É TUDO	3.497.000,00
0005. CULTURA, ESPORTE E TURISMO	1.621.000,00
0007. VIVENDO COM AMOR	766.500,00
0008. ASSISTÊNCIA AO MENOR COM RESPONSABILIDADE	192.600,00
0009. REVITALIZAÇÃO DAS ESTRADAS	1.453.120,00
0010. REVITALIZAÇÃO URBANA	5.295.500,00
0011. REVITALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	1.098.500,00
0012. FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	120.000,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00
TOTAL	15.823.300,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	6.898.600,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	3.772.400,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	3.126.200,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	8.920.700,00

4.4.00.00 – Investimentos	8.753.700,00
4.5.00.00 – Inversões Financeiras	0,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	167.000,00
9.0.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00
9.9.00.00 – Reserva de Contingência	4.000,00
TOTAL	15.823.300,00

DO ORÇAMENTO DO IPRELL

Art. 3º. O Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Leoberto Leal – IPRELL, para o exercício de 2014, estima a Receita em R\$ 2.027.000,00 (dois milhões e vinte e sete mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 667.000,00 (seiscentos e sessenta e sete mil reais) apresentando superávit de R\$ 1.360.000,00 (um milhão trezentos e sessenta mil reais) alocado a título de Reserva de Contingência.

§ 1º. A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições recebidas, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.226.000,00
1.1. Receitas de Contribuições	305.000,00
1.2. Receita Patrimonial	920.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	1.000,00
2. RECEITAS INTRAGOVERNAMENTAIS CORRENTES	606.000,00
2.1. Receita de Contribuições	606.000,00
3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	195.000,00
3.1. Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura	195.000,00
TOTAL	2.027.000,00

§ 2º. A Despesa do Instituto de Previdência – IPRELL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. Instituto de Previdência - IPRELL	667.000,00
09. Reserva de Contingência	1.360.000,00
TOTAL	2.027.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	667.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.360.000,00
TOTAL	2.027.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0013. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	667.000,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.360.000,00
TOTAL	2.027.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	662.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	614.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	48.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00

4.4.00.00 – Investimentos	5.000,00
9.9.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.360.000,00
TOTAL	2.027.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2014, estima a Receita em R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 2.848.400,00 (dois milhão oitocentos e quarenta e oito mil reais).

Parágrafo Único – Para suportar o orçamento da despesa a Prefeitura aportará a título de transferências financeiras, o valor de R\$ 2.008.400,00 (dois milhões oito mil e quatrocentos reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante arrecadação conforme, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	680.000,00
1.1. Receita Patrimonial	10.000,00
1.2. Transferências Correntes	670.000,00
2. RECEITAS CORRENTES	160.000,00
2.1. Transferências de Capital	160.000,00
3. TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.008.400,00
3.1. Transferências Financeiras	2.008.400,00
TOTAL	2.848.400,00

§ 2º. A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
05.01. Fundo Municipal de Saúde	2.848.400,00
TOTAL	2.848.400,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10 – Saúde	2.846.400,00
99 – Reserva de Contingência	2.000,00
TOTAL	2.848.400,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0006. SAÚDE COM EXCELÊNCIA	2.846.400,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00
TOTAL	2.848.400,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	2.659.400,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.812.800,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	846.600,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	187.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	187.000,00
9.9.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00
TOTAL	2.848.400,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 5º. A Câmara Municipal de Vereadores têm sua despesa fixada para 2013 em R\$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais).

§ 1º. A despesa de que trata o caput será suportada pela transferência financeira mensal de 1/12 do valor, a ser realizada até o dia 20 de cada mês, pelo Poder Executivo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	675.000,00
1.1. Transferências Financeiras	675.000,00
TOTAL	675.000,00

§ 2º. A Despesa da Câmara Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara Municipal de Vereadores	675.000,00
TOTAL	675.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	675.000,00
TOTAL	675.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. PROCESSO LEGISLATIVO	675.000,00
TOTAL	675.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	641.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	531.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	110.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	34.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	34.000,00
TOTAL	675.000,00

Art. 6º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais previstos no anexo de Riscos Fiscais previstos na Lei Diretrizes Orçamentárias, conforme discriminado abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Riscos Fiscais	4.000,00
1.1 Passivos contingentes, outros riscos fiscais, como intempéries, frustração da cobrança de dívida ativa e despesas não orçadas ou orçadas a menor.	4.000,00
TOTAL	4.000,00

UNIDADE GESTORA: IPRELL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2. Riscos Fiscais	1.360.000,00

2.1 Reserva financeira do Instituto de Previdência para cobertura e pagamento de benefícios futuros.	1.360.000,00
TOTAL	1.360.000,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3. Riscos Fiscais	2.000,00
3.1 Passivos contingentes, outros riscos fiscais, como intempéries, frustração da cobrança de dívida ativa e despesas não orçadas ou orçadas a menor.	2.000,00
TOTAL	2.000,00

§ 1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência ocorrerá por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º. Não se efetivando até o dia 10/12/2013 os riscos fiscais relacionados aos eventos: intempéries climáticas; despesas não orçadas ou orçadas a menor; fatos não previstos em execução de obras; campanha emergencial de saúde e serviços e aposentadorias e pensões precoces, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 7º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 8º. O Executivo fica autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada para cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias.

III – o superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Fica excluído desse limite os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será

realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos

da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 10º. Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 11º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro.

Leoberto Leal, 26 de novembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Decreto N.º 090/2013

DECRETO Nº 091, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso I da Lei nº 933 de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	26.618,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	26.618,00
Função	12	Educação	26.618,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	25.618,00
Programa	0004	Educação é Tudo	25.618,00
Projeto/Atividade	2.008	Transporte Escolar Ensino Fundamental	25.618,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	25.618,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	25.618,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	25.618,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	11.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0061	Pnate	14.618,00
Sub-Função	362	Ensino Médio	1.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	1.000,00
Projeto/Atividade	2.010	Transporte Escolar Ensino Médio	1.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00

Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0061	Pnate	1.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			26.618,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de Arrecadação da seguinte fonte de recurso.

Recurso	Fonte de Recurso	Valor
0.1.0058	Salário Educação	11.000,00
0.1.0061	Pnate	15.618,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		26.618,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 25 de Novembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Contrato Nº 017/2013 - FMS

CONTRATO Nº 017/2013 - FMS

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 004/2013 - Supressão de Valores.

Contrato que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, o Senhor VITOR NORBERTO ALVES, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 543.554.609-59, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ, com sede na Praça Irmã Paulina, 470, Bairro Centro, Cidade de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 86.185.220/0006-67, neste ato representada pela Irmã ALZIRA HOEPERS, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem as partes de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo - Supressão de Valores ao Contrato nº 004/2013-FMS, na forma das Cláusulas que seguem:

Considerando, que a quantidade de serviços hospitalares, dos serviços médicos, dos serviços de anestesista, dos serviços de enfermagem e exames de análises clínicas para o atendimento aos pacientes de Leoberto Leal, quando encaminhados ao atendimento de urgência e emergência ao Hospital Bom Jesus está sendo menor que o estimado;

Considerando, que o valor empenhado previamente para a prestação destes serviços e para atendimento aos pacientes de Leoberto Leal até o final do ano não será atingido.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência da Inexigibilidade de Licitação nº 001/2013, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2013 - Supressão de Valores, com fulcro no art. 65, da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, e o Processo de Licitação nº 002/2013, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira do Contrato nº 004/2013, passa a vigorar com o acréscimo do inciso III, com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO".

III - "O aditivo de contrato tem por objeto a supressão no valor de

R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), devido ao saldo orçamentário ter sido bloqueado a maior que os serviços prestados, estando às partes em comum acordo."

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Supressão de Valores vincula as partes ao Contrato nº 004/2013, do Processo de Licitação nº 002/2013, modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 001/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam mantidas as demais Cláusulas Contratuais.

CLÁUSULA QUARTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA QUINTA - PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 22 de novembro de 2013.

VITOR NORBERTO ALVES

Secretário Municipal de Saúde

Contratante

IRMÃ ALZIRA HOEPERS

Presidente

Contratada

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

CPF/MF nº 005.166.179-90

Luzerna

PREFEITURA

Lei 1178

LEI Nº 1178 de 26 de novembro de 2013.

"AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas no valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para a aquisição de BRINDE a ser entregue aos servidores públicos e agentes políticos municipais, por ocasião das festividades do final do ano de 2013.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal



Lei 1179

LEI Nº 1179 de 26 de novembro de 2013.

"AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas no valor de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para a realização de jantar de trabalho de encerramento das atividades do ano de 2013 com os servidores públicos e agentes políticos municipais.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1180

LEI Nº 1180 de 26 de novembro de 2013.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcial e/ou totalmente as dotações abaixo, atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Atividade - 0501.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria e Planejamento

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.500,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos

Educação R\$ 10.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 52.500,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nas dotações atribuídas às Atividades discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos Educação R\$ 42.500,00

Atividade - 0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 52.500,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de novembro de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1181

LEI Nº 1181 de 26 de novembro de 2013.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a dotação atribuída à Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 10.000,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nas dotações atribuídas à Atividade discriminada:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DE LUZERNA

Atividade - 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de novembro de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1713

DECRETO Nº 1713 de 26 de novembro de 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1180 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º - Ficam anuladas parcial e/ou totalmente as dotações abaixo, atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Atividade - 0501.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria e Planejamento

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.500,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$ 10.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 52.500,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as dotações atribuídas às Atividades discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos Educação R\$ 42.500,00

Atividade - 0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 52.500,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de novembro de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1714

DECRETO 1714 de 26 de novembro de 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1181 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente a dotação atribuída à Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 10.000,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementas as dotações atribuídas à Atividade discriminada:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade - 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de novembro de 2013.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PML.131.13

EXTRATO DE CONTRATO
PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.131.13
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 6/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: CONSTRUTORA CONSTRULAGES LTDA ME
OBJETO: Fornecimento de material e mão de obra para construção e revitalização da galeria de águas pluviais na Rua Rui Barbosa com a Rua Limeira neste Município.

VALOR: R\$ 9.150,00 (nove mil cento e cinquenta reais).
DOTAÇÃO:

Cod. Un. Proj./	Red. Orç.	Ativ.	Elemento Despesa	Código da dotação	Descrição da Dotação
109	11.01	1.053	4.4.90.00.00.00.00.00	4.4.90.51.98.00.00.00	Pavimentação e alargamento de ruas e passeio

Luzerna(SC), 19 de novembro de 2013

MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal CONTRATANTE	JOCELÉIA OLIVEIRA DA ROSA CONSTRUTORA CONSTRULAGES LTDA ME CONTRATADA
---	---

Maфра

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 3960 de 12 de Novembro de 2.013

LEI MUNICIPAL Nº 3960

DE 12 DE NOVEMBRO DE 2.013.

ALTERA OS ANEXOS I E III DA LEI Nº 3942 DE 01 DE AGOSTO DE 2.013, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2.014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Maфра, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Os anexos I e III da Lei nº 3942 de 01 de agosto de 2.013, ficam substituídos pelos anexos que acompanham esta Lei, passando a vigorar com os novos valores nele consignados.

Art. 2º. A Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2.014 do Município está totalizada em R\$ 164.134.423,40 (Cento e sessenta e quatro milhões, cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta centavos), conforme discriminação dos anexos que acompanham a presente LEI.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.014, revogadas as disposições em contrário.

Maфра/SC, 12 de Novembro de 2.013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal de Maфра

Lei Municipal Nº. 3961 de 21 de Novembro de 2.013

LEI MUNICIPAL Nº. 3961

DE 21 DE NOVEMBRO DE 2.013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CULTURA MAFRENSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Maфра, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição Financeira à "Associação Amigos da Cultura Mafrense", inscrita no CNPJ sob nº. 08.024.830/0001-60, com sede na Rua Marechal Deodoro, s/nº., Centro, em Maфра, Estado de Santa Catarina, declarada de utilidade pública através da Lei Municipal n. 3510 de 22 de abril de 2010, com registro de seus atos constitutivos no 1º Cartório do Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, sob o nº 421 em 09 de novembro de 2005, fls. 421, livro A-03.

Art. 2º - O Município de Maфра repassará à "Associação Amigos da Cultura Mafrense - AACM", o valor global de R\$ 31.892,05, (trinta e um mil oitocentos e noventa e dois reais e cinco centavos) em parcela única no mês de novembro.

Parágrafo único. O valor repassado serão destinados à execução do projeto "Natal 2013" que envolve decoração e atividades alusivas ao Natal em Maфра.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos recursos oriundos do orçamento 2013, da Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo, através do elemento de despesa, contribuição.

10. Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo.

10.01. Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo.

133920010.2.021000. Departamento Administrativo Casa de Cultura.

3.3.5000. Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. (2719) - Fonte 100.

§ 1º A entidade beneficiária da presente Lei deverá apresentar a Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara Municipal, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a liberação do pagamento, a respectiva prestação de contas.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas contribuições, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maфра, 21 de novembro de 2.013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 604/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 604/2013.

FORNECEDOR: FGA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME.
CNPJ: 16.776.968/0001-44.

OBJETO: Aquisição de materiais para reforma de pontes do município, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso IV, com alterações posteriores.
VALOR: R\$ R\$ 13.877,00 (Treze mil oitocentos e setenta e sete reais).

Mafra, (SC) 26 de novembro de 2.013.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Novo Horário de Abertura - Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 127/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2013
(NOVO HORÁRIO DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para realizar transporte de passageiros, destinados aos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, através do Fundo Municipal de Ação Social, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hrs do dia 11/12/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 26 de novembro de 2013.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE JÉSSICA SCHMITZ
Prefeito Municipal Pregoeira Municipal

Maracajá

PREFEITURA

Extrato do Contrato 69/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 69/2013
Contratante: Município de Maracajá,
Contratado: Fundação Educacional de Criciúma - FUCRI

Objeto: Adequação do projeto do centro de triagem, projeto de silo de concreto e pátio de compostagem do município de Maracajá..
Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Vigência: de 01/11/2013 a 31/12/2013.

Meleiro

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 063/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 063/2013

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 10/12/2013, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 063/2013, objetivando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL E GASOLINA), PARA O EXERCÍCIO DE 2014. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou solicitação via e-mail licitação@meleiro.sc.gov.br.

Meleiro, 25 de novembro de 2013.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

Portaria Nº 105/2013

PORTARIA Nº 105/2013 de 26.11.2013
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LOURDES DORNHAUSER CENTA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido à servidora Municipal LOURDES DORNHAUSER CENTA ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, conforme Decreto de nomeação nº 179/2007 de 04.10.2007, LICENÇA PRÊMIO, a que faz jus, conforme disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 10/2007 a 10/2012, a ser usufruído no período de 02.12.2013 a 31.12.2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 26 de novembro de 2013.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

GILDO BATTISTI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ciente e de acordo:
LOURDES DORNHAUSER CENTA

Navegantes

PREFEITURA

Portaria Nomeação

"PORTARIA Nº. 3533 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2012 a SRA. ELIANE TEREZINHA CRISTOFOLINI ESPINDOLA, para exercer a função de monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 11/11/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 11 de novembro de 2013.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMpra - SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 18 DE NOVEMBRO DE 2013.
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2013.
ALESSANDRA MÜLLER
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2013.

Portaria Retorno Licença Para Tratar Assuntos Particulares

PORTARIA Nº 3532 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.
"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da portaria nº 1645/2013 que Concede Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. PAULA CRISTINA GONÇALVES, que exerce função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais,

lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 11 de novembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 11 de novembro de 2013 , revoga das as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE NOVEMBRO DE 2013 .
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2013.
ALESSANDRA MÜLLER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2013

Aviso de Licitação Concorrência Nº 182/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA Nº 182/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE REDE DE ÁGUA TRATADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SUPORTE ININTERRUPTOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: dia 27/12/2013 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: dia 27/12/2013 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 26/11/2013 .
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato Homologação Dispensa Licitação Nº 04/2013 Fmc

Extrato de Homologação FMC nº 04/2013.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2013.

PROCESSO Nº 04/2013.

HOMOLOGAÇÃO: 22/11/2013.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES.

CONTRATADO: NSN COM. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS (COM FORNECIMENTO DE TONER E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS) PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 22 de novembro de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA.
Prefeito do Município.

Extrato Homologação Dispensa Licitação Nº 07/2013 Fuman

Extrato de Homologação FUMAN nº 07/2013.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2013.

PROCESSO Nº 07/2013.

HOMOLOGAÇÃO: 22/11/2013.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES.

CONTRATADO: NSN COM. DE EQUIP. DE INFORMATICA LTDA.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS (COM FORNECIMENTO DE TONER E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS) PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES/SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 22 de novembro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Extrato Homologação Dispensa Licitação Nº 22/2013 Fmv

Extrato de Homologação FMV nº 22/2013.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2013.

PROCESSO Nº 22/2013.

HOMOLOGAÇÃO: 22/11/2013.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILANCIA DE NAVEGANTES.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS (COM FORNECIMENTO DE TONER E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS) PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

CONTRATADO: NSN COM. DE EQUIP. DE INFORMATICA LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.839,00 (cinco mil oitocentos e trinta e nove reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 22 de novembro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Nova Trento**PREFEITURA****Chamamento Enfermeiro**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Secretaria Municipal de Saúde

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO
O Secretário Municipal de Saúde de Nova Trento torna público que, devido ao pedido de exoneração de Eliane Ribeiro de Moraes, necessita contratar com URGÊNCIA, 01 (um) Enfermeiro, para atuar no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, em caráter temporário: Remuneração: R\$ 1.052,10 Insalubridade 40% sobre o Salário Mínimo Abono R\$ 113,37; Carga Horária: 40h / Semanais; Prazo do Contrato: 30 dias; Regime Jurídico: Estatutário; Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social; Forma de Seleção: Títulos. Os interessados deverão manifestar seu interesse até às 17:00 horas do dia 28/11/2013,

munidos dos documentos pessoais e profissionais, com o Secretário Municipal de Saúde. Informações pelo telefone: (48) 3267-0132, ou comparecer ao Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, falar com Izabela.

Nova Trento, 25 de Novembro de 2013.

MAXILIANO DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Retificação Ata Chamamento - Médico

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

NOVA TRENTO/ SC

TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Ata Chamamento Público Médico Plantonista

A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Trento/SC, RETIFICA e RATIFICA a Ata do Chamamento Público para contratação de Médico Plantonista, publicado no DOM de 13/11/2013, alterando o nome dos candidatos aprovados, que passa a vigorar com a seguinte redação: - RODRIGO DIAS DA SILVA; - MARCOS DE AGUILAR PEREIRA; - DALTON MUNEMASA EDA.

Este Termo de Retificação será publicado no Diário Oficial dos Municípios. As demais cláusulas e condições da Ata do Chamamento permanecem inalteradas.

Nova Trento/SC, 25 de Novembro 2013.

MAXILIANO DE OLIVEIRA

Secretário de Saúde

Novo Horizonte**PREFEITURA****Extrato de Homologação e Adjudicação PL FMS Nº 016/2013**

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 016/2013

TOMADA DE PREÇOS FMS Nº 007/2013

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 25/11/2013

CONTRATADO: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto do presente certame constitui a contratação de empresa Especializada à execução das obras de engenharia da 3ª Etapa da Ampliação e Reforma da Unidade de Saúde Municipal, COM ÁREA TOTAL DE 391,27 m² (trezentos e noventa um metros quadrados), em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, com recursos advindos do Convênio com o Ministério da Saúde/Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), conforme Projetos, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante deste Edital de Tomada de Preços FMS Nº 001/2013.

VALOR DA DESPESA: R\$ 256.864,09 (Duzentos e cinquenta seis mil, oitocentos e sessenta quatro reais e nove centavos)

DATA: 25/11/2013

TANIA MARA WAGNER MURARO

Secretaria De Saúde E Promoção Social/gestora Fms.

Extrato Contratual FMS Nº 016/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Administrativo FMS Nº.: 016/2013

Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Valor: R\$ 256.864,09 (Duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e sessenta quatro reais e nove centavos)

Vigência: Início: 25/11/2013 Término: 24/03/2014

Licitação: TOMADA DE PREÇOS FMS Nº.: 2/2013

Recursos: Dotação: 60.02-018-10.301.0016-2.031-4.4.90.00-138- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde- 60.02-020-10.301.0016-2.031-4.4.90.00-146- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Objeto : O objeto do presente contrato constitui a contratação de empresa Especializada à execução das obras de engenharia da 3ª Etapa da Ampliação e Reforma da Unidade de Saúde Municipal, COM ÁREA TOTAL DE 391,27 m² (trezentos e noventa um metros quadrados), em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, com recursos advindos do Convênio com o Ministério da Saúde/Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), conforme Projetos, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante deste Edital de Tomada de Preços FMS Nº 001/2013.

Novo Horizonte, 25 de Novembro de 2013

Orleans**PREFEITURA****Multas**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /897/2013. FUNDAMENTADONOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESSENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKU1562	54441282E	6599/2	27/05/2013	R\$ 191,53	230*V
LWZ4319	54440630E	6920/0	30/07/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013

ULISSES GABRIEL

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /898/2013. FUNDAMENTADONOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESSENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IKD5939	54442027E	5509/0	19/07/2013	R\$85,12	181*XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013

ULISSES GABRIEL

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /899/2013. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
AOO1295	54441606E	5010/0	09/09/2013	162*I
BRI2176	54440662E	6548/0	29/09/2013	229
IFN1245	55718874D	6920/0	24/09/2013	233
JNR9066	54442410E	6599/2	16/09/2013	230*V
LWU9696	54441619E	6599/2	27/09/2013	230*V
LWU9696	54441620E	6556/5	27/09/2013	230*I
LXE9240	55718867D	6920/0	24/09/2013	233
LYF0631	54442402E	6700/0	10/09/2013	230*XVI
LYI1449	54442329E	6637/1	08/09/2013	230*IX
MAW1390	54442398E	6700/0	03/09/2013	230*XVI
MBF7923	54440543E	6637/1	22/08/2013	230*IX
MBF7923	54440544E	5010/0	22/08/2013	162*I
MBI0950	54440830E	6599/2	21/09/2013	230*V
MBI0950	54440831E	5045/0	21/09/2013	162*V

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

MBW6073	54441944E	6548/0	29/09/2013	229
MCL4822	55718864D	6920/0	24/09/2013	233
MEU3133	54441812E	6599/2	27/08/2013	230*V
MEU3133	54441813E	5010/0	27/08/2013	162*I
MGG1529	54441816E	5010/0	29/08/2013	162*I
MHV7809	54442360E	5045/0	28/08/2013	162*V
MJK6508	54441605E	6599/2	06/09/2013	230*V
MKJ0675	54442311E	6912/0	27/08/2013	232
MKJ0675	54442312E	5010/0	27/08/2013	162*I
MTJ0956	55718875D	6920/0	24/09/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013
ULISSES GABRIEL
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /900/2013. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
CBI7761	54442365E	5550/0	31/08/2013	181*XVIII
CML6747	54440859E	5509/0	23/08/2013	181*XIII
DGW3674	54440656E	5509/0	19/09/2013	181*XIII
IOV5197	54442374E	5550/0	01/09/2013	181*XVIII
LXH0599	54440862E	5525/0	26/08/2013	181*XV
LXO0387	54441832E	5720/0	23/09/2013	186*I
LZS8264	54442389E	5550/0	01/09/2013	181*XVIII
MBF7923	54442354E	5835/0	22/08/2013	195
MBF7923	54442355E	5215/2	22/08/2013	170
MDY1397	54442333E	5207/0	23/09/2013	169
MDZ5238	54441452E	7366/2	27/09/2013	252*VI
MGC6410	54441924E	7366/2	26/08/2013	252*VI
MGF9476	54441829E	5541/3	14/09/2013	181*XVII
MHT1125	54442313E	5509/0	27/08/2013	181*XIII
MIH1338	54441617E	5185/1	27/09/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO,

AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013
ULISSES GABRIEL
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /901/2013. FUNDAMENTADONOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BHG9039	55717134D	6920/0	01/07/2013	R\$127,69	233
LYA3848	54441412E	6599/2	20/07/2013	R\$191,53	230*V
LYA3848	54441413E	5010/0	20/07/2013	R\$574,61	162*I
MCF3749	54441228E	5010/0	29/07/2013	R\$574,61	162*I
MDK8573	54441019E	6599/2	16/06/2013	R\$191,53	230*V
MFR6657	54441207E	6599/2	05/06/2013	R\$191,53	230*V
MFY2304	54441245E	6599/2	16/08/2013	R\$191,53	230*V
MIE4194	55717116D	5010/0	20/06/2013	R\$574,61	162*I
MIZ0627	54440246E	6700/0	16/08/2013	R\$127,69	230*XVI
MJZ3983	54441218E	6408/0	17/07/2013	R\$85,12	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013
ULISSES GABRIEL
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /902/2013. FUNDAMENTADONOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DTP7785	54441911E	5509/0	14/08/2013	R\$85,12	181*XIII
HJL0080	54441448E	7366/2	07/08/2013	R\$85,12	252*VI

LZX7748	54440835E	5738/0	17/08/2013	R\$191,53	186*II
LZX7748	54440854E	5185/1	17/08/2013	R\$127,69	167
MBJ2877	54441599E	5541/1	28/05/2013	R\$53,20	181*XVII
MFJ2506	54441243E	5720/0	16/08/2013	R\$127,69	186*I
MIA6270	54441449E	5509/0	07/08/2013	R\$85,12	181*XIII
MKN3584	54442044E	5380/0	09/08/2013	R\$85,12	181*I
MKN3584	55718748D	5185/1	07/08/2013	R\$127,69	167
MKT0558	54441049E	5550/0	09/08/2013	R\$85,12	181*XVIII
MML3555	54442042E	5541/1	09/08/2013	R\$53,20	181*XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013
ULISSES GABRIEL
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /903/2013.
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO,
INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE
TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PRO-
PRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AU-
TUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS
PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRE-
SENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL
CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7
DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998
DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO
VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS
SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Des- dobramento	Data de Infração	Enquadra- mento
AKA8508	54440665E	6670/0	01/10/2013	230*XIII
CAX1035	54440756E	5169/1	05/10/2013	165
CYR1199	54440651E	5010/0	16/09/2013	162*I
EEI1101	54442369E	6700/0	03/09/2013	230*XVI
IGF4645	54440888E	5010/0	04/09/2013	162*I
KTI8149	54440760E	5010/0	08/10/2013	162*I
LXW6237	54440869E	6700/0	01/09/2013	230*XVI
LYH4348	54441935E	6599/2	10/09/2013	230*V
LYH4348	54441936E	5010/0	10/09/2013	162*I
LZJ3181	54440823E	6599/2	06/09/2013	230*V
LZJ3181	54440824E	5010/0	06/09/2013	162*I
LZJ3181	54440825E	6610/2	06/09/2013	230*VII
LZL8961	54441946E	6599/2	04/10/2013	230*V
LZL8961	54441947E	5010/0	04/10/2013	162*I
MJU7869	54442408E	6700/0	16/09/2013	230*XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013
ULISSES GABRIEL
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /904/2013.
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO,
INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE
TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PRO-
PRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AU-
TUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS
PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRE-
SENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL
CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7
DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998
DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO
VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS
SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Des- dobramento	Data de Infração	Enquadra- mento
AOW3629	54440874E	5550/0	01/09/2013	181*XVIII
CHT5319	54440881E	5550/0	01/09/2013	181*XVIII
CYQ2744	54441928E	5550/0	01/09/2013	181*XVIII
MBF1031	54440672E	5720/0	07/10/2013	186*I
MBM7388	54440878E	5550/0	01/09/2013	181*XVIII
MFS8790	54440875E	5550/0	01/09/2013	181*XVIII
MGW5772	54440821E	5550/0	06/09/2013	181*XVIII
MJK5542	54441950E	7366/2	09/10/2013	252*VI
MJP0858	54441841E	5509/0	02/10/2013	181*XIII
MLA9149	54441840E	5509/0	02/10/2013	181*XIII
MML5700	54442837E	5550/0	01/09/2013	181*XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013
ULISSES GABRIEL
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /905/2013.
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO,
INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE
TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PRO-
PRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AU-
TUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS
PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR
RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285
E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CAU2201	54441220E	6610/2	17/07/2013	R\$127,69	230*VII
DEZ2682	54442030E	6912/0	22/07/2013	R\$53,20	232
DIT4020	54440610E	6700/0	15/07/2013	R\$127,69	230*XVI
DTB2002	54440588E	6599/2	06/07/2013	R\$191,53	230*V
IBP6010	54441425E	6599/2	23/07/2013	R\$191,53	230*V
IBP6010	54441426E	5010/0	23/07/2013	R\$574,61	162*I
ICT5373	54441428E	5010/0	26/07/2013	R\$574,61	162*I
LWR8522	54442032E	6599/2	28/07/2013	R\$191,53	230*V
LXB6477	54440806E	6599/2	26/07/2013	R\$191,53	230*V
LXG6785	54440208E	5010/0	27/06/2013	R\$574,61	162*I
LXG6785	54440209E	6700/0	27/06/2013	R\$127,69	230*XVI
LZA4437	54440235E	6912/0	09/07/2013	R\$53,20	232
LZW5933	54442018E	6912/0	16/07/2013	R\$53,20	232
MDW8830	54441405E	6599/2	11/07/2013	R\$191,53	230*V
MGW6170	54441231E	6912/0	04/08/2013	R\$53,20	232
MGZ6269	54441028E	5010/0	06/07/2013	R\$574,61	162*I
MIH9259	54440591E	6700/0	15/07/2013	R\$127,69	230*XVI
MIU4939	54442001E	6599/2	05/07/2013	R\$191,53	230*V
MIU4939	54442003E	5010/0	05/07/2013	R\$574,61	162*I
MIU4939	54442004E	6637/2	05/07/2013	R\$127,69	230*IX
MLA0197	54440234E	6912/0	09/07/2013	R\$53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013
ULISSES GABRIEL
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /906/2013. FUNDAMENTADOS NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESSENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABU6277	54440600E	5185/1	24/07/2013	R\$127,69	167
CAP5456	54441597E	5380/0	28/05/2013	R\$85,12	181*I
DFJ9383	55717150D	7366/2	05/07/2013	R\$85,12	252*VI
LWZ5875	54440782E	5525/0	23/06/2013	R\$85,12	181*XV
LWZ5875	54440729E	5452/1	23/06/2013	R\$127,69	181*VIII
LXG6785	55717119D	5835/0	27/06/2013	R\$127,69	195
LXP3768	54441419E	5720/0	23/07/2013	R\$127,69	186*I
MAT8271	54440576E	5380/0	21/06/2013	R\$85,12	181*I
MFT3626	54442268E	7366/2	10/07/2013	R\$85,12	252*VI
MGL3060	54441155E	5509/0	31/05/2013	R\$85,12	181*XIII

MHC7549	54440594E	5380/0	18/07/2013	R\$85,12	181*I
MHJ8115	54440710E	5541/5	20/06/2013	R\$53,20	181*XVII
MHK4036	54441187E	7366/2	15/06/2013	R\$85,12	252*VI
MHK5597	55440239E	7030/1	12/07/2013	R\$191,53	244*I
MHN3067	54440518E	7366/2	27/07/2013	R\$85,12	252*VI
MIB3459	54441197E	5541/5	21/06/2013	R\$53,20	181*XVII
MIE1504	54442026E	5207/0	16/07/2013	R\$53,20	169
MIX3630	54442007E	5185/1	02/07/2013	R\$127,69	167
MJU5010	54442013E	5380/0	10/07/2013	R\$85,12	181*I
MKJ4751	54441039E	7366/2	25/07/2013	R\$85,12	252*VI
MKK3800	54440525E	5185/1	30/07/2013	R\$127,69	167
MLJ0250	54442493E	5509/0	11/06/2013	R\$85,12	181*XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013
ULISSES GABRIEL
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /907/2013. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
LZF7242	54440896E	6700/0	10/09/2013	230*XVI
MAI4999	54440685E	5169/1	13/10/2013	165
MAI4999	54440687E	5010/0	13/10/2013	162*I
MAS7345	54440683E	5010/0	12/10/2013	162*I
MAS7345	54440684E	6599/2	12/10/2013	230*V
MBY0546	54440256E	6599/2	12/09/2013	230*V
MCH2388	54440680E	5010/0	10/10/2013	162*I
MEQ0031	54440255E	6408/0	12/09/2013	221
MHU6496	54440900E	6700/0	13/09/2013	230*XVI
MIZ6521	55718829D	6599/2	10/10/2013	230*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013
ULISSES GABRIEL
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /908/2013.
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO,
INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE
TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
CYB9417	54440679E	5452/2	10/10/2013	181*VIII
DJF8733	54441623E	5207/0	11/10/2013	169
MAI4999	54440688E	5835/0	13/10/2013	195
MCQ6657	54440536E	7366/2	14/08/2013	252*VI
MDA4179	54441922E	5380/0	26/08/2013	181*I
MET4082	54440758E	5452/2	08/10/2013	181*VIII
MIH4594	54441937E	5738/0	13/09/2013	186*II
MJK3000	54441847E	5541/1	11/10/2013	181*XVII
MJO5549	54441611E	5720/0	17/09/2013	186/I
MKO3797	54441810E	5509/0	27/08/2013	181*XIII
MMK5590	54441625E	5541/1	11/10/2013	181*XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013
ULISSES GABRIEL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /909/2013.
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO,
INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE
TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESSENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXL6329	54440627E	6920/0	30/07/2013	R\$127,69	233
LXS3669	54441001E	5010/0	26/05/2013	R\$574,61	162*I

LYS4796	54441343E	6556/1	22/05/2013	R\$191,53	230*I
LYS4796	54441344E	5010/0	22/05/2013	R\$574,61	162*I
MBB6745	54440533E	6599/2	08/08/2013	R\$191,53	230*V
MCG1006	54441907E	6599/2	11/08/2013	R\$191,53	230*V
MEU5212	54440626E	6920/0	30/07/2013	R\$127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013
ULISSES GABRIEL
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /910/2013.
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO,
INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE
TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESSENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JUE8721	54441247E	5720/0	19/08/2013	R\$127,69	186*I
MER6656	54441237E	5550/0	10/08/2013	R\$85,12	181*XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013
ULISSES GABRIEL
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /911/2013.
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO,
INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE
TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
AFI4591	54441622E	6700/0	29/09/2013	230*XVI
AID0537	55718872D	6920/0	24/09/2013	233
AKA8508	54440415E	6700/0	21/10/2013	230*XVI
ATB2482	54441601E	6700/0	03/09/2013	230*XVI
ATB2482	54441612E	6700/0	17/09/2013	230*XVI
BGR1164	54442334E	6912/0	23/09/2013	232
BNR3347	54440811E	6700/0	03/09/2013	230*XVI
DOT0455	54442395E	6700/0	03/09/2013	230*XVI
EAS1176	54440826E	6599/2	09/09/2013	230*V
EAS1176	54440827E	6700/0	09/09/2013	230*XVI
HFN5603	54442397E	6700/0	03/09/2013	230*XVI
KGA9507	54441938E	6700/0	16/09/2013	230*XVI
LPE4192	54441614E	6700/0	23/09/2013	230*XVI
LXB6477	54440834E	6599/2	19/10/2013	230*V
LXG4554	55718882D	6920/0	24/09/2013	233
LXV6012	54441059E	6599/2	21/09/2013	230*V
LXV6012	54441060E	5045/0	21/09/2013	162*V
LXW6860	54441062E	5169/1	21/09/2013	165
LXY5562	55718868D	6920/0	24/09/2013	233
LYA9870	55718897D	6599/2	16/06/2013	230*V
LYA9870	55718898D	5010/0	16/10/2013	162*I
LYI8732	55718862D	6920/0	24/09/2013	233
LYT9964	55718870D	6920/0	24/09/2013	233
MAN8713	54442344E	7340/0	29/09/2013	252*IV
MAQ5206	55718876D	6920/0	24/09/2013	233
MBL5774	54440664E	6548/0	29/09/2013	229

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
MBO3832	54440813E	6700/0	06/09/2013	230*XVI
MCT3123	54442403E	6700/0	10/09/2013	230*XVI
MCT3689	54440808E	6700/0	03/09/2013	230*XVI
MCW8245	54442320E	6912/0	02/09/2013	232
MDJ7011	54442406E	5010/0	16/09/2013	162*I
MDP4773	54440693E	5010/0	19/10/2013	162*I
MDP4773	54440694E	6670/0	19/10/2013	230*XIII
MEU3133	54440812E	5010/0	03/09/2013	162*I
MEY4799	54441056E	6912/0	03/09/2013	232
MEY4799	54441057E	691200	03/09/2013	232
MFH2593	54442407E	5010/0	16/09/2013	162*I
MFW5392	54440254E	6599/2	09/09/2013	230*V
MGJ1908	55718861D	6920/0	24/09/2013	233
MIM1097	54440411E	5010/0	18/10/2013	162*I
MIW3387	54442332E	6912/0	17/09/2013	232
MJA9401	54440660E	5010/0	27/09/2013	162*I
MJH4282	54440654E	5010/0	19/09/2013	162*I
MJH4282	54440655E	6599/2	19/09/2013	230*V
MJN0625	54442341E	5010/0	29/09/2013	162*I
MJN0625	54442342E	5061/0	29/09/2013	163 c/c 162*I
MJY8905	54440833E	6637/1	19/10/2013	230*IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM AAPRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013
ULISSES GABRIEL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /912/2013.
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, AAUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR,CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
ANZ8342	54440809E	5622/2	03/09/2013	182*VI
ANZ8342	54440810E	5614/4	03/09/2013	182*V
BIQ2003	54440893E	5347/0	04/09/2013	178
CHX9630	54441940E	7366/1	16/09/2013	252*VI
CJO4350	54440814E	5185/1	06/09/2013	167
DRC9680	54441618E	5380/0	27/09/2013	181*I
IJU7893	54442384E	5550/0	01/09/2013	181*XVIII
LBP7703	54440822E	5550/0	06/09/2013	181*XVIII
LXD8588	54442369E	5541/1	01/09/2013	181*XVII
LXV3650	54441943E	7374/0	28/09/2013	253
LYE3485	55718900D	5185/1	22/10/2013	167
LZZ3915	54442321E	5541/3	05/09/2013	181*XVII
MAN8713	54442343E	5207/0	29/09/2013	169
MAN8713	54442345E	5385/0	29/09/2013	195
MCE6205	54442372E	5550/0	01/09/2013	181*XVIII
MDA0282	54442323E	5541/1	05/09/2013	181*XVII
MEQ8441	54442371E	5550/0	01/09/2013	181*XVII
MEU9615	54441451E	5509/0	24/09/2013	181*XIII
MEW9853	54440650E	5185/2	04/09/2013	167
MFL7544	54442391E	5550/0	01/09/2013	181*XVIII
MFW9070	54440820E	5550/0	06/09/2013	181*XVIII
MGB9590	54440253E	5835/0	09/09/2013	195
MGH5570	54441834E	5720/0	23/09/2013	186*I
MIE0739	54440891E	7366/2	04/09/2013	252*VI
MIG0817	54442338E	5207/0	29/09/2013	169
MIJ7302	54442373E	5550/0	01/09/2013	181*XVIII

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
MIP9060	54441932E	5509/0	04/09/2013	181*XIII
MIV2359	54441823E	5509/0	05/09/2013	181*XIII
MIW8812	54441058E	7366/2	07/09/2013	252*VI
MJD5929	54442335E	5509/0	23/09/2013	181*XIII
MJH4614	54441616E	5720/0	23/09/2013	186*I
MJY5097	54440887E	5541/1	04/09/2013	181*XVII
MKI6209	54442370E	5550/0	01/09/2013	181*XVIII
MLC9833	54441825E	5509/0	05/09/2013	181*XIII
MMA8719	54441751E	5541/1	17/10/2013	181*XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM AAPRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS

TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013
ULISSES GABRIEL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /913/2013.
FUNDAMENTADONOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO,
INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE
TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEF7892	54440586E	6599/2	03/07/2013	R\$191,53	230*V
EIY0950	54441223E	6700/0	26/07/2013	R\$127,69	230*XVI
HOW1404	54440207E	5045/0	27/06/2013	R\$191,53	162*V
HOZ1318	54441803	6556/5	15/08/2013	R\$191,53	230*I
IFQ5122	54440552E	6599/2	25/05/2013	R\$191,53	230*V
IKL0551	54442401E	6700/0	10/09/2013	R\$127,69	230*XVI
LXP6314	54442477E	6599/2	08/06/2013	R\$191,53	230*V
LXU7903	54441011E	6599/2	01/06/2013	R\$191,53	230*V
LZX1871	54442492E	6599/2	11/06/2013	R\$191,53	230*V
MBG5177	55717121D	6920/0	01/07/2013	R\$127,69	233
MBZ1481	54441017E	5169/1	15/06/2013	R\$1.915,38	165
MCD9075	54440587E	6599/2	03/07/2013	R\$191,53	230*V
MCM2433	55718741D	6599/2	06/07/2013	R\$191,53	230*V
MDU6892	54441015E	5010/0	14/06/2013	R\$574,61	162*I
MEF9927	54441210E	6599/2	08/06/2013	R\$191,53	230*V
MER5582	54440222E	5010/0	06/07/2013	R\$574,61	162*I
MER5582	54440223E	6599/2	06/07/2013	R\$191,53	230*V
MEW3745	55718736D	5010/0	14/06/2013	R\$574,61	162*I
MHU6496	54441201E	6610/2	03/06/2013	R\$127,69	230*VII
MIN8284	54440577E	6700/0	24/06/2013	R\$127,69	230*XVI
MJQ2163	54440568E	5010/0	09/06/2013	R\$574,61	162*I
MLD6851	55718745D	6912/0	06/07/2013	R\$53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013
ULISSES GABRIEL
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /914/2013.

FUNDAMENTADONOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKU1562	54441279E	5835/0	27/05/2013	R\$127,69	195
BGK0722	54442258E	5835/0	01/07/2013	R\$127,69	195
BGK0722	54442259E	5185/1	01/07/2013	R\$127,69	167
BGK0722	54442260E	5215/2	01/07/2013	R\$191,53	170
BUM0440	54440400E	7366/2	02/07/2013	R\$85,12	252*VI
IHO1906	54441288E	7366/2	07/06/2013	R\$85,12	252*VI
LXW6237	54442481E	5185/1	08/06/2013	R\$127,69	167
LZK5094	54441169E	5452/5	06/06/2013	R\$127,69	181*VIII
LZP6326	54440203E	5380/0	24/06/2013	R\$85,12	181*I
MBC5876	54440706E	5380/0	17/06/2013	R\$85,12	181*I
MCF2477	54441200E	5509/0	21/06/2013	R\$85,12	181*XIII
MCQ3679	54442043E	5509/0	09/08/2013	R\$85,12	181*XIII
MED5486	54441199E	5541/5	21/06/2013	R\$53,20	181*XVII
MEO8031	54442051E	5207/0	14/07/2013	R\$53,20	169
MFA7090	54441292E	5835/0	10/06/2013	R\$127,69	195
MGC0296	54440564E	7366/2	06/06/2013	R\$85,12	252*VI
MJB3943	54441240E	5509/0	13/08/2013	R\$85,12	181*XIII
MJR5379	54442279E	5720/0	16/08/2013	R\$127,69	186*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2013
ULISSES GABRIEL
DELEGADO DE POLICIA

Palhoça

PREFEITURA

Lei Nº 3.917, de 21 de Novembro de 2013.
LEI Nº DE 3.917, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

CESSÃO DE USO. Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder direito de uso de área à Caixa Econômica Federal - CEF.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ceder o direito de uso à Caixa Econômica Federal - CEF, representada pela Superintendência Florianópolis, com sede na Rua Nossa Senhora de Lourdes, 111, Agrônômica, Florianópolis/SC, CEP 88.802-260, uma fração de área do Município de Palhoça, localizado na Praia

da Pinheira, situado na Rua Aderbal Ramos da Silva esquina com a Rua dos Pescadores, com área total de 11,10 m² (onze vírgula dez metros quadrados), com a finalidade de instalação de terminal bancário 24 horas, constituindo um quiosque, com equipamento de autosserviço, conforme planta constante em anexo.

Art. 2º A cessão de uso será por prazo de 05 (cinco) anos, nos termos de ato específico pelo Chefe do Executivo Municipal, podendo ser prorrogado.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de novembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.918, de 21 de Novembro de 2013.

LEI Nº DE 3.918, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

DESAPROPRIAÇÃO. Dá nova redação ao Inciso II do Artigo 1º da Lei nº 3.579, de 10 de janeiro de 2012, que desapropria áreas de terras situadas na localidade de Pagani I.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Inciso II do artigo 1º da Lei nº 3.579, de 10 de janeiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ()

II - Trecho 3 - Proprietário Vilson Passig e Rainildes Rod Passig - Título do I-móvel - Matrícula 18.093 - Lv 2JM.

Uma área de terras com 2.799,65 m² (dois mil, setecentos e noventa e nove metros e sessenta e cinco centímetros quadrados) com as seguintes confrontações: Frente ao Sul com FIRENZE Participações, Construções e Incorporações Ltda; Fundos ao Norte com terras de José João de Matos; Lateral Leste com Vilson Passig e Rainildes Rod Passig; e lateral Oeste com Vilson Passig e Rainildes Rod Passig;” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 21 de novembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Edital Convite Nº226/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE Nº. 226/2013

O Município de Palhoça torna público que realizará a Carta Convite nº. 226/2013, no dia 04 de dezembro de 2013, às 1400 hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da CARTA CONVITE tem que como objeto contratação de empresa para prestação de serviço de assessoria, consultoria e auditoria

contábil, financeira e administrativa para apurar as supostas irregularidades nos contratos da Autarquia Águas de Palhoça com empresas prestadoras de serviços. A retirada do edital, deve ser solicitada através de ofício, juntamente com o Certificado de Registro Cadastral deste Município, das 13:00 às 18:00 horas. No entanto, o mesmo deverá ser retirado em até 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data de abertura do referido certame.

Palhoça, 25 de novembro de 2013.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

Errata 01 do Pregão 225-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ERRATA 01
PREGÃO Nº. 225/2013

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no horário de abertura do edital convocatório do PREGÃO nº.225/2013, ficando dia 06/12/2013 às 16:00 hs para entrega dos envelopes e 10/12/2013 às 14:00 para a sessão de lances. Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça 25 de novembro de 2013
Prefeito Municipal.

Pregão Presencial Nº 227/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 227/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 09 de dezembro de 2013, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 227/2013, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização, operacionalização, coordenação e execução de evento, com fornecimento de materiais, mobiliário, equipamentos, serviços de sonorização, filmagem, gravação, transmissão simultânea, produção fotográfica, suporte logístico, material de apoio técnico e demais instrumentos que se fizerem necessários, visando atender aos eventos de comemoração do Natal 2013 deste Município, que ocorrerão nos dias 14 e 15 de dezembro de 2013. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 25 de novembro de 2013.
A PREGOEIRA.

Resultado Pregão 202-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
202/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 202/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto aquisição de alimentos, gás e água para a Assistência Social, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

TAF DISTRIBUIDORA LTDA foi vencedora do LOTE 01 totalizando R\$ 14.416,00 (quatorze mil, quatrocentos e dezesseis reais).

FLAME COMÉRCIO DE GÁS LTDA foi vencedora do LOTE 02 totalizando R\$ 3.202,92 (três mil, duzentos e dois reais e noventa e dois centavos).

ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA foi vencedora do LOTE 03 totalizando R\$ 3.542,00 (três mil, quinhentos e quarenta e dois reais).

Palhoça, 25 de novembro de 2013

Resultado Pregão 213-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
213/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 213/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto aquisição de bica corrida para diversas ruas do município, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

BRITAGEM VOGELSANGER foi vencedora do item 01 totalizando R\$ 748.500,00 (setecentos e quarenta e oito mil e quinhentos reais).

Palhoça, 25 de novembro de 2013

Resultado Pregao 215 213

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DA DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 215/2013

O Município de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 215/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para elaboração de Concurso Vestibular para Faculdade Municipal de Palhoça 2014 (primeiro e segundo semestre), conforme especificações contidas nos anexos, partes integrantes deste instrumento convocatório.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES LTDA ME CNPJ 13.309.336/0001-8, ficou classificada no item 01, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Palhoça, 26 de novembro de 2013.

SHIRLEY REGINA DE FARIAS
Pregoeira- Portaria 1027/2013

Resumo Pregao 214 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DA DO PROCESSO LICITATÓRIO PRE-GÃO PRESENCIAL Nº. 214/2013

O Município de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 214/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a Contratação de empresa para execução do Projeto Feliz Natal Palhoça 2013, incluindo montagem, manutenção, locação e desmontagem da iluminação decorativa, com o fornecimento de todo o material, no período de dezembro de 2013 até o dia 07 janeiro de 2014, conforme discriminado nos anexos, partes integrantes deste instrumento convocatório.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

SADENCO SUL AMERICANA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ 00.166.929/0001-95, ficou classificada no item 01 do lote nº 01, em seu menor preço por lote, totalizando a importância de R\$ 249.000,00 (duzentos e quarenta e nove mil reais).

Palhoça, 25 de outubro de 2013.
SHIRLEY REGINA DE FARIAS
Pregoeira- Portaria 1027/2013

CÂMARA MUNICIPAL

Projeto de Lei Complementar Nº 32/2013

(COM EMENDA)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 032/2013.

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E A REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Lei Complementar define a organização administrativa da Administração Municipal de Palhoça e reestrutura o quadro de cargos de provimento em comissão e de funções gratificadas.

Art. 2º A Administração Municipal de Palhoça pautará sua ação pelas disposições constitucionais que lhe são aplicáveis, bem como pelos seguintes princípios:

I – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

II – sustentabilidade, transparência, finalidade, motivação, proporcionalidade, segurança jurídica, razoável duração do processo administrativo, amplo acesso à informação, contraditório e ampla defesa;

III – melhoria de qualidade e ampliação da abrangência dos serviços públicos municipais, que deverão observar os princípios da universalidade, igualdade, modicidade e adequação;

IV – democratização da ação administrativa e desburocratização

das ações administrativas;

V – aprimoramento da capacidade institucional da Administração Municipal; e

VI – integração com a União, o Estado e os Municípios, especialmente para obter os melhores resultados possíveis na prestação de serviços e no atendimento a demandas de competências concorrentes.

Parágrafo Único. O planejamento da ação administrativa será pautado pelas normas constantes das leis que aprovarem:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – o orçamento anual; e

IV – o plano diretor.

Art. 3º A diretriz organizacional da Administração Pública Municipal primará pela prestação de serviço público capaz de facilitar as ações da sociedade, proporcionando condições para o pleno exercício das liberdades individuais e do desenvolvimento dos talentos, criatividade, vocações e potencialidades das pessoas e das regiões.

Art. 4º O modelo de gestão adotado pela Administração Pública Municipal será o de implementação de políticas públicas e ações administrativas desenvolvidas por meio do método sistêmico, levando em consideração as deliberações dos conselhos municipais e as leis de planejamento municipal.

Parágrafo Único. Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta terão seu desempenho administrativo, financeiro e institucional avaliados permanentemente pelo Prefeito Municipal, e pelo Comitê Gestor de Governo, a partir das seguintes diretrizes: economicidade dos recursos, racionalização dos custos, desburocratização dos procedimentos e efetividade das ações administrativas.

TÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO PODER EXECUTIVO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I Do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 5º A Administração Superior do Poder Executivo Municipal é exercida pelo Prefeito, auxiliado pelo Procurador Geral do Município e pelos Secretários Municipais.

Parágrafo Único. O Vice-Prefeito, além das atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito quando convocado para missões e atividades especiais.

Seção II Das Atribuições dos Secretários Municipais

Art. 6º Os Secretários Municipais, auxiliares diretos e imediatos do Prefeito, exercem atribuições previstas na Lei Orgânica do Município, demais leis municipais e regulamentos, com o apoio dos servidores públicos titulares de cargos de provimento em comissão e dos de provimento efetivo.

Art. 7º No exercício de suas atribuições cabe aos Secretários

Municipais:

I – exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da Administração Municipal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito;

II – distribuir os servidores públicos pelos diversos órgãos internos das Secretarias Municipais que dirigem e atribuir-lhes tarefas funcionais executivas, respeitada a legislação pertinente;

III – expedir circulares, instruções, portarias, ordens de serviço e demais disposições normativas compatíveis com a legislação vigente para promover as atividades realizadas pela Secretaria;

IV – apresentar ao Prefeito relatório anual de sua gestão na Secretaria;

V – revogar, anular, sustar ou determinar a sustação de atos administrativos que contrariem os princípios constitucionais e legais da Administração Pública, na área de sua competência;

VI – receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e promover as correções exigidas;

VII – decidir, mediante despacho exarado em processo, sobre pedidos cuja matéria se insira na área de sua competência; e

VIII – exercer outras atividades e atribuições delegadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º A estrutura administrativa de cada Secretaria, das Autarquias e Fundações Municipais está prevista no Anexo II desta Lei Complementar.

Seção III Das Atribuições do Procurador Geral do Município

Art. 9º O Procurador Geral do Município, auxiliar direto e imediato do Prefeito, exerce atribuições previstas na Lei Orgânica do Município, demais leis municipais e regulamentos, com o apoio dos servidores públicos titulares de cargos de provimento em comissão e dos de provimento efetivo.

Art. 10. O Procurador Geral do Município exercerá a direção superior da Procuradoria Geral do Município, cabendo-lhe a chefia do órgão, bem como a competência para, em nome do Município, propor e desistir de ações, transigir, acordar, compromissar, receber citações e notificações, podendo interpor recursos nas ações em que o Município figure como parte ou interessado.

Art. 11. O Procurador Geral do Município poderá delegar funções aos Subprocuradores Gerais do Município e aos Procuradores do Município, para o exercício pleno das atribuições do órgão.

TÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DA SUA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 12. A Administração Pública Municipal compreende:

I – a Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa do Gabinete do Prefeito, da Procuradoria Geral do Município, das Secretarias Municipais; e

II – a Administração Indireta, que abrange as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

- a) Autarquias;
- b) Fundações Públicas; e
- c) Sociedades de Economia Mista.

Parágrafo Único. As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se ao Gabinete do Prefeito e às Secretarias em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade, conforme previsto no art. 62 desta Lei Complementar.

CAPÍTULO II DA DESCENTRALIZAÇÃO E DA DESCONCENTRAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 13. A execução das atividades da Administração Pública Municipal poderá ser descentralizada e desconcentrada para as Secretarias Municipais e demais órgãos municipais.

Seção I Da delegação de competência

Art. 14. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

Art. 15. A delegação de competência, nos casos legalmente admitidos, será utilizada como instrumento de descentralização e desconcentração administrativas, com o objetivo de assegurar rapidez às decisões.

Art. 16. É facultado ao Chefe do Poder Executivo, ao Procurador Geral do Município e aos Secretários Municipais delegar parte de sua competência aos dirigentes de órgãos por eles supervisionados, coordenados, orientados e controlados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

Art. 17. Não podem ser objeto de delegação:

- I – a edição de atos de caráter normativo; e
- II – as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

Art. 18. O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.

§ 1º O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

§ 2º O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

Art. 19. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Seção II Do controle administrativo

Art. 20. O controle das atividades da Administração Pública Municipal será exercido em todos os níveis, órgãos e entidades, em especial:

I – pelo Comitê Gestor de Governo, que desenvolverá suas atividades por designação do Prefeito;

II – pela chefia competente, no que toca à execução dos programas, projetos, ações e observância das normas inerentes à atividade específica do órgão ou da entidade vinculada ou controlada; e

III – pelos órgãos de cada sistema, referente à observância das normas gerais que regulam o exercício das atividades administrativas.

Parágrafo Único. O controle da aplicação do dinheiro público, a fiscalização e supervisão dos Fundos Municipais e a guarda dos bens do Município serão feitos pelo sistema de controle interno, a partir das diretrizes emanadas do seu órgão central.

Seção III Da ação governamental de supervisão

Art. 21. Os Secretários Municipais são responsáveis, perante o Prefeito, pela supervisão dos serviços dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta enquadrados em sua área de competência.

§ 1º Os Secretários Municipais serão os ordenadores primários das receitas, orçamentos e finanças que se submetem à sua competência;

§ 2º A supervisão a cargo dos Secretários Municipais é exercida por meio de orientação, coordenação, controle e avaliação das atividades dos órgãos subordinados ou vinculados e das entidades vinculadas ou supervisionadas.

Art. 22. A supervisão a cargo dos Secretários Municipais, com o apoio dos órgãos que compõem as estruturas de suas Secretarias, tem por objetivos na área de sua respectiva competência:

I – assegurar a observância das normas constitucionais e infraconstitucionais;

II – promover a execução dos programas, projetos e ações de Governo de forma descentralizada, desconcentrada e intersectorializada;

III – coordenar as atividades das entidades vinculadas ou supervisionadas e harmonizar a sua atuação com a dos demais órgãos e entidades;

IV – avaliar o desempenho das entidades vinculadas ou supervisionadas;

V – fiscalizar a aplicação e a utilização de recursos orçamentários e financeiros, valores e bens públicos;

VI – acompanhar os custos globais dos programas, projetos e ações de Governo; e

VII – encaminhar aos setores próprios os elementos necessários à prestação de contas do exercício financeiro.

Art. 23. No que se refere à Administração Indireta, a supervisão visa assegurar:

I – a realização dos objetivos fixados nos atos de institucionalização ou de constituição da entidade;

II – a harmonia com a política e a programação do Governo no setor de atuação da entidade;

III – a eficiência, a eficácia, a efetividade e a relevância administrativas;

IV – a diminuição dos custos e das despesas operacionais; e

V – a autonomia administrativa, operacional e financeira da entidade.

Art. 24. A entidade da Administração Indireta deverá estar habilitada a:

I – prestar contas de sua gestão, na forma e nos prazos estabelecidos, ao Secretário Municipal ao qual está vinculada, bem como ao Prefeito Municipal; e

II – apresentar os resultados de seus trabalhos, indicando suas causas e justificando as medidas postas em prática ou cuja adoção se impuser, no interesse do serviço público.

§ 1º Ato do Chefe do Poder Executivo disporá sobre os procedimentos a serem adotados para a execução do disposto no inciso I deste artigo.

§ 2º Entidade da Administração Indireta, poderá submeter à análise da Procuradoria Geral do Município questão jurídica de relevante interesse público, devidamente justificado.

CAPÍTULO III DOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

Art. 25. As atividades administrativas comuns a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal serão desenvolvidas e executadas sob a forma de sistemas.

Art. 26. Serão estruturadas, organizadas e operacionalizadas, sob a forma de sistemas administrativos, as seguintes atividades:

I – administração financeira;

II – atos do processo legislativo;

III – coordenação e articulação das ações de governo;

IV – controle interno;

V – gestão de materiais e serviços;

VI – gestão de pessoas;

VII – gestão de tecnologia de Informação;

VIII – gestão documental e publicação oficial;

IX – gestão patrimonial;

X – gestão previdenciária;

XI – planejamento e orçamento; e

XII – serviços jurídicos.

Art. 27. Cada sistema administrativo é composto pelo órgão central e órgãos setoriais.

§ 1º O órgão central é representado pela Procuradoria Geral do Município e pelas Secretarias Municipais.

§ 2º Os órgãos setoriais são representados pelas unidades administrativas das Secretarias Municipais responsáveis pela execução das atividades do respectivo sistema.

§ 3º Cabe ao órgão central do sistema administrativo as atividades

de normatização, coordenação, supervisão, regulação, controle e fiscalização das competências sob sua responsabilidade.

§ 4º Cabem aos órgãos setoriais do sistema administrativo as atividades de execução e operacionalização das competências delegadas pelos respectivos órgãos centrais, bem como o cumprimento das normatizações e determinações emanadas do órgão central e demais atividades afins previstas na legislação.

§ 5º Os órgãos setoriais do sistema administrativo possuem subordinação administrativa e hierárquica ao titular do respectivo órgão ou entidade e vinculação e subordinação técnica ao órgão central do sistema.

§ 6º Os órgãos integrantes de um sistema administrativo, qualquer que seja a sua subordinação, ficam submetidos à orientação normativa, ao controle técnico e à fiscalização específica do órgão central, sob pena de invalidade dos atos praticados e aplicação de sanções administrativas.

Art. 28. O dirigente do órgão central do sistema é responsável pelo fiel cumprimento das leis e regulamentos pertinentes, bem como pelo desempenho eficiente e coordenado do sistema, podendo estabelecer o alcance de resultados pelos órgãos setoriais.

Art. 29. As autarquias, fundações públicas e sociedades de economia mista do Município também estão abrangidas pelo controle sistêmico que será executado através das secretarias municipais às quais estão vinculadas ou diretamente pelo órgão central.

TÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA MUNICIPAL

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Art. 30. A estrutura organizacional básica da Administração Direta compreende:

I – Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito, constituído da seguinte forma:

Comitê Gestor de Governo;
Coordenador Regional;
Coordenador de Comunicação Social; e
Controle Interno;

II – Procuradoria Geral do Município;

III – Secretarias Municipais:
Secretaria Municipal de Governo;
Secretaria Municipal de Administração;
Secretaria Municipal de Finanças;
Secretaria Municipal de Receita;
Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura;
Secretaria Municipal da Educação;
Secretaria Municipal da Saúde;
Secretaria Municipal de Habitação;
Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão;
Secretaria Municipal de Serviço Público – SESP;
Secretaria Municipal da Região Sul;
Secretaria Municipal de Assistência Social;
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável;
Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura; e
Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO GABINETE DO PREFEITO

Seção I

Do órgão deliberativo

Art. 31. Fica criado o Comitê Gestor de Governo, órgão deliberativo diretamente vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, que terá como incumbência coordenar ações voltadas à gestão, modernização e desburocratização da Administração Pública, bem como à racionalização de procedimentos administrativos, ao controle de gastos, incremento de receitas e potencialização de investimentos.

Parágrafo Único. A composição, atribuições e especificidades do Comitê Gestor de Governo serão dispostas por meio de Decreto do Poder Executivo.

Seção II

Do Gabinete do Prefeito Municipal

Art. 32. O Gabinete da Chefia do Executivo assiste direta e imediatamente ao Prefeito Municipal nos serviços de secretaria particular.

Parágrafo Único. São vinculados ao Gabinete do Prefeito Municipal os seguintes cargos:

I – 04 (quatro) Coordenadores Regionais, a serem definidas por ato próprio do Prefeito Municipal, onde delimitará sua área de abrangência; e

II – 01 (uma) Coordenadoria de Comunicação Social, com atribuições previstas nesta Lei Complementar.

Art. 33. Os Coordenadores Regionais se reportarão diretamente ao Prefeito Municipal para o desempenho de suas funções.

Art. 34. Será, também, órgão de apoio ao Gabinete do Prefeito Municipal a Coordenadoria de Comunicação Social, com as seguintes atribuições:

I – assessorar o Poder Executivo nos assuntos relativos à política de comunicação e divulgação da Administração Direta e Indireta;

II – acompanhar e subsidiar os veículos de comunicação com informações sobre as ações administrativas, desenvolvendo serviços de imprensa, relações públicas, comunicação digital das atividades governamentais e inclusão digital no âmbito do Município;

III – formular e gerir toda a política de comunicação para o público interno e externo da Prefeitura Municipal de Palhoça; e

IV – exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito por Decreto do Poder Executivo.

§1º Todo e qualquer órgão ou agente da Administração Municipal Direta ou Indireta que exerça atividade de assessoria de comunicação junto às secretarias e às entidades da Administração Indireta estará sujeito à supervisão e à subordinação técnica da Coordenadoria de Comunicação Social;

§2º A supervisão consiste na orientação, normatização, coordenação e controle das atividades dos órgãos subordinados ou vinculados tecnicamente à Coordenadoria de Comunicação Social, no intuito de unificar os procedimentos de assessoramento no âmbito da Administração Direta e Indireta.

Seção III

Da Procuradoria Geral do Município

Art. 35. Compete à Procuradoria Geral do Município de Palhoça a representação judicial e extrajudicial do Município, provendo a defesa de seus interesses em qualquer instância, órgão, juízo ou

tribunal, a cobrança judicial dos créditos lançados em Dívida Ativa, bem como a prestação de consultoria e assessoramento jurídico, quando solicitados pelo Prefeito ou pelos Secretários Municipais.

Art. 36. São atribuições exclusivas da Procuradoria Geral do Município de Palhoça, além de outras que lhe forem conferidas por lei:

I - promover o ajuizamento e o acompanhamento de ações judiciais e a interposição de recursos em geral;

II - propor orientação jurídico-normativa para a Administração Pública, direta e indireta;

III - pronunciar-se sobre a legalidade dos atos da Administração Municipal;

IV - promover a cobrança judicial dos créditos lançados em Dívida Ativa do Município, de forma articulada com a Secretaria Municipal de Receita e com o Poder Judiciário;

V - promover a unificação de jurisprudência administrativa do Município;

VI – organizar e dar impulso aos processos administrativos disciplinares nos casos previstos em lei;

VII - representar e defender os interesses da Administração Pública Municipal perante os Tribunais de Contas do Estado e da União, Ministério Público e demais órgãos de fiscalização;

VIII – receber citações, intimações e notificações em nome do Município;

IX – promover e coordenar a elaboração de informações que devam ser prestadas pelas autoridades públicas municipais aos órgãos de fiscalização em geral;

X – realizar acordos judiciais e extrajudiciais em nome do Município, desde que haja autorização expressa do Prefeito Municipal, nos termos da lei;

XI - desenvolver as atividades de consultoria e de assessoramento jurídico aos órgãos do Município;

XII – propor em nome do Município ações possessórias, ações demolitórias, ações civis públicas, ações cautelares, entre outras dispostas em lei, sempre que estiver presente o interesse público.

Art. 37. A Procuradoria Geral do Município manterá arquivo e controle dos seus bens, bem como dos documentos e processos referentes às suas atribuições e competências.

Art. 38. Todo e qualquer órgão ou agente da Administração Municipal, direta ou indireta, que exerça atividade de assessoria ou consultoria jurídica junto às Secretarias Municipais e às entidades da administração indireta estará sujeito à supervisão e à subordinação técnica do Procurador Geral do Município.

§1º A supervisão consiste na orientação, coordenação e controle das atividades dos órgãos subordinados ou vinculados tecnicamente à Procuradoria Geral do Município, no intuito de unificar os procedimentos de assessoramento e consulta jurídica no âmbito da Administração Direta e Indireta.

§2º Os Assessores Técnicos Jurídicos não atuarão em processos judiciais, ainda que estes digam respeito ao órgão a que estejam vinculados.

Seção IV

Da Secretaria Municipal de Governo

Art. 39. Compete à Secretaria Municipal de Governo, órgão central dos sistemas de articulação das ações de governo e de atos do Processo Legislativo, além do assessoramento direto do Chefe do Poder Executivo na coordenação de ações de governo:

I – formular planos e programas em sua área de competência, observadas as determinações governamentais, em articulação com as demais Secretarias Municipais;

II – formular a política de governança institucional, de forma integrada com as demais secretarias, e submetê-la ao Prefeito Municipal;

III – coordenar e integrar institucionalmente a ação de governo;

IV – apoiar o Prefeito Municipal no relacionamento institucional do Poder Executivo com o Poder Legislativo, com os demais Poderes de todos os entes da Federação;

V – coordenar a representação institucional do Município, observadas as diretrizes definidas pelo Prefeito Municipal;

VI – coordenar o processo de padronização, normatização e publicidade dos atos de governo pertinentes à sua área de competência;

VII – coordenar a elaboração da agenda institucional, bem como de documentos oficiais e adotar as providências técnicas do protocolo dos eventos e correspondentes;

VIII – elaborar os atos normativos e decisórios do Poder Executivo Municipal;

IX – promover:

a) a revisão de projetos de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo e de todos os atos do processo legislativo;

b) o encaminhamento de mensagens governamentais e o acompanhamento da tramitação das proposições na Câmara de Vereadores;

c) o controle do cumprimento dos prazos constitucionais, legais e regimentais relativos aos atos oriundos do Poder Legislativo; e

d) a expedição e a publicação dos atos e decretos editados e das leis sancionadas pelo Prefeito do Município ou promulgadas pela Câmara de Vereadores.

X – desenvolver atividades de integração política e administrativa;

XI – apoiar os órgãos do Sistema de Controle Interno no relacionamento intragovernamental e na relação institucional com os órgãos de controle externo;

XII – realizar o controle por meio da instituição de ouvidoria municipal;

XIII – realizar projetos de captação de recursos Estaduais e Federais, bem como a elaboração do competente instrumento;

XIV – efetuar o acompanhamento de todos os convênios e financiamentos oriundos de verba federal e/ou estadual.

XV – exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Seção V

Da Secretaria Municipal de Administração

Art. 40. À Secretaria Municipal de Administração, como órgão central dos sistemas de gestão pública, patrimonial e pessoal, compete, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional:

I – planejar, coordenar, supervisionar, normatizar, controlar, orientar e formular políticas públicas de gestão de pessoas, envolvendo:

a) benefícios funcionais que não tenham natureza previdenciária;

b) ingresso, movimentação e lotação de pessoal;

c) programas de capacitação e de educação continuada de servidores;

d) planos de carreira, cargos e vencimento;

e) plano de saúde dos servidores públicos e seus dependentes;

f) progressão funcional;

g) remuneração;

h) perícia médica e saúde do servidor;

i) melhoria das condições de saúde ocupacional dos servidores públicos municipais e a prevenção contra acidentes de trabalho;

j) adoção de estratégias de comprometimento dos servidores em substituição às estratégias de controle;

k) programas de atração e permanência dos servidores públicos; e

l) programas de valorização do servidor público calcados no desempenho;

II – normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão de materiais e serviços, envolvendo:

a) licitações de material e serviços;

b) contratos de material e serviços; e

c) estocagem e logística de distribuição de material;

III – normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão patrimonial, envolvendo:

a) material adjudicado;

b) bens móveis; e

c) transportes oficiais.

IV – normatizar, supervisionar, orientar e formular as ações relacionadas com publicações oficiais, coordenando e executando as publicações oficiais do Município;

V – garantir a prestação de serviços municipais relativos à sua área de competência de acordo com as diretrizes do programa de governo; e

VI – coordenar em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças os assuntos afins e as ações interdependentes que tenham repercussão financeira;

VII – definir as prioridades relativas à liberação dos recursos financeiros com vistas à elaboração da programação financeira de desembolso, de forma articulada com as demais Secretarias e

entidades vinculadas; e

VIII – exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único. São órgãos ou funções vinculados à Secretaria Municipal de Administração:

I – a Diretoria de Recursos Humanos;

II – a Comissão Permanente de Licitações.

Seção VI
Da Secretaria Municipal de Finanças

Art. 41. À Secretaria de Finanças, como órgão central dos sistemas orçamentário, financeiro e contábil, compete, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional:

I – coordenar os assuntos afins e as ações interdependentes que tenham repercussão financeira, em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração;

II – definir as prioridades relativas à liberação dos recursos financeiros com vistas à elaboração da programação financeira de desembolso, de forma articulada com as demais Secretarias e entidades vinculadas;

III – em relação aos controles financeiros:

a) controlar os recursos financeiros disponíveis, sua correspondente movimentação bancária e os pagamentos;

b) proceder aos registros contábeis das movimentações financeiras; e

c) controlar e registrar a despesa e a dívida pública passiva.

IV – administrar os Encargos Gerais do Município;

V – execução e apoiar a administração dos Fundos, Fundações e Autarquias, relativo as Finanças do Município, Contabilidade, Balanço Geral, Balancetes Orçamento, Prestações de Contas, escrituração e registro contábil da receita, despesas, folhas de pagamentos;

VI – elaborar e executar o Plano Plurianual de Investimentos – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA;

VII – auxiliar na realização das ações preventivas de auditoria interna nas contas dos órgãos e entidades vinculadas e supervisionadas;

VIII – manter registros contábeis, financeiros e orçamentários atualizados e organizados para fins de conferência;

IX – elaborar a prestação de contas do Chefe do Poder Executivo e do Município, na forma da legislação e nos prazos legais; e

X – exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Seção VII
Da Secretaria Municipal de Receita

Art. 42. À Secretaria Municipal de Receita, como órgão central do

sistema de administração tributária e fazendária, compete:

I – administrar, organizar e manter atualizado os lançamentos e o cadastro fiscal mobiliário e imobiliário;

II – administrar o contencioso administrativo-tributário em primeiro grau de jurisdição, realizadas através de servidores que detenham conhecimento da legislação municipal aplicável à matéria;

III – planejar e coordenar as atividades de arrecadação e dos serviços relacionados com o recebimento das receitas tributárias;

IV – acompanhar a cobrança de débitos fiscais, em conjunto com as demais Secretarias Municipais e a Procuradoria Geral do Município;

V – desenvolver atividades relacionadas ao lançamento, arrecadação, controle e fiscalização dos tributos imobiliários, mobiliários e demais receitas municipais;

VI – participar de estudos e projetos sobre a estrutura e a legislação tributária, visando à manutenção e/ou aumento da arrecadação municipal;

VII – expedir instruções ou ordens de serviços visando o aprimoramento dos serviços de arrecadação, lançamento e cadastro;

VIII – proceder à admissão à exclusão de agentes da rede arrecadadora, propor normas e auditar a ação dos referidos agentes;

IX – propor normas, disciplinar procedimentos, executar, orientar e supervisionar os serviços de concessão de parcelamento de débitos fiscais não inscritos;

X – zelar pela fiel observância e aplicação das leis, decretos e regulamentos em matéria pertinente à receita municipal;

XI – realizar atos que visem prevenir a evasão fiscal;

XII – fiscalizar, coordenar, encaminhar e agilizar a cobrança da dívida amigável ou judicial;

XIII – acompanhar a execução dos acordos de débitos fiscais municipais, propondo a revisão ou denuncia caso o interesse da fazenda municipal o aconselhe;

XIV – promover a inscrição em Certidão da Dívida Ativa;

XV – atender e orientar contribuintes e não contribuintes acerca dos serviços prestados pelo Município; e

XVI – exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único. São órgãos ou funções vinculados à Secretaria Municipal da Receita:

I - o Conselho Municipal de Contribuintes;

II - a Fiscalização de Tributos.

Seção VIII
Da Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura

Art. 43. À Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura, órgão central do Sistema de Planejamento e Infraestrutura, compete:

I – coordenar a elaboração do Planejamento Anual do Município de Palhoça;

II – propor e apoiar as ações voltadas ao desenvolvimento de um processo contínuo e permanente de modernização administrativa, com vistas à integração, racionalização e eficiência das rotinas, métodos e processos de trabalho, no âmbito da Administração Municipal, contribuindo, dessa forma, para a melhoria dos serviços públicos;

III – coordenar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, instrumentos do Sistema de Planejamento Público Brasileiro;

IV – estabelecer diretrizes à sistemática de elaboração e execução de planos, programas e projetos governamentais, bem como sua adequação às prioridades estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal;

V – coordenar, compartilhar e avaliar a alocação de recursos orçamentários necessários ao cumprimento dos objetivos e metas governamentais, bem como o acompanhamento de sua execução; e

VI – definir as políticas, diretrizes e estratégias de planejamento;

VII – definir as áreas prioritárias para elaboração de projetos;

VIII – definir os critérios de acompanhamento e avaliação dos projetos a serem executados;

IX – sugerir a definição da alocação dos recursos orçamentários segundo as áreas prioritárias para investimentos;

X – viabilizar o desenvolvimento de projetos e a sua execução através de outras instituições oficiais ou particulares;

IX – estabelecer canais de relacionamento com instituições que desenvolvam pesquisas, com a finalidade de articular-lhes as atividades, para melhor aproveitamento de esforços e recursos;

X – emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos pertinentes às suas atividades;

XI – incentivar a realização de estudos, programas, projetos e outras atividades que tenham por objeto a criação, o aperfeiçoamento e a consolidação do processo de planejamento, bem como o desenvolvimento de novas técnicas e processos; e

XII – elaborar projetos relacionadas aos sistemas de mobilidade:

rodoviária;
ciclovária;
aquaviária;
de pedestres.

XIII – a concessão, autorização ou permissão e fiscalização do serviço público de transporte municipal de passageiros;

XIV – a execução, fiscalização e manutenção das obras públicas;

XV – a construção, conservação, restauração, reconstrução, promoção de melhoramentos das estradas de rodagem municipais, inclusive pontes e obras complementares;

XVI – a coordenação dos serviços relacionados com a infraestrutura de transporte rodoviário, a cargo do Município em conjunto com a Secretária responsável;

XVII – a fiscalização da colocação ou construção de instalações permanentes ou provisórias, de caráter particular ou público, ao longo das rodovias municipais;

XVIII – a construção de acessos ao longo das rodovias estaduais e federais, bem como o uso de travessias de qualquer natureza na faixa rodoviária;

XIX – o apoio às Secretarias e entidades vinculadas na realização de obras de infraestrutura pública;

XX – o apoio aos órgãos da administração municipal na elaboração de processos licitatórios relativos às obras e serviços de engenharia;

XXI – a análise de projetos de obras privadas de construção civil e de desmembramento, amembramento e loteamento do solo, bem como a fiscalização de sua execução;

XXII – desenvolver as ações destinadas a viabilizar a regularização fundiária de imóveis, observada a legislação vigente sobre o tema;

XXIII – o exercício da fiscalização e do poder de polícia em relação à construção de obras privadas, nos termos e limites da lei;

XXIV – exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único. São órgãos ou funções vinculados à Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura:

I – a Fiscalização e Análise de Projetos;

II – a Topografia;

III – a Regularização Fundiária;

IV – o Planejamento;

V – a Fiscalização de Obras Privadas.

Seção IX

Da Secretaria Municipal da Educação

Art. 44. À Secretaria Municipal da Educação compete:

I – a organização, administração, supervisão, controle e avaliação da política municipal de educação, desenvolvendo programas voltados, prioritariamente, à educação infantil e ao ensino fundamental, em cumprimento ao disposto na legislação vigente;

II – organizar, manter e desenvolver as instituições do Sistema Municipal de Ensino, integrando-se às políticas e planos educacionais da União e do Estado;

III – a supervisão dos estabelecimentos do Sistema Municipal de Ensino;

IV – implantar políticas de erradicação do analfabetismo, oportunizando ensino fundamental para jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

V – promover o levantamento e censo escolar, estudos e pesquisas, visando ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

VI – ofertar e promover Educação Especial aos alunos portadores de necessidades especiais;

VII – a administração dos fundos e recursos específicos de sua Secretaria;

VIII – a manutenção regular e adequada da guarda dos registros da documentação escolar geral e individual dos alunos e professores;

IX – a gestão das atividades relativas à merenda escolar;

X – a permanente interação com os municípios da região, visando à promoção de políticas de desenvolvimento regional na área da educação;

XI – a conservação e manutenção da Secretaria e das unidades escolares;

XII – dar suporte para o funcionamento de Conselho cuja área de atuação está afeta à Secretaria; e

XIII – desenvolver outras competências correlatas que forem designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único. São órgãos ou funções vinculados à Secretaria Municipal de Educação:

I – o Conselho Municipal de Educação;

II – o Conselho Municipal de Merenda Escolar.

Seção X
Da Secretaria Municipal da Saúde

Art. 45. À Secretaria Municipal da Saúde compete:

I – formular e executar a Política Municipal de Saúde, priorizando as ações preventivas;

II – desenvolver ações que objetivem o aumento da efetividade na prestação de serviços de saúde à sociedade;

III – desenvolver ações que objetivem o crescimento e desenvolvimento institucional e aprendizagem de toda a Secretaria Municipal da Saúde, construindo uma base de pessoal competente, tecnologia da informação coerente e mecanismos de gestão efetivos para suportar e fomentar o desenvolvimento da organização;

IV – consolidar temáticas estratégicas no nível central, articulando as políticas nacional e municipal de saúde;

V – aumentar a integração e articulação entre os níveis da Secretaria Municipal da Saúde através do estabelecimento de metas bilaterais orientadas mutuamente no sentido de gerar, subsidiar e acompanhar as programações de atividades num ciclo contínuo de integração;

VI – desempenhar e organizar as atividades médicas, paramédicas, odontológicas e sanitárias no Município;

VII – promover a educação para a saúde, visando a prevenção e orientação da população;

VIII – executar a administração ambulatorial;

IX – exercer a vigilância e epidemiológica;

X – desenvolver, organizar e promover a vigilância sanitária e alimentar no Município, através de atos e disposições adequadas;

XI – o combate à zoonose;

XII – realizar atividades relacionadas ao meio ambiente, desde que vinculadas com ações de saúde;

XIII – cadastramento, pesquisa, controle e distribuição de medicamentos;

XIV – formulação de políticas de saúde pública, em especial nas áreas de risco;

XV – exames clínicos e laboratoriais.

XVI – realizar o controle dos projetos e a prestação de contas de todos os recursos destinados à saúde; e

XVII – desenvolver outras atribuições correlatas que forem designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único. São órgãos ou funções vinculados à Secretaria Municipal da Saúde:

I – o Conselho Municipal de Saúde;

II - a Vigilância em Saúde.

Seção XI
Da Secretaria Municipal de Habitação

Art. 46. Compete à Secretaria Municipal de Habitação:

I – definir, coordenar e gerir as políticas de habitação de interesse social do Município;

II – qualificar e integrar os espaços urbanos, priorizando as intervenções em assentamentos precários;

III – elaborar, acompanhar e atualizar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e o Plano Municipal de Saneamento Básico, assim como os demais elementos necessários ao planejamento estratégico dessas áreas;

IV – elaborar, coordenar, acompanhar e fiscalizar projetos, programas, obras públicas e ações realizadas pelo Município nas Áreas de Habitação de Interesse Social;

V – elaborar, coordenar, acompanhar e fiscalizar levantamentos topográficos, laudos técnicos e avaliação de imóveis nas Áreas de Habitação de Interesse Social e de Saneamento;

VI – mapear e cadastrar as Áreas de Habitação de Interesse Social;

VII – analisar e emitir pareceres técnicos em projetos, relatórios e processos afins às áreas de competência da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental;

VIII – articular com órgãos governamentais federais, estaduais, municipais, da iniciativa privada, de instituições financeiras e da comunidade, visando à elaboração e execução de projetos e programas de saneamento básico e de habitação de interesse social; e

IX – desenvolver outras atribuições correlatas que forem designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Seção XII**Da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão**

Art. 47. Compete à Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão:

I – estudar, planejar, executar e controlar assuntos relativos à defesa e à segurança social do Município de Palhoça prevenindo e reprimindo a criminalidade, como também oferecendo serviços que possibilitem a garantia dos direitos do cidadão e o pleno desenvolvimento da personalidade;

II – assessorar o Prefeito e demais Secretários Municipais na ação coordenadora das ações de defesa social do Município;

III – promover a cooperação entre as instâncias Federal e Estadual, articulando-se com os demais órgãos da Administração e com a sociedade, visando otimizar as ações na área de segurança pública e social de interesse do Município;

IV – promover a gestão dos mecanismos de proteção do patrimônio público municipal e de seus usuários;

V – coordenar as ações de defesa civil no Município, articulando os esforços das instituições públicas e da sociedade;

VI – atuar e apoiar na política de prevenção e combate às drogas, através de agentes multiplicadores, na orientação escolar, na elaboração de estatísticas e sugestões pertinentes, tudo em conformidade com as disposições da Legislação Federal;

VII – promover a vigilância dos bens culturais e das áreas de preservação do patrimônio natural do Município, na defesa dos mananciais, da fauna, da flora e meio ambiente em geral;

VIII – exercer ação preventiva de defesa social em eventos realizados sob a responsabilidade de agentes públicos municipais;

IX – colaborar com a fiscalização municipal na aplicação da legislação referente ao exercício do poder de polícia administrativa do Município;

X – promover a fiscalização das vias públicas, oferecendo o necessário suporte às demais secretarias municipais;

XI – implantar e coordenar as ações da Guarda Municipal de Palhoça;

XII – regular, coordenar, fiscalizar, administrar o Trânsito no Município de Palhoça, definindo estratégias de mobilidade urbana e elaborar planos e projetos para sua adequação em conjunto com a Secretaria Municipal Planejamento e Infraestrutura; e

XIII – desenvolver outras atribuições correlatas que forem designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único. São órgãos ou funções vinculados à Secretaria Municipal de Segurança Pública:

I – a Defesa Civil;

II – a Defesa do Consumidor e o PROCON;

III – a Guarda Municipal e a Segurança Pública;

IV – o Trânsito.

Seção XIII**Da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESP**

Art. 48. Compete à Secretaria de Serviços Públicos – SESP, as seguintes atribuições:

I – prestar apoio administrativo e institucional às ações referentes à execução dos serviços públicos municipais, incluindo iluminação pública;

II – realizar reparos simples e de menor complexidade nas vias e logradouros públicos;

III – executar obras de limpeza e manutenção dos espaços públicos;

IV – realizar obras públicas de menor complexidade;

V – realizar cadastramento de ambulante para fins de eventos públicos ou particulares;

VI – promover autorização para cessão de área pública, para fins precários ou não;

VII – autorizar funcionamento em horário especial, com data/hora de início e fim, desde que devidamente justificado, observando o interesse dos moradores do local e a razoabilidade;

VIII – realizar o cadastramento e autorização de aforamento, nos termos da legislação aplicável;

IX – realizar arrendamento de área em cemitério municipal;

X – desempenhar a pesquisa, cadastro e mapeamento dos imóveis do Município, e manter o registro atualizado e informatizado;

XI – conceder autorização para eventos públicos e privados em área pública, bem realizar a sua fiscalização;

XII – realizar estudo e projetos relacionados à sua área de competência;

XIII – emitir parecer, fundamentado, em processos ligados à sua área de atribuição;

XIV – exercer demais atribuições correlatas designadas pelo Prefeito Municipal por meio de Decreto do Poder Executivo.

Seção XIV**Da Secretaria Municipal da Região Sul**

Art. 49. À Secretaria da Região Sul compete desenvolver as atividades relacionadas:

I – à execução e manutenção das obras públicas realizadas na Região Sul;

II – à conservação, restauração, reconstrução, promoção de melhoramentos das estradas de rodagem municipais, inclusive pontes e obras complementares da Região Sul;

III – à coordenação dos serviços relacionados com a infraestrutura de transporte rodoviário na região sul, a cargo do município;

IV – o apoio as secretarias e entidades vinculadas na realização de obras de infra-estrutura pública;

V – à implantação e manutenção de sistemas de prevenção e de controle de enchentes e de desmoronamentos;

VI – promover a limpeza das praias da Região Sul, bem como promover políticas públicas de conscientização e prevenção das belezas naturais;

VII – à coleta, transporte e destinação adequada de resíduos de qualquer natureza;

VIII – à garantia de harmonia entre os interesses do município, dos usuários, dos concessionários, dos permissionários e dos autorizatários de serviços públicos realizados na região sul;

IX – à garantia da aplicação do princípio da isonomia no uso e acesso aos serviços concedidos;

X – à locação, construção, conservação, diretamente ou por delegação, restauração, reconstrução, promoção de melhoramentos e administração, diretamente ou através de terceiros, das estradas do plano rodoviário do município, inclusive pontes e obras complementares;

XI – à administração dos programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias e instalações correlatas;

XII – à execução, diretamente ou mediante delegação às empresas privadas, do serviço público de transporte rodoviário municipal de passageiros, nas modalidades concessão e permissão para o serviço regular;

XIII – zelar pela segurança e bem estar dos usuários do transporte rodoviário municipal de passageiros;

XIV – desenvolver outras atribuições correlatas que forem designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo

Seção XV

Da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 50. À Secretaria de Assistência Social compete:

I – formular e organizar a Política Municipal de Assistência Social, sob comando único, responsável pela execução do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

II – organizar a Política de Assistência Social, por níveis de proteção social, sendo Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade e de Alta Complexidade;

III – garantir a Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações e iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas;

IV – implantar e executar programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais conforme a Lei Orgânica da Assistência Social 8.742/93;

V – manter atividades de pesquisa da realidade social, desenvolvendo e treinando recursos humanos orientados à prestação de serviços técnicos na área social;

VI – planejar e coordenar a aplicação de recursos municipais disponíveis para auxílios e subvenções a entidades particulares de caráter assistencial;

VII – promover o fortalecimento das relações familiares no âmbito da sociedade;

VIII – formular e executar a Política Municipal do Idoso em parceria com as demais políticas públicas, conforme Estatuto do Idoso;

IX – fiscalizar entidades sociais beneficiárias de recursos financeiros municipais;

X – formular políticas para promover a integração social da pessoa portadora de deficiência;

XI – assegurar a qualidade dos serviços prestados pela rede socioassistencial, definindo uma Política Municipal para a gestão do trabalho, qualificação permanente e valorização dos trabalhadores do SUAS, conforme diretrizes da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB-RH/SUAS;

XII – a defesa dos direitos humanos;

XIII – promover articulações que resulte no engajamento, integração e participação das comunidades, com vistas ao atendimento das suas demanda;

XIV – garantir o quadro de pessoal necessário à execução da gestão e dos serviços socioassistenciais conforme preconizado pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB-RH/SUAS;

XV – implantar e coordenar a sistemática de informação, monitoramento e avaliação contínua sobre os serviços, programas, projetos e benefícios da Política Municipal de Assistência Social;

XVI – executar a Política Municipal de Assistência Social em parceria com as demais políticas sociais e organizações da sociedade civil, regularmente constituídas, na perspectiva da intersetorialidade das políticas públicas e articulação com a rede de serviços socioassistenciais;

XVII – oferecer infraestrutura necessária para o efetivo funcionamento do Conselho Municipal da Assistência Social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros;

XVIII – arcar com despesas, dentre outras, de passagens, transportes, alimentação, hospedagem dos conselheiros municipais, tanto do governo quanto da sociedade civil organizada, quando estiverem no exercício de suas atribuições;

XIX – elaborar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais áreas governamentais, especialmente a da seguridade social, encaminhando-a ao Chefe do Poder Executivo, depois de apreciada e aprovada pelo CMAS;

XX – prestar assessoramento técnico às entidades e organizações de assistência social;

XXI – coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro da Rede Socioassistencial Governamental e Não-Governamental do Município;

XXII – contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais;

XXIII – assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária; e

XXIV – desenvolver outras atribuições correlatas que forem designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único. São órgãos ou funções vinculados a Secretaria

Municipal de Assistência Social:

I – o Conselho Tutelar;

II – o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;

III – o Conselho Municipal da Mulher;

IV – o Conselho Municipal de Assistência Social;

V – o Conselho Municipal de Entorpecentes;

VI – o Conselho Municipal do Idoso; e

VII – o Conselho Municipal dos Portadores de Deficiência Física.

Seção XVI

Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável

Art. 51. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável compete:

I – promover, por intermédio de políticas públicas, a inovação e a cidadania para o desenvolvimento econômico e sustentável do Município, com ênfase na dignidade do cidadão;

II – executar projetos e programas que sejam economicamente viáveis, socialmente justos e ecologicamente corretos;

III – planejar, formular e normatizar, de forma desconcentrada, as políticas de desenvolvimento econômico e sustentável, urbano, recursos ambientais e saneamento;

IV – fomentar e incentivar investimentos no Município, em áreas e setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e sustentável, mediante ações que atraíam, facilitem e informem investidores privados, nacionais e estrangeiros sobre as possibilidades oferecidas pelo Município;

V – estimular a realização de pesquisa científica e tecnológica; e

VI – prospectar um novo modelo de desenvolvimento para o Município;

VII – definir instrumentos de apoio à sustentabilidade e a expansão das empresas sediadas no Município, atraindo e estimulando novos empreendimentos;

VIII – formular políticas municipais de desenvolvimento econômico, emprego e renda;

IX – formular políticas e coordenar ações de apoio às micro e pequenas empresas, bem como aos micro empreendedores individuais;

X – fomentar a implantação e o desenvolvimento de condomínios de empresas e de pólos e incubadoras de base tecnológica;

XI – acompanhar, avaliar e controlar a execução das políticas e dos planos de desenvolvimento do Município;

XII – acompanhar, avaliar e desenvolver políticas públicas que visem à ordenação do espaço territorial urbano;

XIII – definir programas integrados de recursos humanos, para a melhoria dos níveis educacionais e de capacitação profissional dos trabalhadores e para prevenção de doenças ocupacionais;

XIV – promover a capacitação tecnológica, gerencial e a formação de empreendedores;

XV – produção e análise de informações estatísticas; e

XVI – exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito ou atribuídas à Secretaria por Decreto do Poder Executivo.

Seção XVII

Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

Art. 51. À Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura compete:

I – planejar, formular e normatizar as políticas integradas de turismo e lazer, apoiando e incentivando a realização de eventos e manifestações turísticas, bem como intercambiando experiências e elaborando estudos e análises específicas, com vistas à proposição de planos, diretrizes e metas para o desenvolvimento integrado do lazer;

II – captar recursos para financiamento de projetos relativos ao desenvolvimento turístico, com ampliação e diversificação da infraestrutura municipal na área;

III – promover, fomentar, incentivar, assistir e apoiar o turismo;

IV – promover intercâmbio, convênios e parcerias com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, em assuntos relativos ao desenvolvimento turístico do Município;

V – interagir com os municípios da região visando à concepção, promoção e implementação de políticas de desenvolvimento turístico, em especial as relacionadas ao turismo integrado;

VI – administrar os fundos e recursos específicos de sua Secretaria; e

VII – elaborar estudos e análises específicas sobre as áreas turísticas, visando à proposição de diretrizes para o desenvolvimento integrado do lazer;

VIII – coordenar ações voltadas à captação de recursos para financiamento de projetos relativos ao desenvolvimento turístico, junto a organismos nacionais e internacionais;

IX – elaborar projetos e programas voltados à inclusão de portadores de necessidades especiais e demais segmentos da sociedade nas atividades turísticas;

X – compatibilizar as diretrizes municipais com as políticas estadual e nacional de desenvolvimento do turismo;

XI – normatizar e consolidar os critérios para os estudos e pesquisas de demanda turística; e

XII – formular a política cultural e esportiva do Município;

XIII – identificar fontes de financiamento, bem como promover intercâmbio e captação de recursos visando ao cumprimento de sua finalidade;

XIV – promover o repasse de recursos financeiros e materiais a entidades culturais e esportivas, regularmente constituídas, em efetivo funcionamento e declaradas de utilidade pública, para a sua manutenção e a execução de planos e projetos culturais e esportivos;

XV – coordenar os processos de tombamento e cooperar para a

defesa e conservação do patrimônio histórico, cultural e artístico;

XVI – coordenar as atividades desportivas municipais e estimular a participação da sociedade;

XVII – promover e estimular exposições, espetáculos, conferências, edições, cursos, debates, feiras, concursos, eventos populares e projeções cinematográficas;

XVIII – emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza cultural e desportiva;

XIX – auxiliar instituições e grupos culturais governamentais e não-governamentais, mediante apoio ou assessoramento;

XX – incentivar a participação da comunidade em favor de programas e projetos culturais, buscando a expansão das atividades culturais e desportivas no Município;

XXI – realizar permanente trabalho de conscientização da sociedade, do governo e das instituições privadas na oferta de recursos em geral para o cumprimento de seus objetivos;

XXII – estimular e apoiar entidades de representação coletiva e grupos culturais na preservação e no desenvolvimento das manifestações culturais;

XXIII – promover e realizar estudos e pesquisas sobre a produção e difusão das manifestações culturais;

XXIV – realizar eventos desportivos, promovendo a participação e atividade física da sociedade;

XXV – estimular e promover a produção literária e a editoração de obras relacionadas com sua área de atuação;

XXVI – estimular e promover as atividades relacionadas com as artes plásticas, cinema, vídeo, música, dança, teatro e desporto, dentre e outras manifestações afins;

XXVII – estimular e promover as atividades relacionadas com museus e bibliotecas, organizando, atualizando e difundindo seus acervos;

XXVIII – convocar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Cultura e no mesmo proceder ao Esporte;

XXIX – celebrar convênios, contratos e ajustes com instituições públicas privadas, nacionais e internacionais;

XXX – gerir fundos e contas, e aplicar recursos relativos ao desenvolvimento de suas atividades; e

XXXI – exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito ou atribuídas à Secretaria por Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único. São órgãos ou funções vinculados a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura:

I – o Conselho Municipal de Esporte;

II – o Conselho Municipal de Turismo;

III – o Conselho Municipal de Cultura.

Seção XVIII

Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura

Art. 53. À Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura compete:

I – buscar a sustentabilidade ambiental, econômica e social da pesca e agricultura no Município, atuando em consonância com os órgãos gestores da pesca no Brasil, com a promoção de programas para a qualificação e requalificação profissional relativas ao setor;

II – orientar pescadores e produtores no cultivo, na organização e na comercialização dos produtos, em consonância com a legislação vigente.

III – propor, implantar, coordenar e apoiar políticas desenvolvimento da pesca e agricultura artesanal, amadora, esportiva e comercialização de seus produtos;

IV – coordenar todos os expedientes relativos à prestação de serviços de apoio ao desenvolvimento da pesca, agricultura e maricultura artesanal, amadora e esportiva, bem como a comercialização e apoio à pesquisa para desenvolvimento da atividade no Município;

V – coordenar o apoio às atividades dos escritórios das agências públicas promotoras de políticas de apoio à pesca e à agricultura artesanal, amadora e esportiva no Município;

VI – elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento da Pesca e promover a sua execução;

VII – realizar estudos, que visem à atualização das leis municipais aplicáveis à pesca e agricultura, propondo as providências convenientes;

VIII – executar, diretamente, ou mediante convênio, acordo ou contrato, projetos relativos ao desenvolvimento da pesca e da agricultura;

IX – complementar, quando conveniente a ação dos órgãos exercer, supletivamente, a fiscalização do cumprimento das normas no âmbito de suas atribuições;

X – pronunciar-se sobre iniciativas de órgãos, que afetem a pesca ou a agricultura;

XI – pesquisar e difundir as tecnologias agropecuárias e pesqueiras;

XII – coordenação de programas e projetos de desenvolvimento e sustentável nas microbacias;

XIII – apoio à oportunidades de crédito, especialmente para habitação, instalações produtivas, armazéns, equipamentos e insumos na área rural e no setor pesqueiro; e

XIV – exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito ou atribuídas à Secretaria por Decreto do Poder Executivo.

§ 1º A Secretaria para realizar seus objetivos deverá:

I – formular as políticas e diretrizes de atuação junto aos produtores rurais e pescadores;

II – fomentar a implantação de condomínios para o aprimoramento genético do rebanho do Município;

III – formular, coordenar, acompanhar, avaliar e controlar a execução das políticas e dos planos de desenvolvimento rural e pesqueiro do Município;

IV – produção e análise de informações estatísticas;

§ 2º São órgãos ou funções vinculados a Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura:

I – o Conselho Municipal de Atividades Marinhas;

II – o Conselho Municipal de Agricultura.

TÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA MUNICIPAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54. As entidades integrantes da Administração Indireta Municipal reger-se-ão pelas disposições contidas nesta Lei Complementar e nas leis específicas, obedecidos os seguintes princípios institucionais:

I – as Autarquias e as Fundações Públicas de Direito Público funcionarão segundo as diretrizes dadas pelas leis de criação e respectivos regimentos internos;

II – as Fundações Públicas de Direito Privado funcionarão segundo as diretrizes dadas pelas leis que autorizarem sua institucionalização e pelos respectivos estatutos; e

III – as Sociedades de Economia Mista, suas subsidiárias ou controladas funcionarão segundo as diretrizes dadas pelas leis que autorizarem sua constituição e pelos respectivos estatutos ou contratos sociais.

CAPÍTULO II DAS AUTARQUIAS

Art. 55. São autarquias as seguintes entidades:

I – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça – SAMAE Palhoça;

II – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça – IPPA; e

III – Faculdade Municipal de Palhoça – FMP.

Seção I
Do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça – SAMAE Palhoça

Art. 56. A Autarquia Águas de Palhoça fica transformada e denominada de Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça – SAMAE Palhoça, mantendo a forma e atribuições da lei que a instituiu, observados os ditames legais e constitucionais aplicáveis.

Seção II
Do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça – IPPA

Art. 57. O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça – IPPA tem por objetivo executar a política de previdência social dos servidores públicos do Município de Palhoça, incluindo os servidores de suas autarquias e fundações, na forma estabelecida em Lei específica que a disciplina.

Seção III
Da Faculdade Municipal de Palhoça – FMP

Art. 58. A Faculdade Municipal de Palhoça - FMP tem por objetivo executar a política de ensino superior municipal público e gratuito, na forma estabelecida em lei que a instituiu, obedecidas a

legislação específica e as normas constitucionais.

CAPÍTULO III DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS

Art. 59. São fundações públicas do Município as seguintes entidades:

I – Fundação Cambirela do Meio Ambiente – FCAM;

Seção I
Da Fundação Cambirela do Meio Ambiente – FCAM

Art. 60 A Fundação Cambirela do Meio Ambiente – FCAM compete:

I – executar projetos específicos, incluídos os de pesquisa científica e tecnológica, de defesa e preservação do meio ambiente;

II – fiscalizar, acompanhar e controlar os níveis de poluição urbano e rural;

III – participar na análise das potencialidades dos recursos naturais com vistas ao seu aproveitamento racional;

IV – promover a execução de programas e políticas públicas visando à criação e administração de parques, reservas florestais e unidades de conservação;

V – promover ações em defesa da sustentabilidade ambiental;

VI – coordenar, formular e elaborar programas e políticas públicas indutores do desenvolvimento com sustentabilidade ecológica;

VII – formular e executar políticas de racionalização e controle de recursos minerais, energéticos e hídricos do Município;

VIII – promover a defesa, preservação e melhoria do meio ambiente local;

IX – coordenar, orientar e promover campanhas públicas de defesa, preservação e educação ambiental;

X – promover a integração das ações do Município com as ações dos Governos estadual e federal e municipais limítrofes, através dos seus organismos especializados, nas questões pertinentes ao meio ambiente;

XI – fomentar e coordenar a análise das potencialidades dos recursos naturais com vistas ao desenvolvimento sustentável;

XII – apoiar a criação dos comitês de bacias;

XIII – exercer o policiamento e a fiscalização ambiental dos parques municipais;

XIV – exercer o poder de polícia ambiental no território do Município;

XV – executar, em conjunto com as Secretarias Municipais competentes, políticas públicas visando o planejamento e a ordenação dos espaços urbano e rural no Município;

XVI – licenciar obras e atividades potencialmente causadoras de danos ou impactos ao meio ambiente, nos limites de sua competência legal;

XVII – instaurar processos administrativos, aplicar sanções e penalidades aos infratores da lei ambiental e julgar os recursos incidentes, nos termos da lei.

§ 1º São órgãos ou funções vinculados a Fundação Cambirela do Meio Ambiente:

I – o Conselho Municipal de Meio Ambiente;

II – a Fiscalização Ambiental.

§ 2º O Conselho Municipal de Meio Ambiente constitui-se em órgão de consulta, deliberação e julgamento da Fundação.

CAPÍTULO IV

Dos Conselhos Municipais

Art. 61. Os Conselhos Municipais, órgãos consultivos e deliberativos da Administração Municipal, terão em sua composição representantes do Poder Público e da sociedade, esta representada por segmentos sociais, culturais, políticos, ambientais e econômicos mais expressivos do Município ou da comunidade, conforme a área de atuação, organizados em entidade ou não, assegurando-se a ampla participação dos diversos extratos da sociedade palhocense.

§ 1º Aos Conselhos Municipais compete:

I - elaborar o respectivo regimento interno, definindo seus objetivos e área de atuação;

II – auxiliar o respectivo órgão ou entidade à que vinculado na busca de soluções para as questões trazidas à discussão;

III – analisar e deliberar sobre os planos e projetos relativos às questões postas em discussão e afetas as suas atividades;

IV - assessorar o titular do órgão ou entidade à que vinculado na coordenação do inter-relacionamento dos setores público, privado e comunidade;

V - promover o engajamento e a participação das comunidades nas dimensões do processo decisório;

§ 2º Decreto do Chefe do Poder Executivo disciplinará o funcionamento, a composição, a forma de acesso e os mandatos dos Conselhos Municipais.

TÍTULO V

DA VINCULAÇÃO DE ENTIDADES

Art. 62. Ficam vinculadas aos órgãos abaixo indicados, para efeito de supervisão, as seguintes entidades da Administração Indireta:

I – ao Gabinete do Prefeito Municipal:
Fundação Cambirela do Meio Ambiente – FCAM; e
b) Faculdade Municipal de Palhoça – FMP.

II – à Secretaria Municipal de Administração:
a) Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça – IPPA; e
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça – SAMAE Palhoça.

Seção I

Dos Cargos de Provimento em Comissão

Art. 63. As nomenclaturas, códigos, remunerações e quantitativos dos cargos do Anexo II da Lei Complementar nº 102, de 06 de abril de 2011, passam a vigorar nos seguintes termos:

I – 02 (duas) vagas de Diretor Executivo de Autarquia – Código N/C, para Presidente de Autarquia e Fundação – PRES., com

remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

II – 01 (uma) vaga de Presidente de Conselho – Código N/C, para Diretor Geral – DAS I, com remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

III – 10 (dez) vagas de Superintendente – Código N/C, para Diretor Geral – DAS I, com remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

IV – 19 (dezenove) vagas de Direção Geral – Código AD-DG, para Diretor – DAS II, com remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

V – 08 (oito) vagas de Conselheiro Tutelar, Código AD-CT-5, para Conselheiro Tutelar – CONS., com remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

VI – 01 (uma) vaga de Assessoria VIII – Código AS-ASS-8, para Diretor Superior – DASE I, com remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

VII – 01 (uma) vaga de Assessoria VII – Código AS-ASS-7, para Diretor Geral – DAS I, com remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

VIII – 03 (três) vagas de Assessoria VI – Código AS-ASS-6, para Diretor – DAS II, com remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

IX – 53 (cinquenta e três) vagas de Assessoria V – Código AS-ASS-5, para Gerente Geral – DAS IV, com remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

X – 05 (cinco) vagas de Assessoria Jurídica – Código AD-ASS-5, para Gerente Geral – DAS IV, com remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

XI – 38 (trinta e oito) vagas de Assessoria IV – Código AD-ASS-4, para Gerente – DAS V, com remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

XII – 21 (vinte e uma) vagas de Assessoria IV – Código AD-ASS-4, para Assessor Especial – DAS V, com remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

XIII – 67 (sessenta e sete) vagas de Assessoria III – Código AD-ASS-3, para Assessor – DAS VI, com remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

IX – 23 (vinte e três) vagas de Assessoria II – Código AD-ASS-2, para Assessor – DAS VI, com remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

X – 29 (vinte e nove) vagas de Assessoria I – Código AD-ASS-1, para Assessor – DAS VI, com remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

XI – 22 (vinte e duas) vagas de Assessoria I – Código AD-ASS-1, para Gerente – DAS V, com remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

XII – 19 (dezenove) vagas de Chefia de Unidade Básica – Código AD-CH-8, para Assessor Especial – DAS V, com remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

XIII – 31 (trinta e uma) vagas de Assessoria IV, com código AD-ASS-4, para Diretor, com código DAS II e remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

XIV – 03 (três) vagas de Assessoria IV, com código AD-ASS-4, para Assessor, com código DAS VI e remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

XV – 15 (quinze) vagas de Secretário Municipal, com código N/C, para Secretário, com código SEC. e remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

XVI – 01 (uma) vaga de Procurador Geral do Município, com código N/C, para Procurador Geral do Município, com código PROCURADOR e remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

XVII – 01 (uma) vaga de Subprocurador Geral do Município, com código N/C, para Subprocurador Geral do Município, com código DAS I e remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

Parágrafo Único. O quantitativo de vagas para cada cargo está previsto e distribuído na forma constante do Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 64. Ficam criadas vagas na estrutura dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, na forma abaixo:

I – 01 (uma) vaga para o cargo de provimento em comissão, denominado de Subprocurador Geral do Município, com o código DAS I e remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

II – 04 (quatro) vagas para o cargo de provimento em comissão, denominado de Coordenador Regional, com o código DASE II e remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

III – 01 (uma) vaga para o cargo de provimento em comissão, denominado de Coordenador de Comunicação Social, com o código DASE II e remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

IV – 11 (onze) vagas para o cargo de provimento em comissão, denominado de Diretor Geral, com o código DAS I e remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

V – 12 (doze) vagas para o cargo de provimento em comissão, denominado de Assessor Técnico, com o código DAS III e remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

VI – 01 (uma) vaga para o cargo de provimento em comissão, denominado de Assessor Técnico de Engenharia, com código DAS III e remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

VII – 16 (dezesesseis) vagas para o cargo de provimento em comissão, denominado de Gerente Geral, com o código DAS IV e remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

VIII – 02 (duas) vagas para o cargo de provimento em comissão, denominado de Conselheiro Tutelar, com o código CONS. e remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

IX – 02 (duas) vagas para o cargo de provimento em comissão, denominado de Presidente de Autarquia e Fundação, com o código PRES. e remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

X – 09 (nove) vagas para o cargo de provimento em comissão, denominado de Assessor Técnico Jurídico, com o código DAS III e remuneração prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

XI – 02 (duas) vagas para o cargo de provimento em comissão, denominado de Diretor, com código DAS II e remuneração prevista

no Anexo I desta Lei Complementar;

§ 1º Os cargos criados terão remuneração nos termos constante do Anexo I e serão distribuídos conforme previsto no Anexo II, parte integrante desta Lei Complementar;

Art. 65. As Secretarias Municipais previstas na Lei Complementar nº 102, de 06 de abril de 2011, passam a vigorar nos seguintes termos:

I – Secretaria de Gestão Governamental, para Secretaria Municipal de Finanças;

II – Secretaria de Administração e Finanças, para Secretaria Municipal de Administração;

III – Secretaria de Receita e Regularização Fundiária, para Secretaria Municipal de Receita;

IV – Secretaria de Planejamento Habitação e Projetos, para Secretaria Municipal de Habitação;

V – Secretaria de Infraestrutura, para Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura;

VI – Secretaria de Educação e Cultura, para Secretaria Municipal de Educação;

VII – Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, para Secretaria Municipal de Saúde;

VIII – Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e da Pesca, para Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura;

IX – Secretaria de Desenvolvimento da Região Sul e Turismo, para Secretaria Municipal da Região Sul;

X – Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviço Tecnologia e Inovação, para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável;

XI – Secretaria Regional da Ponte de Imaruim, Esporte e Lazer, para Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão;

XII – Secretaria Regional do Madri e Caminho Novo, para Secretaria Municipal de Serviço Público – SESP;

XIII – Secretaria do Trabalho Emprego e Renda, para Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura;

XIV – Secretaria de Assistência Social, para Secretaria Municipal de Assistência Social;

XV – Secretaria de Governo, para Secretaria Municipal de Governo.

Art. 66. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a promover alteração de nomenclatura, atribuições, transferências de lotação e demais características dos cargos de provimento em comissão e das Secretarias Municipais desta Lei Complementar, mediante Decreto específico, vedada a alteração de remuneração e de atribuições exclusivas.

Art. 67. No cômputo geral do provimento dos cargos em comissão previstos nos anexos integrantes desta Lei Complementar, observar-se-á, preferencialmente, que 10% (dez por cento) do quantitativo seja ocupado por servidores titulares de cargo do quadro efetivo do Município.

§ 1º O servidor titular de cargo efetivo, nomeado para exercer cargo de provimento em comissão, poderá optar pela remuneração do seu cargo efetivo, excluídas as vantagens de caráter indenizatório, fazendo jus à percepção de gratificação equivalente a até 60% (sessenta por cento) do vencimento do cargo em comissão, nos termos de regulamento a ser instituído pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O servidor público de outro ente da Federação à disposição do Município, com ressarcimento ao órgão cedente dos custos de remuneração e encargos sociais por este suportados, fará jus à gratificação de valor equivalente a diferença entre a remuneração do cargo para o qual foi nomeado e a remuneração de seu cargo no órgão de origem, ou, opcionalmente, até 40% (quarenta por cento) da remuneração do cargo que ocupa no Município.

Seção II

Do Perfil Profissional para o Exercício de Cargos de Provimento em Comissão

Art. 68. Para o exercício dos cargos de Procurador Geral do Município e Subprocurador Geral do Município deverão os ocupantes dos cargos possuir formação em curso superior de graduação em Direito devidamente reconhecido, com registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

§1º O Procurador Geral do Município e os Subprocuradores Gerais do Município serão nomeados, em cargo de confiança, pelo Prefeito Municipal dentre advogados de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada.

§2º Um dos cargos de Subprocurador Geral do Município, preferencialmente vinculado ao contencioso e com atuação em processos judiciais, deverá ser ocupado por Procurador do Município com cargo de provimento efetivo, a ser escolhido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 69. Para o exercício do cargo de em comissão de Assessor Técnico Jurídico, deverá o ocupante do cargo possuir formação em curso superior de graduação em Direito, com registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Seção III

Das Funções Gratificadas

Art. 70. Ficam criadas as Funções Gratificadas, nos termos constantes do Anexo III desta Lei Complementar, destinadas aos servidores efetivos do Município, em razão do exercício de atividade e/ou função específica.

§ 1º A Função Gratificada não poderá ser cumulada com produtividade mensal, destinadas aos servidores municipais, incluindo a de Direção Escolar e as Funções Executivas de Confiança;

§ 2º A gratificação prevista no caput deste artigo será devida ao servidor durante as férias e nas demais licenças remuneradas, considerando o valor médio recebido nos últimos 03 (três) meses.

Art. 71. Ficam extintas as Funções Gratificadas – FG's previstas no art. 1º da Lei Complementar nº 100, de 30 de dezembro de 2010.

Seção IV

Das Funções Executivas de Confiança

Art. 72. Ficam criadas as Funções Executivas de Confiança, nos termos constantes do Anexo IV desta Lei Complementar, destinadas aos servidores efetivos do Município, em razão de atividade executiva de confiança, delegada pelo Chefe do Executivo Municipal.

§ 1º A Função Executiva de Confiança não poderá ser cumulada com produtividade mensal, destinadas aos servidores municipais, incluindo a de Direção Escolar e as Funções Gratificadas;

§ 2º A gratificação prevista no caput deste artigo será devida ao servidor durante as férias e nas demais licenças remuneradas, considerando o valor médio recebido nos últimos 03 (três) meses.

Art. 73. Ficam extintas as Funções Gratificadas – FG's previstas no art. 1º da Lei Complementar nº 100, de 30 de dezembro de 2010.

Seção V

Da Produtividade de Direção Escolar

Art. 74. Fica instituída a Gratificação de Produtividade de Direção Escolar, destinada aos profissionais da Educação, de forma exclusiva, em razão do esforço e da produção do servidor no exercício das suas atividades como Diretor Escolar, observados os critérios do Anexo IV desta Lei Complementar e demais disposições legais e regulamentares.

§ 1º A aferição da produção do servidor será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º A gratificação prevista no caput deste artigo será devida ao servidor durante as férias e nas demais licenças remuneradas, considerando o valor médio recebido nos últimos 03 (três) meses.

§ 3º A Gratificação de Produtividade de Direção Escolar não poderá ser cumulada com Função Gratificada, Função Executiva de Confiança, assim como não poderá ser com a gratificação de produtividade mensal, prevista no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 75. Ficam extintas as Funções Executivas de Confiança – Código FEC previstas na Lei Complementar nº 102, de 06 de abril de 2011.

Seção VI

Do Remanejamento de Dotações Orçamentárias

Art. 76. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a remanejar, até o limite das dotações aprovadas na Lei Municipal nº 3.798, de 28 de dezembro de 2012 – Lei Orçamentária Anual (LOA 2013), as dotações orçamentárias dos órgãos, unidades e entidades da Administração Direta e Indireta, extintos, transformados, alterados ou transferidos em face da presente Lei Complementar para aqueles que tiverem sido criados, absorvidos, alterados ou transferidos às correspondentes ou às novas atribuições.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 77. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do Orçamento do Município aprovado pela Lei Municipal nº 3.798, de 28 de dezembro de 2012.

Art. 78. Ficam ratificadas todas as deliberações e resoluções editadas pelo Comitê Gestor de Governo a partir do Decreto nº. 1.515, de 14 de junho de 2013.

Art. 79. As atribuições dos cargos de provimento em comissão criados, transformados e alterados estão previstas no Anexo VI, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 80. Fica revogada a Lei Complementar nº 100, de 30 de dezembro de 2010, a Lei Complementar nº 102, de 06 de abril de 2011, suas posteriores alterações e demais disposições em contrário.

Art. 81. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, no prazo de cento e oitenta dias da publicação desta Lei Complementar, a encaminhar projeto de lei alterando as legislações específicas que conflitam com o modelo de gestão proposto.

Art. 82. Fica o Poder Executivo Municipal, igualmente autorizado, no prazo de cento e oitenta dias, a editar atos regulamentadores, para fiel execução desta Lei Complementar, contados da sua entrada em vigor.

Art. 83 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

ANEXO I

AGENTES POLÍTICOS E CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NÃO-CODIFICADOS E CODIFICADOS

CARGO	CÓDIGO	REMUNERAÇÃO
PREFEITO MUNICIPAL	PREFEITO	R\$ 14.634,07
VICE-PREFEITO MUNICIPAL	VICE-PREFEITO	R\$ 10.975,55
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO	PROCURADOR	R\$ 7.317,03
SECRETÁRIO MUNICIPAL	SEC.	R\$ 7.317,03
PRESIDENTE AUT. E FUND.	PRES.	R\$ 7.317,03
DIRETOR SUPERIOR	DASE I	R\$ 7.317,03
COORDENADOR REGIONAL	DASE II	R\$ 6.000,00
COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	DASE II	R\$ 6.000,00
SUBPROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO	DAS I	R\$ 4.000,00
DIRETOR GERAL	DAS I	R\$ 5.000,00
DIRETOR	DAS II	R\$ 2.500,00
ASSESSOR TÉCNICO	DAS III	R\$ 2.000,00
ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO	DAS III	R\$ 2.000,00
ASSESSOR TÉCNICO DE ENGENHARIA	DAS III	R\$ 2.000,00
GERENTE GERAL	DAS IV	R\$ 1.500,00
CONSELHEIRO TUTELAR	CONS.	R\$ 1.500,00
GERENTE	DAS V	R\$ 1.000,00
ASSESSOR ESPECIAL	DAS V	R\$ 1.000,00
ASSESSOR	DAS VI	R\$ 850,00

ANEXO II

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Administração Direta

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		
DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Prefeito Municipal	PREFEITO	01
Vice-Prefeito Municipal	VICE-PREFEITO	01
Coordenador Regional	DASE II	04
Coordenador de Comunicação Social	DASE II	01
Diretor Geral	DAS I	05

Diretor	DAS II	06
Assessor Técnico	DAS III	03
Assessor Técnico Jurídico	DAS III	01
Assessor Técnico de Engenharia	DAS III	01
Assessor Especial	DAS V	02
Gerente Geral	DAS IV	02

PROCURADORIA GERAL

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Procurador Geral do Município	PROCURADOR	01
Subprocurador Geral do Município	DAS I	02
Diretor	DAS II	01
Assessor Técnico Jurídico	DAS III	02
Assessor Especial	DAS V	01
Assessor	DAS VI	03

SECRETARIA DE GOVERNO

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Secretário de Governo	SEC.	01
Diretor Geral	DAS I	02
Diretor	DAS II	02
Gerente Geral	DAS IV	03
Assessor Especial	DAS V	03
Assessor	DAS VI	01

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Secretário de Administração	SEC.	01
Diretor Geral	DAS I	03
Diretor	DAS II	01
Assessor Técnico Jurídico	DAS III	01
Gerente Geral	DAS IV	05
Gerente	DAS V	07
Assessor	DAS VI	03

SECRETARIA DE FINANÇAS

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Secretário de Finanças	SEC.	01
Diretor Superior	DASE I	01
Diretor	DAS II	03
Assessor Especial	DAS V	01
Assessor	DAS VI	01

SECRETARIA DE RECEITA

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Secretário de Receita	SEC.	01
Diretor Geral	DAS I	01
Diretor	DAS II	03
Assessor Técnico Jurídico	DAS III	01
Gerente Geral	DAS IV	04
Gerente	DAS V	02
Assessor	DAS VI	30

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Secretário de Planejamento e Infra-estrutura	SEC.	01
Diretor Geral	DAS I	01
Diretor	DAS II	02
Gerente Geral	DAS IV	05
Assessor Especial	DAS V	02

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Secretário de Educação	SEC.	01
Diretor Geral	DAS I	01
Diretor	DAS II	02
Assessor Técnico	DAS III	01
Assessor Técnico Jurídico	DAS III	01
Gerente Geral	DAS IV	06
Gerente	DAS V	13

SECRETARIA DE SAÚDE

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Secretário de Saúde	SEC.	01
Diretor Geral	DAS I	02
Diretor	DAS II	10
Assessor Técnico	DAS III	01
Assessor Técnico Jurídico	DAS III	01
Gerente Geral	DAS IV	09
Gerente	DAS V	22
Assessor Especial	DAS V	07
Assessor	DAS VI	08

SECRETARIA DE HABITAÇÃO

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Secretário de Habitação	SEC.	01

Diretor Geral	DAS I	01
Diretor	DAS II	01
Assessor Técnico	DAS III	01
Gerente Geral	DAS IV	01

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão	SEC.	01
Diretor Geral	DAS I	02
Diretor	DAS II	02
Gerente Geral	DAS IV	03
Assessor	DAS VI	04

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS – SESP

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Secretário de Serviços Públicos	SEC.	01
Diretor Geral	DAS I	01
Diretor	DAS II	02
Assessor Técnico	DAS III	01
Gerente Geral	DAS IV	05
Gerente	DAS V	01
Assessor	DAS VI	10

SECRETARIA DA REGIÃO SUL

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Secretário da Região Sul	SEC.	01
Diretor Geral	DAS I	01
Diretor	DAS II	01
Gerente Geral	DAS IV	04
Gerente	DAS V	03
Assessor	DAS VI	15

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Secretário de Assistência Social	SEC.	01
Diretor Geral	DAS I	01
Diretor	DAS II	09
Assessor Técnico Jurídico	DAS III	01
Gerente Geral	DAS IV	11
Conselheiro Tutelar	CONS.	10
Gerente	DAS V	07
Assessor	DAS VI	31

secretaria de desenvolvimento econômico E sustentável		
DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Sustentável	SEC.	01
Diretor Geral	DAS I	01
Gerente Geral	DAS IV	01

SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA		
DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Secretário de Turismo, Esporte e Cultura	SEC.	01
Diretor Geral	DAS I	01
Diretor	DAS II	02
Gerente Geral	DAS IV	04
Assessor Especial	DAS V	03

SECRETARIA DE PESCA E AGRICULTURA		
DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Secretário de Pesca e Agricultura	SEC.	01
Diretor Geral	DAS I	01
Diretor	DAS II	02
Gerente Geral	DAS IV	03
Gerente	DAS V	01
Assessor	DAS VI	10

Administração Indireta

FUNDAÇÃO CAMBIRELA DO MEIO AMBIENTE –FCAM		
DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente – FCAM	PRES.	01
Diretor	DAS II	01
Assessor Técnico	DAS III	04
Assessor Técnico Jurídico	DAS III	01
Gerente Geral	DAS IV	03
Gerente	DAS V	03
Assessor	DAS VI	03

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça – ippa		
DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Presidente do IPPA	PRES.	01
Diretor	DAS II	01
Gerente Geral	DAS IV	01
Gerente	DAS V	01

FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA – FMP		
DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça – FMP	PRES.	01
Diretor	DAS II	02
Gerente Geral	DAS IV	02
Assessor	DAS VI	03

Serviço autonomo municipal de água e esgoto de palhoça – samae palhoça		
DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Presidente do SAMAE Palhoça	PRES.	01
Diretor	DAS II	02
Assessor Técnico	DAS III	01
Gerente Geral	DAS IV	02
Assessor Especial	DAS V	02

ANEXO III
FUNÇÕES GRATIFICADAS

FUNÇÃO GRATIFICADA	CÓDIGO	VALOR	QUANTIDADE
Presidente de Comissão de Licitação e/ou Pregoeiro	FG I	R\$ 1.700,00	05
Membros de Comissão de Licitação	FG I	R\$ 1.700,00	03
Encarregado de Engenharia	FG I	R\$ 1.700,00	01

ANEXO IV
FUNÇÕES EXECUTIVAS DE CONFIANÇA

FUNÇÃO GRATIFICADA	CÓDIGO	VALOR	QUANTIDADE
Encarregado do Controle Interno	FEC I	R\$ 1.700,00	01
Encarregado da Procuradoria	FEC I	R\$ 1.700,00	01
Encarregado da Secretaria de Governo	FEC I	R\$ 1.700,00	01
Encarregado da Secretaria de Administração	FEC I	R\$ 1.700,00	01
Encarregado da Secretaria de Educação	FEC I	R\$ 1.700,00	01
Encarregado da Secretaria de Saúde	FEC I	R\$ 1.700,00	01
Encarregado da Secretaria de Assistência Social	FEC I	R\$ 1.700,00	01

ANEXO V
PRODUTIVIDADE DE DIREÇÃO ESCOLAR

QUANTIDADE DE ALUNOS	VALOR PRODUTIVIDADE
Até 50 Alunos	R\$ 800,00
De 51 até 100 Alunos	R\$ 900,00
De 101 até 150 Alunos	R\$ 950,00
De 151 até 200 Alunos	R\$ 1.000,00
De 201 até 250 Alunos	R\$ 1.500,00
Acima de 250 Alunos	R\$ 1.500,00

ANEXO VI
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**1 – Diretor Superior – Código DASE I**

O Diretor Superior tem por função executar atividades técnicas e de conhecimento específico na área da contabilidade, sendo responsável por atos próprios da finança, orçamento e contabilidade pública, devendo realizar consulta, orientação, suporte deliberativo e executar trabalhos vinculados à Secretaria Municipal de Finanças, de alta, média e pequena complexidade, devendo elaborar relatórios técnicos e específicos, apresentar prestação de contas anuais e as legais, desempenhar atribuições de organização estrutural em conjunto com o Secretário Municipal, elaborar comunicações, internas e externas, atos administrativos no geral, responder pedido de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação.

2 – Coordenador Regional – Código DASE II

O Coordenador Regional tem como função planejar, estruturar, acompanhar, deliberar, consultar e orientar ao Chefe do Executivo Municipal, especialmente no tocante as regiões previamente definidas para atuação, bem como apresentar ao conhecimento do Prefeito Municipal as necessidades e anseios de cada comunidade inserida em sua região previamente definida, devendo atuar de forma articulada, promovendo a integração social, bem como ser responsável pela comunicação e divulgação dos atos sociais do Município.

3 – Coordenador de Comunicação Social – Código DASE II

O cargo Coordenador de Comunicação Social deverá assessorar o Poder Executivo nos assuntos relativos à política de comunicação e divulgação da Administração Direta e Indireta, acompanhando e subsidiando os veículos de comunicação com informações sobre as ações administrativas, desenvolvendo serviços de imprensa, relações públicas, comunicação digital das atividades governamentais e inclusão digital no âmbito do Município, bem como formular e gerir toda a política de comunicação para o público interno e externo da Prefeitura Municipal de Palhoça, dentre outras atribuições correlatas e necessárias ao fiel cumprimento do dever legal.

4 – Diretor Geral – Código DAS I

O Diretor Superior tem por atribuição a função de planejamento, coordenação, execução técnica e simplificada, controle, supervisão e desenvolvimento de atividades administrativas, executar tarefas próprias, exercer chefia, organização, convocar e participar de reuniões, elaborar relatórios e pautas, designar atividades e competências, zelar pelo patrimônio público, assim como exercer outras atividades de competência geral ampla e irrestrita, sob supervisão dos Secretários Municipais a que se vincular.

5 – Diretor – Código DAS II

O Diretor tem por atribuição a função executiva interna de atividades próprias e gerais das Secretarias que se vinculam, atuando como profissional consultivo do Diretor Geral, realizando tarefas de complexidade mediana, sem conhecimentos específicos ou técnicos, como acompanhamento interno de funções e atribuições, elaboração de relatórios, documentos internos, ofícios, comunicações, atos administrativos em geral e competências próprias e necessárias à atividade.

6 – Assessor Técnico/ Assessor Técnico Jurídico/ Assessor Técnico de Engenharia – Código DAS III

O Assessor Técnico/ Assessor Técnico Jurídico / Assessor Técnico

de Engenharia tem por atribuição a realização de atividades de alta complexidade, onde são necessários conhecimentos específicos em determinada área de conhecimento, incluindo jurídico, engenharia, contabilidade, bem como serão responsáveis por dar suporte deliberativo e consultivo ao Diretor, Diretor Geral, Procurador Geral do Município ou Secretário Municipal a que se vincula, devendo elaborar estudos, projetos, pareceres, pesquisas, atas, justificações, exposição de motivos, relatórios circunstanciados e outras atividades de natureza administrativa, necessárias ao fiel cumprimento de seu dever legal.

7 – Gerente Geral – Código DAS IV

O Gerente Geral tem por atribuição a realização de atividade de administração coletiva e individual da Secretaria Municipal, ficando responsável por atividades específicas internas e de execução geral inerentes de cada Secretaria, atuando como profissional de orientação do Diretor, devendo elaborar parecer, relatórios, atas, comunicações, ofícios, atos administrativos em geral e outras atividades necessárias e essenciais à administração pública.

8 – Gerente – Código DAS V

O Gerente tem por função planejar, organizar, controlar suas atividades e assessorar as Secretarias Municipais nas áreas de recursos humanos, patrimônio, materiais, informações, financeiras, tecnológicas, entre outras, bem como implementar sugestões de projetos e funções, devendo elaborar planejamento organizacional, promover estudos de racionalização e controlar o desempenho administrativo. Prestam consultoria administrativa a organizações e pessoas, bem como elaborar atos administrativos em geral.

9 – Assessor Especial – Código DAS V

O Assessor Especial deverá assistir, direta e indiretamente, o Secretário Municipal e os superiores hierárquicos, desempenhando funções de assessoramento específico, de análise e coordenação setorial, realizando estudos e relatórios, bem como outros atos administrativos, devendo avaliar a execução de atividade e de projetos da Secretaria Municipal que se vincula, atuar de forma colaborativa e estrutural do funcionamento dos serviços públicos municipais e realizar outras atividades próprias que lhe forem determinadas.

10 – Assessor – Código DAS VI

O Assessor tem por atribuição prestar consultoria e assessoramento às Secretarias Municipais que se vinculam, nas áreas em que seja exigido o ensino médio, atuando de forma a apresentar sugestões aos superiores hierárquicos, bem como elaborar, redigir, estudar e examinar projetos, processos, atos e outros documentos, com a consequente elaboração e redação, solicitar a compra de materiais e equipamentos, realizar atividades de administração geral, controle de material e patrimônio, incluindo o atendimento ao público em geral e a execução de outras atividades de menor complexidade, dentre as mais gerais e amplas tarefas inerente ao Poder Executivo Municipal.

Projeto de Lei Complementar Nº 35/2013

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 035/2013.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 18, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE CÓDIGO TRIBUTÁRIO. ACRESCE OS ARTIGOS 127-A, 127-B, 127-C, 127-D, 127-E, 127-F, 127-G E 127-H, E ESTABELECE NORMAS SOBRE A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADES DESTINADAS A REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS TEMPORÁRIOS NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Ficam acrescidos os artigos 127-A, 127-B, 127-C, 127-D, 127-E, 127-F, 127-G e 127-H à Lei Complementar nº 18, de 30 de dezembro de 2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 127-A - A realização de feiras e eventos comerciais, de vendas a varejo, de caráter temporário, somente poderá acontecer com a prévia licença do Poder Público Municipal, expedida mediante requerimento do interessado, observado o disposto nesta Lei Complementar e demais normas aplicáveis à matéria.

§1º Consideram-se feiras ou eventos comerciais, para efeitos desta Lei Complementar, as instalações destinadas à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo, em espaço unitário ou dividido em "stands" individuais, com a participação de um ou mais comerciantes, cujo funcionamento será em caráter eventual, em período previamente determinado, podendo ocorrer em épocas festivas ou não.

§ 2º Para efeitos desta Lei Complementar, cada "stand" deverá ter área mínima de 20 m2 (vinte metros quadrados), o que deverá ser comprovado mediante a apresentação de "layout" e planta do local onde será realizada a feira ou o evento, DEVIDAMENTE ASSINADA POR PROFISSIONAL HABILITADO, COM ART.

§ 3º O disposto no § 1º, não se aplica às feiras anexas ou realizadas em função de eventos patrocinados, incentivados ou estimulados pelo Município, desde que os produtos, bens e serviços oferecidos na feira se relacionem diretamente com o ramo de atividade do evento, bem como às feiras de artesanato organizadas pela Associação de Palhoça dos Artistas Plásticos e Artesãos, devidamente autorizadas pela Prefeitura Municipal e aquelas promovidas por entidades de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, bem como eventos constituídos pela CDL de Palhoça e Associação Comercial e Industrial de Palhoça.

§ 4º Para efeitos de enquadramento no § 3º deste artigo, caracteriza-se como evento qualquer acontecimento de especial interesse, como: espetáculos culturais, artísticos ou religiosos, congressos, convenções, exposições industriais ou comerciais e de negócios, competições, feiras de automotores, além de outros considerados de interesse turístico, assim certificados e reconhecidos pelo Conselho Municipal de Turismo de Palhoça.

Art. 127-B - As feiras e eventos comerciais de que trata o art. 1º, só poderão ser realizadas nos espaços privados, desde que não localizados nos zoneamentos do Município de Palhoça, Centro, sendo necessário que o imóvel ofereça condições compatíveis de segurança, higiene, saúde e meio ambiente, estabelecidos nesta e nas demais leis pertinentes, aplicáveis a todos os estabelecimentos comerciais.

§ 1º - Deverá a entidade organizadora apresentar projetos:

- Layout do local com aprovação com prazo não superior a 30 (trinta) dias do Corpo de Bombeiros;
- Laudo Ambiental do local para a finalidade do evento;
- Projeto contendo o escoamento do veículo e estacionamento, destinado a capacidade de pessoas que irão frequentar a feira, devidamente aprovado pelo setor de trânsito;

§ 2º A feira ou evento comercial somente poderá ser realizado por empresa promotora de eventos, devidamente registrada junto à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, a qual será responsável direta pela feira ou evento.

§ 3º Toda unidade comercial que pretenda se estabelecer para

comercializar seus produtos na feira ou eventos comerciais, deverá obter a competente licença de funcionamento junto à Prefeitura Municipal de Palhoça, independente daquela obtida pela promotora de feira ou evento, a qual será expedida de acordo com as disposições desta Lei Complementar, sendo vedada a licença à pessoa física.

Art. 127-C - Para obter a licença de funcionamento e localização, toda unidade comercial, além da empresa promotora, deverá encaminhar requerimento à Secretaria de Fazenda, instruído com os seguintes documentos e providências, após a aprovação do Art. 127-B e seu parágrafo primeiro:

I - cópia autenticada do estatuto social, contrato social ou requerimento de firma individual, registrada na Junta Comercial de Santa Catarina;

II - sendo a empresa constituída sob a modalidade de sociedade anônima, cooperativa, associação, além de outras, cuja legislação exige como documento constitutivo o estatuto social, cópia autenticada de ata da assembleia geral que elegeu a diretoria;

III - cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

IV - cartão de inscrição municipal na Secretaria da Fazenda do Município de do Estado de Santa Catarina, com as devidas liberações de quantidades de impressoras fiscais Palhoça, assim como a comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes da Secretaria da Fazenda de acordo com a quantidade de stands;

V - certidão da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, do estabelecimento, para comprovar o funcionamento regular da empresa;

VI - certidão negativa de débitos federais, estaduais e municipais, da empresa e se seus representantes legais, comprovando a regularidade fiscal do INSS e FGTS;

VII - o pagamento da respectiva taxa para a concessão da licença para eventos esporádicos, a requerida, que será de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada unidade (bangalô ou barraca).

§ 1º - No caso da feira ser concedida para um único representante, a taxa será multiplicada por 100(cem) vezes.

§ 2º - O valor do item VII será atualizado anualmente de acordo com o Art. 433 desta Lei Complementar.

VIII - havendo execução pública de obra literária, artística, musical, científica ou fonograma do local, o comprovante de recolhimento da respectiva contribuição autoral junto ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais ou entidade respectiva;

IX - aprovação prévia dos órgãos municipais competentes, quanto a localização, funcionamento, acessos e eventuais interferências na operação do sistema viário local, à ordem, ao sossego e à tranquilidade da vizinhança;

X - comprovação de disponibilização de estacionamento próprio no local, com área correspondente ao percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) da área edificada.

XI - Alvará de Funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros, acompanhado de Laudo Técnico;

XII - sanitários fixos, para o sexo masculino e feminino, dentro do local destinado ao público consumidor, em número suficiente e

que atenda aos fins de ocupação pela feira ou evento.

XIV - Alvará expedido pela Polícia Civil e registro da feira ou evento junto a Polícia Militar, contemplando a capacidade de pessoas prevista;

XV - seguro de responsabilidade civil contra terceiros, incêndio e acidente pessoal dos frequentadores, com apólices quitadas;

XVI - comprovantes de compra, produção e origem dos bens, serviços e produtos a serem comercializados;

XVII - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização exigido pelo órgão competente, quando a atividade, assim o exigir.

§1º Nos casos das feiras ou eventos realizados por empresas especializadas, exigir-se-á a comprovação do recolhimento de Imposto Sobre Serviço - ISS relativos aos serviços prestados.

§ 2º A licença de funcionamento será expedida pelo prazo previsto para a duração do evento.

§ 3º A licença de funcionamento somente poderá ser expedida após vistoria "in loco" das instalações pelos órgãos competentes, com relação às exigências estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 127-D - Quando da realização de feiras ou eventos comerciais, além das exigências elencadas no art. 127-C, as empresas promotoras deverão apresentar:

I - autorização do proprietário do imóvel particular, para a realização da feira ou evento;

II - certidão atualizada, com no máximo de 15 (quinze) dias, da matrícula do imóvel junto ao respectivo cartório de registro de imóveis, para fins de comprovação da propriedade e demais taxas municipais;

III - cópia do contrato de locação da unidade individual da edificação destinada e licenciada para o uso de feira ou evento comercial, caso haja relação locatícia.

Art. 127-E - No alvará de licença deverá constar, entre outros, o local, período e horário de funcionamento, de acordo com o estabelecido pelas entidades representativas de classe.

Art. 127-F - O horário de funcionamento da feira ou eventos comerciais deverá ser igual ao do comércio do município, salvo acordo prévio firmado entre os promotores da feira com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Palhoça, o Sindicato do Comércio Varejista e o Sindicato dos Empregados do Comércio de Palhoça.

Art. 127-G - O Município, após satisfeitas todas as exigências de cunho legal, terá um prazo de até 60 (sessenta) dias, para liberar o alvará de funcionamento da feira ou evento comercial.

Art. 127-H - O funcionamento de feiras e eventos, que não tiverem cumprido as exigências, documentos, ou realizados em desacordo com esta Lei Complementar, sujeitará o infrator, ou seja, a empresa promotora, e, ou, as unidades comerciais participantes, à imediata interdição do local, apreensão dos bens e ao pagamento de multa no valor de 100 (cem) vezes o valor do Alvará de Funcionamento, ficando impedido para realização de novos eventos pelo prazo de (2) anos, contados a partir da constatação da infração.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

Projeto de Lei Nº 145/2013

PROJETO DE LEI Nº. 145/2013.

DESAPROPRIAÇÃO. Dá nova redação ao inciso II do artigo 1º da Lei nº 3.579, de 10 de janeiro de 2012, que desapropria áreas de terras situadas na localidade de Pagani I.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O inciso II do artigo 1º da Lei nº 3.579, de 10 de janeiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ()

II - Trecho 3 - Proprietário Vilson Passig e Rainildes Rod Passig - Título do Imóvel - Matrícula 18.093 - Lv 2JM.

Uma área de terras com 2.799,65 m² (dois mil, setecentos e noventa e nove metros e sessenta e cinco centímetros quadrados) com as seguintes confrontações: Frente ao Sul com FIRENZE Participações, Construções e Incorporações Ltda; Fundos ao Norte com terras de José João de Matos; Lateral Leste com Vilson Passig e Rainildes Rod Passig; e lateral Oeste com Vilson Passig e Rainildes Rod Passig;" (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

Projeto de Lei Nº 178/2013

PROJETO DE LEI Nº 178/2013.

CESSÃO DE USO. Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder direito de uso de área à Caixa Econômica Federal - CEF.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder o direito de uso à Caixa Econômica Federal - CEF, representada pela Superintendência Florianópolis, com sede na Rua Nossa Senhora de Lourdes, 111, Agrônômica, Florianópolis/SC, CEP 88.802-260, uma fração de área do Município de Palhoça, localizado na Praia da Pinheira, situado na Rua Aderbal Ramos da Silva esquina com a Rua dos Pescadores, com área total de 11,10 m² (onze vírgula dez metros quadrados), com a finalidade de instalação de terminal bancário 24 horas, constituindo um quiosque, com equipamento de autosserviço, conforme planta constante em anexo.

Art. 2º A cessão de uso será por prazo de 05 (cinco) anos, nos termos de ato específico pelo Chefe do Executivo Municipal, podendo ser prorrogado.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

Projeto de Lei Nº 189/2013

PROJETO DE LEI Nº 189/2013.
CONVÊNIO. Associação Pró-Brejaru.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Pró-Brejaru, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 07.104.903/0001-61, com sede na Rua Pascoal Mazili, nº 10, Bairro Brejaru, CEP 88.133-600, Palhoça/SC, no valor de até R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), para manutenção e custeio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes em idade entre 06 e 15 anos, nos moldes da tipificação nacional dos serviços sócio-assistenciais.

Art. 2º A despesa decorrente da presente Lei correrá através da seguinte dotação orçamentária: órgão18, projeto/atividade nº 2.004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

Projeto de Lei Nº 192/2013

PROJETO DE LEI Nº 192/2013.
CONVÊNIO. Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral - CADI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral - CADI, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 08.251.520/0001-89, com sede na Rua Vitor Meireles, nº 424, Bairro Jardim Eldorado, CEP 88.133-370, Palhoça/SC, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), para manutenção e custeio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes em idade entre 03 e 16 anos, nos moldes da tipificação nacional dos serviços sócio-assistenciais.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão18, projeto/atividade nº 2.004, reduzido 27, transferência a instituições

privadas, elemento de despesa 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

Projeto de Lei Nº 200/2013

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 200/2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTA POR CONTA DE ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA, FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS E FUNDOS até R\$ 6.372.000,00.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar na Unidade Gestora Prefeitura o valor de R\$ 3.060.000,00 (três milhões e sessenta mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

06 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO

06.01 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO

2.013 - Functio e Manut. Gabinete de Planejamento

R\$ 220.000,00

11 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 220.000,00

07 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

07.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

2.051 - Functio e Manutenção da Procuradoria

R\$ 120.000,00

26 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 110.000,00

27 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf.Intra - Orçamentária

IPPA R\$ 10.000,00

09 - SECRETARIA DE REC. E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

09.01 - SECRETARIA DE REC. E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

2.064 - Functio e Manutenção da Secretaria da Receita

R\$ 220.000,00

41 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 220.000,00

10 - SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

10.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

2.066 - Functio e Manut.da Secret. de Adm. E Finanças

R\$ 620.000,00

57 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 620.000,00

12 - SECRET.DE DESENV.DA AGRICULTURA E DA PESCA

12.01 - SECRET.DE DESENV.DA AGRICULTURA E DA PESCA

2.033 - Functio e Manutenção da Secretaria da Agricultura

R\$ 40.000,00

77 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

13 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

13.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2.021 - Functio e Manutenção do Ensino Fundamental

R\$ 200.000,00

115 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0001 - Aplicações Diretas
R\$ 200.000,00

2.022 - Functo e Manutenção da Educação Infantil
R\$ 1.300.000,00

170 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00001 - Aplicações Diretas
R\$ 1.300.000,00

14 - SECRET.INFRAEST.TRANSITO,DEF.CIVIL ENERGIA
14.01 - SECRET.INFRAEST.TRANSITO DEF.CIVIL ENERGIA
2.026 - Functo e Manutenção da Secret.de Infra-Estrutura
R\$ 240.000,00

194 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 200.000,00

195 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 40.000,00

24 - SECRET. DE PLANEJ.PROJ.ESPORTE E LAZER
24.01 - SECRET. DE PLANEJ.PROJ.ESPORTE E LAZER
1.117 - Carnaval nas Praias e Bairros R\$ 40.000,00
289 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 40.000,00
2.082 - Functo e Manutenção do Esporte e Lazer
R\$ 20.000,00
302 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00
2.107 - Programa Palhoça Ativa R\$ 40.000,00
323 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 40.000,00
Soma suplementação R\$ 3.060.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta das anulações orçamentárias abaixo no valor de R\$ 3.060.000,00.

04 - Gabinete do Prefeito
04.01 - Gabinete do Prefeito
2.019 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito
R\$ 410.000,00
01 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 380.000,00
02 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

05 - SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL
05.01 - SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL
2.047 - Functo e Manutenção da Secretaria de Gestão
R\$ 200.000,00
05 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 200.000,00

06 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO
06.01 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO
2.013 - Functo e Manut.Gabinete de Planejamento
R\$ 20.000,00
12 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

08 - SECRETARIA DE GOVERNO
08.01 - SECRETARIA DE GOVERNO
2.049 - Functo e Manutenção da Secretaria de Governo
R\$ 140.000,00
35 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 140.000,00

11 - SECRET.DES.DA IND.COM.SERV.CIENC.TEC.INOV.
11.01 - SECRET.DES.DA IND.COM.SERV.CIENC.TEC.INOV.
2.084 - Functo e Manut.da Sec.de Ind.Com. e Serviços
R\$ 140.000,00

72 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 120.000,00

73 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf. Intra-Orçament.
IPPA R\$ 20.000,00

13 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
13.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
1.169 - Construção Escola Guilherme Vitor Filho
R\$ 1.500.000,00
111 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001 - Aplicações Diretas
R\$ 1.500.000,00

14 - SECRET.INFRAEST.TRANSITO,DEF.CIVIL E ENERG.
14.01 - SECRET.INFRAEST.TRANSITO,DEF.CIVIL E ENERG.
2.146 - Criação da Guarda Municipal R\$ 200.000,00
200 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 200.000,00

15 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
15.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.037 - Functo e Manutenção do Conselho Tutelar
R\$ 20.000,00
272 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

16 - ENCARGOS GERAIS
16.01 - ENCARGOS GERAIS
2.009 - Assistência a Saúde - Serv.Pref. Munic. Palhoça
R\$ 350.000,00
279 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 350.000,00

24 - SECRET.DE PLANEJ.PROJ. ESPORTE E LAZER
24.01 - SECRET.DE PLANEJ.PROJ. ESPORTE E LAZER
1.147 - Construção de Arquibancada no Campo do Guarani
R\$ 20.000,00
298 4.4.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Trans.Inst.Priv.s/Lucrativos
R\$ 20.000,00
2.082 - Funcionamento do Esporte e Lazer R\$ 60.000,00
299 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00
Soma das Anulações R\$ 3.060.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar na Unidade Gestora Faculdade Municipal de Palhoça o valor de R\$ 318.000,00 (trezentos e dezoito mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

22 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA
22.01 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA
2.078 - Functo e Manut. da Faculdade Municipal de Palhoça
R\$ 318.000,00
02 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 318.000,00

Art. 4º A suplementação que se refere o Artigo 3º desta Lei correrá por conta das anulações orçamentárias abaixo no valor de R\$ 318.000,00.

22 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA
22.01 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA
1.103 - Construção da Faculdade de Palhoça R\$ 250.000,00
01 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 250.000,00
2.078 - Functo e Manut.da Faculdade Mun. De Palhoça
R\$ 68.000,00
02 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 38.000,00
03 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf.Intra-Orçament.IPPA

R\$ 30.000,00

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar na Unidade Gestora Fundação Municipal de Meio Ambiente o valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
2.016 - Functo e Manut.Fundação do Meio Ambiente
R\$ 120.000,00
10 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 120.000,00

Art. 6º A suplementação que se refere o Artigo 5º desta Lei correrá por conta das anulações orçamentárias abaixo no valor de R\$ 120.000,00.

20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
2.016 - Functo e Manut.Fundação do Meio Ambiente
R\$ 15.000,00
11 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf. Intra-Orçament.IPPA
R\$ 15.000,00
1.138 - Criação do Parque Ecológico R\$ 105.000,00
07 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 105.000,00

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial na Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde o valor de R\$ 1.620.000,00 (um milhão e seiscentos e vinte mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

17 - SECRETARIA DE SAÚDE E MEDICINA PREVENTIVA
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.145 - Gestão e Estruturação do SUS R\$ 1.620.000,00
52 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas
R\$ 1.000.000,00
54 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0002 - Transf. Intra-Orçament.IPPA
R\$ 120.000,00
55 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas
R\$ 500.000,00

Art. 8º A suplementação que se refere o Artigo 7º desta Lei correrá por conta das anulações orçamentárias abaixo por conta do orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça, no valor de R\$ 1.620.000,00.

19 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE PALHOÇA IPPA
19.01 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE PALHOÇA IPPA
2.072 - Pagamento de Inativos e Pensionistas
R\$ 1.000.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 1.000.000,00

25 - SECRETARIA DA REGIÃO SUL E TURISMO
25.01 - SECRETARIA DA REGIÃO SUL E TURISMO
2.150 - Funcionamento e Manutenção do Turismo
R\$ 320.000,00
331 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 320.000,00

28 - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
28.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
1.146 - Functo e Manut.da Secret.do Trab.Empreg.e Renda
R\$ 300.000,00
340 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 220.000,00
341 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

342 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar na Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência Social o valor de R\$ 734.000,00 (Setecentos e trinta e quatro mil, nas dotações orçamentárias abaixo:

18 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.039 - Functo e Manutenção do Fundo - FMAS
R\$ 734.000,00
32 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 623.000,00
34 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 61.000,00
37 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

Art. 10. A suplementação que se refere o Artigo 9º desta Lei correrá por conta das anulações orçamentárias abaixo no valor de R\$ 661.000,00.

18 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1.165 - Convênio Construção de CRAS R\$ 50.000,00
22 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00
1.166 - Abrigo Institucional p/Pessoa Idosa R\$ 60.000,00
01 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00
1.167 - Construção do Centro p/População de Ruas
R\$ 60.000,00
24 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00
2.038 - Atendimento ao Idoso R\$ 454.000,00
03 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 154.000,00
05 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 300.000,00
2.163 - Funcionamento e Manutenção do PETI
R\$ 67.000,00
49 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 67.000,00
2.039 - Functo e Manutenção do Fundo - FMAS
R\$ 43.000,00
30 3.1.71.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00
35 3.3.71.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 23.000,00
SOMA R\$ 734.000,00

Art. 11º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar na Unidade Câmara Municipal de Palhoça o valor de R\$ 520.000,00 (Quinhentos e vinte mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

01:00 - CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
01.01 - CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
2.001 - Functo e Manut. Da Câmara R\$ 520.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 180.000,00
4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 340.000,00

Art. 12º A suplementação que se refere o Artigo 11º desta Lei correrá por conta das anulações orçamentárias abaixo no valor de R\$ 520.000,00.

01:00 - CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

01.01 - CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
2.001 - Funct. e Manut. Da Câmara R\$ 520.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

Decreto Legislativo Nº 290/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 290/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CENTRO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL - CADI.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e o Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral - CADI, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 052/2013

Decreto Legislativo Nº 291/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 291/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO PRÓ-BREJARÚ - APB.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Associação Pró-Brejarú - APB, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 050/2013

Decreto Legislativo Nº 292/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 292/2013.

APROVA MINUTA DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Caixa Econômica Federal - CEF, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 047/2013

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato do Edital do Processo Licitatório Nº 0012013 - Pregão Presencial

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2013 - PREGÃO PRESENCIAL

EXTRATO

Objeto: Implantação e locação mensal de software destinado ao gerenciamento eletrônico e digitalização de documentos administrativos; publicação e hospedagem da legislação; e serviços técnicos especializados para manutenção dos sistemas de informática.

Tipo: Menor Preço Global.

Entrega dos envelopes: até o dia 10 de dezembro de 2013 às 14hs;

Início da Sessão Pública: 10 de dezembro de 2013 às 14:15hs.

Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Câmara Municipal de Papanduva em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski, 78, fone (47)3653-2721 ou por meio do site www.cmpapanduva.sc.gov.br.

Papanduva, 26 de novembro de 2013.

JACINTA MIKALOVICZ

Presidente

Paulo Lopes

PREFEITURA

Lei Nº 1592/2013

LEI Nº1592/2013

Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Grande Florianópolis - CIS/GRANFPOLIS e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica ratificado o PROTOCOLO DE INTENÇÕES com o objetivo de constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - CIS/GRANFPOLIS, formalizado pelos chefes do Poder Executivo dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, em 11 de março de 2011, na cidade de Alfredo Wagner/SC:

- I. Com personalidade jurídica de direito público;
- II. Sob a forma de associação pública; e
- III. Intuito de otimizar os recursos públicos disponíveis e reforçar o papel do Município na consecução do direito fundamental de todos os cidadãos de receberem atendimento de saúde digno e eficaz.

Art. 2º Fica ainda autorizado o Município de Paulo Lopes a firmar o correspondente CONTRATO DE RATEIO e o CONTRATO DE PROGRAMA.

Art. 3º Obriga-se o Município a, anualmente, incluir na Lei de Diretrizes Orçamentária- LDO e na Lei orçamentária anual- LOA recursos suficientes para satisfazer as despesas com o CIS/GRANFPOLIS.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 27 de novembro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

Errata/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
ERRATA
PORTARIA Nº 483/2013

Na portaria nº 483/2013 de 21 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 26/11/2013, onde se lê "Zenita Feliciano da Silva - Secretária Municipal de Administração" Leia-se "Almery Alcides Vieira - Secretário Municipal de Administração".
Permanecendo o restante do texto sem alteração.

Município de Paulo Lopes - SC, 26 de novembro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Errata/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
ERRATA
PORTARIA Nº 466/2013

Na portaria nº 466/2013 de 05 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 08/11/2013, onde se lê "02/02/2013" Leia-se "02/02/2014".
Permanecendo o restante do texto sem alteração.

Município de Paulo Lopes - SC, 26 de novembro de 2013.
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

ERRATA
PORTARIA Nº 466/2013

Na portaria nº 466/2013 de 05 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 08/11/2013, onde se lê "02/02/2013" Leia-se "02/02/2014".
Permanecendo o restante do texto sem alteração.

Município de Paulo Lopes - SC, 26 de novembro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Portaria 488/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 488/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, o Servidor Público Municipal, Anderson Moraes Botega, brasileiro, portador do CPF nº 032.917.449-50, matrícula nº 10937, ocupante do Cargo de Motorista, contratado pela portaria nº 331/2013, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 25 de Novembro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 489/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 489/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, e exposição de motivo nº 069/2013, resolve.

ALTERAR CARGA HORÁRIA, da Servidora Pública Municipal, Letícia Viana Cardoso, brasileira, portadora do CPF nº 072.718.629-94, matrícula nº 10954, contratada pela portaria nº 384/2013, de 10 horas para 30 horas semanais, a partir de 25/11/2013 à 05/12/2013, em substituição a Vânia Maria Zucchi, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes-SC, em 26 de Novembro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Peritiba

PREFEITURA

Resumo de Edital 11/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba por intermédio do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 07/2013.

Dados do Processo Licitatório:
Processo de Licitação 11/2013 - Pregão Presencial 07/2013, julgamento Menor Preço - Registro de Preços.

Objeto: Aquisição de Diesel S10.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h15min do dia 09 de Dezembro de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 08h30min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 26 de Novembro de 2013.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES
Secretário Mun. de Saúde e Bem Estar Social

Resumo de Edital 54/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 22/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 54/2013 - Pregão Presencial 22/2013, julgamento Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de material de construção para obras diversas.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h15min do dia 10 de Dezembro de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 08h30min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 26 de Novembro de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Resumo de Edital 55/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 23/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 55/2013 - Pregão Presencial 23/2013, julgamento Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de Sêmen Bovino, Nitrogênio Líquido, Bainha plástica e Luvas Plásticas.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 13h45min do dia 10 de Dezembro de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas

participantes ocorrerá no mesmo local com início as 14h do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 26 de Novembro de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Resumo de Edital 56/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 24/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 56/2013 - Pregão Presencial 24/2013, julgamento Menor Preço por Item.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o transporte de acadêmicos.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 15h45min do dia 10 de Dezembro de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 16h do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 26 de Novembro de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Resumo de Edital 57/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação para registro de preços, na modalidade CHAMADA PÚBLICA, sendo o processamento e julgamento na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Chamada Pública 04/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 57/2013 - Chamada Pública 04/2013.

Objeto:

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para Merenda Escolar.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços

deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h15min do dia 11 de Dezembro de 2013.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 26 de Novembro de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Resumo de Edital 58/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 25/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 58/2013 - Pregão Presencial 25/2013, julgamento Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de merenda escolar.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h15min do dia 11 de Dezembro de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 08h30min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 26 de Novembro de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Resumo de Edital 59/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 26/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 59/2013 - Pregão Presencial 26/2013, julgamento Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de ladrilhos.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 13h45min do dia 11 de Dezembro de 2013, sendo que a

abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 14h do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 26 de Novembro de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Resumo de Edital 60/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 27/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 60/2013 - Pregão Presencial 27/2013, julgamento Menor Preço por Item- Registro de Preços.

Objeto: Aquisição de Combustíveis para frota municipal.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h15min do dia 12 de Dezembro de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 08h30min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 26 de Novembro de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Resumo de Edital 61/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 28/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 61/2013 - Pregão Presencial 28/2013, julgamento Menor Preço por Item- Registro de Preços.

Objeto: Contratação de empresa para lavação, geometria, balanceamento e conserto de pneus.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços

deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 09h15min do dia 12 de Dezembro de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 09h30min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 26 de Novembro de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Resumo de Edital 62/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Cópia, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 29/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 62/2013 - Pregão Presencial 29/2013, julgamento Menor Preço por Cópia.

Objeto: Locação de impressoras.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 13h45min do dia 12 de Dezembro de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 14h do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 26 de Novembro de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Resumo de Edital 63/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 30/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 63/2013 - Pregão Presencial 30/2013, julgamento Menor Preço por Item.

Objeto: Materiais de consumo, expediente e limpeza.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h15min do dia 13 de Dezembro de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 08h30min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 26 de Novembro de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Resumo de Edital 64/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 64/2013 - Inexigibilidade de Licitação 08/2013.

Objeto: Aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino.

Dados do Contrato:

Contrato nº 139/2013

Contratado: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA

CNPJ: 59.104.273/0001-29

Data do Contrato: 26/11/2013

Valor do Contrato: 240.500,00

Informações complementares:

Inexigibilidade de Licitação Base Legal: Caput do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93.

Município de Peritiba - SC em 26 de Novembro de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Resumo de Edital 65/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 65/2013 - Inexigibilidade de Licitação 09/2013.

Objeto: Aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino.

Dados do Contrato:

Contrato nº 140/2013

Contratado: MANN LATIN AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 06.020.318/0001-10

Data do Contrato: 26/11/2013

Valor do Contrato: 227.780,00

Informações complementares:

Inexigibilidade de Licitação Base Legal: Caput do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93.

Município de Peritiba - SC em 26 de Novembro de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Resumo de Edital de Processo Seletivo 09 2013

Estado de Santa Catarina. Município de Peritiba - SC. PROCESSO SELETIVO Nº 09/2013. PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO. A Prefeita do Município de Peritiba, SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Legislação pertinente a espécie, TORNA PÚBLICO, que se encontra aberto Processo Seletivo, visando à contratação para preenchimento de vagas para as funções do cargo de Professores lotados no Magistério Público Municipal.

2. DAS INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas na Secretaria de Educação, sito à Rua Reinaldo Gasparetto, 01 Centro, entre 02 a 06 de Dezembro de 2013. As exigências para a realização das inscrições constam no edital. 3. ÍNTEGRA DO EDITAL: Os candidatos poderão obter a íntegra do Edital e informações junto à Prefeitura Municipal de Peritiba (SC) na Rua Frei Bonifácio, 63 Centro ou na Secretaria de Educação.

Peritiba (SC), 26 de Novembro de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.900, de 19 de Novembro de 2013

DECRETO Nº 3.900, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 38.282,55 (Trinta e oito mil, duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

03 Fundo Municipal da Saúde

0301 Fundo Municipal da Saúde

0301.10 Saúde

0301.10.301 Atenção Básica

0301.10.301.1001 Saúde para Todos

0301.10.301.1001.4022 Manutenção Piso de Atenção Básica Variável

4490-0000 Aplicações Diretas

Fonte 0364.10

Total Suplementado R\$ 38.282,55

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso de R\$ 38.282,55 (Trinta e oito mil, duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de 2012, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial, conta Banco do Brasil nº 212.253-7. Atenção Básica União.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.900, de 19 de Novembro de 2013

DECRETO Nº 3.900, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 38.282,55 (Trinta e oito mil, duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

03 Fundo Municipal da Saúde

0301 Fundo Municipal da Saúde

0301.10 Saúde

0301.10.301 Atenção Básica

0301.10.301.1001 Saúde para Todos

0301.10.301.1001.4022 Manutenção Piso de Atenção Básica Variável

4490-0000 Aplicações Diretas

Fonte 0364.10

Total Suplementado R\$ 38.282,55

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso de R\$ 38.282,55 (Trinta e oito mil, duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de 2012, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial, conta Banco do Brasil nº 212.253-7. Atenção Básica União.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Termo de Ajuste de Conduta

Promotoria de Justiça da Comarca de Tangará

Curadoria da Moralidade Administrativa IC - Inquérito Civil n. 06.2011.006976-4 Investigado: Município de Pinheiro Preto

Assunto: analisar irregularidades na contratação de servidores temporários e terceirizados do Poder Executivo de Pinheiro Preto SC.

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA

o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, representado, neste ato, pela Promotora de Justiça da Comarca de Tangará, Ora. Márcia Denise Kandler Bittencourt, doravante designada COMPROMITENTE; o Município de Pinheiro Preto, representado neste ato pelo Sr. Euzébio Calisto Vieceli, Prefeito Municipal, doravante designado COMPROMISSÁRIO;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, nos arts. 26 e 27 da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do

Ministério Público) e nos arts. 82 e 83 da Lei Complementar Estadual n. 197/00 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina);

Considerando que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal);

Considerando que a Constituição da República, no art. 37, inciso IX, e a Constituição Estadual, no seu art. 21, § 2º, preveem a possibilidade de contratação temporária de pessoal pela Administração Pública, ao dispor que "a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal pacificou

Promotoria de Justiça da Comarca de Tangará

entendimento no sentido de que "a contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, tem como pressuposto lei que estabeleça os casos de contratação. C.F., art. 37, IX. Inexistindo essa lei, não há que se falar em tal contratação" (RE n. 168566/RS, reI. Min. Carlos Velloso, DJU de 18.06.99).

Considerando que "a regra é o concurso público, e as duas exceções são para os cargos em comissão referidos e as contratações de pessoal, mas estas estão subordinadas simultaneamente às seguintes condições: a) deve existir previsão em lei dos casos possíveis; b) devem ter tempo determinado; c) deve atender necessidade temporária; d) a necessidade temporária deve ser de interesse público; e e) o interesse público deve ser excepcional" (STF, ADI-MC 890, reI. Min. Paulo Brossard, DJU de 1º/2/94);

Considerando que a Constituição da República, no art. 37, XXI, prevê a possibilidade de contratação de serviços por entes públicos, ao dispor que "ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações";

Considerando que a investidura em cargo ou emprego público depende da aprovação prévia em concurso público, reservando a possibilidade de contratação de servidores temporários e serviços terceirizados para casos específicos e extraordinários (art. 37, IX e XXI, da Constituição de 1988) ;

Considerando que é de competência exclusiva do Prefeito Municipal a iniciativa das leis que tratem da criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções na administração direta e indireta, no Poder Executivo Municipal;

Considerando a instauração, pelo Ministério Público Estadual, de diversos procedimentos investigatórios, em várias Comarcas, visando apurar ilegalidades na contratação de servidores temporários e serviços terceirizados, que indicam a generalização de tais irregularidades em Santa Catarina;

Considerando, por derradeiro, a documentação encaminhada a esta Promotoria de Justiça - extraída do Inquérito Civil n. 001/2009/CMA, de âmbito estadual, que culminou com a instauração do Inquérito Civil n. 06.2011.006976-4 nesta Promotoria de Justiça da Comarca de Tangará -, que objetiva apurar irregularidades na legislação municipal e na contratação de servidores temporários e serviços terceirizados no Poder Executivo do Município de Pinheiro Preto;

Resolvem celebrar o presente compromisso de ajustamento de

conduta, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

1. O COMPROMISSÁRIO obriga-se, a partir da presente data, a não admitir servidores para o exercício de qualquer cargo público sem a realização de prévio concurso público, ressalvadas as nomeações para os cargos em comissão e as contratações por tempo determinado para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público;

1.1 A admissão de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias deverá ser precedida de concurso público, vedada a contratação temporária ou terceirizada, salvo na hipótese de combate a surtos endêmicos;

2. O COMPROMISSÁRIO obriga-se, a partir da presente data, a somente contratar servidores por tempo determinado mediante processo seletivo público e nas hipóteses de necessidade temporária de excepcional interesse público, justificadas expressamente: “.

3.1 A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública, de emergência ambiental e de emergências

...-\\

2.1 Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, aquela que comprometa a prestação contínua e eficiente dos serviços próprios da administração e que não possa ser satisfeita com a utilização dos recursos humanos que dispõe a administração pública, especialmente nas seguintes hipóteses:

I - assistência às situações de emergência ou de calamidade pública;

II - combate a surtos endêmicos, pragas, doenças e surtos que ameacem a sanidade animal e vegetal;

111 - nos dois primeiros anos de implantação de programa decorrente de convênios ou acordos bilaterais com outros órgãos públicos;

IV - substituição de servidor ocupante de cargo efetivo afastado para o exercício de mandato eletivo;

V - suprimento de pessoal ocupante de cargo efetivo afastado do exercício em razão de licença (tratamento de saúde, gestação), por prazo superior a 30 (trinta) dias;

VI - atuação nas áreas da educação, assistência social e saúde, quando esgotada a lista classificatória do processo seletivo, até a realização de novo processo seletivo que deve ocorrer no prazo máximo de 1 (um) ano ou no mês de janeiro de cada ano, o que primeiro suceder;

VII - suprir o aumento transitório e inesperado de serviços públicos; e

VIII - especificamente ao magistério público:

a) em substituição aos afastamentos legais dos titulares;

b) em virtude de existência de vaga não ocupada após a realização de concursos públicos; e

c) em decorrência de abertura de novas vagas, por criação ou por dispensa de seu ocupante;

d) em decorrência da abertura de novas turmas, para as quais haja necessidade, excepcional, de contratar professores temporários porque os recursos humanos não são suficientes para suprir essa necessidade;

3. O concurso público será de provas ou provas e títulos, com prazo de inscrição mínimo de 30 (trinta) dias, sujeito à ampla divulgação em órgão oficial, onde houver, e em jornal de ampla circulação local e estadual, além de publicação na página da internet do COMPROMISSÁRIO;

em saúde pública prescindirá de processo seletivo, devendo ser justificada expressamente;

3.2 Igualmente prescindirá de processo seletivo a admissão por tempo determinado quando restar frustrada a seleção realizada anteriormente, por ausência de interessado ou aprovado, devendo

ser realizado novo processo seletivo no prazo máximo de um ano depois da última seleção;

4. O COMPROMISSÁRIO obriga-se, a partir da presente data, a não nomear servidores para o exercício de cargos em comissão para o desempenho de funções técnicas, burocráticas ou operacionais, de natureza puramente profissional, fora dos níveis de direção, chefia e assessoramento superior;

5. O COMPROMISSÁRIO obriga-se a não realizar contratações de servidores e serviços terceirizados para o exercício de funções inerentes a cargos efetivos, cabendo sua contratação apenas para o exercício de atividades meio da administração, sempre precedidas do competente processo licitatório.

6. O COMPROMISSÁRIO obriga-se a, no prazo de até um ano, revisar o plano de cargos, incluindo as atribuições dos cargos existentes, notadamente dos comissionados, extinguindo aqueles cuja nomenclatura seja referente àqueles de provimento em comissão, mas que na realidade possuem atribuições técnicas, burocráticas e administrativas e, portanto, demandam provimento efetivo por meio de concurso público;

7. No prazo de 30 (trinta) dias, o COMPROMISSÁRIO obriga-se a elaborar/revisar e remeter projeto de lei à Câmara Municipal de Vereadores objetivando: a) instituir legislação municipal não destoante da Constituição Federal (art. 37, XXI), da Lei Federal n. 8.745/93 e da Lei Complementar Estadual n. 260/04, para regulamentação das contratações por tempo determinado e da prestação de serviços terceirizados, revogando no mesmo diploma todas as disposições municipais contrárias; b) criar cargos efetivos para as funções que hoje são exercidas por servidores temporários admitidos em caráter precário,

5

Promotoria de Justiça da Comarca de Tangará

incluindo as equipes que compõem os programas consolidados no Município (ESF, PET, etc.), à exceção dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias (cf. Lei n. 11.350/2006); c) criar cargos efetivos para as funções que hoje são exercidas por servidores comissionados, de modo irregular, citando-se, exemplificativamente, aquele de Assit. De Coord. Servo Administrativos.

8. Até um ano, o COMPROMISSÁRIO obriga-se a exonerar/rescindir o contrato de todos os servidores/contratados temporariamente que não tenham sido admitidos mediante processo seletivo de provas ou provas e títulos, ressalvadas as hipóteses justificadas (necessidades decorrentes de calamidade pública, de emergência ambiental e de emergências em saúde pública; e quando frustrado processo seletivo realizado anteriormente, por ausência de interessados ou aprovados);

9. Até um ano, o COMPROMISSÁRIO obriga-se a deflagrar, concluir e homologar concurso público de provas ou provas e títulos destinado ao provimento dos cargos vagos cujas funções atualmente são exercidas por servidores temporários, ressalvados eventuais entraves burocráticos, devidamente comprovados ao COMPROMISSÁRIO;

10. No prazo de 10 (dez) dias, o COMPROMISSÁRIO remeterá cópia do presente ajuste à imprensa local e à Câmara de Vereadores para conhecimento e divulgação.

11. Em até 10 (dez) dias depois de transcorrido cada um dos prazos ajustados nos itens 6 a 9, o COMPROMISSÁRIO obriga-se a encaminhar a esta Promotoria de Justiça a comprovação documental do cumprimento das obrigações, como as minutas dos projetos de lei, as cópias dos expedientes que remeterem à Câmara Municipal, as cópias dos atos de exoneração/rescisão dos contratos dos servidores admitidos irregularmente, os editais de deflagração e homologação dos concursos públicos e as cópias dos expedientes encaminhados para divulgação do presente ajuste;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA MULTA E DA EXECUÇÃO

6

Promotoria de Justiça da Comarca de Tangará

1. O não-cumprimento do ajustado nos itens 1, 2, 4 e 5 da Cláusula Primeira implicará na responsabilidade pessoal e solidária do seu representante signatário e do ente público no pagamento de multa pecuniária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por mês, para cada servidor irregularmente contratado, nomeado ou designado, conforme o caso, além da execução judicial das obrigações ora ajustadas;

2. O não-cumprimento do ajustado nos itens 3, 6, 7, 8, 9 e 10 da Cláusula Primeira implicará na responsabilidade pessoal e solidária do seu representante signatário e do ente público ao pagamento de multa pecuniária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada mês de atraso, além da execução judicial das obrigações ora ajustadas;

3. As multas pecuniárias deverão ser recolhidas em favor do Fundo para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina (FRBL), criado pelo Decreto Estadual n. 10.047/87, conforme art. 13 da Lei 7.347/85 (Banco do Brasil, agência 3582-3, conta 63000-4);

4. As multas acima estipuladas serão exigidas independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o COM-PROMISSÁRIO constituído em mora com o simples vencimento dos prazos fixados;

4.1 Eventual impossibilidade de cumprimento dos prazos fixados nos itens 7, 8 e 9 da Cláusula Primeira, por ocorrência de caso fortuito ou força maior, deverá ser comunicada até o prazo de 10 (dez) dias após sua constatação a esta Promotoria de Justiça, que avaliará a possibilidade de prorrogação dos prazos e, se for o caso, poderá ser firmado termo aditivo a este ajustamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente ajuste entrará em vigor na data da sua assinatura.

Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na

7

Promotoria de Justiça da Comarca de Tangará
forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e do art. 585, inciso VII, do Código de Processo Civil.

o compromissário ainda assume a obrigação de dar ciência inequívoca deste termo de ajustamento de conduta ao próximo Prefeito Municipal, sob pena de responsabilidade solidária.

Por estarem compromissados, firmam este TERMO, em 3 (três) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Tangará, 14 de novembro de 2013.

FRANCIELI FIORIN Promotora de Justiça

Euzébio Calisto Viecele

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 08, de 26 de Novembro de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 08, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 07, DE 20 DE AGOSTO DE 2013, QUE REESTRUTURA O QUADRO ÚNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO E CRIAÇÃO DE CARGOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDISON ANTONIO MANICA, Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto – SC, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o seu Regimento Interno, no art. 28, IV, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. O art. 4º, da Resolução nº 07, de 20 de agosto de 2013, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 4º. Fica aprovado no Quadro Único da Câmara de Vereadores

de Pinheiro Preto o cargos de provimento em comissão de Assessor Parlamentar e de Diretor Geral da Secretaria Administrativa, criados pela Resolução nº 05, de 14 de junho de 2011, constante no Anexo I.

Art. 2º. O art. 6º, da Resolução nº 07, de 20 de agosto de 2013, fica revogado.

Art. 3º. O art. 7º, da Resolução nº 07, de 20 de agosto de 2013, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 7º. As atribuições dos cargos referidos nos artigos 3º, 4º e 5º são as constantes do Anexo II ao VI que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Art. 4º. O Art. 13, da Resolução nº 07, de 20 de agosto de 2013, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 13. Os vencimentos dos cargos do quadro de pessoal corresponderão aos níveis alfabéticos numéricos, com as suas referências básicas fixadas nesta Lei, através da tabela constante do Anexo VII.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, com seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Pinheiro Preto (SC), 26 de novembro de 2013.

EDISON ANTONIO MANICA

Presidente

Publicada a presente Resolução na Secretaria da Câmara aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e treze.

THAIS MARIANI BEE

Diretora Geral da Secretaria Administrativa

ANEXO I

TABELA DE CARGOS

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO				
CARGOS	QUANTIDADE DE CARGOS	CÓDIGO	NÍVEL ALFABÉTICO NUMÉRICO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Contador	01 (um)	001	CPE - 01	10 (dez) horas
Servente	01 (um)	002	CPE - 02	10(dez) horas
Secretária Executiva	01 (um)	003	CPE - 03	40(quarenta) horas

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGOS	QUANTIDADE DE CARGOS	CÓDIGO	NÍVEL ALFABÉTICO NUMÉRICO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Assessor Parlamentar	01 (um)	030	CPC-030	10 (dez) horas
Diretor Geral da Secretaria Administrativa	01 (um)	031	CPC-031	40 (quarenta) horas

ANEXO II

DESCRIÇÃO DO CARGO DE CONTADOR

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Executar trabalhos inerentes à contabilidade do serviço público municipal.

EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES

ATRIBUIÇÕES

01	Planejamento e execução das atividades relacionadas à contabilidade;
----	--

02	Elaboração da escrituração, balanços anuais, balancetes mensais e demonstrativos contábeis;
03	Analisar e organizar dados para a proposta orçamentária;
04	Conciliação das contas;
05	Conferência das notas fiscais;
06	Elaboração de empenho;
07	Elaboração de ordens de pagamento;
08	Elaboração e entrega de declarações obrigatórias;
09	Supervisionar e controlar as prestações de contas;
10	Controle de vencimento de contas a pagar;
11	Tomar providência para devolução do saldo financeiro no final de cada exercício;
12	Preencher cheques bancários;
13	Confeccionar boletins de caixa;
14	Supervisão das movimentações e dos saldos bancários;
15	Colaborar com a elaboração da folha de pagamento dos servidores e vereadores;
16	Levantamento e recolhimento dos impostos da folha de pagamento;
17	Parecer contábil nos processos de licitação e dispensa de licitação;
18	Acompanhar os limites constitucionais para aplicação dos recursos;
19	Realizar todas as demais atividades atinentes ao cargo e função, de acordo com as normas que regulamentam a profissão.

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

Escolaridade	Nível Superior em Contabilidade com registro no órgão de classe
Remuneração Inicial	R\$ 900,00
Carga Horária	10 (dez) horas semanal

ANEXO III**DESCRIÇÃO DO CARGO DE SERVENTE****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Executar trabalhos de limpeza em geral, na área interna e externa das instalações da Câmara Municipal.

EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES**ATRIBUIÇÕES**

01	Obedecer as determinações do Presidente ou seu substituto no que se refere as orientações de limpeza e conservação da Câmara Municipal de Vereadores;
02	Executar trabalho rotineiro de limpeza geral, espanando, varrendo, lavando ou encerrando as dependências, móveis, utensílios e instalações, para manter as condições de higiene e conservação das dependências da Câmara Municipal de Vereadores;
03	Remover o pó dos móveis, paredes tetos, portas, janelas, e equipamentos, utilizando os meios necessários para conservá-los a boa aparência;
04	Preparar com antecedência o que for necessário para as sessões e eventos da Câmara Municipal de Vereadores;
05	Limpar banheiros, escadas, pisos, varrendo-os ou encerrando-os para retirar poeira e detritos;
06	Limpar utensílios e objetos de adorno, utilizando produtos adequados, para manter a boa aparência dos locais;
07	Retirar os lixos e varrer o local;
08	Molhar jardins e plantas do edifício;
09	Limpar o hall de entrada, assim como vidros e portas do mesmo;
10	Varrer e lavar a área da frente do edifício;
11	Utilizar todos os EPIs que as funções exigirem;

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

Escolaridade	Ensino Fundamental
Remuneração Inicial	R\$ 247,38
Carga Horária	10 (dez) horas semanais

ANEXO IV**DESCRIÇÃO DO CARGO DE SECRETÁRIA EXECUTIVA****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Executar e colaborar em atividades complexas, rotineiras ou não, da Câmara Municipal.

EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES**ATRIBUIÇÕES**

01	Orientar os assessores na execução de suas tarefas relacionadas com o processo legislativo;
02	Controlar a movimentação dos processos legislativos, inclusive os prazos regimentais;
03	Confeccionar atos oficiais, portarias, decretos, projetos de lei, indicações, pedidos de providências e pedido de informações e outros existentes no processo legislativo municipal;
04	Elaborar a pauta das sessões de acordo com o Regimento Interno;
05	Expedir ofícios determinados pela Presidência;
06	Transcrever atos oficiais em livros próprios;
07	Confeccionar as atas das sessões e das comissões;
08	Organizar, manter registro e encaminhar os documentos/ofícios recebidos e enviados pertinentes a Câmara ;
09	Organizar e remeter declaração de bens de Vereadores ao Tribunal de Contas do Estado e manter arquivadas as dos servidores;
10	Organizar, controlar e arquivar atos oficiais para a publicação legal no Diário Oficial do Município e/ou na imprensa e murais oficiais da Câmara ;
11	Executar serviços de reprodução xerográfica, expedição e recebimento de fax-simile, arquivos, atendimentos de telefone, digitação ou transcrições em livros, apanhar e encaminhar correspondências, efetuar atendimento e orientações ao público, encaminhando-os aos setores competentes e, fazer pagamentos;
12	Registrar o recebimento, conferir e arquivar as leis sancionadas;
13	Executar e colaborar com os trabalhos relativos a atividades administrativas, contábeis, de pessoais e legislativas, manutenção da Câmara, arquivos, aquisição, conferência e controle de material de expediente;
14	Executar outras atividades correlatas a pedido da Presidência;

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

Escolaridade	Ensino Médio
Remuneração Inicial	R\$ 1.480,00
Carga Horária	40 (quarenta) horas semanais

ANEXO V**DESCRIÇÃO DO CARGO DE ASSESOR PARLAMENTAR****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Representar e assessorar a Câmara Municipal em juízo quando designado pela Presidência, dar assistência à Presidência, emitir parecer prévio sobre as proposições submetidas ao Legislativo, bem como os processos administrativos em geral.

EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES**ATRIBUIÇÕES**

01	Assessorar o Presidente e os Vereadores em assuntos jurídicos, exceto os de ordem particular;
02	Assessorar, coordenar e controlar as atividades jurídicas da Câmara, competindo-lhe pronunciar-se sobre toda matéria que lhe for submetida pelo Presidente, Mesa, Vereadores e as Comissões;
03	Elaborar pareceres sobre consultas formuladas por escrito pelo Presidente e Vereadores referentes a assuntos de natureza jurídico-administrativa;
04	Orientar na organização da coletânea da legislação federal e estadual aplicáveis ao Município;
05	Assistir ao Presidente na elaboração de contratos de compra, alienação de bens, prestação de serviços e processos;
06	Participar de Comissões de Inquérito Administrativo;
07	Representar e ajuizar ações da Câmara em juízo, quando for expressamente designado pelo Presidente;
08	Auxiliar na elaboração de projetos de em geral;
09	Elaborar instruções técnicas, sob o aspecto formal, dos processos legislativos, quando houver necessidade;
10	Sempre que necessário e no interesse público, a assessoria parlamentar deverá participar de reuniões e audiências na sede administrativa do Município e ou em outro local, com eventual participação de entidades particulares, entidades públicas da administração direta e indireta e Vereadores do Município, além de outros casos de interesse público.

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

Escolaridade	Nível superior em Direito, com registro no órgão de classe
Remuneração Inicial	R\$ 2.826,26
Carga Horária	10 (dez) horas semanal

ANEXO VI**DESCRIÇÃO DO CARGO DE DIRETOR GERAL DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Dirigir e colaborar em atividades complexas, rotineiras ou não, da Câmara Municipal.

EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES**ATRIBUIÇÕES**

01	Prestar assistência aos vereadores de todas as bancadas nas atividades parlamentares;
02	Elaborar, pesquisar e digitar proposições para os vereadores, sendo: indicações, requerimentos, moções, projetos de lei, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução emendas e outras;
03	Coordenar a agenda dos vereadores;
04	Executar e colaborar com os trabalhos relativos às atividades administrativas e legislativas;
05	Auxiliar na organização a pauta das sessões quando solicitado e acompanhar as sessões legislativas;
06	Executar os serviços específicos e rotineiros da Secretaria Administrativa, fornecendo suporte aos níveis superiores hierárquicos da Câmara Municipal, em especial o Gabinete da Presidência;
07	Efetuar atendimento ao público, anotando as reivindicações, bem como, providenciando o devido encaminhamento ao respectivo vereador;
08	Atender ao público orientando-o, inclusive no preenchimento de formulários e requerimentos;

09	Executar serviços de reprodução (fotocópias), expedição e recebimento de fax-símiles, arquivos, atendimento de telefone, digitação ou transcrição em livros;
10	Executar atividades externas, relacionadas ao funcionamento da Câmara quando determinado pela Presidência;
11	Efetuar o controle, registro, tramitação e arquivamento dos processos legislativos e todas as demais proposições;
12	Preparação e expedição das correspondências relativas às atividades legislativas e fiscalizadora;
13	Preparação e encaminhamento dos autógrafos das Leis;
14	Encaminhamento das proposições em sua tramitação regimental;
15	Recepção e encaminhamento das respostas recebidas à atividade legislativa e fiscalizadora;
16	Executar outras atividades inerentes à função;
17	Subsidiar o Contador e o Assessor Parlamentar com todas as informações necessárias para o bom desenvolvimento de suas funções contábeis e jurídicas, respectivamente.

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

Escolaridade	Ensino Médio
Remuneração Inicial	R\$ 1.458,73
Carga Horária	40 (quarenta) horas semanais

ANEXO VII**TABELA DE VENCIMENTOS****CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

NÍVEL ALFABÉTICO NUMÉRICO	CÓDIGO	REMUNERAÇÃO MENSAL EM R\$
CPE-01	001	R\$ 900,00
CPE-02	002	R\$ 247,38
CPE-03	003	R\$ 1.480,00

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

NÍVEL ALFABÉTICO NUMÉRICO	CÓDIGO	REMUNERAÇÃO MENSAL EM R\$
CPC-01	030	R\$ 2.826,26
CPC-02	031	R\$ 1.458,73

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto Nº 1.168/2013

DECRETO Nº 1.168/2013

“Nomeia Membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação”.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.498, de 4 de abril de 2007, bem como a Lei Municipal nº 1.802, de 6 de abril de 2010, Decreta:

Art. 1º Ficam nomeados, de acordo com a Lei Municipal nº 1.498, de 4 de abril de 2007, bem como a Lei Municipal nº 1.802, de 6 de abril de 2010, os seguintes membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação:



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

a) 02 (dois) Representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 01 (um) da Secretaria Municipal de Educação e seus suplentes:

Titular: Silvana dos Santos

Suplente: Nilceléia Otávia da Silva Kohl

Titular: Ana Carolina de Melo Serpa

Suplente: Emerita Maria Barni

b) 01 (um) Representante dos Professores da Educação Básica Pública e seu suplente:

Titular: Leonete Wiggers Ricken

Suplente: Christian Portes Machado

c) 01 (um) Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas e seu suplente:

Titular: Luciane de Souza Loss

Suplente: Andressa Mateus Godoi

d) 01 (um) Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas e seu suplente:

Titular: Ildo Elicker

Suplente: Kátia Waltrick Costa

e) 02 (dois) Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública e seus suplentes:

Titular: Marileia A. Goes

Suplente: Angelica A. T. de Moraes

Titular: Kátia Kohl

Suplente: Geórgia Rebelo

f) 02 (dois) Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública, 01 (um) dos quais indicados pela entidade de estudantes secundaristas e seus suplentes:

Titular: Luciana de Souza Rosa

Suplente: Anderson Volteline

Titular: José Marcelo Corvelo

Suplente: Fernanda dos Santos

g) 01 (um) Representante do Conselho Municipal de Educação e seu suplente:

Titular: Adriana dos Santos

Suplente: Vera Regina Evaristo de Andrade

h) 01 (um) Representante do Conselho Tutelar e seu suplente:

Titular: Margareth do Amaral

Suplente: Cléia Nair da Silva Laguilhon

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos ao dia 13 de setembro do ano em curso.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Portaria nº 761, de 14 de setembro de 2012.

Porto Belo - SC, 19 de novembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Tomada de Preço Nº 001/2013 - Amaspu

AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União - Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 010/2013

Extrato de Tomada de Preço nº 001/2013

A AMASPU Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União - Estado de Santa Catarina, e o PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, na qualidade de Curador desta AUTARQUIA, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto o Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preço para objeto a contratação de 01 (um) profissional na área de Odontologia, para atendimento junto ao AMASPU. Recebimento dos envelopes e credenciamento no dia 12 de dezembro de 2013, às 13:30 horas, na Prefeitura Municipal, com início da sessão às 13:30 horas do mesmo dia e local. Recomendação de chegada com antecedência de, no mínimo, 15 minutos devido protocolo eletrônico. Maiores informações na Avenida Getúlio Vargas, 228, centro da cidade de Porto União, telefone 35232632 - e-mail impressprev@gmail.com, e edital no site www.portouniao.sc.gov.br

Porto União, SC, 25 de novembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

MARGARETH FLISSAK

Presidente IMPRESS/AMASPU

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3739

DECRETO Nº 3739, de 21 de novembro de 2013.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.358 de 13/12/12.

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada na importância de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
50.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
2.099	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	45.000,00
2.100	Proteção social Básica Municipal		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		



3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	26.000,00
2.101	Programa Especial de Média Complexidade Municipal		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
50.02	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL		
1.108	IGDSUAS – Índice de Gestão Descentralizada		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
00.01.0052	Outras Transf. de Rec. Fundo de Ass. Social – FNAS	R\$	3.000,00
	TOTAL	R\$	84.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
50.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
2.099	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	45.000,00
2.100	Proteção social Básica Municipal		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	45.000,00
2.101	Programa Especial de Média Complexidade Municipal		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	45.000,00
50.02	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL		
1.108	IGDSUAS – Índice de Gestão Descentralizada		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	45.000,00
00.01.0052	Outras Transf. de Rec. Fundo de Ass. Social – FNAS	R\$	3.000,00
	TOTAL	R\$	84.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de novembro de 2013

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3716

DECRETO Nº 3716, de 08 de novembro de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2013."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 092/2013, de 15.10.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- IND. E COM. DE MÓVEIS LUNELLI LTDA - ME

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

08 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração.

ANEXO AO DECRETO Nº 3716/2013

Pregão Presencial Nº 092/2013, de 15.10.2013

Objeto da Licitação: Contratação de serviços de reparos nos gaveteiros, travessas de fixação dos pés das mesas e nos tampos em MDF. Secretaria da Fazenda. PNAFM.

Participante: - IND. E COM. DE MÓVEIS LUNELLI LTDA - ME

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- IND. E COM. DE MÓVEIS LUNELLI LTDA - ME

Decreto 3717

DECRETO Nº 3717, de 08 de novembro de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 087/2013."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3233/2013, o resultado da Carta Convite nº 087/2013 de 18.10.13, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- Cooperativa Eletrificação Rural Vale Itajaí.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
08 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração.

ANEXO AO DECRETO Nº 3717/2013

Carta Convite nº 087/2013 de 18.10.2013.

Objeto da Licitação: Aquisição de transformador trifásico de força para reposição no Corpo de Bombeiro de Rio do Sul.

Participante: - Cooperativa Eletrificação Rural Vale Itajaí.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- Cooperativa Eletrificação Rural Vale Itajaí.

Decreto 3718

DECRETO Nº 3718, de 08 de novembro de 2013.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 094/2013."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3233/2013, o resultado da Carta Convite nº 094/2013 de 18.10.13, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- Ind. Gráfica Livramento LTDA EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
08 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração.

ANEXO AO DECRETO Nº 3718/2013

Carta Convite nº 094.2013 de 18.10.2013.

Objeto da Licitação: Contratação de serviços para impressão de folhas A4 timbradas e envelopes para atender as Secretarias Municipais.

Participante: - Ind. Gráfica Livramento LTDA EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- Ind. Gráfica Livramento LTDA EPP.

Decreto 3731

DECRETO Nº 3731, de 19 de novembro de 2013.
"HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0106/2013."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o processo de Dispensa de Licitação Nº 0106/2013 de 05 de novembro de 2013.

Parágrafo único - Prestação de serviços educacionais para execução do projeto e culturas. Redeintercultural de intercâmbio entre estudantes latinos europeus C.E. Roberto Machado. Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
19 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3732

DECRETO Nº 3732, de 19 de novembro de 2013.
"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 061/2013."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulado o processo licitatório representado pela Carta Convite Nº 0101/2013 de 04.11.2013.

Parágrafo Único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, se dá em razão de que o não houve interessado em participar do presente certame licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
19 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3733

DECRETO Nº 3733, de 19 de novembro de 2013.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0108/2013."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 0108/2013, de 05.11.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- ABASE SISTEMAS E SOLUÇÕES LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
19 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração.

ANEXO AO DECRETO Nº 3733/2013

Pregão Presencial Nº 0108/2013 de 05.11.2013.

Objeto da licitação: Contratação de empresa para prover Sistema de Educação Pública e serviços correlatos, conforme especificações e demais condições descritas nos anexos do edital. Secretaria Municipal de Educação.

Participante: - ABASE SISTEMAS E SOLUÇÕES LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- ABASE SISTEMAS E SOLUÇÕES LTDA.

Decreto 3736

DECRETO Nº 3736, de 20 de novembro de 2013.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0100/2013."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 0100/2013, de 18.10.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- AVS ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
20 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração.

ANEXO AO DECRETO Nº 3736/2013

Pregão Presencial Nº 0100/2013 de 18.10.2013.

Objeto da licitação: Contratação de serviços de limpeza, higiene e conservação nos Centros Educacionais da Rede Municipal de Ensino. Secretaria Municipal de Educação.

Participantes: - AVS ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP.
- MADIFE LTDA ME;
- ONDREPSB LIMPEZA E SERVIÇOS LTDA;
- ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- AVS ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP.

Decreto 3741

DECRETO Nº 3741, de 21 de novembro de 2013.
"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º-

Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo, integrada pelos servidores Carla Fabiana Ribeiro, Débora Roiwas, Carmela Suzana da Veiga Ferreira, Sandra Aparecida Dela Justina, Marlise Fronza e Maurício Berlanda para, sob a presidência da primeira, coordenar todas as etapas do Processo Seletivo, inclusive a elaboração do edital e aplicação da prova escrita, a execução, acompanhamento, supervisão e julgamento das demais etapas do processo, bem como a deliberação sobre os casos omissos.

Art. 2º-

O referido Processo Seletivo - Edital nº 005/2013, destina-se ao preenchimento de vagas em caráter temporário, para a função de Professor e Pedagogo - Ano letivo de 2014, conforme Lei nº 3.796, de 26/06/2002.

Art. 3º-

Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 3678, de 14 de outubro de 2013.

Art. 4º-

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.
21 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria Nº 1373/RH

PORTARIA Nº 1373/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao

protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 07/11/2013 a 05/01/2014, a servidora municipal CAMILA STOLF SUMARIVA, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de Novembro de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1376/RH
PORTARIA Nº 1376/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 11/11/2013 a 09/01/2014, concedida por meio da Portaria n. 1185/RH de 26/09/2013 a servidora municipal SIRLEI FIAMONCINI, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Novembro de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1377/RH
PORTARIA Nº 1377/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 13/11/2013 a 12/03/2014, concedida por meio da Portaria n. 1184/RH de 26/09/2013 a servidora municipal ROSILENE MIGUEL, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Novembro de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1378/RH
PORTARIA Nº 1378/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 02/11/2013 a 30/01/2014, a servidora municipal ROMI KUSTERKO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Novembro de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1379/RH
PORTARIA Nº 1379/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 27/10/2013 a 09/01/2014, ao servidor municipal JONAS PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo Calceteiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Novembro de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1380/RH
PORTARIA Nº 1380/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 29/10/2013 a 27/12/2013, a servidora municipal MARLI TOTTENE, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Novembro de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1381/RH
PORTARIA Nº 1381/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 06/11/2013 a 03/02/2014, ao servidor municipal ALTAIR LEDRA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Novembro de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Pregão Presencial Nr. 109/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2013

OBJETO: Aquisição de servidor e computadores para Geoprocessamento. Secretarias de Administração e Fazenda.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 10/12/2013, às 09:00h. no endereço abaixo, na sala de licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 10/12/2013, no endereço abaixo, na sala de licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Procedimentos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 21 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1367/RH
PORTARIA Nº. 1367/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de

20/11/2001 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha/Informação de Vagas pelos mesmos.

NOME	LOTAÇÃO
AMAUARI DE SOUSA FREITAS JUNIOR	Secretaria Municipal de Administração
ANDREIA PINTO CAMPOS	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
CAMILA STOLF SUMARIVA	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
CLAUDINEI PATERNO	Secretaria Municipal de Saúde
JAIR PADILHA	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
JANETE PIRES DE MORAES	Secretaria Municipal de Saúde
LUANA ALFLEN SOARES	Secretaria Municipal de Saúde
SANDRA APARECIDA HARDT	Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Termo de Posse e Exercício - Silmara Sarai da Silva
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) SILMARA SARAI DA SILVA, nomeado (a) pela Portaria n. 1281/RH, de 30/10/2013, publicada no DOM na data de 04/11/2013, para exercer o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível E, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 02/12/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Salto Veloso

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Legislativa N. 005/2013

Município de Salto Veloso

Poder Legislativo - Câmara de Vereadores

ATO DE PROMULGAÇÃO

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores do Município de Salto Veloso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 08.607.626/0001-72, com fundamento na Lei Orgânica do Município, artigo 66, inciso VI, declara aos cidadãos deste município e destinatários da norma que fica PROMULGADA a Resolução Legislativa nº 005/2013 de 25 de novembro de 2013 que Dispõe sobre a requisição de manutenção do local de funcionamento da Câmara de Vereadores do Município de Salto Veloso, e dá outras providências.

A íntegra do texto neste ato promulgado segue em anexo, determinando-se ampla publicação para o conhecimento de todos.

Salto Veloso, Sala das Sessões, 26 de novembro de 2013

SILVANO TINELLI

Presidente Mesa Diretora

CLAUDEMIR SARTOREL

Vice-Presidente

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

Secretário

SANTO CIVIERO

Secretário Adjunto

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 05 de 25 de novembro de 2013

Dispõe sobre a requisição de manutenção do local de funcionamento da Câmara de Vereadores do Município de Salto Veloso, e dá outras providências.

SILVANO TINELLI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO - ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39, IV, do Regimento Interno, e em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica e Decreto Legislativo n. 004/91 faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º - No intuito de evitar onerosidade desnecessária aos cofres públicos, durante o período em que a nova sede desta casa legislativa estiver sendo edificada, será mantido como local de realização das Sessões as dependências do imóvel cedido pelo Poder Executivo deste Município.

Art. 2º - Em vista do disposto no artigo 1º fica requisitado o espaço ocupado hoje pela Câmara Municipal de Vereadores situado Rua Padre Agostinho Rombaldi, n. 170, Centro, Salto Veloso -SC.

Parágrafo único - Fica requisitada a manutenção do livre acesso pela entrada através da Rua Padre Agostinho Rombaldi, podendo ser exercida por parte dos representantes do poder legislativo, seus servidores e demais pessoas que necessitem desta casa legislativa.

Comunique - se o Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.

SILVANO TINELLI

Presidente

JUSTIFICATIVA

Pelo presente estamos enviando para apreciação plenária a Resolução Legislativa, que dispõe sobre a requisição de manutenção do local de funcionamento da Câmara de Vereadores do Município de Salto Veloso e dá outras providências.

A referida proposta de resolução legislativa possui embasamento no Decreto Legislativo n. 004/91, onde fixou como local para a manutenção da sede da Câmara o próprio prédio do legislativo, situação que vinha sendo mantida sem qualquer objeção por mais de vinte anos, somente tendo sido modificada aludida situação pela notificação recebida do Poder Executivo na data de 31 de outubro de 2013, a qual solicita a desocupação do imóvel utilizado pelo Legislativo no prazo de trinta dias.

Dessa forma levando-se em consideração a ocorrência de aquisição de terreno próprio para construção da sede legislativa desse município, o qual iniciará edificação em breve, entende-se que é de extrema necessidade a manutenção do mesmo local de funcionamento conforme fixado pelo decreto citado, tendo em vista que a alteração do endereço ou mesmo o pagamento de eventuais alugueis que venham a ser devidos irão onerar de maneira excessiva e desnecessária os cofres públicos.

Contando com a aprovação do Douto Plenário, apresentamos para apreciação a presente Resolução Legislativa.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.

SILVANO TINELLI

Presidente

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Extrato

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso - SC, localizado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ: 11.360.515/0001-19, Neste Ato Representado pelo Sr. Jacob Gilmar Junges torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO Nº305/2013 MODALIDADE: Pregão Presencial n. 15/2013, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório para AQUISIÇÃO DE VEICULO ZERO KM, FABRICAÇÃO NACIONAL, VERMELHO, FIRE 1.0 8V FLEX, 04 CIL.EM LINHA, POTENCIA MIN. 75HP, CAPAC 05 PASSAGEIROS, 04 PORTAS, CAPAC. PORTA MALAS MIN. 290 LT, EQUIPADO DE FABRICA COM FREIOS ABS, AIR-BAG DUPLO, DESEMB. E LIP. VIDRO TRASEIRO COM ACIONAMENTO AUTOMATICO A RÉ, DIREÇÃO HIDRAUL. AR CONDICIONADO, PARA-BRISA DEGRADÊ, FAROIS NEBLINA COM MASCARA NEGRA, REVESTIMENTO INTERNO COMPLETO, PNEU 175/65 R 14, VIDROS ELETRICO, PORTA OCULOS E OBJETOS, RADIO USB, MP3 COM RDS, COMP. BORDO, TRAVAS ELETRICAS, HIDROMETRO DIGITAL, PORTA MALAS E TANQUE COMANDO DE ABERTURA INTERNO, APOIO CABEÇA DIANT. E TRASEIRO COM REGULAGEM ALTURA, CINTOS SEG. 3 PONTOS, RELOGIO DIGITAL, RETROVISOR INTERNO FUNÇÃO DIA E NOITE, GARANTIA DE FABRICA DE NO MINIMO UM ANO.. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até o dia 10/12/13, até às 17:30 horas, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os

quais serão abertos às 17:31 horas, no mesmo dia e endereço já mencionado. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 22/11/13.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal.

Extrato

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso - SC, localizado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ: 11.360.515/0001-19, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO Nº 307/2013 MODALIDADE: Pregão Presencial n. 16/2013, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório para Contratação de prestação de serviços médicos, para atender o Programa de Saúde da Família, devendo atender as áreas de abrangência do programa. Deverá prestar os serviços de segunda a sexta-feira, no período matutino e vespertino, em horário determinado pela Secretaria Municipal de Saúde. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até o dia 10/12/13, até às 17:15 horas, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 17:16 horas, no mesmo dia e endereço já mencionado. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 22/11/13.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal.

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 3277/2013

LEI Nº 3277, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.
DENOMINA DE PAULO WICINOWSKI RUA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Fernando Tureck, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada de Paulo Wicinowski Rua do Município localizada no Bairro Rio Vermelho Estação, lateral da rua Emílio Engel com extensão de 59,00m e 10,00m de largura conforme croqui anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 349/2013

DECRETO Nº 0349, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013
AUTORIZA AOS PERMISSONÁRIOS DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM TÁXIS A UTILIZAREM A BANDEIRA II

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizados os permissionários do transporte de passageiros em táxis a utilizarem a Bandeira II, em substituição a Bandeira I, no período de 1º de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 352/2013

DECRETO Nº 0352, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito

(200) 3.3.90.39.00.00.00.00.0156- Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 20.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 - Iluminação Pública

(248) 3.3.90.39.00.00.00.00.0017 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 250.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 - Iluminação Pública

(247) 3.3.90.30.00.00.00.00.0017 - Material de Consumo

R\$ 250.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito

(196) 3.3.90.30.00.00.00.00.0156- Material de Consumo

R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de novembro de 2013
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 354/2013

DECRETO Nº 0354, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

FIXA PREÇOS PARA OS SERVIÇOS FUNERÁRIOS BÁSICOS PRATICADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 8, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e pelo parágrafo 1º do artigo 7º da Lei Municipal nº 817/2003 e;

Considerando que os preços para os serviços funerários básicos praticados em São Bento do Sul não foram reajustados desde janeiro de 2009 criando uma grande defasagem econômica/financeira para as empresas prestadoras destes serviços;

DECRETA:

Art. 1º Os preços dos serviços funerários básicos definidos pelo artigo 3º da Lei nº 817, de 29 de dezembro de 2003, e seu anexo único, para pagamento à vista, são os seguintes:

PADRÃO ADULTO	
Modelo "A"	R\$ 620,00
Modelo "B"	R\$ 800,00
Modelo "C"	R\$ 970,00

PADRÃO INFANTIL	
Modelo "D"	R\$ 380,00
Modelo "E"	R\$ 470,00

Art. 2º Se for necessária a utilização de uma urna "gorda", o preço fixado no artigo 1º, será acrescido de 15% (quinze por cento).

Art. 3º O valor do quilômetro rodado para os serviços contratados que necessitam transporte para fora do município de São Bento do Sul, será de R\$ 1,65 (um real e sessenta e cinco centavos) e no caso de transporte noturno o valor será acrescido 10% (dez por cento).

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 108 de 19 de maio de 2009.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de novembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 355/2013

DECRETO Nº 0355, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 84.400,00 (oitenta e quatro mil e quatrocentos reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 - Manut. das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

(1) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - PC
R\$ 8.400,00

(3) 3.1.90.16.00.00.00.00.0100 - Outras Desp. Variáveis - PC
R\$ 800,00

(6) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo
R\$ 10.000,00

(11) 3.3.90.46.00.00.00.00.0100 - Auxílio-Alimentação
R\$ 500,00

(13) 3.3.91.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ
R\$ 300,00

Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

(19) 3.3.90.48.00.00.00.00.0100 - Outros Aux. Financ. Pessoa Fis
R\$ 64.400,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 - Manut. das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

(5) 3.3.90.14.00.00.00.00.0100 - Diárias R\$ 1.200,00

(8) 3.3.90.37.00.00.00.00.0100 - Locação Mão-de-Obra
R\$ 1.000,00

(9) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ
R\$ 11.500,00

(12) 3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrig. Tribut. e Contribuições
R\$ 5.000,00

(14) 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente
R\$ 1.300,00

Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

(15) 3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições
R\$ 21.000,00

(16) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo
R\$ 7.500,00

(17) 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF
R\$ 5.400,00

(18) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ
R\$ 30.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de novembro 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 356/2013

DECRETO Nº 0356, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.486,00 (vinte e cinco mil e quatrocentos e oitenta e seis reais) no orçamento vigente da Fundação Cultural de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades

(1) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - PC

R\$ 12.300,00

(3) 3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrig. Patronais Inst. Prev. Própria R\$ 11.938,00

(17) 3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrig. Trib. e Contributivas

R\$ 1.248,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos proveniente das anulações das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades

(2) 3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais

R\$ 16.000,00

(14) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 4.330,00

(16) 3.3.90.46.00.00.00.00.0100 - Auxílio-Alimentação

R\$ 1.760,00

(21) 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Material Permanente

R\$ 3.396,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de novembro 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 357/2013

DECRETO Nº 0357, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 144.100,00 (cento e quarenta e quatro mil e cem reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

(11) 3.3.90.46.00.00.00.00.0100- Auxílio-Alimentação R\$ 500,00

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 - Assessoria Jurídica

Atividade: 2.006 - Manutenção da Assessoria Jurídica

(56) 3.3.90.18.00.00.00.00.0100 - Aux. Financ. a Estudantes

R\$ 500,00

(60) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 900,00

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração

(75) 3.3.90.46.00.00.00.00.0100 - Auxílio-Alimentação

R\$ 3.700,00

Órgão: 06 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade: 01 - Administração Financeira

Atividade: 2.007 - Manutenção da Secretaria de Finanças

(89) 3.3.90.46.00.00.00.00.0100 - Auxílio-Alimentação

R\$ 3.500,00

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.026 - Coordenação, Manutenção e Ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação especial

(124) 3.1.91.13.00.00.00.00.0001 - Obrig. Patronais Inst. Própria R\$ 135.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

(4) 3.3.90.14.00.00.00.00.0100- Diárias R\$ 500,00

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 - Assessoria Jurídica

Atividade: 2.006 - Manutenção da Assessoria Jurídica

(54) 3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrig. Patronais Inst. Prev. Própria R\$ 500,00

(62) 3.3.90.91.00.00.00.00.0100 - Sentenças Judiciais R\$ 900,00

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração

(70) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo

R\$ 3.700,00

Órgão: 06 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade: 01 - Administração Financeira

Atividade: 2.007 - Manutenção da Secretaria de Finanças

(88) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 3.500,00

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.026 - Coordenação, Manutenção e Ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação especial

(126) 3.3.90.30.00.00.00.00.0001 - Material de Consumo

R\$ 100.000,00

(128) 3.3.90.32.00.00.00.00.0001 - Mat. Distrib. Gratuita

R\$ 35.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de novembro de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3832/2013

PORTARIA Nº 3832, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 28 de novembro de 2013, TATIANE D'OLIVEIRA LUIZ, do cargo efetivo de Agente de Autoridade de Trânsito, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3833/2013

PORTARIA Nº 3833, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.
ALTERA A PORTARIA Nº 2717, DE 15 DE JULHO DE 2013, QUE NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis nºs 513/95, 2330/09 e 2818/11,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica substituído no Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, o representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, constante da Portaria nº 2717, de 15 de julho de 2013, como segue:

Rafael Olices Celeski por Marisa do Amaral - Titular

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de novembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Retificação do Edital de Concorrência Pública Nº 287/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 287/2013

NA PLANILHA DE ORÇAMENTO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 287/2013.

NO ITEM DE 3.23.1 ONDE LÊ-SE NA COLUNA DE VALOR UNITÁRIO R\$ 4,92. LEIA-SE R\$ 114,00.

NO ITEM DE 3.23.1 ONDE LÊ-SE NA COLUNA DE VALOR TOTAL R\$ 18,74. LEIA-SE R\$ 24.757,38

NO ITEM DE 3.23.2 ONDE LÊ-SE NA COLUNA DE VALOR TOTAL R\$ 112,53. LEIA-SE R\$ 6.414,21

NO ITEM DE 3.23.3 ONDE LÊ-SE NA COLUNA DE VALOR TOTAL R\$ 27,06. LEIA-SE R\$ 1.542,42

NO ITEM DE 3.23.4 ONDE LÊ-SE NA COLUNA DE VALOR TOTAL R\$ 101,10. LEIA-SE R\$ 5.762,70

NO ITEM DE 3.23.5 ONDE LÊ-SE NA COLUNA DE VALOR TOTAL R\$ 23,79. LEIA-SE R\$ 1.356,54

NO ITEM DE 3.23.6 ONDE LÊ-SE NA COLUNA DE VALOR TOTAL R\$ 4,22. LEIA-SE R\$ 240,63

NO ANEXO I, ONDE LÊ-SE VALOR TOTAL MÁXIMO R\$ 797.598,02. LEIA-SE VALOR TOTAL MÁXIMO R\$ 837.384,46.

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO NO EDITAL E, PARA QUE ESTA PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, ALTERA-SE A ABERTURA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 287/2013 PARA O DIA 08/01/2014 ÀS 09:00 HORAS.

São Bento do Sul, 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

DIRETOR DE COMPRAS

Suspensão Edital de Concorrência Pública Nº 287/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

SUSPENSÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 287/2013

O Município de São Bento do Sul através do Secretário de Administração, amparada pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com caput do art. 49 da Lei 8.666/93, FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS IPÊ E ALFREDO BARON, BAIRRO 25 DE JULHO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Nº 780694/2012/MCIDADES/CAIXA EM ANEXO, vem através deste comunicar que, devido à questionamentos e inconsistência de informações no edital e para sanar os problemas nele existentes, suspende-se a licitação com vistas à nova publicação posterior.

São Bento do Sul, 14 de novembro de 2013.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

Resultado Edital Nº 005/2013**RESULTADO**

REMOÇÃO E OU LOTAÇÃO POR CONCURSO, REMOÇÃO POR PERMUTA E REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA
EDITAL Nº 005/2013

A Secretária Municipal de Educação, homologa e torna público a classificação dos inscritos no processo de remoção e ou lotação por concurso, resultado dos pedidos de remoção por permuta e redução de carga horária – Edital nº 005/2013.

Informa ainda que, conforme dispõe o Edital, o prazo para reconsideração será de 02 (dois) dias úteis, a partir da publicação, no local onde deu entrada em seu processo, através de requerimento devidamente preenchido e documento que justifique a solicitação de reconsideração.

São Bento do Sul, 25 de novembro de 2013.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESULTADO – EDITAL Nº 005/2013					
REMOÇÃO E/OU LOTAÇÃO					
ATENDENTE EDUCATIVO					
CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	MARIA DE LOURDES NOGUEIRA	Atendente Educativo	EP	90	
2º	MARIA DO CARMO VENGUE	Atendente Educativo	MG/LP	82	01/08/56
3º	ROSELI D'APARECIDA ALVES DA SILVA	Atendente Educativo	MG/LP	82	19/08/71
4º	CLARECILDA BOLGENHAGEN AZE LARA	Atendente Educativo	MG/LP	81	

5º	NELCI CLARICE SIRENA	Atendente Educativo	EM	82	
6º	NEUZA LUTES DOS SANTOS	Atendente Educativo	EM	81	31/10/65
7º	ELAINE DE FÁTIMA DE OLIVEIRA	Atendente Educativo	EM	81	07/05/78
8º	VANESSA PSCHIEDT	Atendente Educativo	EM	80	
9º	TANIA APARECIDA BORGES VIEIRA	Atendente Educativo	EM	73	
10º	CLAUDIA MOKWA	Atendente Educativo	EM	69	
11º	ANA MARIA EISELT WEISS	Atendente Educativo	EM	30	
12º	PATRICIA SCHOFFEL	Atendente Educativo	EM	29	
13º	SANDRA MARA PACHECO	Atendente Educativo	EM	27	
14º	MÁRCIA SEMPTICOWSKI	Atendente Educativo	EM	26	
15º	MICHELE ARIANE RAMOS SOARES NARDO	Atendente Educativo	EM	25	
16º	PATRICIA APARECIDA SILVEIRA NIEPIÇUY	Atendente Educativo	EM	23	
17º	ELAINE LIEBL KEISER	Atendente Educativo	EM	20	
18º	JOSIANE FLEISCHMANN NOJEKOVSKI	Atendente Educativo	EM	19	
19º	RODINEI DRANKA FERREIRA	Atendente Educativo	EM	16	
20º	SALETE SOARES PEREIRA	Atendente Educativo	EM	14	
21º	MARCIA WIELIVICK	Atendente Educativo	EM	13	19/01/77
22º	MAGALI APARECIDA HACKE FRAGOSO	Atendente Educativo	EM	13	01/10/79
23º	PATRICIA FLORIANI DE LIMA DURSKI	Atendente Educativo	EM	12	
24º	SUZANE ROSECLEIA FERREIRA	Atendente Educativo	EM	10	14/11/83
25º	ANA PAULA WAGNER	Atendente Educativo	EM	10	27/11/91
26º	CHANTELLE BEATRIZ RIBEIRO	Atendente Educativo	EM	9	22/10/73
27º	ELAINE SCHREINER WEISS	Atendente Educativo	EM	9	22/11/79
28º	LUANA PEREIRA BERTOTTI	Atendente Educativo	EM	9	08/09/83
29º	LIRIAM ZINK LIETZ	Atendente Educativo	EM	8	24/03/62
30º	AUREA TEREZINHA TERRES BUENO DE OLIVEIRA	Atendente Educativo	EM	8	04/08/76
31º	GISELLE PEREIRA FERRONATTO	Atendente Educativo	EM	8	17/02/81
32º	GISLAINE MARIA WEDDERHOFF	Atendente Educativo	EM	8	24/09/83
33º	KAREN APARECIDA DOS SANTOS	Atendente Educativo	EM	8	13/12/83
34º	MARILDA ZÖLLNER LORENZETTI	Atendente Educativo	EM	7	23/05/66
35º	NEUSA ZÖLLNER DE SOUZA	Atendente Educativo	EM	7	16/02/75
36º	MARA LUCIA BERTI MATOS	Atendente Educativo	EM	7	18/08/75

37º	ELISABETH MARIA WEIGMANN PEREIRA	Atendente Educativo	EM	7	28/08/78
38º	ANDRÉIA TEREZINHA ROSATTI	Atendente Educativo	EM	7	07/12/80
39º	RUBIA PABST NEHLS	Atendente Educativo	EM	6	05/12/81
40º	TATIANE DACOREGIO NOGUEIRA	Atendente Educativo	EM	6	22/06/91
41º	EDINA CLAUDIA WEBER	Atendente Educativo	EM	5	12/09/74
42º	FERNANDA SCHREINER DOS SANTOS	Atendente Educativo	EM	5	09/04/79
43º	ZENAIDE PIRES	Atendente Educativo	EM	5	12/01/84
44º	MÁRCIA AGOSTINHO	Atendente Educativo	EM	5	27/03/87
45º	LAÍSLA CADENA BATISTA	Atendente Educativo	EM	5	08/09/87
46º	JÉSSICA MONIKE STIEGLER	Atendente Educativo	EM	5	26/06/91
47º	TATIANE DOS SANTOS VAZ	Atendente Educativo	EM	5	27/04/93
48º	HELEN CRISTINA NERY XAVIER	Atendente Educativo	EM	4	
49º	MARLI TEREZINHA MARTINS FRIEDRICH	Atendente Educativo	EM	3	

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	CRISLAINE KIEM COSTA	Especialista em Assuntos Educacionais	LP	21
2º	CLAUDIA MICHELE BIAOBOCK PIRAM	Especialista em Assuntos Educacionais	LP	8

SECRETÁRIA DE ESCOLA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	JULIANA BOTANA NUNES	Secretária de Escola	EM	87

AUXILIAR DE BIBLIOTECA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	ECLEIA TEREZINHA GROSSKOPF	Auxiliar de Biblioteca	EM	32
2º	GILSELAINE HIRT	Auxiliar de Biblioteca	EM	20
3º	EMELI ELISABETH BECKERT SCHIESSL	Auxiliar de Biblioteca	EM	14

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

ARTES

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	JANETE DE FÁTIMA PUCHIVAILO	Professor	EP	84
2º	MARLI MARTINS CORDEIRO	Professor	EP	82
3º	LUCINEIA KROHL SIQUEIRA	Professor	LP	22
4º	ANDREI RAFAEL GALKOWSKI	Professor	LP	4
5º	NICOLI KRAYEVSKI	Professor	LP	2

GEOGRAFIA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	JOÃO ADILSON LENCZUK	Professor	MS	215

2º	ARLETE MÜHLBAUER NEUMANN	Professor	EP	287
3º	IRACEMA CARVALHO DE LIMA	Professor	LP	24
4º	DAIANE CAROLINE VÖLZ FERRAZ	Professor	LP	23

EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	MARIO ANDRÉ MENDES	Professor	EP	92
2º	ARLEI DAVID SILVEIRA BUBNIAK	Professor	EP	91
3º	DONALDO FISCHER JUNIOR	Professor	EP	84
4º	ILDEFONSO FARIAS DOS SANTOS	Professor	LP	83
5º	ANDERSON MARTENHUK	Professor	LP	30
6º	JULIANO FÉLIX DOS SANTOS	Professor	LP	10
7º	ELIANE PREISLER PIRES	Professor	LP	9

MATEMÁTICA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	OLDEMAR DUVOISIN JUNIOR	Professor	LP	83
2º	CAROLINE PRISCILA MACHADO	Professor	LP	81
3º	MARCOS ROBERTO RISKE	Professor	LP	12
4º	EDSON PEDRO SCHIEHL	Professor	LP	10

INGLÊS/PORTUGUÊS

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	MARILAINÉ MUELLER	Professor	EP	123
2º	MARI TERESINHA PICKOCZ CAMPO-LINO	Professor	EP	109
3º	IRILDES BIAOBOCK COSTA	Professor	EP	104
4º	DIRCE MALACHOVSKI	Professor	EP	85
5º	MARGARETE ROESLER	Professor	EP	74
6º	ALEXANDRA LANGA RIBEIRO	Professor	EP	62

INGLÊS

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	SIMONE CRISTIANE SIDOLI DE LARA	Professor	LP	19
2º	CRISLAINE SCHIFLER MOREIRA	Professor	LP	10
3º	LINA BEATRIZ GROSSKOPF DA SILVA	Professor	LP	2

CIÊNCIAS

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	GEIZI LARGURA	Professor	LP	17
2º	LILIAN GUZATTO PEDROZO	Professor	LP	16
3º	RUSSIEL RODRIGUES VIEIRA	Professor	LP	10

ENSINO RELIGIOSO

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	EVERTON VOLTAIRE CONSUL DE OLIVEIRA	Professor	LP	55

ALEMÃO

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	ROSILENE MARA EISELT TAUSCHECK	Professor	LP	65

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASS.	NOME	CARGO	CLASSE	PONT.
1º	ALINE CRISPI DE MORAES MIRANDA	PROFESSOR	EP	177

2º	ANDREA CRISTINA WALTRICKI HERMES	PROFESSOR	EP	172	
3º	ELIANE KASMIRCZAK NIEDZVIESKI	PROFESSOR	EP	133	
4º	ROMILDA MEISTER SCHREINER	PROFESSOR	EP	125	03/01/72
5º	ELIZABETH GODESCKI	PROFESSOR	EP	125	24/01/76
6º	MARLI SKONIECNY	PROFESSOR	EP	124	
7º	MARIA MARLI BRUSKY	PROFESSOR	EP	120	
8º	THAIS CRISTINA MIRANDA	PROFESSOR	EP	101	
9º	PATRICIA POPADIUK CORDOVA	PROFESSOR	EP	91	
10º	ROSIMERE RIBEIRO ZACHARIAS	PROFESSOR	EP	88	10/07/67
11º	ROSANA ELI GADOTTI	PROFESSOR	EP	88	14/06/71
12º	LILIANA DOS SANTOS DE CARVALHO	PROFESSOR	EP	87	
13º	ISABEL CRISTINA DYBAS TERRES	PROFESSOR	EP	86	
14º	LUANA JANSKASKY	PROFESSOR	EP	79	
15º	DINAIR DE FREITAS LISBOA	PROFESSOR	LP	107	
16º	REGICLER DRESCHLER PASZEUK	PROFESSOR	LP	106	
17º	DANIELA APARECIDA PETREÇA	PROFESSOR	LP	93	
18º	CATIA DELLA JUSTINA	PROFESSOR	LP	43	
19º	LIRIA LINZMEYER	PROFESSOR	LP	34	30/11/80
20º	PATRICIA BACHEL MARTINS	PROFESSOR	LP	34	27/07/86
21º	ELIANE APARECIDA DE FARIAS TSCHOKE	PROFESSOR	LP	30	
22º	SIMONE PREISLER MACHADO	PROFESSOR	LP	29	
23º	DAIANE GONSALVES BATISTA TAMANINI	PROFESSOR	LP	24	
24º	JOSEMERI STIEGLER SEMPTICOWSKI	PROFESSOR	LP	23	02/10/83
25º	OZANA CARINE MECABO LAZAROTTO LOURENÇO	PROFESSOR	LP	23	13/12/86
26º	INES DAL PIZZOL DOS SANTOS	PROFESSOR	LP	21	
27º	MIRIAM MARIA BIAOCK SADOWSKI	PROFESSOR	LP	20	
28º	JULIANA DE FATIMA TAVARES	PROFESSOR	LP	18	01/03/86
29º	KENELIN APARECIDA SALESKI RICKEL	PROFESSOR	LP	18	25/04/86
30º	CASSIA STIEGLER	PROFESSOR	LP	17	
31º	JULIANA TAMANINI	PROFESSOR	LP	16	
32º	MARCIA MARGARETE FLENIK KVITSCHAL	PROFESSOR	LP	14	26/06/66
33º	JANDIRA MAGUEROVSKI FRANZ	PROFESSOR	LP	14	20/08/76
34º	JOSEANE BAUM	PROFESSOR	LP	11	10/10/80
35º	ALINE GLORIA DE ALMEIDA CHAVES DE SOUZA	PROFESSOR	LP	11	22/02/82
36º	LISANE QUINT	PROFESSOR	LP	9	25/04/77
37º	CARLA ANDREIA SCHIER	PROFESSOR	LP	9	06/08/77
38º	FERNANDA PURIN DA COSTA LOBO	PROFESSOR	LP	5	
39º	ADRIANA PSCHIEDT	PROFESSOR	MG	348	

40°	CLEIDE MARSI SOARES DA ROSA	PROFESSOR	MG	85	
-----	--------------------------------	-----------	----	----	--

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS					
CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1°	SIDERLENE NENEVE	Professor	EP	324	
2°	CLAUSSE CIDREA DIAS	Professor	EP	318	
3°	ROSELAINE ESTER RAMBO	Professor	EP	317	
4°	MARIA GERALDA DA SILVA URBAINSKI	Professor	EP	313	
5°	MARCIA ELISETTE MALLON	Professor	EP	312	
6°	JUCELIA DRESCHSLER ZOTZ	Professor	EP	309	
7°	SIRLENE FATIMA DA SILVA	Professor	EP	305	
8°	EUNICE TEREZINHA HILGES- TIELER PERES	Professor	EP	300	
9°	ELIANE MARIA CAVALHEIRO FRAGOSO	Professor	EP	298	
10°	IRACEMA BAYER ROSA	Professor	EP	297	
11°	VIVIANE APARECIDA PILAT GNOISKY	Professor	EP	287	
12°	SILIANE SCHROEDER	Professor	EP	286	
13°	ILSE MARIA SCHROEDER HEIDEN	Professor	EP	285	
14°	PATRICIA BEIER PASZEUK	Professor	EP	274	
15°	JENI APARECIDA KRZEZINSKI	Professor	EP	273	24/05/68
16°	MARIANE DIAS PILZ	Professor	EP	273	07/01/76
17°	IRENE BATISTA FRAGOSO NIESPODZINSKI	Professor	EP	271	03/06/72
18°	ANGELA CRISTINA FERREIRA DAS CHAGAS RIBAS	Professor	EP	271	08/02/74
19°	CLAUDIA DE FATIMA KOLE- NEZ	Professor	EP	270	21/11/66
20°	CARLOS ROBERTO BAPTISTA	Professor	EP	270	06/01/67
21°	CLAUDIA PEDROZO ROPKE	Professor	EP	269	
22°	CLEUSA DE SOUZA FREITAS BORGES	Professor	EP	266	
23°	JOSEANE NOSSOL BIERNASKI	Professor	EP	264	
24°	SONIA KACHUBOWSKI DE LIMA	Professor	EP	263	
25°	ADELITA TASCHEK	Professor	EP	260	
26°	ICLEIA IGNEZ DUVOISIN VICENZI	Professor	EP	255	
27°	JANETE KINGERSKI LECK	Professor	EP	252	28/08/66
28°	ELAINE MORRIESEN RODRI- GUES	Professor	EP	252	21/09/73
29°	NADIA REJANE DE BORBA	Professor	EP	248	
30°	VIVIANE MERI NEUBAUER	Professor	EP	245	
31°	LEOMAR BRANDL	Professor	EP	244	
32°	ISOLETE MARIA WEBER WEDDERHOFF	Professor	EP	240	
33°	SIMONE ARTELE FRANTZ ALMAGRO	Professor	EP	236	
34°	LUZIA MARGARETE ALVES TIBES	Professor	EP	233	30/12/72
35°	MARIA GORETI MEISTER	Professor	EP	233	31/03/75
36°	NADIA APARECIDA STURMER	Professor	EP	232	16/08/65
37°	MARISOL HANNEMANN ITNER	Professor	EP	232	11/06/70
38°	ELISABETH SADOWSKY	Professor	EP	232	23/09/72
39°	ROSANGELA PIRES CARDOSO	Professor	EP	229	
40°	SINTIA DE CASSIA PEDROZO	Professor	EP	226	

41°	RENATA BRAGA TEIXEIRA DA SILVA SPITZNER	Professor	EP	219	05/07/71
42°	ARLETE LUSIA MUEHLMANN JELINSKY	Professor	EP	219	26/06/72
43°	CRISTIANE LENI WEBER	Professor	LP	309	
44°	SIOMARA GLADIS WRUBLE- VSKI KAMINSKI	Professor	LP	291	
45°	LUCIA UDETE ZAMBONI	Professor	LP	274	
46°	ORLANDO PAITRA	Professor	LP	240	
47°	ANA CLAUDIA DA SILVA MURARA	Professor	MG	234	

REDUÇÃO CARGA HORÁRIA

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA ATUAL	CARGA HORÁRIA REQUERIDA	RESULTADO
ABEGAIR AGAR TERRES VEPECH	Professor Anos Finais	40	30	Deferido
ALINE GLÓRIA DE ALMEIDA CHAVES DE SOUZA	Professor Edu- cação Infantil	40	20	Indeferido, pois a servidora encontra-se em estágio proba- tório.
ANDREIA RUCKL	Professor Edu- cação Infantil	40	20	Deferido
CRISTIANE APARE- CIDA PEDROTTI	Professor Anos Finais	40	30	Deferido
ROSANE LEVAN- DOSKI	Professor Anos Finais	40	30	Deferido

REMOÇÃO POR PERMUTA

NOME	CARGO	CH	LOTAÇÃO	REMOÇÃO	RESUL- TADO
Sandra Jelinsky	Professor Anos Finais	40	EBM Profª Lúcia Tschoeke	EBM Cel. Osny Vasconcellos (20h)	Deferido
Sandra Mara Preisler	Professor Anos Finais	40	EBM Profª Lúcia Tschoeke (20h) e EBM Cel. Osny Vasconcellos (20h)	EBM Profª Lúcia Tschoeke (20h)	Deferido
Sandra Elisabeth Piekarski	Professor Anos Ini- ciais	40	EBM Alexandre Pfeiffer	EBM Profª Lúcia Tschoeke	Deferido
Anália Maria Rodrigues	Professor Anos Ini- ciais	40	EBM Profª Lúcia Tschoeke	EBM Alexandre Pfeiffer	Deferido
Rosane Teresinha Pscheidt Knop	Professor Anos Ini- ciais	40	EBM Profª Lúcia Tschoeke	EBM Ilona Tschoeke	Deferido
Iara Cristia- ne Vogt	Professor Anos Ini- ciais	40	EBM Ilona Tscho- eke	EBM Profª Lúcia Tschoeke	Deferido
Zenaide Terezitha Friedrich	Professor Educação Infantil	40	CEIM Nosso Mundo	CEIM Peter Pan	Deferido
Cleide Leti- cia Neundor- ff Kautnick	Professor Educação Infantil	40	CEIM Peter Pan	CEIM Nosso Mundo	Deferido
Elaine Schi- mit Thewes	Professor Educação Infantil	40	CEIM Tico e Teco	CEIM Tempo Mágico	Deferido
Tatiane Mar- celi Denez Lietz	Professor Educação Infantil	40	CEIM Tempo Mágico	CEIM Tico e Teco	Deferido

Editais de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1768/2013 e 1769/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1768/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADH7396	55723028D	6599/2	01/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
AOV8786	54593025E	6920/0	28/08/2013	R\$ 127,69	233
ARS7685	54593040E	6920/0	03/09/2013	R\$ 127,69	233
AVE1127	54593379E	6548/0	11/08/2013	R\$ 85,12	229
LWS4082	54591668E	5010/0	11/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXZ6152	54077544D	5010/0	28/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXZ6152	54592581E	6599/2	28/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZD8515	55725598D	6599/2	23/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBX0254	54593147E	6700/0	03/09/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MBX0953	54593293E	5010/0	30/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBX0953	54593294E	5118/0	30/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCV5313	54591754E	6599/2	04/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDD5746	54591765E	6599/2	11/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDG4480	54593019E	6920/0	27/08/2013	R\$ 127,69	233
MDI1931	54592565E	5010/0	30/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDI1931	54592566E	5118/0	30/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDI1931	55722925D	6599/2	29/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEQ2525	54593029E	6920/0	29/08/2013	R\$ 127,69	233
MFN3673	54593409E	6920/0	17/07/2013	R\$ 127,69	233
MFN4732	54591654E	6599/2	08/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFN4732	54591657E	5010/0	08/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFN4732	54591658E	5118/0	08/09/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFN4732	54591659E	6653/2	08/09/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MFN4732	54591660E	6556/1	08/09/2013	R\$ 191,53	230 * I
MGJ5235	54593284E	6548/0	23/08/2013	R\$ 85,12	229
MHD0228	55723975D	6599/2	04/09/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJD0222	54591779E	6670/0	23/09/2013	R\$ 127,69	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2013

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1769/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAK1901	55512675D	5452/1	31/08/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
ABY8866	55512842D	5746/1	02/09/2013	R\$ 85,12	187 * I
ADF9159	55512595D	7366/2	07/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
AEC2884	55512534D	6858/0	30/07/2013	R\$ 85,12	231 * VII
AEV0611	55512461D	5967/0	12/07/2013	R\$ 191,53	203 * V
AGK1022	54044249D	7366/2	02/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
ARV8443	55512669D	7366/2	07/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
AUN4444	55512716D	5568/0	09/09/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
AWY2009	55513050D	5541/5	12/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
BAP0055	55512830D	7366/2	29/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
BLU0723	55512978D	5541/2	23/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
HTC6111	55512717D	5568/0	13/09/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
IME6883	54593148E	7366/2	03/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
JNF5131	55512685D	5541/2	17/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
JZW2336	55513079D	5541/1	10/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXB4200	55512691D	5622/1	03/09/2013	R\$ 53,20	182 * VI
LXC1477	55512584D	5568/0	28/08/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LYY0916	55512849D	5207/0	04/09/2013	R\$ 53,20	169
LZD8515	55725597D	5835/0	23/08/2013	R\$ 127,69	195
LZP9531	55513026D	5185/1	28/08/2013	R\$ 127,69	167
MBF6841	55512146D	5452/1	11/09/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MBQ9735	55512140D	5541/2	16/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBX0254	54593146E	5185/1	03/09/2013	R\$ 127,69	167
MCC4566	55512643D	5541/1	08/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD1728	55512698D	7366/2	10/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCD3077	55512178D	5746/1	15/07/2013	R\$ 85,12	187 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCY9507	55723734D	5738/0	05/09/2013	R\$ 191,53	186 * II
MEO8424	55512843D	5746/1	02/09/2013	R\$ 85,12	187 * I
MER0306	55512661D	7366/2	06/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MEW2525	55512398D	5185/1	16/07/2013	R\$ 127,69	167
MHI2124	55513035D	7366/2	30/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHQ5024	55512547D	5452/1	08/08/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MHS8129	55512912D	5541/2	14/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY9330	55512454D	5746/1	11/07/2013	R\$ 85,12	187 * I
MHY9612	55513077D	5452/6	09/09/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MHY9690	55512594D	5568/0	04/09/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MIO0345	55513066D	5967/0	06/09/2013	R\$ 191,53	203 * V
MIR4684	55513257D	5746/1	18/09/2013	R\$ 85,12	187 * I
MIY0371	55512137D	5541/2	08/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJE0670	55513075D	7366/2	09/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJW9413	55512390D	5541/1	12/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKD7825	55512981D	5819/6	16/09/2013	R\$ 574,61	193
MKI9977	54076049D	5550/0	27/08/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKJ2031	55513165D	5185/1	22/09/2013	R\$ 127,69	167
MKQ4475	55513265D	5835/0	21/09/2013	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Editais de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1766/2013 e 1767/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1766/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAP5482	54592342E	5010/0	30/10/2013	162 * I
ACJ6903	54592062E	6599/2	10/10/2013	230 * V
GWB9692	54592684E	6599/2	01/11/2013	230 * V
LXZ1357	54592075E	6599/2	30/10/2013	230 * V
MAQ1498	54592447E	6920/0	05/11/2013	233
MAU0934	54591678E	5045/0	06/10/2013	162 * V
MBD8590	54592436E	6920/0	31/10/2013	233
MBG7237	55725076D	6599/2	09/10/2013	230 * V
MCW0218	54591673E	6700/0	05/10/2013	230 * XVI
MCW0218	54591674E	5169/1	05/10/2013	165
MDG2038	54597505E	6670/0	02/11/2013	230 * XIII
MDO7582	54592443E	6920/0	01/11/2013	233
MDO8959	54591695E	5045/0	22/10/2013	162 * V
MDO8959	54591696E	5142/0	22/10/2013	164 c/c 162 * V
MDO8959	54591697E	5053/1	22/10/2013	162 * VI
MDO8959	54591698E	5150/1	22/10/2013	164 c/c 162 * VI
MHQ3677	54591685E	6742/0	09/10/2013	230 * XX
MHQ3677	54591686E	6963/0	09/10/2013	237
MHX9651	55725073D	6912/0	09/10/2013	232
MID9248	54591577E	6599/2	02/11/2013	230 * V
MIT0994	54597553E	5010/0	30/10/2013	162 * I
MIT0994	54597554E	5118/0	30/10/2013	164 c/c 162 * I
MIT0994	54597556E	6599/2	30/10/2013	230 * V
MJQ6433	54592337E	6599/2	29/10/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2013

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1767/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMH4138	55513477D	5380/0	31/10/2013	181 * I
CEZ3839	55513198D	5568/0	07/11/2013	181 * XIX
IHC8385	55513375D	5541/2	24/10/2013	181 * XVII
LWV4143	55512926D	5185/1	08/10/2013	167
LYL7462	54044688D	5541/7	10/10/2013	181 * XVII
MAP6200	55513484D	6025/0	06/11/2013	206 * IV
MBB3532	55725600D	7366/2	08/10/2013	252 * VI
MCO2366	55512769D	5541/2	22/10/2013	181 * XVII
MCQ5009	55513344D	5746/1	06/11/2013	187 * I
MEP9886	55513482D	5380/0	04/11/2013	181 * I
MFH5094	55513246D	5541/2	14/10/2013	181 * XVII
MFM9066	55513363D	5541/1	31/10/2013	181 * XVII
MGD0328	54044692D	5541/2	02/10/2013	181 * XVII
MHP3625	55513316D	7366/2	11/10/2013	252 * VI
MHU8635	55513486D	5665/0	07/11/2013	182 * X
MIP8771	55512946D	5452/6	04/11/2013	181 * VIII
MIV9638	54591872E	7366/2	29/10/2013	252 * VI
MIY7292	55512738D	5541/2	17/10/2013	181 * XVII
MIZ1314	55513364D	5967/0	01/11/2013	203 * V
MJE0670	55512739D	5541/2	17/10/2013	181 * XVII
MJU4682	55512768D	5541/2	24/10/2013	181 * XVII
MJX9021	55513414D	5185/1	17/10/2013	167
MKQ1045	55513147D	7366/2	11/10/2013	252 * VI
MLC1698	55513485D	7366/2	06/11/2013	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 845/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 845/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAR1433	8492055425	7455/0	31/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
ABN6372	8492055286	6050/3	01/09/2013	R\$ 191,53	208
ABO8888	8492055118	7455/0	21/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
ABO8888	8492055142	7455/0	21/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
ADF9159	8492055467	7455/0	07/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
ADT0120	8492053840	7455/0	14/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AGC1571	8492055269	7455/0	01/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
AGM9084	8492054541	7455/0	06/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
AOU6841	8492055320	7455/0	29/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
AOZ8865	8492055147	7455/0	24/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
APQ1408	8492055358	7455/0	29/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
ARL5860	8492054785	7455/0	14/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
ATZ3356	8492054778	7455/0	10/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
AUA3325	8492055129	7463/0	21/08/2013	R\$ 127,69	218 * II
AUB5481	8492054430	5673/2	01/08/2013	R\$ 85,12	183
BPJ3011	8492055173	7455/0	24/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
CHH1964	8492055356	7455/0	28/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
CRB9688	8492055392	7471/0	29/08/2013	R\$ 574,61	218 * III
DEM5196	8492055044	7455/0	24/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
DEV0432	8492053750	7463/0	14/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
DFH6676	8492053610	6050/3	10/07/2013	R\$ 191,53	208
DGX8981	8492055229	6050/3	02/09/2013	R\$ 191,53	208
DGX8981	8492055236	6050/3	03/09/2013	R\$ 191,53	208
IOI0006	8492055314	7455/0	28/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
KDA1152	8492054278	7455/0	26/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXD8858	8492054373	7455/0	27/07/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXM4397	8492054461	7455/0	01/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXR1607	8492054048	7455/0	18/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZD8515	8492055074	7455/0	21/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBC8967	8492055213	5673/2	29/08/2013	R\$ 85,12	183
MBK2210	8492054433	7455/0	03/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBK2210	8492054442	7455/0	03/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBR4423	8492055317	7455/0	28/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBS0054	8492053980	6050/3	19/07/2013	R\$ 191,53	208
MBZ8834	8492055152	7463/0	26/08/2013	R\$ 127,69	218 * II
MCI8339	8492055290	6050/3	03/09/2013	R\$ 191,53	208
MCW0573	8492055253	7455/0	02/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCW7815	8492055352	7455/0	01/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCY2192	8492053742	6050/3	14/07/2013	R\$ 191,53	208
MCY4559	8492054642	7455/0	09/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDU9509	8492053836	7455/0	13/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDX1445	8492054327	7455/0	27/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET1848	8492055088	6050/3	21/08/2013	R\$ 191,53	208
MFA3968	8492056070	7463/0	18/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGC8709	8492055368	7455/0	02/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGK2011	8492054382	7455/0	29/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGK6793	8492055532	6050/3	07/09/2013	R\$ 191,53	208
MGT4087	8492054176	6050/3	29/07/2013	R\$ 191,53	208
MHB0664	8492054722	7455/0	11/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHD6537	8492053983	5673/2	20/07/2013	R\$ 85,12	183
MHD6709	8492055168	7455/0	26/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHO3845	8492055279	7455/0	02/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIY0666	8492054583	7455/0	03/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIY2586	8492053891	7455/0	13/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJB7408	8492055156	7455/0	24/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJC2257	8492055272	7455/0	03/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJL0969	8492055404	7455/0	01/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJN2529	8492055076	7455/0	22/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJQ4253	8492053883	7463/0	14/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJS5848	8492055217	6050/3	30/08/2013	R\$ 191,53	208
MJT9694	8492055403	7455/0	01/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJU3771	8492054280	7455/0	27/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKI0749	8492054111	7455/0	22/07/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKI2660	8492053729	7455/0	06/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKN8951	8492055087	7455/0	27/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKT1173	8492053782	7455/0	14/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKW2924	8492054262	7455/0	26/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MQY4444	8492053814	7455/0	11/07/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 844/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 844/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADQ1126	8492057008	7455/0	27/10/2013	218 * I
AFF5478	8492057211	5673/2	05/11/2013	183
AGW2336	8492057166	7455/0	29/10/2013	218 * I
AIR7080	8492057206	5673/2	03/11/2013	183
AJX4649	8492057193	5673/2	30/10/2013	183
AKL0515	8492056110	6050/3	27/09/2013	208
APN1665	8492057003	7455/0	26/10/2013	218 * I
ARI7940	8492057074	7455/0	26/10/2013	218 * I
ARR1484	8492056865	7455/0	22/10/2013	218 * I
ARW6698	8492057243	7455/0	30/10/2013	218 * I
ASP8938	8492056933	7455/0	21/10/2013	218 * I
ASY4802	8492055709	7455/0	14/09/2013	218 * I
AWP2774	8492056732	7455/0	14/10/2013	218 * I
AWS9923	8492056550	7455/0	13/10/2013	218 * I
AWW7806	8492056854	7455/0	21/10/2013	218 * I
DCI6883	8492057174	7455/0	29/10/2013	218 * I
DDP0402	8492056276	7455/0	03/10/2013	218 * I
DFT7597	8492057113	7455/0	28/10/2013	218 * I
DGX8981	8492057125	6050/3	29/10/2013	208
DXH0375	8492056976	7463/0	27/10/2013	218 * II
GYV3283	8492057228	7455/0	03/11/2013	218 * I
HUE0215	8492056412	7455/0	02/10/2013	218 * I
IFE0626	8492057250	7455/0	02/11/2013	218 * I
IRE5365	8492056407	7455/0	06/10/2013	218 * I
JLJ0015	8492057224	7455/0	30/10/2013	218 * I
KNK6319	8492056612	5673/2	16/10/2013	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWZ2256	8492057261	7455/0	03/11/2013	218 * I
LXK3873	8492057258	7463/0	31/10/2013	218 * II
LXO7647	8492057289	7455/0	29/10/2013	218 * I
LYU5866	8492056807	7463/0	21/10/2013	218 * II
LZJ6931	8492057149	7455/0	29/10/2013	218 * I
MAO4490	8492056404	7455/0	05/10/2013	218 * I
MAP5264	8492056830	6050/3	21/10/2013	208
MBK3432	8492056458	7455/0	06/10/2013	218 * I
MBO5162	8492057304	7455/0	01/11/2013	218 * I
MCO5387	8492056100	7455/0	29/09/2013	218 * I
MCS3910	8492057134	7455/0	02/11/2013	218 * I
MCS3910	8492057154	7455/0	02/11/2013	218 * I
MDL9704	8492056868	7455/0	18/10/2013	218 * I
MDT6004	8492057188	5673/2	03/11/2013	183
MDT7102	8492057150	5673/2	30/10/2013	183
MDU6000	8492057309	7455/0	04/11/2013	218 * I
MEH6581	8492057175	7463/0	29/10/2013	218 * II
MEO6667	8492057308	7463/0	04/11/2013	218 * II
MFY9949	8492056370	7455/0	02/10/2013	218 * I
MFY3303	8492057281	7455/0	02/11/2013	218 * I
MGF5864	8492056575	7455/0	13/10/2013	218 * I
MGL8991	8492057217	7455/0	02/11/2013	218 * I
MGN8139	8492056441	7455/0	07/10/2013	218 * I
MGT3691	8492057287	7455/0	05/11/2013	218 * I
MGZ6580	8492056472	7455/0	08/10/2013	218 * I
MHN1223	8492057267	7455/0	31/10/2013	218 * I
MHP5518	8492056424	7455/0	03/10/2013	218 * I
MHS0544	8492057270	7463/0	01/11/2013	218 * II
MHS5537	8492057245	7455/0	30/10/2013	218 * I
MIV7107	8492056337	7463/0	03/10/2013	218 * II
MIV7107	8492056461	7463/0	03/10/2013	218 * II
MJO7659	8492056972	7455/0	25/10/2013	218 * I
MJU6389	8492057297	7455/0	02/11/2013	218 * I
MJW8826	8492056380	7455/0	06/10/2013	218 * I
MKK4748	8492057210	5673/2	05/11/2013	183
MKL5024	8492057139	7455/0	03/11/2013	218 * I
MKM8733	8492056693	7455/0	11/10/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKR3025	8492056281	5673/2	05/10/2013	183
MMK3943	8492057293	7455/0	31/10/2013	218 * I
MMM0543	8492057288	7455/0	05/11/2013	218 * I
MQF9882	8492057162	7455/0	04/11/2013	218 * I
MXL4214	8492057214	7455/0	29/10/2013	218 * I
NMP7170	8492056378	7455/0	06/10/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Extrato de Rescisão Contratual****EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL**

DA ESPÉCIE: Rescisão dos contratos de prestação de serviços entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul - SC e a empresa Betha Sistemas Ltda, contrato nº 001/2013, quarto termo aditivo ao contrato nº 001/2009 (Contabilidade); 006/2013, primeiro termo aditivo ao contrato nº 004/2012 (Compras e Patrimônio); 007/2013 terceiro termo aditivo ao contrato nº 005/2010 (Folha de pagamento),

São Bento do Sul, 01 de novembro de 2013.

CÉSAR A. ACCORSI DE GODOY

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

ILSE CRISTINA DE SOUZA

pela Empresa Contratada

Extrato do Contrato Nº 019/2013**EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2013**

DA ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 018/2013 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Betha Sistemas Ltda Ltda.

Contratação de licença de uso dos softwares :contabilidade, patrimônio, compras, folha/RH e transparência com início em 01 de novembro de 2.013 perdurando até 31 de outubro de 2.014.

São Bento do Sul, 01 de novembro de 2013.

CÉSAR A. ACCORSI DE GODOY

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

ILSE CRISTINA DE SOUZA

pela Empresa Contratada



Programa de Gestão Tributária



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

São Domingos

PREFEITURA

Lei Nº 1728, de 25 de Novembro de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES II e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de obras de construção civil e de infraestrutura urbana.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Domingos-SC, 25 de novembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Ata do Pregoeiro e Equipe de Apoio

Reuniram-se na data de 25 de novembro de 2013, às 08:30 horas, para recebimento dos envelopes n. 01, n. 02 e credenciamento, o Pregoeiro e Equipe de Apoio para Sessão Pública referente ao Processo de Licitação PREFE N. 071/2013, na modalidade Pregão Presencial n. 030/2013 que visa eventuais futuras AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PNEUS. Participaram do certame, apresentando credenciamento e envelopes n. 01 e n. 02, as empresas: Turbo Auto Peças e Acessórios Ltda, CNPJ n. 93.988.921/0001-95, credenciado o Sr. Leandro da Silveira Marques, CPF n. 004.554.970-28; JK Pneus, CNPJ n. 78.653.946/0020-07, credenciada a Sra. Claudia Rahmeier, CPF n. 950.811.869-53; Gerardo Bastos Pneus e Peças Ltda, CNPJ n. 07.270.366/0005-53, credenciado o Sr. José Alcides Pasquali, CPF n. 028.595.499-78; Modelo Pneus, CNPJ n. 94.510.682/0001-26, credenciado o Sr. Sandro Oliveira Horner, CPF n. 802.052.400-20; Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos Ltda, CNPJ n. 06.889.977/0001-98,

credenciado o Sr. Leonardo Vendruscolo Toniello, CPF n. 083.044.299-50; Copal Comércio de Pneus e Acessórios Ltda, CNPJ n. 88.197.330/0001-60, credenciado o Sr. Arnaldo Luiz Moretti, CPF n. 445.072.910-20 e; RJ Comércio Atacadista e Varejista de Lubrificantes Eirelli ME, credenciado o Sr. Natan Douglas Mello, CPF n. 067.643.449-57, com envelopes protocolados sob os números 220 a 226/2013, respectivamente. Indagados acerca dos documentos de credenciamento, as empresas disseram não ter nada a declarar. Somente a empresa RJ Comércio Atacadista e Varejista de Lubrificantes Eirelli ME comprovou sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (item 4.12 do edital). Todos os participantes disseram estar cientes de que o prazo para entrega dos objetos licitados é de 05 (cinco) dias úteis após solicitação da respectiva secretaria. Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes n. 01- Proposta de Preços e n. 02 - Habilitação, das empresas participantes, sendo os mesmos rubricados pelo pregoeiro, equipe de apoio e credenciados. Passou-se para a abertura do envelope n. 01 - Proposta de Preços, sendo constatado pelo pregoeiro e equipe de apoio que todas as participantes apresentaram suas propostas de acordo com o exigido no edital. Passou-se à fase de lances, restando vencedoras as empresas: 1 - JK Pneus: item n. 02, com o valor unitário de R\$ 164,00 (cento e sessenta e quatro reais); item 32, com o valor unitário de R\$ 1.077,00 (mil e setenta e sete reais); e item 37 com o valor unitário de R\$ 1.004,00 (mil e quatro reais), totalizando, a proposta da licitante, a importância de R\$ 163.992,00 (cento e sessenta e três mil, novecentos e noventa e dois reais); 2 - Copal Comércio de Pneus e Acessórios Ltda: item 40 com o valor unitário de R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais); item 42 com o valor unitário de R\$ 34,00 (trinta e quatro reais); item 44 com o valor unitário de R\$ 64,00 (sessenta e quatro reais); item 45 com o valor unitário de R\$ 96,00 (noventa e seis reais) e; item 62 com o valor unitário de R\$ 60,00 (sessenta reais), totalizando, a proposta da licitante, o valor de R\$ 25.660,00 (vinte cinco mil, seiscentos e sessenta reais); 3 - Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos Ltda: item 01 com o valor unitário de R\$ 1.395,00 (mil, trezentos e noventa e cinco reais); item 05 com o valor unitário de R\$ 190,00 (cento e noventa reais); item 10 com o valor unitário de R\$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais); item 12 com o valor unitário de R\$ 455,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais); item 13 com o valor unitário de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais); item 14 com o valor unitário de R\$ 535,00 (quinhentos e trinta e cinco reais); item 17 com o valor unitário de R\$ 190,00 (cento e noventa reais); item 19 com o valor unitário de R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais); item 20 com o valor unitário de R\$ 300,00 (trezentos reais); item 21 com o valor unitário de R\$ 300,00 (trezentos reais); item 24 com o valor unitário de R\$ 300,00 (trezentos reais); item 28 com o valor unitário de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais); item 29 com o valor unitário de R\$ 379,00 (trezentos e setenta e nove reais); item 31 com o valor unitário de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais); item 33 com o valor unitário de R\$ 1.900,00 (mil e novecentos reais); item 35 com o valor unitário de R\$ 1.690,00 (mil, seiscentos e noventa reais); item 38 com o valor unitário de R\$ 735,00 (setecentos e trinta e cinco reais); item 39 com o valor unitário de R\$ 985,00 (novecentos e oitenta e cinco reais); item 43 com o valor unitário de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais); item 46 com o valor unitário de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) e; item 53 com o valor unitário de R\$ 110,00 (cento e dez reais), totalizando, a proposta da participante, o valor de R\$ 481.770,00 (quatrocentos e oitenta e um mil, setecentos e setenta reais); 4 - Gerardo Bastos Pneus e Peças Ltda: item 11 com o valor unitário de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais); item 51, 54 e 55 com o valor unitário de R\$ 19,00 (dezenove reais), totalizando a proposta da vencedora, a importância de R\$ 90.428,00 (noventa mil, quatrocentos e vinte e oito reais); 5 - RJ Comércio Atacadista e Varejista de Lubrificantes Eirelli ME: item 15 com o valor unitário de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais); item 18 com o valor unitário de R\$ 3.460,00 (três mil, quatrocentos e sessenta reais); item 34 com o valor unitário

de R\$ 1.570,00 (mil, quinhentos e setenta reais); item 49 com o valor unitário de 30,00 (trinta reais) e; item 52 com o valor unitário de R\$ 159,00 (cento e cinquenta e nove reais); 6 - Turbo Auto Peças e Acessórios Ltda: item 03 com o valor unitário de R\$ 120,00 (cento e vinte reais); item 04 com o valor unitário de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais); item 06 com o valor unitário de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais); item 7 com o valor unitário de R\$ 217,00 (duzentos e dezessete reais); item 08 com o valor unitário de R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais); item 09 com o valor unitário de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais); item 22 com o valor unitário de R\$ 653,00 (seiscentos e cinquenta e três reais); item 23 com o valor unitário de R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais); item 25 com o valor de R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais); item 26 com o valor unitário de R\$ 620,00 (seiscentos e vinte reais); item 27 com o valor unitário de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais); item 30 com o valor unitário de 340,00 (trezentos e quarenta reais); item 36 com o valor de R\$ 1.790,00 (mil, setecentos e noventa reais); item 41 com o valor de R\$ 14,70 (quatorze reais e setenta centavos); item 47 com o valor de R\$ 28,00 (vinte e oito reais); item 48 com o valor de R\$ 52,00 (cinquenta e dois reais); item 50 com o valor de R\$ 156,00 (cento e cinquenta e seis reais); item 56 com o valor de R\$ 97,00 (noventa e sete reais); item 58 com o valor de R\$ 39,00 (trinta e nove reais) e; item 60 com o valor de R\$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos), totalizando, proposta da participante, o valor de R\$ 319.820,00 (trezentos e dezenove mil, oitocentos e vinte reais), tudo conforme Ata do Pregão Presencial e Ata de Registro de Preços anexas ao presente Processo. Quanto aos itens 16, 57, 59 e 61, estes não foram cotados, vez que o valor estipulado como máximo no edital encontra-se abaixo daquele praticado pelo mercado; itens 25, 26 e 28 todos foram cotados como convencionais e não radiais pelas classificadas, sendo estes aceitos pela comissão e pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos do Município, Sr. Viane Ferrarini Meotti e item 40 fora cotado pelas participantes com 12 lonas, vez que não existe no mercado o aludido pneu com 18 lonas (conforme descrito no edital). Ainda, com relação ao item 40, a participante Roda Brasil, pediu desclassificação, vez que o cotou com o total de 10 lonas. Ato contínuo procedeu-se a abertura dos envelopes n. 02 - Documentos de Habilitação, sendo aferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que todas as participantes cumpriram integralmente com os requisitos editalícios. O envelope da licitante Modelo Pneus, CNPJ n. 94.510.682/0001-26 permanecerá anexo e intacto ao Presente processo. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM), para conhecimento de todos os interessados. O presente processo será remetido ao setor jurídico para elaboração de parecer e após, à autoridade competente para deliberação.

São Domingos, 25 de novembro de 2013.

FLÁVIO CELESTE LORENZI

Pregoeiro

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Membro da Comissão

PAULA NATANA COMACHIO

Membro da Comissão

ADRIANA LÚCIA PRETTO

Membro da Comissão

Dados e Texto de Contrato

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2013

NÚMERO CONTRATO: PREFE n. 057 de 19/11/2013

PROCESSO PREFE N. 073/2013, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 024/2013

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 1.630,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/11/2013

DESCRIÇÃO: O objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SPDA (SISTEMA DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFÉRICAS) DO EDIFÍCIO DE DOIS PAVIMENTOS NO ANTIGO FÓRUM DA CIDADE DE SÃO DOMINGOS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli, OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: PROJETEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP
CNPJ n. 82.095.456/0001-47

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2013

Dados e Texto de Termo Aditivo

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS n. 013 de 27 de maio de 2013

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração do prazo constante na CLÁUSULA TERCEIRA do contrato original.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: VISOLI CONSTRUTORA LTDA
CNPJ/MF: CNPJ n. 02.131.315/0001-01

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 27/05/2014



O Poder Legislativo
Municipal Acessível ao Cidadão

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Notificação de Recebimentos de Recursos Federais No Período Compreendido Entre Os Dias 20 e 22 de Novembro de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 22/11/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Domingos/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		521.996,99
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	42.969,19
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	42.361,09
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	42.356,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - Ordinário	25.413,60
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - Educação	10.589,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - Saude	6.353,40
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	5,09
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte IPTR - Ordinário	3,06
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte IPTR - Educação	1,27
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte IPTR - Saude	0,76
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	608,10
4.1.7.2.1.34.03.00.00	PTMC - PPD	608,10
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	487.500,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	487.500,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-8.472,20
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-8.472,20
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-8.471,19
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	-1,01

SAO DOMINGOS, 25/11/2013

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

São João do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº. 142 de 22 de Outubro de 2013

DECRETO Nº. 142 DE 22 DE OUTUBRO DE 2013

“Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 14.247,09 (quatorze mil, duzentos e quarenta e sete reais e nove centavos) para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.365.0116.2024 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

3.1.90.00.00.00.00.00.0098 - Aplicações Diretas R\$ 2.297,09

0801 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

27.812.0115.2041 - MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR E ESTUDANTIL

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 11.950,00

TOTAL R\$ 14.247,09

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro, serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.365.0116.2024 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

3.1.90.00.00.00.00.00.0096 - Aplicações Diretas R\$ 2.297,09

0801 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

27.812.0115.2041 - MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR E ESTUDANTIL

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.950,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00 TOTAL R\$ 14.247,09

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

22 de outubro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 144 de 01 de Novembro de 2013

DECRETO Nº. 144 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0105.2008 - AÇÕES BÁSICAS DE INCLUSÃO SOCIAL/FAMÍLIA

3.3.90.00.00.00.00.00.3054 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 2.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o superávit financeiro de recursos vinculados de Transferência do FNAS/IGDBF - Fundo Nacional de Assistência Social/Índice de Gestão Descentralizada do Bolsa Família, verificados no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

01 de novembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 145 de 04 de Novembro de 2013

DECRETO Nº. 145 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013

“Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 62.984,00 (sessenta e dois mil, novecentos e oitenta e quatro reais) para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0103.2003 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

02 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS

15.451.0111.2035 - CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

26.782.0114.2040 - MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.484,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.2029 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 62.984,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro, serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0103.2003 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
02 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS
15.451.0111.2035 - CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE LOGRADOUROS PÚBLICOS
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
26.782.0114.2040 - MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 384,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
12.361.0116.2029 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
TOTAL R\$ 62.984,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
04 de novembro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 198 de 22 de Outubro de 2013.
PORTARIA Nº 198 DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para a servidora SUZANA MACHADO SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, a contar de 22/10/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 22 de outubro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Licitação Nº 089/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
LICITAÇÃO Nº 089/2013
Modalidade - Leilão nº 002/2013

Objeto: VENDA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES INSERVÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, QUE SERÃO VENDIDOS NO ESTADO DE CONSERVAÇÃO EM QUE SE ENCONTRAM.
Credenciamento: Poderão ser entregues até às 13:00 horas do dia 12/12/2013.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, no setor de Licitações, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 13:00 às 19:00 horas de segundas à quintas feiras e das 07:00 às

13:00 as sextas feiras ou pelo Fone: (0**48) 3539-0113 e ou pelo e-mail: licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br.

São João do Sul - SC, em 27 de Novembro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

Carta Convite Nº 009/2013

CARTA CONVITE Nº 009/2013 - Processo nº 319/2013 Objeto: Contratação de empresa de engenharia para implantação do projeto de inversão de sentido de circulação de ruas de acesso entre a Avenida Beira Mar de São José e a Avenida Presidente Kennedy, compreendendo as ruas 5 de Novembro, rua Um e rua Dois, contemplando os serviços de remoção, demolição, pavimentação asfáltica e urbanização. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 16h00min do dia 06 de dezembro de 2013. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 16h30min do dia 06 de dezembro de 2013, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810028.

Resultado da Dispensa de Licitação Nº 078/2013

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 078/2013 - Processo nº 341/2013. Objeto: Dispensa de licitação para aquisição de medicamentos e insulinas para serem distribuídos pela farmácia especializada mediante processos judiciais, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC. Contratado: WINCORP Farmacêutica Comercial LTDA. Valor: R\$ 44.651,54 (quarenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta e quatro centavos).

CARLOS ALFREDO SCHMIDT
Presidente da CPL

Resultado do Pregão Eletrônico 039/2013

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 039/2013 - Processo nº 274/2013. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de software tipo AUTOCAD LT 2014 para atender a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São José/SC. Contratado: Racine Comercial ME. Valor Total: R\$ 80.325,00 (oitenta mil, trezentos e vinte e cinco reais).

VERA SUELY DE ANDRADE
Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Eletrônico 043/2013

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 043/2013 - Processo nº 264/2013. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de construção para serem utilizados pela defesa civil do Município de São José em situações de emergência. Contratados: Valdeli Cecílio dos Santos - EPP (R\$ 144.560,00 - cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais); e HBJ Comércio de Materiais de Construção LTDA ME (R\$ 265.000,00 - duzentos e sessenta e cinco mil reais). Valor Total: R\$ 409.560,00 (quatrocentos e nove mil, quinhentos e sessenta reais).



VERA SUELY DE ANDRADE
Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Presencial 069/2013

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 069/2013 - Processo nº 170/2013. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de estações de trabalho "workstations" com características convenientes para um ambiente de produção e armazenamento de informações para atender a Secretaria De Serviços Públicos - SUSP do Município de São José/SC. Contratado: Ilha Service Serv. De Informática LTDA. Valor Total: R\$ 24.700,00 (vinte e quatro mil e setecentos reais).

VERA SUELY DE ANDRADE
Diretora de Compras.

Homologação dos Candidatos Vencedores Na 1ª Eleição de Diretores(As) e Diretores(As) Adjuntos(As) da Rede Municipal de Ensino do Município de São José

HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS VENCEDORES NA 1ª ELEIÇÃO DE DIRETORES(AS) E DIRETORES(AS) ADJUNTOS(AS) DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

01-Colégio Municipal Maria Luíza de Melo
CHAPA 1 - Simone Fabro Hasckel/Lucineide Jeski de Sousa/Sandra Scarabelot Campos

02-C.E.M. Antônio Francisco Machado
CHAPA 2 - Sônia Madalena Ferronato da Silva/Sabrina Almerinda Osório da Silva/Solange Crisitina Veiga

03-C. E. M. Maria Iracema Martins de Andrade
CHAPA 1 - Adriana Bernadete Pires/Débora Klaes/Simone Eria Bento Medeiros

04-E. B. M.Prof. Altino Corsino da Silva Flores
CHAPA 1 - Sonali Thiesen Lehmkuhl/Silvia Regina Bastos Silva

05-E. B. Vereadora Albertina Krummel Maciel
CHAPA 1 - João Gualberto Neiva de Mesquita/Eduardo Teixeira Coelho

06-C. E. M. Gov. Vilson Kleinubing
CHAPA 1 - Roseli Deolinda Bombassaro/Irene Schmidt Bittencourt

07-Centro Educacional Municipal Araucária
CHAPA 1 - Sandra Moraes da Silva/Renato Campos

08-Centro Educacional Municipal Interativo Floresta
CHAPA 1 - Fernanda dos Santos Fuchs/Clarisse da Luz Nascimento

09-Centro Educacional Municipal Luar
CHAPA 2 - Suziane Maria Gesser/Janaine Pottes Trebien Tonon
10-Centro Educacional Municipal Morar Bem
CHAPA 1 - Carmem Lúcia Hoshprung/ Cláudia Alexandra dos Santos Raimundo

11-Centro Educacional Municipal São Luiz
CHAPA 1 - Luiza Furtado

12-Centro Educacional Municipal José Nitro
CHAPA 1 - Carina Gorges de Oliveira

13-Centro Educacional Municipal Escola do Mar
CHAPA 1 - Giselly Mafra

14-Centro Educacional Municipal Vila Formosa
CHAPA 1 - Cleusa Wagner Hoffmann

15-Centro Educacional Municipal Jardim Solemar
CHAPA 1 - Maria Terezinha Dalla Porta

16-Centro Educacional M. Mª Hortência P. Furtado
CHAPA 1 - Andreza Venilda Adriano

17-Centro Educacional Municipal Renascer
CHAPA 2 - Edson Luiz Fontes

18-Centro Educacional Municipal Santa Terezinha
CHAPA 1 - Lucia Maria Ocker

19-Centro Educacional Municipal Santa Ana
CHAPA 1 - Evaldete Hames Gelsleuster

20-Centro Educacional Ambiental Escola do Mar
CHAPA 1 - Marcelo Cipriani

21-Escola Municipal do Meio Ambiente
CHAPA 1 - Cinthya Regina Persike

22-E. E. F. Palmira Lima Mambrini
CHAPA 1 - Cleusa de Macedo

23-Escola de Ensino Fundamental Califórnia
CHAPA 1 - Meri Aparecida Bosquetti de Souza

24-Centro de Educação Infantil APAM
CHAPA 1 - Ursula Raquel Fonseca Pereira

25-Centro de Educação Infantil Jardim Pinheiros
CHAPA 2- Cláudia Regina Assunção

26-C. E.I. Antônio de Quadros
CHAPA 1 - Erika Mara Caetano Soares

27-C.E.I. Bom Jesus de Iguape
CHAPA 1 - Cinthia Cristhiane Fanin Alves

28-Centro de Educação Infantil José Nitro
CHAPA 1 - Grazielle Machado Ribeiro da Silva

29.Centro de Educação Infantil Los Angeles
CHAPA 1 - Janete Laureci Marques Hames

30-Centro de Educação Infantil Manoel Cunha
CHAPA 1 - Anny Mary Neuwiem

31-C.E.I. Maria de Lourdes Bott Philippi
CHAPA 1 - Waléria Schmidt Iahn

32-Centro de Educação Infantil Maria Ferreira
CHAPA 1 - Juciane Santos

33-C.E.I. Maria Minervina Soares da Cunha
CHAPA 1 - Sidnéia Silva Zeferino

34-Centro de Educação Infantil Morar Bem
CHAPA 1 - Verenice Mendes Valério

35-Centro de Educação Infantil N. Sra. Aparecida
CHAPA 1 - Isabel Cristina Elias Dalcomuni

36-Centro de Educação Infantil N. Sra. das Graças
CHAPA 1 - Solange Rosa

37-Centro de Educação Infantil N. Sra. de Fátima

CHAPA 1 - Nédia Aparecida Fernandes

38-C.E.I. Ondina Schmidt Gerlach

CHAPA 1 - Josiani Francisco

39-C.E.I. Prof. Antônio Joaquim de Souza

CHAPA 1 - Rafaela Braciani Seuglin

40-C.E.I. Prof. Lício Mauro Ferreira da Silveira

CHAPA 2 - Lucimar Corrêa

41-C.E.I. Professora Ana Sperandio Battisti

CHAPA 2 - Maria Aparecida Ramos Erkmann

42-C.E.I. Professora Araci Olívia da Silva

CHAPA 2 - Vanderléia Kamers

43-C.E.I. Professora Regina Bastos

CHAPA 1 - Alcina da Silva Souza

44-Centro de Educação Infantil Santa Inês

CHAPA 1 - Eliane Marcelino de Oliveira

45-Centro de Educação Infantil Santo Antônio

CHAPA 1 - Cibele Ribeiro Lobo Domingues

46-C.E.I. São Francisco de Assis

CHAPA 1 - Ana Paula Ezequiel Vicente

47-Centro de Educação Infantil Flor de Nápolis

CHAPA - Maristela Muller

48-Centro de Educação Infantil São José II

CHAPA 1 - Cláudia Martins Losso

49-Centro de Educação Infantil São Judas Tadeu

CHAPA 1 - Lúcia Gerber

50-Centro de Educação Infantil São Luiz

CHAPA 1 - Josiana Cléia Nascimento

51-Centro de Educação Infantil Vida Nova

CHAPA 1 - Neusa Teresinha Bastos

52-Centro de Educação Infantil Vila Formosa

CHAPA 1 - Carolina Luiz

53-C.E.I. Professora Zenir Kretzer Borges

CHAPA 1 - Antônio Leonice Alves

54-Escola Profissional de Barreiros

CHAPA 1 - Ernestina Siqueira Bonatelli de Melo

55-Escola Profissional de Bela Vista

CHAPA 1 - Márcia Albino

56-Escola Profissional de Campinas

CHAPA 1 - Luis Antônio de Aguiar

57-E.P. Prefeito Candido Amaro Damásio

CHAPA 1 - Edna Hilda Eger

58-Escola Profissional Santo Antônio

CHAPA 1 - Nilda Aparecida Derner Capistrano

São José, 26 de novembro de 2013.

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal de São José

Ata de Registro de Preços Nº 016/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2013 - PR 006/2013 - Processo 013/2013 - Fornecedores: BRUTHAN Comercial LTDA (R\$ 471.622,20 - quatrocentos e setenta e um mil, seiscentos e vinte e dois reais e vinte centavos); DIMACI/SC Material Cirúrgico LTDA (R\$ 1.199.750,00 - um milhão, cento e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta reais); Luiz Fernando Sebold ME (R\$ 91.600,00 - noventa e um mil e seiscentos reais); MMNUTRI Nutrição e Farmacêutica LTDA (R\$ 449.544,00 - quatrocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e quatro reais); e MEDIGRAM Distribuidora de Medicamentos LTDA (R\$ 156.000,00 - cento e cinquenta e seis mil reais). Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de fórmulas lácteas infantis e leite em pó integral a serem distribuídos na rede de atenção básica por meio dos programas DST/AIDS, HEPATITES VIRAIS e São José Criança do Município de São José. Valor global: R\$ 2.368.516,20 (dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil, quinhentos e dezesseis reais e vinte centavos). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da assinatura da autorização de fornecimento. Data da assinatura: 16 de abril de 2013.

VERA SUELY DE ANDRADE

Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 080/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2013 - PR 099/2013 - Processo 240/2013 - Fornecedor: HANG Empreiteira de Mão de Obra na Construção Civil LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de mão de obra, para realizar manutenção preventiva e corretiva nas instalações do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São José/SC. Valor global: R\$ 123.640,80 (cento e vinte e três mil, seiscentos e quarenta reais e oitenta centavos). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura. Data da assinatura: 01 de novembro de 2013.

VERA SUELY DE ANDRADE

Diretora de Compras.

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br

Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária

Município de SAO JOSE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2012 a 2086

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2012 a 2086

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SAO JOSE, 25/11/2013

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Tecnico em Contabilidade CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	2.429.375,00	1.000.000,00	1.429.375,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.410.000,00	1.000.000,00	1.410.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	19.375,00	0,00	19.375,00
TOTAL	2.429.375,00	1.000.000,00	1.429.375,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	1.715.000,00	4.321,92	0,00	1.710.678,08
Investimentos	1.715.000,00	4.321,92	0,00	1.710.678,08
TOTAL	1.715.000,00	4.321,92	0,00	1.710.678,08

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	-559.514,90	995.678,08	436.163,18

FONTE:

SAO JOSE, 25/11/2013

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Tecnico em Contabilidade CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	118.475.760,00	118.475.760,00	90.714.242,44	76,57
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	30.085.422,00	30.085.422,00	29.776.931,65	98,97
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	18.783.547,00	18.783.547,00	16.166.066,19	86,07
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	47.879.710,00	47.879.710,00	30.609.421,02	63,93
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.649.307,00	7.649.307,00	4.410.135,39	57,65
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	333.061,00	333.061,00	345.254,63	103,66
Dívida Ativa dos Impostos	9.635.336,00	9.635.336,00	6.767.551,61	70,24
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.109.377,00	4.109.377,00	2.638.881,95	64,22
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	165.498.420,00	165.498.420,00	133.304.106,85	80,55
Cota-Parte FPM	49.532.896,00	49.532.896,00	37.629.991,22	75,97
Cota-Parte ITR	25.170,00	25.170,00	22.360,97	88,84
Cota-Parte IPVA	22.279.462,00	22.279.462,00	18.366.626,28	82,44
Cota-Parte ICMS	91.703.200,00	91.703.200,00	75.798.193,33	82,66
Cota-Parte IPI-Exportação	1.506.379,00	1.506.379,00	1.128.128,45	74,89
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	451.313,00	451.313,00	358.806,60	79,50
Desoneração ICMS (LC 87/96)	451.313,00	451.313,00	358.806,60	79,50
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	283.974.180,00	283.974.180,00	224.018.349,29	78,89

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	42.728.510,00	44.367.139,79	40.313.614,03	90,86	37.951.835,70	85,54
Pessoal e Encargos Sociais	32.717.604,00	34.672.418,36	33.365.673,93	96,23	32.741.813,75	94,43
Outras Despesas Correntes	10.010.906,00	9.694.721,43	6.947.940,10	71,67	5.210.021,95	53,74
DESPESAS DE CAPITAL	6.807.359,00	5.268.729,21	2.106.963,20	39,99	1.704.510,78	32,35
Investimentos	6.807.359,00	5.268.729,21	2.106.963,20	39,99	1.704.510,78	32,35

Continua 1/3

Município de SAO JOSE - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	6.807.359,00	5.268.729,21	2.106.963,20	39,99	1.704.510,78	32,35
Investimentos	6.807.359,00	5.268.729,21	2.106.963,20	39,99	1.704.510,78	32,35
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	49.535.869,00	49.635.869,00	42.420.577,23	85,46	39.656.346,48	79,89
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	49.535.869,00	49.635.869,00	42.420.577,23	85,46	39.656.346,48	79,89
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						17,70
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶						6.053.594,09
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	-	-		-		

Continua 2/3

Município de SAO JOSE - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	41.791.608,00	42.664.646,59	40.122.014,93	94,58	37.749.092,58	95,19
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	7.121.939,00	6.878.504,70	2.282.689,80	5,38	1.891.381,40	4,77
Vigilância Sanitária	510.000,00	62.975,77	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	112.322,00	29.741,94	15.872,50	0,04	15.872,50	0,04
TOTAL	49.535.869,00	49.635.869,00	42.420.577,23	100,00	39.656.346,48	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+l"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+j"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

SAO JOSE, 25/11/2013

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Tecnico em Contabilidade CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO JOSE, 25/11/2013

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Técnico em Contabilidade CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	608.844.808,00	
Previsão Atualizada		—	608.844.808,00	
Receitas Realizadas		63.229.194,81	337.888.750,07	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	2.137.671,37	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	608.844.808,00	
Créditos Adicionais		—	3.570.770,26	
Dotação Atualizada		—	612.415.578,26	
Despesas Empenhadas		60.919.783,00	310.811.381,07	
Despesas Liquidadas		61.083.285,75	269.935.642,54	
Superavit Orçamentário		—	67.953.107,53	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		60.919.783,00	310.811.381,07	
Despesas Liquidadas		61.083.285,75	269.935.642,54	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			367.045.493,63	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		3.725.762,67	18.536.341,57	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		920.110,11	4.177.685,60	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		2.805.652,56	14.358.655,97	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		36.852.538,00	-58.787.312,78	-159,52
Resultado Primário		15.254.386,00	64.988.466,69	426,03
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.063.564,94	498.910,75	21.111.153,12	4.453.501,07
EXECUTIVO	26.053.571,30	498.910,75	21.101.159,48	4.453.501,07
LEGISLATIVO	9.993,64	0,00	9.993,64	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	14.180.181,61	113.075,49	7.460.680,67	6.606.425,45
EXECUTIVO	14.149.082,47	113.075,49	7.433.208,50	6.602.798,48
LEGISLATIVO	31.099,14	0,00	27.472,17	3.626,97
TOTAL:	40.243.746,55	611.986,24	28.571.833,79	11.059.926,52
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		53.880.532,82	25%	24,05
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		41.645.502,56	60%	89,82
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	62.567.294,00	
Despesa de Capital Líquida		18.864.791,40	165.161.012,81	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		1.000.000,00	1.429.375,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		4.321,92	1.710.678,08	

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de SAO JOSE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	39.656.346,48	15,00	17,70

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

SAO JOSE, 25/11/2013

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Tecnico em Contabilidade CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	33.883.884,37	31.776.909,39	31.144.459,77
DEDUÇÕES (II)	10.985.256,03	68.270.873,25	67.033.144,21
Disponibilidade de Caixa Bruta	36.979.189,75	77.376.290,33	71.442.435,31
Demais Haveres Financeiros	69.631,22	69.631,22	71.158,91
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	26.063.564,94	9.175.048,30	4.480.450,01
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	22.898.628,34	-36.493.963,86	-35.888.684,44
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	22.898.628,34	-36.493.963,86	-35.888.684,44

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2013 (C - A)
VALOR	605.279,42	-58.787.312,78

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	36.852.538,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	71.047.944,09	77.312.417,61	81.741.347,26
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.255,50	2.173,20	1.699,86
Investimentos	71.043.688,59	77.310.244,41	81.739.647,40
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-71.047.944,09	-77.312.417,61	-81.741.347,26
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-71.047.944,09	-77.312.417,61	-81.741.347,26

FONTE:

SAO JOSE, 25/11/2013

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Técnico em Contabilidade CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	445.587.612,00	61.416.548,41	328.447.174,08	291.526.583,27
Receita Tributária	122.365.426,00	13.954.334,21	96.853.385,63	88.682.269,34
I.P.T.U.	30.085.422,00	1.737.440,14	29.776.931,65	25.275.843,09
I.S.S.	47.879.710,00	6.557.153,91	30.609.421,02	31.129.950,63
I.T.B.I.	18.783.547,00	3.605.922,27	16.166.066,19	12.430.645,44
I.R.R.F.	7.649.307,00	718.327,85	4.410.135,39	5.482.083,28
Outras Receitas Tributárias	17.967.440,00	1.335.490,04	15.890.831,38	14.363.746,90
Receita de Contribuição	30.211.170,00	6.364.085,56	32.207.220,47	24.118.787,49
Receitas Previdenciárias	7.130.114,00	3.725.762,67	18.536.341,57	11.012.582,24
Outras Contribuições	23.081.056,00	2.638.322,89	13.670.878,90	13.106.205,25
Receita Patrimonial Líquida	91.973,00	17.558,40	59.007,32	64.230,15
Receita Patrimonial	18.061.653,00	1.355.358,26	5.733.301,27	14.566.265,01
(-) Aplicações Financeiras	17.969.680,00	1.337.799,86	5.674.293,95	14.502.034,86
Transferências Correntes	267.997.673,00	36.873.159,82	180.051.222,08	158.899.684,01
F.P.M.	39.626.317,00	4.963.292,54	30.103.993,45	28.040.985,70
I.C.M.S.	73.362.560,00	12.628.732,12	60.638.555,58	53.100.756,30
Convênios	37.572.493,00	1.078.255,76	3.542.194,02	2.759.017,83
Outras Transferências Correntes	117.436.303,00	18.202.879,40	85.766.479,03	74.998.924,18
Demais Receitas Correntes	24.921.370,00	4.207.410,42	19.276.338,58	19.761.612,28
Dívida Ativa	11.230.196,00	2.062.860,36	9.283.984,72	9.146.347,66
Diversas Receitas Correntes	13.691.174,00	2.144.550,06	9.992.353,86	10.615.264,62
RECEITAS DE CAPITAL (II)	145.287.516,00	474.846,54	3.767.282,04	19.556.985,38
Operações de Crédito (III)	62.567.294,00	0,00	0,00	5.501.792,70
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	2.429.375,00	0,00	1.000.000,00	17.888,62
Transferências de Capital	80.290.847,00	474.846,54	2.767.282,04	14.037.304,06
Convênios	79.210.847,00	474.846,54	2.667.282,04	14.037.304,06
Outras Transferências de Capital	1.080.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	80.290.847,00	474.846,54	2.767.282,04	14.037.304,06
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	525.878.459,00	61.891.394,95	331.214.456,12	305.563.887,33
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	413.126.713,05	56.248.458,57	251.070.851,14	247.764.775,79
Pessoal e Encargos Sociais	198.825.805,36	31.711.469,13	149.651.005,18	136.689.285,04
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.564.600,00	177.201,24	970.228,51	1.374.130,17
Outras Despesas Correntes	212.736.307,69	24.359.788,20	100.449.617,45	109.701.360,58
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	411.562.113,05	56.071.257,33	250.100.622,63	246.390.645,62
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	184.025.804,21	4.834.827,18	18.864.791,40	72.682.321,56
Investimentos	179.862.599,21	4.202.377,56	16.125.366,80	69.281.584,37
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	4.163.205,00	632.449,62	2.739.424,60	3.400.737,19
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	179.862.599,21	4.202.377,56	16.125.366,80	69.281.584,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.263.061,00	-	-	-

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.263.061,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	606.687.773,26	60.273.634,89	266.225.989,43	315.672.229,99
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-80.809.314,26	1.617.760,06	64.988.466,69	-10.108.342,66
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	2.137.671,37	0,00
Superávit Financeiro	-	-	2.137.671,37	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				15.254.386,00

FONTE:

SAO JOSE, 25/11/2013

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Tecnico em Contabilidade CRC 15.213-SC

MUNICÍPIO DE SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	118.475.760,00	118.475.760,00	14.339.497,85	90.714.242,44	76,57
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	40.895.747,00	40.895.747,00	3.323.783,99	38.838.184,55	94,97
1.1.1- IPTU	30.085.422,00	30.085.422,00	1.737.440,14	29.776.931,65	98,97
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	178.345,00	178.345,00	40.349,16	212.550,01	119,18
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	7.236.604,00	7.236.604,00	1.128.817,45	6.360.118,30	87,89
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	3.395.376,00	3.395.376,00	417.177,24	2.488.584,59	73,29
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	18.833.577,00	18.833.577,00	3.605.925,19	16.167.211,70	85,84
1.2.1- ITBI	18.783.547,00	18.783.547,00	3.605.922,27	16.166.066,19	86,07
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	50.030,00	50.030,00	2,92	1.145,51	2,29
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	51.097.129,00	51.097.129,00	6.691.460,82	31.298.710,80	61,25
1.3.1- ISS	47.879.710,00	47.879.710,00	6.557.153,91	30.609.421,02	63,93
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	154.716,00	154.716,00	10.921,05	132.704,62	85,77
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.348.702,00	2.348.702,00	95.117,88	406.287,80	17,30
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	714.001,00	714.001,00	28.267,98	150.297,36	21,05
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.649.307,00	7.649.307,00	718.327,85	4.410.135,39	57,65
1.4.1- IRRF	7.649.307,00	7.649.307,00	718.327,85	4.410.135,39	57,65
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	165.498.420,00	165.498.420,00	25.970.379,55	133.304.106,85	80,55
2.1- Cota-Parte FPM	49.532.896,00	49.532.896,00	6.204.115,56	37.629.991,22	75,97
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	49.532.896,00	49.532.896,00	6.204.115,56	37.629.991,22	75,97
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	91.703.200,00	91.703.200,00	15.785.914,92	75.798.193,33	82,66
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	451.313,00	451.313,00	71.761,32	358.806,60	79,50
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	1.506.379,00	1.506.379,00	235.637,40	1.128.128,45	74,89
2.5- Cota-Parte ITR	25.170,00	25.170,00	14.701,08	22.360,97	88,84
2.6- Cota-Parte IPVA	22.279.462,00	22.279.462,00	3.658.249,27	18.366.626,28	82,44
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	283.974.180,00	283.974.180,00	40.309.877,40	224.018.349,29	78,89
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	10.297.009,00	10.297.009,00	1.545.714,72	6.869.791,14	66,72
5.1- Transferências do Salário-Educação	6.593.351,00	6.593.351,00	274.290,72	4.519.315,21	68,54
5.2- Outras Transferências do FNDE	3.703.658,00	3.703.658,00	1.271.424,00	2.350.475,93	63,46
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.134.570,00	1.134.570,00	24.430,00	184.111,18	16,23
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	11.431.579,00	11.431.579,00	1.570.144,72	7.053.902,32	61,71

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	33.099.684,00	33.099.684,00	5.194.075,41	26.660.880,23	80,55
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	9.906.579,00	9.906.579,00	1.240.823,02	7.525.997,77	75,97
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	18.340.640,00	18.340.640,00	3.157.182,80	15.159.637,75	82,66
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	90.263,00	90.263,00	14.352,26	71.761,30	79,50
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	301.276,00	301.276,00	47.127,46	224.712,78	74,59
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	5.034,00	5.034,00	2.940,20	4.472,11	88,84
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	4.455.892,00	4.455.892,00	731.649,67	3.674.298,52	82,46
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	55.026.815,00	55.026.815,00	9.416.193,94	46.365.758,16	84,26
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	55.026.815,00	55.026.815,00	9.416.193,94	46.365.758,16	84,26
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	21.927.131,00	21.927.131,00	4.222.118,53	19.704.877,93	89,87
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	48.938.487,00	48.976.487,00	6.112.596,45	41.645.502,56	85,03
13.1- Com Educação Infantil	18.060.731,00	18.331.731,00	12.701,98	13.661.367,83	74,52
13.2- Com Ensino Fundamental	30.877.756,00	30.644.756,00	6.099.894,47	27.984.134,73	91,32
14- OUTRAS DESPESAS	6.213.628,00	6.603.076,37	764.875,09	4.555.259,72	68,99
14.1- Com Educação Infantil	510.000,00	1.410.000,00	1.188,42	1.098.661,00	77,92
14.2- Com Ensino Fundamental	5.703.628,00	5.193.076,37	763.686,67	3.456.598,72	66,56
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	55.152.115,00	55.579.563,37	6.877.471,54	46.200.762,28	83,13
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ¹ ((13 – 18) / (11) x 100) %					89,82
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	70.993.545,00	70.993.545,00	10.077.469,35	56.004.587,32	78,89
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	36.287.398,00	45.566.464,21	7.394.883,24	31.620.347,77	69,39
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	18.570.731,00	19.741.731,00	13.890,40	14.760.028,83	74,77
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	17.716.667,00	25.824.733,21	7.380.992,84	16.860.318,94	65,29
24- ENSINO FUNDAMENTAL	57.474.772,00	53.152.724,91	9.641.665,80	41.965.062,98	78,95
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	36.581.384,00	35.837.832,37	6.863.581,14	31.440.733,45	87,73
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	20.893.388,00	17.314.892,54	2.778.084,66	10.524.329,53	60,78
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	93.762.170,00	98.719.189,12	17.036.549,04	73.585.410,75	74,54
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL			VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)			19.704.877,93		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO			—		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)			—		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB			—		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS			0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴			—		
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)			—		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)			19.704.877,93		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))			53.880.532,82		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %			24,05		

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	16.510.290,00	9.246.719,25	13.600,00	13.600,00	0,15
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	16.510.290,00	9.246.719,25	13.600,00	13.600,00	0,15
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	110.272.460,00	107.965.908,37	17.050.149,04	73.599.010,75	68,17
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELAMENTO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.828.537,40	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	46.365.758,16	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	43.487.736,57	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	5.706.558,99	0,00

SAO JOSE, 25/11/2013

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Tecnico em Contabilidade CRC 15.213-SC

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	62.567.294,00	0,00		62.567.294,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	184.025.804,21	18.864.791,40	0,00	165.161.012,81
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	184.025.804,21	18.864.791,40	0,00	165.161.012,81
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-121.458.510,21	-18.864.791,40		-102.593.718,81

FONTE:

SAO JOSE, 25/11/2013

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Tecnico em Contabilidade CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	604.214.025,00	604.214.025,00	60.759.600,73	10,06	326.640.721,17	54,06	277.573.303,83
RECEITAS CORRENTES	458.926.509,00	458.926.509,00	60.284.754,19	13,14	322.873.439,13	70,35	136.053.069,87
RECEITA TRIBUTÁRIA	122.365.426,00	122.365.426,00	13.954.334,21	11,40	96.853.385,63	79,15	25.512.040,37
IMPOSTOS	104.397.986,00	104.397.986,00	12.618.844,17	12,09	80.962.554,25	77,55	23.435.431,75
TAXAS	17.917.440,00	17.917.440,00	1.335.490,04	7,45	15.890.831,38	88,69	2.026.608,62
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	25.580.387,00	25.580.387,00	3.894.491,48	15,22	20.959.191,57	81,93	4.621.195,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	6.027.587,00	6.027.587,00	1.548.124,70	25,68	8.167.343,82	135,50	-2.139.756,82
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	19.552.800,00	19.552.800,00	2.346.366,78	12,00	12.791.847,75	65,42	6.760.952,25
RECEITA PATRIMONIAL	18.061.653,00	18.061.653,00	1.355.358,26	7,50	5.733.301,27	31,74	12.328.351,73
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	86.483,00	86.483,00	17.558,40	20,30	59.007,32	68,23	27.475,68
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	17.975.170,00	17.975.170,00	1.337.799,86	7,44	5.674.293,95	31,57	12.300.876,05
RECEITA DE SERVIÇOS	563.773,00	563.773,00	4.250,88	0,75	327.400,88	58,07	236.372,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	267.997.673,00	267.997.673,00	36.873.159,82	13,76	180.051.222,08	67,18	87.946.450,92
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	229.923.680,00	229.923.680,00	35.794.854,06	15,57	176.508.978,06	76,77	53.414.701,94
Transf. de Instituições Privadas	501.500,00	501.500,00	50,00	0,01	50,00	0,01	501.450,00
Transf. de Conv.	37.572.493,00	37.572.493,00	1.078.255,76	2,87	3.542.194,02	9,43	34.030.298,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.357.597,00	24.357.597,00	4.203.159,54	17,26	18.948.937,70	77,79	5.408.659,30
Multas e Juros de Mora	8.117.827,00	8.117.827,00	1.474.889,09	18,17	6.111.506,81	75,29	2.006.320,19
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.357.007,00	3.357.007,00	264.244,02	7,87	2.273.595,91	67,73	1.083.411,09
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	11.230.196,00	11.230.196,00	2.062.860,36	18,37	9.283.984,72	82,67	1.946.211,28
RECEITAS DIVERSAS	1.652.567,00	1.652.567,00	401.166,07	24,28	1.279.850,26	77,45	372.716,74
RECEITAS DE CAPITAL	145.287.516,00	145.287.516,00	474.846,54	0,33	3.767.282,04	2,59	141.520.233,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	62.567.294,00	62.567.294,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.567.294,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	50.880.000,00	50.880.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.880.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	11.687.294,00	11.687.294,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.687.294,00
ALIENAÇÃO DE BENS	2.429.375,00	2.429.375,00	0,00	0,00	1.000.000,00	41,16	1.429.375,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	19.375,00	19.375,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.375,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.410.000,00	2.410.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	41,49	1.410.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	80.290.847,00	80.290.847,00	474.846,54	0,59	2.767.282,04	3,45	77.523.564,96
Transf. de Instituições Privadas	1.080.000,00	1.080.000,00	0,00	0,00	100.000,00	9,26	980.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	79.210.847,00	79.210.847,00	474.846,54	0,60	2.667.282,04	3,37	76.543.564,96
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.630.783,00	4.630.783,00	2.469.594,08	53,33	11.248.028,90	242,90	-6.617.245,90
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.630.783,00	4.630.783,00	2.469.594,08	53,33	11.248.028,90	242,90	-6.617.245,90
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.630.783,00	4.630.783,00	2.469.594,08	53,33	11.248.028,90	242,90	-6.617.245,90
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.630.783,00	4.630.783,00	2.469.594,08	53,33	11.248.028,90	242,90	-6.617.245,90
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	608.844.808,00	608.844.808,00	63.229.194,81	10,39	337.888.750,07	55,50	270.956.057,93

Continua 1/3

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	608.844.808,00	608.844.808,00	63.229.194,81	10,39	337.888.750,07	55,50	270.956.057,93
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	608.844.808,00	608.844.808,00	63.229.194,81	10,39	337.888.750,07	55,50	270.956.057,93
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.137.671,37	—	—	2.137.671,37	—	—
Superávit Financeiro	—	2.137.671,37	—	—	2.137.671,37	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	596.370.701,00	1.800.174,39	598.170.875,39	58.402.844,79	298.663.055,09	58.618.091,26	258.307.130,02	43,18	339.863.745,37
DESPESAS CORRENTES	396.372.033,00	2.509.977,18	398.882.010,18	51.950.259,69	267.840.550,95	53.783.264,08	239.442.338,62	60,03	159.439.671,56
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	187.537.944,00	-2.956.841,51	184.581.102,49	27.311.779,01	139.421.578,94	29.246.274,64	138.022.492,66	74,78	46.558.609,83
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.670.600,00	-1.106.000,00	1.564.600,00	0,00	1.231.538,86	177.201,24	970.228,51	62,01	594.371,49
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	206.163.489,00	6.572.818,69	212.736.307,69	24.638.480,68	127.187.433,15	24.359.788,20	100.449.617,45	47,22	112.286.690,24
DESPESAS DE CAPITAL	184.735.607,00	-709.802,79	184.025.804,21	6.452.585,10	30.822.504,14	4.834.827,18	18.864.791,40	10,25	165.161.012,81
INVESTIMENTOS	179.845.402,00	17.197,21	179.862.599,21	6.452.585,10	27.270.267,22	4.202.377,56	16.125.366,80	8,97	163.737.232,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.890.205,00	-727.000,00	4.163.205,00	0,00	3.552.236,92	632.449,62	2.739.424,60	65,80	1.423.780,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.263.061,00	0,00	15.263.061,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.263.061,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	12.474.107,00	1.770.595,87	14.244.702,87	2.516.938,21	12.148.325,98	2.465.194,49	11.628.512,52	81,63	2.616.190,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.474.107,00	1.770.595,87	14.244.702,87	2.516.938,21	12.148.325,98	2.465.194,49	11.628.512,52	81,63	2.616.190,35
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	608.844.808,00	3.570.770,26	612.415.578,26	60.919.783,00	310.811.381,07	61.083.285,75	269.935.642,54	44,08	342.479.935,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	608.844.808,00	3.570.770,26	612.415.578,26	60.919.783,00	310.811.381,07	61.083.285,75	269.935.642,54	44,08	342.479.935,72
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	67.953.107,53	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	608.844.808,00	3.570.770,26	612.415.578,26	60.919.783,00	310.811.381,07	61.083.285,75	337.888.750,07	44,08	342.479.935,72

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 14.358.655,97

FONTE:

SAO JOSE, 25/11/2013

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Técnico em Contabilidade CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	596.370.701,00	598.170.875,39	58.402.844,79	298.663.055,09	58.618.091,26	258.307.130,02	95,69	43,18	339.863.745,37
Legislativa	16.867.491,00	16.867.491,00	1.230.335,16	10.494.471,47	1.384.326,81	8.912.931,81	3,30	52,84	7.954.559,19
Ação Legislativa	16.867.491,00	16.867.491,00	1.230.335,16	10.494.471,47	1.384.326,81	8.912.931,81	3,30	52,84	7.954.559,19
Judiciária	200.000,00	358.278,01	6.300,00	45.449,20	251,52	38.888,64	0,01	10,85	319.389,37
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	200.000,00	358.278,01	6.300,00	45.449,20	251,52	38.888,64	0,01	10,85	319.389,37
ADMINISTRAÇÃO	54.956.190,00	58.182.220,27	4.796.695,89	27.241.764,30	5.442.823,69	25.312.229,08	9,38	43,51	32.869.991,19
Planejamento e Orçamento	9.841.392,00	9.982.810,61	98.233,72	830.065,82	105.776,74	762.760,17	0,28	7,64	9.220.050,44
Administração Geral	22.101.627,00	22.984.086,94	2.560.296,25	13.852.092,23	2.981.660,62	12.636.040,95	4,68	54,98	10.348.045,99
Administração Financeira	8.373.647,00	10.392.098,72	1.418.959,50	8.687.819,26	1.622.789,45	8.212.365,68	3,04	79,03	2.179.733,04
Controle Interno	322.824,00	322.824,00	47.049,92	225.646,58	46.016,53	221.991,35	0,08	68,77	100.832,65
Normatização e Fiscalização	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Tecnologia da Informatização	7.427.294,00	7.377.294,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.377.294,00
Administração de Receitas	6.455.375,00	6.695.375,00	642.323,18	3.459.559,78	671.138,46	3.310.716,86	1,23	49,45	3.384.658,14
Comunicação Social	160.053,00	158.753,00	5.036,63	33.510,68	5.231,55	30.276,91	0,01	19,07	128.476,09
Infra-estrutura Urbana	238.978,00	233.978,00	24.796,69	153.069,95	10.210,34	138.077,16	0,05	59,01	95.900,84
SEGURANÇA PÚBLICA	17.295.130,00	16.567.358,55	2.711.390,84	10.308.488,68	2.137.498,76	8.770.251,60	3,25	52,94	7.797.106,95
Normatização e Fiscalização	45.500,00	45.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.500,00
Policimento	10.630.133,00	10.394.361,55	2.062.060,09	7.018.391,68	1.387.533,84	5.731.555,84	2,12	55,14	4.662.805,71
Defesa Civil	2.138.890,00	1.900.890,00	140.199,45	347.551,05	148.033,91	329.506,61	0,12	17,33	1.571.383,39
INformação e Inteligência	4.480.607,00	4.226.607,00	509.131,30	2.942.545,95	601.931,01	2.709.189,15	1,00	64,10	1.517.417,85
ASSISTÊNCIA SOCIAL	27.041.223,00	23.784.223,00	1.650.766,26	12.819.321,30	1.726.229,31	10.350.247,85	3,83	43,52	13.433.975,15
Assistência ao Idoso	1.151.618,00	899.618,00	23.373,95	503.732,46	104.676,33	327.663,53	0,12	36,42	571.954,47
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.144.387,00	4.964.158,96	235.958,05	949.243,89	120.984,40	799.796,98	0,30	16,11	4.164.361,98
Assistência Comunitária	20.745.218,00	17.920.446,04	1.391.434,26	11.366.344,95	1.500.568,58	9.222.787,34	3,42	51,47	8.697.658,70
PREVIDÊNCIA SOCIAL	15.472.714,00	15.348.714,00	1.349.648,00	11.986.830,67	2.432.470,48	11.237.421,80	4,16	73,21	4.111.292,20
Previdência Básica	10.546.041,00	10.422.041,00	560.073,09	8.163.625,46	1.610.460,79	7.424.152,57	2,75	71,24	2.997.888,43
Previdência do Regime Estatutário	4.926.673,00	4.926.673,00	789.574,91	3.823.205,21	822.009,69	3.813.269,23	1,41	77,40	1.113.403,77
Saúde	97.892.742,00	98.366.900,67	15.011.928,48	59.995.070,11	12.721.754,55	52.718.197,00	19,53	53,59	45.648.703,67
Atenção Básica	82.219.183,00	82.853.125,72	13.554.331,11	54.602.478,47	11.389.267,18	49.226.548,37	18,24	59,41	33.626.577,35
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	12.536.606,00	12.916.426,24	1.125.627,23	4.395.369,92	995.027,53	2.803.208,97	1,04	21,70	10.113.217,27
Vigilância Sanitária	1.519.631,00	1.122.606,77	37.019,18	341.178,59	68.596,33	228.394,99	0,08	20,35	894.211,78
Vigilância Epidemiológica	1.532.322,00	1.449.741,94	294.950,96	656.043,13	268.863,51	460.044,67	0,17	31,73	989.697,27
Defesa Sanitária Animal	85.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
TRABALHO	1.216.026,00	832.026,00	0,00	670.133,16	32.261,92	368.070,92	0,14	44,24	463.955,08
Proteção e Benefícios ao trabalhador	1.203.626,00	819.626,00	0,00	670.133,16	32.261,92	368.070,92	0,14	44,91	451.555,08
Relações de Trabalho	12.400,00	12.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.400,00
EDUCAÇÃO	149.430.492,00	147.627.929,71	19.727.170,04	92.995.497,49	20.105.326,30	85.469.033,13	31,66	57,89	62.158.896,58
Alimentação e Nutrição	6.159.677,00	6.229.677,00	1.500.069,05	4.625.910,34	1.201.311,67	3.972.379,97	1,47	63,77	2.257.297,03

Continua 1/3

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	596.370.701,00	598.170.875,39	58.402.844,79	298.663.055,09	58.618.091,26	258.307.130,02	95,69	43,18	339.863.745,37
EDUCAÇÃO	149.430.492,00	147.627.929,71	19.727.170,04	92.995.497,49	20.105.326,30	85.469.033,13	31,66	57,89	62.158.896,58
Ensino Fundamental	65.582.477,00	59.528.089,10	9.120.896,41	42.680.899,93	9.324.237,51	40.339.134,51	14,94	67,76	19.188.954,59
Ensino Médio	886.505,00	924.879,00	157.861,40	760.602,12	156.697,09	751.114,79	0,28	81,21	173.764,21
Ensino Profissional	4.178.965,00	4.224.793,50	830.650,19	3.262.030,04	701.373,60	3.049.981,17	1,13	72,19	1.174.812,33
Ensino Superior	12.342.757,00	12.318.099,67	688.034,62	3.458.433,68	714.020,34	3.337.612,13	1,24	27,10	8.980.487,54
Educação Infantil	57.958.878,00	62.915.488,40	7.270.466,92	37.275.914,12	7.809.433,16	33.228.561,02	12,31	52,81	29.686.927,38
Educação de Jovens e Adultos	2.251.233,00	1.478.259,30	159.191,45	931.707,26	198.252,93	790.249,54	0,29	53,46	688.009,76
Educação Especial	70.000,00	8.643,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.643,74
CULTURA	11.327.200,00	11.133.374,10	648.609,52	2.401.779,19	669.675,91	2.326.292,35	0,86	20,89	8.807.081,75
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	3.183.000,00	3.183.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.183.000,00
Difusão Cultural	8.144.200,00	7.950.374,10	648.609,52	2.401.779,19	669.675,91	2.326.292,35	0,86	29,26	5.624.081,75
DIREITOS DA CIDADANIA	370.284,00	371.684,00	17.675,57	87.232,11	18.361,73	87.232,11	0,03	23,47	284.451,89
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	370.284,00	371.684,00	17.675,57	87.232,11	18.361,73	87.232,11	0,03	23,47	284.451,89
URBANISMO	77.963.610,00	84.212.138,74	4.952.193,10	32.657.120,08	5.916.032,84	25.020.313,05	9,27	29,71	59.191.825,69
Infra-estrutura Urbana	64.775.684,00	70.116.012,74	4.091.766,81	25.085.817,25	4.645.055,46	18.907.874,21	7,00	26,97	51.208.138,53
Serviços Urbanos	9.971.926,00	11.391.126,00	860.426,29	7.539.330,83	1.270.977,38	6.110.298,84	2,26	53,64	5.280.827,16
Transportes Coletivos Urbanos	3.216.000,00	2.705.000,00	0,00	31.972,00	0,00	2.140,00	0,00	0,08	2.702.860,00
HABITAÇÃO	32.727.597,00	33.520.540,43	1.606.151,46	6.949.865,12	862.667,17	2.042.985,41	0,76	6,09	31.477.555,02
Infra-Estrutura Urbana	1.095.000,00	1.095.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.095.000,00
Habitação Urbana	31.632.597,00	32.425.540,43	1.606.151,46	6.949.865,12	862.667,17	2.042.985,41	0,76	6,30	30.382.555,02
SANEAMENTO	29.507.000,00	30.356.111,35	3.739.142,90	16.425.547,03	2.739.495,12	14.072.043,29	5,21	46,36	16.284.068,06
Saneamento Básico Rural	6.440.000,00	6.432.111,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.432.111,35
Saneamento Básico Urbano	23.067.000,00	23.924.000,00	3.739.142,90	16.425.547,03	2.739.495,12	14.072.043,29	5,21	58,82	9.851.956,71
GESTÃO AMBIENTAL	18.454.472,00	17.632.953,69	78.350,22	1.520.711,48	263.279,62	1.343.530,47	0,50	7,62	16.289.423,22
Preservação e Conservação Ambiental	17.015.434,00	16.777.073,99	77.476,42	1.157.493,20	256.402,27	981.913,89	0,36	5,85	15.795.160,10
Controle Ambiental	1.439.038,00	855.879,70	873,80	363.218,28	6.877,35	361.616,58	0,13	42,25	494.263,12
Agricultura	178.800,00	242.880,00	56.081,42	106.748,07	57.846,42	92.260,07	0,03	37,99	150.619,93
Promoção da Produção Animal	178.800,00	242.880,00	56.081,42	106.748,07	57.846,42	92.260,07	0,03	37,99	150.619,93
TRANSPORTE	8.939.597,00	8.917.684,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.917.684,05
Transporte Rodoviário	2.114.597,00	2.114.597,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.114.597,00
Transporte Hidroviário	6.825.000,00	6.803.087,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.803.087,05
DESPORTO E LAZER	8.845.235,00	8.236.469,82	243.888,40	3.208.275,91	647.656,95	2.475.480,10	0,92	30,06	5.760.989,72
Desporto Comunitário	7.730.078,00	7.321.312,82	160.751,40	2.756.795,01	555.107,30	2.210.445,10	0,82	30,19	5.110.867,72
Lazer	1.115.157,00	915.157,00	83.137,00	451.480,90	92.549,65	265.035,00	0,10	28,96	650.122,00
ENCARGOS ESPECIAIS	12.421.837,00	10.348.837,00	576.517,53	8.748.749,72	1.460.132,16	7.669.721,34	2,84	74,11	2.679.115,66
Serviço da Dívida Interna	7.560.805,00	5.727.805,00	0,00	4.783.775,78	809.650,86	3.709.653,11	1,37	64,77	2.018.151,89
Outros Encargos Especiais	4.861.032,00	4.621.032,00	576.517,53	3.964.973,94	650.481,30	3.960.068,23	1,47	85,70	660.963,77

Continua 2/3

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	596.370.701,00	598.170.875,39	58.402.844,79	298.663.055,09	58.618.091,26	258.307.130,02	95,69	43,18	339.863.745,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.263.061,00	15.263.061,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.263.061,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.474.107,00	14.244.702,87	2.516.938,21	12.148.325,98	2.465.194,49	11.628.512,52	4,31	81,63	2.616.190,35
Legislativa	239.400,00	239.400,00	17.924,34	161.618,86	17.924,34	161.618,86	0,06	67,51	77.781,14
Ação Legislativa	239.400,00	239.400,00	17.924,34	161.618,86	17.924,34	161.618,86	0,06	67,51	77.781,14
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.654.811,00	3.654.811,00	598.767,48	2.917.184,89	598.767,48	2.917.184,89	1,08	79,82	737.626,11
Previdência Básica	3.654.811,00	3.654.811,00	598.767,48	2.917.184,89	598.767,48	2.917.184,89	1,08	79,82	737.626,11
Saúde	2.945.911,00	4.645.006,87	947.916,48	4.620.831,22	896.172,76	4.101.017,76	1,52	88,29	543.989,11
Atenção Básica	2.945.911,00	4.645.006,87	947.916,48	4.620.831,22	896.172,76	4.101.017,76	1,52	88,29	543.989,11
EDUCAÇÃO	5.633.985,00	5.705.485,00	952.329,91	4.448.691,01	952.329,91	4.448.691,01	1,65	77,97	1.256.793,99
Ensino Fundamental	3.880.369,00	3.536.869,00	602.688,30	2.865.905,36	602.688,30	2.865.905,36	1,06	81,03	670.963,64
Educação Infantil	1.753.616,00	2.168.616,00	349.641,61	1.582.785,65	349.641,61	1.582.785,65	0,59	72,99	585.830,35
TOTAL (III) = (I + II)	608.844.808,00	612.415.578,26	60.919.783,00	310.811.381,07	61.083.285,75	269.935.642,54	100,00	44,08	342.479.935,72

FONTE:

SAO JOSE, 25/11/2013

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Técnico em Contabilidade CRC 15

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2012 A OUTUBRO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	26.979.357,18	32.086.765,19	32.967.623,56	48.116.293,79	36.517.559,65	34.822.355,38	34.061.203,87	31.736.431,97	34.728.917,06	31.097.383,64	33.303.172,05	32.172.503,11	408.589.566,45	492.026.193,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.639.992,55	8.023.814,39	8.160.402,03	23.655.150,07	13.308.507,30	8.022.923,34	7.434.899,18	7.096.104,73	9.410.695,43	5.810.369,34	7.053.100,90	6.901.233,31	110.517.192,57	122.365.426,00
I.P.T.U.	525.465,33	604.427,51	2.264.050,51	15.316.750,84	6.521.380,98	807.652,06	759.194,80	690.441,01	977.229,53	702.791,78	942.767,81	794.672,33	30.906.824,49	30.085.422,00
I.R.R.F.	311.708,04	1.783.113,25	184.934,75	341.083,68	233.903,61	290.808,99	266.407,89	350.170,05	1.725.541,65	298.956,92	310.861,02	407.466,83	6.504.956,68	7.649.307,00
I.S.S.	2.872.906,04	3.484.001,40	3.015.799,81	2.485.633,98	2.696.614,27	3.594.169,41	3.010.057,93	3.287.107,08	3.216.447,85	2.746.436,78	3.494.124,31	3.063.029,60	36.966.328,46	47.879.710,00
I.T.B.I.	1.123.751,42	1.228.792,52	1.577.817,79	1.004.395,16	1.425.471,79	1.879.982,94	1.464.438,32	1.683.280,78	2.246.478,38	1.278.278,76	1.627.880,58	1.978.041,69	18.518.610,13	18.783.547,00
Outras Receitas Tributárias	806.161,72	923.479,71	1.117.799,17	4.507.286,41	2.431.136,65	1.450.309,94	1.934.800,24	1.085.105,81	1.244.998,02	783.905,10	677.467,18	658.022,86	17.620.472,81	17.967.440,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.962.117,30	1.709.874,67	2.285.487,61	1.452.550,57	2.328.037,79	2.903.969,79	2.107.595,24	2.018.969,82	2.069.679,26	1.898.410,01	1.807.815,67	2.086.675,81	24.631.183,54	25.580.387,00
RECEITA PATRIMONIAL	530.990,28	1.040.794,45	490.594,71	187.619,87	580.526,77	890.432,42	382.221,81	345.252,20	979.995,30	517.255,93	554.562,00	797.641,82	7.297.887,56	18.061.653,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	-8.253,59	-3.302,45	0,00	3.200,00	-200,00	9.300,00	0,00	4.000,00	306.850,00	0,00	0,00	4.250,88	315.844,84	563.773,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.278.830,79	19.722.701,17	20.164.176,06	21.507.472,97	18.790.129,79	20.700.620,45	22.300.641,63	20.757.455,69	19.644.337,46	20.780.033,03	21.499.334,36	20.567.900,87	243.713.634,27	301.097.357,00
Cota-Parte do F.P.M.	3.104.617,13	5.412.130,53	4.039.012,02	5.434.058,72	3.129.614,25	3.358.005,53	4.824.997,51	4.025.459,52	2.866.640,89	3.748.087,22	3.102.033,95	3.102.081,61	46.146.738,88	49.532.896,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	5.952.708,93	6.017.280,50	7.735.178,21	6.929.190,67	7.348.700,53	7.887.799,02	7.838.715,50	7.342.396,34	7.288.498,60	7.641.799,54	8.002.332,10	7.783.582,82	87.768.182,76	91.703.200,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	897.150,81	635.250,32	1.198.883,07	1.465.217,32	1.681.396,03	2.009.124,15	2.017.450,94	1.916.341,63	2.274.985,57	2.144.978,30	1.942.345,64	1.715.903,63	19.899.027,41	22.279.462,00
Cota-Parte do ITR.	1.309,90	1.666,14	293,12	436,84	1.552,00	743,69	1.370,30	1.302,15	950,98	1.010,81	2.568,75	12.132,33	25.337,01	25.170,00
Outras Transferências Correntes	2.731.167,58	3.329.074,81	2.331.478,11	3.000.325,45	2.511.726,59	2.522.584,60	2.493.988,70	2.484.020,72	2.671.940,61	2.345.510,78	3.524.661,31	3.156.000,43	33.102.479,69	80.572.122,00
Transferências da LC 61/1989	90.241,51	103.619,64	136.466,87	104.783,39	92.501,29	84.818,41	114.054,82	118.791,16	115.871,24	125.203,87	113.889,11	121.748,29	1.321.989,60	1.506.379,00
Transferências da LC 87/1996	27.773,14	27.773,14	0,00	0,00	0,00	143.522,64	35.880,66	35.880,66	35.880,66	35.880,66	35.880,66	35.880,66	414.352,88	451.313,00
Transferências do FUNDEB	4.473.861,79	4.195.906,09	4.722.864,66	4.573.460,58	4.024.639,10	4.694.022,41	4.974.183,20	4.833.263,51	4.389.568,91	4.737.561,85	4.775.622,84	4.640.571,10	55.035.526,04	55.026.815,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.575.679,85	1.592.882,96	1.866.963,15	1.310.300,31	1.510.558,00	2.295.109,38	1.835.846,01	1.514.649,53	2.317.359,61	2.091.315,33	2.388.359,12	1.814.800,42	22.113.823,67	24.357.597,00
DEDUÇÕES (II)	3.145.426,31	2.956.863,23	3.732.584,55	2.798.854,76	3.461.351,23	4.586.420,25	3.699.473,82	3.536.426,40	3.464.599,37	3.476.569,82	3.325.340,49	3.360.162,59	41.544.072,82	37.733.583,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	127.996,40	0,00	37.631,37	500.338,90	114.511,26	18.967,80	0,00	0,00	0,00	0,00	799.445,73	171.312,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	626.976,23	365.168,38	981.647,64	12.117,57	972.967,25	1.389.278,92	618.468,88	613.829,43	837.272,61	625.009,55	631.545,98	628.999,69	8.303.282,13	2.526.720,00
Contrib Prev em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215.595,12	111.674,22	112.168,46	53.956,60	176.925,40	670.319,80	1.935.867,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	2.518.450,08	2.591.694,85	2.622.940,51	2.786.737,19	2.450.752,61	2.696.802,43	2.966.493,68	2.688.034,05	2.515.652,54	2.739.391,81	2.639.837,91	2.554.237,50	31.771.025,16	33.099.684,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	23.833.930,87	29.129.901,96	29.235.039,01	45.317.439,03	33.056.208,42	30.235.935,13	30.361.730,05	28.200.005,57	31.264.317,69	27.620.813,82	29.977.831,56	28.812.340,52	367.045.493,63	454.292.610,00

FONTE:

SAO JOSE, 25/11/2013

ADELIANA DAL PONT
Prefeita MunicipalANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de FinançasGUIDO LUIZ HINCKEL
Técnico em Contabilidade CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.499.331,00	2.499.331,00	1.256.168,59	7.288.312,67	15.200.709,35
RECEITAS CORRENTES	2.499.331,00	2.499.331,00	1.256.168,59	7.288.312,67	16.675.400,50
Receita de Contribuições dos Segurados	2.499.331,00	2.499.331,00	1.256.168,59	7.288.312,67	3.902.144,43
Pessoal Civil	2.499.331,00	2.499.331,00	1.256.168,59	7.288.312,67	3.902.144,43
Ativo	2.490.334,00	2.490.334,00	1.252.622,62	7.275.416,03	3.892.383,57
Inativo	8.997,00	8.997,00	3.545,97	12.896,64	9.760,86
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	10.275.915,27
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	10.275.915,27
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	2.497.340,80
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	127.996,19
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	2.369.344,61
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.474.691,15
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.630.783,00	4.630.783,00	2.469.594,08	11.248.028,90	4.751.712,19
RECEITAS CORRENTES	4.630.783,00	4.630.783,00	2.469.594,08	11.248.028,90	4.751.712,19
Receita de Contribuições Patronais	4.630.783,00	4.630.783,00	2.469.594,08	11.248.028,90	4.751.712,19
Pessoal Civil	4.630.783,00	4.630.783,00	2.469.594,08	11.248.028,90	4.751.712,19
Ativo	4.630.783,00	4.630.783,00	2.469.594,08	11.248.028,90	4.751.712,19
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SAO JOSE - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	7.130.114,00	7.130.114,00	3.725.762,67	18.536.341,57	19.952.421,54
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	4.680.000,00	4.680.000,00	920.110,11	4.177.685,60	3.527.723,43
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	258.799,77
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	249.618,77
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	9.181,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.680.000,00	4.680.000,00	920.110,11	4.177.685,60	3.268.923,66
Pessoal Civil	4.680.000,00	4.680.000,00	920.110,11	4.177.685,60	3.268.923,66
Aposentadorias	4.080.000,00	4.080.000,00	817.006,33	3.666.454,00	2.829.403,45
Pensões	600.000,00	600.000,00	103.103,78	511.231,60	439.520,21
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	4.680.000,00	4.680.000,00	920.110,11	4.177.685,60	3.527.723,43
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	2.450.114,00	2.450.114,00	2.805.652,56	14.358.655,97	16.424.698,11
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SAO JOSE - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	SETEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2013	2012
Caixa	842,55	1.699,86	0,00
Bancos Conta Movimento	62.525,56	0,00	892.133,78
Investimentos	79.821.918,31	81.739.647,40	66.845.254,62

FONTE:

SAO JOSE, 25/11/2013

 ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

 ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
 Secretário de Finanças

 GUIDO LUIZ HINCKEL
 Técnico em Contabilidade CRC 15.213-SC

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 2.134, de 22 de Novembro de 2013.

LEI Nº 2.134, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2014, de acordo com os princípios estabelecidos no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as metas fiscais;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária, e das disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º São anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- I - Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais;
- II - Anexo de Metas Fiscais - Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior;
- III - Metas Fiscais para os Exercícios de 2014, 2015 e 2016;
- IV - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- V - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VI - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- VII - Montante da Dívida;
- VIII - Meta Fiscal de Resultado Nominal;
- IX - Meta Fiscal de Resultado Primário;
- X - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;
- XI - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;
- XII - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;
- XIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014;
- XIV - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

CAPÍTULO III

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2014

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos de que trata o artigo 2º desta LEI.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2014 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para os efeitos desta lei, considerar-se-á:

- I - Programa: o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
 - II - Ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
 - III - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
 - IV - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
 - V - Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
 - VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
 - VII - Receita Ordinária: aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, sejam pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na partilha dos tributos de competência de outras esferas de governo;
 - VIII - Execução Física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
 - IX - Execução Orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
 - X - Execução Financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.
- § 1º Cada programa, identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias STN e MOG.
- § 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O Orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e suas Autarquias, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2014 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão - MOG e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na forma dos seguintes Anexos:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Anexo II da Portaria SOF nº 08/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);
III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº 08/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo VIII, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº 08/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Anexo IX, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Indicação das Fontes de Financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no art. 22 da Lei 4.320/64;

XIV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF);

XV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 5º, I da LRF);

XVI - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados (art. 5º, III);

XVII - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos (art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio e demais legislações que versem sobre a receita e despesa pública.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN.

Art. 8º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Fundos e das Autarquias Municipais.

Art. 9º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2011, 2012 e fixada para 2013 e 2014;

III - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

IV - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Corrente Líquida, Despesa com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2012 a 2014.

Art. 10. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e será de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11. O Orçamento Fiscal do Município e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo, Fundos e Autarquias Municipais.

Art. 12. Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central ou na Entidade específica, dependendo de sua origem, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 6º, inciso X, desta Lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidor municipal ou secretário;

§ 2º As Autarquias Municipais - Comitê Desportivo Municipal e Instituto Cultural de São Lourenço serão gerenciadas pelos respectivos Gerentes Executivos.

Art. 13. Os estudos para a definição dos Orçamentos da Receita para o exercício de 2014, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior.

Art. 14. Se a receita estimada para o exercício de 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, bem como as Autarquias, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

V - Eliminação das despesas com serviços extraordinários;

VI - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão; Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para a implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do

aproveitamento da margem líquida de expansão prevista observada o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes nesta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18. O Orçamento de cada uma das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 1% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2014, poderão, excepcionalmente, ser utilizados mediante autorização legislativa para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20. O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320 de 1964 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único e art. 50, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22. Os descontos previstos em lei, para pagamento de tributos municipais, bem como a isenção da Taxa de Licença e Localização, não serão consideradas como renúncia de receita por já haverem sido impactadas na estimativa a menor da receita e consequentemente já impactada na despesa também.

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o

Município for associado.

Art. 24. As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 25. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixada no inciso II, combinado com o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 29. O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% da receita estimada para o exercício de 2014 do orçamento de cada Unidade Gestora, utilizando como fontes de recursos:

a) o excesso de arrecadação verificado na forma do § 3º e 4º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, apurado em cada fonte de recurso;

b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos;

c) o superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo único. A transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 30. Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31. A Lei Orçamentária de 2014 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento nos termos da legislação aplicável.

Art. 32. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33. Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 10 desta LEI.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 34. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2014 ou em créditos adicionais.

Art. 35. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 37. O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades, ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de São Lourenço do Oeste, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que não constitua atividade meio, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros. Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40. O ato que conceder, ou ampliar incentivo, isenção ou

benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 30/12/2013.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de lei específica, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2013, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 42. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2014.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de novembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal



Programa de
Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 90, de 18 de Novembro de 2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 90, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

“Altera a Redação do Artigo 1º e Inclui os Parágrafos 1º e 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº88 de 02 de setembro de 2013”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - O artigo 1.º da Lei Complementar n.º 88 de 02 de setembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º- As construções edificadas em desacordo com as normas existentes no município de São Pedro de Alcântara até a data da sanção do Prefeito à Lei Complementar nº88/2013, poderão ser aprovadas para fins de concessão do habite-se, na forma da presente Lei Complementar.

Parágrafo Único - Serão passíveis de regularização:

I - a construção, reforma ou ampliação de edificações executadas em desacordo com o Projeto aprovado pela Prefeitura.

II - a construção, reforma ou ampliação de edificações executadas sem a aprovação dos setores competentes da Prefeitura.

III - a construção regular destinada a uma devida atividade, cujo uso difere do inicialmente aprovado”.

Art. 2º - Ficam incluídos os parágrafos 1.º e 2.º ao artigo 4.º da Lei Complementar n.º 88 de 02 setembro de 2013, com a seguinte redação:

“Art. 4.º - ().

§ 1º. O prazo para propor a regularização prevista nesta Lei Complementar será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da data da sua publicação, podendo ser prorrogado por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, por prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, desde que o interesse público, devidamente comprovado, assim exigir.

§ 2º. Esgotado todos os prazos definidos, caso necessário, o Executivo encaminhará proposta ao Poder Legislativo para discussão de nova ampliação de prazo de regularização.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de novembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 91, de 18 de Novembro de 2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 91, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

“Institui o Conselho de Desenvolvimento Municipal de São Pedro de Alcântara”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a

seguinte LEI:

Art. 1º. Fica criado e instituído o Conselho de Desenvolvimento Municipal, no Município de São Pedro de Alcântara, com a sua composição e competências definidas nesta LEI.

Parágrafo Único. O Conselho de Desenvolvimento Municipal será órgão autônomo, colegiado, de natureza permanente, deliberativa, consultiva, fiscalizadora e propositiva no processo de planejamento e gestão municipal na área do desenvolvimento urbano e do Plano Diretor Municipal, tendo as diretrizes e objetivos especificados nesta lei.

Art. 2º. Ao Conselho de Desenvolvimento Municipal compete:

I - propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política municipal de desenvolvimento urbano; em especial relativos ao Plano Diretor e legislação a ele complementar;

II - acompanhar e avaliar a implementação da política municipal de desenvolvimento urbano, em especial as políticas de habitação, de saneamento ambiental, de transportes e de mobilidade urbana, zoneamento urbano, e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;

III - propor a edição de normas municipais de direito urbanístico e manifestar-se sobre propostas de alteração da legislação municipal pertinente;

IV - promover a cooperação entre os órgãos envolvidos com o desenvolvimento do Município e a sociedade civil na formação e execução da política nacional de desenvolvimento urbano;

V - estimular ações que visem a propiciar a geração, apropriação e utilização de conhecimentos científicos, tecnológicos, gerenciais e organizativos pelas populações das áreas urbanas;

VI - promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a aplicação e os resultados estratégicos alcançados pelos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

VII - estimular a ampliação e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, visando fortalecer o desenvolvimento municipal urbano sustentável;

VIII - interpretar a legislação correspondente, nos casos omissos e os de dúvida de interpretação;

IX - auxiliar o Poder Executivo Municipal na formulação da política municipal de saneamento básico.

X - aprovar seu regimento interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros.

Art. 3º. O Conselho de Desenvolvimento Municipal será presidido pelo Prefeito Municipal ou alguém nomeado por ele terá a seguinte composição:

I - 03 (três) representantes do Poder Público Municipal, a saber:

a) 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

b) 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

c) 01 (um) membro do Poder Legislativo;

II - 04 (quatro) membros, indicados por entidades da sociedade civil representativa dos seguintes setores, no Município:

a) 01 (um) membro de Associação de Moradores de bairros;

b) 01 (um) membro do Sindicato de Produtores Rurais;

c) 01 (um) membro do Conselho Comunitário de Segurança - CONSEG.

d) 01 (um) membro da Associação dos Microempreendedores.

§1º. Os membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal terão suplentes em número igual aos titulares.

§2º. Os representantes, titulares e suplentes de que tratam os incisos I e II, serão nomeados pelo Prefeito Municipal, por um período de 02 (dois) anos, admitida à recondução.

§3º. O regimento interno do Conselho de Desenvolvimento Municipal será elaborado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da sua instalação, a ser baixado por ato do Executivo.

§4º. O Executivo determinará o local onde funcionará o Conselho de Desenvolvimento Municipal, podendo designar servidor para executar os serviços de secretaria do Conselho.

§5º. O Conselho de Desenvolvimento Municipal contará com o assessoramento da Secretaria Municipal de Planejamento e Obras, Administração, Gabinete, e Assessoria Jurídica do Município.

§6º. A participação no Conselho de Desenvolvimento Municipal é considerada função relevante, não remunerada.

Art. 4º. São atribuições do Presidente do Conselho de Desenvolvimento Municipal:

- I - convocar a presidir as reuniões do Conselho;
- II - solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público, nos limites da atuação do Conselho;
- III - firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções;

Art. 5º. O Conselho de que trata esta Lei reunir-se-á, no mínimo, uma vez por cada 2 (dois) meses, ordinariamente, ou em caráter extraordinário quando convocado pelo Presidente.

Art. 6º. As dúvidas e os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Presidente do Conselho, desde que referendado pelo colegiado.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 19 de novembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 92, de 18 de Novembro de 2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 92, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

"Autoriza o Pagamento do Décimo Terceiro Salário em novembro de 2013".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, excepcionalmente no ano de 2013, a pagar o décimo terceiro salário aos servidores ativos e inativos no mês de novembro.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 19 de novembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto Nº 142/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº142/2013

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 722/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.365.4.2008 - Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 5.000,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

05.01.27.812.7.2010 - Funcionamento e Manutenção do Esporte Amador R\$ 5.000,00

Anula:

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 21 de novembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto Nº 144/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº144/2013

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº722/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 7.815,00 (sete mil oitocentos e quinze reais) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.12.2.053 - Func. e Manut. da Coord. da Saúde - Assist. Farmaceutica R\$ 7.815,00

3.3.90.00.00.00.00.0.2.0216 - Aplicações Diretas
R\$ 7.815,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 25 de novembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto N°145/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N°145/2013

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 722/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12-2051 - Func. e Manut. da Coord. da Saúde R\$ 8.083,08

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 3.300,00

3.3.40.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 2.462,08

4.4.90.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 2.321,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 8.083,08

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de novembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto N°146/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N°146/2013

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação do PMAQ no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei

nº722/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 17.599,80 (dezesete mil quinhentos e noventa e nove reais e oitenta centavos) por conta do Excesso de Arrecadação do PMAQ nas dotações abaixo identificadas:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2.055 - Func. e Manut. do PSF - Coofinanciamento R\$ 879,99

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0214 - Aplicações Diretas R\$ 879,99

11.01.10.301.12.2.054 - Func. e Manut. do PSF R\$ 4.693,28

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0214 - Aplicações Diretas R\$ 4.693,28

11.01.10.301.12.2.056 - Func. e Manut. do PACS R\$ 5.279,94

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0214 - Aplicações Diretas R\$ 5.279,94

11.01.10.301.12.2.057 - Func. e Manut. da Saúde Bucal R\$ 1.759,98

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0214 - Aplicações Diretas R\$ 1.759,98

11.01.10.301.12.2.051 - Func. e Manut. da Coord. da Saúde R\$ 4.986,61

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0214 - Aplicações Diretas R\$ 4.986,61

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 26 de novembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto N°147/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N°147/2013

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº722/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$60.341,77 (sessenta mil, trezentos e quarenta e um reais e setenta e sete centavos) por conta do Excesso de Arrecadação do FUNDEB nas dotações abaixo identificadas:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.361.4.2006 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 54.606,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0217 - Aplicações Diretas R\$ 54.606,00

05.01.12.365.4.2008 - Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 5.735,77

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0217 - Aplicações Diretas R\$ 5.735,77

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 26 de novembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto Nº 143 de 25 de Novembro de 2013

Decreto nº 143 de 25 de Novembro de 2013.

Regulamenta a Lei nº 789, 04 de Novembro de 2013 que cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

Art. 1º - A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC é o órgão da administração pública municipal responsável pela coordenação das ações de defesa civil, no município.

Art. 2º - São atividades da COMDEC:

I. Coordenar e executar as ações de Defesa Civil;

II. Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Defesa Civil ;

III. Elaborar e implementar planos, programas e projetos de Defesa Civil;

IV. Elaborar Plano de Ação Anual visando o atendimento das ações em tempo de normalidade, bem como, das ações emergenciais, com a garantia dos recursos no Orçamento Municipal;

V. Prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;

VI. Capacitar recursos humanos para as ações de Defesa Civil I;

VII. Manter o órgão central do SINDEC informado sobre as ocorrências de desastres e atividades de Defesa Civil;

VIII. Propor à autoridade competente a declaração de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

IX. Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres.

IX. Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;

X. Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;

XI. Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;

XII. Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

XIII. Comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puser em perigo a população;

XIV. Implantar programas de treinamento para voluntariado;

XV. Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;

XVI. Estabelecer intercâmbio de ajuda com outros Municípios (comunidades irmanadas);

XVII. Promover mobilização comunitária visando a implantação

de Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC, nos bairros e distritos.

Art. 3º - A COMDEC tem a seguinte estrutura:

I. Coordenador ou Secretário-Executivo

II. Conselho Municipal

III. Setor Técnico

IV. Setor Operativo

Parágrafo Único - O Coordenador ou Secretário-Executivo e os dirigentes da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil serão designados pelo Prefeito Municipal mediante Portaria.

Art. 4º - Ao Coordenador ou Secretário-Executivo da COMDEC compete:

I. Convocar as reuniões da Coordenadoria;

II. Dirigir a entidade representando-a perante os órgãos governamentais e não-governamentais;

III. Propor ao Conselho Municipal o plano de trabalho da COMDEC;

IV. Participar das votações e declarar aprovadas as resoluções;

V. Resolver os casos omissos e praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da COMDEC;

VI. Propor aos demais membros, em reunião previamente marcada, os planos orçamentários, obras e serviços, bem como outras despesas, dentro da finalidade a que se propõe a COMDEC.

Parágrafo Único - O Coordenador ou Secretário-Executivo da COMDEC poderá delegar atribuições aos membros do Conselho, sempre que achar necessário ao bom cumprimento das finalidades da entidade, observado os termos legais.

Art. 5º - O Conselho Municipal poderá ser constituído de membros assim qualificados:

- Presidente: coordenador do COMDEC;

- Vice-Presidente: representante da Secretária Municipal de Obras;

- Representante da Câmara do Legislativo;

- Representante do Poder Judiciário;

- Representante da Secretária Municipal de Obras;

- Representante da Secretária Municipal da Agricultura e do Meio ambiente;

- Representante(s) de Sociedades Cívis Organizadas;

- Representante do Conselho Comunitário de Segurança;

- Representante(s) da Associação Comercial;

- Representante(s) de Entidades Sindicais dos Trabalhadores.

Parágrafo Único - Os integrantes do Conselho Municipal não receberão remuneração, salvo em viagem a serviço fora da Sede do Município restringindo-se às despesas de pousada, alimentação e transporte devidamente comprovadas.

Art. 6º - Ao Setor Técnico (ou Seção de Minimização de Desastres) compete:

I. Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;

II. Implantar programas de treinamento para voluntariado da COMDEC;

III. Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;

IV. Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

Art. 7º - Ao Setor Operativo (ou Seção de Operações) compete:

I. Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;

II. Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres.

Art. 8º - No exercício de suas atividades, poderá a COMDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que esta sujeita a população, em circunstâncias de desastres.

Art. 9 - Os recursos do Fundo Especial para a Defesa Civil Municipal poderão ser utilizados para as seguintes despesas:

a) diárias e transporte;

b) aquisição de material de consumo;

c) serviços de terceiros;

d) aquisição de bens de capital (equipamentos e instalações e material permanente); e
e) obras e reconstrução.

Art. 10 - A comprovação das despesas realizadas à conta do Fundo Especial será feita mediante os seguintes documentos

- a) Fatura e Nota Fiscal;
- b) Balancete evidenciando receita e despesa; e
- c) Nota de pagamento.

Art. 11 - A Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara poderá fazer constar dos currículos escolares da rede de ensino municipal, noções gerais sobre os procedimentos de Defesa Civil.

Art. 12 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de Novembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 316, de 25 de Novembro de 2013

Portaria nº 316, de 25 de Novembro de 2013.

Jucélio Kremer, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 6º da Lei nº 789 de 04 de Novembro de 2013, pela presente.

RESOLVE:

Art 1º - Nomear os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC :

Senhor (Gilson Peiter Testoni) Servidor Público e Coordenador de Fiscalização e Tributos, Coordenador.

Senhora (Charlene Aparecida Raquel Junkes) Servidora Pública e Assessora de Gabinete, representante do Setor Técnico.

Senhor (Tcharles Willian Veber) Servidor Público e Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, representante do Setor Operativo.

Art 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Registra-se, cumpra-se e publique-se.

São Pedro de Alcântara, 25 de Novembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT - Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN - Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL - Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI - Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Balanço Orçamentário

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.362.130,16	12.362.130,16	1.939.732,61	15,69	9.386.822,14	75,93	2.975.308,02
RECEITAS CORRENTES	11.562.130,16	11.562.130,16	1.937.500,61	16,76	9.384.590,14	81,17	2.177.540,02
RECEITA TRIBUTARIA	799.831,76	799.831,76	135.263,03	16,91	877.245,76	109,68	-77.414,00
IMPOSTOS	759.325,60	759.325,60	120.661,14	15,89	793.718,94	104,53	-34.393,34
TAXAS	40.506,16	40.506,16	14.601,89	36,05	83.526,82	206,21	-43.020,66
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	599.841,00	599.841,00	84.422,46	14,07	427.132,63	71,21	172.708,37
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	330.591,00	330.591,00	40.430,05	12,23	254.130,01	76,87	76.460,99
CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	269.250,00	269.250,00	43.992,41	16,34	173.002,62	64,25	96.247,38
RECEITA PATRIMONIAL	675.030,00	675.030,00	95.336,38	14,12	272.869,38	40,42	402.160,62
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	675.030,00	675.030,00	95.336,38	14,12	272.869,38	40,42	402.160,62
RECEITA DE SERVIÇOS	5.550,00	5.550,00	2.438,50	43,94	12.238,50	220,51	-6.688,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.460.570,40	8.460.570,40	1.568.433,51	18,54	7.616.395,26	90,02	844.175,14
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.307.800,40	8.307.800,40	1.538.838,88	18,52	7.498.327,57	90,26	809.472,83
Transf. de Conv.	152.770,00	152.770,00	29.594,63	19,37	118.067,69	77,28	34.702,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.021.307,00	1.021.307,00	51.606,73	5,05	178.708,61	17,50	842.598,39
Multas e Juros de Mora	577.480,00	577.480,00	263,21	0,05	1.901,11	0,33	575.578,89
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.264,00	7.264,00	10.413,76	143,36	14.275,99	196,53	-7.011,99
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	349.563,00	349.563,00	10.693,98	3,06	52.038,68	14,89	297.524,32
RECEITAS DIVERSAS	87.000,00	87.000,00	30.235,78	34,75	110.492,83	127,00	-23.492,83
RECEITAS DE CAPITAL	800.000,00	800.000,00	2.232,00	0,28	2.232,00	0,28	797.768,00
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	700.000,00	700.000,00	2.232,00	0,32	2.232,00	0,32	697.768,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	700.000,00	700.000,00	2.232,00	0,32	2.232,00	0,32	697.768,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	608.096,00	608.096,00	80.908,11	13,31	439.187,89	72,22	168.908,11
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	608.096,00	608.096,00	80.908,11	13,31	439.187,89	72,22	168.908,11
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	484.614,00	484.614,00	61.062,87	12,60	361.597,96	74,62	123.016,04
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	484.614,00	484.614,00	61.062,87	12,60	361.597,96	74,62	123.016,04
OUTRA RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIA	123.482,00	123.482,00	19.845,24	16,07	77.589,93	62,84	45.892,07
RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS P/ AMOR	123.482,00	123.482,00	19.845,24	16,07	77.589,93	62,84	45.892,07
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.970.226,16	12.970.226,16	2.020.640,72	15,58	9.826.010,03	75,76	3.144.216,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.970.226,16	12.970.226,16	2.020.640,72	15,58	9.826.010,03	75,76	3.144.216,13
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.970.226,16	12.970.226,16	2.020.640,72	15,58	9.826.010,03	75,76	3.144.216,13
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	337.421,17	—	—	211.486,34	—	—
Superávit Financeiro	—	337.421,17	—	—	211.486,34	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.420.856,16	1.513.117,65	13.933.973,81	1.428.468,88	8.259.450,41	1.710.801,01	7.533.627,48	54,07	6.400.346,33
DESPESAS CORRENTES	9.631.796,16	641.835,43	10.273.631,59	1.377.397,35	7.697.760,02	1.587.163,13	7.018.006,59	68,31	3.255.625,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.993.916,16	-126.474,11	4.867.442,05	849.587,14	4.175.369,56	851.005,11	4.172.600,56	85,72	694.841,49
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.627.880,00	768.309,54	5.396.189,54	527.810,21	3.522.390,46	736.158,02	2.845.406,03	52,73	2.550.783,51
DESPESAS DE CAPITAL	2.676.060,00	871.282,22	3.547.342,22	51.071,53	561.690,39	123.637,88	515.620,89	14,54	3.031.721,33
INVESTIMENTOS	2.520.060,00	871.282,22	3.391.342,22	24.440,80	468.143,39	97.007,15	422.073,89	12,45	2.969.268,33
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	156.000,00	0,00	156.000,00	26.630,73	93.547,00	26.630,73	93.547,00	59,97	62.453,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.000,00	0,00	98.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.000,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	549.370,00	-36.711,06	512.658,94	74.343,15	376.294,34	74.343,15	376.294,34	73,40	136.364,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	549.370,00	-36.711,06	512.658,94	74.343,15	376.294,34	74.343,15	376.294,34	73,40	136.364,60
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	12.970.226,16	1.476.406,59	14.446.632,75	1.502.812,03	8.635.744,75	1.785.144,16	7.909.921,82	54,75	6.536.710,93

Continua 2/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.970.226,16	1.476.406,59	14.446.632,75	1.502.812,03	8.635.744,75	1.785.144,16	7.909.921,82	54,75	6.536.710,93
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.916.088,21	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.970.226,16	1.476.406,59	14.446.632,75	1.502.812,03	8.635.744,75	1.785.144,16	9.826.010,03	54,75	6.536.710,93

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 695.030,42

FONTE:

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.420.856,16	13.933.973,81	1.428.468,88	8.259.450,41	1.710.801,01	7.533.627,48	95,24	54,07	6.400.346,33
Legislativa	380.000,00	380.000,00	66.252,62	350.082,31	68.852,62	346.912,31	4,39	91,29	33.087,69
Ação Legislativa	380.000,00	380.000,00	66.252,62	350.082,31	68.852,62	346.912,31	4,39	91,29	33.087,69
Administração	1.251.736,46	1.233.736,46	120.196,78	1.069.126,46	209.337,14	981.948,73	12,41	79,59	251.787,73
Administração Geral	1.251.736,46	1.233.736,46	120.196,78	1.069.126,46	209.337,14	981.948,73	12,41	79,59	251.787,73
Defesa Nacional	10.000,00	10.000,00	324,88	457,18	324,88	457,18	0,01	4,57	9.542,82
Defesa Civil	10.000,00	10.000,00	324,88	457,18	324,88	457,18	0,01	4,57	9.542,82
Segurança Pública	17.000,00	130.322,50	889,29	7.804,22	2.297,99	7.319,42	0,09	5,62	123.003,08
Policimento	0,00	108.322,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.322,50
Defesa Civil	17.000,00	22.000,00	889,29	7.804,22	2.297,99	7.319,42	0,09	33,27	14.680,58
Assistência Social	201.050,00	159.050,00	17.718,72	97.001,39	18.696,99	89.280,94	1,13	56,13	69.769,06
Assistência ao Idoso	18.500,00	26.500,00	3.702,08	10.764,06	2.217,27	9.203,25	0,12	34,73	17.296,75
Assistência à Criança e ao Adolescente	132.550,00	132.550,00	14.016,64	86.237,33	16.479,72	80.077,69	1,01	60,41	52.472,31
Assistência Comunitária	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	1.432.951,00	1.432.951,00	42.874,88	213.264,43	44.626,00	209.967,41	2,65	14,65	1.222.983,59
Previdência do Regime Estatutário	1.432.951,00	1.432.951,00	42.874,88	213.264,43	44.626,00	209.967,41	2,65	14,65	1.222.983,59
Saúde	2.275.877,84	2.567.224,19	317.625,05	1.811.126,42	347.822,17	1.645.360,41	20,80	64,09	921.863,78
Atenção Básica	2.275.877,84	2.567.224,19	317.625,05	1.811.126,42	347.822,17	1.645.360,41	20,80	64,09	921.863,78
Educação	2.571.990,86	2.781.904,12	410.036,02	2.451.372,40	507.801,70	2.303.788,99	29,13	82,81	478.115,13
Alimentação e Nutrição	75.620,00	79.373,93	21.864,69	74.368,34	18.948,82	70.893,84	0,90	89,32	8.480,09
Ensino Fundamental	1.700.370,86	1.733.473,86	255.086,26	1.541.066,84	315.340,46	1.448.587,32	18,31	83,57	284.886,54
Educação Infantil	781.000,00	954.056,33	132.747,92	827.107,07	171.195,27	777.787,68	9,83	81,52	176.268,65
Educação de Jovens e Adultos	15.000,00	15.000,00	337,15	8.830,15	2.317,15	6.520,15	0,08	43,47	8.479,85
Cultura	310.000,00	273.100,00	66.401,58	205.307,21	76.359,60	180.551,59	2,28	66,11	92.548,41
Difusão Cultural	310.000,00	273.100,00	66.401,58	205.307,21	76.359,60	180.551,59	2,28	66,11	92.548,41
Urbanismo	1.045.450,00	1.203.403,00	153.666,95	630.721,85	135.838,88	480.458,07	6,07	39,92	722.944,93
Infra-Estrutura Urbana	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Serviços Urbanos	795.450,00	953.403,00	153.666,95	630.721,85	135.838,88	480.458,07	6,07	50,39	472.944,93
Saneamento	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Saneamento Básico Urbano	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00

Continua 1/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.420.856,16	13.933.973,81	1.428.468,88	8.259.450,41	1.710.801,01	7.533.627,48	95,24	54,07	6.400.346,33
Gestão Ambiental	436.000,00	406.000,00	0,00	85.168,10	13.539,75	71.156,56	0,90	17,53	334.843,44
Preservação e Conservação Ambiental	436.000,00	406.000,00	0,00	85.168,10	13.539,75	71.156,56	0,90	17,53	334.843,44
Agricultura	271.000,00	496.000,00	32.969,21	196.558,26	48.622,20	184.267,47	2,33	37,15	311.732,53
Extensão Rural	271.000,00	496.000,00	32.969,21	196.558,26	48.622,20	184.267,47	2,33	37,15	311.732,53
Comércio e Serviços	75.000,00	25.797,00	2.500,00	4.726,10	0,00	2.226,10	0,03	8,63	23.570,90
Turismo	75.000,00	25.797,00	2.500,00	4.726,10	0,00	2.226,10	0,03	8,63	23.570,90
Transporte	1.467.800,00	2.239.855,54	137.792,49	795.392,29	134.495,24	702.000,72	8,87	31,34	1.537.854,82
Transporte Rodoviário	1.467.800,00	2.239.855,54	137.792,49	795.392,29	134.495,24	702.000,72	8,87	31,34	1.537.854,82
Desporto e Lazer	246.000,00	165.630,00	10.450,10	145.395,15	53.415,54	131.984,94	1,67	79,69	33.645,06
Desporto Comunitário	246.000,00	165.630,00	10.450,10	145.395,15	53.415,54	131.984,94	1,67	79,69	33.645,06
Encargos Especiais	296.000,00	296.000,00	48.770,31	195.946,64	48.770,31	195.946,64	2,48	66,20	100.053,36
Serviço da Dívida Interna	166.000,00	166.000,00	26.630,73	93.547,00	26.630,73	93.547,00	1,18	56,35	72.453,00
Outras Transferências	130.000,00	130.000,00	22.139,58	102.399,64	22.139,58	102.399,64	1,29	78,77	27.600,36
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.000,00	98.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.000,00
RESERVA DO RPPS	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	549.370,00	512.658,94	74.343,15	376.294,34	74.343,15	376.294,34	4,76	73,40	136.364,60
Administração	55.000,00	55.000,00	9.235,88	46.234,08	9.235,88	46.234,08	0,58	84,06	8.765,92
Administração Geral	55.000,00	55.000,00	9.235,88	46.234,08	9.235,88	46.234,08	0,58	84,06	8.765,92
Assistência Social	8.000,00	8.000,00	1.063,40	5.360,89	1.063,40	5.360,89	0,07	67,01	2.639,11
Assistência à Criança e ao Adolescente	8.000,00	8.000,00	1.063,40	5.360,89	1.063,40	5.360,89	0,07	67,01	2.639,11
Saúde	183.370,00	157.250,92	17.819,54	88.796,10	17.819,54	88.796,10	1,12	56,47	68.454,82
Atenção Básica	183.370,00	157.250,92	17.819,54	88.796,10	17.819,54	88.796,10	1,12	56,47	68.454,82
Educação	235.000,00	241.636,06	39.164,60	198.424,22	39.164,60	198.424,22	2,51	82,12	43.211,84
Ensino Fundamental	125.000,00	138.451,55	24.787,96	125.107,90	24.787,96	125.107,90	1,58	90,36	13.343,65
Educação Infantil	110.000,00	103.184,51	14.376,64	73.316,32	14.376,64	73.316,32	0,93	71,05	29.868,19
Cultura	4.000,00	900,00	0,00	591,27	0,00	591,27	0,01	65,70	308,73
Difusão Cultural	4.000,00	900,00	0,00	591,27	0,00	591,27	0,01	65,70	308,73
Urbanismo	25.000,00	16.250,00	2.531,87	11.834,28	2.531,87	11.834,28	0,15	72,83	4.415,72
Serviços Urbanos	25.000,00	16.250,00	2.531,87	11.834,28	2.531,87	11.834,28	0,15	72,83	4.415,72

Continua 2/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	549.370,00	512.658,94	74.343,15	376.294,34	74.343,15	376.294,34	4,76	73,40	136.364,60
Gestão Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Agricultura	14.000,00	14.000,00	2.029,08	10.431,54	2.029,08	10.431,54	0,13	74,51	3.568,46
Extensão Rural	14.000,00	14.000,00	2.029,08	10.431,54	2.029,08	10.431,54	0,13	74,51	3.568,46
Comércio e Serviços	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	17.000,00	14.621,96	2.498,78	14.621,96	2.498,78	14.621,96	0,18	100,00	0,00
Transporte Rodoviário	17.000,00	14.621,96	2.498,78	14.621,96	2.498,78	14.621,96	0,18	100,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	12.970.226,16	14.446.632,75	1.502.812,03	8.635.744,75	1.785.144,16	7.909.921,82	100,00	54,75	6.536.710,93

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 2.787/2013 de 20 de Novembro de 2013

DECRETO Nº 2.787/2013 de 20 de novembro de 2013
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.301.0016.2.046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

04.03.10.301.0017.2.051 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0064 - Auxílio-Alimentação R\$ 11.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.301.0016.2.046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 10.000,00

04.03.10.301.0017.2.051 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0064 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 11.000,00

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Auxílio-Alimentação R\$ 2.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 20 de novembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.788/2013 de 20 de Novembro de 2013

DECRETO Nº 2.788/2013 de 20 de novembro de 2013
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.301.0016.2.046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0064 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0064 R\$ 10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 20 de novembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.306/2013, de 25 de Novembro de 2013

PORTARIA Nº 5.306/2013, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013
NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora Fabieli Pilatti, Engenheira Civil, inscrita no CPF sob o nº044.593.891-66, CREA-SC nº.093.485-5-SC E o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários) para os serviços técnicos para elaboração de projeto de dois reservatórios de água com capacidade de 750,00m³ cada, para abastecimento público e casa de química a serem construídos ao lado da ETA da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, de acordo com as especificações pertinentes no Contrato nº. 254/2013 - PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 06/2013-PMS, Processo nº. 158/2013-PMS - empresa TECHCON ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.652.843/0001-26.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 25 de novembro de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Licitação Tomada de Preços Nº. 12/2013 - PMSMUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 12/2013 - PMS
PROCESSO LICITATORIO Nº. 227/2013-PMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de Empresa ou Pessoa Física especializada na prestação de serviços de Consultoria nas Áreas de Contabilidade Pública e Planejamento Governamental para a Prefeitura Municipal e seus Fundos, na sede do Município de Schroeder/SC para o exercício de 2014, conforme ANEXO VIII - TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de dezembro de 2013 às 14h

Abertura do Processo: 13 de dezembro de 2013 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47) 3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 27 de novembro de 2013.

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

Extrato Contrato Nº. 21/2013-FASMUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato Contrato nº. 21/2013-FAS

Dispensa nº. 12/2013-FAS

Processo nº. 21/2013-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: AGÊNCIA COSMOS DE VIAGENS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 76.366.673/0001-21, estabelecida na Rua Donald Gehring nº. 50, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-470.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de Passaporte para Parque Beto Carrero World para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Passaporte Parque Beto Carrero World 10 a 59 anos	16	Passaporte	75,00	1.200,00
02	Alimentação para pessoas com 10 a 59 anos	14	Alimentação	32,00	448,00

03	Passaporte Parque Beto Carrero World 4 a 9 anos	11	Passaporte	70,00	770,00
04	Alimentação parra pessoas com 4 a 9 anos	06	Alimentação	18,00	108,00
TOTAL R\$					2.526,00

Valor do contrato: R\$ 2.526,00 (dois mil quinhentos e vinte e seis reais)

Data da Assinatura: 26/11/2013 – Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal**Extrato de Contrato Nº. 137/2013-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 137/2013-FMS

Processo Licitatório nº. 102/2013-FMS - Dispensa nº. 55/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: EDUARDO DA SILVA HOCHMULLER, inscrito no CPF sob o nº. 662.952.110-20, portador da carteira de Identidade nº. 8044898842-SSP/RS, CRM nº 9260, residente a Rua Emilio Stein, nº 208, Centro, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: contratação de profissional médico especialista em ginecologia (atendimento de consultas médicas ginecológicas, e obstétricas incluindo alto risco) para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Serviço de profissional médico especialista em ginecologia (atendimento de consultas médicas ginecológicas, e obstétricas incluindo alto risco) para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social até a contratação de servidor efetivo.	30	Unidade	70,00	2.100,00
TOTAL R\$					2100,00

Valor do contrato: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

Data da Assinatura: 29/10/2013 – Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Dispensa 12/2013-FAS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 12/2013 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 21/2013
Data: 26/11/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: AGÊNCIA COSMOS DE VIAGENS LTDA.
Endereço: RUA DONALD GEHRING,50
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 76.366.673/0001-21

Código: 7578

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de Passaporte para Parque Beto Carrero World para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	16,00	Passaporte Parque Beto Carrero World 10 a 59 anos	PASS	75,00	1.200,00
2	14,00	Alimentação para pessoas com 10 a 59 anos	ALIM	32,00	448,00
3	11,00	Passaporte Parque Beto Carrero World 4 a 9 anos	PASS	70,00	770,00
4	6,00	Alimentação para pessoas com 4 a 9 anos	ALIM	18,00	108,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Conforme setor solicitante a proposta deste encerramento é o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e prevenir os padrões de violação de direitos. Para tanto a oferta por meio de programas, projetos e serviços socioassistenciais, ações tem o objetivo de promoção de condições para a prevenção da situação de vulnerabilidade social. Será um momento onde crianças/pais/técnicos poderão realizar atividades dinâmicas de grupo, conversas, reflexões referente o contexto familiar, a importância dos vínculos familiares em situações de vulnerabilidade, entre outras, além de proporcionar um momento de lazer a todas as crianças/adolescentes que participaram efetivamente das oficinas no decorrer do ano.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 26 de Novembro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 12/2013 - DL**

Processo Nr.: 21/2013
Data: 26/11/2013

Folha: 2/2

25/11/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 25 de Novembro de 2013

Valor da Despesa: 2.526,00 (dois mil quinhentos e vinte e seis reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Dispensa Nº 56/2013-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 56/2013 - DL**CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 103/2013
Data: 26/11/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS**Código:** 12603**Endereço:** R NOVE DE MARCO,638 -**Cidade:** JOINVILLE - SC**CNPJ:** 84.683.481/0001-77**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Aquisição de suplemento fornecido para a paciente através de Ação Civil Publica nº 026.13.004289-2 para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	10,00	Peptamen Lata com 430G	LATA	175,00	1.750,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

A paciente é portadora da síndrome de imobilidade CID -10 M62.3, desnutrição proteico - calórica CID-10 E46, má absorção intestinal CID -10 K90.9, sequela de acidente vascular encefálico CID -10 I69.4. Sujeito a multa diária de R\$ 300,00.

Schroeder, 26 de Novembro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 56/2013 - DL**

Processo Nr.: 103/2013
Data: 26/11/2013

Folha: 2/2

21/11/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 21 de Novembro de 2013

Valor da Despesa: 1.750,00 (um mil setecentos e cinquenta reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Ata de Registro de Preços Pregão Presencial Nº 90/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/3

MUNICIPIO DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2013****Número do Registro de Preços: 74/2013****Data do Registro: 25/11/2013****Válido até: 25/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de consumo para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secret

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Açúcar refinado especial, embalagem plastica 5kg.	PCT	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	DOCA SUCAR	0	10,2500	1
3	Água mineral sem gás embalagem tipo pet de 500ml, lacrados, dentro dos padrões estabelecidos pelo Ministerio da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com marca, procedência e validade mínima de 12 meses impressas no rotulo do produto.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	TIMBU	0	0,7800	1
4	Água saborizada de 500ml, levemente gaseificado, zero açúcar, fonte de vitaminas B3, B5 e B6, com suco natural de limão.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	H2O	0	2,9000	1
5	Café 100% puro extra forte, solúvel, granulado, sem glútem - embalagem 200gr em frasco de vidro com tampa de plastico.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	AMIGO	0	14,5000	1
6	Café tradicional torrado e moído, produto de 1º qualidade; não contém glutem e gordura saturada; embalagem aluminizada contendo 500gr á alto vácuo e caixa protetora da embalagem aluminizada; selo de pureza emitido pela Associação Brasileira da Industria do Café (ABIC)	PCT	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	OURO	0	7,9500	1
7	Filtro de papel para café nº. 102 - embalagem com 40un	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	PILÃO	0	2,9500	1
8	Filtro de papel para café nº. 103 - embalagem com 40un	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	PILÃO	0	2,9700	1
9	Fornecimento de água mineral potável sem gás envasada em garrafão de policarbonato de 20 litros, lacrados, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto,	GL	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	JULI	0	8,5000	1
10	Garrafa Térmica 1,8 Litros - Preta	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INVICTA	0	59,0200	1
11	Garrafa Térmica 1 Litros - Preta	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	SOPRANO	0	23,4000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2013**Número do Registro de Preços: 74/2013****Data do Registro: 25/11/2013****Válido até: 25/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de consumo para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secret

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Leite UHT integral tipo longa vida de 1lt - embalagem tetra pak.	LT	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	PIRACANJUB,	0	2,8000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2013**Número do Registro de Preços: 74/2013****Data do Registro: 25/11/2013****Válido até: 25/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de consumo para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secret

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2013****PROCESSO Nº 197/2013**

(12273) - SUPERMERCADO FRONTAL LTDA

Schroeder, 25 de Novembro de 2013.

Extrato do Contrato Nº. 257/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 257/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 203/2013-PMS - Pregão Presencial nº. 93/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: C.R ABREU PROJETOS E SERVIÇOS ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.948.965/0001-03, estabelecida na Rua Alferes Poli, nº 3656, Parolin na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80220-051.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada em serviços lixação, pintura e colocação de rodapé de madeira na quadra do Ginásio Municipal Alfredo Pasold da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Realizar serviço de lixação mecânica leve no piso de madeira da quadra, com lixa para madeira grão 220, para remoção das tintas e vernizes existentes (quantidade 648m ²); Colocação de rodapé de madeira cedrinho nas dimensões 8cm x 8 cm x 45°, ai redor da quadra (quantidade 108m); Demarcação e pintura na quadra das modalidades oficiais: voleibol, futsal, handebol (cor branca), e basquetebol (cor vermelha), bem como pintura do brasão do município no centro da quadra com as cores oficiais do brasão; Pintura do assoalho da quadra com 3 demão, sendo uma demão para fundo e duas demãos para acabamento com verniz incolor, conforme descrição dos produtos abaixo (quantidade 648m ²).	01	Unid.	25.100,00	25.100,00
TOTAL R\$					25.100,00

Valor do contrato: R\$ 25.100,00 (Vinte e cinco mil e cem reais).

Data da Assinatura: 26/11/2013 – Vigência: 26/11/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 256/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 256/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 204/2013-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 94/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: SUPERMERCADO FRONTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.815.219/0001-40, estabelecida na Avenida Prefeito Waldemir Grubba, nº 3051, Vila Lalau, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89256-500.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de consumo para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Açúcar refinado especial, embalagem plastica 5kg.	100	Unidade	10,25	1.025,00
03	Água mineral sem gás embalagem tipo pet de 500ml, lacrados, dentro dos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com marca, procedência e validade mínima de 12 meses impressas no rotulo do produto.	350	Unidade	0,78	273,00
04	Água saborizada de 500ml, levemente gaseificado, zero açúcar, fonte de vitaminas B3, B5 e B6, com suco natural de limão.	100	Unidade	2,90	290,00
05	Café 100% puro extra forte, solúvel, granulado, sem glútem - embalagem 200gr em frasco de vidro com tampa de plastico.	80	Unidade	14,50	1.160,00
06	Café tradicional torrado e moído, produto de 1º qualidade; não contém glutem e gordura saturada; embalagem aluminizada contendo 500gr à alto vácuo e caixa protetora da embalagem aluminizada; selo de pureza emitido pela Associação Brasileira da Industria do Café (ABIC)	200	Unidade	7,95	1.590,00
07	Filtro de papel para café nº. 102 - embalagem com 40un	15	Unidade	2,95	44,25
08	Filtro de papel para café nº. 103 - embalagem com 40un	100	Unidade	2,97	297,00
09	Fornecimento de água mineral potável sem gás envasada em garrafão de policarbonato de 20 litros, lacrados, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPMP e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto,	400	Unidade	8,50	3.400,00
10	Garrafa Térmica 1,8 Litros - Preta	10	Unidade	59,02	590,20
11	Garrafa Térmica 1 Litros - Preta	10	Unidade	23,40	234,00
12	Leite UHT integral tipo longa vida de 1lt - embalagem tetra pak.	350	Unidade	2,80	980,00
TOTAL R\$					9.883,45

Valor do contrato: R\$ 9.883,45 (nove mil, oitocentos e oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos).

Data da Assinatura: 25/11/2013 – Vigência: 25/11/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Decisão de Penalidade - Borsato Gomes e Cia Ltda - Me

DECISÃO DE PENALIDADE
À BORSATO GOMES E CIA LTDA - ME
CNPJ: 13.324.237/0001-70

Conforme apurado pelo setor, notifica-se à empresa Borsato Gomes e CIA LTDA, referente à ineficácia do produto "Larvicida BT-Horus", adquirido através do Processo Licitatório nº 11/2013- PMS, Pregão Registro de Preço nº 06/2013- PMS, da Rescisão Imediata do Contrato nº 12/2013- PMS.

Corroborar neste entendimento o Relatório Técnico nº 11/2013, emitido pelo Instituto de Biologia da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), constatando que o produto não atende a finalidade que se propõe.

Neste sentido, o art. 78, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 assim prevê:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:
I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

Assim, também é cabível a penalidade de multa, a qual será de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, qual seja R\$ 7.920,00 (sete mil e novecentos e vinte reais), cujo fundamento se encontra no artigo 7º da Lei 10.520/02, cumulada com o disposto no artigo 87 da Lei 8.666/93 e Parágrafo 4º da Cláusula Sétima do Contrato nº 12/2013 que assim dispõe:

Parágrafo Quarto - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

E cumulativamente, impedimento de 01 (um) ano, de contratar com o Município de Schroeder, conforme artigo 87 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[]
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

[]

Desta forma, restará rescindido de imediato o presente Contrato na forma do artigo 78 da Lei 8.666/93 e da Cláusula Nona do Contrato supracitado, bem como a aplicação das sanções ora expostas, e querendo fica desde já intimado para apresentar recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis nos termos do artigo 109 da supracitada lei.

Atenciosamente,

Schroeder, 26 de novembro de 2013.

VALDEMAR DOS SANTOS

Diretor de Saneamento e Gestão Ambiental

Serra Alta

PREFEITURA

Extrato Contratual Nº 114/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2013

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 114/2013

Contratante MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada: RONEI DALL AGNOL ME.

Objeto A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 05, 06 e 08, referente a Aquisição de Troféus para premiação dos diversos campeonatos esportivos promovidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com o Contrato de apoio financeiro nº 2013TR0002639, celebrado entre o Estado de SC, por meio da SDR de Maravilha (vinculado ao Projeto SDR 02 0948/2013 FUNDESPORTE) e o Município de Serra Alta, com observância nas descrições e características, conforme especificações constantes no Anexo D do Edital em epígrafe;

Valor : Pelo fornecimento dos troféus previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 9.080,00 (Nove mil e oitenta reais).

Vigência 27/11/2013 á 17/12/2013.

Dotação As despesas decorrentes do fornecimento dos troféus, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): Projeto Atividade: 2.600 - Apoio ao Esporte Amador - Despesa 68 - 33.90.00 DR 0001 - Despesa 152 - 33.90.00 DR 0012.

SERRA ALTA, 27 de novembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Extrato Contratual Nº 115/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2013

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 115/2013

Contratante MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada PIRÂMIDE COMÉRCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA ME.

Objeto A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 01, 02, 03, 04 e 07, referente a Aquisição de Troféus e Medalhas para premiação dos diversos campeonatos esportivos promovidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, bem como a contratação de serviços de sonorizações para a realização dos referidos eventos, de acordo com o Contrato de apoio financeiro nº 2013TR0002639, celebrado entre o Estado de SC, por meio da SDR de Maravilha ((vinculado ao Projeto SDR 02 0948/2013 FUNDESPORTE) e o Município de Serra Alta, com observância nas descrições e características, conforme especificações constantes no Anexo D do Edital em epígrafe;

Valor : Pelo fornecimento dos troféus e medalhas previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 6.444,50 (Seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Vigência 27/11/2013 á 17/12/2013.

Dotação As despesas decorrentes do fornecimento dos troféus e medalhas, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): Projeto Atividade: 2.600 - Apoio ao Esporte Amador - Despesa 68 - 33.90.00 DR 0001 - Despesa 152 - 33.90.00 DR 0012.

SERRA ALTA, 27 de novembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Edital

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

CONCURSO ESCOLHA DA RAINHA DO MUNICÍPIO

EXTRATO DE EDITAL CONCURSO ESCOLHA DA RAINHA

REALIZAÇÃO: GOVERNO MUNICIPAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA TORNA PÚBLICO que realizará CONCURSO PARA A ESCOLHA DA RAINHA DO MUNICÍPIO. INSCRIÇÕES deverão ser realizadas na sala da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, anexa à prefeitura, na Av. Dom Pedro II nº 830 Centro, Serra Alta/SC. De 02 a 20 de dezembro das 09h00min às 11h00min e das 14h00min as 16h00min, com exceção do final de semana.

. Maiores informações e Edital na íntegra poderão ser obtidos no site www.serraalta.sc.gov.br, a partir da data de abertura das inscrições.

Serra Alta, 25 de novembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal.



Siderópolis

PREFEITURA

Lei de Responsabilidade Fiscal - Relatório de Execução Orçamentária 5º Bimestre

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.155.000,00	34.155.000,00	4.058.986,78	11,88	20.436.487,70	59,83	13.718.512,30
RECEITAS CORRENTES	32.620.000,00	32.620.000,00	3.784.249,26	11,60	18.944.113,31	58,08	13.675.886,69
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.410.000,00	3.410.000,00	404.956,79	11,88	2.179.128,72	63,90	1.230.871,28
IMPOSTOS	2.200.000,00	2.200.000,00	373.681,71	16,99	1.501.084,79	68,23	698.915,21
TAXAS	1.110.000,00	1.110.000,00	31.275,08	2,82	678.043,93	61,09	431.956,07
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	280.000,00	280.000,00	33.001,40	11,79	177.754,66	63,48	102.245,34
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	280.000,00	280.000,00	33.001,40	11,79	177.754,66	63,48	102.245,34
RECEITA PATRIMONIAL	238.500,00	238.500,00	27.811,51	11,66	123.312,08	51,70	115.187,92
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	27.811,51	0,00	123.312,08	0,00	-123.312,08
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	238.500,00	238.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	238.500,00
RECEITA DE SERVIÇOS	100.000,00	100.000,00	6.437,50	6,44	30.719,01	30,72	69.280,99
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.880.000,00	27.880.000,00	3.230.366,44	11,59	15.753.471,81	56,50	12.126.528,19
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	27.370.000,00	27.370.000,00	3.201.361,91	11,70	15.613.266,19	57,05	11.756.733,81
Transf. de Conv.	510.000,00	510.000,00	29.004,53	5,69	140.205,62	27,49	369.794,38
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	711.500,00	711.500,00	81.675,62	11,48	679.727,03	95,53	31.772,97
Multas e Juros de Mora	155.000,00	155.000,00	8.964,78	5,78	32.458,10	20,94	122.541,90
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	370,13	0,00	-370,13
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	120.000,00	120.000,00	3.128,47	2,61	23.966,03	19,97	96.033,97
RECEITAS DIVERSAS	436.500,00	436.500,00	69.582,37	15,94	622.932,77	142,71	-186.432,77
RECEITAS DE CAPITAL	1.535.000,00	1.535.000,00	274.737,52	17,90	1.492.374,39	97,22	42.625,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	750.000,00	750.000,00	53.493,06	7,13	565.672,28	75,42	184.327,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	750.000,00	750.000,00	53.493,06	7,13	565.672,28	75,42	184.327,72
ALIENAÇÃO DE BENS	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	645.000,00	645.000,00	221.244,46	34,30	926.702,11	143,67	-281.702,11
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	645.000,00	645.000,00	221.244,46	34,30	926.702,11	143,67	-281.702,11
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	34.155.000,00	34.155.000,00	4.058.986,78	11,88	20.436.487,70	59,83	13.718.512,30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	34.155.000,00	34.155.000,00	4.058.986,78	11,88	20.436.487,70	59,83	13.718.512,30
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	34.155.000,00	34.155.000,00	4.058.986,78	11,88	20.436.487,70	59,83	13.718.512,30
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	361.000,00	—	—	300.499,21	—	—
Superávit Financeiro	—	361.000,00	—	—	300.499,21	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	34.155.000,00	2.014.050,00	36.169.050,00	3.385.359,11	23.385.410,65	4.334.728,38	20.391.384,15	56,38	15.777.665,85
DESPESAS CORRENTES	30.030.000,00	-199.480,05	29.830.519,95	3.258.775,82	20.197.284,23	3.865.517,79	17.922.788,27	60,08	11.907.731,68
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.635.000,00	-689.762,81	16.945.237,19	2.250.640,76	11.949.384,74	2.244.053,63	11.909.792,01	70,28	5.035.445,18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	0,00	300.000,00	6.998,31	187.081,09	38.180,45	155.352,12	51,78	144.647,88
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.095.000,00	490.282,76	12.585.282,76	1.001.136,75	8.060.818,40	1.583.283,71	5.857.644,14	46,54	6.727.638,62
DESPESAS DE CAPITAL	4.075.000,00	2.213.530,05	6.288.530,05	126.583,29	3.188.126,42	469.210,59	2.468.595,88	39,26	3.819.934,17
INVESTIMENTOS	3.175.000,00	2.213.530,05	5.388.530,05	46.353,05	2.470.776,57	304.816,50	1.839.682,16	34,14	3.548.847,89
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	900.000,00	0,00	900.000,00	80.230,24	717.349,85	164.394,09	628.913,72	69,88	271.086,28
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	34.155.000,00	2.014.050,00	36.169.050,00	3.385.359,11	23.385.410,65	4.334.728,38	20.391.384,15	56,38	15.777.665,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	34.155.000,00	2.014.050,00	36.169.050,00	3.385.359,11	23.385.410,65	4.334.728,38	20.391.384,15	56,38	15.777.665,85
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	45.103,55	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	34.155.000,00	2.014.050,00	36.169.050,00	3.385.359,11	23.385.410,65	4.334.728,38	20.436.487,70	56,38	15.777.665,85

FONTE:

SIDEROPOLIS, 11/11/2013

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

WILSON SCAINI
SECRETARIO DE FINANÇAS

MOISES DE MATTIA
CONTADOR CRC 036331/O-9

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.405.000,00	2.405.000,00	1.535.854,75	63,86
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	360.000,00	360.000,00	252.924,52	70,26
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	331.036,85	165,52
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.090.000,00	1.090.000,00	640.797,08	58,79
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	550.000,00	550.000,00	276.326,34	50,24
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	55.000,00	55.000,00	10.803,93	19,64
Dívida Ativa dos Impostos	110.000,00	110.000,00	23.966,03	21,79
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	18.770.000,00	18.770.000,00	13.268.736,22	70,69
Cota-Parte FPM	8.500.000,00	8.500.000,00	5.704.763,97	67,11
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	11.658,74	116,59
Cota-Parte IPVA	1.700.000,00	1.700.000,00	1.306.342,09	76,84
Cota-Parte ICMS	8.300.000,00	8.300.000,00	6.125.049,40	73,80
Cota-Parte IPI-Exportação	180.000,00	180.000,00	91.765,13	50,98
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	80.000,00	80.000,00	29.156,89	36,45
Desoneração ICMS (LC 87/96)	80.000,00	80.000,00	29.156,89	36,45
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	21.175.000,00	21.175.000,00	14.804.590,97	69,92

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.795.000,00	2.795.000,00	1.990.872,22	71,23
Provenientes da União	2.165.000,00	2.165.000,00	1.453.983,14	67,16
Provenientes dos Estados	630.000,00	630.000,00	536.889,08	85,22
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.795.000,00	2.795.000,00	1.990.872,22	71,23

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	8.460.000,00	8.796.048,95	5.736.555,55	65,22	5.306.834,43	60,33
Pessoal e Encargos Sociais	5.810.000,00	5.904.237,19	4.200.904,10	71,15	4.200.904,10	71,15
Outras Despesas Correntes	2.650.000,00	2.891.811,76	1.535.651,45	53,10	1.105.930,33	38,24
DESPESAS DE CAPITAL	320.000,00	418.951,05	221.357,59	52,84	218.360,44	52,12
Investimentos	320.000,00	418.951,05	221.357,59	52,84	218.360,44	52,12

Continua 1/4

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	320.000,00	418.951,05	221.357,59	52,84	218.360,44	52,12
Investimentos	320.000,00	418.951,05	221.357,59	52,84	218.360,44	52,12
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	8.780.000,00	9.215.000,00	5.957.913,14	64,65	5.525.194,87	59,96
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.695.000,00	3.230.000,00	2.530.695,54	42,48	2.169.360,46	39,26
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.695.000,00	3.230.000,00	2.530.695,54	42,48	2.169.360,46	39,26
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.695.000,00	3.230.000,00	2.530.695,54	42,48	2.169.360,46	39,26
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	6.085.000,00	5.985.000,00	3.427.217,60	22,18	3.355.834,41	20,70
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}						22,67
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						1.135.145,76

Continua 2/4

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	8.740.000,00	9.151.000,00	5.907.370,00	99,15	5.476.142,73	99,11
Vigilância Epidemiológica	40.000,00	64.000,00	50.543,14	0,85	49.052,14	0,89
TOTAL	8.780.000,00	9.215.000,00	5.957.913,14	100,00	5.525.194,87	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

SIDEROPOLIS, 11/11/2013

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

WILSON SCAINI
SECRETARIO DE FINANÇAS

MOISES DE MATTIA
CONTADOR CRC 036331/O-9

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.155.000,00	36.169.050,00	3.385.359,11	23.385.410,65	4.334.728,38	20.391.384,15	100,00	56,38	15.777.665,85
Legislativa	930.000,00	1.200.000,00	158.442,58	837.748,06	166.028,94	821.276,85	4,03	68,44	378.723,15
Administração Geral	930.000,00	1.200.000,00	158.442,58	837.748,06	166.028,94	821.276,85	4,03	68,44	378.723,15
Judiciária	750.000,00	825.000,00	96.522,79	484.455,24	97.283,75	472.482,81	2,32	57,27	352.517,19
Administração Geral	750.000,00	825.000,00	96.522,79	484.455,24	97.283,75	472.482,81	2,32	57,27	352.517,19
Administração	4.850.000,00	3.865.000,00	392.772,55	2.774.115,66	382.664,71	2.511.134,78	12,31	64,97	1.353.865,22
Administração Geral	3.600.000,00	2.815.000,00	306.134,87	2.111.193,94	264.764,30	1.913.631,46	9,38	67,98	901.368,54
Administração Financeira	1.250.000,00	1.050.000,00	86.637,68	662.921,72	117.900,41	597.503,32	2,93	56,91	452.496,68
Segurança Pública	78.000,00	78.000,00	6.743,49	28.562,31	6.743,49	28.262,31	0,14	36,23	49.737,69
Policiamento	78.000,00	78.000,00	6.743,49	28.562,31	6.743,49	28.262,31	0,14	36,23	49.737,69
ASSISTENCIA SOCIAL	1.370.000,00	1.453.000,00	139.979,87	548.658,35	154.547,78	514.428,86	2,52	35,40	938.571,14
Assistência à Criança e ao Adolescente	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Assistência Comunitária	1.290.000,00	1.373.000,00	139.979,87	548.658,35	154.547,78	514.428,86	2,52	37,47	858.571,14
Saúde	8.800.000,00	9.225.000,00	914.159,50	5.957.913,14	1.041.813,49	5.525.194,87	27,10	59,89	3.699.805,13
Atenção Básica	8.760.000,00	9.161.000,00	917.693,07	5.907.370,00	1.035.657,82	5.476.142,73	26,86	59,78	3.684.857,27
Vigilância Epidemiológica	40.000,00	64.000,00	-3.533,57	50.543,14	6.155,67	49.052,14	0,24	76,64	14.947,86
Educação	7.600.000,00	7.784.500,00	893.475,60	5.329.773,21	1.036.129,45	4.715.221,25	23,12	60,57	3.069.278,75
Alimentação e Nutrição	407.000,00	427.500,00	125.656,70	361.316,70	60.503,18	215.994,38	1,06	50,53	211.505,62
Ensino Fundamental	6.385.000,00	6.209.000,00	623.161,88	4.403.000,81	821.544,74	3.949.827,39	19,37	63,61	2.259.172,61
Ensino Profissional	80.000,00	30.000,00	2.800,00	2.950,00	2.800,00	2.950,00	0,01	9,83	27.050,00
Ensino Superior	20.000,00	12.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.800,00
Educação Infantil	690.000,00	1.080.000,00	135.557,02	543.605,70	144.981,53	527.549,48	2,59	48,85	552.450,52
Educação Especial	18.000,00	25.200,00	6.300,00	18.900,00	6.300,00	18.900,00	0,09	75,00	6.300,00
CULTURA	400.000,00	400.000,00	5.352,67	44.739,64	6.327,67	39.880,64	0,20	9,97	360.119,36
Difusão Cultural	400.000,00	400.000,00	5.352,67	44.739,64	6.327,67	39.880,64	0,20	9,97	360.119,36
Urbanismo	963.000,00	963.000,00	58.778,80	502.604,83	109.482,92	446.419,31	2,19	46,36	516.580,69
Serviços Urbanos	963.000,00	963.000,00	58.778,80	502.604,83	109.482,92	446.419,31	2,19	46,36	516.580,69
Habituação	85.000,00	85.000,00	0,00	1.911,04	162,00	1.425,04	0,01	1,68	83.574,96
Habituação Urbana	85.000,00	85.000,00	0,00	1.911,04	162,00	1.425,04	0,01	1,68	83.574,96
Saneamento	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Saneamento Básico Urbano	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00

Continua 1/2

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.155.000,00	36.169.050,00	3.385.359,11	23.385.410,65	4.334.728,38	20.391.384,15	100,00	56,38	15.777.665,85
Gestão Ambiental	590.000,00	590.000,00	189,62	442.142,66	74.890,46	344.433,11	1,69	58,38	245.566,89
Preservação e Conservação Ambiental	590.000,00	590.000,00	189,62	442.142,66	74.890,46	344.433,11	1,69	58,38	245.566,89
Agricultura	840.000,00	1.673.750,00	121.220,73	1.029.252,24	97.711,60	941.791,35	4,62	56,27	731.958,65
Promoção da Produção Vegetal	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Extensão Rural	780.000,00	1.613.750,00	121.220,73	1.029.252,24	97.711,60	941.791,35	4,62	58,36	671.958,65
Comércio e Serviços	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
Comercialização	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Turismo	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Transporte	5.034.000,00	6.161.800,00	446.458,30	4.189.520,88	870.342,21	2.969.234,69	14,56	48,19	3.192.565,31
Infra-Estrutura Urbana	120.000,00	120.000,00	0,00	4.394,13	0,00	4.394,13	0,02	3,66	115.605,87
Transporte Rodoviário	4.914.000,00	6.041.800,00	446.458,30	4.185.126,75	870.342,21	2.964.840,56	14,54	49,07	3.076.959,44
Desporto e Lazer	420.000,00	420.000,00	64.034,06	309.582,45	88.025,37	275.932,44	1,35	65,70	144.067,56
Desporto Comunitário	420.000,00	420.000,00	64.034,06	309.582,45	88.025,37	275.932,44	1,35	65,70	144.067,56
Encargos Especiais	1.200.000,00	1.200.000,00	87.228,55	904.430,94	202.574,54	784.265,84	3,85	65,36	415.734,16
Serviço da Dívida Interna	1.200.000,00	1.200.000,00	87.228,55	904.430,94	202.574,54	784.265,84	3,85	65,36	415.734,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	34.155.000,00	36.169.050,00	3.385.359,11	23.385.410,65	4.334.728,38	20.391.384,15	100,00	56,38	15.777.665,85

FONTE:

SIDEROPOLIS, 11/11/2013

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

WILSON SCAINI
SECRETARIO DE FINANÇAS

MOISES DE MATTIA
CONTADOR CRC 036331/O-9

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2012 A OUTUBRO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.204.993,33	2.529.503,10	1.895.636,00	2.178.780,42	2.009.250,98	2.044.141,60	2.757.721,72	2.012.617,98	2.343.566,97	2.044.691,24	2.213.716,15	2.076.287,50	26.310.906,99	36.384.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	264.289,50	124.266,06	118.601,39	130.494,23	304.520,51	136.338,49	610.815,80	131.900,34	189.090,46	152.410,71	250.741,07	154.323,13	2.567.791,69	3.420.000,00
I.R.T.U.	3.694,67	2.240,59	14,50	412,89	562,37	10.542,69	182.210,61	17.842,39	17.592,15	13.101,76	1.889,31	8.863,26	258.967,19	370.000,00
I.R.R.F.	153.412,19	5.051,33	12.607,99	12.006,29	244,71	0,00	90.654,72	0,00	54.262,76	10.251,75	65.734,86	30.563,26	434.789,86	550.000,00
I.S.S.	75.877,23	78.738,54	50.162,81	47.799,42	51.124,33	59.105,26	100.310,97	64.711,46	58.794,73	63.221,58	68.310,40	77.256,12	795.412,85	1.090.000,00
I.T.B.I.	28.163,60	27.027,78	47.050,14	18.014,27	29.419,90	31.990,06	29.225,71	14.240,42	9.053,03	30.871,41	98.196,20	22.975,71	386.228,23	200.000,00
Outras Receitas Tributárias	3.141,81	11.207,82	8.765,95	52.261,36	223.169,20	34.700,48	208.413,79	35.106,07	49.387,79	34.964,21	16.610,30	14.664,78	692.393,56	1.210.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	17.147,35	3.488,86	21.510,78	17.764,38	15.536,87	26.077,93	15.876,12	17.326,27	13.733,13	16.927,78	16.218,27	16.783,13	198.390,87	280.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	9.978,73	13.906,56	9.761,21	7.818,85	10.442,19	12.184,72	12.504,11	12.700,94	17.490,09	14.198,20	10.264,51	17.547,00	148.797,11	238.500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	179.958,63	5.124,92	4.399,93	3.385,81	2.485,00	3.155,97	832,50	2.165,00	2.732,38	4.560,00	1.877,50	210.677,64	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.870.642,67	2.200.766,52	1.733.508,87	2.008.900,07	1.659.169,82	1.841.339,67	2.064.166,47	1.828.340,18	1.684.484,71	1.828.138,70	1.891.512,01	1.844.501,41	22.455,471,10	31.634.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	587.502,49	955.053,74	612.703,20	823.749,65	474.418,61	509.040,49	731.421,98	610.219,91	434.554,46	568.173,01	470.237,72	470.244,94	7.247.320,20	8.500.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	666.228,10	672.868,66	690.935,10	561.769,13	555.984,37	639.536,30	634.963,29	594.750,31	590.360,51	619.209,79	657.879,43	639.671,17	7.464.146,16	8.300.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	69.977,61	38.271,79	66.809,08	103.867,04	110.059,82	179.598,38	158.574,58	151.241,30	145.087,74	122.296,95	138.608,90	130.198,30	1.414.591,49	1.700.000,00
Cota-Parte do ITR	146,48	454,88	430,19	94,41	442,42	155,46	90,52	41,85	214,28	59,54	3.049,02	7.081,05	12.260,10	10.000,00
Outras Transferências Correntes	321.754,02	320.939,44	171.255,08	278.724,39	306.429,21	266.152,59	275.755,18	232.546,05	282.155,86	268.194,90	370.546,87	352.236,59	3.436.690,18	9.664.000,00
Transferências da LC 61/1989	10.102,36	11.600,00	11.089,38	8.514,76	7.516,70	6.892,39	9.268,16	9.653,04	9.508,50	10.174,14	9.254,72	9.893,34	11.346,74	180.000,00
Transferências da LC 87/1996	3.109,15	3.109,15	0,00	0,00	0,00	11.662,75	2.915,69	2.915,69	2.915,69	2.915,69	2.915,69	2.915,69	35.375,19	80.000,00
Transferências do FUNDEB	211.822,46	198.468,86	240.286,84	232.180,69	204.318,69	238.301,31	251.177,07	226.972,03	219.697,67	237.114,68	239.019,66	232.260,33	2.731.620,29	3.200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	42.935,08	7.116,47	7.128,83	9.402,96	16.195,78	25.715,79	51.203,25	21.517,75	436.603,58	30.283,47	40.420,29	41.255,33	729.778,58	711.500,00
DEDUÇÕES (II)	265.239,75	276.001,40	262.226,25	298.557,57	219.631,86	268.231,28	305.833,39	272.320,58	234.991,39	263.150,80	254.969,75	250.677,23	3.171.831,25	3.754.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	265.239,75	276.001,40	262.226,25	298.557,57	219.631,86	268.231,28	305.833,39	272.320,58	234.991,39	263.150,80	254.969,75	250.677,23	3.171.831,25	3.754.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.939.753,58	2.253.501,70	1.633.409,75	1.880.222,85	1.789.619,12	1.775.910,32	2.451.888,33	1.740.297,40	2.108.575,58	1.781.540,44	1.958.746,40	1.825.610,27	23.139.075,74	32.630.000,00

FONTE:

SIDEROPOLIS, 11/11/2013

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPALWILSON SCAINI
SECRETARIO DE FINANÇASMOISES DE MATTIA
CONTADOR CRC 096331/O-9

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.395.000,00	2.395.000,00	380.162,64	1.535.854,75	64,13
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	530.000,00	530.000,00	17.087,92	287.310,36	54,21
1.1.1- IPTU	370.000,00	370.000,00	10.752,57	253.031,93	68,39
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	50.000,00	50.000,00	3.314,29	10.419,81	20,84
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	3.128,47	23.966,03	23,97
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(10.000,00)	(10.000,00)	(107,41)	(107,41)	1,07
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	121.171,91	331.036,85	165,52
1.2.1- ITBI	200.000,00	200.000,00	124.844,99	334.709,93	167,35
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(3.673,08)	(3.673,08)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.115.000,00	1.115.000,00	145.604,69	641.181,20	57,51
1.3.1- ISS	1.100.000,00	1.100.000,00	145.636,99	640.867,55	58,26
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.000,00	5.000,00	38,17	384,12	7,68
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(10.000,00)	(10.000,00)	(70,47)	(70,47)	0,70
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	550.000,00	550.000,00	96.298,12	276.326,34	50,24
1.4.1- IRRF	550.000,00	550.000,00	96.298,12	276.326,34	50,24
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	18.770.000,00	18.770.000,00	2.541.949,97	13.268.736,22	70,69
2.1- Cota-Parte FPM	8.500.000,00	8.500.000,00	940.482,66	5.704.763,97	67,11
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.500.000,00	8.500.000,00	940.482,66	5.704.763,97	67,11
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.300.000,00	8.300.000,00	1.297.550,60	6.125.049,40	73,80
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	80.000,00	80.000,00	5.831,38	29.156,89	36,45
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	180.000,00	180.000,00	19.148,06	91.765,13	50,98
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	10.130,07	11.658,74	116,59
2.6- Cota-Parte IPVA	1.700.000,00	1.700.000,00	268.807,20	1.306.342,09	76,84
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	21.165.000,00	21.165.000,00	2.922.112,61	14.804.590,97	69,95

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	416.000,00	416.000,00	60.078,13	289.792,29	69,66
5.1- Transferências do Salário-Educação	320.000,00	320.000,00	49.788,32	253.089,37	79,09
5.2- Outras Transferências do FNDE	90.000,00	90.000,00	9.764,42	34.175,47	37,97
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	6.000,00	6.000,00	525,39	2.527,45	42,12
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	260.000,00	260.000,00	24.874,44	99.497,78	38,27
6.1- Transferências de Convênios	260.000,00	260.000,00	24.874,44	99.497,78	38,27
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.693.000,00	5.693.000,00	191.373,02	253.526,00	4,45
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	6.369.000,00	6.369.000,00	276.325,59	642.816,07	10,09

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.754.000,00	3.754.000,00	505.646,98	2.630.590,10	70,07
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.700.000,00	1.700.000,00	188.096,49	1.140.866,80	67,11
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.660.000,00	1.660.000,00	256.554,81	1.201.686,99	72,39
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	16.000,00	16.000,00	1.166,26	5.831,33	36,45
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	36.000,00	36.000,00	3.829,60	18.352,94	50,98
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	2.025,99	2.331,66	116,58
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	340.000,00	340.000,00	53.973,83	261.520,38	76,92
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.220.000,00	3.220.000,00	471.797,01	2.324.037,86	72,18
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.200.000,00	3.200.000,00	471.279,99	2.321.328,97	72,54
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	20.000,00	20.000,00	517,02	2.708,89	13,54
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-554.000,00	-554.000,00	-34.366,99	-309.261,13	55,82

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.610.000,00	2.410.000,00	427.045,69	1.964.798,61	81,53
13.1- Com Educação Infantil	200.000,00	530.000,00	132.673,72	392.767,15	74,11
13.2- Com Ensino Fundamental	2.410.000,00	1.880.000,00	294.371,97	1.572.031,46	83,62
14- OUTRAS DESPESAS	610.000,00	810.000,00	165.227,35	704.049,53	86,92
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	610.000,00	810.000,00	165.227,35	704.049,53	86,92
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.220.000,00	3.220.000,00	592.273,04	2.668.848,14	82,88
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					84,54
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013*					0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	5.291.250,00	5.291.250,00	730.528,15	3.701.147,74	69,95
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	660.000,00	1.050.000,00	144.981,53	523.249,48	49,83
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	200.000,00	530.000,00	132.673,72	392.767,15	74,11
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	460.000,00	520.000,00	12.307,81	130.482,33	25,09
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.705.000,00	5.512.200,00	727.959,08	3.573.603,76	64,83
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.020.000,00	2.690.000,00	459.599,32	2.276.080,99	84,61
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.685.000,00	2.822.200,00	268.359,76	1.297.522,77	45,98
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	6.365.000,00	6.562.200,00	872.940,61	4.096.853,24	62,43
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-309.261,13
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.708,89
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					14.578,31
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-291.973,93
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					4.388.827,17
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					29,65

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	324.000,00	324.000,00	60.247,21	253.289,76	78,18
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	404.000,00	428.000,00	39.638,45	146.133,87	34,14
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	728.000,00	752.000,00	99.885,66	399.423,63	53,11
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.093.000,00	7.314.200,00	972.826,27	4.496.276,87	61,47
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (R)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	64.742,09	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.321.328,97	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.262.823,89	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.708,89	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	125.956,06	0,00

SIDERÓPOLIS, 11/11/2013

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

WILSON SCAINI
SECRETARIO DE FINANÇAS

MOISES DE MATTIA
CONTADOR CRC 036331/O-9

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 14.578,31, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Sombrio

PREFEITURA

Lei 2106/2013

LEI Nº. 2106, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI.

Art. 1º. O Orçamento do Município de Sombrio, para o exercício financeiro de 2014, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais

II - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2010/2013;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2014 a 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Anexo I desta LEI.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas definidas no anexo II e III desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2014 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no anexo II desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder

Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas e valores estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo seus Fundos e autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º. A Lei de Orçamento evidenciará as Receitas e Despesas de cada Unidade Gestora, identificadas por código da destinação de recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.

Art. 7º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, previsão para, 2013, 2014, 2015 e 2016, com justificativa da estimativa para 2014, acompanhado de metodologia e memória de cálculo.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º. O orçamento e a sua execução obedecerá, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, seus fundos e autarquias.

Art. 9º. Os estudos para definição do Orçamento da Receita, excluídas as previsões de convênios, alienações de bens e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Se a receita estimada, comprovadamente não atender ao disposto neste artigo, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no

montante necessário, observada a destinação de recursos, ressaltadas as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida.

Art. 11. O Orçamento para o exercício de 2014 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferior a 0,01% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e Demonstrativo de Riscos Fiscais. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizarem até o dia 10 de dezembro de 2014, poderão, excepcionalmente, serem utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 12. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 13. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 14. As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2014 serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 15. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, cultural, saúde, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 16. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas

decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício, em cada evento, não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem

antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios, alienação de bens e operações de crédito.

Art. 18. O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante celebração de convênio, acordo, ajuste ou congêneres e previsto os recursos na lei orçamentária anual.

Art. 19. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2013 a preços correntes.

Art. 20. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 21. Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de Crédito Especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício e constantes desta lei, conforme art. 167, I da CF.

Art. 22. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício, para atendimento à Despesas de Capital, respeitado o limite de endividamento, na conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 24. O Município, mediante lei autorizativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal a qualquer título, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 25. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos

servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 26. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado

ou de terceiros.

Art. 27 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas ao final de cada semestre na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 28. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 29. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 30. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício anterior, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 32. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 33. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 34. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 35. O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 36. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Município de Sombrio - SC, 22 de novembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto 203/2013

DECRETO Nº 203 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea "d" da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido, a Senhora SIBELE CAETANO MARGUTE, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Secretaria Geral, Nível DAI - 01.

Art. 3º. Fica Revogado o Decreto nº 024, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/11/2013.

Município de Sombrio-SC, 13 de novembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto 204/2013

DECRETO Nº 204 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea "d" da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido, a Senhora ANA PAULA BRATTI, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Inspeção Sanitária, Nível DAI - 01.

Art. 3º. Fica Revogado o Decreto nº 059, de 01 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/11/2013.

Município de Sombrio-SC, 13 de novembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto 205/2013

DECRETO Nº 205, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e Lei nº. 2042, de 05 de dezembro de 2012, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 361.000,00 (Trezentos e sessenta e um reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

05.04 - DIRETORIA DE ASSIST. TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

2.032 - Manaut. Do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0086 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0089 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Art. 2º. A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 86 (Rec. Próprios em ensino) e 89 (Fundeb).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 13 de novembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria 253/2013

PORTARIA Nº 253 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar a Pedido o Servidor efetivo Sr. SIDICLEI DE BORBA CO-ELHO, Operador de Equipamento, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, com 40 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 008, de 01 de março de 2002.

Fica revogada a Portaria nº 008, de 01 de março de 2002.

Município de Sombrio-SC, 01 de novembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Sec. Mun. de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 253 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar a Pedido o Servidor efetivo Sr. SIDICLEI DE BORBA CO-ELHO, Operador de Equipamento, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, com 40 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 008, de 01 de março de 2002.

Fica revogada a Portaria nº 008, de 01 de março de 2002.

Município de Sombrio-SC, 01 de novembro de 2013.
ZÊNIO CARDOSO
 Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
 Sec. Mun. de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria 254/2013

PORTARIA Nº 254 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 2ª Licença Prêmio ao servidor efetivo Sr. ERNANI GILBERTO MARQUES BARBOSA, Fiscal de Tributos, com regime de trabalho de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
2817	06/01/2008 a 06/01/2013	01/11/2013 a 30/11/2013 01/01/2014 à 31/01/2014

Município de Sombrio-SC, 01 de novembro de 2013.
ZÊNIO CARDOSO
 Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
 Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria 255/2013

PORTARIA Nº 255 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 1ª Licença Prêmio a servidora efetiva Sra. MORGANA SILVEIRA MINATO, Secretária Escolar, com regime de trabalho de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
3826	28/11/2006 a 28/11/2011	04/11/2013 a 03/12/2013 01/10/2014 à 30/11/2014

Município de Sombrio-SC, 04 de novembro de 2013.
ZÊNIO CARDOSO
 Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
 Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria 256/2013

PORTARIA Nº 256 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 1ª Licença Prêmio a servidora efetiva Sra. DÉBORA ROCHA PEREIRA SANTOS, Auxiliar de Ensino, com regime de trabalho de 30 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
4352	10/03/2008 a 10/03/2013	20/11/2013 a 20/02/2014

Município de Sombrio-SC, 20 de novembro de 2013.
ZÊNIO CARDOSO
 Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
 Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria 257/2013

PORTARIA Nº 257 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos Municipais, conforme quadro de escala que segue:

NOME	MAT.	PER. AQUIS.	PER. DE GOZO
Joélcio Minato	4454	02/05/10 à 01/05/11	28/10/13 à 27/11/13
Andréia Braga de Castro	4213	14/01/12 à 13/01/13	28/10/13 à 27/11/13
Rosiane Fagundes	4474	03/06/12 à 02/06/13	11/11/13 à 30/11/13
Rosimere P. Brigido	5355	14/02/12 à 13/02/13	01/11/13 à 30/11/13
Ricardo de M. Borges	5335	01/02/12 à 31/01/13	01/11/13 à 30/11/13
Simone Ju-chen	1079	01/07/09 à 30/06/10	01/11/13 à 30/11/13
Márcia Regina S. Coelho	292	01/01/12 à 31/12/12	11/11/13 à 30/11/13
Noeli Silva da Rosa	4079	07/05/12 à 06/05/13	01/11/13 à 30/11/13
Eliseo Bristot	2725	01/03/11 à 29/02/12	01/11/13 à 30/11/13
Zoete B. Cardoso	5582	02/05/12 à 01/05/13	18/11/13 à 17/12/13

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 20 de novembro de 2013.
ZÊNIO CARDOSO
 Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria 258/2013

PORTARIA Nº 258 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 2ª Licença Prêmio a servidora efetiva Sra. SILVANA LÚCIO PEREIRA DA SILVA, Auxiliar de Ensino, com regime de trabalho de 30 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
2580	01/03//2007 a 01/03/2012	27/11/2013 a 24/02/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 20 de novembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria 259/2013

PORTARIA Nº 259 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder Licença sem vencimentos pelo período de (01) Um ano, a contar de 01/11/2013 a 31/10/2014, para o Funcionário Público Municipal, abaixo relacionado.

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
Josilane Teireira	4345	Téc. de Enfermagem

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/11/2013.

Município de Sombrio-SC, 20 de novembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Notificações

SECRETARIA DE FINANÇAS

SETOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTARIA

EDITAL N.º 003/2013

NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital de Notificação nº 003/2013, o Município de Sombrio torna público que, em virtude de recusa de recebimento ou insuficiência de dados cadastrais que impossibilitam a identificação e localização dos contribuintes abaixo relacionados, ficam os mesmos NOTIFICADOS para recolhimento dos valores lançados em dívida Ativa, referente aos TLL, TLF, ISS, ISSC e TAS, alcançados pelo presente edital, os fins e objetivos constantes dos Arts. 145 e 173, Parágrafo Único, do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172, de 25 de Outubro de 1996). Art. 111, § 2º e Art. 112 do Código Tributário Municipal (Lei 780 de 28 de Dezembro de 1990). O prazo para regularização, pagamento ou parcelamento é de 30 (Trinta) dias ciente desta, sendo que após será promovida a cobrança judicial.

N. Inscrição Municipal	Nome	Valor R\$
25758	A & A APARECIDA CONFECÇÕES LTDA	628,65
25668	A. B DOS REIS ME	931,98
25500	ADEMIR DA SILVA BALTAZAR	1418,13
25495	ALEDIR LUCRECIO LUPIM	392,65
24561	CERAMICA CEMAEL LTDA EPP	390,39
22788	COMERCIAL MATIAS LTDA ME	252,46
25541	EDUARDO ROSSO	2.747,35
25054	F.B. DE SOUZA CONFECÇÕES ME	504,88
25705	JOAO BATISTA GONÇALVES	1285,62
25102	PH SERV. DE MONT. DE MOVEIS LTDA ME	214,32
25043	R.S. OLIVEIRA CONFECÇÕES ME	728,74
25617	S. FONTANA ME	647,00
25722	TRANSRICI TRANSPORTES DE CARGAS LTDA ME	371,48
28681	ZO BORDADOS E CONFECÇÕES LTDA	635,14

Município de Sombrio-SC, 22 de Novembro de 2013.

JOÃO ALBERTO VARGAS

Diretor de Fiscalização

Timbó

PREFEITURA

Decreto No 3299, de 24 de Outubro de 2013

DECRETO No 3299, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-279,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
16605	01 Cadeira Giratória com Regulação de Altura	R\$ 74,00
19121	01 Cadeira Giratória com Braço	R\$ 179,00
19140	01 Cadeira Giratória com Braço	R\$ 179,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto No 3300, de 24 de Outubro de 2013

DECRETO No 3300, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-280,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

DIVISÃO DE TRIBUTOS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
19889	01 Computador (Somente a Carcaça)	R\$ 900,00
CPD		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00596	01 CPU Pentium III, 500 (Somente a Carcaça)	R\$ 2.500,00
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
09638	01 Telefone Intelbras com Chave	R\$ 30,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
17602	01 Monitor de 17" LG de Tela Plana	R\$ 304,58
CREAS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil

01612	01 Rádio Gravador com CD e 02 Caixas Destacáveis	R\$ 80,00
TESOURARIA		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
12461	01 Suporte para CPU	R\$ 16,00
BENS TRANSITÓRIOS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
19873	01 Cadeira Giratória	R\$ 118,00
SUPERVISÃO DE PATRIMÔNIO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
19353	01 Cadeira Giratória Estofada na Cor Bordo – Marca Meta	R\$ 10,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto No 3301, de 24 de Outubro de 2013

DECRETO No 3301, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-281,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
16316	01 Computador Processador AMD Sempron 2600 Box	R\$ 2.100,00
SETOR DE RECURSOS HUMANOS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
20168	01 Teclado OS 2	R\$ 20,00
UNIDADE PRÉ-ESCOLAR CHAPEUZINHO VERMELHO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
22154	01 Fogão Industrial de 4 Bocas	R\$ 480,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto No 3302, de 24 de Outubro de 2013

DECRETO No 3302, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-282,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

ESCOLA MUNICIPAL SÃO ROQUE		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
02216	01 Mesa de Madeira Infantil na Cor Branca	R\$ 5,00
03455	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03766	01 Mesa de Fórmica Infantil com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03785	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
03835	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04030	01 Mesa de Fórmica na Cor Branca	R\$ 30,00
10915	01 Cadeira Pré-Escolar com Assento de 30x30Cm	R\$ 21,00
10925	01 Cadeira Pré-Escolar com Assento de 30x30Cm	R\$ 21,00
10996	01 Cadeira Estofado Fixo Curvin Preto	R\$ 24,80
10999	01 Cadeira Estofado Fixo Curvin Preto	R\$ 24,80
11002	01 Cadeira Estofado Fixo Curvin Preto	R\$ 24,80
11006	01 Cadeira Estofado Fixo Curvin Preto	R\$ 24,80
11008	01 Cadeira Estofado Fixo Curvin Preto	R\$ 24,80
11009	01 Cadeira Estofado Fixo Curvin Preto	R\$ 24,80
11010	01 Cadeira Estofado Fixo Curvin Preto	R\$ 24,80

11017	01 Mesa Pré-Escolar com Tampo em Fórmica	R\$ 45,00
11067	01 Cadeira Estofado Fixo Curvin Preto	R\$ 24,80
11158	01 Cadeira Pré-Escolar com Assento de 30x30Cm	R\$ 21,00
11197	01 Cadeira Pré-Escolar com Assento de 30x30Cm	R\$ 21,00
11310	01 Cadeira	R\$ 25,00
16647	01 Cadeira para Pré-Escolar em Laminado de Imbuia	R\$ 15,00
16652	01 Cadeira para a Pré-Escolar em Laminado de Imbuia	R\$ 15,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto No 3303, de 24 de Outubro de 2013

DECRETO No 3303, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-283,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

ESCOLA MUNICIPAL SÃO ROQUE		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00324	01 Escrivania de Madeira com 06 Gavetas	R\$ 40,00
04208	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04254	01 Cadeira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
04262	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
04271	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
04305	01 Armário de Madeira com duas Portas de Correr	R\$ 60,00
04317	01 CPU Pentium (R) III, Genuine Intel Processador 120,0	R\$ 1.200,00
04324	01 CPU Pentium (R) III, Genuine Intel Processador 120,0	R\$ 1.200,00



04335	01 Teclado para Micro Marca Troni 2000	R\$ 0,00
04358	01 Escrivaninha de Madeira com 03 Gavetas	R\$ 30,00
04395	01 Cadeira para Escritório Estofada em Curvin Preto	R\$ 10,00
04397	01 Cadeira para Escritório Estofada em Curvin Preto	R\$ 10,00
04398	01 Cadeira para Escritório Estofada em Curvin Preto	R\$ 10,00
04399	01 Cadeira para Escritório Estofada em Curvin Preto	R\$ 10,00
04400	01 Cadeira para Escritório Estofada em Curvin Preto	R\$ 10,00
04401	01 Cadeira para Escritório Estofada em Curvin Preto	R\$ 10,00
04402	01 Cadeira para Escritório Estofado em Curvin Preto	R\$ 10,00
04405	01 Cadeira para Escritório Estofado em Curvin Preto	R\$ 10,00
04659	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04746	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04780	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
04892	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 0,00
04911	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04922	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
05148	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
08969	01 Cadeira Estofado em Curvin Preto – Marca Metafriso	R\$ 50,00
08970	01 Cadeira Estofado em Curvin Preto – Marca Metafriso	R\$ 50,00
08976	01 Cadeira Estofado em Curvin Preto – Marca Metafriso	R\$ 50,00
13792	01 Cadeira Estofado Fixo, Curvin Preto	R\$ 30,90
15640	01 Monitor de 15" – Marca Samsung	R\$ 500,00
16466	01 Estabilizador de Tensão 300Va – Real	R\$ 44,00
16669	01 Cadeira Estofada (Grosso) na Cor Preta	R\$ 23,00
16888	01 Carteira Escolar em Fórmica com Estrutura de Ferro	R\$ 38,63
16929	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 25,82
17579	01 Estabilizador 500Va	R\$ 71,58
17616	01 Microcomputador P4 Celeron D336, 2.8 HHZ	R\$ 1.361,78
17633	01 Monitor de 15" Tela Plana Lg	R\$ 281,22
18584	01 Carteira Escolar Conforme Especificação	R\$ 146,20
18731	01 Cadeira Escolar	R\$ 98,80
18748	01 Cadeira Escolar	R\$ 98,80
18757	01 Cadeira Escolar	R\$ 98,80
18765	01 Cadeira Escolar	R\$ 98,80
23773	01 Carteira, Estrutura em Tubo de Aço Industrial	R\$ 181,00
23802	01 Carteira, Estrutura em Tubo de Aço Industrial	R\$ 181,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto No 3304, de 24 de Outubro de 2013

DECRETO No 3304, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-284,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00412	01 Estabilizador – Marca Elite	R\$ 20,00
01108	01 Monitor de 14" – Marca Samsung Sync Master 450B	R\$ 150,00
01232	01 Telefone Intelbras com Chave	R\$ 8,00
01342	01 Impressora DeskJet 895 Cxi	R\$ 700,00
11279	01 Monitor de 15" SVGA LG	R\$ 405,00
11290	01 Teclado For Windows	R\$ 25,00
12637	01 Teclado For Windows	R\$ 20,00
13196	01 Monitor de 15"	R\$ 470,00
14888	01 Monitor de Vídeo para Micro Computador – Marca AOC	R\$ 800,00
18006	01 Teclado ABNT Ps2 para Micro Computador	R\$ 30,00
18009	01 Estabilizador de 1000Va	R\$ 97,00
19534	01 Estabilizador de Tensão	R\$ 85,00
19543	01 Aparelho Telefônico Padrão Pleno Intelbras	R\$ 31,90
20976	01 Teclado For Windows	R\$ 30,00
21323	01 Monitor LCD de 17", Cor Black Piano	R\$ 342,00
22999	01 Teclado USB	R\$ 20,00
23060	01 Teclado USB	R\$ 20,00
23139	01 Teclado PS2	R\$ 13,50
23442	01 Aparelho Telefônico Intelbras Pleno, Cor Branca	R\$ 33,00
25295	01 Aparelho de Telefone	R\$ 33,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.



Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de outubro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto No 3305, de 24 de Outubro de 2013

DECRETO No 3305, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-285,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00312	01 Condicionador de Ar – Marca Cònsul de 12.000Btu's	R\$ 300,00
12212	01 Pia Inox de 1,20m	R\$ 69,00
14066	01 Cadeira Giratória, Espuma Injetada de Tecido	R\$ 85,00
14075	01 Cadeira Fixa em Tecido	R\$ 39,00
14087	01 Cadeira Fixa em Tecido	R\$ 39,00
14096	01 Cadeira Fixa em Tecido	R\$ 39,00
14106	01 Cadeira Fixa em Tecido	R\$ 39,00
14115	01 Cadeira Fixa em Tecido	R\$ 39,00
14212	01 Luz de Emergência	R\$ 70,00
14385	01 Cadeira Plástica na Cor Branca – Marca Plascari	R\$ 14,00
14435	01 Cadeira Giratória	R\$ 170,00
19540	01 Aparelho Telefônico Padrão Pleno Intelbras	R\$ 31,90

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de outubro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto No 3306, de 24 de Outubro de 2013

DECRETO No 3306, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-286,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

ATENÇÃO BÁSICA		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00190	01 Mesa para Micro de Melanina com 03 Gavetas	R\$ 90,00
01257	01 Cadeira Estofada na Cor Cinza com Prancheta Lateral	R\$ 20,00
01266	01 Cadeira Estofada na Cor Cinza com Prancheta Lateral	R\$ 20,00
01365	01 Escada de Ferro para Maca com 02 Degraus	R\$ 8,00
01452	01 Cadeira para Escritório Estofada em Curvim Preto	R\$ 10,00
01479	01 Mesa para Micro de Melanina (Regulável)	R\$ 45,00
01772	01 Estabilizador – Marca DDP Eletrônica	R\$ 20,00
13059	01 Cadeira Giratória	R\$ 82,00
14916	01 Mesa de 1,20m com 03 Gavetas na Cor Marfim	R\$ 128,00
16444	01 Cadeira Executiva com Braço	R\$ 198,00
x-x-x	01 Mocho (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x	01 Biombo de madeira (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de outubro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto No 3307, de 24 de Outubro de 2013

DECRETO No 3307, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-287,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

CONSELHO TUTELAR		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
23587-T	01 Teclado Multimídia Abnt2	R\$ 13,50
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
15159	01 Teclado Padrão Windows	R\$ 20,00
SETOR DE PATRIMÔNIO PÚBLICO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00577	01 Impressora Jato de Tinta DeskJet 895 Cxi	R\$ 700,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3320, de 07 de Novembro de 2013

DECRETO Nº 3320, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013

Prorroga para 30 de junho de 2014, o prazo estabelecido no Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto 3083, de 15/03/2013, que declara situação emergencial no Município e autoriza a contratação temporária de servidores para manutenção dos serviços públicos considerados essenciais.

O Prefeito de Timbó/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, incisos VII, X e XVIII c/c art. 70, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no artigo 37, Inciso IX, da Constituição Federal, e nos artigos 1º e 2º, incisos I, IV, V e VIII, da Lei nº 2.045, de 22/12/1998 e alterações e nos termos da Lei Federal nº 9.504 de 30 de setembro de 1997; e,

Considerando os termos da Lei nº 2.439, de 02 de dezembro de 2009, que alterou a Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998, visando possibilitar a contratação temporária na hipótese de ausência de candidatos aprovados em concurso público ou processo seletivo;

Considerando que durante os anos de 2009 a 2011 a municipalidade promoveu adequações na legislação de regência dos cargos, inclusive com o intuito de viabilizar maior acesso de candidatos às vagas necessárias ao funcionamento da administração pública;

Considerando que, em que pese promovidas alterações na legislação, os concursos públicos e processos seletivos realizados pelo Poder Executivo não engendraram resultado satisfatório, não tendo se preenchido o número suficiente de candidatos inscritos e aprovados ao atendimento da demanda necessária à manutenção dos serviços prestados pela administração pública direta e indireta (autarquia e fundações);

Considerando que encontra-se em trâmite o processo para realização de concurso público para preenchimento das vagas do poder público municipal e fundações, conforme determinado pelo Decreto nº 3263, de 30 de setembro de 2013;

Considerando a previsão da Comissão Especial do Concurso Público, que pós a publicação do edital em outubro do ano corrente, aponta como data provável para conclusão com a respectiva homologação dos aprovados o mês de abril de 2014;

Considerando a vacância temporária de cargos públicos sem a possibilidade de preenchimento efetivo face às licenças concedidas a servidores públicos nos termos do artigo 90 e incisos, da LC nº 01/93;

Considerando a necessidade de manutenção e/ou continuidade das atividades da Administração Municipal direta e indireta, principalmente diante da essencialidade e exclusividade dos serviços dispostos à comunidade;

Considerando que compete à municipalidade zelar pelo pleno e integral atendimento das necessidades do cidadão,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado para 30 de junho de 2014, o prazo estabelecido no art. 1º do Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013, que declara situação emergencial no Município e autoriza a contratação temporária de servidores para manutenção dos serviços públicos considerados essenciais.

Art.2º Ficam ratificados todos os demais termos do Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto 3083, de 15/03/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 07 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 709, de 1º de Novembro de 2013

PORTARIA No 709, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Professor C10				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Mareni Schlickmann Prada (Subst.Marlise Brehmer, que se encontra em Licença para Trat.de Saúde)	09/03/86	049.962.909-43	20h	01/11/2013 a 01/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 699, de 18 de Outubro de 2013

PORTARIA No 699, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013

Prorroga por 30 (trinta) dias, o prazo estabelecido no art.2º da Portaria nº 634, de 17 de setembro do corrente

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município, e §1º do art.135 da Lei Complementar nº 01/93, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, e,

CONSIDERANDO a solicitação feita pela Presidente da Comissão de Sindicância,

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo estabelecido no art.2º da Portaria nº 634, de 17 de setembro do corrente, para apresentação da conclusão da Sindicância Administrativa nº 05/2013.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 700, de 18 de Outubro de 2013

PORTARIA No 700, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013

Prorroga por 30 (trinta) dias, o prazo estabelecido no art.2º da Portaria nº 633, de 17 de setembro do corrente

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município, e

§1º do art.135 da Lei Complementar nº 01/93, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, e,

CONSIDERANDO a solicitação feita pela Presidente da Comissão de Sindicância,

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo estabelecido no art.2º da Portaria nº 633, de 17 de setembro do corrente, para apresentação da conclusão da Sindicância Administrativa nº 04/2013.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 702 de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA No 702 DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Professor A10				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Andrea Marina Brehmer Peters (Subst.Jessica L.D.Nardelli, que se encontra em Licença para Trat.de Saúde)	23/07/76	833.043.399-49	20h	21/10/2013 a 21/11/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 703, de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA No 703, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Daniela de Deus, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar de 31 de outubro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** à Servidora Pública Municipal DANIELA DE DEUS, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 273, de 02 de abril de 2013, a contar de 31 de outubro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 21 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 704, de 22 de Outubro de 2013

PORTARIA No 704, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Edson Mendes Junior, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 21 de outubro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** ao Servidor Público Municipal EDSON MENDES JUNIOR, contratado temporariamente para o cargo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 585, de 02 de setembro de 2013, a contar de 21 de outubro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 705, de 25 de Outubro de 2013

PORTARIA No 705, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013

Autoriza a Servidora Pública Municipal Silvana Longo Roepke, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública abaixo identificada, a contar desta data, autorizada a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)		
NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Silvana Longo Roepke	Técnica em Enfermagem	03213678210 / B

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 708, de 1º de Novembro de 2013

PORTARIA No 708, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Joyce Camila Machado de Souza, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** à Servidora Pública Municipal JOYCE CAMILA MACHADO DE SOUZA, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 060, de 21 de janeiro de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 712, de 1º de Novembro de 2013

PORTARIA No 712, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º **CONTRATAR TEMPORARIAMENTE**, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
Cargo: Pedreiro (SG-24)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Valnir Buss (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc.Público/ Proc.Seletivo)	03/06/74	890.078.089-15	44h	01/11/2013 a 31/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 713, de 04 de Novembro de 2013

PORTARIA No 713, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Odirley José Ribeiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito), a contar de 1º de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** ao Servidor Público Municipal ODIRLEY JOSÉ RIBEIRO, contratado temporariamente para o cargo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 038, de 08 de janeiro de 2013, a contar de 1º de novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 04 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 714, de 04 de Novembro de 2013

PORTARIA No 714, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º **CONTRATAR TEMPORARIAMENTE** para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Educador Infantil B-18				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Andressa de Andrade (Subst.Neusa M.B.Horst e Mirian Rahn Lorenz-Licença Para Trat. de Saúde)	23/03/94	092.793.909-61	30h	04/11/2013 a 21/11/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 715, de 05 de Novembro de 2013

PORTARIA No 715, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Zelinda Kinder (Subst.Arlete Schumacher-aposentadoria)	30/10/73	151.725.258-07	44h	05/11/2013 a 17/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 716, de 05 de Novembro de 2013

PORTARIA No 716, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Arlete Schumacher.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, à Servidora Pública Municipal ARLETE SCHUMACHER, brasileira, divorciada, nascida em 26 de abril de 1961, portadora do CPF nº 384.155.429-68, RG nº 3/C.1.290.809,

residente na rua Paraguai nº 443, Bairro Imigrantes, em Timbó-SC, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, Referência Salarial SG-22, matrícula nº 12.4, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com supedâneo no art.20 c/c art.85, §1º, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011 e art.2º, §1º, inciso II da Emenda Constitucional nº 41/2003, com proventos calculados de forma proporcional ao tempo de contribuição, no valor de R\$ 883,08 (oitocentos e oitenta e três reais e oito centavos), conforme processo TIMBOPREV nº 030/2013, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 05 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 717, de 07 de Novembro de 2013

PORTARIA No 717, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Edson Luiz Brehmer, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal EDSON LUIZ BREHMER, do cargo de provimento efetivo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2909, de 11 de julho de 2008, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 07 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 718, de 08 de Novembro de 2013

PORTARIA No 718, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013

Concede Aposentadoria Por Invalidez ao Servidor Público Municipal Roland Reichel.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, identificada pelo Código Internacional de Doenças CID 10 - F 10 e F 06, ao Servidor Público Municipal ROLAND REICHEL, brasileiro, casado, nascido em 25 de agosto de 1948, portador do CPF nº 248.470.899-87, RG nº 727.305, residente na rua Alagoas nº 82 C02 FD, Bairro Pe.Martinho Stein, em Timbó-SC, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, Referência Salarial SG-10, matrícula nº 8687.8, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com

base no art.17, inciso I da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, com proventos proporcionais, calculados com base na última remuneração, correspondentes à quantia de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), nos termos do art.1º da Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012, que acrescentou o art.6º-A à Emenda Constitucional nº 41/2003, conforme Processo TIMBOPREV 032/2013, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 719, de 08 de Novembro de 2013

PORTARIA No 719, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Gustavo de Ré, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal GUSTAVO DE RÉ, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2752, de 02 de junho de 2008, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 720, de 08 de Novembro de 2013

PORTARIA No 720, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, altera pelo Decreto 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

Cargo: Engenheiro Civil (GP-68)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Roseli Lourdes da Rocha (Ausência de cand.aprovados em Conc. Público)	10/04/67	543.177.540-53	30h	04/11/2013 a 20/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 722, de 08 de Novembro de 2013

PORTARIA No 722, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013

Designa membros para comporem a Comissão de Acompanhamento da Obra, de Recebimento das Etapas e Definitivo do Objeto da Tomada de Preços nº 33/2013.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Acompanhamento da Obra, de Recebimento das Etapas, e Definitivo do Objeto da Tomada de Preços nº 33/2013, para contratação de empresa especializada para implantação de rede de drenagem pluvial na rua Inglaterra, Bairro das Nações:

- a) ATOMIR SEBASTIÃO RUFINO - Diretor de Departamento;
- b) SILVIO SANDRO SDRIGOTTI - Chefe de Divisão;
- c) LUCIANA HARTMANN - Engenheira Civil;
- d) DARCIZIO BONA - Vice-Prefeito

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 724, de 11 de Novembro de 2013

PORTARIA No 724, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea

"e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Educador Infantil B-18				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Bernadete Vinharski (Subst.Cleide R.Ewald- Licença Para Trat.de Saúde em pessoa da Família)	24/02/66	117.727.848-00	30h	11/11/2013 a 25/11/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 725, de 12 de Novembro de 2013

PORTARIA No 725, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

Altera a Portaria nº 196, de 05 de março do corrente, que designa servidores para comporem o Conselho Municipal de Contribuintes.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII, e XXV, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 196, de 05 de março do corrente, que designa servidores para comporem o Conselho Municipal de Contribuintes, designando BARBARA HOCHHEIM-Assessora Jurídica-Representante da Procuradoria Geral do Município, em substituição a Gabriela Bertoldi Purim Roeder.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 12 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 726, de 12 de Novembro de 2013

PORTARIA No 726, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Educador Infantil B-18				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Giovana Tillmann Hinsching (Subst.Zenir R.Berchtold, que se encontra em afast. do exerc.do cargo)	10/08/73	751.514.219/72	30h	07/11/2013 a 21/11/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 727, de 12 de Novembro de 2013

PORTARIA No 727, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE
(Fundo Municipal de Trânsito)

Cargo: Pedreiro (SG-24)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Carlos Fernando Schmitt (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público)	07/10/52	179.622.699/87	44h	12/11/2013 a 31/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 721, de 08 de Novembro de 2013

PORTARIA Nº 721, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013

Retifica a Portaria nº 532, de 06 de agosto de 2013, que concede aposentadoria por invalidez à Servidora pública Municipal Dietlind Duwe Westphal

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

Considerando-se que não foi utilizada a última remuneração como forma de cálculo dos proventos de aposentadoria da Servidora Pública Municipal Dietlind Duwe Westphal,

RESOLVE:

Art.1º RETIFICAR a Portaria nº 532, de 06/08/2013, que concede aposentadoria por invalidez à Servidora Pública Municipal Dietlind Duwe Westphal, passando de R\$ 703,14 (setecentos e três reais e quatorze centavos) para R\$ 816,07 (oitocentos e dezesseis reais e sete centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 696, de 15 de Outubro de 2013

PORTARIA Nº 696, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do

Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Romeu Bellarmino	469/2013	31/12/2013
Rosiane Ferraz dos Santos Kotinski	469/2013	31/12/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 697, de 15 de Outubro de 2013

PORTARIA Nº 697, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Débora Kuntz	682/2013	18/12/2013
Simone de Oliveira	556/2013	18/12/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 698, de 18 de Outubro de 2013

PORTARIA Nº 698, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são

conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Andressa de Andrade	693/2013	01/11/2013
Aparecida Bulé Tavares	644/2013	17/12/2013
Diéssica Regina M.Z.Giovanella	685/2013	01/11/2013
Leonice Fátima dos Santos	448/2013	05/11/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de outubro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 701, de 18 de Outubro de 2013

PORTARIA Nº 701, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Kerly Christina Kurth	647/2013	01/12/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de outubro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 707, de 31 de Outubro de 2013

PORTARIA Nº 707, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Alci Junior Farias Pinto	575/2013	31/12/2013
Aliomar Luiz Lenzi Junior	575/2013	31/12/2013
André José Prust	669/2013	31/12/2013
Elsido Kruger	669/2013	31/12/2013
Fortunato Portilho de Souza	657/2013	31/12/2013
Gerson Jair Kohls	575/2013	31/12/2013
Hilário Wolter	669/2013	31/12/2013
Rolf Brehmer	657/2013	31/12/2013
Vadecir Antonio Martins	678/2013	31/12/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 710, de 1º de Novembro de 2013

PORTARIA Nº 710, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Andréia Schultz	665/2013	20/12/2013
Edemar Wille	582/2013	20/12/2013

Erica Patricia Gomes Barbosa	650/2013	20/12/2013
---------------------------------	----------	------------

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 711, de 1º de Novembro de 2013

PORTARIA Nº 711, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Caroline Rosa Brezinski	684/2013	17/12/2013
Diéssica Regina M.Z.Giovanella	685/2013	11/11/2013
Dorvalina Bernadete Popadiuk	685/2013	18/12/2013
Luciane Janke	448/2013	06/12/2013
Sônia Darci Rodrigues Leitempergher	666/2013	17/12/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 723, de 08 de Novembro de 2013

PORTARIA Nº 723, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Andréa Marina Brehmer Peters	702/2013	18/12/2013
Emir José Felski Agostini	681/2013	14/11/2013
Rosangela Patrícia Pereira	694/2013	12/12/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Ata Concorrência N.º 114 2013 PMT - Proposta Técnica

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA DA CONCORRÊNCIA Nº. 114/2013

Às onze horas do vigésimo sexto dia do mês de novembro do ano de dois mil e treze, no Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, SC, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 32, alterada pela nº. 338, de 03 de maio de 2013, sob a presidência da Sra. Deise A. N. Mendes, estando presentes os membros Barbara Hochheim e Aline Burger, para análise e julgamento da proposta técnica da Concorrência nº 114/2013, após manifestação do corpo técnico da Secretaria de Planejamento do Município de Timbó. Do parecer técnico elaborado pelos engenheiros Luciana Hartmann, Moacyr Cristofolini Junior e Sandra Sardagna, extrai-se que a proposta técnica apresentada pelo Consórcio Anel Viário Timbó, atende aos requisitos exigidos no edital impondo a mesma a Nota de 79,5 (setenta e nove vírgula cinco) pontos. Diante disto, a comissão decide por classificar a proposta técnica nos moldes sugeridos pelo corpo técnico do município, conferindo a pontuação técnica de 79,5 pontos ao Consórcio Anel Viário Timbó.

Considerando tratar-se de único participante do certame, bem como de que sua proposta técnica foi classificada por esta comissão, intime-se o concorrente acerca da classificação e pontuação da proposta técnica apresentada, para que, querendo apresente recurso no prazo legal ou manifeste desistência a esta intenção de recurso.

Fica pré-designada a data de 29/11/2013 às 10:00 horas para abertura dos envelopes atinentes a proposta de preço, ficando desde já intimado o concorrente para, querendo, se fazer presente.

A ausência de manifestação do concorrente acerca da desistência da interposição de recurso ou a ausência de representante na data e horário designado para abertura do envelope da proposta de preço, suspenderá o ato e o certame até o término do prazo legal para recurso.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente suspendeu a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Timbó, 26 de novembro de 2013.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DEISE A. N. MENDES
Presidente

BARBARA HOCHHEIM
Secretária

ALINE BURGER
Membro

Extrato Quinto Termo Aditivo Contrato 2012-01
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Quinto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 2012/01.
CONTRATANTE: Município de Timbó. CONTRATADO: Engeplan - Terraplenagem, Saneamento e Urbanismo Ltda.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução e de vigência do Contrato e retificação da Cláusula Quarta do Quarto Termo Aditivo. OBRA: Construção do Binário de Acesso a Cidade, ligando a Rua Sete de Setembro com a Rua Blumenau por intermédio de Ponte - Edital de Concorrência nº 127/2011. Data da Assinatura: 22/11/2013. PRAZO DE EXECUÇÃO: prorrogado até 24/01/2014. PRAZO DE VIGÊNCIA: prorrogado até 24/07/2014.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Tunápolis

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 115/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 115/2013
Edital de Pregão Presencial nº 86/2013

O Município de Tunápolis torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, tem por objeto a contratação de empresa especializada para locação de lona para cobertura de estrutura externa para realização de festa na comunidade de Linha Pitangueira interior do município de Tunápolis. Entrega das propostas até às 8h45min do dia 10 de dezembro de 2013.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 116/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 116/2013
Edital de Pregão Presencial nº 87/2013

O Município de Tunápolis torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por

objeto a aquisição de Materiais Hidráulicos e Sanitários que serão utilizados na manutenção do Sistema de Tratamento de Esgoto Sanitário instalado próximo ao conjunto Habitacional Lar Amigo, localizado no Bairro Progresso, na sede do município. Entrega das propostas até às 14h45min do dia 10 de dezembro de 2013.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

Lei Nº. 971/2013, de 26 de Novembro de 2013.

Lei nº. 971/2013, de 26 de novembro de 2013.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar às seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
UNIDADE 07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 1.018 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - SEC. DE AGRICULTURA
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIVIDADE 1.015 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO EM REDES DE SANEAMENTO BÁSICO
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta das anulações parciais ou totais de dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 02 - GOVERNO MUNICIPAL
UNIDADE 02.01 - Gabinete do Prefeito
PROJETO/ATIVIDADE 2.002 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.022 - MANUTENÇÃO DO DESPORTO COMUNITÁRIO
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIVIDADE 1.010 - PAVIMENTAÇÃO



Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.017 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.027 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.029 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO

Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 32.000,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, em 26 de novembro de 2013.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 26/11/2013

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto N.º 059/2013, de 23 de Outubro de 2013

DECRETO N.º 059/2013, de 23 de outubro de 2013

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 930/2012 de 13 de dezembro de 2012: DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.014 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Modalidade 339000.00.00.0058.0 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0058.0 - Transferências do FNDE - Salário Educação, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 20.000,00

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.014 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Modalidade 339000.00.00.0019.0 - Aplicações Diretas
R\$ 40.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta:

I - do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0018 - Transferências do Fundeb - 60%, observada a tendência do exercício, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 24.000,00

II - do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0019 - Transferências do Fundeb - 40%, observada a tendência do exercício, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 16.000,00

Art. 3º - Fica aberto crédito suplementar às seguintes dotações do Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 1.008 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS CULTURAIS
Modalidade 449000.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 45.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.022 - MANUTENÇÃO DO DESPORTO COMUNITÁRIO

Modalidade 335000.00.00.0000.0 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 1.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0000 - Recursos Ordinários, observada a tendência do exercício, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 46.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 23 de outubro de 2013

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita

Registrado e publicado, em 23/10/2013

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

Decreto N.º 060/2013, de 05 de Novembro de 2013

DECRETO N.º 060/2013, de 05 de NOVEMBRO de 2013

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 4º da Lei Municipal n.º 930/2012 de 13 de dezembro de 2012: DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE 2.037 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE
Modalidade 339000.00.01.0002.00 - Aplicações Diretas
R\$ 180.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE 2.037 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE

ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

Modalidade 319000.00.01.0002.00 - Aplicações Diretas
R\$ 180.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 05 de novembro de 2013
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 05/11/2013

SUELEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Decreto N.º 061/2013, de 05 de Novembro de 2013

DECRETO N.º 061/2013, de 05 de NOVEMBRO de 2013
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLE-
MENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 4º da Lei Municipal n.º 930/2012 de 13 de dezembro de 2012: DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações do Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 02 - GOVERNO MUNICIPAL

UNIDADE 02.01 - Gabinete do Prefeito
PROJETO/ATIVIDADE 2.002 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
UNIDADE 04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE 2.010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.017 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Modalidade 319000.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.020 - MANUTENÇÃO DA CULTURA
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 6.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.022 - MANUTENÇÃO DO DESPORTO COMUNITÁRIO
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.040 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
Modalidade 319000.00.00.0018.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 70.000,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIVIDADE 2.029 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO
Modalidade 339000.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 140.000,00

ÓRGÃO 08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
UNIDADE 08.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
PROJETO/ATIVIDADE 0.001 - PAGAMENTO DA DÍVIDA CONTRATADA
Modalidade 469000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 1.700,00

ÓRGÃO 09 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE 2.034 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Modalidade 339000.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 02 - GOVERNO MUNICIPAL
UNIDADE 02.01 - Gabinete do Prefeito
PROJETO/ATIVIDADE 2.002 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito
Modalidade 319000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
UNIDADE 04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE 2.010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Modalidade 319000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.017 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Modalidade 339000.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.020 - MANUTENÇÃO DA CULTURA
Modalidade 319000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00
Modalidade 335000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.022 - MANUTENÇÃO DO DESPORTO COMUNITÁRIO
Modalidade 319000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.040 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
Modalidade 339000.00.00.0019.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 70.000,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIVIDADE 2.029 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO
Modalidade 319000.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 140.000,00

ÓRGÃO 08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
UNIDADE 08.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
PROJETO/ATIVIDADE 0.001 - PAGAMENTO DA DÍVIDA CONTRATADA
Modalidade 329000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 1.700,00

ÓRGÃO 09 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE 2.034 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES
DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Modalidade 319000.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 05 de novembro de 2013
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 05/11/2013

SUELEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Decreto N.º 062/2013, de 05 de Novembro de 2013
DECRETO N.º 062/2013, de 05 de novembro de 2013
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLE-
MENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem
Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o ar-
tigo 6º da Lei Municipal n.º 930/2012 de 13 de dezembro de 2012:
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte do-
tação no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Var-
gem Bonita:

ÓRGÃO 09 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE 1.023 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
Modalidade 449000.00.01.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao
presente crédito adicional suplementar correrão à conta do prová-
vel excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0000 - Recursos
Ordinários, observada a tendência do exercício, de acordo com o
§ 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 5.000,00

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte do-
tação no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Var-
gem Bonita:

ÓRGÃO 09 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE 2.037 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES
DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE
Modalidade 319000.00.01.0071.0060 - Aplicações Diretas
R\$ 32.200,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao
presente crédito adicional suplementar correrão à conta do prová-
vel excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício,
na Fonte de Recursos 0071.0060 - Outras Transferências de Re-
cursos do SUS, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal
4.320/64 R\$ 32.200,00

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte do-
tação no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Var-
gem Bonita:

ÓRGÃO 09 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE 2.037 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES
DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE
Modalidade 339000.00.01.0064.0008 - Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao
presente crédito adicional suplementar correrão à conta do prová-
vel excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício,
na Fonte de Recursos 0064.0008 - Piso de Atenção Básica - PAB,
de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64
R\$ 30.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 05 de novembro de 2013
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 05/11/2013

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Decreto N.º 065/2013, de 19 de Novembro de 2013
DECRETO N.º 065/2013, de 19 de NOVEMBRO de 2013
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLE-
MENTAR DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem
Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o ar-
tigo 4º da Lei Municipal n.º 930/2012 de 13 de dezembro de 2012:
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento
vigente do Município, no valor de R\$ 34.440,00 (trinta e quatro
mil e quatrocentos e quarenta reais) para suplementar a seguinte
dotação orçamentária:

ÓRGÃO 01 - PODER LEGISLATIVO
UNIDADE 01.01 - CÂMARA DE VEREADORES
PROJETO/ATIVIDADE 2.001 - Manutenção da Câmara de Vere-
adores
Elemento 319000.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 34.440,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para fazer face à presente su-
plementação, correrão à conta de anulações das seguintes dota-
ções orçamentárias:

ÓRGÃO 01 - PODER LEGISLATIVO
UNIDADE 01.01 - CÂMARA DE VEREADORES
PROJETO/ATIVIDADE 2.001 - Manutenção da Câmara de Vere-
adores
Elemento 339000.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 18.500,00
Elemento 449000.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 15.940,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 19 de novembro de 2013.
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 19/11/2013

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Decreto N.º 066/2013, de 19 de Novembro de 2013
DECRETO N.º 066/2013, de 19 de NOVEMBRO de 2013
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLE-
MENTAR DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 4º da Lei Municipal n.º 930/2012 de 13 de dezembro de 2012: DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil e quinhentos reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.020 - MANUTENÇÃO DA CULTURA
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.500,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta de anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.020 - MANUTENÇÃO DA CULTURA
Modalidade 319000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 19 de novembro de 2013.
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 19/11/2013

SUELEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Decreto N.º 068/2013, de 26 de Novembro de 2013
DECRETO N.º 068/2013, de 26 de novembro de 2013
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLE-
MENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 930/2012 de 13 de dezembro de 2012: DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
UNIDADE 07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 1.018 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - SEC. DE AGRICULTURA
Modalidade 449000.00.00.0024.0054 - Aplicações Diretas
R\$ 370.500,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0024.54 - Transferências de Convênios - Outros - Transferências de Convênios da União, relativos aos Contratos de Repasse nº 1005165-05/2013/MAPA/CAIXA e nº 1005630-73/2013/MAPA/CAIXA, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 370.500,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 26 de novembro de 2013
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 26/11/2013

SUELEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Decreto N.º. 063/2013, de 12 de Novembro de 2013.
DECRETO nº. 063/2013, de 12 de novembro de 2013.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR DA
PREFEITURA DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 967/2013 de 12 de novembro de 2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito adicional suplementar às seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
UNIDADE 04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE 2.010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 45.120,41

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.014 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
Modalidade 339000.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.016 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.019 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Modalidade 335000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 3.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.022 - MANUTENÇÃO DO DESPORTO COMUNITÁRIO
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
UNIDADE 07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.030 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

ÓRGÃO 08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
UNIDADE 08.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
PROJETO/ATIVIDADE 0.001 - PAGAMENTO DA DÍVIDA CONTRATADA
Modalidade 469000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 0.002 - PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS
Modalidade 319000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 0.003 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00

ÓRGÃO 09 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE 2.031 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA MELHOR IDADE
Modalidade 339000.00.00.0000.00 - Aplicações Diretas
R\$ 7.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta das anulações parciais ou totais de dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
UNIDADE 03.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
PROJETO/ATIVIDADE 1.001 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE BARRACÕES PARA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.002 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE BARRACÕES PARA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.003 - MANUTENÇÃO DO PLANEJAMENTO E CONTROLE INTERNO
Modalidade 319000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.168,42
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.004 - PROMOÇÃO A ATIVIDADES INDUSTRIAIS
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.005 - PROMOÇÃO A ATIVIDADES COMERCIAIS
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.006 - PROMOÇÃO A ATIVIDADES TURÍSTICAS
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 500,00

UNIDADE 03.02 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
PROJETO/ATIVIDADE 1.004 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANAS
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.007 - MELHORAMENTO DE UNIDADES HABITACIONAIS RURAIS
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 12.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.009 - MELHORAMENTO DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANAS
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 1.005 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS - ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.006 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 21.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.007 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS - EDUCAÇÃO INFANTIL
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.013 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade 319000.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.015 - APOIO AO ENSINO MÉDIO
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.018 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 3.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.021 - FESTIVIDADES MUNICIPAIS
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 9.189,39

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIVIDADE 1.012 - CONSTRUÇÃO DE PORTAIS
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.014 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS EM REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 1.000,00
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.015 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS EM REDES DE SANEAMENTO BÁSICO
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.016 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
UNIDADE 07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 1.020 - CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIAIS
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

ÓRGÃO 08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
UNIDADE 08.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
PROJETO/ATIVIDADE 0.004 - PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Modalidade 329000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 1.500,00
Modalidade 469000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 762,60

ÓRGÃO 09 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE 1.021 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS COMU-
NITÁRIOS
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.022 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RE-
FORMAS DE ESPAÇOS COMUNITÁRIOS
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 12 de novembro de 2013.
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 12/11/2013

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 064/2013, de 12 de Novembro de 2013.
DECRETO nº. 064/2013, de 12 de novembro de 2013.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR DO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem
Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei
Municipal n.º 967/2013 de 12 de novembro de 2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito
adicional suplementar às seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 09 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE 2.037 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE
ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE
Modalidade 319000.00.01.0002.00 - Aplicações Diretas
R\$ 420.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à
presente suplementação, correrão à conta das anulações parciais
ou totais de dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 1.005 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RE-
FORMA DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS - ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.009 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RE-
FORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS E DE LAZER
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 15.000,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIVIDADE 1.017 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS,

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.029 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODO-
VIÁRIO
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 180.000,00

ÓRGÃO 09 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.04 - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA
PROJETO/ATIVIDADE 2.035 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE
ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 12 de novembro de 2013.
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 12/11/2013

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 067/2013, de 26 de Novembro de 2013.
DECRETO nº. 067/2013, de 26 de novembro de 2013.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR DA
PREFEITURA DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem
Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei
Municipal n.º 971/2013 de 26 de novembro de 2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito
adicional suplementar às seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
UNIDADE 07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 1.018 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUI-
NAS E EQUIPAMENTOS - SEC. DE AGRICULTURA
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIVIDADE 1.015 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO EM RE-
DES DE SANEAMENTO BÁSICO
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à
presente suplementação, correrão à conta das anulações parciais
ou totais de dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 02 - GOVERNO MUNICIPAL
UNIDADE 02.01 - Gabinete do Prefeito
PROJETO/ATIVIDADE 2.002 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Pre-
feito
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.022 - MANUTENÇÃO DO DESPORTO CO-
MUNITÁRIO

Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIVIDADE 1.010 - PAVIMENTAÇÃO
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.017 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.027 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.029 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 32.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 26 de novembro de 2013.
MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 26/11/2013

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Vidal Ramos

PREFEITURA

Pregão Registro de Preços Nº. 66/2013 - Eventual Aquisição de Peças

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 66/2013

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para eventual Contratação de empresa para eventual fornecimento de peças para manutenção da frota das secretarias do município de Vidal Ramos.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 66/2013, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 06 de dezembro de 2013.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 09:00 hrs do dia 06 de dezembro de 2013, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 26 de novembro de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 10.666/13

DECRETO Nº 10.666/13, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12 de 12 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 2.756,84 (dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
1.002 - Pavimentação de Estradas Vicinais
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0026.000055 Aplicações Diretas
2.756,84

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 2.756,84

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de novembro de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretario de Administração

Decreto Nº 10.666/13

DECRETO Nº 10.666/13, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12 de 12 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 2.756,84 (dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos

1.002 - Pavimentação de Estradas Vicinais

4.4.90.00.00.00.00.0.3.0026.000055 Aplicações Diretas

2.756,84

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 2.756,84

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretario de Administração

Aviso Pregão Presencial Nº 0065/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2013-FMS

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 65/2013-FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES TIPO FURGÃO E TIPO PASSEIO, ZERO QUILOMETRO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 12/12/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 26 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Vitor Meireles**PREFEITURA****Lei Nº 0867**

LEI N. 0867 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABER-TURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES (SC).

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Vitor Meireles (SC), crédito adicional ESPECIAL no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para a inclusão dos seguintes programas:

Órgão/unidade: 07.001 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 - Transportes

Subfunção: 782 - Transportes Rodoviários

Programa: 014 - Estradas Vicinais

Projeto: 1013 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Rodoviários

Cat. Econômica: 44000000 - Investimentos

Modalidade: 44900000 - Aplicações Diretas

Fonte Recurso: 0.1.8300 - Operação de Crédito Interna R\$ 220.000,00

Órgão/unidade: 11.001 - Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 011 - Esporte é Vida

Projeto: 1009 - Construção de Ginásio de Esportes

Cat. Econômica: 44000000 - Investimentos

Modalidade: 44900000 - Aplicações Diretas

Fonte Recurso: 0.1.8300 - Operação de Crédito Interna R\$ 280.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito especial de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 860, de 03 de outubro de 2013.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas, por decreto, na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei n. 861/2013.

Vitor Meireles, 26 de novembro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Lei Nº 0868

LEI Nº 0868/2013, de 26 de novembro de 2013.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 834/2012, que DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Ficam alterados dois Anexos de "Programas Detalhados", parte integrante da Lei Municipal de nº 834/2012, de 20 de Dezembro de 2012, passando a ter nova redação, conforme Anexos da Presente LEI.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 26 de Novembro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES****Programas Detalhados****Ano LDO: 2013 Versão: 7**

Página 23 de 34
 Impresso em: 26/nov/2013
 As 10:18:19 Horas

ORGÃO: 7 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS PUBLICOS
UNIDADE: 1 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS PUBLICOS
FUNÇÃO: 26 - TRANSPORTE
SUBFUNÇÃO: 782 - TRANSPORTE RODOVIARIO

PROGRAMA DE GOVERNO:
0014 ESTRADAS VICINAIS

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Município possui 5 caçambas, 2 carregadeiras, 2 retroescavadeiras, 1 trator de esteira, 2 motoniveladoras, 2 escavadeiras hidráulicas, 1 caminhão plataforma, 1 caminhão pipa, 1 caminhonete para atender os 600 km de estradas vicinais existentes.

CANCELAMENTO:

OBJETIVOS:

Permitir o escoamento da produção a qualquer tempo.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1013	AQUISICAO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS	BEM	UN	1,0000	5.000,00 20.000,00 41.000,00	10000 Recursos Ordinários 18300 Oper. Credito Int. - Outros Programa s 18900 Alienações Bens dest. a Outros Programas
2033	MANUTENCAO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	MANUTENCAO	Ano	1,0000	1.747.300,36 25.050,00 47.000,00 47.200,00	10000 Recursos Ordinários 11600 Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE 12455 Transf. de Convênios do Estado Outros 14400 Fundo Especial do Petróleo
TOTAL DO PROGRAMA 0014					1.932.550,36	

**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES****Programas Detalhados****Ano LDO: 2013 Versão: 7**Página 33 de 34
Impresso em: 26/nov/2013
As 10:18:19 Horas**ORGÃO:** 11 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO**FUNÇÃO:** 27 - DESPORTO E LAZER**SUBFUNÇÃO:** 812 - DESPORTO COMUNITARIO**PROGRAMA DE GOVERNO:****0011- ESPORTE É VIDA**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município não possui ginásio municipal, apenas um que é da escola, onde em acordo com a mesma são realizadas atividades pela CME e campo de futebol em várias comunidades para atender a população.

CANCELAMENTO:

OBJETIVOS:

Estimular a prática esportiva para todos, assim como tirar muitos jovens do submundo das drogas, e desta forma descobrir novos talentos e dar direito à população de participar das competições independente de idade ou sexo.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1009	CONSTRUCAO DE GINASIO DE ESPORTE	MANUTENCAO	UN	1,0000	280.000,00	18300 Oper. Credito Int. - Outros Programa s
2028	APOIO AO ESPORTE AMADOR	MANUTENCAO	Ano	1,0000	70.000,00	10000 Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA 0011					350.000,00	

Xavantina

PREFEITURA

Ata PP 61/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 61/2013 PMXV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2013 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 04.830.372/0001-04, nesta Ata representada pelo seu(ua) PROCURADOR, Sr(a). CARLOS ALBERTO TITÃO, portador(a) do CPF nº 461.172.709-25 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 61/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para Registro de Preços para possível Contratação de Empresa Especializada para Realização de Serviço de Instalação de Iluminação Natalina.

Item	Quant	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
1	1,00	Un	7.000,00	Contratação de Empresa Especializada para Realização de Serviço de Instalação de Iluminação Natalina, sendo a colocação de todas as luzes (conforme o projeto no mês de novembro) e posterior retirada (no mês de janeiro).

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 61/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 25 de novembro de 2013.

MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP CARLOS ALBERTO TITÃO CPF nº 461.172.709-25	MAURO JUNES POLETO Prefeito Municipal
---	--

Consórcios

ARIS

Convocação Processo Seletivo

Ofício/Diretor Geral nº 383/2013

Florianópolis, 22 de novembro de 2013.

Ilmo. Senhor

SERGIO ANTONIO BEVILACQUA

Engenheiro Sanitarista

Referente: Convocação para celebração de contrato administrativo.

Vimos, cordialmente, informá-lo da sua convocação realizada pela ARIS referente ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, retificado em 26 de abril de 2013, para a vaga da Unidade Regional de Chapecó.

Data final para apresentação dos documentos: 05 dias úteis contados da ciência da convocação.

Após a entrega dos documentos a ARIS fixará data para treinamento e início dos trabalhos, a fim de ambientá-lo às regras e aos projetos desenvolvidos.

Cordialmente,
ADIR FACCIO
DIRETOR GERAL

Ofício/Diretor Geral nº 383/2013

Florianópolis, 22 de novembro de 2013.

Ilmo. Senhor

SERGIO ANTONIO BEVILACQUA

Engenheiro Sanitarista

Referente: Convocação para celebração de contrato administrativo.

Vimos, cordialmente, informá-lo da sua convocação realizada pela ARIS referente ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, retificado em 26 de abril de 2013, para a vaga da Unidade Regional de Chapecó.

Data final para apresentação dos documentos: 05 dias úteis contados da ciência da convocação.

Após a entrega dos documentos a ARIS fixará data para treinamento e início dos trabalhos, a fim de ambientá-lo às regras e aos projetos desenvolvidos.

Cordialmente,
ADIR FACCIO
DIRETOR GERAL

Ofício/Diretor Geral nº 383/2013

Florianópolis, 22 de novembro de 2013.

Ilmo. Senhor

SERGIO ANTONIO BEVILACQUA

Engenheiro Sanitarista

Referente: Convocação para celebração de contrato administrativo.

Vimos, cordialmente, informá-lo da sua convocação realizada pela ARIS referente ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, retificado em 26 de abril de 2013, para a vaga da Unidade Regional

de Chapecó.

Data final para apresentação dos documentos: 05 dias úteis contados da ciência da convocação.

Após a entrega dos documentos a ARIS fixará data para treinamento e início dos trabalhos, a fim de ambientá-lo às regras e aos projetos desenvolvidos.

Cordialmente,
ADIR FACCIO
DIRETOR GERAL

Edital de Convocação Conselho de Administração Nº 002/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2013

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Luiz Carlos Tamanini, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA:

Os senhores Prefeitos componentes do Conselho de Administração da ARIS (Sr. Euzébio Calisto Viecei, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto; Sr. Roberto Carlos de Souza, Prefeito Municipal de Navegantes; Sr. Daniel Kothe, Prefeito Municipal de Saudades; Sr. Edegar Giordani, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes e o ora subscritor), com a seguinte ordem do dia:

Data: 12 de dezembro de 2013

Horário: 10h

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1546, Estreito, Florianópolis/SC).

Pauta da reunião:

- 1) Deliberar sobre a execução da política patrimonial e financeira da ARIS;
- 2) Apreciar a proposta orçamentária para 2014; e
- 3) Assuntos diversos.

Florianópolis, 25 de novembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Presidente da ARIS

Prefeito Municipal de Corupá

Edital de Convocação Conselho de Fiscal Nº 003/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2013

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Luiz Carlos Tamanini, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA:

Os senhores Prefeitos componentes do Conselho Fiscal da ARIS, (Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, Prefeito Municipal de Canoinhas; Sr. Nelson Gasperim Junior, Prefeito Municipal de Vargem; Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, Prefeito Municipal de Rio do Sul; Sr. Hélio Roberto Cesa, Prefeito Municipal de Siderópolis; Sr. Vilmar Foppa, Prefeito Municipal de Caxambú do Sul). com a seguinte ordem do dia:

Data: 12 de dezembro de 2013

Horário: 10h

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1546, Estreito, Florianópolis/SC).

Pauta da reunião:

- 1) Deliberar sobre a execução da política patrimonial e financeira

da ARIS;
2) Apreciar a proposta orçamentária para 2014; e
3) Assuntos diversos.

Florianópolis, 25 de novembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Presidente da ARIS

Prefeito Municipal de Corupá

Editais de Convocação Conselho de Regulação da ARIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2013

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Gilberto Valente Canali, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, § 3º do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 12 de dezembro de 2013, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 12 de dezembro de 2013

Horário: Início às 14 horas

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Leitura e aprovação da ata da última reunião realizada;
- 2) Relatório de Ouvidoria;
- 3) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação;
- 4) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 20 de novembro de 2013.

GILBERTO VALENTE CANALI

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

CIGA

Extrato Contrato 268 - PGT - Armazém

Extrato de Contrato nº 268/2013

Programa de Gestão Tributária - Armazém

CONTRATANTE: Município de Armazém

CNPJ: 82.928.664/0001-80

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 086/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº

11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.
VALOR: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 08 de novembro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 269 - PGC - Canelinha

Extrato de Contrato nº 269/2013

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Canelinha

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Canelinha

CNPJ: 00.525.967/0001-97

CONTRATO Nº: 05/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 12 de novembro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 270 - PGT - Princesa

Extrato de Contrato nº 270/2013

Programa de Gestão Tributária - Princesa

CONTRATANTE: Município de Princesa

CNPJ: 01.12.836/0001-00

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 005/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 170,00 (cento e setenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 19 de novembro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

Licitação Nº 009/2013 - Tomada de Preço - Pead, Geotêxtil, Areia e Instalação Pead

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, do tipo Menor Preço, para a aquisição de 12.450 m² de geomembrana de PEAD 1,5 mm, 12.450 m² de manta geotêxtil não tecido gramatura 200 g/m², 10.000 m³ de areia média/grossa (NBR 6502/95), e serviços de instalação de geomembrana, conforme Edital e Anexos. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Compras do Município de Timbó, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, sala nº 1, das 07h00min às 13h00min horas, de segunda a sexta-feira. O Edital encontra-se disponível na Internet em: www.cimvi.sc.gov.br Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até o dia 12 de dezembro de 2013, às 09h 00min, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, no endereço acima mencionado, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó (SC), 22/11/2013.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

CINCO

Aviso Pregão Eletrônico Nº 0020 - Informática

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

AVISO DE LICITAÇÃO

PAL Nº 0025/2013, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0020/2013, REGISTRO DE PREÇOS Nº 0024/2013.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, equipamentos de informática, para uso dos Órgãos Participantes: Consórcio Integrado do Contestado - CINCO e Municípios de Caçador, Fraiburgo, Ibiam, Lebon Régis, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira, durante o período de 12 de dezembro de 2013 à 30 de abril de 2014. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 27/11/2013 até às 09:00 horas do dia 09/12/2013. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 09/12/2013. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 09/12/2013. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bll.org.br, Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cinco.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 25 de novembro de 2013.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Balanco Orçamentário 5 Bimestre**Tabela 1 - Balanco Orçamentário**

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTARIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO E OUTUBRO DE 2013 - REF 5 BIMESTRE

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas	2.955.000,00	2.955.000,00	283.314,81	9,59%	1.319.000,35	44,64%	1.635.999,65
Receitas Correntes	2.865.080,00	2.865.080,00	275.314,81	9,61%	1.280.600,35	44,70%	1.584.479,65
Receita Tributária	12.000,00	12.000,00	-	0,00%	148,80	1,24%	11.851,20
Impostos	11.000,00	11.000,00	-	0,00%	-	0,00%	11.000,00
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	11.000,00	11.000,00	-	0,00%	-	0,00%	11.000,00
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	11.000,00	11.000,00	-	0,00%	-	0,00%	11.000,00
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos	10.000,00	10.000,00	-	0,00%	-	0,00%	10.000,00
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	1.000,00	1.000,00	-	0,00%	-	0,00%	1.000,00
Taxas	1.000,00	1.000,00	-	0,00%	148,80	14,88%	851,20
Tx p Exercício do poder de polícia	-	-	-	-	148,80	-	(148,80)
Tx de Serviços administrativos	-	-	-	-	148,80	-	(148,80)
Taxas pela Prestação de Serviços	1.000,00	1.000,00	-	0,00%	-	0,00%	1.000,00
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.000,00	1.000,00	-	0,00%	-	0,00%	1.000,00
Receita Patrimonial	2.100,00	2.100,00	1.550,51	73,83%	4.964,04	236,38%	(2.864,04)
Receitas de Valores Mobiliários	2.100,00	2.100,00	1.550,51	73,83%	4.964,04	236,38%	(2.864,04)
Remuneração de Depósitos Bancários	2.100,00	2.100,00	1.550,51	73,83%	4.964,04	236,38%	(2.864,04)
Remuneração de Depósitos Bancários - Rec Vinculados	100,00	100,00	1.420,18	1420,18%	3.568,08	3568,08%	(3.468,08)
Remuneração de Depósitos Bancários -Munic Consorc	-	-	1.420,18	-	3.568,08	-	(3.568,08)
Remuneração de Depósitos Bancários - Alienação de b	100,00	100,00	-	0,00%	-	0,00%	100,00
Remuneração de Depósitos Bancários - Rec. Não Vincul	2.000,00	2.000,00	130,33	6,52%	1.395,96	69,80%	604,04
Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	2.000,00	2.000,00	130,33	6,52%	1.395,96	69,80%	604,04
Receita de Serviços	264.140,00	264.140,00	68.164,00	25,81%	68.164,00	25,81%	195.976,00
Serviços Administrativos	51.000,00	51.000,00	-	0,00%	-	0,00%	51.000,00
Serviços de Venda de Editais	1.000,00	1.000,00	-	0,00%	-	0,00%	1.000,00
Outros Serviços Administrativos	50.000,00	50.000,00	-	0,00%	-	0,00%	50.000,00
Serviços Recreativos e Culturais	1.140,00	1.140,00	-	0,00%	-	0,00%	1.140,00
Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise d	2.000,00	2.000,00	-	0,00%	-	0,00%	2.000,00
Outros Serviços	210.000,00	210.000,00	68.164,00	32,46%	68.164,00	32,46%	141.836,00
Outros Serviços - Horas Máquinas	210.000,00	210.000,00	68.164,00	32,46%	68.164,00	32,46%	141.836,00
Transferências Correntes	2.586.840,00	2.586.840,00	203.096,15	7,85%	1.204.346,17	46,56%	1.382.493,83
Transferências Intergovernamentais	2.586.840,00	2.586.840,00	203.096,15	7,85%	1.204.346,17	46,56%	1.382.493,83
Transferências dos Municípios	2.586.840,00	2.586.840,00	203.096,15	7,85%	1.204.346,17	46,56%	1.382.493,83
Transferências a Consórcios Públicos	2.586.840,00	2.586.840,00	203.096,15	7,85%	1.204.346,17	46,56%	1.382.493,83
Outras receitas correntes	-	-	2.504,15	-	2.977,34	-	(2.977,34)
Multas e juros de mora	-	-	2.459,57	-	2.800,50	-	(2.800,50)
Multas de outras origens	-	-	2.459,57	-	2.800,50	-	(2.800,50)

Multas e juros previstos em Contratos	-	-	2.459,57		2.800,50		(2.800,50)
Indenizações e restituições	-	-	44,58		176,84		(176,84)
Restituições	-	-	44,58		176,84		(176,84)
Outras Restituições	-	-	44,58		176,84		(176,84)
Receitas de Capital	89.920,00	89.920,00	8.000,00	8,90%	38.400,00	42,70%	51.520,00
Operações de Crédito	-	-	-		-	0,00%	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-		-	0,00%	-
Operações de Crédito Internas - Contratuais	-	-	-		-	0,00%	-
Outras Operações de Crédito Internas – Contratuais	-	-	-		-	0,00%	-
Alienação de Bens	1.760,00	1.760,00	-	0,00%	-	0,00%	1.760,00
Alienação de Bens Móveis	1.760,00	1.760,00	-	0,00%	-	0,00%	1.760,00
Alienação de Outros Bens Móveis	1.760,00	1.760,00	-	0,00%	-	0,00%	1.760,00
Transferências de Capital	-	-	8.000,00	0,00%	38.400,00	0,00%	(38.400,00)
Transferências Intergovernamentais	-	-	8.000,00	0,00%	38.400,00	0,00%	(38.400,00)
Transferências dos Municípios	-	-	8.000,00	0,00%	38.400,00	0,00%	(38.400,00)
Transferências a Consórcios Públicos	88.160,00	88.160,00	8.000,00	9,07%	38.400,00	43,56%	49.760,00
Receitas (intra-orçamentárias)	-	-	-	0,00%	-	0,00%	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	2.955.000,00	2.955.000,00	283.314,81	9,59%	1.319.000,35	44,64%	1.635.999,65
DÉFICIT/ SUPERÁVIT			-	-	-53.424,31	-	-
TOTAL	2.955.000,00	2.955.000,00	283.314,81	9,59%	1.265.576,04	42,83%	1.635.999,65
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	124.508,84	-	-	124.508,84	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CREDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.955.000,00	124.508,84	3.079.508,84	266.594,01	1.265.576,04	41,10%	1.813.932,80
DESPESAS CORRENTES	2.864.840,00	114.526,42	2.979.366,42	265.993,02	1.256.002,41	42,16%	1.723.364,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	303.280,00	22.338,46	325.618,46	43.654,10	194.583,71	59,76%	131.034,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	0,00%	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.561.560,00	92.187,96	2.653.747,96	222.338,92	1.061.418,70	40,00%	1.592.329,26
DESPESAS DE CAPITAL	90.160,00	9.982,42	100.142,42	600,99	9.573,63	9,56%	90.568,79
INVESTIMENTOS	86.160,00	9.982,42	96.142,42	600,99	9.573,63	9,96%	86.568,79
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00	-	4.000,00	-	-	0,00%	4.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0	0	0	0	0	0,00%	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	2.955.000,00	124.508,84	3.079.508,84	266.594,01	1.265.576,04	41,10%	1.813.932,80
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	2.955.000,00	124.508,84	3.079.508,84	266.594,01	1.265.576,04	41,10%	1.813.932,80

FONTE: Sistema Contabil Consorcio Integrado do Contestado - Cinco.

Fraiburgo, 25 de outubro de 2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função _ Subfunção 5 Bimestre**Tabela 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO E OUTUBRO DE 2013 - REF 5 BIMESTRE

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.955.000,00	3.079.508,84	41.630,46	2.141.907,99	266.594,01	1.265.576,04		41,10%	1.813.932,80
Administração	440.000,00	463.281,26	7.169,64	297.582,50	49.647,59	234.591,86	18,54%	50,64%	228.689,40
Administração Geral	440.000,00	463.281,26	7.169,64	297.582,50	49.647,59	234.591,86		50,64%	228.689,40
Cultura	15.000,00	15.000,00	-	-	-	-	0%	0,00%	15.000,00
Difusão Cultural	15.000,00	15.000,00	-	-	-	-		0,00%	15.000,00
Urbanismo	1.911.100,00	1.973.882,13	-	1.714.255,94	184.096,63	925.772,73	73,15%	46,90%	1.048.109,40
Infraestrutura Urbana	34.100,00	96.882,13	-	24.176,81	4.611,95	15.838,23		16,35%	81.043,90
Serviços Urbanos	1.877.000,00	1.877.000,00	-	1.690.079,13	179.484,68	909.934,50		48,48%	967.065,50
Saneamento	9.000,00	9.000,00	-	-	-	-	0%	0,00%	9.000,00
Saneamento Básico Urbano	9.000,00	9.000,00	-	-	-	-		0,00%	9.000,00
Gestão Ambiental	263.000,00	263.000,00	10.000,00	10.000,00	-	-	0%	0,00%	263.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	263.000,00	263.000,00	10.000,00	10.000,00	-	-		0,00%	263.000,00
Agricultura	249.500,00	287.945,45	24.460,82	119.069,55	32.725,38	104.750,31	8,28%	36,38%	183.195,14
Extensão Rural	249.500,00	287.945,45	24.460,82	119.069,55	32.725,38	104.750,31		36,38%	183.195,14
Comércio e Serviços	39.400,00	39.400,00	-	-	-	-	0%	0,00%	39.400,00
Promoção Comercial	16.400,00	16.400,00	-	-	-	-		0,00%	16.400,00
Turismo	23.000,00	23.000,00	-	-	-	-		0,00%	23.000,00
Desporto e Lazer	6.000,00	6.000,00	-	-	-	-	0%	0,00%	6.000,00
Desporto Comunitário	6.000,00	6.000,00	-	-	-	-		0,00%	6.000,00
Encargos Especiais	18.000,00	18.000,00	-	1.000,00	124,41	461,14	0%	2,56%	17.538,86
Outros Encargos Especiais	18.000,00	18.000,00	-	1.000,00	124,41	461,14		2,56%	17.538,86
Reserva de Contingência	4.000,00	4.000,00	-	-	-	-	0%	0,00%	4.000,00
Reserva de Contingência	4.000,00	4.000,00	-	-	-	-		0,00%	4.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-			-
TOTAL (III) = (I + II)	2.955.000,00	3.079.508,84	41.630,46	2.141.907,99	266.594,01	1.265.576,04	100%	41,10%	1.813.932,80

FONTE: Sistema Contabil Consorcio Integrado do Contestado - Cinco.

Fraiburgo, 25 de outubro de 2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

CIRSURES

Terceira Alteração do Estatuto do Consórcio Cirsures CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Pelo presente instrumento, os municípios representados pelos prefeitos municipais infra-assinados, devidamente autorizados pelas leis municipais de seus respectivos entes, fazem a terceira alteração estatutária, nos termos da Legislação em vigor, do Consórcio Intermunicipal, que se regerá de acordo com a Lei Federal nº 11.107, de 06 de Abril de 2005, com o Decreto nº 6.017, de 17 de Janeiro de 2007, e pelas normas a seguir articuladas.

TERCEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

CAPÍTULO I - DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º – O Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul, com o nome fantasia de CIRSURES, tendo como consorciados os Municípios de Cocal do Sul, Morro da Fumaça, Lauro Müller, Orleans, Treviso, Urussanga e Siderópolis respectivamente representados pelos seus Prefeitos infra-assinados, converte a qualidade jurídica de Associação Pública para Consórcio Público de Direito Público, atendendo todos os requisitos de celebração do protocolo de intenções, assim como sua ratificação por lei de cada ente consorciado, de acordo com o artigo 41 § único do Decreto 6.017/2007 que regulamenta a Lei 11.107/2005, regido pela legislação pertinente, pelo presente estatuto e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos.

Parágrafo Único – O CIRSURES é entidade sem fins lucrativos;

Art. 2º – Considerar-se-á convertido o consórcio tão logo tenham subscrito o presente instrumento todos os Municípios Consorciados, representados por seus prefeitos formalmente autorizados pelas respectivas Câmaras Municipais.

Art. 3º – É facultado o ingresso de outros Municípios ao CIRSURES, a qualquer tempo, a critério de aprovação da Assembleia Geral, o que se fará por termo aditivo.

Art. 4º – A solicitação de ingresso de Municípios interessados se fará por Termo Aditivo firmado pelo seu Presidente e pelo Prefeito do Município que desejar consorciar-se, do qual constará a Lei Municipal autorizadora.

Parágrafo único – O Conselho determinará uma cota de ingressos, proporcional aos investimentos, realizados pelos municípios fundadores do consórcio, baseado na população de cada município ou pela estimativa da quantidade (peso) de resíduos depositados no aterro sanitário.

CAPÍTULO II

DA FUNDAÇÃO, DURAÇÃO E ÁREA DE ATUAÇÃO

Art. 5º- O Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul- CIRSURES, tem sua sede na Rua Vidal Ramos, nº 170, sala 11, CEP 88.940-000, Bairro Centro, Urussanga - SC, podendo haver o desenvolvimento de atividades em escritórios, laboratórios e/ou sedes localizadas em outros Municípios consorciados.

Parágrafo único – A Assembleia Geral do Consórcio, mediante decisão de dois terços dos consorciados, poderá alterar a sede, desde que atenda interesses coletivos, econômicos, dentre outros.

Art. 6º - O Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul – CIRSURES terá prazo de duração por tempo indeterminado.

Art. 7º - A área de atuação do Consórcio será formada pelos territórios dos Municípios que o integram, entendendo-se como única unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as

finalidades a que se propõe, respeitada a autonomia administrativa, financeira e legal dos Municípios que o integram.

CAPÍTULO III

DAS FINALIDADES E AÇÕES

Art. 8º - São finalidades do Consórcio:

I – Representar o conjunto dos municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades, especialmente frente às demais esferas constitucionais dos governos Estadual e Federal;

II – viabilizar investimentos de maior complexidade que aumente a produtividade, a rentabilidade e acelere com melhor eficiência as ações e serviços inerentes ao gerenciamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos gerados pelos Municípios integrantes do Consórcio;

III – Coletar, receber, reciclar, tratar, processar, comercializar e dar destino final aos resíduos sólidos urbanos provenientes dos municípios consorciados.

IV – Prestar, quer através de contratação, quer através de concessão ou parcerias público privadas, serviços inerentes a coleta, tratamento e a destinação final de resíduos sólidos urbanos gerados pelos Municípios integrantes do Consórcio, observada a legislação vigente e aplicável.

V – Cumprir e fazer cumprir a legislação ambiental, bem como qualquer outra legislação correlata com o gerenciamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos dos Municípios integrantes do Consórcio.

VI – Definir preços e tarifas, bem como seu reajuste, revisão e reequilíbrio financeiro, levando em conta, além dos custos operacionais, os critérios definidos pela legislação vigente de cada ente consorciado pela oferta do serviço público, respeitando as regras de rateio estabelecidas nos instrumentos contratuais, quantidades de resíduos gerados em cada município.

Art. 9º - Para o cumprimento de suas finalidades, o “CIRSURES” poderá:

I – adquirir os bens que entender necessários;

II – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais;

III – contratar profissionais nas mais diversas especialidades necessárias para o atendimento do objeto do presente consórcio.

IV – constituir, junto às instituições financeiras, conta corrente vinculada ao presente consórcio, para viabilizar a arrecadação de recursos;

V – adquirir ou locar bens móveis e imóveis para eventual necessidade de instalação de serviço de atendimento ao saneamento e proteção ao meio ambiente dos municípios consorciados;

VI – terceirizar os serviços inerentes às suas finalidades

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

Art. 10 - Todo o associado tem o dever de:

I - cumprir e acatar as decisões do Conselho Administrativo e do presente estatuto;

II - Adotar medidas administrativas que apoiem e viabilizem a execução do objetivo do Consórcio, cumprindo e fazendo cumprir o presente Estatuto e o Contrato de Consórcio Público;

III - manter o pagamento de suas contribuições rigorosamente em dia, quando houver, sob pena de advertência por escrito, suspensão de 30 dias e exclusão;

IV - zelar pelos bens móveis e imóveis do consórcio;

V - comparecer às Assembleias e acatar suas decisões.

Art. 11 - Todos os associados têm o direito de:

I - comparecer, propor e tomar parte nos debates das Assembleias;
II - votar e ser votado para cargos eletivos;
III - comunicar para a Assembleia geral, quando houver qualquer ato da Diretoria que lhe pareça incompatível;
IV - sugerir modificações que julgue benéficas para a associação.
VI - desligar-se do Consórcio, obedecidas as condições estabelecidas neste Estatuto e no Contrato de Consórcio Público;
VII - exigir o pleno cumprimento das cláusulas do Consórcio Público.

§ 1º - Ao ente consorciado é facultado o pedido de retirada com prévia comunicação formal de 180 (cento e oitenta) dias, obtida a devida autorização legislativa e cumpridos os dispositivos dos §§ 1º e 2º do art. 11 da Lei Federal nº 11.107/05, sem prejuízo das penalidades previstas no § 2º do Art. 12 da mesma lei.

§ 2º A Assembleia Geral providenciará, a partir da comunicação de exclusão de que trata o § 1º, deste artigo, a compatibilização dos custos dos planos, projetos, programas, ou atividades de que participe o consorciado excludente, entre os demais consorciados participantes.

Art. 12 - Somente terão direito a voto nas Assembleias os sócios que estiverem em dia com suas obrigações para com a entidade.

Art. 13 - Os sócios com direito a voto poderão nomear representantes com procuração específica, para representar-lhe.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 14 - O patrimônio de CIRSURES será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem doados por entidades públicas ou particulares.

Art. 15 - Constituem recursos financeiros do CIRSURES:

I - a cota de contribuição mensal dos municípios integrantes, aprovada pelo Conselho de Prefeitos;

II - a remuneração dos próprios serviços;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou particulares;

IV - as rendas oriundas dos municípios, em pagamento pelos serviços prestados;

V - as rendas de seu patrimônio;

VI - os saldos do exercício;

VII - as doações e legados;

VIII - o produto da alienação de seus bens;

IX - o produto de operações de crédito;

X - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e de aplicações de capitais.

§ 1º - A cota de contribuição mensal e os investimentos serão fixados pelo Conselho de Prefeitos poderão ser de valor fixo ou proporcional a quantidade de resíduos depositados no aterro sanitário.

§ 2º - O município de Urussanga, por sediar o aterro sanitário do CIRSURES, poderá ser beneficiado por medidas compensatórias financeiras, a serem definidas em assembleia, devendo os recursos ser aplicados, obrigatoriamente, em medidas destinadas a favorecer a comunidade do bairro onde se localiza o aterro.

CAPÍTULO VI

DO USO DOS BÉNS E SERVIÇOS

Art. 16 - Terão acesso ao uso dos serviços do CIRSURES, todos aqueles que contribuírem para a sua aquisição.

§ 1º - O acesso daqueles que não contribuíram, dar-se-á nas condições a serem deliberadas pelos que contribuíram e dependerá da situação de adimplência com o consórcio.

§ 2º - Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio, até a autorização

de que seja extinto mediante ajuste entre os interessados.

Art. 17 - Tanto o uso dos serviços como dos bens eventualmente adquiridos, serão regulamentados, em cada caso, pelo Conselho de Prefeitos.

Art. 18 - Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada sócio poderá colocar à disposição do CIRSURES, sua Própria administração para uso comum, de acordo com as regras deste estatuto.

CAPÍTULO VII

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 19 - O CIRSURES terá a seguinte estrutura:

I - Assembleia Geral;

II - Presidência e Vice-Presidência;

III - Gerencia;

IV - Conselho Fiscal.

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 20 - A Assembleia Geral é um órgão de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador da política administrativa do CIRSURES, e é constituído pelos prefeitos dos municípios consorciados.

§ 1º - A Assembleia Geral elegerá presidente, vice-presidente, gerência e conselho fiscal.

§ 2º - O mandato da diretoria do Conselho de Prefeitos é de um ano, com direito a uma reeleição, por igual período.

Art. 21 - A Assembleia Geral será convocada pelo presidente do Consórcio, pelo Conselho Fiscal ou por, no mínimo, 03 (três) dos consorciados.

Art. 22 - As Assembleias Ordinárias serão convocadas quatro vezes no ano, nos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro.

Art. 23 - As Assembleias Extraordinárias serão convocadas, sempre que houver necessidade mediante notificação escrita dirigida a cada um dos consorciados.

Art. 24 - A Assembleia Geral instalar-se-á com a presença de, no mínimo, 04 (quatro) dos entes consorciados, salvo nas seguintes matérias:

I - eleger ou destituir o Presidente do Consórcio, quando o quórum de deliberação é de, no mínimo, 05 (cinco) dos consorciados;

II - aprovação de nomeação para cargos na Gerencia e Conselho Fiscal, cujo quórum de deliberação é o número superior ao da metade dos consorciados;

III - apreciação de moções de censura, cujo quórum de deliberação é o número superior ao da metade dos consorciados;

IV - alteração dos estatutos, inclusive em relação ao modo de administração do Consórcio, cujo quórum de deliberação é de maioria absoluta dos entes consorciados.

Art. 25 - As disposições sobre o funcionamento da Assembleia Geral poderão ser consolidadas e completadas por Regimento Interno que a própria Assembleia Geral venha a adotar.

SEÇÃO II

DO PRESIDENTE

Art. 26 - Além do previsto em outros dispositivos deste estatuto, incumbe ao Presidente:

I - representar o consórcio judicial e extrajudicialmente;

II - convocar e presidir as reuniões tendo o voto de qualidade;

III - ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

IV - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas pelo Protocolo a outro órgão do Consórcio;

V - nomear e contratar o Gerente do Consórcio, ratificado pela Assembleia Geral e que deverá ter formação técnica em engenharia ambiental e ou engenharia química e permanecer na sede do Consórcio;

VI – movimentar em conjunto com o Gerente do Consórcio, ou se autorizado, individualmente, as contas bancárias e os recursos do Consórcio, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente;

VII – julgar recursos relativos à:

homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos; impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação de seu objeto; aplicação de penalidades a servidores do consórcio;

VIII – autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IX – estabelecer, orientar e supervisionar todos e quaisquer procedimentos técnicos e operacionais no âmbito do Consórcio, fornecendo inclusive, subsídios para liberações e ações do Consórcio. Parágrafo único – Com exceção das competências previstas nos Incisos I e V, todas as demais poderão ser delegadas ao Gerente.

SEÇÃO III

DO VICE-PRESIDENTE

Art. 27 – Incumbe ao Vice-Presidente:

I – substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

SEÇÃO IV

DO GERENTE

Art. 28 – Compete ao Gerente:

I – Quando convocado, comparecer as reuniões;

II – Movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente;

III – Fazer todos os atos necessários à execução da receita e da despesa, dentre as quais:

a) promover o lançamento das receitas, inclusive as de taxas, de tarifas e de outros preços públicos;

b) emitir as notas de empenho de despesas;

c) realizar pagamentos e dar quitações;

d) providenciar, subscrever e, solidariamente com o presidente, responsabilizar-se pelos balancetes, balanços e outros documentos e apuração contábil e de prestação de contas do Consórcio;

IV – elaborar o plano de atividade e levantamento de custo operacional, com proposta orçamentária, a serem submetidos ao Conselho Fiscal;

V – organizar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidos ao Consórcio, para ser apresentada ao Conselho Fiscal;

VI – autenticar livros de atas e de registro do Consórcio;

VII – praticar atos relativos à administração de pessoal, cumprindo e se responsabilizando pelo cumprimento dos preceitos da legislação trabalhista, inclusive:

a) providenciar a formalização dos atos necessários à contratação, à dispensa e à punição dos empregados;

b) manter os registros e assentos funcionais;

c) organizar a folha de pagamento do pessoal e das guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e trabalhistas;

d) fixar o expediente de trabalho, incluída sua antecipação, prorrogação e turnos de plantões;

e) elaborar a escala anual de férias e promover o seu cumprimento;

f) propor ao presidente os valores de ajudas de custo e de diárias; g) planejar e promover a capacitação de pessoal, incluindo a dos serviços locais;

VIII – autorizar compras, dentro dos limites do orçamento aprovado pelo Conselho Fiscal, e fornecimentos que estejam de acordo com o plano de atividades aprovado pela Assembleia Geral;

IX – promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei ou no Contrato de Consórcio Público, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão de providência.

§ 1º – Além das atribuições previstas acima, o Gerente poderá

exercer, por delegação, atribuições de competência do presidente. § 2º – A delegação de atribuições do presidente dependerá de ato escrito e publicado, até um ano após a data de término da delegação.

Art. 29 – O Gerente é responsável pelo assessoramento técnico ao consórcio e ao Conselho de Prefeitos, nas questões de planejamento, administração e controle de ações e, portanto, deve ter formação técnica em engenharia ambiental e ou engenharia química.

Parágrafo único - A Gerencia tem caráter consultivo e é formada por um engenheiro ambiental e ou um engenheiro químico e indicado pelo Conselho de Prefeitos e seu salário será equiparado ao cargo de secretário municipal da sede do Consórcio.

Art. 30 – O Gerente será indicado pela Assembleia Geral e contratado através de nomeação em cargo de confiança.

SEÇÃO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 31 - O Conselho Fiscal é órgão de caráter consultivo deliberativo e fiscalizador da política de atuação do CIRSURES.

Art. 32 – O Conselho Fiscal é composto por 50% dos entes consorciados eleitos em Assembleia Geral

§ 1º - O Conselho Fiscal será eleito e empossado de nove a seis meses antes do término do mandato do presidente.

Art. 33 - Compete ao Conselho Fiscal:

I – fiscalizar permanentemente a contabilidade do Consórcio;

II – deliberar sobre a política de atuação do Consórcio;

III – exercer o controle de gestão e finalidade do CIRSURES;

IV – emitir parecer sobre o Plano de Atividades, Proposta Orçamentária, Balanços e relatórios de Contas em geral, a serem submetidos ao Conselho de Prefeitos;

V – eleger seu presidente, vice-presidente e secretário.

Art. 34 – O Conselho Fiscal, através de seu Presidente e por decisão da maioria de seus integrantes, poderá convocar a Assembleia Geral, para as devidas providências, quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou patrimonial ou, ainda inobservância de normas legais, estatutárias e regimentais.

Art. 35 – A Cada um dos membros do Conselho Fiscal se reconhecem as seguintes prerrogativas:

I – acesso direto e imediato a toda documentação contábil, orçamentária, patrimonial e financeira do Consórcio;

II – requisição de documentos e informações;

III – representação perante quaisquer autoridades, comunicando atos que considerar irregulares, bem como requerendo as providências que considerar devidas.

Art. 36 – O funcionamento do Conselho Fiscal será disciplinado por seu Regimento Interno, que entrará em vigor mediante aprovação da Assembleia Geral.

Art. 37 – O Conselho Fiscal será eleito em Assembleia Geral para mandato de 01 (um) ano permitido uma recondução por igual período.

Parágrafo único - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença de 3/5 (três quintos) de entes consorciados.

SEÇÃO VI

DA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE E DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE

Art. 38 – O Presidente e Vice- Presidente serão eleitos em Assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos, sendo que somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado, o qual poderá ser votado por todos os presentes.

§ 1º - O Presidente será eleito mediante voto público e nominal.

§ 2º - Será eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer a eleição sem a presença de pelo menos metade dos consorciados.

§ 3º - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 (dois terços) dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados; no segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos e nulos.

Art. 39 – Em qualquer Assembleia Geral poderá ser destituído o Presidente do Consórcio, desde que se comprove satisfatoriamente o desvio de finalidade do Consórcio ou ocorrência de falta grave, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos.

§ 1º - Caso aprovada a moção de censura do Presidente do Consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembleia à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

§ 2º - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, será designado Presidente pro tempore por metade mais um dos votos presentes. O presidente pro tempore exercerá as suas funções até a próxima Assembleia Geral, a se realizar entre 20 e 40 dias.

CAPÍTULO VIII

DA RETIRADA, EXCLUSÃO E CASOS DE EXTINÇÃO

Art. 40 – Cada consorciado poderá se retirar, a qualquer momento da consorcio, desde que renuncie sua participação com prazo nunca inferior a sessenta dias, cuidando os demais consorciados de acertar os termos da redistribuição dos custos dos planos, programas e projetos de que participe o retirante.

Art. 41 - Perderá a qualidade de consorciado todo aquele que infringir as disposições do presente estatuto, do Protocolo de Intenções ou a Lei.

Art. 42 – A Exclusão do consorciado, que será aplicada em virtude de infração a Lei, ao Protocolo de Intenções ou a este Estatuto, será feita por decisão da Assembleia Geral, exigindo o mínimo de metade mais um dos votos, observada a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 dias contados da ciência da decisão.

§ 2º - Além de outros motivos, será aplicada a exclusão ao consorciado que:

I – vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial ao Consórcio ou que colida com seus objetivos;

II – deixar de realizar com o Consórcio as operações que constituem seu objetivo social;

III – depois de notificado, voltar a infringir disposição de Lei, deste Estatuto, das Resoluções ou Deliberações regularmente tomadas pelo Consórcio.

IV – usar o nome do Consórcio para fins alheios aos seus objetivos e fundamentos;

V – deixar de incluir em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio, ou se incluída deixar de efetuar o pagamento, sem prejuízo de responsabilização por perdas ou danos;

VI – subscrever protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

VII – cometer ações e atos graves, reconhecidos em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 3º - A exclusão prevista no inciso V, somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

Art. 43 – O CIRSURES somente será extinto por decisão do

Conselho de Prefeitos, em extraordinária, especialmente convocada para este fim, e pelo voto de, no mínimo, dois terços de seus membros.

Art. 44 – Em caso de extinção, os bens e recursos do CIRSURES, reverterão ao patrimônio dos associados, proporcionalmente aos investimentos feitos por estes.

Art. 45 – Com relação aos bens serão operacionalizados os seguintes procedimentos:

I – serão levantados pelo Conselho Fiscal, os bens e respectiva vinculação com os entes consorciados que contribuíram para a aquisição;

II – mediante deliberação da Assembleia Geral, será feita a alienação dos bens passíveis de serem alienados;

III – com relação aos bens vinculados a determinados entes consorciados, o produto da alienação será entre eles rateado na proporção das receitas que contribuíram para a aquisição;

IV – com relação aos demais bens não vinculados, haverá o rateio do produto da alienação em cotas partes iguais em relação a todos os consorciados.

§ 1º - Em qualquer caso, só haverá o rateio previsto nos incisos III e IV do caput, desde que haja o pagamento prévio, com o produto da alienação, do passivo contraído pelo consórcio.

§ 2º - Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DA FORMA DE CONTRATAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS

Art. 46 – O Estatuto do CIRSURES somente poderá ser alterado pelos votos da maioria absoluta dos membros do Conselho de Prefeitos, através de Assembleia convocada especialmente para este fim.

Art. 47 – Ressalvadas as exceções expressamente previstas no presente Estatuto, todas as demais deliberações serão tomadas pelo voto da maioria simples (cinquenta por cento mais um) dos presentes.

Art. 48 – Havendo consenso entre seus membros, às eleições e demais deliberações dos respectivos Conselhos, poderão ser efetivadas através de aclamação.

Art. 49 – Os votos de cada membro do Conselho de Prefeitos serão singulares, independente das inversões financeiras feitas pelo município, que representam na associação.

Art. 50 – A cota de contribuição dos consorciados, para cada exercício, será fixada até o mês de setembro do ano anterior ao qual se refere.

Art. 51 – Os membros das unidades de direção e administrativas do CIRSURES, não responderão pessoal e subsidiariamente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome da associação, mas assumirão a responsabilidade pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Estatuto.

Art. 52 – O exercício do CIRSURES encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 53 – O regime jurídico de trabalho dos empregados do consórcio é o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, vinculados ao Regime Geral da Previdência Social e regidos subsidiariamente pelo que estabelece este estatuto.

§ 1º - Os empregos públicos de Gerente Geral e Gerente de Projetos serão de livre admissão e demissão.

§ 2º - O provimento dos empregos públicos permanente dar-se-á mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 3º - Os empregados do consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 4º - Os empregados públicos incumbidos da gestão do consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos do consórcio.

Art. 54 – O quadro de empregados do consórcio é composto por

dois (02) empregados públicos de livre admissão e demissão (art. 53, § 1º) e por dez (10) empregados permanentes, em conformidade com o Anexo 2 deste estatuto.

Parágrafo único – O assessor jurídico não possui vínculo de emprego com o CIRSURES, sendo prestador de serviços escolhido por livre nomeação.

Art. 55 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento efetivo por meio de concurso público.

Art. 56 - Os valores iniciais dos salários são aqueles estabelecidos no Anexo 2 deste estatuto, assegurada a revisão geral anual.

Art. 57 - Fica assegurada a revisão geral anual de salários, sempre no mês de maio, nos parâmetros da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

§ 1º - A aplicação da revisão geral anual de salários dar-se-á mediante Resolução aprovada pelo Presidente do consórcio, devendo ser submetida à homologação da Assembleia Geral.

§ 2º - A Assembleia Geral poderá conceder aumento real da remuneração dos empregados do consórcio, única e exclusivamente com o objetivo de revisar os valores para adequá-los à realidade do mercado, mediante justificativa.

§ 3º - O aumento real da remuneração poderá ser concedida em percentuais diferenciados para cada categoria.

Art. 58 – Conceder-se-á promoção funcional dos empregados públicos permanentes em função do tempo de serviço e em função de nova titulação, consubstanciada em progressão vertical na tabela de referências salariais.

§ 1º - A progressão vertical por tempo de serviço, denominada triênio, será concedida a razão de uma (01) referência salarial a cada três (03) anos de exercício efetivo do emprego, contado da data da admissão.

§ 2º - A progressão vertical por nova titulação decorre da contínua atualização, especialização e aperfeiçoamento do empregado para aprimoramento do desempenho de suas atividades, com a observância dos seguintes critérios:

I – Progressão de três referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de nível superior, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para a função.

II – Progressão de duas referências salariais no emprego por ter concluído pós-graduação, em nível de especialização, correlato com o emprego que ocupa.

III – Progressão de cinco referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de pós-graduação, em nível de mestrado, correlato com o emprego que ocupa.

IV – Progressão de sete referências salariais no emprego, uma única vez, por ter concluído curso de pós-graduação, em nível de doutorado, correlato com o emprego que ocupa.

§ 3º - Somente serão considerados os títulos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), não sendo considerados títulos aqueles constantes como requisitos para a admissão no emprego público.

§ 4º - O direito ao aumento da referência salarial é devido a partir do mês seguinte ao protocolo da solicitação da progressão por nova titulação, mediante comprovação por meio de expedição de respectivo título, pelo emprego público, da nova titulação.

§ 5º - É vedada a progressão por nova titulação do empregado durante os três (03) primeiros anos de exercício, considerados como de avaliação da função.

§ 6º - Não serão considerados os títulos obtidos antes do ingresso no emprego público.

§ 7º - O empregado aprovado em concurso público para novo emprego do quadro de pessoal perceberá a remuneração estabelecida para a referência salarial inicial do novo emprego, mantidas as referências salariais adquiridas por promoção funcional devida em função de tempo de serviço.

Art. 59–Conceder-se-ão as seguintes indenizações aos empregados do consórcio:

I – a título de hospedagem e alimentação, denominada diária, o empregado que realizar despesas para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, sempre que for necessário pernoitar em cidade distinta da do local de trabalho, paga em razão do número de pernoites, de acordo com o Anexo 5.

II – a título de deslocamento, ao empregado que deslocar-se a serviço do consórcio utilizando-se de veículo próprio, totalmente segurado, nos termos do Anexo 6, mediante comprovação da viagem.

§ 1º - Poderá ser instituído regime de adiantamento de despesas, nos termos de resolução específica, consistente na entrega de numerário ao empregado responsável pela realização das despesas, devendo ser prestado contas da totalidade dos recursos recebidos.

§ 2º - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

§ 3º - Não fará jus a diárias o empregado que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituída por municípios limítrofes e devidamente constituída.

Art. 60 – Para dirimir eventuais controvérsias deste Estatuto, fica eleito o foro da Comarca de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Art. 61 – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 62 – Este ESTATUTO entra em vigor a partir da data de seu registro no cartório competente.

Urussanga (SC), 26 de novembro de 2013.

MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CIRSURES

JOÃO RÉUS ROSSI

Prefeito de Treviso

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito de Cocal do Sul

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito de Morro da Fumaça

JOHNNY FELIPPE

Prefeito de Urussanga

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES

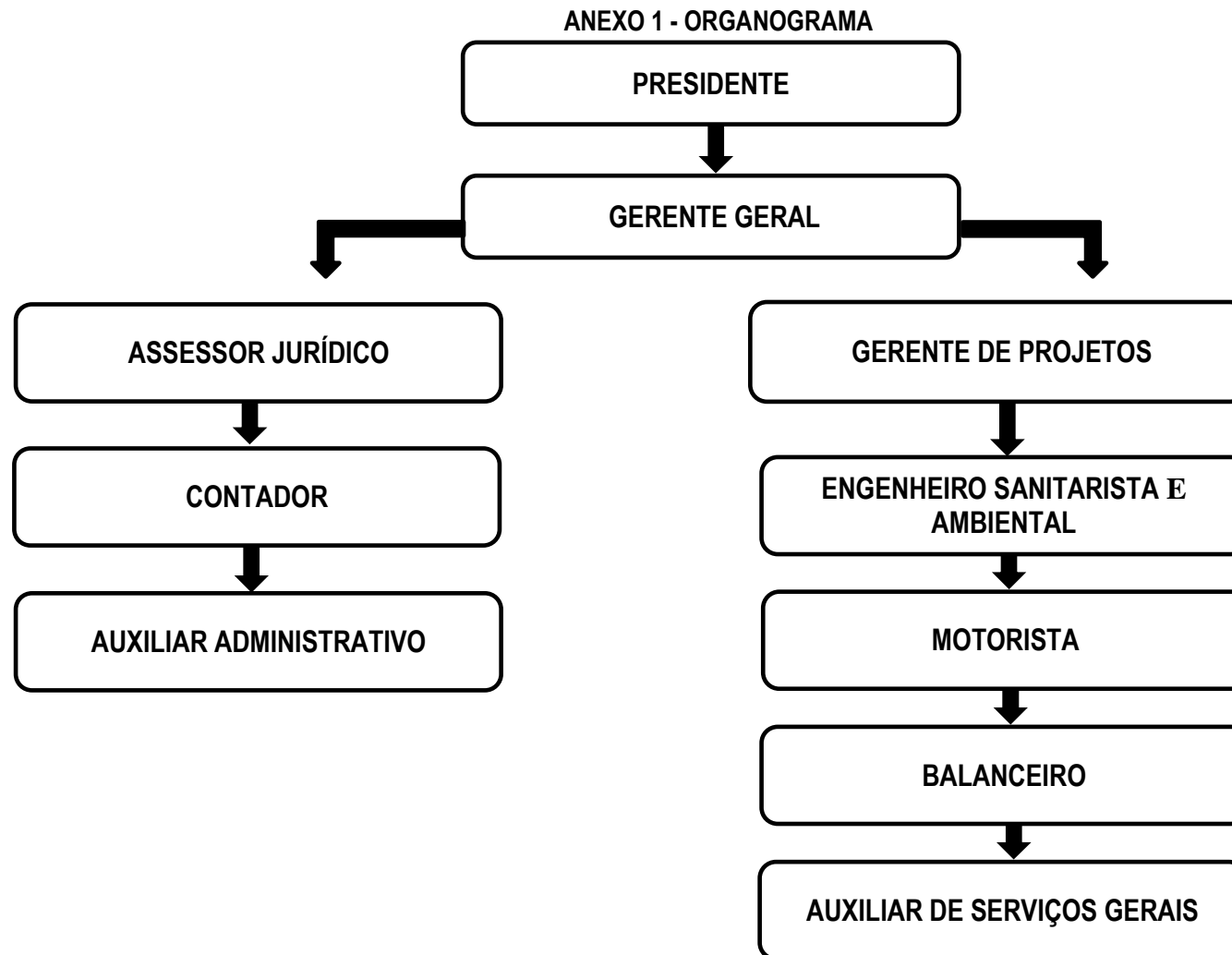
Prefeito de Orleans

FABRICIO KUSMIN ALVES

Prefeito de Lauro Muller

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito de Siderópolis



ANEXO 2 – DENOMINAÇÃO DE VAGAS, REFERENCIA SALARIAL INICIAL E CARGA HORÁRIASEMANAL

CARGO/ DENOMINAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO	TIPO	Nº VAGAS	REFERENCIA SALARIAL
Gerente Geral	30 h sem.	R\$ 5.270,02	Em comissão	01	82
Gerente de Projetos	20 h sem.	R\$ 3.400,02	Em comissão	01	55
Assessor Jurídico	20 h sem.	R\$1.500,02	Em comissão	01	15
Engenheiro Sanitarista e Ambiental	40 h sem.	R\$2.650,02	Permanente	01	41
Motorista	40 h sem	R\$ 1.020,02	Permanente	02	3
Auxiliar de Serviços Gerais	40 h sem.	R\$ 940,02	Permanente	04	1
Balanceiro	40 h sem.	R\$ 940,02	Permanente	01	1
Contador	30 h sem.	R\$ 1.300,02	Permanente	01	10
Auxiliar Administrativo	40 h sem.	R\$ 980,02	Permanente	01	2
TOTAL				13	

ANEXO 3 - QUALIFICAÇÃO MÍNIMA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

CARGO/ DENOMINAÇÃO	ESCOLARIDADE MÍNIMA	QUALIFICAÇÃO ESPECIAL
Gerente Geral	Ensino superior completo	Registro no órgão competente
Gerente de Projetos	Ensino superior completo	Registro no órgão competente
Assessor Jurídico	Ensino superior completo	Registro no órgão competente
Engenheiro Sanitarista e Ambiental	Ensino superior completo	Registro no órgão competente
Motorista	Ensino Fundamental Completo	Comprovação através de diploma
Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto	Comprovação através de diploma
Balanceiro	Ensino Fundamental Completo	Comprovação através de diploma
Contador	Bacharel em Contabilidade	Registro no órgão competente
Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo	Comprovação através de diploma

ANEXO 4 - ATRIBUIÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS**GERENTE GERAL:**

Convocar, comparecer as reuniões; Movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente; Praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa; Elaborar o plano de atividade e levantamento de custo operacional, com proposta orçamentária, a serem submetidos ao Conselho Fiscal; Elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidos ao Consórcio, para ser apresentada ao Conselho Fiscal; Autenticar livros de atas e de registro do Consórcio; Praticar atos relativos à administração de pessoal, cumprindo e se responsabilizando pelo cumprimento dos preceitos da legislação trabalhista; Autorizar compras, dentro dos limites do orçamento aprovado pelo Conselho Fiscal, e fornecimentos que estejam de acordo com o plano de atividades aprovado pela Assembleia Geral; Promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei ou no Contrato de Consórcio Público, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão de providência. Exercer, por delegação, atribuições de competência do presidente.

GERENTE DE PROJETOS:

Gerenciar e executar todos os projetos em andamento no consórcio; Promover a melhoria dos serviços realizados pelo consórcio; Emitir relatórios acerca dos serviços realizados pelo consórcio; Verificar junto a esfera federal e estadual o andamento de solicitação de recursos bem como acompanhar os projetos em andamento e com possibilidade de aprovação; Gerenciar os serviços realizados pelos seus subordinados; Cuidar dos contratos de execução em decorrência dos projetos em andamento.

ASSESSOR JURÍDICO:

Elaborar projetos de documentos normativos do consórcio, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos, concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do Consórcio.

ENGENHEIRO SANITARISTA E AMBIENTAL:

Responsabilidade técnica da operação do aterro sanitário; responsabilidade técnica pelos processos de coleta seletiva; execução, quando solicitado, dos projetos designados pela gerencia técnica; ordenação dos serviços no aterro sanitário; ordenação dos serviços de coleta seletiva. Auxílio na elaboração de projetos designados pela gerencia.

MOTORISTA

Dirigir veículos para condução de empregados, transporte de materiais e equipamentos e condução dos caminhões de coleta seletiva. Zelar e fazer a manutenção preventiva dos veículos sob sua guarda.

BALANCEIRO:

Realizar a pesagem dos caminhões que adentram ao aterro sanitário; assinar as guias de pesagem e repassar para o motorista do caminhão; zelar pela balança e pelos equipamentos periféricos; manter a balança e o escritório limpos e organizados; abrir e fechar o portão; verificar o acesso de pessoas ao aterro; identificar pessoas estranhas ao serviço; identificar e monitorar a entrada de veículos no aterro sanitário; fiscalizar e revistar veículos, volumes e cargas, impedindo a entrada e a saída sem a devida autorização; zelar pela segurança das edificações, das instalações e dos materiais sob sua guarda; realizar o monitoramento diário do aterro, fazendo anotações nas referidas planilhas; registrar a entrada e a saída dos caminhões compactadores no aterro. Emitir comprovante de pesagem devidamente assinado, atender telefone do aterro; realizar diariamente o controle dos horímetros dos equipamentos da empresa prestadora de serviços de operação no aterro; realizar limpeza da balança e arredores.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

Realizar roçadas, podas, plantio de grama/árvores e capinas no interior do aterro sanitário; realizar limpeza e instalação das drenagens pluviais e gases; realizar limpeza, melhoramento e ampliação das drenagens de gases e de chorume; avaliar e melhorar a situação do cinturão verde que circunda o aterro; realizar manutenção de pintura na balança, guarita, estação de tratamento de chorume e cerca; realizar o monitoramento da cerca e arruma-la quando necessário; proceder o acendimento das drenagens de gás do aterro; definir o ponto de extração de argila e de colocação da mesma na frente de serviço; executar a coleta de material (lixo) espalhado no interior do aterro sanitário e fora dele, quando necessário; monitorar o funcionamento dos equipamentos do aterro (bombas, bombas dosadoras, aeradores, etc.); cuidar e monitorar (através de anotações nas planilhas de controle) do sistema de tratamento de efluentes (chorume) do aterro; cuidar e monitorar (através de anotações nas planilhas de controle diário) das condições operacionais do aterro sanitário; orientar e definir os pontos para descarregamento do lixo na frente de serviço; usar sempre os equipamentos de proteção individual (EPI) para cada atividade específica a ser realizada, transmitir recados oralmente; atender telefone do aterro, quando necessário.

BALANCEIRO:

Identificar pessoas estranhas ao serviço; identificar e monitorar a entrada de veículos no aterro sanitário; fiscalizar e revistar veículos, volumes e cargas, impedindo a entrada e a saída sem a devida autorização; zelar pela segurança das edificações, das instalações e dos materiais sob sua guarda; realizar o monitoramento diário do aterro, fazendo anotações nas referidas planilhas; registrar a entrada e a saída dos caminhões compactadores no aterro; emitir comprovante de pesagem devidamente assinado; atender telefone do aterro; realizar diariamente o controle dos horímetros dos equipamentos da empresa prestadora de serviços de operação no aterro; realizar limpeza da balança e arredores.

CONTADOR:

Dispor e executar trabalhos de escrituração contábil, controle patrimonial, econômico e financeiro do consórcio; registrar operações contábeis, elaborar balancetes, balanços e outras demonstrações contábeis e apresentar resultados parciais e totais da situação patrimonial, econômica e financeira; efetuar trabalhos de análise e conciliação de contas, conferir saldos; classificar e avaliar despesas, através da natureza das mesmas, visando apropriar custos de bens e serviços; conferir comprovantes e outros documentos relativos a operações de pagamento, a entrada em contas bancárias e outras transações financeiras; prestar orientações teóricas e práticas sobre trabalhos de contabilidade e escrituração a empregados de padrões inferiores; emitir pareceres, laudos e elaborar estudos sobre assuntos de gênero contábil; coordenar a elaboração e controlar a execução orçamentária do consórcio; exercer controles financeiros e acompanhar aplicações de recursos; prestar assistência a supervisão e a auditoria externas; elaborar folha de pagamento e aspectos relacionados aos recursos humanos; executar atividades referentes à carteira de pessoal, tais como: seleção, contratação, controle e demissão de empregados realizar atividades de licitação, pregão e outros procedimentos necessários.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO:

Executar tarefas de anotar, redigir, digitar, organizar, expedir ou arquivar documentos e outras práticas administrativas; coletar, nas respectivas fontes, dados de interesse do setor, registrar e anotar; fornecer informações que possibilite a chefia preparar relatórios ou estudos diversos; promover recepção, dar informações e encaminhar usuários ou terceiros; verificar posição de estoques, examinar periodicamente volume de materiais e prever necessidades futuras; digitar, controlar autorização e fornecimento, avisos de vencimento, execução de serviços diversos; verificar com exatidão de documentos de despesa, folhas de pagamento, balancetes, demonstrativos, etc.; levantar dados estatísticos e de custos; executar atividades de organização e métodos e outras inerentes ao emprego; trabalhos auxiliares de escritório, simples e rotineiros, compreendendo rotinas preestabelecidas, que possam ser prontamente aprendidas.

ANEXO 4 – TABELA DE REFERÊNCIA SALARIAIS

Referência Salarial	Salário (R\$)	Referência Salarial	Salário (R\$)	Referência Salarial	Salário (R\$)
1	R\$ 940,02	38	R\$ 2.500,02	75	R\$ 4.710,02
2	R\$ 980,02	39	R\$ 2.550,02	76	R\$ 4.790,02
3	R\$ 1.020,02	40	R\$ 2.600,02	77	R\$ 4.870,02
4	R\$ 1.060,02	41	R\$ 2.650,02	78	R\$ 4.950,02
5	R\$ 1.100,02	42	R\$ 2.700,02	79	R\$ 5.030,02
6	R\$ 1.140,02	43	R\$ 2.750,02	80	R\$ 5.110,02
7	R\$ 1.180,02	44	R\$ 2.800,02	81	R\$ 5.190,02
8	R\$ 1.220,02	45	R\$ 2.850,02	82	R\$ 5.270,02
9	R\$ 1.260,02	46	R\$ 2.900,02	83	R\$ 5.350,02

10	R\$ 1.300,02	47	R\$ 2.950,02	84	R\$ 5.430,02
11	R\$ 1.340,02	48	R\$ 3.000,02	85	R\$ 5.510,02
12	R\$ 1.380,02	49	R\$ 3.050,02	86	R\$ 5.590,02
13	R\$ 1.420,02	50	R\$ 3.100,02	87	R\$ 5.670,02
14	R\$ 1.460,02	51	R\$ 3.160,02	88	R\$ 5.750,02
15	R\$ 1.500,02	52	R\$ 3.220,02	89	R\$ 5.830,02
16	R\$ 1.540,02	53	R\$ 3.280,02	90	R\$ 5.910,02
17	R\$ 1.580,02	54	R\$ 3.340,02	91	R\$ 6.000,02
18	R\$ 1.620,02	55	R\$ 3.400,02	92	R\$ 6.090,02
19	R\$ 1.660,02	56	R\$ 3.460,02	93	R\$ 6.180,02
20	R\$ 1.700,02	57	R\$ 3.520,02	94	R\$ 6.270,02
21	R\$ 1.740,02	58	R\$ 3.580,02	95	R\$ 6.360,02
22	R\$ 1.780,02	59	R\$ 3.640,02	96	R\$ 6.450,02
23	R\$ 1.820,02	60	R\$ 3.700,02	97	R\$ 6.540,02
24	R\$ 1.860,02	61	R\$ 3.760,02	98	R\$ 6.630,02
25	R\$ 1.900,02	62	R\$ 3.820,02	99	R\$ 6.720,02
26	R\$ 1.940,02	63	R\$ 3.880,02	100	R\$ 6.810,02
27	R\$ 1.980,02	64	R\$ 3.940,02	101	R\$ 6.910,02
28	R\$ 2.020,02	65	R\$ 4.000,02	102	R\$ 7.010,02
29	R\$ 2.060,02	66	R\$ 4.070,02	103	R\$ 7.110,02
30	R\$ 2.100,02	67	R\$ 4.140,02	104	R\$ 7.210,02
31	R\$ 2.150,02	68	R\$ 4.210,02	105	R\$ 7.310,02
32	R\$ 2.200,02	69	R\$ 4.280,02	106	R\$ 7.430,02
33	R\$ 2.250,02	70	R\$ 4.350,02	107	R\$ 7.550,02
34	R\$ 2.300,02	71	R\$ 4.420,02	108	R\$ 7.670,02
35	R\$ 2.350,02	72	R\$ 4.490,02	109	R\$ 7.790,02
36	R\$ 2.400,02	73	R\$ 4.560,02	110	R\$ 7.910,02
37	R\$ 2.450,02	74	R\$ 4.630,02		

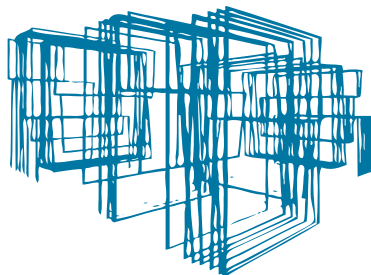
ANEXO 5 - INDENIZAÇÃO DE DESPESAS COM HOSPEDAGEM (DIÁRIA)

AGENTE/SERVIDOR	DIÁRIA PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA SEM PERNOITE	DIÁRIA PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA COM PERNOITE	DIÁRIA PARA FORA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Presidente	R\$ 175,00	R\$ 300,00	R\$ 400,00
Gerente	R\$ 150,00	R\$ 250,00	R\$ 350,00
Outros Funcionários	R\$ 100,00	R\$ 200,00	R\$ 300,00

ANEXO - 6

INDENIZAÇÃO DE DESPESAS DE DESLOCAMENTO COM VEICULO PARTICULAR

ITEM	VALOR POR KM (RODADO)
Deslocamento com veículo particular	R\$ 0,60 (SESSENTA CENTAVOS DE REAIS)



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br